UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Alexandro Henrique Paixão

Elementos constitutivos para o estudo do público literário no Rio de Janeiro e em São Paulo no Segundo Reinado

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Leopoldo Waizbort

"Exemplar original"

São Paulo
2012

Para Anderson

AGRADECIMENTOS

Chegou o momento de finalizar o texto que me acompanhou tantos dias e que envolveu diferentes pessoas e situações durante esses quatro anos. Contudo, espero estar com a "memória acesa" para me recordar daqueles que ajudaram a atravessar as dificuldades, as surpresas e bem-aventuranças desta tese. Os *agradecimentos* prenunciam um fim de um intenso ciclo de pesquisa e desenvolvimento. É hora de agradecer, de manifestar meu contentamento por chegar até aqui.

Meus sinceros agradecimentos aos amigos: Aislan Vieira de Mello, Amélia Siegel Corrêa, Ana Lúcia Teixeira, Anne-Françoise, Carlos Pagani, Carolina Pereira Soares, Carolina Franco, Célia Tolentino, Consuelo de Paula, Cristina Traskine, Christophe Napier, Christophe Doissenet, Daniel Bianchi, Daniel Franco, Elton Corbanesi, Fabiano Cataldo, Edivaldo (*in memoriam*), Fátima Cabral, Flavia Brittes, Gisele Frigetto, Graziella Reis Sant'Ana, Guilherme Ortega, Heline de Castro, Hernani Paiva, Isabelle Gajac, Jefferson Guedes, José Geraldo Poker, Jill Napier, Juliana Telles de Deus, Kely de Castro, Lídice Telles de Deus, Lina, Maíra Saruê, Marcos Barbosa Oliveira, Marcia Cunha, Marcelo da Silveira Campos, Marco Antonio Alves, Mário Augusto Medeiros, Melina Pagani, Odirlei (*in memoriam*), Paulo Menezes, Pedro Prado, Ricardo Telles de Deus, Stefan Klein, Tamara Grigorowitschs, Teresa Freitas,Valéria Barbosa e Victor Cooke.

Um agradecimento especial aos amigos que leram e comentaram cuidadosamente as versões preliminares deste trabalho: Mariana Chaguri, Cícero de Oliveira e Hivy Mello. Obrigado também ao Jefferson Mello pelas leituras, sugestões e pela amizade: você, a Hivy e o Arthur são como uma família pra mim. Obrigado também a outra parte da família de São Paulo pelo carinho e apoio: Francini Venâncio de Oliveira, Fábio Andrade e Diego Andrade. Agradeço também à Evelin Ferreira e Greice Ferreira pelas orações e atenção dedicadas a mim sempre.

Agradeço carinhosamente Elisângela da Silva Santos, Patrícia da Silva Santos, Lilian Vitorino e família, Sonia Trevisan e João Gabriel Trevisan pelo companheirismo e por cuidarem do Pedro e da Capitu durante as estadas de pesquisa. Obrigado Carla Bernava e Marcus Avelar pela amizade e pelo suporte com relação ao resumo em inglês, Ieda Lebensztayn pelas trocas e ajuda com a revisão, e João Gabriel Trevisan pelo auxílio com o banco de dados. Obrigado também aos meus pais, Fátima Sueli da Silva Paixão e Antonio Gilberto Paixão, minha irmã, Gilcele Paixão Fragnan, e demais familiares e amigos (de Bauru

e Marília). Muito obrigado Maíra Tomé Marques, Marco Antonio Paixão Fragnan e meus gatitos, Pedro e Capitu: na presença de vocês minhas inquietações se abrandavam e eu conseguia retomar meu curso. Queria agradecer também à Isabel Loureiro: obrigado não somente pela leitura integral e comentários sobre o trabalho, mas pela amizade, pelo afeto, bem como por me mostrar durante esses anos de convivência que na "amargura atravessada" pode existir transformação e a beleza de uma *Rosa*.

Agradeço aos colegas de turma de doutorado e membros de diversos grupos de estudo, pesquisa e extensão (Baleia na Rede, PET/C.S-Marília, Grupo de Sábado à Tarde, Seminário Temático: Sociologia e Política e História, La Société des Amis d'Alexandre Dumas, ARBRE e Cerise). Obrigado aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, especialmente Maria Arminda do Nascimento Arruda e Ricardo Musse, que ajudaram a repensar meu projeto de pesquisa durante as disciplinas cursadas, e também aos professores e alunos da UNICAMP e UNESP-Marília, com quem convivi durante alguns momentos do doutorado. Obrigado aos diversos funcionários e instituições que me apoiaram durante a pesquisa (Departamento de Sociologia, FFLCH, Biblioteca Florestan Fernandes, Arquivo do Estado de São Paulo, Biblioteca Mário de Andrade, CAPH, IEB, IHGB, Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines e Bibliothèque nationale de Paris). Obrigado aos professores Lúcia Morales, Marcia Abreu, Eliana Dutra, Luiz Carlos Villalta, Lúcia Granja, Antonio Manoel dos Santos Silva, Kátia Camargo, Hélio de Seixas Guimarães, Marcos Alvarez, Isabel Lustosa e Renato Ortiz, que em diferentes momentos me deram sugestões e fizeram observações importantes sobre a tese. Agradeço também à Sandra Vasconcelos que me recebeu logo nos primeiros dias dessa pesquisa, ofereceu sugestões bibliográficas importantes e me apresentou ao professor Jean-Yves Mollier, ajudando a dar início a um projeto sonhado há muito tempo. Portanto, agradeço ao professor Jean-Yves Mollier, que me acolheu e supervisionou atenciosamente o doutorado-sanduíche: seu suporte foi fundamental para a realização do trabalho. Agradeço também à Chantal Chemla, ao Claude Schopp e ao Jean-François Botrel pelos textos, entrevistas e informações valiosas sobre Alexandre Dumas e seus leitores na França. Obrigado ao Nelson Schapochnik pelas conversas, sugestões, livros e microfilmes emprestados, e por participar da banca de qualificação. Estendo também meus agradecimentos ao Guilherme Simões Gomes Junior pela participação na banca de qualificação e em outros momentos, dando-me sugestões importantes e apontando alguns caminhos de investigação. Obrigado à Angela Alonso pelo

convite para expor uma parte do meu trabalho no seminário temático e, conjuntamente com seus alunos e colegas-professores, debater cuidadosamente comigo muitas questões.

Obrigado ao CNPq pela bolsa de pesquisa e à CAPES pela bolsa de doutorado-sanduíche.

Muito obrigado Leopoldo Waizbort pelos anos de orientação, que significaram tempos de aprendizagem e formação. Agradeço seu estímulo e também moderação, sua atenção e ênfase, bem como as leituras e os comentários fecundos que me ajudaram a enfrentar questões controversas, a examinar lacunas e a realizar este trabalho.

E um agradecimento emocionado à minha amada avó Rozaria (*in memoriam*), ainda presente em todas as horas: "Deixa-me nascer de novo,/Nunca mais em terra estranha,/mas no meio do meu povo,/com meu céu, minha montanha,/meu mar e minha família [...]." (Cecília Meireles, "Desejo de regresso", 1945).

Por fim, obrigado querido Anderson Trevisan. A você a "duração destes dias".

RESUMO

Este trabalho orientou-se por uma pergunta: qual era o público literário (leitor e consumidor) de Alexandre Dumas, Manuel Antonio de Almeida, José de Alencar e Fagundes Varella e de suas respectivas produções literárias que foram difundidas no Brasil entre 1850 e 1860? Para responder a esta pergunta, o trabalho buscou identificar e caracterizar como grupo social uma fração do público literário brasileiro destes escritores e de seus folhetins, publicados na forma de romances e crônicas. Eles circularam no Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro (Dumas) e em dois jornais do Império - Correio Mercantil-RJ (Almeida e Alencar) e Correio Paulistano-SP (Varella). E nestes espaços sua presença foi considerada bastante expressiva a ponto de existir, em um país marcado pela escravidão e analfabetismo, uma fração de público para eles. Essa fração não representava apenas a elite, advinha também de outros estratos sociais, que carecem de investigação sociológica. Diante da variedade do sistema literário brasileiro, extraímos dele somente alguns momentos que, uma vez compreendidos, apresentam elementos constitutivos de uma fração do público literário no Segundo Reinado no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Palavras-chave: Público Literário (Século XIX), Grupo Social, Folhetim, Imprensa e Gabinete de Leitura

ABSTRACT

The research question guiding this study was: who was the literary public (both reader and consumer) of the works of Alexandre Dumas, Manuel Antonio de Almeida, José de Alencar, and Fagundes Varella that were published in Brazil between the years of 1850 and 1860? To answer this question, this study attempted to identify and characterize as a social group a fraction of the Brazilian literary public who consumed the writings of the aforementioned authors, which circulated as feuilleton (novels and chronicles). Such writings circulated at the Gabinete Português de Leitura in Rio de Janeiro (Dumas) and in two newspapers printed during the Empire - Correio Mercantil from Rio de Janeiro (Almeida and Alencar) and Correio Paulistano from São Paulo (Varella). Their presence was of such importance that a fraction of the literary public existed in a country marked by slavery and illiteracy. This fraction did not represent the elite only, it included other social groups requiring investigation. In relation to the diversity of the Brazilian literary system some elements were extracted in this investigation. Once understood, they present constitutive elements of a fraction of the literary public in Rio de Janeiro and São Paulo during the Second Empire of Brazil.

Keywords: Literary Public (19th century), Social Groups, Feuilleton, Press and Subscription Libraries

SUMÁRIO

Introdução – 09

Pressupostos e Fronteiras – **14**

Preâmbulo – 17

Crônica-comentário/crônica-folhetim – **19**

Transferências culturais – **26**

Emigração e uma feição da imprensa do Rio de Janeiro – **29**

Alexandre Dumas no *Jornal do Commercio* – **32**

Alexandre Dumas no *Correio Mercantil* – **38**

Alexandre Dumas e as edições dentro do comércio do livro (livrarias e gabinetes de leitura) – **45**

Um público consumidor possível para as edições dos romances-folhetins – **48**

Capítulo 1: Rio de Janeiro, 1860-1870 – 55

1.1. O público do Gabinete Português de Leitura e gosto pelo romance-folhetim francês - **58**

1.1.1. Frequência do público consumidor (1860-1870) - **59**

1.1.2. Características do público consumidor - **62**

1.1.2.1. Joaquim da Costa Ramalho Ortigão e o caixeiro como tipo social - **73**

1.1.2.2. O antilusitanismo - **83**

1.1.2.3. Questões internas ao Gabinete - **87**

1.1.3. Escritor e Romance (1858-1868) - **92**

1.1.3.1. O gosto literário e seu público de caixeiros - **94**

1.1.3.2. Um novo gosto literário – **101**

1.1.3.3. Homens práticos e positivos (1868-1870) – **104**

1.1.3.4. De Portugal para Brasil: um dos sentidos das transferências culturais – **106**

1.1.3.5. A (nova) *geração nova* do Gabinete Português do Rio de Janeiro – **111**

1.1.3.5. (a) Caridade caixeiral – **117**

1.1.3.5. (b) Educação caixeiral - **120**

Capítulo 2: Rio de Janeiro, 1852-1854 – 124

2.1. MANUEL ANTONIO DE ALMEIDA: romance-folhetim, proposições, vertentes da crítica e a questão do antilusitanismo - **125**

2.1.1. Romance-folhetim - **125**

2.1.2. Proposições – **128**

2.1.3. Vertentes da crítica e a questão do antilusitanismo – **134**

2.1.4. O leitor intencionado das *Memórias de um sargento de milícias*: a educação em foco – **140**

2.1.4.1. A ironia da escola – **143**

2.1.5. O leitor intencionado das *Memórias de um sargento de milícias*: a questão do trabalho em foco – **151**

2.1.6. Elementos biográficos em foco: a relação entre os aspectos pessoais e literários de Manuel Antonio de Almeida - **157**

2.2. JOSÉ DE ALENCAR: testemunhos de leitura – **163**

2.2.1. Construção da primeira cena epistolar: higiene pública – **163**

2.2.2. Construção da segunda cena epistolar: cólera-morbo – **188**

2.2.3. O tipo social do público leitor da crônica de Alencar – **198**

Considerações parciais baseadas nos capítulos 1 e 2 – 202

Capítulo 3: São Paulo, 1866-1867 – 207

3.1. Fagundes Varella: Crônica inaugural e o leitor ficcional: comentário – **209**

3.2. Outras crônicas, mais insinuações e comentários – **220**

3.3. Os leitores de tinta e de papel – **225**

3.3.1. Os novatos: caracterização da comunidade de estudantes de São Paulo – **227**

Excurso: I. Sobre o nacionalismo literário - **231**

Excurso: II. Sobre a presença do bacharel no século XIX: três distintas bases teóricas – **234**

3.3.1.1. Fagundes Varella: estudante-escritor – **243**

3.3.1.2. Pseudônimo - **244**

3.3.1.3. Fagundes Varella, a imprensa e o comércio literário – **247**

3.3.2. A família patriarcal como público – **254**

3.3.2.1. O sobrado patriarcal – **262**

3.3.3. Os produtores de estrangeirismos e os leitores-assinantes - **266**

3.3.3.1. Os produtores de estrangeirismos – **266**

3.3.3.2. Livraria francesa – **267**
3.3.3.3. A imprensa local - **269**
3.3.3.4. Leitores-assinantes – **275**

Conclusão – 290
Referências Bibliográficas - 292
ANEXOS - 306

"Nada é mais difícil e mais amargo que escrever sem a esperança de haver leitores."

Shelley*

Introdução

Numa sociedade em que a grande maioria da população era analfabeta e escrava, como no Brasil no Segundo Reinado, a expressão "público literário", em sentido sociológico, parecia dizer respeito somente à elite brasileira, na qual se supunha existirem condições estruturais necessárias (como educação e bens baseados na propriedade patriarcal) para dar suporte à literatura existente.[1] Não obstante, a pesquisa sobre o público literário do século XIX revelou outros aspectos quando entrei em contato, por exemplo, com o número de frequência de leitores num gabinete de leitura do Rio de Janeiro, entre 1860 e 1870. Essa experiência, entre outras que este trabalho procura retratar, estimulou-me a repensar a assertiva de que somente a elite era a "classe" leitora no Brasil oitocentista, sobretudo porque o contato com uma fração do público indica que houve leitores para além dos círculos dirigentes. Devo dizer, de saída, que eles não representavam o "povo", mas também nem todos pertenciam à Corte imperial. Talvez pudéssemos falar de uma "classe média em gestação",[2] ainda que, sociologicamente, isso não diga muito sobre esse público encontrado. A solução, depois de interpretar o público de diferentes maneiras – através da frequência de leitores numa biblioteca particular, de testemunhos de leitura, de cartas endereçadas à redação de jornais e comentário textual – foi tentar estudá-lo enquanto grupo social portador e suporte de determinada literatura, isto é, buscou-se localizar e caracterizar a posição social que tal público ocupava frente a quatro escritores e suas produções folhetinescas.

Neste trabalho, portanto, o objetivo é estudar *uma parcela* do público literário que teve presença no Brasil, no Segundo Reinado. Para investigá-lo foi necessário percorrer quatro momentos extraídos de uma constelação de situações do século XIX, nos quais encontramos escritores e públicos interagindo entre si (I-IV):

---

*Citado por Levin L. Schücking, *El gusto literario*, México – Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1960, pp. 70-71.

[1] Estou me baseando em uma das sínteses de Antonio Candido, "Literatura e subdesenvolvimento", in: *A educação pela noite e outros ensaios*, 3º ed., 2º imp., São Paulo: Ática, 2003, pp. 143-162 e de Luiz Costa Lima, "Machado dribla o veto", in: *Trilogia do controle: o controle do imaginário; sociedade e discurso ficcional; o fingidor e o censor*, 3ª ed. rev., Rio de Janeiro: Topbooks, 2007, pp. 201-213.

[2] O termo "classe média em gestação" é de Marlyse Meyer, que o emprega num comentário sobre os leitores de Alencar. Cf. Marlyse Meyer, *As mil faces de um herói-canalha e outros ensaios*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998, p. 90.

I. O primeiro momento se relaciona a um espaço de sociabilidade e literatura do Rio de Janeiro: o Gabinete Português de Leitura, assunto do **Capítulo 1**. Nesse espaço social, onde encontrei variadas "formas de sociação",[3] existe um objeto cultural que acompanha os indivíduos ali envolvidos, e ele se refere a um tipo específico de literatura: trata-se dos romances-folhetins de Alexandre Dumas, que representam o maior número de volumes nos catálogos da biblioteca na divisão "romances, novellas e contos", na década de 1860.[4] Dada, portanto, a presença do romance-folhetim de Alexandre Dumas – uma personalidade singular[5] –, sua existência nesse espaço de sociabilidade parece condicionada à lógica de um público consumidor, que é portador e suporte, isto é, *dá forma (molda) e sustenta determinada literatura*. Partindo dessas ponderações, o objetivo nesse primeiro momento foi analisar a posição social desse público existente neste espaço de sociabilidade onde tem presença uma literatura folhetinesca. O que se observa é que a questão do público literário está condicionada à dinâmica de um espaço no qual indivíduos que interagem entre si (no sentido de relações mútuas) constituem um grupo consumidor de literatura e terminam gestando um gosto específico.[6] Sobre esse gosto e esse grupo, que carecem de investigação sociológica, adianto que um dos assuntos relacionados a eles foi a questão da censura ao entretenimento, revelando episódios marcantes dentro do Gabinete e que guardam relação com o movimento geral da sociedade, no qual a Guerra do Paraguai e o antilusitanismo têm presença entre 1860 e 1870.

II e III. Tendo em vista esse primeiro momento da investigação de determinados

---

[3] Georg Simmel, "Sociabilidade (exemplo de Sociologia pura ou formal)", in: *Questões fundamentais da Sociologia: indivíduo e sociedade*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 64.

[4] Cf. Nelson Schapochnik, "Associações recreativas e culturais: sociabilidades livrescas", in: *Os jardins das delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na Corte Imperial*, 1999, 270f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1999, pp. 130-170.

[5] Trata-se do conceito de personalidade singular de Siegfried Kracauer, "O grupo como portador de ideias", in: *O ornamento da massa*, São Paulo: Cosac & Naif, 2009, p. 164. Vale indicar que Kracauer retoma a concepção do papel social do indivíduo, isto é, do indivíduo, no nosso caso um escritor, como ponto de cruzamento dos círculos sociais. Esse tipo de formulação pode ser encontrado, antes, em Georg Simmel. Podemos ler, portanto, "personalidade singular" na chave da Sociologia simmeliana (Cf. Jorge Simmel, "El cruce de los círculos sociales", in: *Sociología – estudios sobre las formas de socialización*, Buenos Aires: Espasa-Calpe Argentina, S. A, 1939, pp. 7-56; e também Georg Simmel, "O nível social e o nível individual (exemplo de Sociologia geral)", in: *Questões fundamentais da Sociologia*, op. cit., pp. 39-58. Ainda sobre a concepção de "personalidade" em Simmel, ver Georg Simmel, "Indivíduo e sociedade nas concepções de vida dos séculos XVIII e XIX (exemplo de Sociologia filosófica)", in: *Questões fundamentais da Sociologia: indivíduo e sociedade*, op. cit., pp. 83-118; e também _____, "Recuerdos de Rodin", in: *El indiviuo y la libertad: ensayos de crítica de la cultura*, Barcelona: Ediciones Península, 2001, pp. 317-324).

[6] Sobre o conceito de interação (*Wechselwirkung*) a referência é Jorge Simmel, "El cruce de los círculos sociales", in: *Sociología – estudios sobre las formas de socialización*, op. cit., pp. 7-56; Georg Simmel, "O nível social e o nível individual (exemplo de Sociologia geral)", in: *Questões fundamentais da Sociologia: indivíduo e sociedade*, op. cit., pp. 39-58. Sobre o estudo do público condicionado à dinâmica dos espaços sociais, inspiro-me em Erich Auerbach, "*La cour et la ville*", in: *Ensaios de literatura ocidental: filologia e crítica*, São Paulo: Duas cidades; Ed. 34, 2007, pp. 222-255. Sobre a questão dos grupos sociais que encarnam gosto literário a referência é Levin L. Schücking, *El gusto literario*, op. cit., pp. 22-79.

aspectos da estrutura social de uma fração de público que se manifesta, buscou-se matizar essa experiência tomando outros exemplos, agora retirados do contexto da imprensa do Rio de Janeiro, no início da década de 1850. Recuei um pouco no tempo e pude encontrar, mais uma vez interagindo entre si, escritores e públicos – nesse momento pude observar a literatura folhetinesca publicada no rodapé de um jornal, sendo gestada por um grupo de mesmo caráter social do público estudado na década de 1860. O que me levou a aprofundar o estudo desse público do jornal foi a questão do antilusitanismo, também assunto do primeiro capítulo. Contudo, no **Capítulo 2**, o objeto de estudo não é a obra e o público de Alexandre Dumas, mas o "leitor intencionado"[7] do romance-folhetim *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antonio de Almeida, e duas "testemunhas de leitura" das crônicas *Ao correr da pena*, de José de Alencar – ambos tendo sido, romance e crônica, publicados no jornal *Correio Mercantil* entre 1852 e 1854. Diante dessas ponderações, o antilusitanismo é visto como uma chave para continuar investigando outros elementos de um público de emigrantes portugueses estudados no primeiro capítulo e que estão em contato com Manuel Antonio de Almeida por conta do caráter antilusitano de seu romance: evidenciar como se dá essa interação entre escritor e leitor, no plano da literatura, bem como matizar a posição social desse público, é o objetivo nessa primeira parte do segundo capítulo.[8] Sobre Alencar e as testemunhas de leitura de sua crônica-folhetim, o contato com esses leitores e suas práticas de leitura permitiu validar, empiricamente, o que antes eram hipóteses, baseadas na interpretação textual, sobre o público de Manuel Antonio de Almeida dentro do jornal. Esse segundo momento do trabalho, dividido entre dois escritores, não deve ser visto como uma ilustração do primeiro, mas como a busca por novas experiências de leitura centradas numa mesma feição de público literário.

IV. E, por fim, chegamos ao quarto e último momento da pesquisa (**Capítulo 3**), que diz respeito às crônicas assinadas por Smarra, pseudônimo de Fagundes Varella, que ganham

---

[7] O conceito de "leitor intencionado" ("*lecteur visé*" ou "*intendierter Leser*") é de Erwin Wolff ("Der intendierte Leser", in: *Poética 4*, 1971, pp. 141 sq.), mas a síntese é de Wolfgang Iser: diz tratar-se de uma reconstrução conceitual que apresenta disposições históricas do público, que é alvo do autor. Por outras palavras, trata-se da ideia do leitor tal qual ele se formou no espírito do autor. Cf. Wolfgang Iser, *L'acte de lecture: théorie de l'effet esthétique*, Bruxelles: P. Mardaga, 1985, p. 64. Ainda sobre Erwin Wolff, ver a síntese de Hélio de Seixas Guimarães, *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século XIX*, São Paulo: Nankin: Edusp, 2004, p. 45.

[8] Devo adiantar que o "leitor intencionado" é uma figuração, daí a necessidade de interpretá-lo textualmente. Mas o objetivo é encontrar nesse leitor ficcionalizado os traços de um possível interlocutor que o escritor está à procura: trata-se de sinais, como palavras-chave, figurados pelo escritor no texto e que acenam, apelam, para um público que existe para além da obra literária. Como dizia Sartre, a obra exige um tipo de público, um tipo social de leitor. O leitor ficcionalizado tem presença no texto, pode ser encontrado através de algumas palavras-chave, mas ele se apoia num substrato empírico, como o tipo social. A referência é Jean-Paul Sartre, "Para quem se escreve?", in: *Que é a literatura?* 3ª ed., 2ª impr., São Paulo: Ática, 2004, p. 56 e p. 114; ver também Hélio de Seixas Guimarães, *Os leitores de Machado de Assis*, op. cit., pp. 28-46.

destaque no jornal *Correio Paulistano*, entre 1866 e 1867. Através delas será possível interpretar aspectos do público leitor de São Paulo, seja por conta das hipóteses levantadas a partir do texto literário, seja por meio das cartas de alguns leitores endereçadas ao jornal, retratando um público cujas posições sociais vão desde os tipos patriarcais (estudantes, moradores dos sobrados etc.) aos tipos mais populares (moradores das casas térreas, donos de pequenos comércios etc.).[9] Com Varella, portanto, a pesquisa se desloca do Rio de Janeiro para São Paulo, retorna para a década de 1860, por razões que o leitor conhecerá no último capítulo.

Devo dizer que, nos três primeiros momentos do trabalho, a discussão se centrou numa comunidade de emigrantes do Rio de Janeiro; no último, o público de São Paulo também se localiza numa espécie de comunidade, formada inicialmente por estudantes, depois pelas famílias de São Paulo (divididas entre os sobrados e as casas térreas), além dos tipógrafos e livreiros – sendo que esse coletivo de tipos sociais representa a "comunidade paulistana". Como vemos, o estudo de uma fração do público em São Paulo e no Rio de Janeiro concentrou-se em determinados tipos sociais encontrados dentro de duas comunidades, no momento em que a "comunidade" não é mais a matriz de existência no século XIX, mas a "sociedade", organizada por uma situação "estamental-escravista".[10]

Como podemos observar, trata-se de quatro momentos, divididos em três capítulos que receberão uma marcação espacial e temporal: Capítulo 1 – Rio de Janeiro, 1860-1870; Capítulo 2 – Rio de Janeiro, 1852-1854; Capítulo 3 – São Paulo, 1866-1867. Com esta marcação pretendo matizar o momento em que escritores e obras específicas são gestados por determinados públicos, vistos como grupos portadores e suportes dos escritores e obras em questão. Por outras palavras, trata-se aqui de uma visada perspectivista da história da literatura brasileira e estrangeira em língua vernácula: elegem-se alguns momentos e excluem-se outros de uma constelação de situações, partindo sempre de um problema particular –

---

[9] Sobre o estudo do público leitor, cuja compreensão resulta numa tipologia, a referência é Jean-Paul Sartre, "Para quem se escreve?", in: *Que é a literatura?* , op. cit., p. 114.

[10] No Segundo Reinado a classe se confunde com o estamento: uma casta senhorial coexiste e se mistura com a estrutura de classe existente formada por banqueiros, comerciantes e fazendeiros. Sobre este último, a fazenda e a escravidão são termos de uma equação social importante, embora quem esteja presente em todos os momentos, determina e condiciona tudo não é a classe, nem o dinheiro, mas o Imperador e os círculos dirigentes: o dinheiro ainda não dava tanta grandeza nem subjugava tanto quanto a política. A referência é Raymundo Faoro, *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, 4ª edição, revista, São Paulo: Globo, 2001, pp. 13-39. A questão do estamento social, da classe e da "política como fator de potencialidade decisiva" no passado colonial é, guardadas as proporções, referência também em Florestan Fernandes, "Crescimento econômico e instabilidade política no Brasil", in: *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, 6ª ed., São Paulo: Gaudí Editorial, 2009, pp. 125-143. Sobre a clássica dicotomia comunidade e sociedade no contexto brasileiro ver José de Souza Martins, "Estudo de caso e conhecimento sociológico", in: *A imigração e a crise do Brasil agrário*, São Paulo: Pioneira, 1973, pp. 30-36.

circunscrito, limitado – a partir do qual se buscou construir um argumento: existe uma fração do público literário gestando a literatura desses quatro escritores, cuja posição social ainda carece de análise e interpretação.[11] Temos, precisamente, constituída uma unidade de assunto: a necessidade de estudar o público como grupo portador/suporte da literatura. No que diz respeito a uma unidade de exposição – arquitetando os diferentes momentos em que escritores e obras selecionados orientam a investigação do público –, esta será apresentada no transcorrer do trabalho, digo, em cada capítulo. Por outras palavras, no plano da forma foi, portanto, a necessidade de estudar um público que se manifestava a partir do contato com a literatura folhetinesca do Segundo Reinado que orientou a escolher algumas literaturas e outras não; ou seja, elegi alguns escritores e obras, sempre pautado pela manifestação do público: onde ele se fazia presente, ali eu selecionava e submetia minha análise e interpretação, tentando fazer isso não de forma arbitrária, mas buscando seguir alguma lógica interna dos objetos, atribuindo sentidos a eles.[12] Dentro disso, sobre a questão da unidade

---

[11] Até aqui a referência constante é a noção de público literário de Erich Auerbach, cuja visada é sociológica. Ver Erich Auerbach, "*La cour et la ville*", in: *Ensaios de literatura ocidental: filologia e crítica*, op. cit., pp. 213-255. Tenho em mente também seu ensaio dedicado a Montaigne: Erich Auerbach, "L'Humaine Condition", in: *Mimesis*, 4ª ed., São Paulo: Perspectiva, 2001, pp. 258-273.

[12] Sobre a construção do objeto, o processo foi bastante demorado e marcado por idas e vindas. Não pretendo indicar todo o movimento aqui, mas dizer apenas que, tendo decidido o tema da pesquisa – o público literário no Segundo Reinado –, meu passo seguinte foi marcado pelo contato com o trabalho de Marlyse Meyer (especialmente, *Folhetim: uma história*), que me levou a Alexandre Dumas e apresentou o universo da história do livro, do jornal, da leitura e do leitor no século XIX, no Brasil, primeiramente, depois na França. Nesse momento, e bastante intrigado com a presença desse escritor de sucesso, em um país de escravos e analfabetos, comecei a me perguntar sobre seu público. Contudo, outros pesquisadores e, sobretudo, Marlyse Meyer, já tinham feito essa pergunta, bem como informado, em seus trabalhos, as dificuldades de mapear o público leitor no Brasil oitocentista. Não ignorei suas orientações, mas também não desisti desse trabalho, por isso saí em busca de um ponto de partida, alguma notícia, qualquer documento ou estudo realizado que me desse uma pista por onde começar. Depois de uma longa revisão bibliográfica e muitas investidas, todas frustradas, nos arquivos do Rio de Janeiro sobre vestígios de leitura e de leitores, deparei com o trabalho de Nelson Schapochnik que, entre outras coisas, me oferecia o almejado ponto de partida para investigar, sociologicamente, o público de Dumas, nesse caso dentro de uma biblioteca particular do Rio de Janeiro. Em relação aos outros escritores, como José de Alencar e Manuel Antonio de Almeida, o contato nasceu de uma contingência. Digo isso porque foi tentando mapear os leitores de Dumas dentro de um jornal específico do Rio de Janeiro (o *Correio Mercantil*), que deparei com duas testemunhas de leitura da crônica de Alencar. Coincidentemente, um dos seus leitores tinha relação com o público do Gabinete Português, o que me levou a tentar avaliar um pouco mais a presença desses leitores na vida daquela redação. O caminho foi pesquisar outros escritores e obras publicados nessa imprensa local, bem como verificar se aquele público ali presente era uma tendência. Acabou que não encontrei nenhuma outra testemunha de leitura, por outro lado, num segundo momento, deparei com o romance de Manuel Antonio de Almeida, publicado também no *Mercantil*, e que me dava pistas sobre esses leitores portugueses. De Almeida (1852-1853) retornei a Alencar (1854) e, como não encontrei mais nenhum vestígio dos leitores, prossegui em busca de outras pistas dentro do jornal, acabando por me deparar com França Junior (1867). Através dele tentei encontrar outras evidências sobre os portugueses ou uma nova feição de leitores-assinantes do jornal. Não preciso dizer que minha investigação sobre o público desse jornal terminou frustrada, pois não encontrei mais nada que desse lastro à minha questão. A solução foi deixar esse jornal e me voltar novamente para Dumas, agora dentro do *Jornal do Commercio*. Foi durante a pesquisa no *Jornal do Commercio*, em períodos específicos (1838-1840; 1845-1848; 1851-1855; 1865-1868; 1880-1883), particularmente nos anos nos quais o escritor francês foi traduzido no rodapé, que acabei encontrando, não os leitores de Dumas, mas dezesseis crônicas inéditas de França Junior. Surgia ali uma oportunidade para conhecer aquelas crônicas e

entre as partes, esta tese poderia ser lida como um conjunto de ensaios independentes sobre a questão de uma parcela do público literário no Brasil oitocentista; entretanto, a expectativa é alcançar unidade interna entre esses diferentes momentos,[13] cujo resultado deve oferecer ao leitor *elementos constitutivos para o estudo do público literário no Segundo Reinado*.

Pressupostos e Fronteiras

Nesta parte do trabalho, pretendo dar mais evidência tanto ao tipo de modalidade sociológica que orientou o trabalho, como aos procedimentos histórico-metodológicos nos quais me baseei para alcançar o *objetivo desta pesquisa, que é localizar e caracterizar a posição social de um público que é notório em diferentes momentos do Segundo Reinado. Isso se fez buscando estudar uma fração do público enquanto grupo portador/suporte da literatura*.

Em determinadas pesquisas de Sociologia do público não há como fazer uma abordagem direta dos "consumidores" e "leitores" de literatura, apenas lidar com os vestígios deixados por um público que não existe mais. Encontrar os testemunhos de práticas plurais da leitura no século XIX no Brasil não é uma tarefa fácil, embora existam algumas pistas deixadas pelos leitores. Neste trabalho lidamos com testemunhos de leitura, interpretação dos tipos de leitores enunciados em alguns textos e registros de leitores encontrados dentro de uma biblioteca particular. E por uma questão de clareza de exposição, dividi e caracterizei a fração do público literário localizado em duas categorias: <u>público consumidor</u> e <u>público leitor</u>. Essa diferenciação deve-se ao fato de que em alguns momentos chamei público leitor aquele estudado com base nas testemunhas de leitura encontradas. Já quando o assunto eram os tipos de leitores interpretados textualmente, ainda que se tratasse de público leitor, diferenciei-os das testemunhas de leitura adotando o termo <u>destinatários específicos</u>, baseado em hipóteses construídas mediante interpretação textual e passíveis de verificação sociológica; isto é, a

---

investigar seu público, contudo, não tive notícias dos seus leitores e nem condições de comprovar a autoria dos textos, por isso decidi excluí-las da pesquisa e estudá-las em outro momento. Sendo assim, a pesquisa ficava restrita ao Rio de Janeiro e a três escritores, o que não era pouco, embora eu quisesse dar notícias também do público de outra região do país. A opção por São Paulo e Fagundes Varella pareceu-me uma boa alternativa, facilitada inclusive por pesquisas realizadas anteriormente, faltando apenas decidir que tipo de literatura iria me orientar na investigação. Acabei optando por uma série de crônicas do escritor que foram pouco estudadas pelos especialistas e que também davam pistas sobre os leitores da comunidade paulistana. Completavam-se, assim, os quatro momentos da pesquisa sobre uma parcela do público literário no Segundo Reinado.

[13] Sobre a busca da unidade no trabalho agradeço as observações dos professores Guilherme Simões Gomes Junior e Nelson Schapochnik na ocasião do exame de qualificação (junho, 2010).

partir de uma construção interpretativa que resulta numa tipologia, procuro compreendê-la na qualidade de grupo social. Enquanto em outros momentos, chamei público consumidor aquele que consumiu livros, sem oferecer pistas de seu ato de leitura (e, neste caso, o livro pode até mesmo funcionar como um ornamento, deixado na estante). Consumo sem leitura interessa dentro da perspectiva do "ciclo econômico do livro", isto é, implica sua produção e circulação, mas não a prática da leitura literária.[14]

Estudar correlacionando escritor, obra literária e público é um dos desafios da Sociologia desde a primeira metade do século XX[15] e ainda hoje. É a partir dessa perspectiva que nasce uma das modalidades de estudos dentro da Sociologia, a chamada Sociologia da literatura,[16] e um de seus pressupostos era, e continua sendo, o de investigar o público que é portador e suporte da literatura em diferentes épocas.[17] O público literário é, pois, uma questão eminentemente sociológica, e compreendê-lo é o mesmo que entrar em contato com certo número de relações sociais centradas em torno do fato literário. Consideramos, portanto, que a questão do público desponta da clássica correlação literatura e sociedade e, dentro disso, modalidades como a Sociologia da literatura – e mais especificamente, a Sociologia do público e do gosto literário – também surgiram para completar o quadro dos estudos literários dentro do campo da Sociologia.

Por fim, resta dizer que o conceito de gosto implica sempre uma espécie de relação

---

[14] Sobre o conceito de consumo literário, a síntese é de Robert Escarpit, *Que sais-je? Le point des connaissances actuelles – Sociologie de la littérature*, Paris: Presse Universitaires de France, 1958, pp. 117-119. Em relação às práticas da leitura, a lição é de Roger Chartier, "Do Livro à Leitura", in: *Práticas da leitura*, São Paulo: Estação Liberdade, 1996, pp.77-103. Acerca da interpretação textual a referência vem de Jean-Paul Sartre, "Para quem se escreve?", in: *Que é a literatura?*, op. cit., 2004 e de Erwin Wolff apud Wolfgang Iser, *L'acte de lecture*, op. cit., p. 64.

[15] Refiro-me, sobretudo, aos trabalhos pioneiros de Sociologia da literatura de Levin L. Schücking, *Die Soziologie der literarischen Geschmacksbindung*, 1931 (ver Levin L. Schücking, *El gusto literario*, op. cit., 1960) e de Robert Escarpit, *Que sais-je? Le point des connaissances actuelles – Sociologie de la littérature*, op. cit., 1958.

[16] A Sociologia da literatura deve respeitar a especificidade do fato literário, e este se apresenta nas seguintes modalidades de abordagem: o livro, a leitura e a literatura. Vale destacar que durante o exame de cada uma das modalidades a tríade autor, obra e público deve ser levada em conta (Cf. Robert Escarpit, *Sociologie de la littérature*, op. cit., pp. 05-15). Também sobre algumas modalidades da Sociologia da literatura ver Antonio Candido, *Literatura e sociedade*, São Paulo: Publifolha, 2000, pp. 10-14; sobre seus "léxicos" ver Carlos Altamirano e Beatriz Sarlo, *Conceptos de sociología literaria*, Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1980.

[17] Guardadas as proporções em relação às diferentes perspectivas teóricas, realizam um tipo de Sociologia da literatura com ênfase na questão do público os seguintes autores: Levin L. Schücking, *El gusto literario*, op. cit., 1960; Robert Escarpit, *Sociologie de la littérature*, op. cit., 1958; Mikel Dufrenne, "Pour une sociologie du public", in: *Cahiers Internationaux de Sociologie – volume VI cahier doublé quatrième année 1949*, Paris: Editions du Seuil, 1949; Antonio Candido, "O escritor e o público" (pp. 67-81) e "A literatura na evolução de uma comunidade" (pp. 127-151), in:_____, *Literatura e sociedade*, op. cit.; Erich Auerbach, "*La cour et la ville*", in: *Ensaios de literatura ocidental: filologia e crítica*, op. cit., 2007; Noël Salomon, "Alguns problemas de sociología de las literaturas de lengua española", in: *Creación y público en la literatura española*, Edición a cargo de J. F. Botrel y S. Salaün, Madrid: Editorial Castalia, 1974.

entre escritor e leitor,[18] que está contida no conceito de público. Este, por sua vez, refere-se sempre ao contexto, a uma dimensão da sociedade na qual escritor e obra se relacionam com determinados grupos sociais.[19] O presente trabalho, dessa forma, vincula-se à Sociologia do público e do gosto; ou melhor, leia-se nele uma espécie de Sociologia do público literário. Com essa modalidade busca-se estudar o grupo social que gesta a literatura folhetinesca, ao mesmo tempo em que considera o folhetim um novo gosto literário no Brasil oitocentista.[20] E para a investigação desse fenômeno sociológico, que é o público e o gosto, é necessária tanto uma pesquisa qualitativa atenta aos documentos, cartas, manuscritos, tabelas etc. existentes sobre o século XIX, como a leitura textual.[21] Consequentemente, esse tipo de investigação impõe à modalidade sociológica em questão um diálogo constante com outras áreas do conhecimento, como a estética do efeito e da recepção (quando tende para a Sociologia do leitor),[22] a Filologia, a História cultural, a Teoria e a Crítica literária.

E o que estrutura este trabalho de Sociologia do público literário e articula alguns momentos é a tentativa de compreender uma fração do público como grupo social e portador, e suporte do folhetim (romance e crônica). Este último, aliás, representado por escritores como Alexandre Dumas, Manuel Antonio de Almeida, José de Alencar e Fagundes Varella. Sobre a soma desses escritores e suas obras, pode-se dizer que ela não forma uma totalidade que abranja a complexidade da literatura brasileira e de seu público no século XIX. Ainda que se opere com o conceito-chave de sistema literário,[23] a partir do qual escritores, obras e públicos interagem entre si, ainda assim, nossa tríade é representada por um número reduzido de escritores, obras e públicos; assim sendo, muitos complementos seriam necessários para

---

[18] A referência é Raymond Williams, *Cultura e Sociedade: 1780-1950*, São Paulo: Editora Nacional, 1969, pp. 55-63.

[19] Cf. Levin L. Schücking, *El gusto literario*, op. cit., p. 31.

[20] Em relação à questão do novo gosto literário pelo folhetim francês, entendo que ele surja não porque represente o "espírito de uma época", mas uma característica de fenômenos sociais específicos, tais como os movimentos emigratórios – que resultaram na imprensa de Villeneuve e no Gabinete Português –, e a presença de públicos leitores. Continuo me inspirando em Levin Schücking, *El gusto literario*, op. cit., p. 129.

[21] Refiro-me tanto ao método da explicação de texto (Cf. Erich Auerbach, *Mimesis*, op. cit., p. 501) quanto a interpretação textual orientada para a construção dos tipos ou feições de leitores. Cf. Jean-Paul Sartre, *Que é a literatura?*, op. cit., pp. 58-166 e Erwin Wolff apud Wolfgang Iser, *L'acte de lecture*, op. cit., p. 64.

[22] Sobre a Estética do efeito e da recepção tender à Sociologia da leitura, a assertiva é de Luiz Costa Lima ("Literatura e sociedade na América Hispânica [século XIX e começo do século XX])", in: *Trilogia do controle*, op. cit., pp. 278-279). A esse respeito, considero que as análises de Wolfgang Iser, sobre o "leitor intencionado" de E. Wolff, oferecem ferramentas para uma análise fina das maneiras de ler, dos usos da leitura e de suas possíveis práticas, sendo que o presente trabalho se valeu disso para realizar seu estudo do público literário. Particularmente a respeito da Sociologia da leitura ver Chantal Horellou-Lafarge e Monique Segré, *Sociologie de la lecture*, Paris: Éd. La Découverte, 2003.

[23] Cf. Antonio Candido, *Iniciação à literatura brasileira*, 3ªed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999, p. 15 e p. 128.

abarcarmos a completude do sistema literário brasileiro. Dada a variedade e amplitude da literatura brasileira oitocentista há, portanto, diversas lacunas e/ou ausências, que se justificam por fazerem parte de escolhas fundadas num perspectivismo histórico orientado para o estudo de alguns momentos da literatura brasileira e estrangeira, em língua vernácula. O movimento vai em direção ao mais específico e busca ensaiar a difícil tarefa de ver o simples diante do mais complexo, apoiando-se num conjunto restrito de momentos, extraídos de uma constelação de situações nas quais escritores, obras e públicos interagem.

Preâmbulo

Partindo dessas ponderações, é necessário analisar alguns elementos relacionados à questão do público e que pedem um enquadramento sociológico, antes de adentrarmos no primeiro capítulo. Portanto, vou introduzir aqui a questão do gosto literário através da discussão das transferências culturais, com destaque para as traduções e edições de Alexandre Dumas no Rio de Janeiro. A escolha por Alexandre Dumas está pautada na perspectiva de que esse escritor é um dos responsáveis pela introdução do folhetim e constituição de público no Brasil.[24] No nosso caso, sua presença vai ajudar a aquilatar a forma pela qual se deu a introdução de determinado gosto literário no Rio de Janeiro – "capital literária" do Império.[25] Um gosto que não é visto como fenômeno espiritual, mas social, sendo, pois, uma chave sociológica para estudar a relação entre literatura e grupos sociais.[26] Devo dizer que esse

---

[24] A referência é Marlyse Meyer, *Folhetim: uma história*, São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 32-33 e pp. 60-61.

[25] Por capital literária entenda-se um lugar onde há difusão de literatura e prática de leitura. Inspiro-me em Michel Espagne, "Les capitales littéraires allemandes", in: *Capitales culturelles Capitales symboliques: Paris et les expériences européennes XVIIIe-XIXe siècles*, sous la direction de Christophe Charle et Daniel Roche, Paris: Publications de la Sorbonne, 2002, p. 333.

[26] O gosto literário é o assunto central da Sociologia da literatura de Schücking, presente em *El gusto literario*, e é uma referência para este trabalho. A síntese operante no livro defende que toda literatura e as outras formas de arte, chamadas de criações do espírito, não dependem exclusivamente de causas espirituais (Levin L. Schücking, *El gusto literario*, op. cit., p. 79). Na verdade, grande parte da história da literatura, por exemplo, pode ser explicada pelo *húmus* sociológico de onde brota a criação literária (Levin L. Schücking, *El gusto literario*, op. cit., p. 22). Por outras palavras, a literatura e o gosto elaborados socialmente devem ser explicados a partir de instrumentos de poder muito concretos – como os que estruturam o comércio de livros ou os objetos de arte –, como a imprensa e seus meios técnicos ou através dos portadores destes instrumentos de poder como os críticos, os editores e o público. Buscar conhecer os grupos sociais que encarnam o gosto literário é, para Schücking, a melhor maneira de se conhecer a arte (Levin L. Schücking, *El gusto literario*, op. cit., p. 117), sendo a família a primeira instituição a gestar o gosto literário, bem como a transmitir a cultura artística, antes mesmo da imprensa ou da escola. Vale lembrar que, além de Schücking, o debate sobre o papel da família e da escola na formação do gosto pode ser encontrado, contemporaneamente, na Sociologia de Pierre Bourdieu e Alain Darbel, *O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público*, 2ª ed., São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

movimento do Preâmbulo será bastante amplo, mas necessário, pois a Sociologia do público aqui proposta não pode prescindir da questão do gosto literário. Logo, reitero, no lugar de tomar o gosto como um fenômeno dado no século XIX, buscarei apresentar algumas situações que indicam como um novo gosto literário foi introduzido no Brasil, e como esse processo é importante – primeiro, para dar lastro à questão central do público literário; segundo, para dotar de sentido a literatura folhetinesca que nos acompanhou ao longo do trabalho. O objetivo é apresentar elementos sociais que nos conduzirão durante toda a pesquisa e que devem preparar o caminho para o desenvolvimento dos capítulos.

Dada a existência de uma fração do público literário, considera-se importante investigar alguns elementos constitutivos desse fenômeno social, tais como: a imprensa e os gabinetes de leitura fundados pelos emigrantes e brasileiros (no caso do Rio de Janeiro), e a Faculdade de Direito de São Paulo, o sobrado e as casas térreas e a imprensa local (no caso de São Paulo). Em outras palavras, alguns dos nossos jornais diários e livros originaram-se e circularam nessas duas regiões do país graças às iniciativas individuais dos emigrantes franceses Pierre Plancher e Junius Villeneuve, donos do *Jornal do Commercio*, e dos emigrantes portugueses, acionistas do Gabinete Português de Leitura, e devido ao interesse privativo de algumas famílias brasileiras, que ajudaram no desenvolvimento da imprensa criando o *Correio Mercantil*-RJ (o latifundiário Joaquim Francisco Alves Branco Muniz Barreto) e o *Correio Paulistano*-SP (Joaquim Roberto de Azevedo Marques), sem deixar de mencionar o importante papel da Faculdade de Direito na formação de públicos literários e das famílias paulistanas assinantes dos jornais. Portanto, movimentos emigratórios, interesses individuais, privatismo familiar, vida estudantil, tradução, importação do romance-folhetim e da crônica-folhetim, introdução de um gosto literário francês estão no âmago da questão de *uma parcela* do público literário brasileiro. E todos esses elementos constitutivos tornam-se inteligíveis ou criam um universo de sentido desde que um número de escritores e suas respectivas obras literárias passam a orientar a investigação de uma fração do público em momentos diferentes.

Dentro desse processo em que escritores, obras e públicos coexistiram, latifundiários e homens livres estiveram envolvidos, enquanto o escravo mantinha apenas a engrenagem do sistema estamental-escravista funcionando: o público literário do romance-folhetim e da crônica-folhetim formar-se-á à sombra da escravidão. Em alguns momentos esse problema estrutural, que nos singulariza em relação aos outros espaços nacionais do século XIX, chegará a interferir nas relações entre escritor e público – mais para atrapalhar, contudo, como

um "membro apodrecido" (conforme afirma um dos nossos cronistas)[27] do que para despertar algum senso crítico sobre a maneira de como trazíamos tudo de fora: objetos culturais (os jornais, os livros, a moda etc.), as ideias, mas também os homens, importados como gado,[28] para serem escravizados em nossas fazendas e depois em nossos sobrados urbanos.

E por falar em importação, mas de objetos culturais – porque o assunto da escravidão é para depois –, no que diz respeito à França, aquilo que era um sistema do impresso (o jornal diário de grande tiragem e circulação) e um modelo literário francês (o romance-folhetim e a crônica-comentário) transformou-se no sistema do impresso[29] e na forma literária brasileiros.[30]

Iniciemos esboçando alguns pontos sobre a questão da crônica-comentário francesa: a importância de introduzir esse debate deve-se ao fato de que estudaremos, além de dois romancistas, dois cronistas, sendo necessários alguns esclarecimentos sobre esse gênero de que se ocuparam José de Alencar no *Correio Mercantil* e Fagundes Varella no *Correio Paulistano*, sob a insígnia "Folhetim".

Crônica-comentário/crônica-folhetim

Na França, a crônica-folhetim era chamada de crônica-comentário e data de 1830. É conhecida como a crônica de autor, pois está sempre sob a responsabilidade de um escritor renomado, ou de alguém que desfruta de alguma posição dentro de um jornal. Outra característica dessa rubrica é que a informação jornalística cede geralmente à ficção, uma vez que realiza uma leitura da atualidade bastante dissonante, marcada pela forte presença de elementos literários, como a metaforização do assunto, a ironia e a criação de tipos sociais à maneira do estudo de costumes, cujas "Lettres sur Paris", de Honoré de Balzac, são uma

---

[27] Assunto do último capítulo.

[28] A frase é de Gilberto Freyre: "o Brasil continuava a importar negros como se fosse gado". Gilberto Freyre, *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*, 15ª ed. rev., São Paulo: Global, 2004, p. 399.

[29] O termo em francês é *librairie* e define-se como um ramo de atividade que se organiza e se desenvolve em torno do impresso, com destaque para o livro. Cf. Fréderic Barbier, "La librairie allemande comme modele?", in: *Les mutations du livre et de l'édition dans le monde du XVIIIe siècle à l'an 2000*: *actes du colloque international*, Sherbrooke, 2000, sous la dir. de Jacques Michon et Jean-Yves Mollier, Paris: l'Harmattan; Saint-Nicolas (Québec): Presses de l'Université Laval, p. 32. Contudo, por impresso considere também outro suporte, o jornal diário.

[30] Cf. Marlyse Meyer, *Folhetim: uma história*, op. cit., p. 32.

referência.[31] No Brasil, a crônica-folhetim vai se chamar apenas folhetim e era um texto mais longo, publicado geralmente aos domingos no rodapé da primeira página do jornal, e seu primeiro objetivo era comentar e passar em revista os principais fatos da semana. Nessa perpesctiva, o folhetim pertencia ao jornalismo, por ser essencialmente informativo e muitas vezes crítico; entretanto, a exigência de certa elegância e leveza na maneira de escrever colocava o cronista ou folhetinista a um passo da escrita literária.[32]

A matriz da crônica-folhetim brasileira, portanto, é francesa e era chamada de crônica-comentário, sendo Balzac um dos principais cronistas de jornal de que temos notícia. Tratar da relação entre França e Brasil através da crônica, porém, não é tarefa fácil: primeiramente porque dificilmente as crônicas eram objeto de tradução; em segundo lugar, quando tínhamos notícias delas no país, quase sempre estavam relacionadas à presença de jornais franceses na Corte ou através das revistas, como a *Revue de Deux Mondes*, que trazia toda sorte de notícias, crítica, literatura e, em especial, crônicas. O assunto aqui não são as revistas, e, em se tratando dos jornais do Império, não deparei com traduções de crônicas-comentário de Balzac a ponto de poder afirmar que elas eram modelos imediatos para nossos escritores-jornalistas, assim como foram os romances-folhetins franceses. Entretanto, ainda que não seja fácil demonstrar a filiação por meio de traduções, transposições ou aclimatações, as influências da estética da crônica francesa podem ser notadas no estilo de fazer crônica dos folhetinistas brasileiros.

Fato é que a crônica-folhetim fez sucesso também no Brasil, haja vista que muitos romancistas, poetas e teatrólogos, que foram reconhecidos na posteridade pela crítica e história literária, exercitaram sua pena como cronistas. Nesse sentido, gostaria de apresentar alguns elementos da estética da crônica francesa de Balzac, na medida em que eles antecipam o que estudaremos com Alencar e Varella para, em seguida, dar alguns exemplos de como a crônica-folhetim teve presença nos jornais do Império.

A crônica-comentário consistia em exercitar, embora num gênero considerado menor,

---

[31] Cf. Alain Vaillant e Marie-Ève Thérenty, "La chronique, ou l'écho dérouté ", in : *1836, l'an 1 de l'ère médiatique – étude littéraire et historique du journal La Presse*, Paris: Nouveau Monde Éditions, 2001, pp. 264-276).

[32] Ver João Roberto Faria, "Alencar conversa com os seus leitores", in: *José de Alencar: crônicas escolhidas*, São Paulo: Editora Ática (Folha de São Paulo), 1995, pp. 11-12. Ver também os estudos cujo mote é a tentativa de definição da crônica no século XIX: Marlyse Meyer, *Folhetim: uma história*, op. cit.; _____, *As mil faces de um herói canalha e outros ensaios*, op. cit.; Antonio Candido et al., *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*, Campinas: Editora da Unicamp, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992; Antonio Manoel dos Santos Silva (Org.), *Cronistas brasileiros do século XIX: folhetins, crônicas e afins*, São Paulo: Arte & Ciência, 2010.

uma escrita com ares romanescos – na medida em que misturava assuntos literários com a escrita referencial, informativa, mesmo que de maneira breve, superficial, conforme mandava sua estética –, sem abrir mão da seriedade, que ficava por conta dos assuntos mais elevados, como os problemas sociais e as questões políticas, que não deixavam de ser tratados de maneira muito rápida e leve. Balzac foi quem criou um estilo literário próprio de escrever crônica de jornal: a crônica de autor ou crônica-comentário. A ele pertencem não apenas o legado de grande romancista, mas também o de inventor de uma fórmula literária de crônica de jornal, e que se transformou em modelo para muitas gerações de escritores franceses, sobretudo aqueles que participavam das diferentes redações de Émile de Girardin. Nesse sentido, não se trata aqui de um comentário que compara Balzac a Alencar ou Balzac a Varella, mas da exposição de um modelo de produzir crônica de jornal na França em que podem ter se inspirado nossos escritores brasileiros. Discutir de que maneira eles chegaram a esse modelo de escrita é outro assunto.

Na França, durante a Monarquia de Julho, cada periódico, fosse jornal ou revista, decidia uma estratégia de publicação e um tema a abordar, pois um dos objetivos era ampliar a difusão do jornal. Os exemplos são inúmeros: o *Fígaro*, *Le Voleur*, *Le Temps*, a *Revue de Paris* etc. As crônicas de Balzac, intituladas "Lettres sur Paris", foram publicadas no jornal de Émile de Girardin, *Le Voleur*, entre 26 de setembro de 1830 e 28 de março de 1831, com Balzac utilizando o pseudônimo "Le voleur". Destaca-se o respeito do escritor em relação ao código próprio da crônica: 1) ater-se ao comentário cronológico da atualidade, próprio da escrita referencial; 2) realizar investidas narrativas e até mesmo de ficção, uma vez que constrói personagens e empresta do romance a forma de representar os destinatários; e 3) transfigurar o referencial em ficcional, fazendo com que as tomadas de posição política apareçam certas vezes como flutuantes, superficiais, embora nunca deixem de existir, resultando numa espécie de "mal do século" balzaquiano: um impulso criativo fundado na crítica leve e adequada dos fatos e das coisas, de maneira que não se pretende com a crônica atacar ou intervir em determinada situação, mas apenas descrevê-la.[33]

A crônica de Balzac se alimenta das situações cotidianas locais e da leitura dos periódicos do tempo, aos quais ele fazia grande alusão. O escritor comenta, portanto, os grandes eventos (a questão da guerra, os processos ministeriais etc.) e interage com os leitores, sempre se inspirando na realidade social que o cerca, como nas notícias trazidas por jornais diversos. Contudo, por mais que se atenha ao dado, ao informativo, ao detalhe, ao

[33] Ver Marie-Ève Thérenty, *Mosaïques: Être écrivain entre presse et roman (1829-1836)*, Paris: Honoré Champion Éditeur, 2003, pp. 257-259.

prosaico, ao mínimo, satisfazendo sempre a estética referencial da crônica, há sempre uma pluralidade de outros elementos, como a tentação à escrita literária e ao posicionamento político, a que o escritor recorre. Mas, embora revele determinada posição política em relação aos assuntos da Monarquia de Julho, por exemplo, as tomadas de posição aparecem flutuantes e indiretas, algo que era próprio do "mal do século": a crítica social assume ponto de fuga e o resultado é a busca pelo ficcional, pela metaforização e construção de personagens. Outra característica importante da crônica-comentário francesa é a forte representação do destinatário, o que não deixa de ser uma das investidas de Balzac em direção ao ficcional, uma vez que o destinatário, anunciado ou não, é uma fonte importada do romance, como aponta Marie-Ève Thérenty.[34]

Todas as "Lettres sur Paris" funcionam como um anúncio publicitário da obra romanesca do escritor. A crônica jornalística constitui para Balzac um "atelier" da escrita na qual ele constrói uma primeira reflexão sobre o personagem (e singularmente sobre o tipo), e na qual ele experimenta a força de certas redes metafóricas. A crônica em alguns momentos encontra-se no perigo de se invalidar através do "ballet" dos personagens, do "torniquete de utilidades" que evoluem já em direção aos tipos da *Comédia Humana* e à elaboração literária.[35] Como se observa, a publicação das crônicas de Balzac no jornal não é somente um meio de difusão do impresso, mas também um motor e um vetor de inovação literária, pois o escritor ensaia os primeiros voos em direção à escrita do romance, sem deixar de expor uma tímida dimensão política, própria de sua crítica. Na verdade, o posicionamento de Balzac diante da escrita, da palavra e da vida política é marcado pela história artística e literária da França, sob a Monarquia de Julho, cuja expressão é a *periodicidade*, o ritmo acelerado da imprensa e as disputas políticas; contra ela vão lutar muitos escritores franceses, como Flaubert e Baudelaire, por exemplo.[36] Esta luta terminará por instaurar um *topos* em relação à literatura periódica – o antifolhetim, cujo manifesto se resume na crítica à literatura superficial, fácil e mercantilizada. Essa era a situação da literatura francesa durante a Monarquia de Julho, pois a escrita não mais refletia um jogo de forças individuais, próprio da antiga cultura editorial francesa,[37] mas uma situação coletiva, uma realidade social,[38]

---

[34] Cf. Marie-Ève Thérenty, *Mosaïques,*op. cit., pp. 257-259.

[35] Cf. Marie-Ève Thérenty, *Mosaïques*, op. cit., p. 262.

[36] Abstenho-me de demonstrar essa questão nesses dois célebres escritores, mas o leitor pode encontrar o assunto em desenvolvimento em Alain Vaillant et Marie-Ève Thérenty, "Préface", in: *1836*..., op. cit., p. 9; ver também Pierre Bourdieu, *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*, São Paulo: Companhias das Letras, 1996, p. 33 e pp. 77-84.

[37] Ver Denis Diderot, *Carta sobre o comércio do livro*, Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

matizada pelas transformações das sociedades europeias, nas quais a literatura, convertida em uma mercadoria como outra qualquer, passava a ser determinante. A questão nos próximos capítulos é perceber o sentido nacional que dois escritores brasileiros, um futuro romancista (Alencar) e um poeta (Varella), deram a esse gênero menor chamado no Brasil de crônica-folhetim.

Contudo, sem ter notícia de um modelo francês de se fazer crônica circulando nos jornais do país, a crônica ocupou o mesmo espaço do rodapé do jornal. Ao recuperarmos principalmente os jornais depois de 1850 até por volta de 1883, vemos que se intercalam entre as publicações de romances-folhetins as "crônicas do dia a dia", a saber, uma seção aberta à descrição jocosa dos costumes, dos fatos corriqueiros, quase sempre dentro de uma perspectiva moral, cujo alvo, de preferência, era um tipo social que os cronistas estavam sempre dispostos a corrigir, a ensinar, operando aquilo que Flora Süssekind chama "leitor aprendiz".[39]

Essa forma de escrita foi sintetizada por Marlyse Meyer como aqueles escritos não explicitamente ficcionais, mas que nem por isso podem ser considerados como meros relatos ou informes jornalísticos; ao contrário, ao compor um quadro vivo dos usos, das situações, dos comportamentos, ao comentar jocosamente o cotidiano, revelando muitas vezes um jeito canhestro de fazer isso,[40] essas crônicas cheias de veleidades literárias fizeram parte da produção literária de diversos e consagrados escritores brasileiros: José de Alencar, Machado de Assis, Joaquim Manuel de Macedo, Luis Guimarães Junior, França Junior etc.

Entre esses escritores, destaco Machado de Assis e Macedo, estudados por Marlyse Meyer e que, por sua vez, oferecem-nos uma definição sobre a crônica a partir de dois textos: o primeiro, publicado em 1859, encontra-se em *O Espelho: revista de literatura, modas, indústria e arte*, e é de autoria de Machado de Assis; o segundo fora publicado no *Jornal do Commercio* por Macedo.[41] Segundo Meyer, fundindo esses dois autores, a crônica publicada no mesmo espaço do romance-folhetim, no rodapé da primeira página do jornal, estava aberta "a qualquer recheio, apelando tanto para o acontecido como para o imaginário, livre o conteúdo, como é livre e sem empostação a linguagem que o expressa [...] decidi chamar *folhetins*",[42] emenda a autora. Tratava-se de um espaço mágico, na medida em que era ao

---

[38] "Le rythme de l'écriture ne reflète plus le jeu de forces individuelles, mais une réalite sociale". Alain Vaillant et Marie-Ève Thérenty, *1836*... op. cit., p. 10.

[39] Flora Süssekind, *O Brasil não é longe daqui,* São Paulo: Cia. das Letras, 1990, p. 92 e p. 222.

[40] Marlyse Meyer, *As mil faces de um herói canalha e outros ensaios*, op. cit., p. 170.

[41] Marlyse Meyer, *As mil faces de um herói canalha e outros ensaios*, op. cit., pp. 109-112 e p. 126.

[42] Marlyse Meyer, *As mil faces de um herói canalha e outros ensaios*, op. cit., pp. 127 – *grifo da autora*.

mesmo tempo uma inesgotável cartola de surpresas e uma fonte rentável em termos de venda, uma vez que os folhetins começaram aqui sob a rubrica *variedades*. Apesar de na primeira metade do século XIX as variedades reunirem no Brasil tanto a prosa de ficção quanto a prosa não ficcional, na virada do meio século elas, com sua proposta recreativa, cedem espaço para os romances-folhetins diários ocuparem a primeira página dos jornais, e são deslocadas para dentro das folhas – no *Correio Paulistano*, assunto do último capítulo, a variedade, por exemplo, ocupa a segunda e a terceira página do jornal. Contudo, não demorou para que os romances-folhetins começassem a dividir a primeira página com as crônicas do dia: "Uma pena ágil que registra o acontecido, social, artístico ou político, numa época de capitalização, de crescente transformação social".[43] Meyer está se referindo agora às crônicas de José de Alencar, publicadas sob a insígnia "Revista da Semana", no jornal *Correio Mercantil*, entre 1854 e 1855. As crônicas de Alencar, que serão analisadas na segunda parte do **Capítulo 2**, ganham destaque, aqui, porque entre tantos aspectos do folhetim deste escritor, a preocupação com os destinatários é o que chama a atenção de Meyer,[44] e a nossa também, na medida em que parece que Alencar criou um estilo de fazer crônica na década de 1850, no qual a figura do "leitor" é marcante. Essa preocupação de Alencar com os destinatários, advinda da estética da crônica francesa, também sobressai em Varella.

Diante dessas considerações, seria a crônica um dos novos gêneros do século XIX? Para Brito Broca, a crônica, que preenche o espaço vazio do folhetim, é a forma primitiva da crônica moderna,[45] enquanto, para Antonio Candido, a presença da crônica explica-se pela influência decisiva que o jornal teve sobre a literatura no século XIX, criando gêneros novos.[46] Marlyse Meyer, que contraria a assertiva do mestre, considera que a crônica "não se enquadra propriamente num gênero, que é quase uma fala, coisa de casa, useira e vezeira, literatura de pé de chinelo",[47] contudo, afirma que esse tipo de definição não é algo pejorativo, afinal, na categoria "literatura de pé de chinelo" enquadram-se os textos "jornalísticos" de talentosos escritores como Martins Pena, França Junior, Macedo, entre outros. Mas, e quanto a Fagundes Varella e sua crônica? Por que nem Meyer, nem Süssekind e nenhum outro estudioso do assunto inseriu-o no *rol* de cronistas? A resposta é simples: os críticos e historiadores da literatura pouco sabiam ou sabem da existência de suas crônicas.

---

[43] Marlyse Meyer, *As mil faces de um herói canalha e outros ensaios*, op. cit., p. 129.

[44] Marlyse Meyer, *As mil faces de um herói canalha e outros ensaios*, op. cit., pp. 109-112 e p. 129.

[45] Brito Broca, "O romance-folhetim no Brasil", in: *Românticos, pré-românticos, ultra-românticos: vida literária e romantismo brasileiro*, São Paulo: Polis, 1979, p. 174.

[46] Antonio Candido, *Literatura e sociedade*, op. cit., pp. 29-30.

[47] Marlyse Meyer, *As mil faces de um herói canalha e outros ensaios*, op. cit., p. 155.

Resumindo, e para finalizar: para Marlyse Meyer, referindo-se a Macedo, escrever crônica era fazer "como o povo gosta"; já para França Junior, a crônica não passava de uma coluna social: "quando escrevemos o nosso Folhetim, temos unicamente em vista comunicar ao público que peças subiram à cena durante a semana lírica e como foram elas executadas".[48] Trata-se, portanto, de uma "variedade", que deve ser compreendida juntamente com a palavra folhetim: por folhetim (ou *feuilleton*) entenda-se o espaço vazio no rodapé de jornais e revistas, destinado ao entretenimento; já por variedade (ou *variétés*) reconhece-se a outra designação do mesmo espaço tipográfico. Nesses termos, *variétes* e diferentes *feuilletons* incluem contos, notícias leves, anedotas, crônicas, críticas e resenhas literárias, dramáticas, artísticas etc., o que significa que no mesmo espaço geográfico publicavam-se tanto variedades (crônicas, contos e/ou novelas curtas, por exemplo) como o que passou a ser chamado romance-folhetim.[49]

Definido o que se entende por variedade, podemos dar um passo adiante e tentar ver outras formas de escrita da crônica, mais conhecida, no século XIX, como jornal joco-sério,[50] cuja característica marcante é o antifolhetim. No entanto, fazer jornal joco-sério não implicava abandonar o aspecto colunista tradicional; muito pelo contrário, é pela prática do colunismo – isto é, prática de comentar levemente o cotidiano ou os costumes, os usos, os comportamentos, tudo dentro de uma perspectiva moral – que a folha joco-séria se produzia. O primeiro jornal joco-sério de que temos notícia é o *Simplício*, lançado pela tipografia da Astreia, no Rio de Janeiro, publicado entre 1831 e 1832. Depois vieram: *O Simplício da Roça* (1831), de Pierre Plancher; *A mulher do Simplício* ou *A fluminense exaltada* (este em verso, 1832-1846), *A marmota na corte* (1849-1852), *Marmota Fluminense, jornal de modas e variedades* (1852-1857) e *Marmota* (1857-1864), todos de Paula Brito. Todavia, a lista não para por aí, uma vez que esse tipo de jornal marca a introdução de uma imprensa popular que se estenderá pelo século afora no Brasil;[51] o que se pode afirmar, porém, de todas essas folhas é que elas se constroem na negação do melodrama folhetinesco,[52] fazendo chacota do

---

[48] Marlyse Meyer, *As mil faces de um herói canalha e outros ensaios*, op. cit., p. 155.

[49] O romance-folhetim designa todo e qualquer romance publicado aos pedaços. E isso vale tanto para a França quanto para o Brasil. O romance-folhetim, portanto, é o modo de publicação de ficção nos jornais e quase sempre aparece sob a insígnia *FOLHETIM* (com letra maiúscula). Cf. Marlyse Meyer, *As mil faces de um herói canalha e outros ensaios*, op. cit., p. 118.

[50] Marlyse Meyer, *As mil faces de um herói canalha e outros ensaios*, op. cit., p. 157.

[51] Marlyse Meyer, *As mil faces de um herói canalha e outros ensaios*, op. cit., p. 167.

[52] Vou me valer da definição de melodrama de Arnold Hauser: "No plano puramente formal, o melodrama é o gênero mais convencional, esquemático e artificial que se pode imaginar [...]. Tem uma estrutura estritamente tríplice, um antagonismo forte como situação inicial, uma colisão violenta, e um desenlace em que a virtude triunfa e é punido o vício; numa palavra, em enredo que facilmente se compreende e é economicamente

sentimento mundano figurado especialmente nos romances-folhetins e que parecia agradar ao gosto da elite. Em contrapartida, o foco do jornal joco-sério é um público menos culto e, consequentemente, mais amplo. Surgia, assim, a crônica antifolhetinesca, antimelodramática, publicada no rodapé do jornal, cujo programa era fazer rir,[53] e da qual se valerá, em parte, Varella.

Como vemos, a escrita referencial, a preocupação com os destinatários, o antifolhetim são todos elementos que compõem a crônica francesa; mas esses elementos também foram transplantados e ressignificados aqui, e a respeito dos novos sentidos que são dados à crônica-folhetim no Brasil, somente o estudo das de Alencar e Varella poderá dar mais significado a esses elementos.

Transferências culturais

Seja a crônica-folhetim, seja o romance-folhetim, o fato é que esses dois objetos culturais foram aclimatados em solo nacional, mas isso não significa que perderam sua identidade a ponto de poder perguntar se se trata do mesmo objeto. A reinterpretação não corresponde a uma criação *ex nihilo*, mas uma metamorfose do objeto determinada por uma série de fatores ligados à vinda dos emigrantes franceses, à instalação das tipografias e editoras, aos tradutores, à impressão, ao papel do impresso, ao sentido que foi dado pelos escritores à literatura estrangeira e também à questão do público, cujas necessidades literárias são satisfeitas com a presença do folhetim (romance e crônica) no jornal, resultando no desenvolvimento de uma espécie de jornalismo literário da qual participaram nossos escritores, como Manuel Antonio de Almeida que publicou *Memórias de um sargento de milícias* na forma de folhetim.

O que está em questão aqui é a "importação" de um objeto cultural, o folhetim, sendo que sua presença (1830) está diretamente ligada a uma conjuntura própria do Rio de Janeiro pós-independência, na qual quem passa a tomar as decisões do que será importado são os próprios proprietários dos jornais e livreiros – diferentemente das duas primeiras décadas do século XIX, quando o monopólio e a circulação do impresso dependiam exclusivamente do

---

desenvolvido; com a prioridade do enredo sobre os personagens; com personagens bem definidos: o herói, a inocência perseguida, o vilão e o cômico; com a cega e cruel fatalidade dos acontecimentos; com uma moral fortemente posta em relevo, que, em virtude da insípida tendência conciliatória, baseada no prêmio e no castigo [...]". Arnold Hauser, *História social da literatura e da arte*, São Paulo: Mestre Jou, 1982, tomo II, pp. 855-856.

[53] Ver Marlyse Meyer, *As mil faces de um herói canalha e outros ensaios*, op. cit., pp. 159-162.

governo.[54] Se a "importação" do folhetim já corresponde a novas tendências da época, gestadas pelo público carioca e graças à existência de suportes como os jornais e livrarias dos emigrantes e brasileiros, não podemos esquecer que esse fenômeno da europeização já podia ser notado no tempo da Colônia: lembre-se que a primeira livraria de que se tem notícia no Rio de Janeiro no final do século XVIII era de um livreiro francês, Paulo Martin.[55] Em outras palavras, a presença do folhetim, romance e crônica, revela o quanto a literatura e gostos brasileiros durante o Império estão condicionados ao que vem da França, algo que foi transplantado para o contexto brasileiro e transformado em um bem cultural nacional.[56]

Na esteira da discussão sobre a "importação" do folhetim, da França para o Brasil, quero matizar essa questão da "dominação" de uma cultura francesa sobre a brasileira, rediscutindo esse processo com base num aspecto da emigração dos franceses para o Rio de Janeiro, o que resultou na fundação do *Jornal do Commercio*, no estímulo para a constituição de públicos e a introdução de um novo gosto a partir de 1830. A proposta é repensar a questão da "importação" do folhetim francês mas usando o termo "transferência cultural",[57] realizada

---

[54] Sobre uma análise da circulação do livro entre Portugal e Brasil e a leitura no período colonial sob o monopólio do governo, uma referência importante é Márcia Abreu, *Os caminhos dos livros*, Campinas-SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura no Brasil; São Paulo: FAPESP, 2003.

[55] Cf. Marisa Midori Deaecto, "B. L. Garnier e A.L. Garraux: destinos individuais e movimentos de conjunto nas relações editoriais entre França e Brasil no século XIX", in: *Franceses no Brasil: séculos XIX-XX*, Laurent Vidal e Tania Regina de Luca (Org), São Paulo, Editora UNESP, 2009, p. 421. Ver também o ensaio de Tânia Maria Bessone da Cruz Ferreira, sobre a presença francesa no mundo dos impressos brasileiros, citando desde os primeiros livreiros franceses no Rio de Janeiro até os exemplos dos jornais no Segundo Reinado. Cf. Tânia Maria Bessone da Cruz Ferreira, "A presença francesa no mundo dos impressos no Brasil", in: *Revistas ilustradas: modos de ler e ver no Segundo Reinado*, Paulo Knauss... (et al.) organizadores, Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2011, pp. 41-52.

[56] Cf. Marlyse Meyer, *Folhetim: uma história*, op. cit., pp. 33-34.

[57] A pesquisa sobre as transferências culturais nasceu na França no início da década de 1980, através de um grupo de estudiosos interessados em trabalhar a história da intelectualidade entre a França e a Alemanha no século XIX. Seu significado envolve o tratamento simultâneo de muitos espaços nacionais, dos seus elementos comuns; no entanto, vai além da justaposição entre os espaços. Em contrapartida, abarca as misturas, as trocas, na direção contrária às perspectivas centradas em formas homogêneas dos contatos, pois os processos nacionais são diferentes e as trocas entre os espaços se dão sempre de maneira heterogênea (Cf. Michel Espagne, *Les transferts culturels franco-allemands*, Paris: Presses Universitaires de France, 1999, pp. 1-15). Contudo, essas relações entre os espaços nacionais podem ser assimétricas, na medida em que há dependência de um espaço nacional em relação a outro, como é o caso do Brasil em relação à França. Inspiro-me, sobretudo, no artigo de Jean-François Botrel sobre as assimetrias estruturais das trocas culturais da Espanha com a França e a Europa do Norte (Cf. Jean-François Botrel, "La presse et les transferts culturels en Espagne au XIXe siècle (1833-1914)" , in: *Presse, nations et mondialisation au XIXe siècle*, Marie-Ève Thérenty et Alain Vaillant (dir.), Paris: Nouveau monde éd., 2004. Ver também Jean-François Botrel, " L'exportation des livres et modèles éditoriaux français en Espagne et en Amérique Latine (1814-1914)", in: *Les mutations du livre et de l'édition dans le monde du XVIIIe siècle à l'an 2000*, op. cit., pp. 219-240). A obra de Jean-Yves Mollier também é uma contribuição neste sentido, por isso destaco dois dos seus trabalhos na chave das transferências: Jean-Yves Mollier, "La construction du système editorial français et son expansion dans le monde du XVIIIe au XXe siècle", in: *Les mutations du livre et de l'édition dans le monde du XVIIIe siècle à l'an 2000*, op. cit.; _____, "Traduction et mondialisation de la fiction: l'exemple d'Alexandre Dumas père en Amérique du Sud", in: *Vingt-quatrièmes Assises de la traduction littéraire (Arles 2007)*, Actes Sud, 2008, pp. 225-238. É importante destacar também que no Brasil há uma reflexão sociológica pioneira sobre a questão das transferências, antes mesmo de elas terem se institucionalizado

não pelos livreiros, e sim pelos proprietários de dois jornais pós-independência. Dentro desse processo de transplantação ou transferência – não somente de objetos culturais, mas de homens, de sentimentos, de novos valores, e projetos estimulados pelos movimentos emigratórios da França e de Portugal para o Brasil –, a vinda de Pierre Plancher para o Rio de Janeiro (1824) e a fundação do Gabinete Português de Leitura (1837) são exemplos considerados emblemáticos.[58] Como do Gabinete de Leitura me ocuparei durante todo o primeiro capítulo, limito-me a indicar a questão das transferências baseado numa rápida discussão sobre a fundação do *Jornal do Commercio* e numa investigação mais detida em torno da tradução e das edições dos romances-folhetins de Alexandre Dumas, a partir do *Jornal do Commercio*, do *Correio Mercantil* e de algumas livrarias e gabinetes do Rio de Janeiro: esse movimento deve ajudar a construir um universo de sentido quanto à questão do novo gosto literário centrado em Alexandre Dumas, bem como permitirá *intuir*, em alguns momentos, um público para esse escritor. No caso de Plancher, meu interesse pela questão da emigração não está inscrito numa perspectiva demográfica, mas num interesse nas transferências culturais, uma espécie de história social do representante de um grupo de emigrante. O que importa, portanto, não é o movimento das massas populacionais, mas o deslocamento de porcentagens pequenas de populações estrangeiras, a interação com a população local, resultando tudo isso em algum desenvolvimento cultural (a imprensa) dentro

---

na França. Cito o estudo de Florestan Fernandes (1968), que emprega o termo transferência e transplantação como sinônimos: "Tem-se discutido a transplantação como se ela fosse um processo automático, um dar e um tomar, no qual apenas entrariam em jogo imitação, cópia e reprodução. Entretanto, essa focalização do processo é falaciosa, pelo menos no que tange aos povos do Novo Mundo. O aspecto essencial, no caso, não é a transferência de conteúdos e práticas culturais, em si mesmos, mas o modo pelo qual a própria transferência se desenrola historicamente e socialmente. Os europeus que migraram para o Novo Mundo trouxeram consigo uma civilização da qual não se pretendiam descartar e da qual não se separaram. Portanto, a transferência envolvia disposições emocionais, racionais e morais fundamentais, que convertiam a transplantação numa complexa reconstrução das condições exteriores de existência social." (Florestan Fernandes, *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, op. cit., p. 100). Como vemos, o sentido de transferência cultural, guardadas as proporções, já tinha sido exposto no Brasil por Florestan Fernandes, sendo outro exemplo do pioneirismo brasileiro o estudo de Marlyse Meyer sobre o folhetim. Neste sentido, a pesquisa de Meyer, iniciada na década de 1970 e que resultou na obra *Folhetim: uma história*, é uma referência. O seu objetivo, retratado nas primeiras páginas do livro, são inspiradores e merecem ser destacados pela exposição precoce de uma questão fundada, ao mesmo tempo, na antropologia cultural (no sentido etnológico), na teoria literária e na análise comparativa: "[...] meu plano inicial visava, a partir de um cotejo de textos e processos narrativos, analisar o eventual papel formador dessas leituras na elaboração de nossa ficção em prosa [...] pretendia essencialmente verificar a asserção segundo a qual o folhetim romântico francês tivera função preponderante na gênese do nosso romance". Marlyse Meyer, *Folhetim: uma história*, op. cit., p. 26.

[58] Isso não significa que no Brasil não houvesse trocas culturais com outros espaços nacionais, como a Inglaterra, fundando a "British Subscription Library" (1826). A "Gesellschaft Germânica" dos emigrantes alemães, fundada em 1821, deixa de ser uma referência na medida em que nessa época o Brasil ainda não tinha vivenciado seu processo independência de Portugal e se tornado um espaço nacional. Sobre "Gesellschaft..." e "British..." consultar Nelson Schapochnik, *Os jardins das delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na Corte Imperial*, op. cit., 1999.

de um determinado espaço nacional.[59]

Emigração e uma feição da imprensa do Rio de Janeiro

O editor Pierre Plancher,[60] perseguido pela Restauração por conta do seu espírito liberal e condenado pelos seus impressos políticos (relacionados, sobretudo, à vida parlamentar e dos partidos na França), fazia de seu *Journal de la librairie* uma empresa de difusão tanto literária quanto política.[61] Acabou tendo que emigrar para o Rio de Janeiro em 1824, juntamente com sua esposa, Jeanne Seignot, e seu filho, Émile Seignot, por conta de acusações, processos judiciais e problemas políticos. Para o Brasil, ele teria trazido a experiência de nove anos de publicação na imprensa francesa, sendo responsável pela difusão de inúmeras obras literárias (de Homero, de Fénelon, de Châteaubriand, de Voltaire, entre outros), mas também impressos sobre a questão histórica, críticas literárias, além de relatórios oficiais, almanaques, correspondências etc.

Ao mudar-se para o Brasil, fundou, com o auxílio da esposa – que também tinha experiência com a comercialização de impressos – o jornal *Spectador brasileiro* e, em 1827, o *Jornal do Commercio*.[62] Seu empreendimento tipográfico e editorial no Brasil irá se manter

---

[59] Inspiro-me em Michel Espagne, *Les transferts culturels franco-allemands*, p. 96. Interessada também nos movimentos emigratórios é referência aqui o ensaio de Ana Luiza Martins sobre a presença francesa no Brasil. Contudo, o recorte da autora é a busca desses franceses por novos mercados. Ver Ana Luiza Martins, "Presença imigrante francesa no Brasil: entre visões do Paraíso e mercados de trabalho", in: *Franceses no Brasil: séculos XIX-XX*, op. cit., pp. 27-41.

[60] Pierre-René-Francois Plancher de la Noé, nasceu em Mans-França, em 10 de janeiro de 1779 e morreu em Paris, em 18 de setembro de 1843. Filho de um advogado e procurador na cidade de Mans, tinha parentesco com outro Pierre Plancher, conhecido pelo nome de Valcour, poeta, comediante, autor dramático do final do século XVIII e durante o período revolucionário. Ver *Pierre Plancher, nouveaux renseignements sur le libraire-éditeur de Paris*; *Pierre Pancher, fondateur du "Jornal do Commercio" de Rio de Janeiro*, organização Felix Pacheco, Paris: A. Pedone, Éditeur – Librairie de la Cour D'Appek e de L'Ordre des Avocats, 1930, p. 10.

[61] "*Plancher s'occupait beaucoup de la vie du Parlement et des partis. A plusieurs ouvrages édités par lui portant l'indication de l'adresse de sa maison 'Rue de la Poupée, n º 7', il a ajouté les mots: 'Librairie Politique'. Il publia en 1817 Le Courrier des Chambres, d'Edouard de Saint Aulaire, 6 numéros formant un vol. In-8º de près de 400 pages. Il donnait fréquemment des brochures avec les discours et les opinions des plus célèbres députés et hommes d'Etat. Talleyrand, Benjamin Constant, le duc de Broglie, Chateaubriand, Carnot, le général Gérard, le comte de Laborde, Casimir Périer, Royer-Collard, le comte Lanjuinais, d'Argenson, de Serre, Tournemine, le baron Pasquier, le baron Ternaux étaient des noms familiers à sa libraire. Sur l'incident fameux de l'expulsion du deputé Manuel, il publia des brochures et des gravures qui ont eu grand succès.// Ses démêles avec la justice et le procès qu'il supporte pour des délits de presse et qui l'obligèrent à s'en aller au Brésil, confirment bien l'importance du rôle qu'il joua comme libraire dans ce temps-là*". Felix Pacheco, in: *Pierre Plancher*, op. cit., pp. 111-112.

[62] Para uma visada mais completa sobre Pierre Plancher e a fundação do *Jornal do Commercio*, ver Cícero Sandroni, *180 anos do Jornal do Commercio – 1827-2007: de D. Pedro I a Luiz Inácio Lula da Silva*, Rio de Janeiro: Quorum Editora, 2007; ver também Laurence Hallewell, *O livro no Brasil: sua história*; 2ª ed. rev. ampl., São Paulo: Edusp, 2005.

por aproximadamente dez anos, quando venderá o *Jornal do Commercio* para dois outros franceses estabelecidos no país – Réol-Antonie Mougenot e Junius Villeneuve – e retornará para França, em 1834, atraído pela onda revolucionária da década de 1830 em Paris.

Partindo da perspectiva de que a emigração é um veículo de transferência cultural importante, a presença dos emigrantes franceses donos do *Jornal do Commercio* no Brasil é um marco das transferências culturais entre a imprensa francesa e a brasileira na primeira metade do século XIX. Neste sentido, o que está em questão não é apenas uma visada comparativa, mas uma atenção orientada em observar os franceses no Brasil e os bens culturais que eles importaram, "transplantaram" para o país, como o jornal e, em seguida, o romance-folhetim, levando ao incremento da imprensa e da literatura entre nós.

Na medida em que só é possível tratar de transferências culturais entre espaços nacionais, ou pelo menos entre espaços dotados de um sentimento de nacionalidade,[63] estou considerando aqui a existência das relações culturais entre a França e o Brasil somente a partir da proclamação da independência. Isso coincide com a época em que Plancher chega ao país, trazendo consigo os livros, os jornais e as relações que ajudariam a construir "redes" entre os dois países,[64] elementos que seriam fundamentais para o desenvolvimento da imprensa e do folhetim, bem como da nossa literatura, que seria difundida através dos jornais diários, para mais tarde ser publicada em volumes. Assim sendo, se partirmos da assertiva de que quem inventa o nacionalismo, em espaços como o do Rio de Janeiro, é a língua impressa,[65] Pierre Plancher e, sobretudo, Junius Villeneuve (que levou o empreendimento tipográfico e editorial de Plancher adiante) merecem reconhecimento por terem influenciado o desenvolvimento de um dos principais suportes das obras literárias no século XIX no Brasil – o jornal –, bem como contribuído tanto para a difusão da literatura como para a construção de um sentimento nacional que, por sua vez, era necessário às jovens nações, como a nossa.[66] A imprensa criada pelos emigrantes franceses será um instrumento, sem dúvida, de difusão da literatura,

---

[63] Cf. Michel Espagne, *Les transferts culturels franco-allemands*, op. cit., p. 17.

[64] "La maison d'édition et l'imprimerie devinrent rapidement les plus importantes de Rio; Pierre Plancher y vendait non seulement les livre qu'il éditait, mais une quantité de volumes qu'il faisait venir de France, et des marchandises de toutes sortes, parmi lesquelles la fameuse Médecine Leroy, qui eut un succès mondial, et dont il était le dépositaire au Brésil". *Pierre Plancher*, op. cit., p. 11.

[65] Inspiro-me em Benedict Anderson, *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*, São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 190.

[66] A imprensa não é somente um laboratório filológico e um suporte a difusão da língua nacional, ela é também um instrumento na criação de uma consciência nacional. Essa é a síntese de Anne-Marie Thiesse, "Rôles de la presse dans la formation des identités nationales", in: *Presse, nations et mondialisation au XIXe siècle*, op. cit., p. 129. Ver também Benedict Anderson, *Comunidades Imaginadas*, op. cit., p. 190. Sobre o caso brasileiro a inspiração vem de Antonio Candido, "nacionalismo literário", in: *Formação da literatura brasileira – momentos decisivos*, Belo Horizonte: Itatiaia, 2000, vol. 2, pp. 11-16.

primeiro das traduções, segundo das publicações de nossos escritores, com destaque para os romances e crônicas-folhetins. Neste sentido, a imprensa transplantada no país não é somente um suporte para as obras dos escritores românticos, é um veículo de comunicação do sentimento de nacionalidade: um dos sentidos da construção da nossa identidade nacional no século XIX passava pelo princípio romântico de criar a nação ao fazer literatura.[67] Esse sentimento, aliado à imprensa folhetinesca, colocava esse ideal em movimento, ainda que o processo estivesse em sua origem.

É neste contexto que as traduções de Alexandre Dumas, já no legado de Villeneuve no *Jornal do Commercio*, ganham centralidade no Rio de Janeiro: primeiro, porque esta literatura estrangeira representa uma parcela da pequena história cultural nacional, sobretudo no que se refere ao romance-folhetim difundido em língua vernácula; segundo, porque será este gênero jornalístico que contribuirá para a existência de novas formas de sociabilidade, na medida em que um determinado público literário começa a se constituir, inicialmente, em razão das publicações dos folhetins no rodapé do jornal, em seguida, em razão das publicações em volumes, pela tipografia do *Jornal do Commercio*. Por outras palavras, estamos tratando de alguns aspectos da origem da influência francesa na literatura brasileira em formação no século XIX, o que significa dizer que a investigação da literatura nacional brasileira, dentro de um contexto específico, é em parte um estudo das influências francesas na literatura brasileira que se desenvolve no Rio de Janeiro, através da imprensa e da tradução do folhetim.[68] Esta hipótese pode ser confirmada a partir da recepção de Alexandre Dumas no jornal, num primeiro momento, e depois nos gabinetes de leitura, onde era possível encontrar os romances-folhetins em volumes. Nesse sentido, vale dizer que no Brasil não será qualquer língua impressa que ajuda a inventar *uma* feição do nacionalismo literário, mas a língua portuguesa e a linguagem romântica difundida pelo folhetim francês de Alexandre Dumas no *Jornal do Commercio*.[69]

---

[67] Trata-se do "nacionalismo literário". Cf. Antonio Candido, *Formação da literatura brasileira – momentos decisivos*, op. cit., vol. 2, p. 12. Esta questão será desenvolvida no Capítulo 3, no excurso intitulado "Sobre o nacionalismo literário".

[68] A noção de cultura nacional envolve a utilização de línguas vernaculares para a literatura estrangeira e está condicionada ao sistema de trocas entre grupos sociais locais e internacionais. Esse processo diz respeito à questão da tradução que, por sua vez, está relacionada a uma constelação de situações locais e dependentes do espaço estrangeiro, no qual questões de ordem econômica, política, demográfica e cultural estão em jogo. Ver Michel Espagne, *Les transferts culturels franco-allemands*, op. cit., p. 18 e pp. 130-131.

[69] Inspiro-me em Marlyse Meyer, *Folhetim: uma história*, op. cit., pp. 279-318.

Alexandre Dumas no *Jornal do Commercio*

Antes de *O Conde de Monte Cristo* aportar no Brasil e fazer sucesso entre os leitores cariocas, conforme nos conta Marlyse Meyer, Alexandre Dumas ficou conhecido pelo público brasileiro através de outro romance-folhetim, *O Capitão Paulo*, traduzido por J. C. Muzzi, no rodapé do *Jornal do Commercio*, entre 31 de outubro e 27 de novembro de 1838.[70] A publicação do romance-folhetim no Brasil quase concomitante à publicação na França (*O capitão Paulo* foi publicado de forma seriada no *Le Siècle*, no início de 1838) revela relações entre os diferentes espaços nacionais – o francês e o brasileiro.

Sobre especificamente o caso brasileiro, o folhetim iniciou-se por aqui com Alexandre Dumas e no jornal; no entanto, o público desta imprensa e deste escritor, segundo Meyer, não é tão fácil de ser localizado, tendo em vista a escassez de documentos:[71] como são raros os registros sobre o público leitor e as tiragens dos jornais quando *O Capitão Paulo* começou a ser traduzido e comercializado pelo *Jornal do Commercio*, não é possível avançar com a questão do público como portador e suporte do romance-folhetim publicado no jornal do Rio de Janeiro. Na verdade, o que vale para *O Capitão Paulo* vale também para *O Conde de Monte Cristo* e quase todos os romances-folhetins deste período; afinal, havia leitores, mas defini-los é uma tarefa difícil, tendo em vista a escassez de documentos, de registros e de testemunhos dos leitores-assinantes das folhas impressas.[72] Apesar de os jornais se pronunciarem sobre a publicação de romances-folhetins franceses e brasileiros, sobre a venda de livros etc., e com isso dar a entender que havia um público leitor para eles, definir o público leitor brasileiro entre a Regência e o Segundo Reinando ainda é tão difícil quanto mapeá-lo em épocas passadas, por exemplo, no Período Colonial:

> Qual seria o público consumidor das novelas? [...] Que havia um público para elas no Rio de Janeiro, principalmente depois de 1813, não há dúvida alguma, pois, caso contrário, os livreiros não fariam uma publicidade específica [...] Infelizmente, estes catálogos dos livreiros não chegaram até nós [...].[73]

---

[70] Marlyse Meyer, *Folhetim: uma história*, op. cit., p. 32.

[71] Marlyse Meyer, *Folhetim: uma história*, op. cit., p. 33.

[72] Há um número grande de estudiosos do livro, da leitura e do leitor no Brasil que apontam o problema da escassez de documentos ou registros de leitores entre a Colônia e o Império. Indico três trabalhos: Márcia Abreu, *Os caminhos dos livros*, op. cit.; Nelson Schapochnik, "Sobre a leitura e a presença de romances nas bibliotecas e gabinetes de leitura brasileiros", in: *Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*, org. Márcia Abreu, Campinas: Mercado de Letras, 2008, pp. 155-170 e Hélio de Seixas Guimarães, *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19*, São Paulo: Nankin: Edusp, 2004.

[73] Maria Beatriz Nizza da Silva, *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro*: *(1808-1821)*, 2ª ed., Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1978, p. 213.

Para tentar solucionar o problema da falta de registros ou pistas deixadas pelos leitores, poderíamos indagar, no caso de Alexandre Dumas, acerca dos números relativos às assinaturas do *Jornal do Commercio*. Em 1827, por exemplo, o *Jornal do Commercio* inicia seu legado com quatrocentas assinaturas a 640 réis mensais,[74] enquanto na década de 1840, quando o segundo romance-folhetim de Dumas será traduzido no rodapé da primeira página, *O Conde de Monte Cristo*, o número das tiragens chega à casa dos 4 mil exemplares diários[75] e os preços variam dependendo do local e do tempo escolhido para a assinatura: "na Côrte: por um anno 20$000/ por 6 mezes 10$000/ 3 mezes 5$000//nas Provincias: por um anno 21$000/ por 6 mezes 13$000/ por 3 mezes 7$000".[76] Poder-se-ia afirmar que entre a inauguração do jornal, a publicação de *O Capitão Paulo* e, depois, de *O Conde de Monte Cristo*, o número de assinantes teria aumentado dez vezes, e concluiríamos que este desenvolvimento da imprensa estaria relacionado a um único escritor e um único gênero; contudo, a presença desses números pouco diz sobre o público especificamente literário de Dumas, mas sobre o público geral e consumidor do jornal. O número das tiragens não nos ajuda equacionar a questão do público de um escritor e de um gênero literário.

Como não há documentos ou registros dos leitores que permitam caracterizar o público de um gênero ou de um escritor dentro de um jornal em 1838 (*O Capitão Paulo*) ou 1845 (*O Conde de Monte Cristo*), reitero a síntese de Robert Darnton sobre "una gran cantidad de historia excelente ya existe en forma impresa, ¿por qué no concentrarse en resumir en lugar de seguir reunindo más materia prima?"[77], e avanço em busca do que se produziu sobre Dumas, sobre o público leitor, sobre a literatura folhetinesca, sobre as traduções e o gosto literário francês na Corte, no Segundo Reinado. Logo, trata-se de um tipo de investigação que ficará bastante centrada num escritor. Isso porque se considera que para contar a história literária do Rio de Janeiro é preciso considerar uma história assimétrica intercultural entre a França e o Brasil, e na qual um escritor como Alexandre Dumas é uma personalidade singular e um dos representantes da literatura estrangeira em língua vernácula: uma história social entre dois espaços sociais pode ser reconstruída observando quaisquer individualidades que ponham em contato duas culturas. Graças a figuras consagradas será possível construir redes que ajudem a traçar os limites locais, bem como atravessar fronteiras,

---

[74] Cf. Delso Renault, *O Rio antigo nos anúncios de Jornais, 1808-1850*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1969, pp. 95-96.

[75] Ver Laurence Hallewell, *O livro no Brasil: sua história*, op. cit., p. 149.

[76] *Jornal do Commercio*, *Domingo, 15 de junho de 1845* – Microfilme da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (rolo CPR – 1845-1846-1883 – SPR 1 [25-26, 141]).

[77] Robert Darnton, "Pasajes: Siete malas razones para no estudiar documentos", in: *El coloquio de los lectores. Ensayos sobre autores, manuscritos, editores y lectores*. México: Fondo de Cultura Econômica, 2003, p. 274.

permitindo não apenas esboçar uma história social de relações interculturais, mas apresentar uma "micro-história" das transferências[78] que, em última instância, pode também fornecer uma base para a história dos estudos literários no Rio de Janeiro.

Para introduzir a questão do gosto literário francês e o folhetim e chegarmos até Alexandre Dumas, precisamos lembrar alguns aspectos da cultura francesa no Brasil. A língua francesa começou a se difundir no Brasil desde as primeiras décadas do Descobrimento, sobretudo com os marinheiros que visitavam as regiões e se amasiavam com as índias para aprenderem uma nova língua e difundirem a sua.[79] No entanto, sem querer reconstruir a transmissão de uma língua no país desde as suas origens, houve um momento, já no século XVIII, em que o francês começou a concorrer com o latim como língua culta, tudo por conta do interesse de um determinado grupo social:

> No Rio de Janeiro, nos anos de 1790, João de Sezarão, francês de nascimento, lecionava a língua francesa, a qual, ainda, influenciava o léxico dos "inconfidentes de 1794" e era empregada pelos mesmos em discursos contra F [fé], L [lei] e R [rei]. Na medida em que trazia consigo ideias revolucionárias, o francês era geralmente perigoso para os habitantes da Colônia.[80]

Como a língua, a instrução e os livros deveriam desenvolver-se no país sob a égide de uma "Fé", uma "Lei" e um "Rei", e batizados pelo latim e o português, a língua francesa apresentou-se como uma ameaça pelas seguintes razões: era lembrada como um emblema de um povo revolucionário, que tinha derrubado os grandes símbolos do Antigo Regime – o rei e a coroa –, bem como causado danos morais e políticos ao Reino quando animou com seus ideais a Inconfidência Mineira; o francês era também uma ameaça ao latim e ao português, especialmente porque alguns de seus distintos homens – a maioria padres e escritores – começaram a formar escolas, bibliotecas e produzir literatura, especialmente no Rio de Janeiro e Minas Gerias, onde introduziram novas práticas da leitura, provocando uma reação das autoridades portuguesas na época.[81]

---

[78] Cf. Michel Espagne, *Les transferts culturels franco-allemands*, op. cit., p. 30.

[79] Ver Luis Carlos Villalta, "O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura", in: *História da vida privada: cotidiano e vida privada na América Portugueza*, São Paulo: Companhia das letras, 1997, pp. 342-343.

[80] Luis Carlos Villalta, "O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura", in: *História da vida privada: cotidiano e vida privada na América Portugueza*, op. cit., p. 346 – *interpolação por minha conta*.

[81] Sobre a punição dos letrados na época da colônia, ver *Autos da devassa – prisão dos letrados do Rio de Janeiro*, Niterói: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: UERJ, 1994, pp. 17-30. Sobre as práticas da leitura derivadas do aprendizado do francês – o que vale como explicação, também, para o português ou o latim –, é importante lembrar que qualquer ensino (onde haja a construção de bibliotecas públicas ou privadas, a presença do livro e de protocolos de leitura etc.) é sempre um sinal de saber, logo, de um poder. Por outras palavras, "[...] todo autor, todo escrito impõe uma ordem, uma postura, uma atitude de leitura. Que seja explicitamente afirmada pelo escritor ou produzida mecanicamente pela maquinaria do texto, inscrita na letra da obra como também nos dispositivos de sua impressão, o protocolo da leitura define quais devem ser a

Sobre o público letrado brasileiro na época colonial, destaco apenas que Luiz Carlos Villalta os definiu como membros da elite intelectual, que ocupavam posições sociais como advogados, escritores, padres e professores.[82] Nesta relação ficariam faltando ainda os estudantes, mas como aqueles que viajavam para estudar em Coimbra ou Salamanca voltavam escritores, os estudantes acabam sendo contemplados dentro desse último tipo social ("escritor"). Como o estudo do público na época da Colônia foge ao recorte proposto neste trabalho, vou me limitar a destacar que o público leitor carioca consumidor dos livros franceses, na língua original, já era uma realidade desde a Colônia, o que permite imputar que na época do Império não seria diferente, sendo, talvez, os próprios herdeiros da época da Inconfidência, como os estudantes/escritores,[83] uma das feições deste público de língua francesa no Império, cuja posição social está relacionada à elite colonial. Logo, *o gosto pela língua e literatura francesa no Império pode ser visto como algo que uma elite ilustrada nos legou*. Mostrar como esse gosto dos casarões senhoriais se combina com o gosto introduzido pelos emigrantes franceses nas tipografias e livrarias é uma questão que demanda outro encaminhamento. Contudo, apesar de esse não ser o meu foco, indico somente que um nexo possível entre os senhores e a imprensa orientada na construção de um gosto pela literatura francesa, por exemplo, foram *suas mulheres leitoras* da época do Império.[84]

Acerca das mulheres leitoras, segundo a crítica e a história literárias, elas podem ser identificadas como um público em potencial, não mais de livros e jornais sobre política, religião, ciência dos inconfidentes, mas de romances-folhetins franceses:

> Com raras exceções, as mulheres nascidas até a década de 1830 foram quase todas analfabetas. Só na metade do século XIX encontra-se um número razoável de mulheres alfabetizadas. Na Corte, sobretudo, surgem excelentes colégios femininos, que, além de "prendas para o sexo frágil", como dizia um anúncio, aprimoram também o gosto pelas artes e literatura.[85]

---

interpretação correta e o uso adequado do texto, ao mesmo tempo que se esboça seu leitor ideal". Roger Chartier, *Práticas da leitura*, op. cit., p. 20.

[82] Ver Luis Carlos Villalta, "O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura", in: *História da vida privada: cotidiano e vida privada na América Portugueza*, op. cit., pp. 365-367. Em relação às bibliotecas da época do Império, sobretudo a formação da biblioteca da Academia Imperial das Belas-Artes do Rio de Janeiro, ver Guilherme Simões Gomes Junior, "Biblioteca de arte. Circulação internacional de modelos de formação", in: *Novos Estudos – CEBRAP*, nº81, São Paulo, Julho 2008; _____, "Le musée français: guerras napoleônicas, coleções artísticas e o longínquo destino de um livro", in: *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.15, nº1, pp. 219-246, jan-jun 2007.

[83] A discussão sobre os estudantes no Império, nascidos na época da Colônia e da Regência, será realizada no último capítulo, dedicado ao público de São Paulo.

[84] Esse assunto pode ser aprofundado em *Álbum de leitura: memória de vida, histórias de leitoras*, Lilian de Lacerda (org.), São Paulo: Editora UNESP, 2003. Antecipo que a questão das mulheres leitoras reaparecerá, rapidamente, no **Capítulo 1** e, mais detidamente, no **Capítulo 3**.

[85] Ubiratan Machado, *A vida literária no Brasil durante o Romantismo*, Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 40 – *grifos do autor*.

Como literatura e instrução caminham juntas,[86] a educação das mulheres, em um país de analfabetos, favoreceu o acesso ao livro e ao jornal, tanto que a partir da década de 1840 os periódicos e livros parecem querer satisfazer esta feição do público literário feminino que se formava, sobretudo, na Corte, aproximando os sobrados das tipografias, livrarias e gabinetes.

A preferência das mulheres era por obras literárias francesas, graças às traduções para o português no *Jornal do Commercio* e que depois eram transformadas em volumes por Villeneuve. Entretanto, não podemos deixar de mencionar que o gosto pela literatura inglesa e também nacional crescia cada vez mais a partir de 1840.[87] Sobre os tradutores, além de nomes conhecidos da nossa literatura brasileira, como Manuel Antonio de Almeida, Machado de Assis, Visconti Coaraci, Augusto Emilio Zaluar, entre outros, destaca-se Justiniano José da Rocha. Durante 25 anos, entre 1839 e 1862, este jornalista traduziu os principais romances-folhetins franceses que dominaram o cenário nacional entre a Regência e o Segundo Reinado.[88] Suas traduções de Dumas é o que merece maior destaque aqui, visto que marcam esse momento das transferências culturais da França para o Brasil, sob a égide da tradução dos romances-folhetins, que viemos tratando.

Sobre um exemplo de tradução de Alexandre Dumas, destaco a publicação do romance-folhetim *O Conde de Monte Cristo*, cuja tradução se iniciou no domingo, 15 de junho de 1845, sem qualquer menção ao nome do tradutor,[89] e foi interrompida em 13 de agosto de 1845, com a seguinte justificativa:

> Somos obrigados a suspender hoje a publicação do Conde de Monte-Christo, por não ter chegado ainda de Paris a continuação deste folhetim. Durante esta forçada

---

[86] Um dos nexos estruturais entre literatura e vida social é a questão da educação. Tanto que a explicação sobre a falta de públicos leitores para a literatura no Brasil oitocentista está relacionada à falta de investimentos na educação, consequentemente havia um grande número de analfabetos entre os homens livres e uma escassez de público literário. Lembro que foi Ian Watt um dos primeiros estudiosos a relacionar o número restrito de leitores dos romances ingleses ao problema da instrução no século XVIII. Um dos motivos que explicam a falta de leitores na Inglaterra era a limitadíssima oportunidade de instrução – entenda-se instrução na acepção moderna, como a capacidade de ler e escrever a língua materna e não na acepção antiga de conhecer línguas e literaturas clássicas, como a latina, por exemplo. Cf. Ian Watt, *A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*, São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp. 36-54.

[87] As relações culturais entre Inglaterra e Brasil através do romance inglês foram estudadas por Sandra Vasconcelos em diferentes trabalhos, merecendo destaque os ensaios intitulados "Cruzando o Atlântico: notas sobre a recepção de Walter Scott" e "Leituras inglesas no Brasil oitocentista" e o livro "A formação do romance inglês: ensaios teóricos". Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos, "Cruzando o atlântico: notas sobre a recepção de Walter Scott", in: *Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*, op. cit., pp. 351-374; _____, "Leituras inglesas no Brasil oitocentista", in: *Crop*, São Paulo, n. 8, p. 223-247, 2002; _____, *A formação do romance inglês: ensaios teóricos*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild/ FAPESP, 2007. Ver também Ubiratan Machado, *A vida literária no Brasil durante o romantismo*, op. cit., pp. 42-43.

[88] Cf. Ubiratan Machado, *A vida literária no Brasil durante o romantismo*, op. cit., p. 43.

[89] Trata-se de Justiniano José da Rocha. Ver Marlyse Meyer, *Folhetim: uma história*, op. cit., p. 32, 48, 283; Ubiratan Machado, *A vida literária no Brasil durante o romantismo*, op. cit., p. 43.

> interrupção, publicaremos a "Alameda das Viúvas",[90] folhetim do gênero differente do Conde de Monte Christo, mas que em nada lhe cede em interesse e movimento.[91]

O *Conde de Monte Cristo* ficou suspenso até o dia 28 de setembro de 1845, quando é retomada a publicação seriada, sendo suspensa novamente em 29 de dezembro de 1845. Os motivos da nova suspensão seguem abaixo:

> Somos obrigados a suspender novamente a publicação de Conde-Monte Christo por termos dado ontem o último folhetim que há no Rio de Janeiro. Enquanto não chega a conclusão desta novella, offerecemos aos leitores a "Rainha Marguarida", do mesmo autor, que reune ao interesse do romance o merecimento da historia. É a pintura do reinado de Carlos IX de França, apresentado com todas as scenas dramáticas em que Alexandre Dumas mostra tanta superioridade.[92]

É preciso destacar que apesar das duas suspensões da tradução do romance-folhetim, relacionadas às trocas entre os dois espaços nacionais (da França e do Brasil), ao longo do segundo semestre de 1845, os leitores não ficavam desamparados do seu romance em fatias. A própria tipografia do senhor J. Villeneuve, proprietário do *Jornal do Commercio*, incumbia-se, a cada parte final de *O Conde de Monte Cristo*, de lançá-la em volume – vale mencionar que isso já acontecia desde as publicações de *O capitão Paulo*, ou seja, "Villeneuve [...], logo depois do ponto final, publica as novelas completas e as vende ele mesmo".[93]

O fato é que o assinante do *Jornal do Commercio* adentrou o ano de 1846 de posse do anúncio de publicação do 8º volume de *O Conde de Monte Cristo*, por mil réis, e na companhia de *A Rainha Margarida*, aos pedaços no rodapé da primeira página.[94] Já notícias de *O Conde de Monte Cristo*, no jornal, os leitores teriam somente em 19 de março de 1846, no jornal de quinta-feira, quando fora publicada a "Quarta parte", intitulada "À Estrada da Bélgica". Um mês e oito dias depois deste anúncio, em 27 de abril de 1846, termina a publicação do romance-folhetim. Após alguns dias, no domingo, 03 de maio de 1846, há, na última página do jornal, o anúncio da publicação do "Décimo e último volume de Conde de

---

[90] A autoria do romance-folhetim *A Alameda das Viúvas* é de Charles Rabou. Ver *Jornal do Commercio, 13 de agosto de 1845* – Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (rolo CPR – 1845-1846-1883 – SPR 1 (25-26, 141)) – *interpolação por minha conta*.

[91] *Jornal do Commercio, 13 de agosto de 1845* – Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, op. cit.

[92] *Jornal do Commercio, 29 de dezembro de 1845* – Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, op. cit.

[93] Marlyse Meyer, *Folhetim: uma história*, op. cit., p. 33.

[94] "A Rainha Margarida" é uma das partes do romance de Alexandre Dumas intitulado *Os quarenta e cinco*, publicado no Brasil em volumes somente na década de 1860. Cf. Ubiratan Machado, *A vida literária no Brasil durante o romantismo*, op. cit., p. 75.

Monte-Christo, preço 1$000 - à venda na Casa J. Villeneuve e Comp.”.[95]

Finda a publicação seriada no jornal, a Casa J. Villeneuve e Comp. prontamente começava anunciar a venda dos dez volumes de *O Conde de Monte Cristo* no valor de 9$800rs. Estava encerrada a fase periódica deste romance-folhetim de Alexandre Dumas no *Jornal do Commercio* para iniciar a outra, a do livro. Vale destacar que não encontrei nenhuma informação sobre as fontes de onde os donos do *Jornal do Commercio* recebiam os romances para a tradução no Brasil. E sobre o público de assinantes deste jornal, nada podemos acrescentar, em termos de evidência empírica, pois não foi encontrado também nenhum vestígio de leitura e/ou consumo. Já em relação às edições em livro, temos alguns elementos para apresentar, embora antes seja necessário acompanhar outra tradução de Dumas no Brasil. Refiro-me à tradução de *Os Mohicanos de Paris*, que nos introduz em outro momento das transferências culturais, pois não se trata dos investimentos de um emigrante na formação do gosto, mas das investidas de um representante da elite brasileira, conhecido como Francisco Octaviano. Essa saída para o *Correio Mercantil* deve nos ajudar a entender ainda mais a força da personalidade de Dumas e a questão do gosto literário, agora na década de 1850.

Alexandre Dumas no *Correio Mercantil*

Francisco Octaviano, chefe da redação do *Correio Mercantil* e também “*passeur culturel*”,[96] assim como foi Plancher e Villeneuve, teve papel fundamental na difusão do gosto literário francês entre o público assinante do jornal.

Como era de costume na imprensa carioca, o escritor que ganhava mais publicidade na redação do *Mercantil* era Alexandre Dumas e seus romances-folhetins traduzidos no rodapé da primeira página. Refiro-me menos a *El Salteador*,[97] e mais à tradução de *Os Mohicanos de*

---

[95] *Jornal do Commercio, 03 de maio de 1846* – Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, op. cit.

[96] A definição mais simplificada para o “*passeur culturel* ”, uma espécie de intermediário, mediador cultural, é a de um homem duplo, aquele que se encontra em contato entre duas culturas, cuja posição intermediária separa o produtor da cultura e o público. Este mediador entre duas culturas pode ser um indivíduo, um padre, um tradutor, mas também um grupo inteiro, como uma congregação religiosa, interessada em evangelização, ou um partido político. Cf. Diana Cooper-Richet, “Introduction”, in: *Passeurs culturels dans le monde des médias et de l’édition en Europe (XIXe et XXe siècle) sous la direction de Diana Cooper-Richet, Jean-Yves Mollier, Ahmed Silem*, Villeurbanne Cedex: Presse de l’enssib, 2005, pp. 13-14.

[97] *El Salteador* inicia sua publicação no rodapé do *Correio Mercantil* na data de 01 de julho de 1854 e é encerrado em 28 de agosto de 1854. Este romance constrói a vida do personagem Charles Quint (Charles de Habsbourg, arquiduque austríaco e príncipe da Espanha), entre 1497 e junho de 1519, quando ainda na juventude

Paris, que ganhou publicidade no jornal, e é dele que trataremos para discutir as transferências culturais entre França e Brasil.[98]

A publicação do romance-folhetim *Les Mohicans de Paris* começou na França no jornal de Dumas, *Le Mousquetaire*, no período de 25 de maio de 1854 a 26 de março de 1856. A saga de Salvator, personagem do romance, foi completada em outro jornal de Dumas, *Le Monte-Cristo*, entre 21 de abril e 28 de julho de 1859. Depois de iniciada a publicação em série, passaram-se ao todo cinco anos para que os 330 capítulos e 33 volumes fossem publicados pela imprensa particular do escritor e editados, primeiro, por Alexandre Cadot e, depois, por Michel Lévy. Quanto às primeiras edições, saíram dezenove volumes in-8º de *Les Mohicans de Paris* entre 1854 e 1855, pela editora Alexandre Cadot. Os outros catorze volumes que compõem a série foram editados somente a partir de 1856, até 1859, quando o romance terminou de ser publicado em folhetim. Ainda no terreno das edições, entre 1854 e 1855, dez volumes de *Les Mohicans* saíram pela editora belga de Alphonse Lèbegue, representando a primeira parte dos romances publicados dentro da coleção Hetzel,[99] em formato in 24º; a segunda parte, formada por mais 13 volumes, veio a público entre os anos de 1855 e 1859, somando um total de 23 volumes. Entretanto, é preciso salientar que estas reedições belgas foram interditadas pela França – desde 22 de agosto de 1852 a convenção franco-belga abolia a reimpressão de livros franceses na Bélgica – e esses volumes podem ser considerados objetos de contrafação. Isso denota o interesse comercial pelo escritor dentro e fora da França, revelando tratar-se de um romancista de grande popularidade. Aliás, cabe uma

---

é coroado Rei dos Romanos. Pertencente à linhagem dos *Charles*, Quint significa quinto ("V") no francês falado na Idade Média, e é mais uma produção de Dumas dedicada à dinastia francesa de Borgonha. Iniciando com a tragédia *Charles VII chez ses grands vassaux* (1831), passando pela *La Reine Margot* (1844), *Mes mémoires* (1851) e a crônica histórica "Charles le Téméraire" (1860), estas são algumas das obras de Dumas nas quais os reis e os duques franceses aparecem como personagens centrais. Em relação ao romance *El Salteador*, a primeira e a segunda parte foram publicadas no jornal do escritor intitulado *Le Mousquetaire*, entre 05 de fevereiro e 28 de março de 1854. O romance foi adaptado para o teatro em 1860. Ver *Dictionnaire Alexandre Dumas*, Claude Schopp (org.), Paris: CNRS Editions, 2010, pp. 98-99 e p. 197.

[98] Vale destacar que entre uma tradução e outra de Dumas pai, figura a tradução de "A Dama das Pérolas", de Dumas Filho. Cf. *Correio Mercantil, 01 de julho de 1854 – 31 de dezembro de 1854*. Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional – RJ, coleção da Biblioteca Florestan Fernandes – USP, *Correio Mercantil* 1854 (01 de julho – 31 de dezembro), nº180-358, ano XI, localização MF 715, tombo 261655, data: 29/07/2005. Sobre o tradutor dos romances de Dumas pai e Dumas filho, apesar de o jornal não informar sua identidade, trata-se de Augusto Emilio Zaluar. Cf. Llana Heineberg, *La suite au prochaine numéro: formation du roman-feuilleton brésilien à partir des cotidiens Jornal do commercio, Diário do Rio de Janeiro et Correio Mercantil (1839-1870)*, Thèse de Doctorat, 400 p. Université de La Sourbonne Nouvelle – Paris III – UFR d'Études Ibériques et Latino-Américaines, 2004, p. 41 - consulta site : http://www.bv.fapesp.br/pt/projetos-tematicos/1133/caminhos-romance-brasil/teses; acesso : jan/fev 2011.

[99] Pierre-Jules Hetzel, de nacionalidade francesa, permaneceu exilado na Bélgica – juntamente com outros franceses, entre eles vários escritores, que se opunham ao governo de Napoleão III –, até a anistia de 1859. Foi um dos responsáveis, ao lado de Alphonse Lèbegue, entre outros, pelas reedições das obras de Dumas. Cf. *Dictionnaire Alexandre Dumas*, op. cit., p. 265.

rápida ilustração sobre Dumas e seu público na França, antes de passarmos ao Rio de Janeiro e à publicação de *Os Mohicanos* no Brasil: em se tratando do público literário, não somente de *Os Mohicanos*, mas de outros romances, como *O Conde de Monte Cristo* e *Os Três Mosqueteiros*, Claude Schopp considera que as mulheres, sobretudo da burguesia, e uma fração dos estudantes do Quartier Latin figuram entre seu público, uma vez que tinham condições materiais de adquirir os exemplares e/ou frequentar as peças de teatro quando os romances eram adaptados para os palcos franceses. Por conta desse fator econômico, Schopp questiona a participação das classes trabalhadoras como responsáveis pelo sucesso do escritor junto ao público existente.[100] Contudo, parece-me que os operários franceses compõem o imaginário acerca da história do público de Alexandre Dumas na França, tanto que em um momento erguido em sua homenagem as mulheres, os estudantes e os operários figuram como os três tipos de leitores do escritor.[101]

Retomando: a publicação de *Os Mohicanos de Paris* no *Correio Mercantil* (Rio de Janeiro) inicia-se com a tradução do primeiro volume – a partir de 25 de novembro de 1854, seis meses depois de sua edição na França –, e será interrompida no vigésimo segundo volume, um ano e meio depois (em 26 de fevereiro de 1856) por Augusto Emilio Zaluar. Passados dois meses, em 21 de abril de 1856, a redação publica no jornal que "A. Dumas recomeçará no *Mosqueteiro* a publicação dos *Mohicanos de Paris*, interrompida há cinco meses". Algumas semanas depois, o jornal carioca reproduz uma carta de Alexandre Dumas, datada de 02 de maio de 1856, na qual informa que a publicação do romance não continuaria. Assim, finda a edição seriada no jornal, a tipografia do *Mercantil*, seguindo o exemplo do *Jornal do Commercio*, lançou os folhetins em volumes. Contudo, essa primeira coleção brasileira de *Os Mohicanos de Paris* contou apenas com 22 volumes em relação aos 33 que completam a obra. Primeiro, porque a publicação na França tinha sido interrompida em março de 1856 e seria retomada somente no ano seguinte por Dumas; segundo, porque o tradutor

---

[100] Entrevista com Claude Schopp (Paris, 04 de fevereiro de 2011).

[101] O monumento criado por Gustave Dore, localizado no 17º *arrondissement* (distrito) de Paris, é uma homenagem à memória de Alexandre Dumas, erguida em 1883, durante a presidência de Jules Grevy. Sobre a composição, a título de ilustração, destaco que no topo está a estátua de Dumas com uma pena e um livro ou caderno de anotações, vindo abaixo a inscrição do seu nome, data de nascimento e morte (1802-1870); mais abaixo pode-se ver as estátuas dos leitores: a mulher sentada ao centro folheia um livro, o estudante do lado direito também tem um livro em seu colo, enquanto do lado esquerdo há um operário descalço, com um martelo e uma engrenagem nas mãos. Da forma como a estátua do operário está disposta, pode-se deduzir que se trata de uma figura que escuta a leitura dos outros dois acompanhantes, por conta da posição do seu rosto, voltado para frente e não para os livros. Nas laterais direta e esquerda do monumento aparecem listados alguns romances de Dumas, e na parte de trás está a estátua de um dos personagens do romance *Os Três Mosqueteiros*, possivelmente D'Artagnan. Ver imagem do monumento no site de *La Société des Amis d'Alexandre Dumas*: consulta site: http://www.dumaspere.com/pages/phototheque/portraits.html; acesso: março/2012.

resolveu, como era costume entre os tradutores brasileiros, dar um encerramento ao romance, uma vez que não havia mais material a ser traduzido.[102] Nesse sentido, os leitores do Rio de Janeiro precisaram aguardar a finalização do romance na França para poderem ter acesso à coleção inteira. Enquanto isso, no Rio de Janeiro, a tipografia do *Mercantil* lançou vários volumes. Apesar de não termos notícias do destino desses volumes do romance-folhetim de Dumas, é importante destacar que no Rio de Janeiro, o público consumidor carioca poderia encontrar, em 1856, *Os Mohicanos de Paris* na Biblioteca Nacional e Pública do Rio de Janeiro e, a partir de 1860, as edições belgas desse romance-folhetim vindas de Portugal na biblioteca do Gabinete Português de Leitura. Como trataremos desse e de outros romances-folhetins e de seu público no "Capítulo 1", limito-me a indicar algo sobre as práticas de leitura na Biblioteca Nacional e Pública do Rio de Janeiro. Segundo uma pesquisa recém-concluída, *Os Mohicanos* aparece como o décimo livro mais consultado em relação aos outros romances do acervo, podendo ser encontrado nas edições francesa e portuguesa. Sobre os consulentes desse romance, os "Códices de Consulta Pública" da Biblioteca oferecem a relação dos nomes dos leitores, embora nada saibamos da sua posição social.[103]

Fato é que o jornal *Mercantil*, na figura do chefe da redação e do tradutor, possibilitava a seus assinantes um contato com dois mundos – papel que, em matéria de imprensa nacional, cabia especialmente ao *Jornal do Commercio*. Contudo, é bastante difícil reconstruir os meios e as fontes a que esse jornal carioca recorria para realizar as transferências culturais. Não encontrei nenhum documento sobre as tomadas de posição em Paris e no Rio de Janeiro acerca da tradução de *Os Mohicanos*, embora tenha podido contar com as informações valiosas de Claude Schopp, biógrafo e presidente da Société des Amis d'Alexandre Dumas. Segundo Schopp, o jornal *Le Mousquetaire*, no qual saía o romance originalmente, não era enviado para o exterior – sequer para alguns países da Europa, que dirá para fora do Continente, como a América Latina, por exemplo. Já em relação às fontes do jornal brasileiro, o biógrafo destacou que não havia nenhuma notícia, nenhum registro existente sobre Dumas, sua redação e os proprietários e redatores dos jornais brasileiros nos arquivos do escritor francês. Apenas acrescentou que "a maior parte dos romances de Dumas

---

[102] Sobre a tradução de *Os Mohicanos de Paris* por Augusto Emilio Zaluar, ver Llana Heineberg, *La suite au prochaine numéro*, op. cit., p. 41. Consultar site: http://www.bv.fapesp.br/pt/projetos-tematicos/1133/caminhos-romance-brasil/teses.

[103] Em minha pesquisa na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro não tive acesso aos "Códices". Mas a pesquisa de Débora Cristina Bondance Rocha é uma referência sobre o assunto. No entanto, a despeito das contribuições de Débora Rocha, a pesquisa pouco acrescenta sobre a posição social desses leitores. Ver Débora Cristina Bondance Rocha, *Bibliotheca Nacional e Pública do Rio de Janeiro – um ambiente para leitores e leituras de romance (1833-1856)*, 338 fls., Dissertação de Mestrado (Departamento de Teoria e História Literária do Instituto de Estudos da Linguagem), 2011.

traduzidos nos jornais fora da França podem ser considerados objetos de contrafação, isto é, os jornais brasileiros publicam a partir da edição belga".[104]

Diante disso, se não fosse por algumas pistas encontradas no próprio *Mercantil*, a questão das fontes já estaria resolvida, isto é: traduzíamos das edições belgas e ponto final. Mas não é bem assim.

Ao me voltar para o *Correio Mercantil*, encontrei notícias sobre a literatura francesa em diferentes momentos de suas folhas impressas. A título de ilustração destaco uma delas:

> Os *Mohicanos de Paris*
> Com este título publica atualmente em Paris Alexandre Dumas um novo livro, que no seu oitavo volume já foi saudado pela imprensa francesa com entusiasmo.
> É a tradução desse livro que começamos hoje a publicar.
> O nome do autor dispensa-nos de qualquer elogio.
> [...]
> *A Presse* de 16 de setembro diz a respeito dos Mohicanos: [...] Alexandre Dumas antes de envolver no seu romance os homens, as mulheres, os artistas, os fidalgos, os operários que inventou ou retratou, quis fazê-los conhecer ao público [...] quando Alexandre Dumas escrevia esses maravilhosos romances [...] os leitores apaixonaram-se pelos heróis e heroínas desses livros.[105]

No excerto, o redator aproveita-se de uma crítica retirada de outro jornal francês, *La Presse*, de 16 de setembro de 1854. O artigo traduzido no Rio de Janeiro encontra-se publicado na terceira página da seção "Variétés", do *La Presse*, pertence a Georges Bell,[106] um dos colaboradores do jornal *Le Mousquetaire*, do próprio Dumas. Quanto ao uso da notícia pelo *Mercantil*, trata-se de uma propaganda tanto em relação à personalidade singular do escritor quanto do jornal brasileiro.

Mas, antes de entrar no mérito da publicidade propriamente dita, podemos perceber, com essa citação de *La Presse*, que a redação do *Mercantil* tinha acesso, com certo atraso, ao jornal de Émile Girardin. Isso nos faz questionar se não teria acesso também a outros jornais franceses, como o próprio *Le Mousquetaire*, embora oficialmente o jornal não fosse mandado para o exterior, segundo Schopp. Não se tem notícia de nenhuma narrativa sobre a contrafação de jornais; afinal, a fama dos belgas, entre os franceses, restringe-se às reedições dos livros no século XIX, especialmente os romances. Nesse sentido, se o assunto forem os livros e não os jornais, não restam dúvidas de que a contrafação belga era uma via de acesso aos volumes de Dumas no Rio de Janeiro; contudo, em relação aos jornais nada se sabe. Outra

---

[104] Entrevista com Claude Schopp (Paris, 04 de fevereiro de 2011).

[105] *Correio Mercantil, 25 de novembro de 1854*. Microfilme Fundação Biblioteca Nacional – RJ. PR-SPR 1 (14) Correio Mercantil 1854 Período 01 JUL-31 DEZ Ano XI nº180.358.

[106] Jacques Joachim Pantaléon Hounau Bell, conhecido como Georges Bell (1824-1889). Ver *Dictionnaire Dumas*, op. cit., p. 50.

possibilidade eram as *exportações oficiais* da França para o Brasil de livros, jornais, objetos, alimentos etc., durante todo o século XIX.[107]

Fato é que diante da assertiva negativa de Schopp, da presença do *La Presse* dentro da redação de Octaviano e da possibilidade da circulação internacional de edições do romance *Os Mohicanos* (fossem francesas, fossem belgas) de duas uma: ou a redação, além do *La Presse*, tinha acesso ao jornal de Dumas, ou os romances eram traduzidos a partir das edições importadas. De qualquer maneira, existe uma relação cultural entre os dois espaços nacionais, as duas capitais literárias, Paris e, guardadas as proporções, Rio de Janeiro,[108] e Dumas nos introduz no cerne dessas transferências culturais em curso no século de ouro do romance francês.[109]

Toda essa discussão sobre alguns momentos das transferências culturais da França para o Brasil também serve para expor algumas questões sobre a aspiração de outros jornais brasileiros a se tornarem portadores e suportes de uma tendência social, relacionada a um gosto literário específico: a literatura folhetinesca no Rio de Janeiro.

Esse anúncio do *Correio Mercantil*, que o redator Francisco Octaviano escolheu a fim de chamar a atenção para o rodapé da primeira página do jornal, no início da década de 1850, mostra quão bem sucedida era a empresa folhetinesca, a ponto de os jornais brasileiros ilustrarem suas páginas com anúncios centrados numa personalidade singular e num gênero específico, o romance-folhetim. Desde que Alexandre Dumas e outros escritores franceses começaram a ser traduzidos no Brasil, como Eugène Sue, um dos atrativos dos jornais da Corte eram os romances-folhetins de escritores de sucesso. Parece-me que uma das medidas de sucesso de um jornal no Rio de Janeiro era a publicação de romances de personalidades singulares na seção de literatura do jornal, garantia de assinaturas e constituição de públicos.

---

[107] A exportação de livros representava 18% para a América Latina no século XIX. Cf. Fréderic Barbier, "Le commerce international de la librairie française au XIXe siècle (1815-1913) ", in: *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, t. XXVIII, 1981, pp. 94-117. Ainda sobre o comércio de livros franceses para a América Latina, ver Jean-François Botrel, "L'exportation des livres et modeles éditoriaux français en Espagne et en Amérique Latine (1814-1914)", in: *Les mutations du livre de l'édition dans le monde*, op. cit., pp.219-239 e Jean-Yves Mollier, "Traduction et mondialisation de la fiction : l'exemple d'Alexandre Dumas père en Amérique du Sud", op. cit., pp. 225-238.

[108] Reitero: por capital literária entenda-se um lugar de difusão e de leitura, e não propriamente uma grande cidade cercada de intensa vida cultural, apesar de esta ser a realidade de Paris no século XIX. No caso do Rio de Janeiro, ainda que se trate da capital do Império, não estamos diante de uma grande cidade (no sentido simmeliano), mas diante de uma das capitais de leitura do país, vindo em seguida São Paulo e Recife, as duas províncias que possuem Faculdades de Direito e maior probabilidade de existir escritores e um público leitor para eles. Inspiro-me, portanto, na seguinte síntese : "Une capitale littéraire est un lieu où une majorité d'écrivains d'une aire linguistique donnée écrivent, sont publiés, sont diffusés, reconnus et lus ". Ver Michel Espagne, *Capitales culturelles Capitales symboliques*, op. cit., p. 333.

[109] Cf. Jean-Yves Mollier, *Traduction et mondialisation de la fiction: l'exemple d'Alexandre Dumas père en Amérique du Sud*, op. cit., p. 227.

Assim acontecia na França, o mesmo deveria ocorrer no Brasil, pelo menos era o que os proprietários das tipografias e os redatores-chefes pareciam esperar ao dar tanta publicidade e espaço para o folhetim nos jornais. Este mesmo sentimento aparenta estar no *Correio Mercantil*, pequena propriedade individual de um latifundiário, dirigida por um bacharel e escritor, o cronista, poeta e redator Francisco Octaviano. Em 1854, ele parece se esforçar para conquistar o público-assinante dando bastante espaço para a literatura e o entretenimento no jornal.

Essa fórmula e esse formato de fazer literatura através da imprensa estavam centrados no ideal das personalidades, cujo modelo é justamente o jornal de Émile Girardin. O *La Presse*, desde 1836, publicava diferentes gêneros literários, como os romances e crônicas, sempre dedicados a uma grande pena, como Stendhal, George Sand, Balzac, Frédéric Soulié, Dumas, Gautier, entre outros.[110]

Essa referência ao jornal francês é bastante oportuna: se de um lado não podemos confirmar a fonte da qual Octaviano traduz os romances de Dumas, e não é de *La Presse*, de outro descobrimos que o jornal de Girardin é uma das fontes do redator brasileiro.[111]

Enfim, essa questão das transferências culturais, sobretudo a tradução do romance-folhetim de Dumas, tem o papel de apontar como no Brasil não estávamos somente em contato com as ideias europeias. Jornais, livros e homens se movimentavam entre um espaço nacional e outro, embora não saibamos quem são todos os personagens envolvidos nesse processo de transferência, como se comunicavam entre Rio de Janeiro e Paris, quem são esses correspondentes, através de que meios a redação adquiria o *La Presse* (eram assinaturas?), quem distribuía o jornal depois que chegava via paquete ao porto do Rio de Janeiro (na seção "Registros do porto", publicada no próprio *Mercantil*, figura somente a informação dos nomes dos passageiros e não dos objetos e/ou mercadorias transportadas por eles). Jornais, livros e homens circulavam entre os dois continentes, porém temos mais dúvidas do que certezas sobre as origens das fontes e dos homens, não porque elas não existam, mas porque "Quase por definição, *a periferia de um sistema é o lugar em que os dados são menos*

---

[110] Ver Alain Vaillant et Marie-Ève Thérenty, "La chronique, ou l'écho dérouté ", in: *1836...*, op. cit., pp. 264-265.

[111] A título de ilustração, há, por exemplo, a publicação de uma carta de Lamartine, publicada originalmente no *La Presse*, divulgada e comentada por Octaviano na primeira página do *Mercantil*, na seção "Variedade", de 29 de novembro de 1854, podendo ser vista como mais um atestado do contato da redação do *Mercantil* com a imprensa francesa. A outra fonte estrangeira nomeada é o *The Times*, inglês. Em relação às nacionais, a redação informa que os jornais vêm também pelo paquete de diferentes províncias. Cf. *Correio Mercantil, 09 de novembro de 1854* – Microfilme da coleção da Biblioteca Florestan Fernandes, op. cit.

abundantes".[112]

De qualquer maneira, é fato que Francisco Octaviano, além do *La Presse*, e possivelmente de outros impressos, como os livros, tinha acesso ao jornal de Alexandre Dumas e a todo o seu conteúdo, ainda que o próprio escritor francês, conforme disse Claude Schopp, não tivesse notícia disso. Segundo indica Schopp, somente em 1856 Alexandre Dumas fez um primeiro contato com o Brasil, através de uma carta dirigida ao *Diário do Rio de Janeiro*, mas isso já é outro assunto.

Encerrada a publicação em folhetim no *Correio Mercantil*, seguindo a fórmula do *Jornal do Commercio* a redação de Octavianno começava a preparar as edições em livro.

Alexandre Dumas e as edições dentro do comércio do livro (livrarias e gabinetes de leitura)

Apesar de as edições de livro da Casa J. Villeneuve e Comp. serem um empreendimento menor comparado ao negócio do jornal, observe-se que ele foi o primeiro editor a publicar Alexandre Dumas em livro na Corte.[113] Depois foi a redação do *Correio Mercantil* a oferecer sua própria tradução e a edição dos livros de Dumas, na década de 1850, seguida de Paula Brito e depois Baptiste Louis Garnier, considerado o grande responsável pelas traduções francesas no Brasil e dono do maior estoque de livros franceses do Rio de Janeiro.[114] Garnier também será o responsável pelas transferências culturais do Brasil para a França, uma vez que imprime em Paris a produção literária dos nossos escritores brasileiros, como é o caso de Fagundes Varella na década de 1860, embora difunda estas edições francesas, em língua vernácula, no Brasil.[115]

---

[112] Franco Moretti, *Atlas do romance europeu 1800-1900*, São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p.192 – *grifos do autor*. Aproveito também o ensejo para fazer um adendo à assertiva de Moretti: eu diria que os dados até existem, mas nem sempre os temos ou nos é dado acesso a eles.

[113] Ver Laurence Hallewell, *O livro no Brasil*, op. cit., p. 149.

[114] Ver Laurence Hallewell, *O livro no Brasil*, op. cit., p. 161 e p. 217. Sobre, especificamente, o Catálogo da Livraria Garnier, sabe-se que há uma grande quantidade de romances traduzidos do francês para o português. Além disso, Alexandre Dumas figura entre os escritores mais traduzidos. Ver Juliana Maia Queiros, "Em busca de romances: um passeio por um Catálogo da Livraria Garnier", in: *Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*, op. cit., p. 211. Ver também Ubiratan Machado, *A vida literária no Brasil durante o Romantismo*, op. cit., p. 58.

[115] Garnier não figura aqui como objeto de estudo, mas sua presença na vida de Fagundes Varella, como poeta de São Paulo, é significativa: primeiro, porque será através de um pupilo de Garnier, que vivia em São Paulo (Garraux), que Varella terá sua poesia impressa em Paris e vendida no Brasil; segundo, porque revela uma transferência cultural "em forma de vaivém" entre as duas regiões nacionais (São Paulo e Rio de Janeiro) e internacional (Rio de Janeiro e Paris). A discussão das transferências culturais entre a França e a Inglaterra "en forme de va-et-vient" é tema de Diana Cooper-Richet, "Les imprimés en langue anglaise en France au XIXe

No Rio de Janeiro entre a década de 1850 e 1860, segundo Ubiratan Machado, havia 16 livrarias, a maioria situada nas ruas do Ouvidor e da Quitanda. Três delas já foram mencionadas, a Casa Villeneuve, a livraria de Paula Brito e a Garnier, faltando mencionar algumas lojas de outros proprietários franceses; cito, por exemplo, a Livraria Mongie, a Belgo-Francesa, a Laemmert e da Casa do Livro Azul – esta última uma casa de livros usados, fundada em 1828, pelo francês Albino Jourdan.[116] Trata-se, portanto, da ação de emigrantes franceses que, ao transferirem de um lado do Atlântico para outro um conjunto de objetos culturais, revelam a incidência da presença francesa no Brasil.[117]

Sobre estas e outras livrarias e seu sortimento de livros franceses, há um anúncio de 01 de agosto de 1846 do *Jornal do Commercio* que evidencia a presença de um comércio livreiro em franco desenvolvimento, além da presença marcante de Alexandre Dumas:

> Gabriel Lambert por Alexandre Dumas Um vol. De 200 pp. Por 1 $. Sairá à luz um dos próximos dias do corrente mês de agosto. A tradução desta hábil produção do célebre romancista. Desnecessário julgarmos ecômios à obra por ser seu autor por demais conhecido. Subscreve-se na casa dos srs. Garnier, Laemmert, Freitas Magalhães, Vianna, Paula Brito, Passos. Logo que a obra esteja finda e posta à venda, custará o volume 1$50.[118]

Nelson Schapochnik também reproduziu um anúncio do *Jornal do Commercio*, de 22 de agosto de 1846, em que o proprietário da Livraria Belgo-Francesa, Monsieur Désiré Dujardin, divulga sua coleção e nos dá uma dimensão da presença de Dumas, entre outros escritores, em posse dos livreiros:

> Na Livraria Belgo-Franceza há para vender um rico sortimento das melhores obras dos autores os mais afamados da litteratura moderna franceza, como Victor Hugo, Lamartine, Alexandre Dumas, Balzac, Eugène Sue etc. formando em tudo uma collecção de 350 vols. in 8º., 500 vols. in 12º., 1500 vols. in 18º., muitos deles encadernados, o que tudo está muito próprio para fundar um GABINETE de LEITURA, seja na Corte, seja em qualquer outra cidade. Todos estes livros são inteiramente novos e hão de se dar por um preço favorável.[119]

---

siècle: rayonnement intellectuel, circulation et modes de pénétration", in: *Les mutations du livre et de l'édition dans le monde du XVIIe siècle* à l'an 2000, op. cit., p. 126. Vou deter-me em Varella e Garraux no último capítulo.

[116] Ubiratan Machado, *A vida literária no Brasil durante o Romantismo*, op. cit., pp. 54-56.

[117] "L'incidence d'une importation culturelle ne se mesure pas seulement à l'utilisation qui est faite, à un moment donné de l'histoire intellectuelle ou sociale, du modèle étranger. Elle se perçoit également dans la durée, et plus particulièrement dans le devenir d'un certain nombre de lieux sociaux, qu'on pourra désigner éventuellement par le terme d'institutions ou d'ébauches institutionnelles ". Michel Espagne, *Les transferts culturels franco-allemands*, op. cit., p. 24.

[118] *Jornal do Commercio*, *1º de agosto de 1846*, apud Marlyse Meyer, *Folhetim: uma história*, op. cit., p. 293.

[119] *Jornal do Commercio*, 22/08/1846 apud. Nelson Schapochnik, *Os jardins das delícias*..., op. cit., p.53; ver também sobre este anúncio: Marlyse Meyer, *Folhetim: uma história*, op. cit., p. 294.

Fica evidente neste excerto a grande popularidade de Alexandre Dumas entre os leitores brasileiros,[120] embora os outros escritores franceses não ficassem atrás. Ainda que não saibamos a quais obras de Dumas ou de Balzac o livreiro está se referindo, vemos que se trata de livros de sucesso de venda. Aliás, ter acesso a uma dessas personalidades literárias francesas do momento era a moda da época. Tanto que alguns homens ludibriados, por exemplo, com a personalidade de Alexandre Dumas, acabavam lhe atribuindo autoria de qualquer romance-folhetim que aparecia no Rio de Janeiro:[121]

> Concluída a publicação de *O conde de Monte Cristo*, o sucesso foi tamanho que o *Jornal do Comércio* resolveu continuar, por sua conta, as aventuras de Edmundo Dantès. O jornal carioca passou a publicar, então, o folhetim intitulado *A mão do finado*, com o esclarecimento de que se tratava da continuação do romance de Alexandre Dumas. Com esta indicação vaga, o público pensou que fosse mais um romance do escritor francês e atirou-se avidamente à obra. Um sucesso. Em nenhum momento foi revelado o nome do verdadeiro autor, do jornalista português, radicado no Brasil, Alfredo Possolo Hogan.
> Alertado para o fato, provavelmente por algum membro da colônia francesa do Rio de Janeiro, Dumas escreveu ao *Jornal do Comércio* uma carta de protesto, datada de 20 de outubro de 1853. De nada adiantou. O folhetim prosseguiu, com o mesmo êxito. O mais curioso é que *A mão do finado*, publicado em livro em Portugal e traduzido para o francês, chegou a ser incluído nas obras completas de Dumas, de onde foi retraduzido para o português.[122]

Está aí um bom exemplo de uma personalidade singular, um escritor de sucesso entre o público brasileiro. Mas também aparece aqui uma expressão da transferência cultural triangular envolvendo o Brasil, a França e Portugal. Dada a confusão bastante original, o que sobra são as transferências em forma de vaivém, graças às redes de relações entre os espaços nacionais formados pelos seus leitores, tradutores, impressores, editoras (no caso europeu) e pelo gosto folhetinesco de um romance específico, agora já publicado em livro. Não obstante, nada podemos acrescentar sobre os nomes dos signatários ou dos livreiros que forneciam os livros franceses aos mediadores culturais (tipógrafos, redatores, livreiros) brasileiros.

E por falar em livro, em que condições o livro de Alexandre Dumas é difundido no

---

[120] A popularidade de Dumas, em termos numéricos, significa 500 exemplares circulando na Corte, a partir da década de 1850. Ver Laurence Hallewell, *O livro no Brasil*, op. cit., p. 214.

[121] Walter Benjamin assinalou comportamento semelhante na França: "'Quem conhece os títulos de todos os livros assinados pelo Sr. Dumas? Será que ele próprio os conhece? Se não mantiver um diário com 'débito' e 'crédito', certamente esquecerá de mais de um dos filhos de que é pai legítimo, natural ou adotivo". Walter Benjamim, "Paris do Segundo Império: a boêmia", in: *Obras escolhidas 3: Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*, 2ª reimp., São Paulo: Brasiliense, 2000, p. 26 .

[122] Ubiratan Machado, *A vida literária no Brasil durante o romantismo*, op. cit., p.44. Ainda sobre *A mão do finado*, o que há de mais coetâneo sobre o assunto é a pesquisa de Paulo Motta Oliveira. Ver Paulo Motta Oliveira, "A mão do finado: as extraordinárias aventuras de um sucesso mundial", in: *II Seminário Brasileiro Livro e História Editorial (Textos e resumos das exposições)*, Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2009 – consulta site: //www.uff.br/lihed/segundoseminario/index.php/component/content/article/37-por-autor-nome/106-de-n-a-q; acesso: dezembro/2011.

Segundo Reinado? Fato é que, apesar de o folhetim continuar seguindo no rodapé da primeira página dos jornais durante todo o Império, chegou um momento em que o romance-folhetim deixou de ser exclusividade do jornal, sobretudo de Villeneuve, e passou para as mãos de outros livreiros-editores que, além da venderem os volumes, também alugavam vários deles, como se fossem um gabinete de leitura.[123] Vale destacar sobre as vendas que os valores dos livros franceses custavam até 200 réis o volume, embora houvesse edições mais caras como, por exemplo, *Os Mistérios de Paris*, de Eugène Sue, vendido a 600 réis (cada volume em brochura) ou a 1$000 réis (cada volume encadernado), ou *Os quarenta e cinco*, de Alexandre Dumas, traduzido na década de 1860, era vendido, em quatro volumes, por 5$000 réis.[124] Havia com certeza edições mais baratas, embora uma boa saída para o leitor menos favorecido fossem as livrarias que subscreviam ou os próprios gabinetes de leitura que alugavam livros pelo preço de 2 réis mensais.[125]

Nesse sentido, havia pelo menos dois tipos de espaços de sociabilidade e literatura no Rio de Janeiro no Segundo Reinado, formados pelas livrarias e os gabinetes de leitura, podendo os próprios livreiros, editores e proprietários dos gabinetes ser vistos como uma parcela do público consumidor que gestou os romances-folhetins franceses desde que começaram a ser traduzidos inicialmente nos jornais e, depois, editados em volumes. Levando em consideração o gosto e o interesse literário comercial, fica subentendido que um público do romance-folhetim francês pode ser localizado entre os *comerciantes* de livros do Rio de Janeiro, ou seja, uma espécie de "estrato médio" oitocentista brasileiro. Contudo, há outra parcela deste público que ainda não foi apresentada. São os frequentadores dessas livrarias e gabinetes entre 1830 e 1860.

Um público consumidor possível para as edições dos romances-folhetins

Na livraria do francês Mongie, que funcionou entre 1832 e 1853, os frequentadores costumavam ser poetas, jornalistas e publicistas como Torres Homem, Gonçalves de Magalhães, Porto-Alegre, Gonçalves Dias e Joaquim Manoel de Macedo.[126] Já na de Paula Brito, destaca-se a presença de Teixeira e Souza, Laurindo Rabelo, Casimiro de Abreu,

---

[123] Ver Marlyse Meyer, *Folhetim: uma história*, op. cit., p. 294.

[124] Cf. Ubiratan Machado, *A vida literária no Brasil durante o Romantismo*, op. cit., p. 75.

[125] Nelson Schapochnik, *Os jardins das delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na Corte Imperial*, op. cit., p. 52.

[126] Cf. Ubiratan Machado, *A vida literária no Brasil durante o Romantismo*, op. cit., p. 55.

Francisco Otaviano, Salvador de Mendonça, José Feliciano de Castilho,[127] Machado de Assis e os já mencionados Macedo, Porto-Alegre, Antonio de Almeida, Magalhães e Gonçalves Dias. Também outras figuras transitavam por ali, como José Maria Paranhos (futuro Barão de Rio Branco), Eusébio de Queiroz, Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva, Firmino Rodrigues da Silva, Henrique César Muzzio, Maciel Monteiro, os médicos Dias da Cruz e Rodrigues Martins, homens de teatro como João Caetano e Furtado Coelho. Com a morte de Paula Brito, em 1861, o novo espaço de sociabilidade seria a livraria de Garnier, estando entre os frequentadores, além destes citados, Joaquim Norberto, o cônego Fernandes Pinheiro, José de Alencar, o astrônomo Emanuel Liais e o cônsul francês Teodoro Maria Taunay, tio do visconde, comenta Ubiratan Machado.[128]

Trata-se, portanto, de um público culto, formado por escritores (poetas, romancistas, artistas, jornalistas), profissionais liberais (médicos, advogados, astrônomos), futuros dirigentes (políticos) e barões, cônegos, cônsules, todos frequentadores da Rua do Ouvidor, onde se localizavam as livrarias – observe-se que além das livrarias, Ubiratan Machado descreve a existência de outros espaços de sociabilidade, como os cafés e restaurantes da Rua do Ouvidor, frequentados por outros escritores em processo de consagração, como, por exemplo, Fagundes Varella e Luis Guimarães Junior.[129]

Tratava-se de um grupo que não era homogêneo no que se refere à sua posição e origens sociais. Talvez se falarmos em estrutura de "classe" no Segundo Reinado, e não nos restringirmos ao dualismo senhor rural/escravo, poderemos localizar esse grupo em diferentes camadas da sociedade urbana carioca. Nessas condições, poderíamos esquematizar uma hierarquia social para o público localizado nessas livrarias: em termos gerais, no topo da pirâmide estariam figuras como Eusébio de Queiroz, José Maria Paranhos, Maciel Monteiro e o cônsul francês Teodoro Maria Taunay, como executores e dirigentes das decisões do Estado – uma espécie de "aristocracia imperial";[130] ao seu lado, Quintino Bocaiúva, Saldanha Mendonça, Francisco Octaviano, José de Alencar, como herdeiros das grandes heranças e

---

[127] Ubiratan Machado refere-se a José Feliciano de Castilho como o português (Ver Ubiratan Machado, *A vida literária no Brasil durante o Romantismo*, op. cit., p. 57). Contudo, José Feliciano de Castilho, o primeiro médico da câmara de D. João VI, faleceu em 1826, e a livraria de Paula Brito começou a funcionar somente em 1853. É provável que Ubiratan Machado esteja se referindo a José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha, jornalista, tradutor de latim e membro do Gabinete Português de Leitura, segundo Relatório da Diretoria. Cf. *Relatório da Directoria do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Imperial, Instituto Artístico, 61, Rua D'Ajuda, 61, 1878.

[128] Cf. Ubiratan Machado, *A vida literária no Brasil durante o Romantismo*, op. cit., pp. 57-59.

[129] Cf. Ubiratan Machado, *A vida literária no Brasil durante o Romantismo*, op. cit., p. 61.

[130] Vale ressaltar que o estamento político é que orienta e comanda o Segundo Reinado. Cf. Raymundo Faoro, *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, op. cit., p. 14 e p. 40.

uma espécie de classe proprietária caracterizada como a alta sociedade, ou seja, aquela que dita os padrões da época, que vive de renda e leva uma vida estável. Abaixo deles havia o grupo não integrado à aristocracia imperial, conhecido como o tipo bacharel culto e filhos de rendas permanentes, como Henrique César Muzzio, Firmino Rodrigues da Silva e, possivelmente, os médicos Dias da Cruz e Rodrigues Martins; nesse grupo também podemos incluir o cônego Fernandes Pinheiro e os bacharéis em ascensão, como Joaquim Norberto e Laurindo Rabelo, representando, todos eles, um tipo de classe assalariada e rica, que se pode passar por uma espécie de classe média abastada. Em seguida, vêm todos os escritores, jornalistas, tradutores e artistas relacionados acima, conhecidos como os "homens de talento", mas "sem qualidades mercantis", pois seu ofício era a literatura, a ciência, a imprensa, o magistério e o teatro. Em relação à sua posição social, trata-se daquela "classe média em gestação", cuja marca são os "rendimentos curtos, limitados pelos bolsos murchos, não raro atemorizados pelo futuro incerto".

Tomando, portanto, as sínteses de Raymundo Faoro como referência para tentar caracterizar, sociologicamente, a origem e a posição social dos frequentadores das livrarias cariocas, observa-se tratar-se de um grupo, de fato, heterogêneo, pertencente tanto às "classes" dirigentes (no caso de Eusébio de Queiroz) quanto às diferentes "classes" dentro da "classe" média: políticos, profissionais liberais, bacharéis e escritores.[131]

Um dos espaços de sociabilidade e de literatura da Corte eram as livrarias da Rua do Ouvidor. Ali encontramos um público urbano de pessoas cultas e polidas com disposições para gestar os romances e folhetins franceses, embora não temos nenhuma prova suficiente de que essa fração do público foi determinante no estabelecimento do gosto literário francês. O que se sabe é que a literatura francesa que circulava nesses espaços de sociabilidade era tão heterogênea (de Balzac a Dumas) quanto seus frequentadores (do cônsul francês ao adolescente Casimiro de Abreu), levando-nos a atribuir, pelo menos como hipótese, que essas livrarias eram o espaço que ambientava um gosto pelos romances e/ou romances-folhetins, dentre os quais se destaca Alexandre Dumas, e que tinha entre seus frequentadores uma fração de público cultivado, com probalidade de ser consumidor destes objetos de cultura.

Além das livrarias da Rua do Ouvidor, um dos espaços de sociabilidade e literatura do Rio de Janeiro eram os gabinetes de leitura. Sobre uma parcela dos seus frequentadores, trataremos a seguir com o estudo do Gabinete Português de Leitura, importando destacar agora qual era a característica desta "instituição" nos termos de Nelson Schapochnik:

---

[131] Inspiro-me em Raymundo Faoro, *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, op. cit., p. 227, pp. 307-308 e p. 327.

> Importa ressaltar que esta instituição, de origem europeia, simultaneamente comercial e cultural, à parte o traço comum de casa de locação de livros, de proposta laica e de saber moderno, revestiu-se ainda de vários significados [...] Denominadas de "Reading Room" na Inglaterra, "Free Circulating Library" nos Estados Unidos, "Cabinet de Lecture" na França, "Leihbibliotheken" na Alemanha, "Gabinete de Leitura" no Brasil e em Portugal, estas instituições remetem para um espaço fornido de livros, autorizando a leitura sem a necessidade de compra.
> Os gabinetes de leitura funcionaram como uma instância mediadora que incidiu sobre as relações entre os editores, escritores e o público, contribuindo para a ampliação do comércio livreiro.[132]

Não vem ao caso refazer a história dos gabinetes de leitura na Europa, nos Estados Unidos, Brasil e Portugal,[133] mas indicar sua existência e traçar seu panorama específico no Rio de Janeiro.

Conforme dados do *Almanak Laemmert*,[134] fornecidos por Nelson Schapochnik, havia oito gabinetes de leitura no Rio de Janeiro entre 1844 e 1861, a maioria deles, seis ao todo, localizados na Rua do Ouvidor. Segundo Schapochnik, todos os proprietários eram cidadãos franceses radicados no Rio de Janeiro, e seus respectivos estabelecimentos tinham em comum, além da nacionalidade, a mesma característica de alugar livros, que eram lidos, provavelmente, nas residências dos subscritores, uma vez que esses gabinetes não possuíam salas de leitura.[135] Contudo, com exceção de alguns gabinetes de leitura do Rio de Janeiro, a maioria dos livros – alvo de grande publicidade através de anúncios veiculados na imprensa – eram vendidos e alugados nas livrarias que se passavam também por gabinetes.

Sem entrar na discussão sobre as diferentes estratégias publicitárias que os livreiros e donos de gabinetes encontraram, através dos anúncios, ora para vender os livros, ora para subscrevê-los,[136] importa destacar que subscrição e venda marcam a circulação do livro, sobretudo, as traduções francesas, com destaque para Alexandre Dumas, no Rio de Janeiro oitocentista. E será esta personalidade singular, em companhia de outros escritores franceses, que iremos encontrar num dos mais importantes espaços de consumo literário do Rio de Janeiro, o Gabinete Português de Leitura.

---

[132] Nelson Schapochnik, *Os jardins das delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na Corte Imperial*, op. cit., p. 43.

[133] Para uma análise e interpretação da história dos gabinetes de leitura ver Nelson Schapochnik, *Os jardins das delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na Corte Imperial*, op. cit., pp. 36-61.

[134] O *Almanak Laemmert* é considerado o primeiro almanaque publicado no Brasil. Foi editado no Rio de Janeiro pelos irmãos Eduard e Heinrich Laemmert, tendo percorrido todo o Segundo Reinado até o início da República. Particularmente sobre o *Almanak Laemmert* ver Alessandra El Far, *O livro e a leitura no Brasil*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006, pp. 19-20.

[135] Cf. Nelson Schapochnik, *Os jardins das delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na Corte Imperial*, op. cit., p. 51.

[136] Esta questão foi desenvolvida por Nelson Schapochnik, *Os jardins das delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na Corte Imperial*, op. cit., pp. 53-55.

Resumindo para terminar: a tradução do modelo literário francês (romance-folhetim e crônica-folhetim), o incremento do jornal diário de maior tiragem, livrarias e gabinetes de leitura por conta dos movimentos emigratórios e privatismo familiar são revertidos em fatores de mudança e desenvolvimento, mas também de convergências às necessidades culturais do país, necessidades criadas, sobretudo, pelos próprios emigrantes e brasileiros que estavam por detrás da imprensa e dos gabinetes de leitura, com a tutela do Imperador. No Brasil

> [...] é o imperador que dá a nota e o tom a toda a época; é o símbolo da pirâmide e de suas camadas; as estratificações tomam-no como ponto de referência – estar perto ou longe da coroa define o prestígio de cada um. Natural é que sua presença se sinta por toda a parte, embora não se caracteriza num episódio de ficção ou num gesto. Sua sombra projeta-se na vida da sociedade, sem mostrar a fisionomia e os gestos.[137]

D. Pedro II foi um dos monarcas que mais investiram nas relações entre o Brasil e a Europa, buscando manter a mesma política cultural colonial de valorizar tudo o que vem de fora, mais especificamente da França. Trata-se de um processo que no contexto da Independência apenas disfarçou e matizou os novos laços de dependência colonial, e que no período do Segundo Reinado aprofundou a dependência brasileira em relação à Europa, resultando num processo que culminou, entre outras coisas, também nas transferências culturais de que falávamos. O cenário é complexo e o leitor pode encontrar o debate aprofundado pelas Ciências Sociais no Brasil.[138]

Baseado nisso e não havendo mais espaço para levar esse assunto adiante, limito-me a concluir com uma assertiva de Florestan Fernandes, que resume o ponto das transferências da Europa para o Brasil: "A modernização [ou europeização] aos poucos iria adquirir o significado e as proporções de um amplo processo de transplantação de gente, de técnicas ou instituições sociais e de ideias de vida da Europa para o meio brasileiro".[139] Trata-se de um processo que interessava aos círculos dirigentes e atendia também à demanda tanto dos recém-chegados, os emigrantes, como dos já estabelecidos, as famílias brasileiras proprietárias dos jornais, tendo, ambos os grupos, atendido às necessidades dos leitores dos círculos dirigentes e dos estratos médios da sociedade brasileira.

---

[137] Raymundo Faoro, *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, op. cit., p. 52.

[138] Desde 1808, após a chegada da Família Real no Rio de Janeiro, há uma tendência sensível à europeização. Ver principalmente Florestan Fernandes, *Sociedade de classe e subdesenvolvimento*, op. cit. Acerca da política cultural e bacharelesca de D. Pedro II ver Gilberto Freyre, *Sobrados e mucambos*, 15ª ed., São Paulo: Global, 2004 e Lilia Moritz Schwarcz, *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*, São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

[139] Florestan Fernandes, *Sociedade de classe e subdesenvolvimento*, op. cit., p. 25 – *interpolação por minha conta*.

Resta dizer que a investigação de uma parcela do público literário oitocentista esteve relacionada a um incremento da imprensa, à gênese de espaços de sociabilidade e literatura, à valorização do impresso e do gosto literário folhetinesco. Isso implica afirmar que a questão do público parece vincular-se a uma situação, relativamente, de mudança e de desenvolvimento do país agrário, escravista e analfabeto.

Assertivas como estas parecem um tanto ufanistas,[140] como se justificassem nossos profundos problemas estruturais apresentando um "papel redentor" da imprensa no Império.[141] Nesses termos, pergunto: Como resolver a questão do incremento da imprensa, da difusão da literatura e a constituição de uma parcela do público, aqui apontados, considerando ao mesmo tempo o problema estrutural da escravidão, do analfabetismo, sem cair no ufanismo patriótico e no encantamento da realidade destituída de fascínio? Não pretendo responder isso agora, e apenas o estudo de uma fração do público literário que se segue poderá dizer algo sobre a problemática aqui apresentada.

Posso adiantar, entretanto, que concordo com a opinião de que a literatura nacional durante o Império estava condicionada a um quadro de debilidade cultural e problemas estruturais que afetaram profundamente nossa vida cultural durante o século XIX. Contudo, esses problemas devem ser levados em conta, não absolutizados, como aconteceu com a opinião de que somente a elite brasileira lia no Brasil Império.

A tarefa de investigação do público literário no Brasil oitocentista é um desafio, ainda mais se considerarmos as ausências de evidências empíricas sobre o público, o pequeno número de testemunhas de leitura, a dificuldade de acesso aos arquivos existentes (públicos e particulares), enfim, as negativas condições para o estudo do público do passado. Mas há brechas, algumas evidências, além de contribuições de outros estudiosos do mesmo assunto que têm ajudado a compor um quadro mais amplo do consumo e das práticas de leitura no Brasil oitocentista.

A questão do público literário envolve todos esses elementos apresentados e, para criar um universo de sentido através deles, é necessário conhecer qual a posição de uma fração do público, isto é, de que grupo social – portador e suporte da literatura folhetinesca – estamos tratando quando o assunto é o Gabinete Português de Leitura e o folhetim do *Correio Mercantil*, no Rio de Janeiro, e o folhetim do *Correio Paulistano*, em São Paulo.

Ao final de seu livro *Folhetim: uma história*, Marlyse Meyer ressaltou que "essa

---

[140] Sobre a visão tributária do ufanismo: Luiz Costa Lima, *Trilogia do controle*, op. cit., p. 205.

[141] Ver Roberto Schwarz, *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*, São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000, pp. 21-22.

teimosa presença do velho romance-folhetim leva a insistir numa crucial questão: a do público [...]. Quem lia esses romances? Quem era seu destinatário? Quem lia o quê? [...]",[142] pergunta-se a autora. Na verdade, depois de tanto tempo, depois de 14 anos desde o lançamento da obra de Meyer, mesmo depois de sua morte (2010), as perguntas e o interesse pelo público do jornal e do livro no século XIX ainda não cessaram, tanto que inúmeros estudos sobre a história do livro, da leitura e da edição surgiram no Brasil na última década e foram realizados por historiadores e teóricos da literatura, muitos influenciados, direta ou indiretamente, pelo estudo de Marlyse Meyer. Estes estudos são a inspiração e referência para a presente pesquisa de Sociologia do público literário, que ainda dá os seus primeiros passos dentro dessa temática.

[142] Marlyse Meyer, *Folhetim: uma história*, op. cit., p. 378 – *interpolação por minha conta.*

Capítulo 1: Rio de Janeiro, 1860-1870

Como vimos, uma sociologia do público literário se faz investigando o público ou fração do público como grupo portador e suporte de determinada literatura. Baseado nisso, neste capítulo o destaque será dado ao romance-folhetim francês, visto como expressão do gosto literário de uma época e que foi gestado pelos emigrantes do Gabinete Português de Leitura.[143]

Sobre esse gosto, considere-se a preferência pelo romance-folhetim de Alexandre Dumas, que será estudado com base nos catálogos da biblioteca particular do Gabinete. Vimos que existe, porventura, uma primeira feição do público desse escritor entre os frequentadores de algumas livrarias do Rio de Janeiro: público caracterizado como instruído e pertencente especialmente aos círculos dirigentes, embora entre seus representantes também figurassem alguns tipos advindos dos estratos médios.[144] É preciso esclarecer, antecipadamente, que no período que passo a estudar (1860-1870), nenhum dos representantes dos círculos dirigentes nem o Imperador participavam da vida do Gabinete. Logo, o assunto aqui não é a elite brasileira, mas estratos médios, que não representam a maioria da população, nem os círculos dirigentes, embora estivessem em constante relação com estes últimos: no Segundo Reinado a situação estamental-escravista pressupõe uma relação tutelar, mesmo com os grupos de fora de seus círculos. Por isso, pode-se afirmar que aqueles que pertencem a essa camada social média até possuem autonomia financeira e cultural, mas sempre de forma relativa, embora isso não impedisse que adquirissem certo estilo de vida, que incluía instrução, prestígio social, ou seja, uma posição social (tudo isso resultando num *status* social). Diante disso, no lugar de uma classe média ou pequena burguesia, usaremos aqui a noção de grupo de *status* para analisar os frequentadores do espaço do Gabinete.[145]

O público e as práticas de leitura são medidos frequentemente pelo grau de

---

[143] No lugar de imigrante empregarei o termo emigrante, porque entre os portugueses do Gabinete os vínculos institucionais e emocionais existentes parecem ser mais fortes em relação ao espaço nacional de origem (Portugal) do que o espaço nacional de destino (Brasil): a atmosfera dentro do Gabinete é sempre de um grupo que acabou de emigrar, de deixar sua pátria, e parece ter esperança de voltar. O "sentido de solidariedade" difundido pela diretoria na década de 1860 vai confirmar o uso do termo (o assunto será desenvolvido neste capítulo no tópico "1.1.3.3. Homens práticos e positivos [1868-1870]").

[144] Ver *Preâmbulo*: "Um público consumidor possível para as edições dos romances-folhetins (livrarias e gabinetes de leitura)".

[145] Essa noção vem da sociologia de Max Weber e refere-se a estratos sociais reconhecidos pela honra ou posição social, cuja característica é seguir um estilo de vida particular. Ver Max Weber, *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, Brasília: Editora UNB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2004, vol 1, pp. 199-203; vol 2, pp. 175-186; ver também Raymundo Faoro, *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, op. cit., p. 17, pp. 20-21 e pp. 307-308.

escolaridade e de origem social, e como no Brasil oitocentista há problemas estruturais como o analfabetismo e a escravidão, pensar que existe um público literário para além da elite letrada parece difícil. Tomando como ponto de partida esse problema específico, relacionado à assertiva de que somente a elite brasileira apresentava condições estruturais e culturais para gestar a literatura no século XIX, buscar-se-á apresentar e caracterizar o público do Gabinete em termos socioprofissionais, tentando expor como um gosto literário de uma época, relacionado ao folhetim, não recebeu suporte apenas da elite carioca, mas também de outros estratos sociais. Longe da "classe" de títulos do Império, esse público extraído de dentro da "comunidade portuguesa" também foi portador e suporte do gosto literário da época. Um de meus objetivos é expor *não* como esse público chegou a ser o que é, mas tomá-lo como algo já formado e atuando em determinado período, buscando analisar como se dão as relações entre os homens e a literatura nesse momento específico. Por outras palavras, no espaço de sociabilidade e literatura do Gabinete serão encontradas experiências privadas centradas em formas de interação próprias, e que por intermédio da literatura surgiram públicos consumidores do romance-folhetim carecendo, nessa medida, de investigação sociológica.

Para realizar uma investigação desse tipo vou dar centralidade ao grupo dos emigrantes portugueses do Gabinete, na medida em que suas opiniões e consumo literário no período estudado estavam circunscritos à ação e à propriedade individual de um círculo limitado de homens (com a participação de algumas mulheres), que se sustentavam mutuamente graças às ações financeiras dirigidas para sua associação. Ali funcionava uma biblioteca particular e dentro dela Dumas aparece como um escritor bastante consumido. O passo é em direção ao particular, mas o esforço é estabelecer relações com o movimento geral da sociedade – até porque nesse momento dois episódios (de toda uma constelação) vão interferir na vida no Gabinete: a Guerra do Paraguai e o antilusitanismo, eventos marcantes no período para a "comunidade portuguesa", conforme apontarei.

Por fim, aproveito para destacar que neste trabalho prefiro a noção de "comunidade portuguesa" à de "colônia", em consideração à ação privada e ao "sentido de solidariedade" empregado por uma camada de emigrantes portugueses dentro do Gabinete, em benefício de si próprios e de seus compatriotas menos favorecidos e localizados não no campo, mas na cidade do Rio de Janeiro entre 1860 e 1870.[146] Essa busca por uma unidade intragrupo faz

[146] Até aqui usei comunidade entre aspas porque faltava dizer tratar-se de um conceito empregado por diferentes modalidades sociológicas. E no lugar de apresentar cada uma delas indico como referência um trabalho que oferece uma discussão sintetizada do conceito: José de Souza Martins, "Estudo de caso e conhecimento sociológico", in: *A imigração e a crise do Brasil agrário*, op. cit., pp. 30-36. Sobre o já mencionado "sentido de solidariedade", o termo é dos próprios emigrantes portugueses do Gabinete.

parte da vida dos emigrantes portugueses do Gabinete e de outros espaços sociais (como a Beneficência Portuguesa e a Caixa de Socorros Pedro V), formando uma comunidade. Em todos esses espaços – mantidos em grande parte pelos próprios membros do Gabinete –, a noção de comunidade existe e coincide com um momento em que a comunidade já não era mais a matriz de existência no século XIX na cidade do Rio de Janeiro, mas sim a "sociedade" – diga-se de passagem, estamental-escravista. Para uma camada de emigrantes portugueses, a comunidade é efetiva e *não* uma "utopia comunitária", que nasce em função da condição "marginal" e da conscientização dos emigrantes em relação às contradições da sociedade brasileira, especialmente no meio agrário.[147] No caso dos emigrantes portugueses do Gabinete verifica-se que até 1860 não houve nenhuma situação que os levasse a sentir necessidade de criar uma comunidade para se proteger, até porque a comunidade portuguesa dos emigrantes do Rio de Janeiro – pelos menos aquela formada pelos membros do Gabinete e de outras associações – existiu sempre, isto é, desde a fundação do Gabinete em 1830. Portanto, a comunidade não é uma reação, mas uma confirmação de um modo de existência de um grupo específico e heterogêneo, que se mantém unido pelo "sentido de solidariedade" desde o início. Enfim, opera-se neste trabalho não com a noção de colônia portuguesa (muito mais ampla e envolvendo o campo e a cidade), mas com a noção de comunidade, visando apresentar esse modo concreto de existência de uma camada de emigrantes portugueses em relação ao todo da sociedade do Rio de Janeiro; contudo, o objeto de análise não é o todo, mas a parte, representada pelo espaço social do Gabinete dentro da comunidade portuguesa localizada na cidade, capital do Segundo Reinado.

Ainda resta dizer que há outros trabalhos centrados no Gabinete como um espaço de sociabilidade e literatura, alguns inclusive chamando a atenção para o perfil socioprofissional dos acionistas.[148] Diante dessas considerações, o presente estudo inspira-se e retém vários

---

[147] Sobre "utopia comunitária", ver José de Souza Martins, *A imigração e a crise do Brasil agrário*, op. cit., p. 36 e p. 40).

[148] Cito, por exemplo, o trabalho dirigido por Antonio Rodrigues Tavares, que classifica o público frequentador do Gabiente Português de Leitura do Rio de Janeiro como a "classe média dos comerciantes e bacharéis" (Cf. *Fundamentos e actualidade do Real Gabinete Português de Leitura: edição comemorativa do 140º aniversário de fundação*, direção Antonio Rodrigues Tavares, Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1977, p. 15). Orienta-se na mesma direção a pesquisa de Ana Luiza Martins que, ao se dedicar ao estudo do Gabinete de Sorocaba, remete ao Gabinete Português do Rio de Janeiro e destaca que os fundadores dessa associação eram comerciantes e bacharéis (ver Ana Luiza Martins, *Gabinetes de leitura da província de São Paulo: a pluralidade de um espaço esquecido: 1847-1890.* 370f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990). Para Nelson Schapochnik, também nas décadas de 1840 e 1850, as posições sociais de advogados e médicos (os bacharéis) é que figuram com maior frequência entre a diretoria do Gabinete. Ele também buscou mostrar, em alguns momentos, como o estudo dos catálogos da biblioteca podia orientar na investigação do perfil dos leitores. Em sua pesquisa, entre outras coisas, investiga minuciosamente os catálogos do Gabinete e expõe as tendências literárias dos emigrantes portugueses, indicando também que, nos anos de formação da biblioteca, os estudantes e os comerciantes em ascensão eram o público em potencial dos volumes

momentos das pesquisas citadas e de outros trabalhos que serão apresentados ao longo do capítulo. Assim, meu intento é apenas agregar algum elemento ao estudo do público do Gabinete, mas partindo de uma modalidade da Sociologia da literatura: a Sociologia do público literário.

1.1. O público do Gabinete Português de Leitura e o gosto pelo romance-folhetim francês

Para estudar o público do Gabinete entre 1860 e 1870 elegi três variáveis para a análise: "frequência do público consumidor", "características do público consumidor", "escritor e romance".[149]

---

de literatura francesa existentes e que correspondiam aos investimentos da Diretoria (ver Nelson Schpochnik, *Os jardins das delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na Corte Imperial*, op. cit., 1999, p. 107 e p. 111). Há também a pesquisa monográfica de Fabiano Cataldo, que aponta para o público formado por bacharéis e comerciantes nas duas primeiras décadas de funcionamento da associação portuguesa, confirmando a assertiva dos seus mestres (ver Fabiano Cataldo, *A política de seleção do Real Gabinete Português de Leitura: identificação a partir da compilação de atas e relatórios do período de 1837-1847*. 114f. Monografia. (Trabalho de Conclusão de Curso de Biblioteconomia) – Escola de Biblioteconomia da Universidade do Rio de Janeiro, 2007; ver também do mesmo autor "Contributo para traçar o perfil do público leitor do Real Gabinete Português de Leitura: 1837-1847", in: *Ciência da Informação*, Brasília, v. 37, n. 2, p. 20-31, maio/ago. 2008 - consulta site: http://www.scielo.br/pdf/ci/v37n2/a02v37n2.pdf; acesso: novembro/2011). Por fim, indico também o trabalho de Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira (ver *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920.* 313f. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994) que relembra os anos de fundação do Gabinete e discute, entre outras coisas, como a presença dos leitores nas bibliotecas particulares do Rio de Janeiro criou nesses ambientes espaços de sociabilidade.

[149] É importante destacar que para a análise da "frequência do público consumidor" basear-me-ei nos *Relatórios da Diretoria do Gabinete*. Com relação à segunda variável, apoiar-me-ei num banco de dados construído a partir de informações obtidas nos *Relatórios da Diretoria do Gabinete*, no livro manuscrito do *Copiador* e em outros documentos extraídos de duas instituições portuguesas: a Caixa de Socorros Pedro V e a Sociedade Beneficência Portuguesa; além disso, contarei com o auxílio de dicionários bibliográficos, pesquisas relacionadas à emigração e à vida dos portugueses no Rio de Janeiro, bem como outras fontes documentais fornecidas pelos arquivos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Biblioteca Florestan Fernandes da USP. Por fim, quanto à última variável, onde aproximei duas categorias literárias em uma única variante – "escritor e romance" –, meu ponto de partida será alguns números extraídos do "Catálogo do Gabinete de Leitura" (1858) e "Catálogo Suplementar" (1868), mas contei também com o apoio dos *Relatórios da Diretoria* e com uma bibliografia complementar voltada à questão do romance-folhetim, do gosto literário e da história do Gabinete, no século XIX.

1.1.1 Frequência do público consumidor (1860-1870)

Anos	Nº do Público Frequentador da Biblioteca	Entrada e Saída de Livros	Nº de Acionistas
1860	--	33.819	--
1861	2.938	--	--
1862	3.145	30.153	--
1863	3.152	29.993	--
1864	3.002	31.935	--
1865	2.145	26.965	--
1866	2.109	--	--
1867	1.315	26.720	1340
1868	2.183	25.760	1414
1869	2.250	31.496	1620
1870	2.295	38.459	1796

Quadro 1: Correlação entre o público frequentador, movimentação dos livros e acionistas ("--": dados não encontrados)

O quadro se refere à frequência do público da biblioteca, movimentação dos livros e número de acionistas no intervalo de dez anos. Começando com a variável *frequência do público*, devo dizer que não tive acesso à biografia desse público responsável pela movimentação nesse espaço de sociabilidade e literatura; por isso, e por uma questão de clareza da exposição, inicio apresentando e distinguindo os únicos dois públicos possíveis dentro do Gabinete nesse período: os "acionistas" e os "subscritores". Os subscritores pagam uma mensalidade à associação, garantindo exclusivamente o acesso e o empréstimo de livros da biblioteca; já os acionistas – além de pagarem as mensalidades e de poderem emprestar livros do acervo – podiam, por meio da compra de ações, chegar a ocupar cargos administrativos nas funções de presidente, secretário, tesoureiro e membros do conselho deliberativo, todos escolhidos pelos próprios acionistas por meio de votação em assembleias.[150] Acionistas e subscritores são, portanto, os responsáveis pela frequência na biblioteca. Entretanto, os acionistas merecem algum destaque, porque o funcionamento, a organização e a manutenção de tudo o que concernia ao Gabinete estavam a cargo deles. Isso aponta, antecipadamente, uma das razões de atribuirmos a estes acionistas a qualidade de portadores e suportes de tudo o que tem relação com a biblioteca.

[150] "A distribuição dos cargos previstos para a diretoria (presidente, secretário e tesoureiro), eleita e aprovada anualmente na assembleia geral, guardava uma correspondência com a dignificação e o reconhecimento de seus ocupantes por parte da colônia lusitana, mas também era respaldada pela competência intelectual, ou ainda, pela disponibilidade financeira [...]. O ocupante do cargo de presidente da instituição cumpria um papel figurativo, estando incumbido de presidir as sessões (ordinárias, solenes e comemorativas) e a assembleia geral, ler os discursos e atas, rubricar os documentos relativos às despesas e admitir novos sócios e subscritores". Nelson Schapochnik, *Os jardins das delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na Corte Imperial*, op. cit., p. 8. Quanto aos secretários, estes cuidavam da redação dos relatórios de contas da diretoria e, juntamente com o tesoureiro, dos pareceres destes relatórios.

Então, no plano da simples constatação, vemos que o número do público frequentador aumenta nos três primeiros anos do decênio e decai vertiginosamente até 1867, sofrendo um novo aumento até o início da década seguinte. Esta flutuação coincide com o movimento de entrada e de saída de livros da biblioteca ao longo da década.

Acerca da movimentação (entrada e saída) dos livros na biblioteca, ela é decrescente a partir de 1860, havendo uma elevação em 1864, que não se sustenta e declina gradativamente até 1868, ocorrendo nova elevação nos anos seguintes. Comparando estas duas variáveis, nota-se uma diminuição da frequência do público e da movimentação dos livros entre 1867 e 1868, sendo que na virada da década há uma retomada da dinâmica, tanto dos frequentadores quanto dos livros na biblioteca: *considere essa variação (flutuação) como uma chave para adentrar o espaço das relações sociais entre os homens e os livros dentro do Gabinete e chegar ao conhecimento da posição social que ocupa o público.*

Para começar a entender, portanto, as razões dessas pequenas variações dentro da biblioteca,[151] primeiramente será necessário estabelecer outras relações entre as variáveis apresentadas.

Atente-se para o número de acionistas, considerando os dados encontrados, referentes apenas ao último quatriênio da década de 1860. Os resultados apontam para uma média aproximada de 1.500 acionistas entre 1867 e 1870.[152] Constata-se também que esse número é crescente em 1869 e 1870, repetindo a mesma tendência as variáveis *frequência do público* e *movimentação dos livros*, algo que merece ser comentado.

Nota-se que no ano de 1867 o número de acionistas é maior que o de frequentadores da biblioteca, enquanto a movimentação dos livros é maior que em 1868. Neste ano, o número de frequentadores quase dobra em relação ao número de acionistas, enquanto o movimento dos livros cai. Já em 1869 e 1870, os números seguem aumentando entre as três variáveis. Como vemos, entre 1867 e 1868 e apesar do aumento da frequência do público, o movimento dos livros diminui, repetindo a flutuação dos outros quadros.

Diante disso, se estabelecermos uma correlação entre o número de frequentadores e o número de acionistas, poderíamos aventar para o fato de que a movimentação dos livros, considerando as flutuações, é realizada quase exclusivamente pelos acionistas. Faço essa

---

[151] Um estudo inspirador sobre as flutuações dos números de visitantes de museus e da estrutura do público pode ser encontrado em Pierre Bourdieu e Alain Darbel, *O amor pela arte*, op. cit., p. 29.

[152] Considerei nesse cálculo o número dos acionistas "ausentes", cuja média é de setenta e quatro portugueses nesses últimos anos. Compreendem os ausentes aqueles que não foram excluídos do rol de acionistas, mas estão fora da associação por motivos diversos, como falta de pagamento das mensalidades, viagem, doença ou óbito. Nesse último caso, as ações ficavam a cargo da família, normalmente, as esposas. Cf. O livro do *Copiador*, op. cit.

afirmação levando em conta dois aspectos: 1º) os acionistas representam em termos numéricos grande parte das pessoas envolvidas com o Gabinete na década de 1860; 2º) subtraindo o número de frequentadores do número de acionistas poderemos chegar, relativamente, ao número de subscritores, constatando que os acionistas são, de fato, a grande maioria. Vejamos os indicadores:

1867: 1315 (frequentadores) – 1340 (acionistas): 35 (subscritores);
1868: 2183 (frequentadores) – 1414 (acionistas): 769 (subscritores);
1869: 2250 (frequentadores) – 1620 (acionistas): 630 (subscritores);
1870: 2295 (frequentadores) – 1796 (acionistas): 499 (subscritores).
* Total no quatriênio: 8043(frequentadores) 6179 (acionistas) 1933 (subscritores)

Tomando os resultados obtidos com os subscritores, podemos sugerir que a movimentação da biblioteca depende, em 1867, totalmente dos acionistas, ao passo que, nos anos seguintes, os subscritores até representam um número bastante grande; todavia, considerando o total de frequentadores no quatriênio, os acionistas continuam sendo a maioria. Lembrando que existem apenas dois públicos possíveis para o acervo do Gabinete – acionistas e subscritores –, a probabilidade de grande parte dos acionistas expostos nos quadros acima serem responsáveis pela movimentação e flutuação da biblioteca é bastante grande. Essas conclusões vêm nos favorecer na medida em que não tivemos acesso aos dados biográficos do público em geral da biblioteca; em compensação, sabendo de antemão que os acionistas têm presença marcante na associação, este dado parece-me suficiente para começarmos a caracterizar o público da biblioteca responsável pelas flutuações do número de homens e de livros. Considere-se, portanto, o público em potencial do acervo – ou melhor, os consumidores em potencial dos livros: os acionistas do Gabinete Português de Leitura, lembrando que são consumidores, e não necessariamente leitores, já que não houve contato com nenhum testemunho de leitura (práticas de leitura). Por outro lado, tive acesso ao movimento de compra e circulação dos livros dentro do Gabinete, conforme será apontado adiante.

O passo seguinte é tentar caracterizar o perfil socioprofissional e as competências[153] de alguns dos acionistas dentro do Gabinete Português.

---

[153] Entendo aqui competência conforme a perspectiva de Pierre Bourdieu e Alain Darbel (*O amor pela arte*, op. cit., p. 71), isto é, como posse de disposições particulares que definem, nesse sentido, posições sociais e orientam a ação do público frequentador da biblioteca.

1.1.2. Características do público consumidor

NOME	COMPETÊNCIA	PERFIL SOCIOPROFISSIONAL	OBSERVAÇÃO [154]
José Peixoto de Faria Azevedo	Presidente da diretoria (1860-1866)	Nada consta	nada consta
José Pereira Soares	Presidente da diretoria (1866-1868); Membro do Conselho deliberativo (1874-1877); Comendador	Comerciante	nada consta
José de Almeida Soares de Lima Bastos	Vice-diretor (1866-1867); Doutor	Bacharel	nada consta
Manoel José Gonçalves Machado Junior	Acionista (a partir de 1862); Presidente da diretoria (1868-1869); Comendador	Comerciante	nada consta
Antonio José da Costa Braga	Vice-diretor (1868-1869); Comendador	Comerciante	nada consta
Visconde de S. Christovão	Acionista (a partir de 1868); Vice-diretor (1870); Presidente da diretoria (1871); Guarda-Roupa honorário da Casa Real; Visconde; Comendador	nada consta	Nascimento: Portugal - 26/04/1820.

Quadro 2: Presidentes/1860-1870

[154] O campo "observação" deve comportar características como origem (local de nascimento), atividade e produção escrita dos acionistas e outras informações relevantes. Aproveito, inclusive, para caracterizar o termo *redator*, que será utilizado. Ele diz respeito ao seu uso mais comum, isto é, trata-se de um sujeito que colabora na produção de periódicos, confecção de relatórios, cartas, documentos etc. que, mesmo contendo um signatário, não representa *escritor* – não no sentido em que emprego o termo no trabalho: por escritor considere um produtor de obras literárias e que é ao mesmo tempo uma personalidade singular, um ponto de cruzamento dos círculos sociais.

NOME	COMPETÊNCIA	PERFIL SOCIOPROFISSIONAL	OBSERVAÇÃO
Antonio Xavier Rodrigues Pinto	Acionista (a partir de 1860); Secretário (1860-1861/1866/1871-1872); Membro do Conselho deliberativo (1866-1870); Comendador[155]	Comerciante	Redator e romancista[156]
Eduardo Rodrigues Cardoso de Lemos	Acionista (a partir de 1862); Secretário (1862/1868-1869); Membro do Conselho deliberativo (1866-1868/1871-1874); Sócio benemérito (1872); Vogal perpétuo do conselho deliberativo (1874); Vice-diretor (1873-1874); Presidente (1877-1879)	Comerciante	Nascimento: Vianna do Castelo – Portugal; morte: Rio de Janeiro, 14/10/1884.
João Gonçalves Lima Camacho	Acionista (a partir de 1860); Secretário (1862)	nada consta	nada consta
José Bento Ramos Pereira	Acionista (a partir de 1860); Secretário (1862)	nada consta	nada consta
Reinaldo Carlos Montóro	Secretário (1866-1868); Comendador	nada consta	Tradutor e redator[157]
José Antonio Pereira Duarte	Secretário (1866-1867)	nada consta	nada consta

[155] Foi honrado com a comenda da Ordem de Cristo depois de participar, com o consócio Reinaldo Carlos Montóro, ambos secretários, de uma comissão que se organizou no Rio de Janeiro (1860) para promover uma subscrição em benefício do "Asylo da infância desvalida em Portugal". Cf. *Diccionario Bibliografico Portuguez: estudos de Innocencio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brasil*, Tomo Oitavo, Primeiro do Supplemento, A-Z, Lisboa: Imprensa Nacional, MDCCCLXVII, pp. 321-322.

[156] Colaborou com a primeira (1855-1857) e segunda série (1861-1862) de um periódico português intitulado "Saudade, periodico litterario". Foi no 1º volume da segunda série deste periódico que publicou um romance intitulado *O Sr. Francisco Antonio* e ainda, no mesmo volume, publicou também um esboço histórico intitulado *Fernando de Magalhães*. Cf. *Diccionario Bibliografico Portuguez*, op. cit., pp. 321-322.

[157] Segundo Ubiratan Machado, Montóro é um dos tradutores de *O Brasil pitoresco*, de Charles Ribeyrolles, em 1859. Os outros autores são: Manuel Antonio de Almeida, Machado de Assis, Ramo Paz, Remígio de Sena Pereira. Ver Ubiratan Machado, *A vida literária no Brasil durante o Romantismo*, op. cit., p. 43. É de Montóro também a redação do opúsculo "Notícia histórica do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro fundado em 1837" publicado na ocasião das comemorações do centenário de Camões. O opúsculo compõe o apêndice da nova edição de *Os Lusíadas*. Ver Reinaldo Carlos MONTÓRO, "Notícia histórica do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro", in: Luiz de CAMÕES, *Os Lusíadas*, Lisboa: Na Officina de Castro Irmão, 1880; consulta site: < http://rgplopac.bibliopolis.info/OPAC/default.aspx?ContentAreaControl=ShowSearchResults.ascx&SearchNo=2&PageNo=1>; acesso: dezembro/2011.

João José de Amorim Coelho	Secretário (1868-1869); Conselho deliberativo (1867-1868)	nada consta	nada consta

Quadro 3: Secretários/1860-1870

NOME	COMPETÊNCIA	PERFIL SOCIOPROFISSIONAL	OBSERVAÇÃO
Julio Ernesto de Castro e Souza	Tesoureiro (1860-1865)	nada consta	nada consta
Antonio Fernandes	Tesoureiro (1866-1868)	nada consta	nada consta
Antonio Pereira Barbedo	Conselho deliberativo (1867-1868); Tesoureiro (1869-1870)	nada consta	nada consta

Quadro 4: Tesoureiros/1860-1870

NOME	COMPETÊNCIA	PERFIL SOCIOPROFISSIONAL	OBSERVAÇÃO
Albino de Freitas Castro	Conselho deliberativo; Tesoureiro (1878-1880); Presidente da diretoria (1879-1887); Sócio da Sociedade Beneficencia Portugueza (1874-1875); Comendador	Comerciante	morte: Rio de Janeiro, 20/06/1899.[158]
Antonio da Costa Ramalho	Conselho deliberativo; Sócio da Sociedade Beneficencia Portugueza (1874-1875)	nada consta	nada consta
Antonio Gonçalves de Lima Camacho	Conselho deliberativo; Acionista (a partir 1861)	nada consta	nada consta
Antonio Gonçalves Guimarães	Conselho deliberativo; Comendador	Comerciante, tipógrafo (1850-1860) e diretor do Banco Rural e Hipotecário (1867)[159]	nada consta

[158] O campo "observação" desse acionista foi completado com base nos dados fornecidos pelas "fichas dos acionistas". Cf. *Fichas* – material fornecido pela Secretaria do Gabinete Português de Leitura e consultado em 04 de novembro de 2011.

[159] Segundo Ernesto Senna, a firma de Antonio Gonçalves Guimarães, na Rua do Sabão nº26 (hoje Rua General Câmara) fora inicialmente uma casa de livros e objetos de escritório, transformando-se em tipografia com a colaboração desse caixeiro. A então "Tipografia Episcopal" foi responsável pela publicação, entre outras obras, do *Código Comercial Brasileiro* (1854) e pelo *Dicionário Faria* (1860). Cf. Ernesto Senna, *O velho comércio do Rio de Janeiro*, op. cit., pp. 139-141. Sobre o Banco Rural e Hipotecário, fundado em 1854, marca um período de crescimento econômico no setor comercial do Rio de Janeiro, cujo marco é o *Código Comercial*, já destacado.

Antonio Joaquim Coelho da Silveira	Conselho deliberativo; Sócio da Sociedade Beneficencia Portugueza (1874-1875); Comendador	Comerciante	nada consta
Antonio José Alves Coelho	Conselho deliberativo; Acionista a partir de 1860; Tesoureiro adjunto (1872-1873); Sócio benemérito (1878); Comendador	Comerciante	nada consta
Antonio Teixeira da Silva Barroso	Conselho deliberativo; Acionista (a partir 1862)	nada consta	nada consta
Bernardo Ribeiro de Freitas	Conselho deliberativo; Acionista (a partir 1860)	nada consta	nada consta
Boaventura Gonçalves Roque	Conselho deliberativo; Presidente da diretoria (1871-1873); Comendador	Comerciante	nada consta
Constantino Joaquim d'Azevedo Lemos	Conselho deliberativo; Acionista (a partir de 1862); Sócio benemérito (1878)	nada consta	nada consta
Henrique Pereira Leite Bastos	Conselho deliberativo; Vogal perpétuo do conselho deliberativo (1878)	nada consta	nada consta
João Thomé da Silva	Conselho deliberativo; Sócio da Sociedade Beneficencia Portugueza (1874-1875); Comendador	Comerciante	nada consta
Joaquim Bernardino Pinto Machado	Conselho deliberativo; Sócio da Sociedade Beneficencia Portugueza (1874-1875); Comendador	Comerciante	nada consta

O processo de instalação do Banco Rural e Hipotecário está relacionado à lei de terras e os investimentos de bens de raiz, sobretudo, por negociantes portugueses. Ver Carlos Gabriel Guimarães, verbete "Banco Hipotecário", in: *Dicionário da terra*, organização Márcia Mota, São Paulo: Editora Record, 2005; consulta site: < http://books.google.com.br/books?id=TlrJEwEC4csC&pg=PA52&lpg=PA52&dq=Banco+rural+e+hipotec%C3%A1rio&source=bl&ots=zOMt23cE9p&sig=Xan2GUNSkj3L_oOdsU-OHrzYC0I&hl=pt-BR&sa=X&ei=0sH9TvKfI8iItwext9jRBg&ved=0CC8Q6AEwAg#v=onepage&q=Banco%20rural%20e%20hipotec%C3%A1rio&f=false>; acesso: 30 de dezembro de 2011.

Joaquim da Costa Ramalho Ortigão	Conselho deliberativo; Secretário da Sociedade da Geografia;[160] Presidente da Caixa de Socorros Pedro V (1871); Secretário da comissão portuguesa de socorro às vítimas da febre amarela (1873); Idealizador com Eduardo Rodrigues Cardoso de Lemos da fundação Centro da Lavoura e Commercio (1881);[161] Diretor do Banco do Brasil (no período republicano); Comendador: Oficial da Ordem da Rosa e Cavalheiro de Cristo; Secretário do Gabinete Português (1879-1883); Presidente interino do Gabinete Português (1883-1884); Presidente da diretoria do Gabinete Português (1885)	Comerciante (guarda-livros e depois sócio da Casa de Souza Breves & Cia, comerciante de café (Casa Comercial Ortigão & Cia, Rua dos Beneditinos, 4)	Redator;[162] nascimento: Porto – Portugal – 16/02/1842; morte: Rio de Janeiro – 13/04/1889; data da emigração (1855);[163] emigração com 14 anos de idade.
José Joaquim Ferreira Margarido	Conselho deliberativo; Acionista (a partir de 1866); Presidente da diretoria (1873-1874); Vogal perpétuo do conselho deliberativo (1879)	Comerciante	nada consta
Manoel Antonio Gonçalves Roque	Conselho deliberativo; Acionista (a partir de 1861); Sócio da Sociedade	Comerciante	nada consta

[160] Cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira* (vol. V), Lisboa: Editorial Enciclopédia, 19[?], p. 326.

[161] Além de um dos membros da fundação, que tinha a proteção do governo imperial, Ramalho Ortigão foi quem realizou o plano de exposição e propaganda do "Café do Brazil". Cf. *Diccionario Bibliografico Portuguez*, op. cit., pp. 374-376.

[162] Publicou: "Relatório da Commissão Portugueza de Socorros às victimas da febre amarela", Rio de Janeiro, 1873; "Projeto de reforma dos estatutos da associação commercial do Rio de Janeiro", Rio de Janeiro: Typografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & Cia, 1876, 8ª gr. de 25 pg.; "Breve notícia sobre a primeira exposição do Café do Brazil', Rio de Janeiro: Typografia Moreira Maximiano & Cia, 1882. 8ª gr. de 72, VIII-XI-III, 35 pg. e 8 mappas desdobráveis; "Segunda exposição do Café do Brazil", op. cit; "Parecer da commissão dos bancos", op. cit.; "Uma memorável sessão do parlamento portuguez, op. cit, 1882, 8ª gr. de 12 pg; "Commissão de bancos e meio circulante (informação apresentada pela commissão parlamentar de inquerito ao corpo legislativo)", Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1883, 4ª gr. de 7 pg.; "Elemento servil. Primeira representação da commissão especial nomeada em assembleia geral extraordinária (da Associação Commercial do Rio de Janeiro)", Rio de Janeiro: Typografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & Cia, 1884, 8ª gr. de 14 pg. Cf. *Diccionario Bibliografico Portuguez*, op. cit., pp. 374-376.

[163] O campo "observação" desse acionista foi completado com base nos dados fornecidos pelas "fichas dos acionistas". Cf. *Fichas* – material fornecido pela Secretaria do Gabinete Português de Leitura e consultado em 04 de novembro de 2011.

	Beneficencia Portugueza (1874-1875); Comendador		
Manoel Leite Bastos	Conselho deliberativo; Acionista (a partir de 1869); Conselho deliberativo (1868-1873); Comendador	Comerciante	nada consta
Manoel Rodrigues de Oliveira Real	Conselho deliberativo; Secretário (1878); Vogal perpétuo do conselho deliberativo (1879)	nada consta	nada consta

Quadro 5: Conselho deliberativo/1866-1870[164]

NOME	COMPETÊNCIA	PERFIL SOCIOPROFISSIONAL	OBSERVAÇÃO
Antonio José Gomes Brandão	Acionista (entre 1860 e 1880);[165] Sócio da Sociedade Beneficencia Portugueza (a partir de 1874)	Comerciante, proprietário de uma Casa de livros e objetos de escritório, depois fundador do Banco Colonizador e Agrícola e do Banco dos Operários[166]	origem: Rubiães/Portugal [167]
Bento Rodrigues Marques	Acionista (a partir de 1860);	Comerciante	Redator e dicionarista;[168] nascimento: Vianna do Minho/Portugal,[169] 23/04/1830; data da emigração (1842).

[164] Entre 1866 e 1870 listei 57 nomes compondo o conselho deliberativo; contudo, apresento somente aqueles dos quais consegui apresentar alguma característica a mais, além da de simples membro do conselho.

[165] Não tenho dados precisos sobre a participação desse acionista no Gabinete Português de Leitura. Os dados obtidos no *Livro do Copiador* não trazem a data da compra de ações, mas somente a indicação dos nomes dos novos acionistas e o período em que passaram a integrar a associação: nesse caso entre 1860 a 1880. Cf. *Livro do Copiador do Gabinete Português de Leitura (1860-1880)*.

[166] Ernesto Senna dá a entender que ambos os bancos foram instalados no início da República. Cf. Ernesto Senna, *O velho comércio do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2006, p. 69.

[167] Rubiões é uma freguesia do conselho (município) de Paredes de Coura, vila portuguesa do distrito de Viana do Castelo.

[168] Publicou: "Galeria dos homens úteis", Rio de Janeiro: Typografia Perseverança, 1867; *Jornal do Commercio*, 18 de outubro de 1867: "Raiz do queijo, raiz do ar, minha-minha, pau cobra, e outras raízes". Foi um dos autores de um dicionário que, segundo os anúncios dos jornais da Corte (*Jornal do Commercio*, 05 de setembro de 1867; *Correio Mercantil*, 06 de setembro de 1867 e *Semana Ilustrada*, 08 de setembro de 1867, 15 de setembro de 1867 e 06 de outubro de 1867) tratava-se de uma excelente obra. Cf. *Diccionario Bibliografico Portuguez*, op. cit., pp. 376-377.

[169] Atualmente, Viana do Castelo.

Joaquim Augusto da Cunha Porto	Acionista (a partir de 1860); Escriturário e secretário da "Ordem Terceira da Penitencia" (1878);[170] Um dos fundadores da Companhia Brazileira de Importação (1878); Conselheiro da Sociedade Beneficencia Portugueza e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional Brazileira; Tesoureiro do Grêmio Litterario Portuguez; Vice-Presidente das sociedades reais Amante da Monarchia e Club Gymnastico Portuguez; Primeiro secretário, bibliotecário e depois diretor do Lyceu Litterario Portuguez (1877-1881); Segundo secretário e presidente da Imperial Sociedade União Beneficiente das Famílias Honestas (1877-1879);[171]	Comerciante e Diretor do colégio Collegio S. Caetano[172]	Redator e poeta;[173] nascimento: Porto/Portugal, 26/03/1827; data da emigração (1830)
Joaquim da Silva Mello Guimarães	Acionista (1860-1877); Membro do conselho fiscal da	Comerciante	Redator e dicionarista;[174]

[170] Conhecida como a "Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência", é a mais antiga comunidade religiosa das Américas, fundada no século XV pelos portugueses. No século XIX, teve entre seus irmãos o próprio D. Pedro II. Cf. News VOT (Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, 2008-2009), "História da Ordem"; consulta site: http://www.vot.com.br/traeger.php; acesso: 14 de janeiro de 2010.

[171] *Diccionario Bibliografico Portuguez*, op. cit., pp. 367-368.

[172] Instituição privada voltada à instrução primária e secundária do sexo masculino. Cf. *Diccionario Bibliografico Portuguez*, op. cit., pp. 367-368.

[173] Colaborou em diversas folhas literárias e comerciais, com destaque para os poemas que publicou na primeira série da "Lysia poética", uma coleção de poesias portuguesas. Ainda como poeta, colaborou com as folhas comemorativas, por ocasião do centenário de Camões e do marquês de Pombal, que saíram no *Jornal do Commercio*, no *Cruzeiro*, e no folheto da "Associação de socorros mútuos Luis de Camões", todas em 1883. Cf. *Diccionario Bibliografico Portuguez*, op. cit., pp. 367-368.

[174] Colaborou na redação, juntamente com seu irmão Manuel da Silva Mello Guimarães, de uma parte do *Diccionario Bibliografico Portuguez*, que foi finalizado, organizado e publicado por Innocencio Francisco da Silva, em 1867. Autor de um livro intitulado "Colonização", Rio de Janeiro: Typografia Perseverança, 1870. Escreveu uma série de quatro artigos sobre a agricultura no Brasil, intitulados "A nossa lavoura" – os textos foram publicados anonimamente no *Jornal do Commercio*, entre 28, 29 e 30 de setembro de 1870 e 01 de outubro de 1970, e transcritos no *Independente*, folha de Campos, de 16, 23 e 30 de outubro de 1870 e 06 de novembro de 1870. Foi autor do artigo "O Gabinete Portuguez de Leitura", publicado no *Cruzeiro*, em 13 de maio de 1881. O mesmo artigo saiu num opúsculo intitulado "Juizo da Imprensa do Rio de Janeiro" e publicado juntamente com o *Relatorio da Directoria do Gabinete de Leitura no Rio de Janeiro*, em 1880. Era um dos responsáveis pelos pareceres das contas do Gabinete e colaborou junto com Domingos José Bernardino de Almeida e Augusto Emilia Zaluar com a *Revista da Exposição Portugueza no Rio de Janeiro*, em 1879, na qual foram publicadas três estampas e os retratos de digníssimos cidadãos portugueses (Luciano Cordeiro, Marcellino Ribeiro Barbosa, José Estevão Coelho de Magalhães, Caetano de Carvalho, Joaquim da Silva e Alvaro Carneiro Geraldes). Nesta mesma revista aparecem outros artigos de sua autoria, assinados com as iniciais J. M e com o título "Subsídios para a história da primeira exposição portuguesa no Rio de Janeiro" e outra série sem assinatura

	Sociedade de Previdência; Membro do conselho diretor da Sociedade Propagadora das Bellas Artes do Rio de Janeiro; Sócio correspondente da Associação dos Jornalistas e Escriptores Portuguezes;		nascimento: Aveiro/Portugal, 26/05/1831; data da emigração (1845)
Joaquim Álvaro d'Armada	Acionista (entre 1860 e 1880)[175]	Guarda-livros e comerciante de chapéus[176]	nada consta.
José Rodrigues Sucena / nada consta.	Acionista (entre 1860-1880);[177] Visconde	Comerciante (proprietário da Casa Sucena - comércio de sirgueiro)[178]	nada consta

Quadro 6: Outros acionistas a partir de 1860

Apesar de esforços na tentativa de mapear o público formado por acionistas do Gabinete, foi possível listar e caracterizar somente quarenta nomes de portugueses do sexo masculino que adquiriram ações e começaram a partilhar da vida do Gabinete a partir de 1860, seja na posição de simples acionista, seja como membro da diretoria. Entre os nomes arrolados acima, a maior parte pertence à diretoria, dividindo-se entre as funções de presidente, secretário, tesoureiro e membros do conselho deliberativo. Observa-se que, a partir de 1866, os comerciantes ocuparão as funções de presidente da diretoria; já entre os secretários há, além de comerciantes, dois redatores, sendo um romancista e outro tradutor. Sobressaem entre os acionistas, além de outros redatores, um tipógrafo, dois dicionaristas e um poeta, merecendo destaque também o teor dos artigos, opúsculos e relatórios elaborados por esses signatários: trata-se, em sua grande maioria, de textos relacionados à questão do

com o título "Registro de noticias". Foi autor do artigo "O Brazil e Victor Hugo", publicado no *Cruzeiro*, em 21 de abril de 1881, e de um relatório, bastante elogiado nos jornais da Corte ("*Jornal do Commercio*, 31 de janeiro de 1884; *Folha Nova*, 09 de fevereiro de 1884; *No Brasil*, 14 de fevereiro de 1884; *Gazeta Litteraria*, 17 de fevereiro de 1884". Cf. *Diccionario Bibliografico Portuguez*, op. cit., pp.148-151), intitulado "Instituições de Previdência Fundadas no Rio de Janeiro: Apontamentos Históricos e Dados Estatísticos", publicado pela Typografia Nacional, em 1884 e escrito por ocasião do Congresso Scientifico Internacional de Paris, realizado em julho de 1878. Também foi autor de vários textos, crônicas e ensaios publicados em diversos jornais cariocas, onde seu nome aparece com suas iniciais e pseudônimos também (Dr. Pancracio; Dr. Froylão; Braz do Côvo etc.). Encerrou sua carreira de redator com críticas humorísticas que circularam nos jornais cariocas com os títulos: Pílulas e confeitos, firmados, Rabugices e Tainhas e atuns e com a publicação de um livro intitulado "Director do Lyceu Litterario Portuguez". Cf. *Diccionario Bibliografico Portuguez*, op. cit., p. 148-151 e 402.

[175] Cf. *Livro do Copiador do Gabinete Português de Leitura* (1860-1880).

[176] Segundo Ernesto Senna, o emigrante português Joaquim Álvaro d'Armada exerceu, inicialmente, a função de guarda-livros em uma Casa de couro na Rua do Carmo, Rio de Janeiro. Com o passar do tempo associou-se com a Casa de chapéus de José Mendes Fernandes Guimarães. Surgia a Chapelaria Armada & C., importante casa comercial do Rio de Janeiro, reconhecida nas exposições nacionais e internacionais pela confecção de chapéus. Cf. Ernesto Senna, *O velho comércio do Rio de Janeiro*, op. cit., pp. 221-223.

[177] Cf. *Livro do Copiador do Gabinete Português de Leitura* (1860-1880).

[178] Localizada na Rua da Quitanda nº 86, esquina da Rua Alfândega. Cf. Ernesto Senna, *O velho comercio do Rio de Janeiro*, op. cit., p. 69.

comércio na cidade, embora a redação de dicionários e textos em verso e prosa também tenham presença. Nota-se uma grande quantidade de portugueses vinculados a outras instituições portuguesas, como a Caixa de Socorros Pedro V e a Sociedade Beneficencia Portugueza (instituições de caridade), o Lyceu Litterario Portuguez (escola), entre outras. Um acionista foi um dos fundadores da Companhia Brazileira de Importação e três deles também ascenderam à posição de diretores de bancos (Banco do Brasil, Banco Rural e Hipotecário, Banco Colonizador e Agrícola e Banco de Operários), mas somente um ocupou esse cargo no período estudado (Antonio Gonçalves Guimarães). Com relação ao local de origem desses portugueses, identifiquei as regiões de seis acionistas (um oriundo de Aveiro, três de Viana do Castelo e dois do Porto, todas localizadas ao Norte de Lisboa), sendo que o período de emigração compreende as décadas de 1830, 1840 e 1850. Vale lembrar que o interesse pela emigração está inscrito numa perspectiva das transferências culturais, espécie de história social da vida cultural de um pequeno número de pessoas – membros da diretoria do Gabinete.[179] Com relação ao local de origem, conta-nos uma das historiadoras da emigração que o Norte de Portugal era um ponto de partida comum dos emigrantes, sendo a maior parte formada por camponeses vindos de aldeias localizadas nas regiões de Aveiro ou Viana do Castelo, por exemplo.[180]

E sobre a emigração portuguesa ao Brasil – em termos gerais –, o número dos que emigraram em 1837 é de 137 indivíduos. Nos anos seguintes, os emigrantes desaparecem das estatísticas, reaparecendo em 1853 e já somando 8.329 indivíduos em todo o país.[181] Outra informação sobre esses emigrantes é que grande maioria acabava morrendo ou regressando a Portugal numa condição de grande miséria. Em relação aos que permaneciam no país havia dois tipos: o primeiro é aquele emigrante que ainda luta para sobreviver com sua família em terras estrangeiras, sendo assistido por instituições de caridade portuguesas (por exemplo, a Sociedade Beneficência Portuguesa, fundada em 1848), enquanto não consegue retornar a Portugal – neste primeiro grupo, os principais problemas são o desemprego ou a falta de melhores condições de trabalho e a taxa de analfabetismo.[182] Quanto ao segundo tipo,

---

[179] Inspiro-me, mais uma vez, na síntese de Michel Espagne, *Les transferts culturels franco-allemands*, op. cit., p. 96.

[180] Cf. Eulália Maria Lahmeyer Lobo, *A imigração portuguesa no Brasil*, São Paulo: Hucitec, 2001.

[181] Nuno Simões, *O Brasil e a emigração portuguesa: notas para um estudo*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1934, p. 31. Sobre a emigração portuguesa ver também José de Sousa Bettencourt, *O fenômeno da emigração portuguesa*, Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1961.

[182] "Ao abandonar o terrunho, o campônio português, em geral analfabeto, na incerta esperança da aventura brasileira, ignorava as condições deploráveis em que na maior parte dos casos, iria trabalhar e morrer, ocupando, se não de direito, pelo menos de fato, o lugar do escravo". Sergio Buarque de Holanda, "Brasil-Portugal", in: *O Brasil monárquico: declínio e queda do Império*, 5ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 211, tomo 4.

encontrado em número bastante reduzido, trata-se do português instruído (bacharel) ou que adquiriu fortuna no comércio[183] e, com o passar dos anos, conquistou alguma posição social, como aconteceu para a camada de emigrantes portugueses do Rio de Janeiro, inclusive membros do Gabinete Português de Leitura, como Joaquim da Costa Ramalho Ortigão e Antonio José Gomes Brandão, ambos diretores de bancos e envolvidos com o capital agrícola na cidade do Rio de Janeiro, só que na época da República. Aliás, ser emigrante e ocupar uma posição social era indispensável para poder adquirir ações e tornar-se um dos sócios do Gabinete. Assim aconteceu na época da sua fundação, em 1837, quando setenta emigrantes portugueses pertencentes, sobretudo, à "classe média dos comerciantes e bacharéis" criaram a associação;[184] e também ocorreu nas outras décadas, com destaque para o decênio de 1860, em que novos emigrantes portugueses exibem suas insígnias de mando: os comerciantes comendadores (quatorze ao todo). Todavia, quero destacar que, apesar dos títulos recebidos, as comendas não representavam, na prática, qualquer tipo de ascensão social, por exemplo, à "classe" de títulos do Império, mas eram elementos de *status* dentro do próprio espaço do Gabinete e na comunidade portuguesa do Rio de Janeiro. Como vemos, trata-se apenas de insígnias de mando, como a farda do exército ou as vestes dos bacharéis,[185]mas não de poder econômico e político.

Dito isso, iniciemos uma análise mais detida a partir desses elementos apresentados:

Em relação ao número de acionistas que apresentamos no "Quadro 1", foi possível caracterizar, agora, com base na variável "Características do público consumidor", não mais do que 5% deles, sendo que a maioria aparece como membro da diretoria. Minha hipótese, portanto, é que estes quarenta acionistas são uma amostra possível do público frequentador do Gabinete e, consequentemente, de sua biblioteca. Trata-se de um público bastante instruído –

Já, especificamente, sobre o analfabetismo dos emigrantes, o Estado Português criou uma lei que proibia a emigração de analfabetos apenas em 1929. Contudo, um século antes, os imigrantes portugueses tentaram resolver este problema criando instituições de ensino, como é o caso do Liceu Literário Português patrocinado pelo Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, que levava as primeiras letras aos emigrantes pobres e analfabetos. Ver Nuno Simões, *O Brasil e a emigração portuguesa: notas para um estudo*, op. cit., p. 60 e também Nelson Schapochnik, *Os jardins das delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na Corte Imperial*, op. cit., p. 137.

[183] "Os raros emigrantes que granjearam riquezas muito avultadas ficam quase todos no Brasil, onde constituem importantes e florescentes colônias de portugueses, em poder dos quais está o principal comércio do Império". Nuno Simões, *O Brasil e a emigração portuguesa: notas para um estudo*, op. cit., p. 32, nota 1.

[184] "[...] no salão nobre duma casa particular, a de nº 20 da tradicional Rua Direita, hoje 1º de Março, moradia do advogado emigrante português Dr. António José Coelho Louzada, que nasceu o Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, numa sessão encerrada às 13h e três quartos do dia 14 de Maio de 1837, um domingo". "A fundação", in: *Fundamentos e actualidade do Real Gabinete Português de Leitura*, op. cit, p. 15.

[185] Ver Gilberto Freyre, *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*, 15ª ed. rev., São Paulo: Global, 2004, p. 722.

dado haver entre eles dicionaristas, poetas, tradutores etc. –, em sua maioria comerciantes (vinte e dois no total) e conhecidos como a "classe caixeiral"[186] da região central do Rio de Janeiro, oriunda de um grupo de *status* formado por uma parcela de emigrantes portugueses. Sobre a "classe caixeiral", refiro-me ao comércio localizado nas Ruas do Carmo, Quitanda, Alfândega, dos Beneditinos e do Sabão, onde estavam localizadas as casas comerciais de alguns dos frequentadores do Gabinete e que ficavam nas imediações da rua mais elegante e bem frequentada da cidade – a Rua do Ouvidor, conhecida como o espaço da moda e das livrarias francesas, dos cafés e restaurantes mais requintados da época na cidade.

A presença da "classe caixeiral" na cidade está relacionada ao amplo fenômeno da emigração, sobretudo, entre o Primeiro e o Segundo Reinados, quando alguns dos portugueses que seriam acionistas do Gabinete Português, na década de 1860, no Rio de Janeiro, chegam ao país entre 1830 e 1850. Sobre serem filhos de trabalhadores camponeses na origem, não obtive nenhuma informação a respeito; contudo, sabe-se que alguns deles eram filhos de professor e que vieram com um emprego garantido no setor do comércio, como o menino Joaquim da Costa Ramalho Ortigão. Na verdade, gostaria de tomar esse caso particular como exemplo, valendo-me de breves momentos de sua vida na tentativa de matizar um tipo social e profissional mais geral: o objetivo é explorar um pouco mais e de maneira generalizante aquilo que já foi exposto sobre o público frequentador do Gabinete, só que partindo, inicialmente, de uma única biografia. Além disso, considero que esse caso particular me oferecerá elementos para conhecer um pouco mais esse grupo social de caixeiros portugueses estabelecidos no centro da cidade, contribuindo para aquilatar as características deste público já evidenciadas nos quadros acima; vale lembrar que compreender a posição social do público do Gabinete é o que mais interessa aqui.

Partindo dessas ponderações, considero que, diante da falta de uma pesquisa quantitativa mais densa sobre estes emigrantes frequentadores da biblioteca, recorrer (e em partes hiperdimensionar) ao uso da biografia particular é de grande valia, haja vista que momentos singulares de uma vida podem funcionar, seja como ponto de partida, seja como ferramenta interpretativa na ausência de dados estatísticos suficientes,[187] seja como amparo e validação daquilo que construímos até aqui como evidência particular sobre o perfil socioprofissional do público frequentador do Gabinete.

---

[186] Retirei o termo "classe caixeiral" de Wilson Martins, *História da Inteligência Brasileira*, São Paulo: Cultrix; Ed. da Universidade de São Paulo, 1977, p. 529.

[187] Guardadas as proporções, inspiro-me em Michel Espagne, *Les transferts culturels franco-allemands*, op. cit., pp. 98-99.

1.1.2.1. Joaquim da Costa Ramalho Ortigão e o caixeiro como tipo social

Quando Joaquim da Costa Ramalho Ortigão chegou ao Brasil, aos 14 anos, o irmão do futuro escritor português Ramalho Ortigão trazia consigo alguma instrução (recebida talvez do pai, professor e diretor de uma escola na cidade do Porto – Colégio da Lapa) e a garantia de emprego na função de caixeiro (guarda-livros) numa casa comercial do Rio de Janeiro (Casa de Sousa Breves & Cia) que, ao tudo indica, era um comércio de café.[188] Uma vez no Rio de Janeiro parece que sua existência foi marcada pelo sucesso, começando por ascender a sócio da mesma casa onde era caixeiro, depois fundando sua própria casa comercial (Ortigão & Cia), que lhe rendeu posses, títulos e a posição de futuro diretor do Banco do Brasil (mas posteriormente, durante o regime republicano). É provável que a proximidade com a família Sousa Breves explique não somente as razões de Ortigão estar envolvido desde a juventude (quando ainda era empregado caixeiro) com a questão do café no Rio de Janeiro (ver item "Característica do público consumidor"), mas também o fato de ter ascendido socialmente e alcançado a posição de negociante de café e depois a de diretor de banco.

Como vemos, trata-se de uma biografia de sucesso, que à primeira vista parece peculiar; porém, devo dizer que casos como o de Joaquim Ramalho Ortigão não eram exceção, mas a regra entre alguns caixeiros portugueses do Rio de Janeiro (veremos adiante como a relação tutelar e os privilégios garantem a ascensão dos jovens caixeiros na cidade); mas antes é importante ilustrar, com base nos outros exemplos que tivemos – no caso de Antonio José Gomes Brandão, Joaquim Augusto da Cunha Porto ou de Antonio Gonçalves Guimarães (caixeiros, acionistas do Gabinete e que conquistaram, além das comendas, também bens, títulos, propriedades entre outros) –, que estamos diante de um tipo social representado pelo português emigrante que chegou ao país na virada do meio do século XIX e ascendeu a altas posições sociais.

Com muita ou pouca instrução, jovens portugueses de doze e catorze anos deixavam Portugal para virem trabalhar no país, alguns já com a certeza do emprego, sobretudo no comércio da cidade. Para entender melhor essa presença do tipo caixeiral na cidade do Rio de Janeiro, é preciso atentar para alguns dados sobre a emigração nos primeiros anos da década

---

[188] Na ausência de registros, suponho tratar-se de uma casa comercial de café e de propriedade da família Sousa Breves, uma das mais ricas do Brasil na época, sendo conhecida a fama do seu patriarca, Joaquim José de Souza Breves, chamado de "o rei do café". Ver Aloysio Clemente Breves Beiler, "O imperador do café", in: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Seção Retrato, nº21, junho/2006; consulta site: http://www.revistadehistoria.com.br/secao/retrato/o-imperador-do-cafe; acesso: janeiro/2012.

de 1850, quando Ortigão chega ao país. Exemplifico esse dado com uma notícia publicada na primeira página do *Correio Mercantil*, em meados da década de 1850,[189] na qual aparece um balanço sobre o movimento da população no porto da capital do Império em quatro anos:

Ano	Entrada de emigrantes	Saída de emigrantes
1851	9.685	1.540
1852	6.879	1.877
1853	9.645	1.981
1854	8.673	1.773
Total do quatriênio	34.882	7.171
Média anual	8.720	1.793

Com relação às nacionalidades dos estrangeiros, os dados abaixo revelam as de maior incidência no final de 1854:

Portugueses: 22.300
Alemães: 4.323
Franceses: 462
Italianos: 203
Espanhóis: 192
Ingleses: 171
Suíços: 119
Americanos: 97
Argentinos: 68
Belgas: 38

Constata-se que os emigrantes portugueses lideram as estatísticas naquele pequeno espaço de tempo. Trata-se de um número bastante elevado se compararmos com outras nacionalidades, como os alemães ou os franceses. Isso significa que, além da Corte de portugueses aqui estabelecidos, existia um intenso fluxo de estrangeiros vindo de Portugal para o Brasil nas primeiras décadas de 1850. Nesse momento, um dos setores que mais recebiam emigrantes de Portugal na zona urbana era o comércio, ampliando a população caixeiral na cidade do Rio de Janeiro. O número de entrada de emigrantes ser superior ao número de saída em todos esses anos revela que as condições de existência para os emigrantes, com destaque para os portugueses, eram bastante propícias. Logo, podemos propor que os altos índices de emigração estão, em parte, também relacionados às oportunidades de trabalho existentes no espaço urbano – a outra parte fica por conta do campo, da agricultura, que não é assunto aqui.

[189] *Correio Mercantil*, 04 de janeiro de 1855 – Microfilmes da Biblioteca Florestan Fernandes – *valores da soma e da média estavam errados e foram corrigidos por minha conta*.

Partindo dessas ponderações, vemos como o elemento português era marcante nos processos de emigração, podendo ser o setor do comércio alvo desse contingente lusitano, concentrando um número significativo de trabalhadores livres no comércio da cidade. No início do século XIX, a presença dos caixeiros é notória: "para quarenta negociantes regulares, dois mil retalhistas e cem vendeiros, havia um número de quatro mil caixeiros, aprendizes e criados de lojas";[190] já nos primeiros anos do Segundo Reinado a situação dentro de alguns setores do comércio não se havia alterado em relação à presença dos trabalhadores portugueses: "os brasileiros possuem 36,6% das lojas, os portugueses 43,2% e os demais estrangeiros 20,0%".[191] Embora não saibamos qual porcentagem de caixeiros trabalhava nesses estabelecimentos do comércio de alimentos a partir desse período, podemos ponderar, baseados nos índices apresentados, que o comércio ainda era uma oportunidade para uma parcela de emigrantes portugueses que chegava ao país a partir de 1850, e dentre eles o menino Ramalho Ortigão que na juventude iria encontrar um emprego de caixeiro num dos comércios estabelecidos na cidade: era o ponto de chegada e a condição inicial daquele que seria um dos representantes do público frequentador do Gabinete dez anos depois.

Os caixeiros são uma mão de obra jovem, masculina, barata, numerosa e livre, estando suas atribuições divididas em diversas funções, descreve Lenira M. Martinho: caixeiro de balcão (encarregado das vendas nos balcões pelos comerciantes a retalho); caixeiro de fora ou de porta-fora (encarregado das cobranças e das vendas fora do estabelecimento, geralmente acompanhado de um escravo); caixeiro de escritório (encarregado do expediente e de todo o trabalho de escritório, como cópias de cartas, faturas, de letras, ou das compras e vendas em grosso ou por atacado) e guarda-livros ou primeiro-caixeiro (fazia a escrituração dos negociantes, cuidando da caixa, além da correspondência). Ao ascenderem socialmente, chegariam à posição de comerciante, sinônimo de negociante dentro do comércio varejista. Some a isso as insígnias de mando adquiridas, como as comendas, e teremos alguns elementos constitutivos da "classe caixeiral", que compõe uma fração do público literário de Alexandre Dumas no Rio de Janeiro (ver mais adiante o tópico "1.1.3. Escritor e Romance").

Ser caixeiro era visto pelos emigrantes e por suas famílias portuguesas como ponto inicial, certas vezes obrigatório, para alcançar uma carreira bem-sucedida no ramo do

---

[190] John Luccock apud Lenira Menezes Martinho, "Os caixeiros como grupo socioprofissional", in: *Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência*, Lenira Menezes Martinho e Riva Gorenstein. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993, parte 1, p. 37.

[191] Luiz Felipe de Alencastro, "Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872, in: *Novos estudos CEBRAP*, nº 21, julho de 1988, p. 34.

comércio, cujo ponto máximo parecia ser a posição de negociante. Nesse programa a juventude era elemento importante, haja vista que os comerciantes estabelecidos desejavam para suas casas jovens patrícios seus e que tivessem pouca idade para poder mandar e pagar baixos salários (entre doze e catorze anos era, portanto, a idade ideal). Apesar de essas idades parecerem precoces para os padrões atuais, no passado, em Portugal e no Brasil, uma vez alcançados os dez anos de idade, as crianças do sexo masculino, que não fossem filhos de grandes heranças, mas de camponeses, pequenos comerciantes ou professores – vide o caso de Ortigão –, eram obrigadas a trabalhar. Nessa cultura predominava uma lógica patriarcal, inspirada no mando, no poder do mais velho sobre o mais moço, no tráfico de influências entre os dois espaços nacionais, recrutando mão de obra jovem e barata – tudo isso consequência do ciclo econômico do comércio caixeiral que foi, por um lado, algo bastante rentável para os negociantes estabelecidos no Rio de Janeiro e, por outro, uma promessa para as famílias portuguesas que cediam seus filhos ainda meninos para virem trabalhar como caixeiros em terras brasileiras.[192]

Além da idade, a questão da instrução é outro elemento a ser destacado. Apesar de a educação da maioria da população livre demorar a ter significação social no Brasil,[193] houve momentos em que o governo tutelou a educação de alguns representantes de uma camada de trabalhadores livres: refiro-me à escola "Aulas de Comércio", criada ainda no reinado de D. João VI, inspirada na escola pombalina de mesmo nome em Portugal, voltada para a educação dos caixeiros, que iriam trabalhar nas lojas dos negociantes do Rio de Janeiro.[194] Não por

---

[192] Ainda sobre os caixeiros, vale destacar que a grande maioria dos comerciantes do Rio de Janeiro que os contratavam preferia que eles fossem solteiros e não morassem fora do emprego; assim estariam sempre à disposição para qualquer serviço, o que caracteriza o trabalho dos caixeiros como um trabalho doméstico. Caso fossem casados, seria melhor que não tivessem filhos (Cf. Lenira M. Martinho, *Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência*, op. cit., pp. 38-41 e pp. 81-85). Os caixeiros emigrantes eram também em geral adolescentes pobres que vinham de Portugal para trabalhar no armazém de algum parente já estabelecido no Rio de Janeiro. Eram pobres porque trabalhavam durante um ano sem remuneração, a fim de reembolsarem as dívidas de transporte que contraíam para se deslocar de Portugal ao Brasil. Uma vez estabelecidos, esses jovens tendiam a ascender à condição de representantes comerciais em outras cidades do interior, ou então assumiam a sucessão das casas de comércio no Rio. E eram na maioria homens: entre quatro portugueses que chegavam ao Rio de Janeiro, três pertenciam ao sexo masculino. Cf. Luiz Felipe de Alencastro, "Proletários e escravos", in: *Novos estudos CEBRAP*, op. cit., p.34 e p.41; ver também Isabel Lustosa e Theo Lobarinhas Piñero, *Pátria e comércio: negociantes portugueses no Rio de Janeiro joanino*, Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2008; ver também Lena Medeiros de Menezes, "Jovens portugueses: histórias de trabalho, história de sucessos, história de fracasso", in: *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*, Org. Angela de Castro Gomes, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000, pp.164-179; consulta site: http://books.google.com.br/books?hl=ptBR&id=MmUcCrJMIooC&q=portugueses#v=snippet&q=portugueses&f=false; acesso: agosto/2010.

[193] Desenvolvo o assunto no **Capítulo 2**.

[194] Segundo Lenira Menezes Martinho, a escola "Aulas de Comércio" era formada por um lente e um substituto, tendo sido primeiro lente o Sr. José Antonio Lisboa. As disciplinas do curso incluíam ciências exatas (aritmética, álgebra, geometria), geografia e comércio (envolvendo agricultura, mineração, artes mecânicas, artes liberais

acaso, o nome caixeiro estava associado ao ramo do comércio, mas também à capacidade de ler e escrever; logo, estamos falando de uma camada da população emigrante que tinha a instrução, além do trabalho, como princípio organizador e sustentador da vida. Consequentemente, tratar da questão da instrução, no século XIX brasileiro, era falar também dos emigrantes caixeiros e de suas chances de instrução e emprego, num país de analfabetos e poucas oportunidades de trabalho livre. Quanto à formação, os caixeiros, além da possibilidade de acesso à educação de técnicas mercantis, eram levados a ter conhecimento da língua francesa e/ou inglesa, o que deveria favorecê-los nas transações comerciais nacionais e internacionais dentro das firmas dos negociantes do Rio de Janeiro.[195]

Havia um grupo de *status* já estabelecido e ligado ao comércio na cidade do Rio de Janeiro: os negociantes. Estes são os responsáveis pela atração e concentração urbana de uma camada de trabalhadores livres: os caixeiros.[196] Desse grupo de trabalhadores livres e jovens do sexo masculino – que competia com os brasileiros e outros estrangeiros pelos raros empregos no setor terciário brasileiro – sairá o tipo caixeiral emigrante que ascenderá à "classe caixeiral" a partir da década de 1860 e constituirá o público frequentador do Gabinete, no qual destacamos a figura de Ramalho Ortigão e muitos outros caixeiros-comendadores do Gabinete Português de Leitura, cujo perfil socioprofissional é ser comerciante.

Em resumo, a existência dos caixeiros-emigrantes – camada de trabalhadores livres na qual estavam sendo gestados os futuros caixeiros-comendadores ou simplesmente

---

etc.) e escrituração: "[...] a oportunidade que estes tiveram de uma educação profissional através das Aulas de Comércio (não só a aula oficial criada pelo governo como as inúmeras aulas particulares que havia na Corte) // A posse do saber mercantil conferia ao caixeiro uma certa importância social. Inúmeros são os anúncios [nos jornais] em que deixa bem clara sua disposição de se valorizar, através da exposição dos seus conhecimentos de escrituração e contabilidade [...] a educação profissional dos caixeiros estava assegurada na Corte por uma considerável oferta de aulas e mesmo cursos particulares de escrituração mercantil [...]" Lenira Menezes Martinho, "Os caixeiros como grupo socioprofissional", op., cit., p. 53 – *grifos da autora e interpolação por minha conta.*

[195] Vale destacar que, em 1822, havia 1619 casas de negócios no Rio de Janeiro. Aproximadamente vinte anos depois, em 1840, havia 3501 casas comerciais licenciadas na cidade, sendo que 2417 pertenciam a brasileiros natos ou naturalizados e 1084 a estrangeiros. Em 1843, os números atingiam 4734 casas comerciais (Cf. Adolfo Morales de los Rios Filho, *O Rio de Janeiro imperial*, op. cit., p. 274). Esses números, de fato, são bastante expressivos, sobretudo, quando recordamos que a vinda da Corte para o Rio de Janeiro não trouxe nenhum "progresso" inicial; ao contrário, ajudou a aprofundar a situação de precariedade estrutural que já existia na nova Sede da Coroa. Na verdade, quem voltar os olhos para os dias de 1808 tem a impressão que não havia meios de frutificar nos espaços urbanos qualquer alteração da situação econômica, conservada pela economia escravista. E tem razão, pois o crescimento do comércio foi lento, e demoraram alguns anos para que as casas dos negociantes portugueses e outros estrangeiros se estabelecessem no Rio de Janeiro e gerassem qualquer necessidade de mão de obra livre. A respeito da precariedade da família real e o surgimento lento das casas de negociantes, na passagem da Colônia para o Reino, ver Isabel Lustosa e Theo Lobarinhas Piñero, *Pátria e comércio*, op. cit., pp. 112-123.

[196] Além dos caixeiros, outra parcela dos emigrantes portugueses era formada por artesãos e operários. Trata-se dos proletários urbanos e rurais, que chegaram ao Brasil após o fim do tráfico negreiro, mas não figuram entre os acionistas do Gabinete. Sobre os artesões e operários do Império ver Luiz Felipe de Alencastro, "Proletários...", in: *Novos estudos CEBRAP*, op. cit., pp. 34-35.

comerciantes do Gabinete – relacionava-se ao comércio estabelecido na cidade do Rio de Janeiro, cuja origem remonta, particularmente, à vinda da Corte portuguesa para o Brasil, embora tenha sido no Primeiro Reinado que o comércio varejista passou a ser tutelado e desenvolvido na capital do Império. Será nesse momento que os negociantes, especialmente portugueses, passarão a ocupar uma posição social intermediária, detendo o controle do setor comercial-varejista do Rio de Janeiro, constituindo um primeiro grupo de *status* entre os trabalhadores emigrantes portugueses na cidade. Vale a pena matizar o assunto: depois dos conflitos gerados pela emancipação política de 1822, o Tratado de Paz e Aliança, de 29 de agosto de 1825, firmado por Brasil e Portugal, favoreceu exclusivamente Portugal e os trabalhadores emigrantes portugueses no país,[197] excluindo as outras nações, como Inglaterra e França, que tinham também seus negociantes estabelecidos na cidade: "[...] os súditos de ambas as nações portuguesa e brasileira serão considerados e tratados nos respectivos Estados como os da nação mais favorecida e amiga, e seus direitos e propriedade religiosamente guardados e protegidos".[198] A situação beneficiava completamente os negociantes e seus empregados (caixeiros) nas zonas urbanas brasileiras: os primeiros, porque tinham total autonomia e proteção para gerir seus negócios, como a liberdade de subir os preços dos produtos comercializados, inclusive os importados; os segundos, porque eram a única mão de obra livre que gozava de oportunidades de emprego.[199]

Uma explicação para as motivações dos portugueses emigrarem para a cidade do Rio de Janeiro eram as oportunidades de emprego e instrução, reservadas, especialmente, ao tipo caixeiral como Ramalho Ortigão, mas não somente isso: podemos citar a questão dos favorecimentos jurídicos oferecidos pelo governo brasileiro como outro elemento de motivação desse tipo social. Quando um tipo como Ramalho Ortigão desembarcou no porto do Rio de Janeiro em 1850, ele encontrou na cidade variadas garantias estabelecidas entre os governos dos dois imperadores. No Primeiro Reinado, rezava a Carta da Constituição de 1824

---

[197] O número de comerciantes brasileiros nascidos ou temporários em Portugal, nos primeiros anos da independência, era bem pequeno em relação à grande quantidade de portugueses residentes e trabalhando no Brasil. Logo, a vigência da cláusula de nação mais favorecida declarada no Tratado de Paz e Aliança tinha impacto maior sobre os emigrantes portugueses do que sobre os brasileiros. Cf. José Aurivaldo Sacchetta Ramos Mendes, *Laços de sangue: privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1822/1945)*, Tese – (Doutorado do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, São Paulo, 2007, pp. 68-69.

[198] "Tratado de Paz e Aliança" apud José Aurivaldo Sacchetta Ramos Mendes, *Laços de sangue*, op. cit., p. 68.

[199] Sobre as disputas entre os negociantes no período joanino ver Isabel Lustosa e Theo Lobarinhas Piñero, "Franceses *versus* ingleses", in: *Pátria e comércio*, op. cit., pp. 124-141. Já na épocado Primeiro Reinado a referência é Lenira Menezes Martinho, *Negociantes e caixeiros na sociedade da independência*, op. cit., p. 39 e pp. 69-74; ver também Adolfo Morales de los Rios Filho, "Evolução comercial", in: *O Rio de Janeiro imperial*, op. cit., pp. 275-278.

que eram considerados brasileiros os portugueses domiciliados nas províncias brasileiras na época em que se proclamou a Independência, criando-se um sistema misto de direito (*jus soli* e *jus sanguinis*),[200] que favorecia unicamente os emigrantes lusitanos. Na Regência havia a "Lei de 23 de outubro de 1832", sobre a naturalização dos estrangeiros, que beneficiava aqueles que eram possuidores de bens ou aqui exerceriam alguma profissão útil,[201] favorecendo muitos emigrantes que vinham trabalhar como caixeiros nos negócios de parentes portugueses já estabelecidos. E no Segundo Reinado criou-se a lei nº 396, de 02 de dezembro de 1846, intitulada a "Lei dos Caixeiros" e que isentava os comerciantes portugueses de pagar alto tributo no valor de 120 contos de réis. O artigo 5º do Tratado de Paz e Aliança de 1825 vinha favorecer somente os portugueses e submeter a altas taxas tributárias os outros negociantes, como franceses e ingleses, por exemplo.[202] Essa foi a situação de prestígio dos empregados-caixeiros e negociantes na época da Colônia, o que não se modificaria nas primeiras décadas do Império: os dois monarcas buscariam manter a ação tutelar e o interesse econômico numa mesma camada de trabalhadores livres, os caixeiros portugueses, na qual encontramos Joaquim Ramalho Ortigão, um empregado que ascendeu à posição de negociante, passando a representar a "classe caixeiral" do Rio de Janeiro, um novo grupo de *status* no Rio de Janeiro e público frequentador do Gabinete Português de Leitura, público literário de Alexandre Dumas, conforme veremos.

Para encerrar, é importante destacar um elemento da constelação de situações na história do comércio do Rio de Janeiro no século XIX: o governo imperial favoreceu amplamente a vinda de emigrantes portugueses para trabalharem nas firmas comerciais estabelecidas, sendo portugueses a maioria de negociantes que contratavam empregados-caixeiros também portugueses. Reconhecer e reter na lembrança esta questão, digo, a relação de privilégio, é fundamental para entendermos algumas reações do público do Gabinete, particularmente frente ao antilusitanismo e à Guerra do Paraguai, acontecimentos marcantes no período (ver mais adiante tópico "1.1.2.3. Questões internas ao Gabinete").

E por falar no governo, mais especificamente na tutela imperial em relação ao

---

[200] "O chamado direito do sangue [...] vincula a nacionalidade (e neste caso a cidadania) à origem familiar ou étnica [...]. De acordo com o *jus sanguinis*, os filhos têm originariamente a nacionalidade dos pais, mesmo nascendo em território estrangeiro". "O direito do solo, pelo qual o indivíduo é cidadão do Estado em cujo território nasce, é preponderante no ordenamento das ex-colônias do continente americano e em sociedades imigrantistas de outras regiões". José A. S. Ramos Mendes, *Laços de sangue*, op. cit., pp. 61-62.

Cf. José A. S. Ramos Mendes, *Laços de sangue*, op. cit., pp. 7-9.

[201] "A ideologia do trabalho passava a moldar expressamente o conteúdo da norma, concedida como instrumento para atração de trabalhadores livres". José Aurivaldo Sacchetta Ramos Mendes, *Laços de sangue*, op. cit., p. 88.

[202] Ver José A. S. Ramos Mendes, *Laços de sangue*, op. cit., p. 95.

comércio varejista, chegou um momento que essa centralidade do emigrante português no varejo começou a se desestabilizar, e tal situação de privilégio passou a ter um ônus para todos os comerciantes estrangeiros, entre eles os representantes da "classe caixeiral" no Rio de Janeiro, já na década de 1860:

> Atendendo a uma reivindicação popular, a Câmara Municipal de Niterói solicita, em 1864, a "nacionalização do comércio varejista". Ela ataca "os supostos colonos que vêm da Europa aos milhares, mas que colonizam unicamente o comércio varejista [...]". Não é fácil para o nacional (brasileiro) competir com o estrangeiro, que obtém facilmente de seus compatriotas mercadorias a varejo com pagamento a longo prazo.[203]

Acerca desse processo de nacionalização do comércio – não na capital, mas na província do Rio de Janeiro –, inicio destacando a presença de uma mentalidade antilusitana por trás dessa manifestação pública, assunto de que tratarei a seguir.[204] A reação dos comerciantes e a abertura da Câmara Municipal de Niterói para esse debate revelam que o governo, na figura do município, começava a dar os primeiros sinais de novos interesses econômicos, o que, do lado dos comerciantes emigrantes, significava enfraquecimento da relação tutelar por parte do Monarca. Situação semelhante aconteceu na Câmara dos Deputados, na qual corria há anos um projeto que tinha como objetivo não formar unicamente caixeiros na antiga "Aulas de Comércio": transformada em "Escola de Comércio" em 1820, assim permaneceria até 1865, quando uma reforma a transformou em Instituto. Nesses quarenta anos, assistiu-se a uma série de discussões na Escola e na Câmara dos Deputados sobre a necessidade de formar todo tipo de negociante e não somente caixeiros para atuar no comércio. Devemos dizer que por trás dessa missão – encarnada, sobretudo, na figura do ministro da Fazenda do Brasil dentro do período regencial, José Antonio Lisboa, – estava o desejo de nacionalizar o comércio brasileiro, começando por introduzir mão de obra instruída e nativa no comércio controlado em grande parte pelos negociantes e seus empregados-caixeiros, ambos emigrantes portugueses.[205]

A despeito de quaisquer prejuízos que acometeram a vida dos comerciantes emigrantes entre o Primeiro e Segundo Reinados, o que sobressai até esse momento era uma situação de privilégio para aqueles que eram empregados caixeiros e ascenderam à "classe caixeiral". Isso porque a década de 1860 ainda mantinha encobertos alguns eventos que, no instante em que foram revelados, abalaram a ordem caixeiral: o debate sobre a nacionalização

---

[203] Luiz Felipe de Alencastro, *Novos Estudos CEBRAP*, op. cit., p. 34 – *grifos do autor*. Ver também Lenira Menezes Martinho, "Os caixeiros como grupo socioprofissional", op. cit., pp. 55-56.

[204] Foi Luiz Felipe de Alencastro (*Novos Estudos CEBRAP*, op. cit., pp. 30-34) que chamou atenção para o caráter antilusitano dessa manifestação pública.

[205] Ver Lenira Menezes Martinho, "Os caixeiros como grupo socioprofissional", op. cit., pp. 55-56.

do comércio na Câmara Municipal de Niterói e a reforma da antiga "Aulas de Comércio" – que vai se desdobrar em discussões e medidas por parte da Câmara dos Deputados dentro do comércio na Capital do Império –, eram somente um lampejo de duas grandes desordens recém-anunciadas: a Guerra do Paraguai e a crise no comércio.

A Guerra do Paraguai, que assaltou os cofres públicos, provocou aumento dos tributos e uma inflação galopante: entre 1866 e 1867 as despesas com as pastas militares consumiam aproximadamente 60% do orçamento, sendo que os resultados foram desastrosos para a economia pública e privada. Bancos e casas comerciais, outrora fragilizados com a crise da exportação do café e o aumento da importação de produtos no início de 1860, foram levados à falência em 1865 com a Guerra, resultando num processo complexo sobre a crise da economia nacional, o qual não tenho elementos para expor em detalhes aqui.[206] Contudo, o que chama atenção nesse episódio de crise econômica é que, a despeito do aumento das importações e da prosperidade de algumas firmas de negociantes estrangeiros, como a dos ingleses, destaca Sérgio Buarque, o que se deduz é que houve perdas nos setores do comércio em que atuava a "classe-caixeiral": apesar das facilidades na importação dos produtos por conta das ínfimas taxas de câmbio impostas pelo governo, havia, por outro lado, barreiras para comercializar tais mercadorias vindas do exterior. Em tempos de crise, a alta dos preços embarga especialmente o comércio varejista, dificultando a comercialização dos produtos importados, como vinhos, azeites, embutidos, acessórios (chapéus e sapatos) e materiais de escritório – diga-se de passagem, trata-se do mesmo tipo de mercadoria comercializada nas lojas dos caixeiros-comendadores do Gabinete, localizadas no centro da cidade. A alta dos preços impedia sua venda no varejo e interrompia o crescimento comercial das casas de alguns negociantes de produtos que tinham sua importação facilitada, mas sua venda e lucros

---

[206] Particularmente sobre a Guerra do Paraguai e a crise no comércio, há uma questão envolvendo a Guerra, o comércio e o fim do tráfico negreiro que, a despeito de sua importância, não poderá ser aprofundada aqui. Contudo, cabem algumas considerações baseadas naquilo que Luiz Felipe de Alencastro descreve sobre a questão caixeiral e o fim do tráfico; isto é, apesar de o tráfico negreiro ter sido oficialmente abolido em 1831, o comércio negreiro ainda permaneceu ao longo das décadas, embora algumas mudanças fossem sentidas em relação ao mercado de escravos: ao lado dos escravos de ganho começaram a surgir os de aluguel, que eram empregados e dirigidos como assalariados nas fazendas, algo que interferiu na economia escravista. Mas, como se observa, os escravos libertos e assalariados vão continuar nas fazendas, ao passo que a maioria da população escrava liberta na zona urbana ficaria envolvida em tarefas domésticas (41,5%) e na zona rural em tarefas agrícolas (11,6%), não competindo com os empregados caixeiros no comércio (ver Luiz Felipe de Alencastro, "Proletários...", in: *Novos estudos CEBRAP*, op. cit., p. 43). Não seria, portanto, o aparecimento de uma mão de obra formada por escravos libertos a ameaçar os caixeiros, mas o aumento dos tributos e o fim dos privilégios no comércio varejista. Mais sobre a Guerra e a crise no comércio em Sérgio Buarque de Holanda, "A guerra e a crise", in: *O Brasil Monárquico: Do Império à República, História geral da civilização brasileira*, 5º vol., Tomo II, 4ª ed. São Paulo: Difel, 1985, p.91-94. Sobre a Guerra e os escravos libertados, ver Vitor Izecksohn, "A guerra do Paraguai", in: *O Brasil Imperial – vol. II – 1831-1889*, Keila Grinberg e Ricardo Salles (Org.), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 387-408.

dificultados pela concorrência e pela baixa nos preços por conta da grande oferta de mercadorias no comércio da cidade. Somam-se a isso os tributos gerados com a Guerra do Paraguai, e teremos um quadro de debilidade econômica que afeta os comerciantes provocando desemprego, dívidas e falências, especialmente numa ala do comércio, na qual se destaca a "classe caixeiral". Com a Guerra também as economias privadas que antes eram assistidas pelo governo passaram a ficar em segundo plano, quando não abandonadas, como aconteceu com a casa bancária do emigrante português Antonio José Alves Souto, que também era membro da Sociedade Beneficência Portuguesa,[207] indicando o quanto um grupo de *status* podia sofrer com esse período de crise.

Como vemos, em momentos assim, as iniciativas privadas de um grupo de *status* ficam mais ameaçadas que em outras épocas, haja vista que a ação do governo se voltava para questões urgentes, deixando, por exemplo, grupos antes privilegiados à mercê de sua sorte.[208] Em contrapartida, nesses períodos, o sentimento de comunidade existente parece despontar com maior intensidade, e podemos perceber algumas reações por parte de representantes da "classe caixeiral" do Rio de Janeiro, que se voltam para dentro do Gabinete Português de Leitura e dão início a uma série de iniciativas privadas que vão interferir na vida do Gabinete, inclusive influenciando aquelas flutuações dos homens e dos livros que já indicamos.

Assiste-se, na década de 1860, a algumas modificações dentro do Gabinete – eleição de uma nova diretoria, censura do entretenimento, construção de uma instituição de caridade (Caixa de Socorros Pedro V) e uma escola (Lyceu Litterario Português) – que parecem ter sido impulsionadas por esse episódio de crise. A crise econômica também fora acompanhada por uma crise de ideias e sentimentos, e o antilusitanismo aparece como outro evento que parece ter afetado a "classe caixeiral", reforçando o sentimento de comunidade existente e estimulando neles algumas reações – aprofundo tais questões nos dois próximos tópicos ("1.1.2.2. O antilusitanismo" e "1.1.2.3. Questões internas ao Gabinete").

Coincidência ou não, a década de 1860 é um período em que a diretoria do Gabinete vai buscar com todas as forças incrementar e equipar a comunidade emigrante portuguesa do Rio de Janeiro com instrução (Lyceu), trabalho e caridade. Não apenas porque os portugueses

---

[207] Esse episódio ficou conhecido como a "quebra do Souto", de 1864. Ver Sérgio Buarque de Holanda, *O Brasil Monárquico*, op. cit., p. 94. A despeito da sua posição e membro da Beneficência Portuguesa, não encontrei esse emigrante figurando entre os acionistas do Gabinete na década de 1860. Contudo, independente disso, não posso deixar de ressaltar que ambas as associações estavam intimamente ligadas.

[208] A síntese é de Sérgio Buarque, em *O Brasil Monárquico: Do Império à República*, op. cit., p. 93, compartilhada também por Oliveira Lima, que afirma que a Guerra desviou a atenção do governo para as questões internas. Ver Oliveira Lima, "O papel dos partidos constitucionais e os grandes problemas políticos, econômicos e administrativos", in: *Formação Histórica da nacionalidade brasileira*, 2ª ed., Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, pp. 245-258.

estavam sofrendo alguma concorrência ou perdendo oportunidades de emprego, mas também em razão de um sentimento que tomava forma a cada dia e se voltava contra todo e qualquer emigrante português, especialmente os caixeiros: o sentimento antilusitano, que parece ter servido de estímulo para que uma diretoria criasse uma cruzada em nome de ideais altamente distintivos dentro do Gabinete. O objetivo era fazer ecoar, num país de analfabetos e com poucas oportunidades de emprego, o quanto os emigrantes portugueses caixeiros do Gabinete detinham instrução, trabalho e recursos para a caridade: eis as bandeiras que os portugueses do Gabinete levantam em oposição à sociedade antilusitana, que dá notícias em meio a eventos como aquele que apontei sobre a nacionalização do comércio. Na verdade, esses ideais vão passar a diretrizes e depois a necessidades, que serão levadas às últimas consequências pelos diretores da associação. Chega-se ao ponto de começarem a censurar qualquer coisa que desviasse os portugueses do caminho da instrução e do trabalho: o alvo será o gosto pelo romance-folhetim, censurado por conta do entretenimento que a leitura do romance provocava nos membros do Gabinete e, sobretudo, nos jovens da comunidade portuguesa. Instrução, trabalho e também caridade tornam-se baluartes da diretoria do Gabinete – com destaque para Ortigão no Conselho Deliberativo e depois na Presidência da Caixa de Socorros Pedro V –, sendo que suas reações surgem num momento em que manifestações de antilusitanismo existem por toda parte, ameaçando especialmente os caixeiros, que vieram a se tornar a classe caixeiral e tinham sido beneficiados por inúmeros privilégios. Não é à toa que na década de 1860, no mesmo momento em que o debate da nacionalização do comércio ganha o poder público, um número significativo de comerciantes é eleito à função de diretores no Gabinete: fora dos círculos dirigentes, à mercê do governo que parece estar ao lado dos nativos, a diretoria do Gabinete surgia como um espaço de ação e solidariedade em tempos de mudanças, em tempo de guerra e de manifestações antilusitanas. Dentro da associação, e no cerne da comunidade portuguesa, eles poderiam ser e ter o que não podiam ser e ter fora dali: o controle de seus destinos e alguma autonomia revertida em ações privadas, espírito de solidariedade e a preservação de uma posição social conquistada, a de comerciante e de acionista do Gabinete, uma fração do público literário do Rio de Janeiro.

1.1.2.2. O antilusitanismo

Em relação ao antilusitanismo, devo adiantar que é preciso compreender alguns aspectos dessa mentalidade nacional para perceber como o público do Gabinete vai reagir a isso na década de 1860.

O antilusitanismo manifestou-se no Brasil muito antes da emancipação política: a Guerra dos Emboabas (1708), a Inconfidência Mineira (1789) e a Revolução Pernambucana (1817) foram ações antiportuguesas contra a exploração econômica do território brasileiro pelo colonizador.[209] Mas foi, sobretudo, no período pós-independência, com as "guerras da independência"[210] e o segundo processo emigratório,[211] que o antilusitanismo ganhou forma de publicidade e alcançou a maioria da população leitora – entre ela, os próprios emigrantes.[212] A principal razão do sentimento antilusitano foram os privilégios obtidos pelos caixeiros no país. E esses privilégios foram acompanhados de intolerância tanto que, em 1830, no final do Primeiro Reinado, assiste-se a reações violentas espalhadas no território nacional, sobretudo em relação à hegemonia dos portugueses dentro do comércio: o "Mata Marotos",[213] em Salvador, os assassinatos de portugueses nas províncias do Norte, o massacre de portugueses da "Noite do Mata Bicudo",[214] na província do Mato Grosso são exemplos dos conflitos entre brasileiros e portugueses que cresciam no país naquela época.[215]

---

[209] Cf. José A. S. Ramos Mendes, *Laços de sangue*, op. cit., p. 9 e pp. 32-33.

[210] Destaco, sobretudo, o conflito entre as tropas portuguesas e brasileiras na Bahia e em Pernambuco. Ver José Aurivaldo Sacchetta Ramos Mendes, *Laços de sangue*, op. cit., p. 34 e pp. 48-52.

[211] O primeiro grande fluxo emigratório para o Brasil se deu com a vinda da família real em 1808 e 1809, quando entre doze e quinze mil portugueses aportaram no país (ver Adolfo Morales de los Rios Filho, *O Rio de Janeiro Imperial*, op. cit., p.59 e Luiz Felipe de Alencastro, "Vida privada e ordem privada no Império", in: *História da vida privada no Brasil*, *Império: a corte e a modernidade nacional*, São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p.67). Já quando a Corte retorna à Europa, em 1821, somente de três a quatro mil portugueses voltam para Portugal, o que denota o enraizamento de muitos deles no Brasil. Cf. José A. S. Ramos Mendes, *Laços de sangue*, op. cit., p. 29.

[212] Na historiografia brasileira o antilusitanismo também ficou conhecido como "lusofobia brasileira", que é uma expressão utilizada para caracterizar o ataque à prevalência econômica dos lusitanos na economia nacional, sobretudo no setor terciário. Outro exemplo dessa mentalidade antilusitana pode ser encontrado num importante panfleto de espírito republicano, escrito por Timandro (pseudônimo de Francisco de Sales Torres Homem) no ano de 1849, em *O Libelo do Povo*: "Com efeito, a imensa inferioridade de condição, em que se acha o triste Brasileiro no próprio solo, em que nasceu, não tendo por si mais que o ar e a luz do sol, relativamente ao venturoso forasteiro Português assenhorado das fontes de nossa riqueza, sobejamente explica essa manifestação de sentimento público em favor dos mencionados projetos [visando ao fim do monopólio português do comércio de retalhos]. / [...] Em vão tentará o filho do país ser admitido como caixeiro nos delubros da plutocracia lusitana; todas as portas se lhe fecham; tais empregos estão reservados para os patrícios pequeninos, que vieram ou hão de vir d'além-mar contando com o apoio e proteção dessa confraria da nacionalidade". *O Libelo do Povo* apud Mamede Mustafa Jarouche, *Sob o império da letra: imprensa e política no tempo das Memórias de um sargento de milícias*, Tese (Doutorado na Área de Literatura Brasileira, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas), São Paulo, Universidade de Paulo, 1997, p. 69 – *interpolações do autor*.

[213] Os protestos contra o imperador na imprensa brasileira tiveram como resultado a revolta da população nativa contra os emigrantes portugueses. O "Mata Marotos" foi um episódio baiano no qual comerciantes portugueses foram linchados e tiveram suas casas saqueadas. Cf. José A. S. Ramos Mendes, *Laços de sangue*, op. cit., p. 75.

[214] "[em 30 de maio de 1834] A Noite do Mata Bicudo – localmente denominada *a rusga* –, assistiu à perseguição sistemática e ao morticínio de dezenas de portugueses, jocosamente denominados *bicudos*, devido aos chapéus de abas pontiagudas que alguns utilizavam". Cf. José A. S. Ramos Mendes, *Laços de sangue*, op. cit., p. 81 – *grifo meu*.

[215] Cf. José A. S. Ramos Mendes, *Laços de sangue*, op. cit., p. 10 e p. 24. A "Noite das Garrafadas" (1831), do Rio de Janeiro, seria mais um evento a ser destacado se não fosse o fato de o conflito ter sido provocado pelos portugueses e não pelos nativos brasileiros: O imperador, D. Pedro I, depois de uma viagem às Minas Gerais,

Passados alguns anos, em 1848, houve também a reação do Partido Liberal, depois de ter sido expulso do gabinete do governo pelo próprio D. Pedro II. Essa manobra política, que resultou na criação de um novo gabinete somente com representantes do Partido Conservador, recebeu fortes influências dos portugueses de Portugal. Baseados nisso, os liberais passaram a atacar veementes o governo, dizendo que ele se aliara com os portugueses contra os brasileiros. O chamado "regressismo" marca esse período, bem como é um momento em que o antilusitanismo se manifesta na imprensa de maneira intensa, fruto da ojeriza dos liberais contra os portugueses.[216] Vale a pena destacar três exemplos dessa publicidade antilusitana na imprensa:

I. Os jornais *Sentinela da Liberdade* (de Pernambuco) e *O Tamoyo* (do Rio de Janeiro), ambos da década de 1820, que, em razão do estado de guerra que a emancipação política criara com Portugal, foram responsáveis por lançar uma série de artigos antilusitanos – a partir desse momento a imprensa ocuparia papel central, oferecendo importante publicidade crítica ao governo estabelecido, ou estimulando a ojeriza aos portugueses, que passavam a representar a figura estrangeira do próprio D. Pedro;[217]

II. Outro exemplo vem da "Pacotilha" do *Correio Mercantil*, que "não desperdiçava nenhuma chance de ironizar os portugueses, considerados os grandes responsáveis pelo atraso do Brasil; para deixar bem caracterizada a oposição nacional a eles, criou-se o bordão 'naturais da terra que não nos viu nascer' (isto é, Portugal)"[218] – retomarei esse assunto ao

---

fora recebido nas ruas da cidadela, onde predominava o comércio dos portugueses, por bandeiras e festejos. Mas a ocasião terminou com um conflito entre portugueses e brasileiros: os primeiros usaram garrafas e cacos de vidro como armas na briga de rua contra os brasileiros; estes últimos foram apoiados por dois jornais cariocas, *O Republico* e *O Tribuno do Povo*. Ambos os jornais, cada um a sua maneira, atacavam a figura do imperador, mas eram os comerciantes portugueses que se sentiam desrespeitados pelos brasileiros, suscitando a revolta em questão. Sobre o assunto ver José A. S. Ramos Mendes, *Laços de sangue*, op. cit., p. 10 e p. 75.

[216] "De 1848 a 1853, os liberais bateram insistentemente na tecla do "regressismo" – a aliança entre os portugueses (que tencionaram recolonizar o Brasil) e os conservadores (que estariam de acordo com isso). Por carregarem um tipo especial de documento, os portugueses eram pejorativamente apelidados de 'papeletas' – fundou-se, para atacá-los, um jornal chamado *O Desengano dos papeletas*, cujo redator, 'O Brasileiro Nato', os acusava de terem escravizado o Brasil; os brasileiros que os apoiavam eram tachados, por analogia, de 'papelões'". Mamede Mustafa Jarouche, "Introdução: Galhofa sem melancolia: as *Memórias* num mundo de Luzias e Saquaremas", in: *Manuel Antonio de Almeida, Memórias de um sargento de milícias*, 3ª ed., São Paulo: Ateliê Editorial, 2007, p. 16. Vale lembrar que, antes, em 1823, com D. Pedro I, o fechamento da Assembleia Constituinte do Império foi uma das primeiras manobras do governo em favor do núcleo lusitano em torno do imperador e contra os brasileiros de posturas mais liberais. Cf. José Aurivaldo Sacchetta Ramos Mendes, *Laços de sangue*, op. cit., pp. 55-56. Um mapeamento minucioso das disputas entre Partido Conservador e Partido Liberal intermediado pelos portugueses pode ser consultado em Sérgio Buarque de Holanda, "O Brasil Monárquico: Dispersão e Unidade", in: *História geral da civilização brasileira*, São Paulo: Bertrand Brasil, 2004, vol. 4.

[217] Sobre o antilusitanismo na imprensa com destaque para o "Tamoyo", ver o trabalho de Isabel Lustosa, "O inimigo dos "Marotos", in: *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*, São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 350-356.

[218] Cf. Mamede Mustafa Jarouche, "Introdução", in: *Memórias...*, op. cit., p. 18.

tratar de Manuel Antonio de Almeida;

III. A censura em relação a alguns alimentos importados de Portugal (chouriços, paios e linguiças),[219] e que eram na maioria das vezes comercializados em estabelecimentos dos próprios portugueses, condição que levou os liberais a lutarem pela nacionalização do comércio varejista.[220] Com o caso do chouriço chegamos aos estabelecimentos de secos e molhados, onde os portugueses também foram alvo de ataques, especialmente porque detinham a supremacia do comércio varejista nos meios urbanos, bem como se beneficiavam das oportunidades de crescimento do setor terciário a partir do Segundo Reinado.[221]

Tudo isso parece desestabilizar a ordem e a bem-sucedida vida dos caixeiros a partir de 1850, motivando, podemos deduzir, alguns emigrantes portugueses a se organizarem dentro da comunidade, no espaço do Gabinete, onde poderiam manter-se como um grupo diferenciado por seu *status* e alcançar diversos favorecimentos, como trabalho, instrução e caridade. Mas para realizar isso, veremos que este público frequentador da associação terá que reunir esforços e criar novas diretrizes dentro do Gabinete, começando por repensar o gosto literário de uma época, centrado no romance-folhetim francês.

Concluindo: foi apontado que o crescimento do comércio no Rio de Janeiro tem relação com a presença dos caixeiros portugueses no setor. A esse respeito, as questões arroladas anteriormente (refiro-me ao tópico 1.2.1. Joaquim Ramalho...) e agora interessam para matizar a presença dos emigrantes portugueses caixeiros dentro do quadro de acionistas do Gabinete Português de Leitura, que vieram para o Brasil nas mesmas condições de todo emigrante: ainda jovens chegavam à cidade para trabalhar no comércio e aos poucos se estabeleciam, como aconteceu com Joaquim da Costa Ramalho Ortigão, representante do público frequentador do Gabinete.

Numa sociedade marcada por poucas oportunidades de emprego, pelo predomínio do

---

[219] "[...] os liberais chegaram ao ponto de espalhar que esses embutidos conteriam carniça e até carne humana! Parece que a notícia era falsa, mas nunca ninguém provou o contrário. O escândalo foi generalizado, e um jornal do Rio, *Marmota Fluminense*, resolveu faturar alguns trocados vendendo uma charge ('o horror que causa um chouriço') na qual um enorme chouriço passeia pelas ruas da cidade enquanto as pessoas fogem espavoridas". Mamede Mustafa Jarouche, "Introdução...", in: *Memórias...*, op. cit., p. 16. Essa questão do antilusitanismo relacionado ao humor e à caricatura também está em questão em Isabel Lustosa e Roberta Triches, "O português da anedota", in: *Imprensa, humor e caricatura*, Isabel Lustosa (Org.), Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011, pp. 251-269.

[220] Mamede Mustafa Jarouche, "Introdução...", in: *Memórias...*, op. cit., p. 25.

[221] Ver Lenira Menezes Martinho, "Caixeiros e pés-descalços: conflitos e tensões em um meio urbano em desenvolvimento", in: *Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência*, op. cit., parte 1, p.28. Ver também Luiz Felipe de Alencastro, "Proletários... in: *Novos estudos CEBRAP*, op. cit., pp. 30-34.

trabalho escravo e marginalização da população nativa,[222] ter trabalho e conseguir ascender socialmente despertavam na população livre brasileira uma espécie de insatisfação com a "sorte" lusitana. O resultado disso envolveu tanto o governo com a questão da nacionalização do comércio quanto a imprensa no que diz respeito à publicidade cômica em relação aos caixeiros bem-aventurados,[223] sendo esta uma das grandes responsáveis pela elaboração de uma mentalidade antilusitana, carregada de discursos oblíquos em relação ao elemento português. Se por um lado o antilusitanismo justificava-se em razão das condições de existência na sociedade escravocrata (na qual os homens livres eram excluídos e os emigrantes portugueses gozavam de privilégios), por outro, com o passar dos anos e somado a questões da Guerra, os caixeiros eram obrigados a se proteger dentro de seus espaços e esforçar-se por realizar atos de nobreza, com a expectativa de serem vistos, exaltados e livrados da condição de raça inferior – afinal o português, para a sociedade brasileira oitocentista, encontrava-se no mesmo nível do escravo quando o assunto era sua vocação para o trabalho no comércio.[224] Talvez, baseados nisso, os portugueses do Gabinete tenham buscado diferenciar-se investindo na criação de baluartes, como a sua biblioteca, podendo distinguir-se, afinal não eram somente comerciantes, eram portadores de um saber e de um poder, encarnados nos livros que possuíam.

1.1.2.3. Questões internas ao Gabinete

Apresentados os elementos mais gerais relacionados ao Gabinete e episódios que marcaram a vida na cidade do Rio de Janeiro, retorno para seu espaço privado, retendo alguns momentos das análises anteriores sobre os "Quadros", o que foi exposto sobre a variável "característica do público..." e a análise do tipo caixeiral, que foram importantes para localizar

---

[222] Ver Luiz Felipe de Alencastro, "Proletários...", in: *Novos estudos CEBRAP*, op. cit., p. 30. Para entender a situação precária do trabalhador livre e a pouca oportunidade de emprego, é necessário considerar a grande oferta de mão de obra escrava no mercado, sobretudo escravos de aluguel ou de ganho das zonas urbanas, e a presença dos caixeiros, tudo isso influenciando as condições do trabalho livre no Rio de Janeiro, entre a Independência e a Regência. Cf. Lenira Menezes Martinho, "Os caixeiros como grupo socioprofissional", op., cit., pp. 43-44.

[223] A referência é Mamede Mustafa Jarouche, "Introdução...", op. cit., pp.16-59. Ainda em relação ao antilusitanismo na imprensa ver artigo de Pedro Lapera, "Piada de português", in: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Ano 6, nº 62, novembro de 2010, pp. 88-89 e Isabel Lustosa e Roberta Triches, "O português da anedota", in: *Impresso...*, op. cit., pp. 251-269. Sobre esse mesmo assunto, mas localizado no final do Império até os primeiros anos do século XX, ver Robertha Pedroso Triches, "A labareda da discórdia: o Antilusitanismo na imprensa carioca", in: *Achegas.net – Revista de Ciência Política*, nº 36, jul/ago 2007, pp. 01-15; consulta site: <http://www.achegas.net/expediente.html>; acesso: agosto/2011.

[224] Cf. Antonio Candido, "De cortiço a cortiço", in: *O discurso e a cidade*, São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1993, p. 129 – *grifos do autor*.

e caracterizar a posição social do público do Gabinete. Partindo dessas ponderações, agora podemos explorar situações internas da associação e que poderão ajudar a aquilatar a presença do público e preparar o caminho para a discussão deste como grupo portador/suporte de um gosto literário: o romance-folhetim francês.

Dito isto, se retomarmos a primeira variável, "frequência do público consumidor", e combinarmos com a segunda, "característica do público consumidor", veremos que uma pequena parcela de acionistas que figura entre os frequentadores da biblioteca representa o público, cujo perfil socioprofissional é o de comerciante e sua posição social remete à uma espécie de "classe caixeiral", sendo ela a responsável pela movimentação e flutuação dos livros ao longo da década de 1860.

Entre 1860 e 1866 um único presidente permaneceu na diretoria, José Peixoto de Faria Azevedo, ao passo que até o início da década de 1870 esta função seria ocupada por diferentes homens, com distintas posições (doutor, visconde, comendador), embora tendo em comum o perfil socioprofissional de comerciante. Apesar de o primeiro declínio na movimentação de entrada e saída de livros ter se dado em 1863, é entre 1865 e 1868 que a movimentação dentro da biblioteca cai vertiginosamente (ver "Quadro 1"), sendo que durante estes anos a associação passou por algumas mudanças:

> **1863:** criação das "bases orgânicas" e do estatuto da Caixa de Socorros Pedro V, por Reinaldo Carlos Montóro e Antonio Xavier Rodrigues Pinto;
> **1865:** formação e eleição do Conselho Deliberativo, com destaque para a presença de Ramalho Ortigão;[225]
> **1866:** eleição da nova Diretoria ("os reformadores");[226]
> **1868:** criação do Lyceu Litterario Português;
> **1868:** publicação do catálogo suplementar.

Sobre a Caixa de Socorros, o Lyceu e o catálogo, trataremos depois; com relação aos novos diretores (1866), "os reformadores", a presidência fora ocupada pelo comerciante José Pereira Soares, a vice-diretoria pelo bacharel Dr. José de Almeida Soares de Lima Bastos, na secretaria estavam o tradutor Reinaldo Carlos Montóro, José Antonio Pereira Duarte, o tesoureiro Antonio Fernandes e Joaquim Ramalho Ortigão entre os membros do Conselho Deliberativo. Sobre o conselho deliberativo, gostaria de destacar também as figuras dos comerciantes Antonio Xavier Rodrigues Pinto e Eduardo Rodrigues Cardoso de Lemos, por

---

[225] "Um Conselho deliberativo, em boa hora criado, ficou integrado por figuras do mais alto prestígio na colônia". *Fundamentos e actualidade do Real Gabinete Português de Leitura*, op. cit., p. 39

[226] "Foi a Directoria eleita em 1866 [...] que lançou as bases da reforma e do desenvolvimento da instituição, 'fazendo sobressair os merecimentos e serviços de cada um'". *Fundamentos e actualidade do Real Gabinete Português de Leitura*, op. cit., p. 38 – *grifos meus*.

conta da participação ativa dentro da associação ao longo de duas décadas; entretanto, o conselho aparece representado por dezenove homens ocupados, entre 1866 e 1872, com o Gabinete e outras instituições portuguesas.[227] Além disso, é importante salientar que a maior parte dos acionistas presentes na diretoria é representada pela "classe" profissional dos caixeiros que, na década de 1860, tenta contornar diversos problemas, internos ao Gabinete, como a prestação de serviços e auxílios financeiros a outras instituições e a renúncia de associados, muitas delas provocadas pela crise econômica do período: diversos portugueses comerciantes ficaram endividados e chegaram à falência.[228]

Ainda sobre as renúncias, o secretário Eduardo Rodrigues Cardoso de Lemos lamenta que, em 16 anos (de 1852 a 1868), 875 acionistas renunciaram, e a cada dia o Gabinete convivia com aumento do número de renúncias. Tanto que em cada um dos *Relatórios da Diretoria* havia um incentivo por parte do presidente e do secretário, no sentido de louvar os membros que ajudassem a aumentar o número de acionistas e subscritores emitindo novas ações. No ano de 1867, por exemplo, a arrecadação com os acionistas e subscritores foi de 7:679$500rs., o que representa mais ou menos 1300 pessoas pagando pelas mensalidades. Contudo, segundo o secretário, os valores com as mensalidades só custeiam 2/3 da despesa da biblioteca e seriam necessários pelo menos 9:000$00rs. para poder custear aluguel da casa, empregados, gastos de expediente, publicações em português etc. Logo, uma das explicações para as renúncias, vale reiterar minha hipótese, era a crise que assolava o Rio de Janeiro e o país, visto que a guerra forçou o Estado Imperial a criar altos tributos que acabaram endividando ou levando à falência muitas casas comerciais: a urgência desse quadro parece interferir nas necessidades de alguns caixeiros que parecem ter olhos somente para a crise econômica, deixando o Gabinete de lado.

Existiam, ainda, as dissidências dentro do próprio espaço social, que podiam provocar as renúncias, das quais nasceram outras instituições portuguesas, como o Grêmio Literário Português e o Retiro Literário Português (voltarei ao assunto).

Outra razão para as renúncias era a localização na Rua dos Beneditinos, que ficava nos arredores de uma das ruas mais frequentadas pela sociedade e a "classe média" dos comerciantes e tipógrafos do Rio de Janeiro, a Rua do Ouvidor. A questão da localização do

---

[227] "Esse grande Conselho, pelo seu prestígio, pela confiança que inspirava, pela ação que desenvolvia, chamando a si a passagem de ações da Sociedade, obtendo auxílios, conseguiu a aliança dos velhos representantes da fundação do Gabinete e, assim, aliados, 'combinaram elevar a instituição dando-lhe os alicerces que pudessem desafiar futuras contingências de desânimo'". "O edifício", *Fundamentos e actualidade do Real Gabinete Português de Leitura*, op. cit., p. 39.

[228] Cf. *Fundamentos e actualidade do Real Gabinete de Leitura*, op. cit., pp. 37-39.

edifício merece alguma atenção, na medida em que o grande esforço da diretoria durante a década de 1860 foi reaproximar um pouco mais o Gabinete dessa região, com a expectativa de atrair velhos e novos acionistas. Tanto que em 1870 o prédio se transferiria para a Rua Lampadosa (próxima à Rua do Ouvidor), que uma década depois, em homenagem às comemorações do terceiro centenário da morte de Camões, passaria a se chamar Luís de Camões.[229] As preocupações da década de 1860 com a localização, com o melhor armazenamento dos livros, com o tipo de prédio que iria abrigar o Gabinete, podem ser resumidas com estas palavras:

> Em Abril de 1850 mudou-se a sociedade para a Rua dos Beneditinos, nº 12, pois nessa época o espaço para os livros adquiridos já se tornara demasiado pequeno na Rua da Quitanda. Nesse vasto sobrado [...] "o Gabinete ficara, apenas, para os devotos das letras e da instrução": tinha saído do centro da cidade, da Rua da Quitanda, local de fácil acesso pela do Ouvidor, ou pela do Cano (7 de Setembro), centro nervoso onde estavam sediadas as redacções dos mais populares jornais da época, ali se sucediam os comícios as manifestações públicas; os mais importantes acontecimentos políticos e literários de então ali tiveram palco.[230]

Era difícil para a "classe caixeiral", frequentadora do Gabinete, aceitar que seu símbolo de distinção, a biblioteca com seus numerosos volumes, ficaria um pouco afastada das livrarias francesas, das redações dos principais jornais, dos acontecimentos políticos e principalmente dos olhos da sociedade carioca frequentadora da Rua do Ouvidor, que não mais depararia com os 33.000 volumes da biblioteca particular dos portugueses, em 1860, já que nos anos anteriores a localização na Rua da Quitanda favorecia a isso. Ainda sobre a questão da localização, vimos que algumas das casas comerciais da "classe caixeiral" do Gabinete estavam localizadas nas imediações da Rua do Ouvidor, o que nos permite indagar que esse eixo representado pelas ruas do centro do Rio de Janeiro tem uma função para além da geografia do lugar: a proximidade ou a distância de determinada "rua" do Rio de Janeiro parecia revelar a posição que se ocupava dentro da sociedade carioca. Nessa chave, estar próximo da Rua do Ouvidor e ter uma biblioteca particular seria o máximo de distinção para um grupo específico; logo, a mudança para outro endereço significava perda de *status* e pode ser visto como um dos motivos das renúncias.

No Brasil, no século XIX, como em outras épocas, na Colônia, por exemplo, possuir

---

[229] Sobre os endereços do Gabinete, vale dizer que seu início se deu na residência de um dos seus membros, o Dr. António José Coelho Lousada, localizada na antiga Rua Direita (hoje Rua Primeiro de Março), nº 20; depois o novo endereço se encontrava na rua S. Pedro, 83, onde teve sua primeira sede; transferiu-se para a Rua da Quitanda, em 1842, e, depois de 1850, mudou-se para a Rua dos Beneditinos. No início da década de 1870, muda-se para a Rua da Lampadosa, depois Luís de Camões, onde está localizado até hoje.

[230] *Fundamentos e actualidade do Real Gabinete Português de Leitura*, op. cit., p. 33.

uma biblioteca era um sinal de um saber ou de um poder que distinguia qualquer indivíduo e/ou grupo social.[231] No caso dos emigrantes portugueses, não se tratava de ter apenas uma biblioteca, mas uma grande biblioteca, dentro de um suntuoso edifício, com móveis distintos (prateleiras, cadeiras, mesas, objetos de decoração etc.), com muitos frequentadores – de preferência ilustres –, com milhares de livros, com a melhor localização, enfim, com vários elementos do estilo de vida[232] que os portugueses no início da década de 1860 desejavam adotar visando a se distinguir e atrair ao máximo a atenção da sociedade carioca, com a expectativa de ter entre os seus associados, talvez, pessoas ilustres, o que não aconteceria em 1860. Nessa época os caixeiros do Gabinete conseguirão no máximo se distinguir entre si, afinal, o Gabinete só era, então, frequentado por emigrantes portugueses e, em sua maioria, comerciantes dessa região do centro da cidade. Com o passar dos anos, no entanto – especialmente durante as festividades do centenário da morte de Camões, em 1880 –, veremos que o Gabinete passa a desfrutar do estilo de vida desejado vinte anos antes, bem como tem entre seus acionistas tanto representantes dos círculos dirigentes quanto alguns de seus acionistas caixeiros ascendem socialmente, tornando-se diretores de bancos – como é o caso de Joaquim Ramalho Ortigão. Pode-se dizer que às vésperas do fim do Império e com os episódios que o acompanham – que não tenho elementos para expor aqui –, a relação tutelar do governo é restabelecida com diversos grupos, entre eles o tipo caixeiral do Gabinete, que passa a ter entre seus acionistas a "classe" de títulos do Império.[233]

Todavia, antes de tudo, antes dos móveis, do prédio de arquitetura suntuosa, dos milhares de volumes, da melhor localização, da "classe" de títulos, os portugueses tiveram

---

[231] Sobre as bibliotecas na época da Colônia ver Luis Carlos Villalta, "O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura", in: *História da vida privada: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*, op. cit., 1997. Acerca das bibliotecas como espaço de saber e poder ver Roger Chartier, *As práticas da leitura*, op. cit., p. 90. Sobre este assunto ver também Guilherme Simões Gomes Junior, "Biblioteca de arte. Circulação internacional de modelos de formação", in: *Novos Estudos – CEBRAP*, nº 81, São Paulo, Julho 2008.

[232] A categoria "estilo de vida" é um dos assuntos da sociologia de Georg Simmel, que caracteriza estilo como um fenômeno histórico, isto é, estilo de vida está relacionado com as qualidades, as tendências, as disposições etc. dos elementos históricos incorporados pelos grupos sociais. Cf. Georg Simmel, "Estilo germánico y estilo clásico-románico", in: *El individuo y la liberdad*, op. cit., pp. 293-304. Na Sociologia contemporânea a questão foi tema de Pierre Bourdieu, "Gostos de classe e estilos de vida", in: *Pierre Bourdieu: sociologia*, São Paulo: Ática, 1983, pp. 82-84.

[233] Como a década de 1880 foge ao recorte da pesquisa, indico apenas que o novo estilo de vida do Gabinete tem relação com a construção do novo prédio, em estilo renascentista, com os móveis e objetos de decorações barrocos, com o tipo de escadaria e vitrais que vão embelezar o prédio, mas também com tendências literárias que começaram a ser difundidas durante a década de 1860, que iremos ainda estudar. Sobre o edifício, móveis etc. ver *Fundamentos e actualidade do Real Gabinete Português de Leitura*, op. cit., pp. 27-124. Em relação aos representantes da elite que se tornaram acionistas do Gabinete somente depois de 1870 cito três exemplos apenas de nomes ligados a D. Pedro II: Antonio Pereira Rebouças (1798-1880), Antonio Moreira de Barros (1841-1896) e José Thomas Nabuco de Araújo Filho (1813-1878). Os dados foram obtidos junto ao *Livro do Copiador do Gabinete Português de Leitura* (1860 e 1880), confrontados com o Banco de Dados, cujos registros estão datados entre 1860 e 1880.

que lidar, além dos problemas apresentados, com uma questão relativa ao gosto literário. Durante a década de 1860, o esforço reformador da diretoria será menos arquitetônico do que direcionado à difusão de uma nova tendência que pudesse influenciar as preferências literárias dos acionistas. Neste momento instalou-se um processo cultural de curta duração que, em alguns anos, já permitira sentir os seus resultados no Gabinete (1880). Contudo, não vou tratar aqui do final da corrente, mas da própria corrente, quando o gosto literário dos acionistas começa a ser questionado (1860) em nome do trabalho e da instrução. Sobre este gosto, veremos, primeiramente, o que diz a última variável, "Escritor e romance". O passo seguinte (vide "Homens práticos e positivos") consistirá em discutir a censura desse gosto literário e que coincide com a mentalidade antilusitana existente.

Uma vez caracterizado o público do Gabinete em termos sociológicos, a "classe caixeiral", resta conhecer agora em que condições dão suporte a um gosto literário específico. Considera-se que os dados apresentados sobre a frequência dos leitores e a movimentação dos livros correspondem ao interesse por determinado tipo de literatura, cujas características iremos conhecer através da análise da última variável. Devo adiantar também que esse movimento final deverá ajudar a matizar a questão da flutuação de livros e de homens dentro da biblioteca na década de 1860. Também permitirá enriquecer aquilo que foi exposto sobre as situações internas e externas à associação.

1.1.3. Escritor e Romance (1858-1868)

O escritor com maior número de volumes dentro da biblioteca do Gabinete Português de Leitura, entre 1858 e 1868, é Alexandre Dumas.[234] Conforme as análises de Nelson Schapochnik dos catálogos do Gabinete, Dumas tem 232 volumes na divisão "Romances, novellas e contos",[235] e em seguida aparecem Eugène Sue e Paul de Kock como os escritores franceses mais representativos, em termos numéricos, no acervo. A divisão "Romances, novellas e contos" pertence à área "Literatura", que possui o maior número de volumes em

[234] Ver "Quadro 7", **Anexos**.

[235] No "Catálogo Suplementar" (1868), foram incluídos os "contos" na divisão "romances e novellas", do Catálogo de 1858. Como me baseio nos dois catálogos, adotarei o título da divisão do último catálogo publicado na década de 1860: "romances, novellas e contos". Cf. *Catalogo dos Livros do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro*, 1857, e *Catalogo Supplementar dos Livros do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro*, 1868. Microfilmes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – coleção particular de Nelson Schapochnik.

relação às outras áreas – Medicina, Direito e História.[236] Ainda sobre a área "Literatura", esta é formada também pelas divisões "Poesia" e "Teatro"; entretanto, "Romances, novellas e contos" representam o maior número de volumes.[237]

Segundo Schapochnik, há escritores de outras nacionalidades, como o escocês Walter Scott, o inglês Charles Dickens, o americano Fenimore Cooper, os portugueses Camilo Castello Branco e Alexandre Herculano, além do brasileiro Joaquim Manoel de Macedo, entre outros, figurando nos catálogos. Entretanto, a maioria dos volumes na divisão "Romances, novellas e contos" é de escritores franceses e, entre eles, Alexandre Dumas é o escritor com a maior representatividade.[238] Em relação aos seus romances, as obras com o maior número de volumes, segundo o "Catálogo" e o "Catálogo Suplementar", são as seguintes:

Títulos dos romances de Alexandre Dumas	**Número de volumes em português**	**Número de volumes em francês**	**Total**
Memórias de um Médico	48	23	71
Os Moicanos de Paris	53	14	67
Os Três Mosqueteiros	48	16	64
La Dame de Volupté	00	50	50
Os Quarenta e Cinco	26	9	35
O Conde de Monte Cristo	14	8	22

Quadro 10a: Relação das obras de Alexandre Dumas com maior número de volumes presentes na biblioteca entre 1858 e 1868, classificadas pelo total de volumes. [239]

No plano da simples constatação, vemos que *Memórias de um médico* é o romance com maior número de volumes dentro da biblioteca, e *O Conde de Monte Cristo* aparece somente na última posição, com apenas 22 volumes.

Com base nesses dados, pode-se afirmar que o Gabinete Português é um dos espaços de sociabilidade e literatura do Rio de Janeiro em que podemos localizar uma feição do público literário de Alexandre Dumas.[240] Como vemos, trata-se de um escritor de sucesso dentro de uma biblioteca particular; não obstante, o que ocupa centralidade neste espaço

---

[236] Ver "Quadro 8", **Anexos**.

[237] Ver "Quadro 9", **Anexos**. Aproveito para destacar que os dados dos "Quadros 7, 8 e 9" foram extraídos de Nelson Schapochnik, *Os jardins das delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na Corte Imperial*, op. cit., pp. 121-122; p. 125; p. 130; p. 132; p. 134; p. 136; pp. 139-140; p. 141; p. 144; p. 146 e p. 148.

[238] Ver Nelson Schapochnik, *Os jardins das delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na Corte Imperial*, op. cit., p. 130 e p. 144.

[239] Baseado no *Catalogo dos Livros do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro*, 1857, e *Catalogo Supplementar dos Livros do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro*, 1868. Microfilmes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – coleção particular de Nelson Schapochnik. Ver relação de todas as obras de Alexandre Dumas presentes nos catálogos nos "Quadros 10b e 10c", **Anexos**.

[240] "Espaço de Sociabilidade" porque não estamos diante de um lugar só de passagem e/ou de empréstimos de livros, mas também diante de um ambiente de conversação, de reuniões e tomada de decisões. Ver mais adiante tópico "1.1.3.5. (a) Caridade caixeiral".

social não é nenhum romance específico do escritor, mas um gênero literário específico em que Dumas se destacava: o romance-folhetim francês.

Além dos números, nada podemos afirmar com relação aos romances que eram lidos, nem mesmo saber precisamente quais ideias de Alexandre Dumas foram gestadas por esse público consumidor específico (a "classe caixeiral" do Gabinete). As fichas de empréstimos, único registro que poderia responder a estas questões, não foram encontradas no período que nos interessa.

Sem acesso a esse material, não há como saber quais volumes eram mais lidos e/ou emprestados; no limite, poderíamos indicar estatisticamente que Dumas possuía maior probabilidade de ser lido, estando seu romance, *Memórias de um médico*, na mesma condição. Contudo, isso é insuficiente para tentar responder quais eram as preferências dos comerciantes portugueses em Alexandre Dumas ou em qualquer outro escritor e/ou obra. A lista de volumes de Dumas, de outros escritores franceses e de outras nacionalidades é bastante grande; logo, se somarmos os conteúdos de todos os romances, eles terminariam representando uma diversidade de visões, valores, significados e enredos, o que torna difícil caracterizar qual "ideia social" teria sido difundida e se transformado numa tendência no Gabinete. Mas se, de um lado, não temos notícias das ideias, de outro sabemos que um público gesta determinado gosto literário. Quem contém, portanto, a chave para o estudo do público como grupo portador/suporte de uma literatura em uma biblioteca particular não é uma ideia social, mas um fenômeno social: o gosto literário.

1.1.3.1. O gosto literário e seu público de caixeiros

Partindo dessas ponderações, observa-se que existia uma tendência social de consumo literário dentro do grupo, formado em sua maioria por comerciantes, e ela estava relacionada a Alexandre Dumas preferencialmente, mas sem excluir outros escritores de romance francês. E tudo isso acontecia porque existia uma diretoria que satisfazia às necessidades dos consumidores de literatura comprando estes volumes, satisfazendo o gosto de um público literário.

Apesar de a Rua dos Beneditinos, onde se hospedou o Gabinete durante a década de 1860, ficar nos arredores da Rua do Ouvidor e de seus livreiros e gabinetes franceses, o Gabinete Português compartilha da mesma preferência literária de uma época em que o gosto é definido pelo romance francês, símbolo de distinção na Rua do Ouvidor e também na dos

Beneditinos.

Os *Relatórios da Diretoria do Gabinete* (1860-1866) evidenciam particularmente esta questão:

> Sabido é que esse movimento aqui quasi se reduz às obras francezas, havendo pouca escolha a fazer nas da língua pátria, e nas outras que mais vulto fazem neste ramo de commercio. A leitura favorita continua a ser, como sempre, a de romances; [...] quis a Directoria [...] adquirir para o Gabinete as traduzidas, ou, antes, tudo que houvesse modernamente publicado em Portuguez.[241]

Este excerto foi extraído do *Relatório da Diretoria*, impresso pela Typografia Perseverança, em 31 de dezembro de 1860, e assinado pelo secretário, o comerciante Antonio Xavier Rodrigues Pinto. O assunto em questão reforça aquilo que viemos tratando até aqui: a preferência literária desta associação, intitulada pelo secretário como um estabelecimento comercial, é o romance francês, preferência literária também de outros grupos, como os comerciantes-livreiros e os frequentadores das livrarias da Rua do Ouvidor.[242] O texto do relatório de dezembro de 1860 traz dois assuntos que pedem análise: (i) o Gabinete como "ramo do comércio" e (ii) o romance como preferência literária.

(i) A concepção do Gabinete como um estabelecimento comercial deve-se em grande parte à venda de ações e das subscrições a quantos se interessassem em participar da associação (como acionistas e subscritores). Contudo, o comércio internacional do livro que a diretoria realizava diretamente com os livreiros franceses ou com Portugal pode ser visto também como um traço do caráter comercial da associação. Partindo dessas ponderações, gostaria de tratar particularmente deste segundo aspecto, o comércio livreiro realizado pelo Gabinete. Para isso vou me valer de três cartas remetidas pela associação: a primeira enviada pela diretoria do Gabinete à firma francesa "Firmin Didot et frères";[243] a segunda refere-se a duas cartas enviadas em momentos diferentes ao sócio correspondente de Portugal, Thomaz J. Pereira Lima, de Lisboa:

> Ilmo Livreiro Firminio Didot e Freres. A diretoria do Gabinete Portugues de Leitura sendo informada que V. Sª estarão [ilegível] a encarregar-se de fazer vir de Paris os Romances ou quaisquer outras obras que o mesmo Gabinete lhes encomendou pagando a V. Sª pelas suas Obras [...] V. Sª na conformidade acima de encomendarem-lhe vir de Paris dois exemplares de cada romance que se tiver publicado no corrente ano e dos quais se caracterizarem a publicar dos doze

[241] Cf. *Relatório da Directoria do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro* (apresentado em Assembleia Geral, 31 de dezembro de 1860, pelo respectivo director José Peixoto de Faria Azevedo), Rio de Janeiro, Typographia Perseverança, Rua do Hospício, 91, 1860, p. 4 – *grifos meus*.

[242] Vide discussão no Preâmbulo (ver tópico "Um público consumidor possível para as edições dos romances-folhetins").

[243] Sobre os Firmin Didot et frères ver Jean-Yves Mollier, *O dinheiro e as letras*, op. cit., pp. 109-137.

> seguintes autores – Alexandre Dumas, Eugène Sue, Victor Hugo, George Sand, Jules J..., Balzac, Arnauld [ilegível], Frederic Soulié, Alfred de Vigny, Bibliografia Jacob, Roger de [ilegível] e Madame Guizot, até que V.Sª recebão ordem em contrario desta, devendo os livros levados pelos primeiros navios que [texto ilegível] de sua publicação sahirem da Frere para este Porto [...] da ordem da Diretoria tendo a transmitir a V. Sª [ilegível]. 1º Secretário Henrique Pereira Leite Bastos, Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1846.[244]
>
> De ordem da Directoria tenho a recomendar a Vossa remessa de dous exemplares das *Memórias de um médico* e do *Cavalheiro da Capa Vermelha*; *Collar da Rainha*, continuação dos 2 romances anteriores e logo que sair e traduzir e publicar *Angelo Pitu* continuação de Cavaleiro [todos de A. Dumas] Rio de Janeiro, 04 de outubro de 1852.[245]
>
> À Ilm. Thomas J. Pereira Lima, 14 de outubro de 1854,
> Declara que todos os pedidos (jornais e obras) vieram em boa ordem menos os romances, *O Salteador*, em 3 volumes, que falta o capítulo do Combate na Inglaterra entre D. Issigo e os Salteadores, conforme já aqui for publicado o mesmo romance [...] Roga pelo envio para que não sofram as pessoas, <u>principalmente as senhoras</u>.
> Chama a atenção e roga para que em Lisboa tenham atenção para com o livreiro que vende os livros.[246]

As três correspondências conduzem-nos ao centro das transferências culturais entre Brasil e França, primeiramente, depois entre Brasil e Portugal, estando envolvidos nesse processo diferentes tipos sociais, com destaque para a diretoria do Gabinete e os livreiros. Quero chamar a atenção para a centralidade do consumo do romance desde a década de 1840, passando pela década de 1850, em que a personalidade singular de Alexandre Dumas já estava presente. Um dado interessante é a referência à publicação nacional do romance *O Salteador*, de Dumas, publicado pela tipografia do *Correio Mercantil*, em 1854,[247] demonstrando que a diretoria estava atenta à dinâmica das publicações de romances franceses no espaço nacional e internacional, tudo isso visando atender ao público do Gabinete, com destaque para as senhoras, mencionadas nesta última carta apresentada.

Aproveito para tratar dessa questão do "público de senhoras". Desde 1840 há notícias de subscritoras do sexo feminino e consumidoras das obras presentes no Gabinete.[248] Em relação à década de 1860, também encontrei algumas mulheres figurando não entre as

---

[244] Cf. *Livro do Copiador do Gabinete Português de Leitura* (1839-1862), op. cit – *interpolação por minha conta*.

[245] Cf. *Livro do Copiador do Gabinete Português de Leitura* (1839-1862), op. cit – *interpolação por minha conta*.

[246] Cf. *Livro do Copiador do Gabinete Português de Leitura* (1839-1862), op. cit – *grifo meus*.

[247] Ver no **Preâmbulo** o tópico "Alexandre Dumas no *Correio Mercantil*".

[248] Trata-se de Carolina de Noronha Torrezão, incluída no *rol* de subscritores em 15 de agosto de 1839. Além desta, Fabiano Cataldo registra outros nomes de mulheres presentes na vida do Gabinete: Rachael Maria Cordeiro, Nina Rosa T. dos Santos, Carolina Sergio Velloso, Condessa de Sarapohy, Paula Cunha e Anna Joaquina d'Oliveira e Silva. Cf. Fabiano Cataldo, *A política de seleção do Real Gabinete Português de Leitura*, op. cit., pp. 61-63.

subscritoras, mas entre os acionistas do Gabinete, pois se trata, algumas vezes, de mulheres esposas dos diretores ou de outros acionistas:

1. Helena de Freitas Castro, acionista e viúva do acionista e comerciante Albino de Freitas Castro (ver "Característica do público consumidor", tópico "conselho deliberativo").

2. Rita de Barros Ramalho Ortigão, acionista e sócia honorária (recebeu medalha de ouro do Gabinete Português pelos atos benemerência).[249]

Como vemos, não se trata de um público formado por mulheres, mas de duas esposas de alguns dos distintos membros do Gabinete Português de Leitura, indicando que, para ser acionista do sexo feminino era necessário, antes de tudo, ter prerrogativas. Já em relação às mulheres subscritoras, não tive notícia de nenhuma delas na década de 1860, e não era para menos. A despeito das evidências acerca da presença das mulheres consumidoras e/ou leitoras dos livros do catálogo do Gabinete, temos que considerar que a centralidade do gênero masculino sobre o feminino na compreensão do público se deve à seguinte razão: tivemos acesso a um material que faz referência diretamente a um público de homens, o que motiva a elaboração destas e de outras inferências, não havendo mais nada a acrescentar sobre esse assunto das "mulheres leitoras" dentro do Gabinete, não neste período específico.

De volta à questão das trocas entre os diferentes espaços nacionais, o que podemos destacar é que, do lado dos europeus, a França se beneficiou desta rede portuguesa do comércio do livro, uma vez que este comércio favoreceu a difusão da cultura francesa.[250] Do lado do Brasil, estamos diante da gênese de um comércio internacional do livro não realizado pelas livrarias francesas da Rua do Ouvidor, mas pelos emigrantes portugueses do Gabinete, consumidores de romances franceses, com destaque para Alexandre Dumas. (Uma rápida digressão para destacar que a maior parte dos volumes franceses presentes nos catálogos estudados são edições de Bruxelas e objeto de contrafação. Nesse sentido, seria importante agregar às transferências entre Brasil, França e Portugal outro espaço nacional, a Bélgica, mas

---

[249] Outras três mulheres foram encontradas entre os nomes dos acionistas, contudo o período de envolvimento com o Gabinete extrapola o recorte temporal deste trabalho. Porém, destaco seus nomes: Rosa de Faria Barros, acionista; Adélia de Almeida Ferreira, acionista e esposa de José de Almeida Ferreira (acionista a partir de 25/11/1878); Thereza Duarte Belfort Cerqueira, acionista a partir de 1885, e Rita de Rego Faria, acionista a partir de 1885. Cf. *Livro do Copiador do Gabinete Português de Leitura* (1860-1880) e "Registro de Ações" – nº 6815 e nº 6816, Data: 04/10/1885, Pasta: Código T1-12.

[250] Não há espaço para desenvolver essa questão aqui, mas vale destacar que ela foi discutida por Jean-Yves Mollier, "Ambigüités et réalités du commerce des livres entre la France et la Belgique au XIXe siècle », in : *France-Belgique 1848-1914: affinités-ambigüités, Actes du colloque des 7, 9 et 9 mai 1996*, Marc Quaghebeur et Nivole Savy (direction), Bruxelles: Collection Archives du futur, Éditions Labor, 1997, pp.51-66.

isso é assunto para outro momento.)[251]

Já com relação às transações comerciais nacionais, sabe-se que os livros editados aqui e comprados pelo Gabinete ainda representavam, em 1860, bem pouco em relação às importações.[252] E para além do ciclo econômico do livro, das suas transações nacionais e internacionais, o Gabinete também realizava a assinatura de diversos periódicos brasileiros e estrangeiros, um assunto que interessa às transferências culturais, mas não será discutido aqui.[253]

Toda essa discussão em torno do comércio do livro, e não em relação às práticas de leitura, é o que nos permite incluir o Gabinete dentro do ciclo econômico do livro e tratar de seu público frequentador como consumidor de literatura.

Neste sentido, o acervo do Gabinete Português é resultado das relações interculturais entre Brasil, Portugal e França e, no que tange às edições compradas, sabe-se que são adquiridas junto à França ou mesmo Portugal; logo, o livro percorre diferentes espaços até ser recepcionado no Brasil, representando o romance francês o gosto literário de um público formado por comerciantes.

(ii) Dentro desta dinâmica comercial de importação do livro cabia, portanto, à diretoria eleita o dever de satisfazer as necessidades dos acionistas que contribuíam financeiramente para que a associação funcionasse e para que a biblioteca possuísse as traduções dos

---

[251] Agradeço a Claude Schopp e à Société des Amis d'Alexandre Dumas pela avaliação cuidadosa dos quadros 10b e 10c (ver **Anexos**) nos quais constam as edições francesas dos livros de A. Dumas e a confirmação de que se tratava de livros adquiridos, em sua maioria, por meio de contrafação.

[252] O número reduzido de livros publicados no Brasil no acervo do Gabinete podia ser explicado pelo baixo preço das taxas alfandegárias, que barateavam a importação dos produtos, inclusive dos livros, e os altos preços da alíquota do papel, que encareciam a compra deste pelas tipografias brasileiras, bem como encarecendo o produto final. Cf. Nelson Schapochnik, *Os jardins das delícias*, op. cit., p.126. Vale destacar que, desde 1850, o Brasil ocupava o segundo lugar dentre os países que mais importavam de Portugal; já nas duas décadas seguintes, entre 1868-1872, permanece na mesma posição em relação a Portugal e passa a ocupar o terceiro lugar na importação, em benefício da França. Cf. Sergio Buarque de Holanda, "Brasil-Portugal", in: *O Brasil monárquico: declínio e queda do império*, op. cit., p. 213.

[253] Desde o ano de sua fundação a diretoria ocupou-se das assinaturas de periódicos: "três periódicos de Lisboa, dois do Porto e dois de Londres; e determinou-se mais que se subscrevessem dois em França e um em Bueno Aires [...] Os periódicos brasileiros devem ser assinados logo que se determine a abertura do Gabinete". *Fundamentos e actualidade do Real Gabinete Português de Leitura*, op. cit., p.21. Se esta era a realidade da associação nos primeiros momentos de sua existência, mais de vinte anos depois, entre 1860 até 1885, pude acompanhar nos relatórios impressos o aumento gradativo do número de assinaturas de periódicos brasileiros e estrangeiros. Cito alguns dos periódicos assinados pelo Gabinete a partir de 1860: *O Americano*; *A Ástrea*; *O Brasil*; *O Brasil Ilustrado*; *O Correio Mercantil*; *O Correio da Tarde*; *O Despertador*; *o Diário do Rio de Janeiro*; *O Farol*; *Gazeta dos Tribunaes*; *Jornal do Commercio*; *O Maiorista*; *A Marmota*; *Nova Gazeta dos Tribunaes*; *Periodico dos Pobres*; *Sentinella da Monarchia*; *Sentinela do Throno*; *O Socialista*; *A União; O Cruzeiro*; *Gazeta de Notícias*; *Diário Official*; *Diário de Pernambuco*; *Gazeta da Bahia*; *Jornal do Commercio* (Lisboa); *Diário do Governo* (Lisboa); *O Commercio do Porto* (Lisboa), *Da América* (Lisboa); *O Commercio Portugez* (Porto) e *Jornal do Porto*. Sobre os outros periódicos estrangeiros cito alguns como forma de ilustração: *Revue des Deux Mondes*; *Jounal d'Agriculture Pratique*; *Le Monde Illustré*; *Journal de Débats*; *Le Fígaro*; *The Anglo-Brazilian Times*; *The Nineteenth Century*; *The Ilustration London News*; *Allgemeine Deutsch Zeitung*; *La Illustracion Espanhola y Americana*; *The New York Herald*; *Rivista Europa* etc.

romances, em "língua pátria", que interessavam à maioria deles. Aliás, podemos indicar rapidamente, baseados nas análises de Nelson Schapochnik, que havia 2.903 romances em língua francesa e 2.784 volumes de obras traduzidas para o português na biblioteca, num intervalo de dez anos (1858-1868).[254] Com estes números, mais os comentários do secretário Antonio Xavier Rodrigues Pinto no *Relatório* de 1860, vistos há pouco, é possível garantir que o interesse da maioria dos frequentadores pelos romances traduzidos era facilmente atendido, afinal, há um grande número de volumes no vernáculo. Mas também em língua francesa, o que correspondia às exigências de uma minoria do público - segundo Antonio Xavier Rodrigues Pinto, neste mesmo *Relatório*, havia somente um pequeno número dos acionistas que procuravam os romances franceses na língua original.[255]

Na verdade, essa afluência de romances vem dar uma explicação sobre o porquê de haver no catálogo de 1858 (ver "Quadro 8", **Anexos**), por exemplo, um número reduzido de livros voltados ao estudo (História, Direito e Medicina) e uma grande quantidade de "romances e novellas" voltados ao entretenimento. Aquilo que o catálogo apontava em 1858, o secretário Rodrigues Pinto confirmou no *Relatório* de 1860, isto é, a tendência difundida dentro deste espaço de sociabilidade era marcada pela valorização do romance. A biblioteca do Gabinete, começando pelo entretenimento, passando pela literatura de artes e ofício, alcançando a literatura teológica, os dicionários, os livros de viagem etc.,[256] podia atender tanto uma demanda por recreação quanto por instrução, embora prevalecesse o interesse pela recreação graças ao empenho das diretorias em dar suporte a isso comprando os romances.

No próximo *Relatório da Diretoria*, referente ao ano de 1861, publicado em 02 de março de 1862, indico que a questão de os romances franceses serem a preferência dos comerciantes se repete:

> A affluencia de pedidos é sempre para os romances; naturalmente, pois, *a* maior parte das obras entradas pertence a este gênero de literatura. Satisfazer os desejos dos Accionistas [...] foi o que teve em vista a Directoria.[257]

O texto é bastante claro em relação ao sucesso do romance entre os frequentadores da

---

[254] Maiores detalhes sobre estes dados, mais os números de volumes nas outras línguas, como o inglês e o espanhol, ver Nelson Schapochnik, *Os jardins das delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na Corte Imperial*, op. cit., p. 125 e p. 141.

[255] Cf. *Relatório da Directoria do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro*, op. cit., 1860.

[256] Sobre a descrição do acervo, ver Nelson Schapochnik, *Os jardins das delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na Corte Imperial*, op. cit., p. 18.

[257] Cf. *Relatório da Directoria do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro* (apresentado em Assembleia Geral, 31 de dezembro de 1861, pelo respectivo director José Peixoto de Faria Azevedo), Rio de Janeiro, Typographia Perseverança, Rua do Hospício, 91, 1861, pp. 4-5.

biblioteca e à capacidade da diretoria em atender estas necessidades dos consumidores, comprando cada vez mais obras literárias. Resta dizer que assinam o relatório os secretários, o comerciante Eduardo Rodrigues Cardoso de Lemos, João Gonçalves Lima Camacho e José Bento Ramos Pereira; na direção permanece o presidente José Peixoto de Faria Azevedo, portanto, nosso público de caixeiros-comerciantes.

O próximo *Relatório* data de 1866, e é referente aos anos de 1862 a 1865. A razão pela qual a impressão foi realizada tardiamente pela Typografia Perseverança deve-se aos atrasos, por parte do governo imperial, na aprovação dos "Estatutos do Gabinete" – um rápido parêntese para indicar que tais atrasos podiam estar relacionados à preocupação do governo com outros assuntos, como a crise no comércio e o início da Guerra do Paraguai, desviando sua atenção de casos menos urgentes como o Estatuto (fecha parêntese). Sobre o tema de abertura do *Relatório*, chama atenção a ênfase na questão das preferências literárias existentes entre os frequentadores da biblioteca ainda em 1866. Diz o texto:

> Se as administrações do Gabinete tivessem de regular as compras pelo maior movimento de leitura, limitar-se-hiam ellas a um gênero de litteratura que possue quase exclusivamente as sympathias dos Srs. Accionistas [...].[258]

O redator não chega a discriminar com que tipo de gênero de literatura os "leitores" simpatizavam, embora saibamos tratar-se dos romances, sobretudo, dos franceses. Haviam se passado seis anos desde que o comerciante Antonio Xavier Rodrigues Pinto estivera pela primeira vez na diretoria do Gabinete, junto com o presidente Faria Azevedo e os outros membros do corpo diretivo. Novamente na posição de secretário, agora em 1866, o comerciante Rodrigues Pinto vai confirmar que o gosto do público do Gabinete é o romance, ou melhor, o que chamamos romance-folhetim francês.

De 1858, quando é publicado o primeiro *Catálogo* até o *Relatório da Diretoria* de 1866, pode-se evidenciar, particularmente, que o gosto pela literatura francesa é uma tendência entre a "classe caixeiral" do Gabinete Português de Leitura. O que nos permite deduzir que aquela movimentação dos livros e frequência na biblioteca estudadas devem-se, em grande parte, à necessidade de consumo da literatura francesa. Por outras palavras, o gosto literário impulsiona formas de sociabilidade dentro da associação, mas que não são regulares, e sim marcadas por flutuações, conforme vimos, especialmente, entre os anos de 1867 e 1868, quando o número de frequentadores da biblioteca diminuiu expressivamente (ver no início do

[258] Cf. *Relatório da Directoria do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro* (apresentado em sessão de Assembléia Geral de 28 de janeiro de 1866 pelo respectivo director José Peixoto de Faria Azevedo), Rio de Janeiro, Typographia Perseverança, 91, Rua do Hospício, 91, 1866, p. 19.

capítulo "Quadro 1" - tópico "Frequência do público consumidor"). Diante disso, pergunto: Qual a relação entre o gosto existente e a questão das flutuações? Por que aconteceu uma diminuição na frequência dos consumidores justamente num Gabinete onde as Diretorias dão suporte constantemente a um gosto literário e satisfazem a necessidade do seu público? Para responder a estas perguntas, quero lembrar que há questões internas e externas que afetaram o Gabinete durante a década de 1860 (como eleição da nova diretoria, renúncias, mudança de prédio, crise no comércio, guerra, antilusitanismo etc.), e vimos como elas podem ter influenciado as formas de sociabilidade dentro da biblioteca, causando as flutuações. Contudo, esses fenômenos não foram os únicos responsáveis por isso, faltando agregar o problema do gosto literário existente. A nova diretoria eleita (1866) começará a censurar o romance-folhetim francês e tentará introduzir um novo gosto literário, o que parece ter interferido também nas relações entre o público e a literatura dentro da biblioteca. Mas em que condições?

1.1.3.2. Um novo gosto literário

Vimos como no Gabinete, entre a publicação do primeiro *Catálogo* e alguns *Relatórios*, sobressaem tanto o gosto pelo romance francês quanto os esforços dos diretores em difundir e preservar esta tendência na associação. Entretanto, a partir desse momento, estamos em 1866, uma nova diretoria foi eleita – formada, inicialmente, pelo comerciante Rodrigues Pinto, que deixará em breve a função para o redator e tradutor Reinaldo Carlos Montóro, para servir ao Gabinete no Conselho Deliberativo, pelo comerciante José Pereira Soares, pelo bacharel José de Almeida Soares de Lima Bastos e pelos diversos membros do Conselho Deliberativo (todos pertencentes à "classe caixeiral") – , e com ela entraremos numa nova fase dentro do Gabinete onde o gosto literário pelo romance francês começará a ser censurado, o que pode ter influenciado naquelas flutuações da frequência dos leitores e da movimentação dos livros entre 1867 e 1868.

Com essa diretoria, o Gabinete entra em outro momento, que se traduz nos *Relatórios* em assertivas como as de Rodrigues Pinto, que vimos há pouco, e se refere à associação não estar limitada às preferências dos acionistas: "Se as administrações do Gabinete tivessem de regular as compras pelo maior movimento de leitura, limitar-se-hiam ellas a um gênero de litteratura". Subentende-se que, se a associação se reduzisse ao gosto dos seus frequentadores, ou melhor, se os diretores "tivessem de regular" pelas preferências literárias, o espaço social não passaria de uma associação literária, e não é isso que pretendem estes outros acionistas-

diretores eleitos. Os novos diretores, também conhecidos como os reformadores (vide tópico "1.1.2.3. Questões internas ao Gabinete"), vão começar a difundir neste momento uma nova tendência entre os acionistas, que se refere à valorização do estudo e da caridade e menos à "leitura" do romance.

Apesar da difusão de uma nova tendência ser bem lenta, a diretoria cuidou de realizar algumas reformas e inculcar novos ideais entre o público de acionistas. A criação da Caixa de Socorros e do Lyceu Litterario representam obras máximas desse processo, apesar de a nova diretoria eleita também cuidar da censura do consumo literário existente e de uma maneira bastante peculiar: após ser eleita, esta diretoria passou a se ocupar, entre outras coisas, com a publicação do *Catálogo Suplementar*, que sairá em 1868. Foi através desse catálogo que ela demonstrou de que maneira iria impor uma nova tendência dentro do espaço social: não foi eliminar os romances franceses da biblioteca o caminho que a nova diretoria escolheu para influenciar o consumo dos acionistas, mas adquirir cada vez mais volumes publicados em francês – lembre-se o que disse Rodrigues Pinto no *Relatório* de dezembro de 1860, sobre poucos acionistas procurarem romances na língua original –, que os novos diretores sutilmente planejaram instituir novo consumo literário na biblioteca e, consequentemente, instaurar lentamente uma nova tendência.

Outro traço peculiar desse novo posicionamento frente ao romance francês é que esses reformadores cuidaram de influenciar o gosto existente, sem perder o brilho e a distinção dentro da biblioteca, pois adquirir livros em francês, embora não pudessem ser lidos ou consumidos pela maioria, tinha ainda outra função. Os reformadores continuariam comprando romances em francês, eles seriam consumidos apenas por um número bastante reduzido de frequentadores, interferindo na movimentação de entrada e saída dos livros; entretanto, não deixariam de cumprir a missão da biblioteca: construir um símbolo de saber e poder, isto é, um recinto suntuoso repleto de livros que não atende ao consumo, mas à admiração. Comprar livros em francês para um público que na sua maior parte não poderia lê-los satisfaz o projeto do enobrecimento dos portugueses, da criação de monumentos, símbolos de distinção, não importando se serão consumidos ou não. Na verdade, podendo preservar um aspecto da biblioteca – o ornamental –, e garantir que todos os signos de distinção que estão por detrás de um investimento dessa natureza sejam preservados era o que mais importava. Na verdade, podemos reconhecer nessa diretoria a grande necessidade de levantar monumentos, de valorizar as obras de caridade, o estudo e reduzir o consumo de romance francês no vernáculo.

Quem nos confirma esse quadro que acabamos de descrever é Nelson Schapochnik, ao

demonstrar que, em 1868, houve um grande crescimento na participação dos livros franceses no acervo e uma diminuição do percentual dos livros no vernáculo.[259] Como a maioria dos acionistas procurava os livros publicados na "língua pátria" – para relembrar a expressão de Rodrigues Pinto no *Relatório* de 1860 –, adquiri-los, cada vez mais, numa língua desconhecida pela maioria dos acionistas ("havendo pequeno número... os procurem na língua original..."), iria minando aos poucos a variedade de romances estrangeiros em português e, consequentemente, o consumo literário começaria a mudar e as preferências também.

Neste sentido, a diretoria com ares reformadores apresenta-se como o outro público, aquele que vai tentar introduzir e gestar um novo gosto literário no espaço social do Gabinete. Sobre esse novo gosto, devo dizer que ele está voltado a um tipo de literatura que prega a devoção ao estudo, à caridade, à ordem, à comunidade e a negação do romance recreativo. Na verdade, todas estas características estarão reunidas num único princípio, o "sentido da solidariedade", que estava presente num tipo de literatura específica dessa época: trata-se da literatura portuguesa da década de 1860, crítica do romance-folhetim francês, mas tributária do positivismo francês, das teorias raciais e que fizeram escola em Portugal desde a década de 1850.[260] Elas começarão a ser recepcionadas pelo público do Gabinete do Rio de Janeiro na década seguinte, especialmente através da variedade de periódicos portugueses – sem contar os livros de escritores de Portugal publicados nos catálogos –, que circulavam na biblioteca neste período (1860): trata-se de outro momento da transferência cultural entre Portugal e Brasil e, em lugar de seguir radicalmente o gosto geral pelo romance francês, busca incrementar outro gosto, agora marcado por uma literatura, cujos sentimentos raciais dão o tom e valorizam demasiadamente o tipo português como uma "raça" culta e nobre. Ela ajudará a disseminar bordões que exaltam a nação portuguesa e seus patrícios no Brasil. Vale lembrar aqui, que a década de 1860 é um período de episódios marcantes, como o antilusitanismo, sendo que pareceu encorajar os portugueses a se expressarem com ares de superioridade, reagindo, especialmente, à lusofobia no Rio de Janeiro.

Como vemos, num mesmo espaço social, durante uma década, há diferentes interesses, necessidades ou preferências entre os acionistas-diretores do Gabinete, e, consequentemente, podemos falar de diferentes consumidores. Este público é formado por membros das diretorias que difundem as tendências no espaço social e dão suporte a elas. Logo, levando em

---

[259] Schapochnik também se refere ao crescimento no acervo dos livros na língua inglesa; no entanto, eles ainda representam poucos volumes entre os anos da década de 1860. Ver Nelson Schapochnik, *Os jardins das delícias*, op. cit., p. 142.

[260] Ver Rui Ramos, "A nação intelectual", in: *História de Portugal, a segunda fundação (1890-1926)*, direcção de José Mattoso, Lisboa: Editorial Estampa, sexto volume, p. 64.

consideração as lentas mudanças dentro do Gabinete, poderíamos dizer que na década de 1860 há dois públicos, um literário e outro em formação e orientado para literatura de não ficção: o primeiro seria o público literário de acionistas consumidores de Alexandre Dumas e dos outros escritores de romances franceses em língua vernácula, ao passo que o segundo seria o público de acionistas reformadores e consumidores de não ficção.

Se nos primeiros anos da década de 1860 o público do Gabinete estava voltado para o consumo do romance francês e uma diretoria dava suporte a isso, com os novos diretores, que vão priorizar a educação, a instrução ou o estudo em detrimento da leitura "recreativa" dos romances, uma nova tendência começa a ser difundida no Gabinete e pode ter influenciado na flutuação dos consumidores e do consumo literário a partir de 1863, cujo auge foi nos anos de 1867 e 1868, conforme vimos com a variável "frequência do público consumidor". O fato de ter ocorrido uma flutuação na frequência do público e do movimento dos livros mostra que algo influenciou o grande público do romance dentro do Gabinete em determinada época. Contudo, devo dizer que um gosto literário não se altera de uma hora para a outra; no máximo flutua, desestabiliza-se por conta de novas tendências sociais difundidas lentamente num mesmo espaço social. O momento em que o romance francês é censurado é o mesmo que uma distinta "raça" portuguesa põe-se a discutir o trabalho, a instrução e a caridade. Contudo, assim como os romances que vinham da França, essa nova ética do trabalho, do ensino e da assistência é fruto de transferências culturais com Portugal. O público formado pela "classe caixeiral", portadores e suporte do romance-folhetim de Alexandre Dumas, agora podem ser chamados de "homens práticos e positivos".[261]

1.1.3.3. Homens práticos e positivos (1868-1870)

Dentro do Gabinete, entre o final de 1860 até o início de 1870 existiu um grupo de portugueses que, na posição de emigrantes, caixeiros e redatores (distantes de ocupar qualquer posição entre os círculos dirigentes do Império) vão se voltar para dentro da sua comunidade de emigrantes e tentar construir um pouco da *nação portuguesa* inspirando-se nas teorias evolucionistas, positivistas e raciais que animavam as ideias dos portugueses que viviam em Portugal. Fora dali, na mesma época, particularmente na sociedade carioca, existiram

[261] Os termos são de Alexandre Herculano que intitula homens "práticos" e "positivos" aquela geração de portugueses que vivem no Brasil, mas que ainda se veem ligados, entre outras coisas, à vida em Portugal. Alexandre Herculano, "Futuro literário de Portugal e do Brasil", in: *Historiadores e críticos do Romantismo: a contribuição européia, crítica e história literária*, seleção e apresentação de Guilhermino César, Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978, p. 135.

importantes e distintos "homens de sciencia" e suas instituições nacionais que, influenciadas pelas ideias positivistas, evolucionistas, darwinistas e naturalistas que vinham de fora, ajudaram a construir um pouco da *nação brasileira* – recém-independente e escravocrata – fazendo ciência. Apesar dos traços ideológicos aparentemente comuns entre os dois grupos, as diferenças entre eles são marcantes. De um lado, temos porta-vozes dos círculos dirigentes, nos quais se forma uma elite intelectual;[262] de outro, chamam nossa atenção comerciantes e motivações pessoais limitadas ao âmbito privado de sua associação. Relativamente autônomos às "ideias em movimento" na sociedade carioca, a presença do comtismo e das teorias raciais no Gabinete é um assunto que ainda carece de atenção no *âmbito da associação*.

O comtismo, juntamente com o darwinismo e as teorias raciais, difundiu-se em Portugal na década de 1860, tendo como os grandes responsáveis por sua disseminação os intelectuais portugueses mais conhecidos como a "geração nova", que colaborou com sua arte e ciência instrutivas na construção de um novo ideal de nação, o republicanismo.[263] A "classe caixeiral" do Gabinete vai transplantar essas mesmas ideias e sentimentos de seus compatriotas portugueses e orientar seus pensamentos e ações na mesma direção assim que uma nova diretoria é eleita em 1866, formada em sua grande maioria por comerciantes. Os emigrantes portugueses do Brasil sentem-se fazendo parte da grande nação portuguesa, uma comunidade imaginada: nós lemos o que outros portugueses leem,[264] nós somos "homens do mesmo sangue e da mesma procedência [...] e de ilustrada resolução".[265] Este é o espírito coletivo e racial que anima diretores com ares reformistas do Gabinete a partir de certo momento e marca a transferência de ideais raciais portugueses para a comunidade portuguesa do Rio de Janeiro.

---

[262] Ver Lilia Moritz Schwarcz, *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*, São Paulo: Companhia das Letras, 1993 e também Angela Alonso, *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*, São Paulo: Paz e Terra, 2002.

[263] Sobre o republicanismo e a geração nova ver Amadeu Carvalho Homem, "O avanço do republicanismo e a crise da monarquia constitucional", in: *História de Portugal, o liberalismo (1807-1890)*, Lisboa: Editora Estampa, quinto volume, pp. 131-145. Ainda sobre a república e a imprensa, Luís Trindade considera que a república foi um fenômeno de comunicação exclusivamente urbano, que repousava sobre a produção ideológica e política de uma pequena elite de políticos e escritores. Ver Luís Trindade, "La presse et les journalistes portugais dans le passage du XIXe au XXe siècle", in: *Presse, nations et mondialisation au XIXe siècle*, op. cit., pp. 122-123.

[264] Cf. Benedict Anderson, "Raízes culturais", in: *Comunidades Imaginadas*, op. cit., pp. 64-65.

[265] Extraído de uma parte do artigo de José da Silva Mendes Leal publicado no jornal *Da America*, de Lisboa, e difundido no Gabinete Português no final de 1860. Cf. *Fundamentos e actualidade do Real Gabinete Português de Leitura*, op. cit., p. 50.

1.1.3.4. De Portugal para Brasil: um dos sentidos das transferências culturais

Em Portugal, cabia aos escritores da geração nova, por meio dos livros e jornais, incutir na sociedade através da educação, como um instrumento reformador da sociedade, novos ideais como o culto da humanidade, da elevação da cultura, da liberdade, da justiça e da raça superior portuguesa.

> Ao contrário do que se passava em muitos países, onde o herói nacional era geralmente um chefe militar, em Portugal, no centro do culto patriótico estava também um escritor [e a imprensa]. O destaque dos escritores e da imprensa não era um acidente. Decorria, logicamente, do modo como a imprensa e a literatura se conceberam e foram utilizadas como um elemento de organização da sociedade na segunda metade do século XIX.[266]

Neste contexto é que a discussão sobre a função da literatura, já iniciada com o Romantismo português de Garret e de Herculano, ganha mais força, pois o escritor ocupando certo lugar de destaque dentro da sociedade portuguesa assumia o papel ativo de levar a razão e a ciência àqueles que viviam na ignorância.[267] A função formativa da literatura resumia-se agora em não servir mais à distração, mas à verdadeira instrução, especialmente do povo. Contudo, isso surgia num momento em que a literatura que mais interessava o povo português era a literatura francesa folhetinesca e não a literatura nacional portuguesa. Daí o interesse em investir na noção de instrução pública, por sua vez, uma variante dos termos educação e instrução que vinham sendo debatidos pelos escritores da geração nova,[268] que entendiam que educação/instrução era o primeiro grande dever de uma nação que se pretendia republicana e uma nação superior, vindo a reforma dos meios de comunicação e a censura do folhetim a reboque.

> A instrução pública é, portanto, um tema capital. E é uma vasta questão, que envolve problemas de ensino, dos diversos graus e áreas, e outras zonas que se encontram para além deles, como, por exemplo, a organização das bibliotecas e museus e até o importante problema editorial, dado que é através de livros, de

---

[266] Rui Ramos, *História de Portugal, a segunda fundação (1890-1926)*, op. cit., p. 43 – *interpolações por minha conta*.

[267] Ver Fernando Catroga, "Os caminhos polémicos da 'geração nova', in: *História de Portugal, o liberalismo (1807-1890)*, quinto volume, op. cit., pp. 569-571.

[268] "Os termos 'educação' e 'instrução' não raro eram empregues indistintamente [...] Assim, num artigo da revista *O Panorama*, fundada por Herculano, essa diferença é expressamente apresentada: '[...] A educação é mais ampla que a instrução, porque abrange todos os meios de desenvolver e cultivar todas as faculdades do homem, segundo os princípios para que as recebamos da Natureza; a instrução, porém, é um desses meios, destina-se a exercitar só uma espécie dessas faculdades, isto é, as intelectuais' ('Da educação em todas as idades', in *O Panorama*, 1839)". Luís Reis Torgal, "A instrução pública", in: *História de Portugal, o liberalismo (1807-1890)*, quinto volume, op. cit., p. 609.

revistas e jornais que se difunde a instrução, ou, se quisermos, a cultura.[269]

Essa questão da instrução era um "tema capital" em todas as esferas da sociedade portuguesa na década de 1860 e 1870, recebendo a imprensa e a literatura a responsabilidade de colaborar na construção e organização da sociedade. É nesse contexto que escritores como Teófilo Braga, Antero de Quental, Ramalho Ortigão, Alberto Pimentel, Mendes Leal, entre outros, conhecidos como a *geração nova*, vão receber o carisma e a autoridade de reformadores da sociedade através das letras nacionais. Entre suas ações estava o combate à chamada imprensa popular do entretenimento, na qual encontramos o folhetim francês.[270] Tratava-se de uma imprensa sensacionalista que tinha milhões de adeptos em toda a Europa, especialmente na França, e agora também em Portugal. Um dos conteúdos desta imprensa, caracterizada como "imunda",[271] por conta do seu partidarismo, sensacionalismo e noticiário irresponsável, era o folhetim.

O folhetim foi um meio de vida para muitos escritores portugueses, como Júlio César Machado, para o jornalista Alberto Pimental ou mesmo para aqueles que faziam a crítica do folhetim, como Teófilo Braga, que iniciou sua carreira literária no rodapé do *Jornal do Comercio* de Portugal. Apesar de a literatura folhetinesca ser um espaço de consagração para alguns escritores portugueses, a *geração nova*, que tinha ares reformadores, atacava veemente seu conteúdo sensacionalista, recreativo e pouco instrutivo, especialmente porque esse tipo de literatura agradava à grande maioria da população leitora e a desviava do caminho da literatura instrutiva de cunho nacional. Podemos confirmar isso nas tintas de Ramalho Ortigão, irmão do emigrante caixeiro e acionista do Gabinete, que era outro representante da geração nova, e foi um dos escritores portugueses que teceu críticas a um dos folhetinistas de sucesso da época:

> Se na disciplina litteraria houvesse o salubérrimo rigor da polícia em terras civilizadas, se aos crimes do litterario se applicasse uma pena equivalente á que pune os crimes dos cidadãos, o snr. Ponson du Terrail, segundo todas as probabilidades, estaria há muito tempo no degredo arrastando um fuzil ou nas galés puxando um remo.
> Os romances assignados com o nome de Ponson, com execepção de um ou outro volume ou de um ou outro capítulo em algum volume, são lettras facínoras. Corrompem o gosto como empadão indigesto, irritam os paladares com o perrechil

[269] Luís Reis Torgal, *História de Portugal, o liberalismo (1807-1890)*, quinto volume, op. cit., p. 610.

[270] Cf. Rui Ramos, *História de Portugal, a segunda fundação (1890-1926)*, op. cit., p. 50.

[271] Nos noticiários "[...] A política eram escândalos; as relações internacionais, guerras e ameaças; a vida nacional, desastres e crimes sangrentos; a economia, desfalques e fraudes; a vida social, casamentos e funerais [...] um dos seus pontos fortes foi a exploração do chauvinismo. Rui Ramos, *História de Portugal, a segunda fundação (1890-1926)*, op. cit., p. 50.

> de sucessos estapafúrdios e estrambóticos, e arruínam os estômagos intelectuais com sucos derramados e podres.
> [...]
> É de muito mal (sic) exemplo a impunidade n'estes casos. Pune-se o homem que adultera os gêneros alimenticios, por que se não há de poder punir o sujeito que adultera os gêneros litterarios?[272]

O que incomodava a *geração nova* em relação aos escritores de folhetim de sucesso[273] e os colaboradores da imprensa sensacionalista era que seu espírito e sua vontade eram governados pelas vendagens dos jornais e não pelo compromisso com a boa opinião, a boa literatura e a verdadeira instrução. A imprensa e a literatura, para homens como o escritor Ortigão, eram vistas como um apostolado, uma nobre missão, e o folhetim deturparia essa imagem, transformando imprensa e literatura numa balança comercial lucrativa. Tanto isso era verdade que os jornais sérios de Portugal, como *Diário de Notícias* e *O Século*, começaram a reagir à mercantilização das letras e passaram a funcionar como grandes fundações para a beneficência e o nobre progresso da nação.[274] O folhetim, especialmente o romance, fomentava reações nesses literatos como a devoção pelo nacionalismo, a exaltação cívica,[275] a instrução, o enaltecimento da "raça" portuguesa em detrimento da influência francesa.

Neste contexto, escolas, bibliotecas, museus, gabinetes de leitura ou qualquer tipo de instituição portadora das artes, das letras e das ciências deveriam buscar manter suas coleções e seus esforços na mesma direção da verdadeira instrução, sabendo separar a boa literatura da má e orientando seus membros pelo caminho da boa educação.

É com este espírito que surge a necessidade de que a instrução seja cada vez mais prática e objetiva, voltada ao desenvolvimento das faculdades intelectuais, e toda a recreação, o entretenimento e o sensacionalismo, especialmente figurados nos romances-folhetins franceses, fiquem em segundo plano. Como para os homens das letras o barateamento do

---

[272] Ramalho Ortigão, "Ponson du Terrail", *Gazeta Litteraria do Porto*, 1868, p.168. Agradeço ao prof. Nelson Schapochnik pelo excerto.

[273] O sucesso literário e comercial de Ponson du Terrail na Europa foi tão grande que Marlyse Meyer destaca que a segunda metade do século XIX foi a época do reinado de Ponson du Terrail, autor de *Rocambole*. Ver Marlyse Meyer, *Folhetim: uma história*, op. cit., p. 64 e pp. 87-108.

[274] Sobre o jornalismo na evolução da sociedade portuguesa ver Luís Trindade, "La presse et les journalistes portugais dans le passage du XIXe au XXe siècle", in: *Presse, nations et mondialisation au XIXe siècle*, op. cit., pp. 120-124.

[275] O grande momento das exaltações cívicas em Portugal e também no Brasil vai se dar no terceiro centenário da morte de Camões na década de 1880. Inclusive o Gabinete Português de Leitura colaborou muito para esta celebração (Cf. Fernando Catroga, *Nação, Mito e rito: religião civil e comemoracionismo* (EUA, França e Portugal), Fortaleza: Edições NUDOC-UFC; Museu do Ceará, 2005, p. 125). Contudo, o assunto e o período em que se dá, fogem ao recorte da pesquisa.

jornal levou informação, mas também notícias e literatura de má qualidade para o povo, cabia a eles, através dos mesmos instrumentos literários (o jornal e o livro), a tarefa de difundir a todas as "classes" leitoras a boa e instrutiva literatura. Já em relação à instrução pública e o ensino aplicado, este não ficava por conta dos escritores, mas do governo português, que nesta época iniciou os primeiros projetos de desenvolvimento das escolas primárias, secundárias, técnicas e as universidades, e que iriam desempenhar um papel crucial na reforma da sociedade portuguesa.[276] Apesar de os resultados da instrução pública aparecerem somente no século XX, existia uma expectativa, por parte das elites intelectuais e das "classes" dirigentes portuguesas do século XIX, que a instrução das crianças e dos jovens ajudaria a formar cidadãos atuantes e intelectualizados. Veja-se, por exemplo, o discurso oficial em torno das escolas técnicas, que consistia na ideia de que instrução aplicada através do ensino comercial e agrícola aos estudantes poderia oferecer retornos imediatos tanto a eles próprios, no sentido de se profissionalizarem, quanto à economia comercial e agrícola do país, ao se tornarem mão de obra especializada e útil.

É dentro desta concepção de instrução, que tem raízes no pombalismo, mas que ganhou novos contornos com o positivismo da década de 1870 – por sua vez, marcado pelo civismo, pela necessidade de instrução e sentimento de solidariedade social –, que podemos ler um artigo de José da Silva Mendes Leal, publicado no jornal de Lisboa, chamado *Da América* e que foi recepcionado por aquela nova diretoria do Gabinete eleita em 1866 e que ainda estava na direção da associação no início da década de 1870, no Rio de Janeiro.

Segundo Mendes Leal, os gabinetes de leitura, entre eles o do Rio de Janeiro, ocupavam a posição de difusores da instrução e por isso deveriam exercer esta função da maneira mais civilizada possível, isto é, sabendo formar suas coleções com o que havia de mais útil e benéfico no "ramo das artes e da ciência", o que era imprescindível na educação do "povo" e enobrecimento de uma "raça":

> [...] tem os nossos compatriotas fundado e desenvolvido nas províncias do Imperio, nas principais senão ainda em todas, verdadeiros estabelecimentos de instrução.
> [...] Esses institutos espontâneos, a bem dizer intuitivos, honram sobremodo os filhos de Portugal, e por consequência o mesmo Portugal.
> [...] A cabeça dirige o braço, os esclarecidos corpos gerentes dos Gabinetes de Leitura já certo haverão reconhecido a necessidade de systhematisar as suas respectivas colleções.

[276] "O ano de 1870 é um ano histórico para a instrução pública, que então conhece o seu primeiro ministério [na pessoa de D. Antonio da Costa], surgido no âmbito do curto governo ditatorial saído do golpe de Estado do duque de Saldanha [...] Mas as intenções de organização do novo ministério, que durou apenas 69 dias, não passaram do papel e em breve eram revogadas pelo novo governo de Sá da Bandeira". A criação definitiva do Ministério de Instrução Pública aconteceria somente em 1913. Luís Reis Torgal, *História de Portugal, o liberalismo (1807-1890)*, quinto volume, op. cit., p. 615 – *interpolação por minha conta*.

> Se a industria, o commercio, a agricultura, ou antes as industrias commercial e agrícola, constituem geralmente a occupação e a profissão dos associados, frequentadores de taes estabelecimentos; convenientissimo é estes associados sahir alli as obras especiaes desses ramos, que têm como todos os outros, além da sua pratica, a sua sciencia.
> Nada d'isto obsta a que ao mesmo tempo se collija o que tendo caracter genérico, sirva para adorno e distração do espírito, ou para satisfação de curiosidade, comtanto que as obras d'essa "classe" occupem lugar acessório ou subsidiário.
>
> Mendes Leal
> *Da America*, Lisboa.[277]

Apesar de o artigo de Mendes Leal não estar datado, consta que ele inspirou Reinaldo Carlos Montóro, no Rio de Janeiro, a escrever uma espécie de resposta, que foi publicada no jornal *Diário do Rio de Janeiro*, em 1872, e em seguida impressa juntamente com o *Relatório da Diretoria* do Gabinete referente ao ano de 1871, no "Appenso n. 6".[278]

Antes de passarmos à resposta de Montóro, gostaria de destacar que Mendes Leal, nesta mesma época, participou da vida do Gabinete do Rio de Janeiro na condição de "Conselheiro",[279] posição que indica o caráter distintivo e de autoridade que um escritor representante da *geração nova* tinha dentro da associação no início da década de 1870. Já em relação ao seu artigo gostaria de destacar alguns pontos: 1º) a necessidade dos "corpos gerentes" do Gabinete em ponderar a variedade de produtos da imprensa; 2º) sobre as coleções do gabinete corresponderem às profissões de seus frequentadores e 3º) com relação às obras de recreação e adorno deverem ocupar lugar acessório e subsidiário. Esses três pontos resumem o que viemos tratando até agora: de Portugal vem o estímulo para a nova diretoria censurar o romance e investir na instrução dos consumidores das coleções do Gabinete, cuja ocupação ou profissão mais comum entre os frequentadores é a do comércio, carecendo os "corpos gerentes" de atender essa demanda dos caixeiros-comerciantes. O folhetim era ameaça à *geração nova* de Portugal, por sua leitura recreativa ser desfavorável à instrução e ao trabalho. Desse mesmo sentimento compartilha a diretoria do Gabinete do Rio

---

[277] "Appensos n. 5", in: *Relatório da Directoria do Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro*, *apresentado Sessão de Assembleia Geral, de 26 de maio de 1872, pelo director Boaventura Gonçalves Roque*, Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, Rua do Hospício, 91, 1872, pp. 01-06.

[278] "Appensos n. 6", in: *Relatório da Directoria do Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro*, *apresentado Sessão de Assembleia Geral, de 26 de maio de 1872, pelo director Boaventura Gonçalves Roque*, Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, Rua do Hospício, 91, 1872, pp. 01-13.

[279] Cf. *Relatório da Directoria do Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro*, *apresentado Sessão de Assembleia Geral, de 26 de maio de 1872*, op. cit. Antes de Mendes Leal, foi Alexandre Herculano que figurou como "Presidente Honorário da Associação" no Gabinete do Rio de Janeiro. Ver *Relatório da Directoria do Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro*, *apresentado Sessão de Assembleia Geral, de 31 de dezembro de 1861,* op. cit. Foi em razão desta homenagem que Herculano, em carta, agradecia a nomeação e ofertava um exemplar de sua obra *Monumentos Históricos de Portugal*. Cf. "Factos Memoráveis," in: *Fundamentos e actualidade do Real Gabinete Português de Leitura,* op. cit., pp. 228.

de Janeiro, que decide censurar o folhetim, valorizar a instrução e louvar os ideais cívicos portugueses no Brasil desde o final da década de 1860.

Haveria muito mais a dizer sobre a relação entre a imprensa, a literatura e a instrução em Portugal, porém o que foi esboçado parece ser suficiente para compreender o sentido de algumas opiniões ideológicas portuguesas – ideológica como uma decorrência da posição social que os escritores portugueses ocupavam naquela sociedade[280] – e as possíveis repercussões dentro do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, com a diferença de que aqui as ações dos portugueses em favor da instrução não têm o investimento do governo, mas são fruto da propriedade individual de cada emigrante empenhado na construção de uma escola e uma associação de caridade, conforme veremos.

O momento é de intensa troca entre os dois espaços nacionais, nos quais as querelas político-literárias da nação portuguesa são apropriadas pelos expatriados portugueses do Gabinete e orientadas para a criação de uma nova tendência social neste espaço social.

1.1.3.5. A (nova) *geração nova* do Gabinete Português do Rio de Janeiro

Tudo o que viemos indicando até agora sobre a censura do romance-folhetim francês pode ser confirmado no artigo, de 1872, de Montóro – que era um dos membros daquela nova diretoria (1866) e um dos fundadores da Caixa de Socorros Pedro V (1863) –, cuja opinião se resume na defesa da instrução e na censura do romance.

No primeiro parágrafo de seu texto – do qual leremos a seguir somente alguns trechos –, temos uma caracterização do Gabinete como um espaço que não é um "lugar de recreio, de passatempo dos ociosos, como muitos pensam; é antes a instituição mais benéfica de todas quantas têm por fim o adiantamento das "classes" populares.

Para Reinaldo Carlos Montóro, o gosto pela literatura recreativa ou folhetinesca é uma decadência e uma preferência daqueles que são menos instruídos, como as "classes" populares, por exemplo. Visando a descaracterizar o folhetim e também o romance, o redator rememora títulos de livros e seus respectivos autores que faziam parte de coleções de bibliotecas particulares de cem anos atrás, nas quais a preferência dos letrados era pela leitura das obras de teologia, como as de Santo Agostinho e de Santo Thomaz de Aquino. Mas também havia livros de história, geografia ou mesmo novelas de cavalaria e poesias clássicas

[280] O conceito de ideologia, aqui utilizado, é inspirado em Fritz Ringer, *O declínio dos mandarins alemães: a comunidade acadêmica alemã, 1890-1933*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p. 11.

e gongóricas. A relação das obras e dos autores mais diversos é bastante extensa e não vem ao caso reproduzi-la, embora mereça ser destacado que a razão de descrever tantos autores e obras antigas visa a marcar a diferença entre a época clássica e o que ele intitula "a revolução litteraria... de 1830",[281] realizada pelo jornal e pelo romance.

> De 1830 a 1840, [...] a imprensa diária repercutia-se pelas províncias do littoral, e pela S. Paulo e Minas, com extraordinaria profusão. Mais de 200 periodicos illuminavam o espirito publico n'essa epocha de immensa agitação[282]. De mistura com o jornal veio a invenção franceza de folhetim; a literatura roçou-se em moeda miuda, e a narrativa correspondendo ao espirito de acção da epocha, exclui todas as outras fórmas litterarias.
> O jornal e o romance, eis as duas clavas da littteratura contemporanea. Instrumentos de destruição e de reforma, de propagação de ideias e de innoculação de erros, de elevação do gosto popular e de deteriorização dos corações, o seu aspecto bifronte intimida e espanta ao mesmo tempo. Por estes dous canaes da litteratura e sciencia, a historia, a economia social, as noções elementares das sciencias, as viagens, a ethonographia e muitos outros ramos de conhecimentos deixaram de ser privilegios de lettrados e profissionaes, e derramaram-se em noções vagas, desfiguradas, entre todas as "classes" populares.[283]

Há várias interpretações possíveis para o problema levantado por Montóro no excerto. Por esta razão, sem pretender esgotar as questões apresentadas, poderíamos começar destacando que, para o relator, o baixo nível da literatura contemporânea do século XIX, que nasceu com a imprensa periódica, como o folhetim francês, está em oposição à elevada literatura erudita, criada por letrados e profissionais, cuja marca eram os ideais nobres e os interesses elevados, com a boa instrução, a moral religiosa etc. Este tipo de contraposição que separa a literatura de elite de uma literatura contemporânea ou média[284] – definida assim por estar submissa às leis do mercado ou do comércio periódico – entende que o jornal e o romance representam um empreendimento comercial muito bem sucedido, que tem em vista não a instrução ou a difusão do conhecimento, mas somente a mercantilização da literatura, sobretudo no Brasil, onde os folhetins puderam ser consumidos por homens livres e pouco abastados. Observa-se, portanto, que o romance no rodapé do jornal custava poucos réis na Corte do Rio de Janeiro e nas províncias, podendo ser lido por um público cada vez mais amplo, sugere Montóro. Além disso, como a literatura contemporânea não pertence às artes e

---

[281] *Relatório da Directoria do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro*, 1869, op. cit., pp. 5-6.

[282] Ele se refere aos embates entre as ideias reformadoras da sociedade, sobretudo, trazidas pelo romance e jornal e as velhas instituições como a igreja e a monarquia difundidas pela literatura teológica, da qual o relator dá inúmeros exemplos.

[283] *Relatório da Directoria do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro*, 1869, op. cit., p. 7 – *interpolações por minha conta*.

[284] Inspiro-me, guardadas as proporções, em Pierre Bourdieu, "As relações entre o campo de produção erudita e o campo da indústria cultural", in: *A economia das trocas simbólicas*, 5ª ed., São Paulo: Perspectiva, 2004, p. 136

ciências inculcadas e legitimadas por qualquer sistema de ensino,[285] esta não pode transmitir um sólido conhecimento da história, da ciência, dos mapas etc. Ao contrário, seu conteúdo é supostamente deformador, simplificador da vida e das coisas e, por tudo isso, assegura àqueles que cultivam a leitura do romance, como o vulgo, uma formação incompleta, irregular e pouco instrutiva; afinal, lembremos que o romance tem como objetivo somente o entretenimento ou amenidades. Por fim, o romance "deteriora os corações" ou provoca a loucura, aponta Montóro, cujo discurso pode entrar para o *rol* dos censores do romance ao longo da história da literatura.[286]

Não é novidade a existência de um discurso da censura do romance – discurso porque, na prática, a diretoria continua comprando os volumes, e baseada nas questões já relacionadas. Então, podemos citar rapidamente alguns motivos que inspiravam censores e críticos a discursarem contra o romance no século XIX e antes também. Um dos primeiros motivos era a ausência de leis ou regras de elaboração do romance, exigindo pouca técnica no momento da escrita, o que consequentemente, permitia a qualquer um escrevê-lo ou lê-lo; segundo, o romance acabava com o hábito de pensar, pois o ócio e o lazer estavam relacionados a este tipo de escrita; terceiro, provocava a loucura e, por último, apresentava um baixo nível cultural.[287] Contudo, com o advento da imprensa periódica, o que era uma ameaça apenas para os leitores abastados transformou-se numa ameaça coletiva, pois o baixo custo do jornal, no qual o romance circulava, permitia que muitos tivessem acesso a este tipo de literatura.[288]

Vale reiterar que o próprio Gabinete era um dos espaços de sociabilidade e literatura do Segundo Reinado onde o público literário poderia ter acesso ao romance, não somente através dos livros, mas pelos próprios rodapés dos jornais que a diretoria assinava e colocava à disposição dos frequentadores da biblioteca. Como vemos, jornal e romance fazem parte do acervo e da vida da biblioteca do Gabinete Português de Leitura, mas ainda assim não deixam de ser vistos como fator de risco e perturbação ao progresso das letras e à instrução:

---

[285] Cf. Pierre Bourdieu, *A economia das trocas simbólicas,* op. cit., p. 148.

[286] Sobre a censura do romance, ver Walter Siti, "O romance sob acusação", in: *O romance: a cultura do romance*, op. cit., p. 170.

[287] Cf. Walter Siti, *O romance: a cultura do romance*, op. cit., pp. 170-171.

[288] Na França a presença do "Tribunal correctionnel de Paris" e os arquivos da "Police de la Librairie", ambos ligados ao Ministério da Justiça são símbolos da censura da literatura entre o século XVIII e XIX. Não demorou muito para que a censura alcançasse também as coleções dos gabinetes de leitura onde havia um grande número de leitores que poderiam ser vítimas dos escritores de romance. Ver Françoise Parent-Lardeur, "La politique, la censure et les cabinets de lecture", in: *Les cabinets de lecture: la lecture publique à Paris sous la Restauration*, Paris: Payot, 1982, pp. 151-181.

> Esta doença do espírito não é peculiar d'este paiz. Anda ella entranhada pelas mais adiantadas populações da França, Inglaterra e Estados Unidos. Ahi os mais sábios escriptores, como D'Israeli, Prescott, St. Beuve, Guizot, Longfellow e Renan, para serem lidos e geralmente conhecidos, tiveram que dividir primeiro as suas obras em pequenos artigos de revistas e diarios, ou fraccional-as em cadernetas, para depois poderem codifical-as em alterosos volumes. A superficialidade, a confusão, a divisibilidade sem methodo dos conhecimentos geraes nos homens mais lidos, corresponde a estas fórmas frágeis dadas á litteratura. Quando chegará a hora de passar da divulgação, da propagação irrefletida e baralhada de todas as idéias e erros, ao ensino methodico e aproveitável das classes populares![289]

O que sintetiza o relator neste parágrafo é o itinerário de um empreendimento literário-comercial chamado folhetim, cuja história muitos estudiosos, estrangeiros e brasileiros, do passado e do presente, já contaram.[290] No caso de Montóro, este concebia o folhetim apenas como um empreendimento comercial e um impedimento ao desenvolvimento da educação trazida pelos livros, pelo estudo, pela ciência e, portanto, transformados pelo jornal e romance em mera recreação comercializada de maneira fragmentária nos jornais da época.

O Gabinete Português, na figura de Montóro, guardava uma relação conservadora com a literatura e recusava não somente as ideias liberais que eram difundidas através dos romances franceses, como a própria forma democrática de difusão do livro e do jornal na época. Diferenciando-se dos outros gabinetes de leitura do Rio de Janeiro,[291] cujos princípios pareciam orientar-se pela matriz francesa, a postura dos dirigentes do Gabinete Português equiparava-se à de um chefe de polícia francês na época da Monarquia:

> Les cabinets de lecture [...] tendent également à populariser la lecture d'ouvrages les plus propes à corrompre le couer et à pervertir l'esprit. On ne peut se dissimuler que les écrits et les journaux du parti révolutionnaire n'y jouissent d'une vogue et d'une préférence marquées, et ces établissements placés sous la main des ennemis du Gouvernement sont encore un de ces laboratoires où les libéraux travaillent l'espirit public, et sur lesquels ils ont fondé de grandes espérances.[292]

As principais preocupações com os gabinetes e seus catálogos, espionados pela polícia francesa, eram que seu público frequentador tivesse acesso a uma literatura, cujo teor liberal e revolucionário instigasse o ataque à Monarquia e à Igreja, bem como incitasse a revolta contra a ordem nos corações dos menos favorecidos, pois estes podiam ter acesso a estes conteúdos através de diversos jornais liberais disponíveis nos gabinetes ou por meio de livros alugados a

---

[289] *Relatório da Directoria do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro*, 1869, op. cit., p. 7.

[290] Nessa chave merece todo reconhecimento e homenagem a obra de Marlyse Meyer, *Folhetim: uma história*, op. cit., 1996.

[291] Ver Introdução tópico "Um público possível..." quando o assunto são os gabinetes de leitura do Rio de Janeiro.

[292] Lettre du Préfet de Police Delavau au ministre de l'Intérieur, 26 mars 1826 apud Françoise Parent-Lardeur, *Les cabinets de lecture*, op. cit., p. 165, nota 1.

preços bastante reduzidos. Além disso, era exigido pela polícia, para que os gabinetes de leitura franceses pudessem funcionar, algo como um certificado de moralidade e o cumprimento das leis existentes no Código Penal francês.[293] Já, no caso do Brasil, não havia qualquer tipo de censura por parte do governo, nem espionagem por parte da polícia brasileira dentro do Gabinete Português. Na década de 1860, a monarquia brasileira sob o Império não parecia sentir-se ameaçada pela literatura francesa de cunho liberal; em contrapartida, grupos de dentro da comunidade portuguesa exerciam essa função, defendendo uma visão antifrancesa herdada da *geração nova* portuguesa, que censurava o folhetim francês. É esta opinião literária extraída de outro espaço nacional (Portugal) que Montóro transplanta para o espaço social do Gabinete e transforma na ideologia de um determinado grupo de portugueses, cuja posição social é de comerciante.

A intensidade do discurso de censura do romance no início da década de 1870 mostra que, na década anterior, a tendência do Gabinete fora gestar o romance francês, mas havia já alguns acionistas inclinados a alterar este panorama, transformando um ideal em uma ação prática:

> Este mal é ao mesmo tempo a origem dos admiráveis adiantamentos e da péssima organização dos gabinetes de leitura. A décima parte, talvez, da emigração portugueza no Rio de Janeiro, ou por assignatura própria, ou empréstimo de terceiro percorre sucessivamente as colleções do GABINETE. Mas que livro procura de preferencia? Romances, periódicos, alguns livros de litteratura amena, poesias, poucos trabalhos históricos e ainda menos de sciencias sociais ou psychologicas.
> Predomina sobre tudo a repugnancia para os estudos profissionais para as leituras methodicas e de utilidade pratica, para o aproveitamento das colleções preciosas que em alguns ramos de conhecimentos possue o estabelecimento.[294]

Os admiráveis adiantamentos a que o relator se refere tratam do que ele chama de "leitura consecutiva", algo característico da leitura do romance ou do folhetim. Contudo, esta prática tem dois lados: um ruim, por conta do aspecto recreativo e pouco instrutivo que a leitura de romances propicia, e um lado bom, pois representa, independentemente de qualquer juízo, que existe consumo literário dentro do espaço social do Gabinete. E é por conta deste consumo que o redator espera que, com o passar do tempo – e, por que não, com a ajuda da diretoria (no mandato de Montóro, como secretário, os diretores compraram mais romances em francês, língua que, no entanto, a grande maioria dos acionistas não conseguia ler) –, aqueles que seguem o movimento atual da sociedade, a preferência pelos romances franceses, e que frequentam o Gabinete ou outras instituições, hão de sentir necessidade de avançar com

---

[293] Trata-se de artigo 291 do Código Penal. Ver Françoise Parent-Lardeur, *Les cabinets de lecture*, op. cit., p. 173.

[294] *Relatório da Directoria do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro*, 1869, op. cit., p. 8.

suas leituras e passarão a se ocupar de "matérias mais áridas e de maior utilidade prática".[295] Quanto à falta de organização dos gabinetes, o relator está se comunicando com os seus compatriotas diretores, cobrando uma nova postura, sobretudo no sentido de inculcar entre os acionistas a busca pelo conhecimento prático através da ciência e estabelecer um novo estilo de vida, centrado numa espécie de aperfeiçoamento profissional do público formado por caixeiros-comerciantes. Na verdade, o que Montóro está discursando em 1870 ele já havia tentado pôr em prática em 1863 e depois em 1868, quando, junto com outros acionistas, tentou incutir na diretoria a necessidade de o Gabinete ampliar seu campo de ação para a área da caridade e depois da instrução, criando a Caixa de Socorros Pedro V e depois o Lyceo Litterario. Penúria e analfabetismo entre os emigrantes de Portugal são situações que devem ser combatidos pela nobre "raça" portuguesa. A solução para problemas estruturais e eminentes como esses era criar, a partir do recinto privado do Gabinete, dois grandes monumentos que ajudassem particularmente os emigrantes portugueses: uma instituição de caridade e uma escola, pretendendo com isso orientar as diferentes gerações de emigrantes (velhas e novas), instruindo-as, livrando-as do ócio, direcionando-as para o trabalho, realizando a nobre missão à qual estavam destinados. Vale lembrar que tudo isso acontece entre 1863 e 1870, período conhecido pelas crises do Império, que já estudamos. Esses dois monumentos, mais a censura ao romance-folhetim francês, portanto, vêm apresentar-nos qual era o princípio organizador e sustentador dos caixeiros-comerciantes portugueses: caridade, instrução e trabalho.

Todo esse programa de censura, que depois se transmuta em missão educacional do "povo", tinha, portanto, como objetivo fortalecer a comunidade portuguesa através de ideais como trabalho, instrução e caridade, mas também não deixa de ter outro sentido, podemos deduzir. Tais ideais cabem perfeitamente dentro de um momento de crise, isto é, numa época em que a relação tutelar do governo para com os caixeiros portugueses parece estar abalada, terminando por estimular reações dentro da associação portuguesa. O cenário é dinâmico, amplo e pudemos apontar alguns dos elementos constitutivos deste. Resta dizer apenas que em meio às crises estruturais que assolaram a vida no Rio de Janeiro, a comunidade portuguesa pôde destacar-se apresentando soluções privadas e voltadas para o seio da sua comunidade. Em tempos assim, a autoridade parece personificar-se em alguns grupos, ideais distintivos, como a caridade, despontam, e o entusiasmo toma conta daqueles que se consideram eleitos.

---

[295] *Relatório da Directoria do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro*, 1869, op. cit., p. 8.

1.1.3.5. (a) Caridade caixeiral

Em 31 de maio de 1863, conforme anuncia o *Relatório da Diretoria* desta época, o Gabinete recebeu a doação da estátua em gesso de D. Pedro V, doada pela Sociedade Portugueza Madrepora, que iria enfeitar o salão principal do Gabinete Português. Nesta ocasião, Montóro, animado com o presente, e com o apoio moral e financeiro dos portugueses do Gabinete e da Madrepora, proferiu o seguinte discurso:

> Reunamo-nos, senhores, para fundar uma vasta associação de socorro geral aos Portuguezes. Não seja essa fundação um altar erguido á vaidade. Não haja assembléas nem distinções, nem annuncios pomposos; á sombra, escondendo a dádiva mensal, depositemos o nosso óbolo em mãos dedicadas, e assim salvemos os deveres da nossa consciência e da dignidade nacional[296].

Este discurso foi o estopim para que aproximadamente quatrocentos portugueses acionistas presentes no salão principal do Gabinete declarassem erigidas as "bases orgânicas" da Caixa de Socorros Pedro V. Passado pouco mais de um mês, no dia 19 de julho de 1863, sob a presidência do ministro de Portugal, D. José de Vasconcelos e Souza, reuniu-se a Assembleia Geral no Salão do Gabinete com aproximadamente 200 homens, sendo orientados pelos secretários Antonio Emilio Machado Reis e Antonio Xavier Rodrigues Pinto, e que apresentaram os estatutos da nova instituição portuguesa do Rio de Janeiro. Em 11 de novembro de 1863, a diretoria eleita, constituída pelo presidente Conde de Estrella, o secretário Joaquim José Duarte e o tesoureiro Leonardo Caetano de Araújo, instalou-se no salão da Madrepora e deu início às atividades na Caixa de Socorros.

Nove anos depois, em 1871, na mesma época em que Montóro redigiu o artigo que analisamos, lemos no primeiro *Relatório de Contas* da Caixa de Socorros Pedro V, a concretização dos ideais de caridade e instrução que Montóro tanto defendeu durante a década de 1860 no espaço social do Gabinete, começando por censurar o romance.[297]

Com a Caixa de Socorros, além da assistência aos menos favorecidos, o Gabinete indiretamente colaborava com a educação de meninos órfãos ou oriundos de famílias

---

[296] Este discurso foi reproduzido no primeiro *Relatório e conta da Sociedade Portugueza no Rio de Janeiro Caixa de Socorros de D. Pedro V, do anno de 1871*, Rio de Janeiro, Typografia Imp. E const. de J. Villeneuve e C. 65 – Rua do Ouvidor – 65, 1871, p. 6.

[297] Como forma de ilustração, indico que a defesa da educação e instrução era também um assunto da imprensa brasileira neste momento. Cito, por exemplo, a *Revista Popular* e as visões de J. C. A. Fernandes Pinheiro publicadas em seu artigo "A imprensa no Brasil" (ver *Revista Popular. Jornal Ilustrado Variedades*, ano I, tomo IV, Rio de Janeiro, 1859, pp. 217-224). O assunto foi estudado por Eliana de Freitas Dutra, "Frontières de la Culture et de la Civilisationau Brésil du XIXème siècle: Identité et alterité dans la Revista Popular-1859-1862", in: *Presse, Nations et Mondialisation*, op. cit., pp. 169-172.

portuguesas pouco abastadas que viviam na região central do Rio de Janeiro. Alguns deles recebiam ajuda da Caixa para estudar no externato de meninos de um dos acionistas do Gabinete, o conselheiro Dr. Adolpho Manoel Victorio da Costa,[298] assunto também do capítulo dedicado a José de Alencar. Victorio da Costa fundara um colégio e um anexo conhecido como "o Externato", sendo ambos gestados pelos sócios do Gabinete e da Caixa de Socorros, que era um apêndice do Gabinete e nessa época presidida por Joaquim da Costa Ramalho Ortigão (1871). Claro que outras associações e cidadãos portugueses mais abastados, nem sempre envolvidos diretamente com o Gabinete, também se incumbiam de ajudar estes meninos do externato (ver "Quadros 11 e 12", **Anexos**), bem como o restante menos favorecido da população de emigrantes portugueses.

A Caixa de Socorros era uma instituição filantrópica que atendia a todas as famílias portuguesas que nela se inscreviam como sócios, cobrando uma mensalidade de 10$ réis de novos associados e 6$ réis de associados antigos. Neste sentido, o público-alvo da Caixa eram:

> Artigo 1. [os] portuguezes, sem distinção de idade ou sexo, e hidos em indigencia, desde que provem ser a sua residência no Rio de Janeiro inferior a um ano.
> [...]
> Artigo 14. [...] Receberão ainda socorros da sociedade aquelles infelizes portuguezes que poderem provar perante a diretoria que, depois de um ano de residência, nunca dispozeram de recurso para serem socios da Caixa.[299]

Dou certo destaque a ambos os artigos, do Estatuto da Caixa de Socorros aprovado em 13 de novembro de 1871, pela Princesa Imperial Regente Isabel, em nome do Imperador D. Pedro II, porque eles suscitam dois assuntos: as "classes" populares e/ou os pobres e miseráveis portugueses e a questão dos emigrantes, ambos presentes como os consumidores em potencial dos romances recreativos e com os quais a diretoria do Gabinete, na figura de Montoró, deveria preocupar-se.

Por outras palavras, subsistência e educação dos portugueses pobres e/ou emigrantes do Rio de Janeiro é o que une ambas as sociedades portuguesas representadas pela Caixa de Socorros e o Gabinete, no início da década de 1870. Mas também prestavam algum tipo de auxílio aos portugueses menos favorecidos: o Collegio Victorio – como vimos ("Quadros 11 e 12", **Anexos**), esta instituição matriculava e dava abrigo aos órfãos e meninos pobres em suas salas de aulas, filhos de emigrantes que moravam no centro da cidade; a associação Club

---

[298] Ocupou o cargo de presidente da diretoria do Gabinete entre 1847 e 1853.

[299] *Relatório e contas da Sociedade Portugueza no Rio de Janeiro Caixa de Socorros de D. Pedro V*, Rio de Janeiro: Typografia Imp. e Const. De J. Villeneuve & C, Rua do Ouvidor-65, 1871, p. 4.

Gymnastico Portuguez, composta por grande maioria de jovens que se dedicavam a atividades esportivas, de recreação, de cultura e que repartia com outras sociedades portuguesas suas arrecadações em festas, eventos sociais ou recreativos; a Sociedade Beneficencia Portugueza, fundada no ano de 1840, e que desde o início foi uma das sociedades responsáveis pela filantropia e assistência médica no Rio de Janeiro, auxiliando principalmente as famílias portuguesas menos favorecidas do Império na área da caridade e saúde, e com quem os acionistas do Gabinete estiveram sempre envolvidos desde a sua fundação.[300] Havia também outras associações portuguesas e inúmeros homens e mulheres que apareciam relacionados, por exemplo, no *Relatório* da Caixa de Socorros e que faziam doações em dinheiro ou em forma de bens (quadros, móveis, livros etc.) aos menos favorecidos atendidos pela Caixa. Cito alguns deles, como forma de ilustração:

1. O pintor Pedro Américo de Figueiredo Mello ofertou sua tela do Evangelista S. Marcos;
2. O comendador José Gonçalves de Moraes doou terras para a construção do asilo e um instituto agrícola;
3. As redações do *Jornal do Commercio* e *Diario do Rio de Janeiro* deram 50% de desconto em todas as contas da Caixa de Socorros, bem como publicaram gratuitamente parte dos relatórios, estatutos e documentos avulsos;
4. D. Delphina Manoela Victoria da Costa e D. Joanna Delphina Victoria, mulher e filha do diretor do Collegio Victorio, Adolpho Manoel Victorio da Costa, vestiam e calçavam os alunos menos favorecidos do colégio;
5. O padre-mestre José Luiz de Almeida Martins ofertou a 7 órfãos vaga interna no colégio onde era diretor, e 10 vagas para alunos externos;
6. João Francisco de Araujo Lessa, proprietário de uma escola popular, ofertou 10 vagas para alunos externos;
7. Charles Nincon Palmer, proprietário do Collegio S. Paulo, ofertou 5 vagas para alunos externos;
8. José Rodrigues de Azevedo Pinheiro, proprietário do Collegio Pinheiro, 10 vagas para alunos externos;
9. A baronesa de Geslin, proprietária do Collegio Geslin, ofertou algumas vagas para meninas;
10. O pintor e também tenente Antonio José da Rocha ofertou 2 quadros em marfim, representando as cabeças do Senhor e da Virgem;

Trata-se, portanto, de homens e mulheres pertencentes às "classes" mais abastadas, como a "classe" dos proprietários de terras, de títulos, de escolas e a "classe" média dos

[300] "[...] dentro do próprio Gabinete se formou um grupo destinado a criar a Sociedade Portuguesa de Beneficência, elaborando o Estatuo da nova entidade. Em Assembleia Geral de 27 de Outubro de 1839 do Gabinete foi apresentado esse Estatuto e decidida a criação da Beneficência, que veio a fundar-se oficialmente em 1840". "Berço de outras instituições', in: *Fundamentos e actualidade do Real Gabinete Português de Leitura*, op. cit., p. 219.

comerciantes, dos editores, escritores e dos artistas. Ao todo são 203 nomes, entre eles emigrantes portugueses ou de outras nacionalidades ou mesmo não emigrantes, que fizeram doações à instituição em 1870. E como não temos espaço nem condições de listá-los aqui, destaco apenas que a presença de tipos ilustres cada vez mais envolvidos com a causa dos comerciantes é uma tendência que aumentaria com o passar da década, sendo 1880, no "Centenário Camões", o ápice dessa integração dos círculos mais abastados com os comerciantes portugueses do Gabinete.

Dos mais necessitados, passando pelas "classes" populares e alcançando os membros associados destas instituições, todos os emigrantes portugueses podiam contar neste momento com os recursos oferecidos pela Caixa de Socorros (a farmácia, o atendimento médico, odontológico e jurídico); com a instrução oferecida pelo Collegio Victorio e outras instituições de ensino, como os Collegio Geslin, Pinheiro, S. Paulo etc.; o apoio institucional e material (biblioteca com mais de 40 mil volumes) do Gabinete; o apoio financeiro de outras associações portuguesas e também dos cidadãos portugueses. Todos lutando, vejam bem, em 1870, em prol dos necessitados, fosse ofertando recursos que cuidassem da subsistência dos pobres, fosse com relação à educação, conforme almejava Montóro e defendia Mendes Leal e todos os representantes da *geração nova* d'além-mar: para o louvor de Portugal e para o bem do Brasil, ou melhor, dos emigrantes portugueses do Brasil, uma nobre "raça", poderíamos concluir.

1.1.3.5. (b) Educação caixeiral

Resta tratar, para finalizar, da fundação do Lyceu Litterario Portugues e que teve um papel primordial na educação dos emigrantes portugueses no final da década de 1860.[301] Criado especialmente para tentar resolver o problema do analfabetismo entre aqueles que aportaram no Brasil desde 1836 e permaneceram na cidade do Rio de Janeiro, o Lyceu, com o apoio do Gabinete, de seus membros, de suas subscrições e de sua biblioteca, tinha o suporte necessário para se desenvolver como instituição de ensino.[302] Na verdade, antes do Lyceu, havia o Grêmio Literário Português (1842-1860), formado, sobretudo, por antigos membros do Gabinete que queriam, antes de 1860, reformas nas tendências literárias e bibliográficas da

[301] Em 10 de setembro de 1868, na rua da Saúde, 51 (hoje Sacadura Cabral) era fundado o Lyceu. Cf. Candido de Oliveira, *Três épocas*, op. cit., p. 8.

[302] Cf. Nuno Simões, *O Brasil e a emigração portuguesa*, op. cit., pp. 67-72; pp. 148-149.

associação. Como elas não foram atendidas, os portugueses que se tornaram dissidentes resolveram formar esta associação conhecida como Grêmio.[303] Depois veio o Retiro Literário Português (1859), resultado também de dissidência entre os portugueses do Gabinete e do Grêmio. Por fim, o Lyceu Litterario vai nascer da cisão do Retiro e com o apoio da nova diretoria do Gabinete,[304] interessada em fundar uma instituição de ensino, já que para Montóro o Gabinete era apenas, embora não menos importante, uma "instituição de ensino indirecto".[305]

O Lyceu, fundado em 1868, em pleno funcionamento no início da década de 1870, atendia às ideias gestadas no Gabinete naquele momento e se referia a modelos altamente distintivos e civilizatórios, ligados ao papel da educação no engrandecimento de uma sociedade. Além disso, esta escola criada por caixeiros surgia num momento em que o Estado Imperial começava a realizar uma reforma na Escola do Comércio, antes frequentada pela maioria de caixeiros portugueses. O desenvolvimento da economia do café era sentido como uma oportunidade para o setor do comércio na cidade do Rio de Janeiro, levando a Câmara dos Deputados a propor uma reforma dentro da Escola visando a atender agora um público que representaria mão de obra nativa no lugar dos emigrantes.[306] Essa mudança, que coincide com o processo de nacionalização do comércio, pode também ter influenciado os portugueses a criarem a sua própria escola sem depender diretamente da tutela do governo.

O Lyceu, portanto, vinha atender a essas novas premissas apregoadas pela diretoria do Gabinete oferecendo alfabetização, depois ensino secundário e comercial.[307] Se havia lacunas dentro da sociedade carioca no que diz respeito ao ensino das primeiras letras, que dirá do ensino secundário, técnico e alfabetização dos adultos? Tudo isso o Lyceu Litterario tentaria suprir, iniciando sua missão com as crianças, mais tarde contemplando os jovens, os adultos e aqueles interessados no ensino comercial, como os caixeiros ou seus herdeiros. Apesar de o Lyceu oferecer suas aulas gratuitas a toda a população, nos primeiros anos de fundação seu objetivo era ensinar os portugueses a ler e escrever para poderem, dessa forma, desfrutar do

---

[303] "Berço de outras instituições", in: *Fundamentos e actualidade do Real Gabinete Português de Leitura*, op. cit., p. 219.

[304] *Fundamentos e actualidade do Real Gabinete Português de Leitura*, op. cit., p. 220.

[305] Reinaldo Montóro, *Relatório da Directoria do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro*, 1869, op. cit., p. 8.

[306] O argumento é de Lenira Menezes Martinho, "Os caixeiros como grupo-socioprofissional", op. cit., pp.55-56.

[307] Os cursos do Lyceu Litterario Portuguez voltados para os adultos se dividiam entre alfabetização, ensino secundário e comercial. Cf. Candido de Oliveira, *Três épocas: um pouco de história do Liceu Literário Português*, Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, 19?, p. 04.

Gabinete Português de Leitura,[308] frequentado somente por portugueses instruídos: o esforço é criar uma comunhão entre os dois espaços e dotar a comunidade portuguesa de conhecimento, justamente num momento em que a relação tutelar do Estado com os emigrantes portugueses tinha se enfraquecido e que o antilusitanismo crescia dentro da sociedade carioca. Criar uma escola era corresponder, antes de tudo, às necessidades dos próprios portugueses, e elas não vão se referir somente à falta de instrução: o Lyceu foi criado com o intuito de alfabetizar uma população repleta de analfabetos, divididos entre nativos e emigrantes, uma missão altamente nobre e ao mesmo tempo interessada em criar um baluarte que pudesse ser visto por toda a sociedade antilusitana. O ideal por detrás dessas ações parece ser o seguinte: enquanto a Guerra roubava toda a atenção do Estado Imperial na década de 1860, as casas e bancos comerciais fechavam, leilões se multiplicavam para saldar famílias falidas; enquanto a imprensa carioca satirizava os caixeiros, os emigrantes portugueses construíam escolas, ensinavam o povo com aulas noturnas, censuravam o romance que era o gosto da época, e mostravam à sociedade o quão nobres eram suas ações, realizando tudo isso baseados nas "qualidades bem portuguesas de fidelidade" à sua própria causa, isto é, "a glória de Portugal e o bem do Brasil".[309]

Instrução, trabalho e caridade, eis o sentido de solidariedade que orienta a ação da diretoria do Gabinete desde 1863 na figura de Montóro, entre outros acionistas de que tratamos, que foi reavivada em 1868 com o Lyceu, concretizada com a Caixa em 1871, exaltada por Mendes Leal e seu grupo de escritores em Portugal e documentada por Montóro na imprensa brasileira e no *Relatório da Diretoria* em 1872 – fruto das relações interculturais entre os dois espaços nacionais, chamando atenção o forte sentimento de origem e de comunidade entre esses portugueses. Como se observa, dentro da comunidade portuguesa do Rio de Janeiro a atmosfera é sempre de quem acabou de deixar a pátria, emigrou, mantendo vivos todos os vínculos, inclusive uma constelação de ideias e sentimentos, todos eles voltados para a glória de Portugal e para o bem do Brasil, ou melhor, para o bem de uma parcela de emigrantes portugueses do Rio de Janeiro.

Reinaldo Carlos Montóro, Antonio Xavier Rodrigues Pinto, Joaquim Costa Ramalho Ortigão, Eduardo Rodrigues Cardoso de Lemos, Bento Rodrigues Marques e outros comerciantes e redatores portugueses, que ocuparam a diretoria do Gabinete entre a década de 1860 até por volta de 1872, poderiam ser caracterizados, guardadas as proporções, pois

---

[308] Cf. Candido de Oliveira, *Três épocas*, op. cit., p. 16.

[309] Cf. Candido de Oliveira, *Três épocas*, op. cit., pp. 05-06.

estamos falando de caixeiros-comerciantes, como a "nova geração nova" de emigrantes portugueses do Brasil, uma comunidade que promovia o "bem" enquanto era satirizada nos jornais e, possivelmente, ameaçada ou ridicularizada nas ruas.

Influenciados pelo racismo português para combater o racismo brasileiro (antilusitanismo), pelo culto da humanidade, pelo sentimento de justiça, pela caridade, pelo trabalho, dever da instrução e recusa do sensacionalismo e da literatura comercial, esses sentimentos parecem ter sido reforçados diante da onda de violência e quebra de privilégios do governo em relação aos emigrantes portugueses do Rio de Janeiro. Em pequenos espaços, como o Gabinete, os caixeiros eram uma fração do público literário do romance-folhetim francês durante a década de 1860. Com o tempo, censuraram esse gosto, mas transplantaram em seu lugar o comtismo, o darwinismo e as teorias raciais na associação, provocando, num período, as flutuações na frequência da biblioteca, tudo por conta de um novo gosto que negava o romance em *prol* da instrução. Seja por meio de artigos ou dos *Relatórios da Diretoria* que publicaram, seja através das obras de assistência ou de caridade que realizaram, estes homens práticos e positivos escolheram, primeiramente, distinguir-se começando por censurar a recreação por trás do gosto literário de uma época; em segundo lugar, reagindo a alguns infaustos episódios da sociedade carioca no Segundo Reinado, como o antilusitanismo. Como vemos, entramos em contato com uma variedade de eventos, de situações, uma constelação de coisas, que marcaram a vida de uma associação durante a década de 1860. Trata-se de elementos constitutivos, isto é, considerados necessários para compreender o público literário do Gabinete, bem como reconhecer nele a característica de grupo, seu estilo de vida, seu gosto literário, próprio da sua posição social de comerciantes.

Capítulo 2: Rio de Janeiro, 1852-1854

Dando continuidade à investigação sobre uma parcela do público literário do Rio de Janeiro, neste capítulo prossigo com a questão do antilusitanismo, entendido agora como uma chave para explorar outro ângulo do público formado por emigrantes portugueses. Nesse sentido, para seguir estudando o público como grupo portador/suporte, vou amparar-me não num espaço de sociabilidade e literatura, como o Gabinete Português, mas na imprensa do período, mais especificamente no jornal *Correio Mercantil*, no qual encontrei dois jovens escritores comunicando-se, de diferentes maneiras, com o público de emigrantes portugueses.

Sobre o primeiro escritor, refiro-me a Manuel Antonio de Almeida e seu romance-folhetim *Memórias de um sargento de milícias*, publicado no jornal entre 1852 e 1853. Depois de reconhecer a existência de uma mentalidade antilusitana no romance, encarnada nos personagens emigrantes que são tratados com ironia e sátira, tornou-se possível, através do conceito de "leitor intencionado", interpretar um dos públicos desse romance-folhetim: os caixeiros portugueses, vistos como destinatários específicos do romance.

O segundo escritor é José de Alencar: seu contato peculiar com o público de emigrantes portugueses foi percebido através da troca de cartas entre escritor e leitor, em 1854. Alguns leitores enviaram para a redação do *Mercantil* um comentário sobre as crônicas de Alencar, sendo que um deles obteve resposta imediata do cronista. O resultado foi uma sequência de cartas publicadas no jornal, permitindo construir duas cenas epistolares, a partir das quais pretendo matizar as questões que estavam em jogo nesse processo de comunicação entre escritor e público, sendo meu objetivo tornar conhecidos outros elementos acerca deste público leitor específico representado também por emigrantes portugueses.

Partindo dessas ponderações, quero iniciar com o romance-folhetim *Memórias de um sargento de milícias*, situando-o, de saída, dentro da tradição do nacionalismo literário, cuja manifestação marcante foi o sentimento de negação à literatura portuguesa, favorecendo a construção de um ideário, uma mentalidade antilusitana.[310] O indianismo, sobretudo na poesia de Gonçalves Dias e nos romances de Alencar, é uma forte expressão dessa mentalidade, mas as *Memórias de um sargento de milícias* de Manuel Antonio de Almeida também podem ser incluídas nesse grupo, à medida que reagem ao elemento português, seja ironizando-o através dos seus personagens, seja valorizando os costumes brasileiros, como as festas, as modinhas, as danças etc., realçadas ao longo da narrativa. Vale destacar que, em razão desse

[310] Sobre o nacionalismo literário, ver Antonio Candido, *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*, op. cit., vol. 2., pp. 11-21. Detenho-me na questão do nacionalismo literário no último capítulo.

nacionalismo das *Memórias*, Manuel Antonio de Almeida foi chamado de "lusófobo" por um de seus críticos,[311] e o pseudônimo ("Um brasileiro") adotado na primeira edição das *Memórias* em livro (1854-1855) pode ser considerado uma "profissão de fé nacionalista".[312]

Tomando essa problemática como ponto de partida, pretendo discutir primeiramente em que medida as *Memórias* estão mergulhadas na causa lusitana. Neste encaminhamento inicial, o objetivo é apresentar proposições acerca do antilusitanismo de Almeida, e para isso será necessário dialogar, pontualmente, com alguns estudos críticos sobre as *Memórias*, mais particularmente com a opinião de que há uma "suspensão moral" nesse romance. Essa problemática interessa porque estou me baseando, previamente, na explicação provisória de que Almeida emite, sim, juízos críticos em relação aos portugueses, construindo, através de alguns personagens tratados com ironia, uma expressão antilusitana, moralizante por princípio. Portanto, nesses primeiros momentos busco apenas matizar essa hipótese e formular problemas e questões que vão me acompanhar, depois, durante a análise de *um* leitor intencionado desse escritor.

2.1. MANUEL ANTONIO DE ALMEIDA: romance-folhetim, proposições, vertentes da crítica e a questão do antilusitanismo

2.1.1. Romance-folhetim

Iniciemos apresentando o romance-folhetim para o leitor; a história do personagem começa de maneira bastante cômica: uma criança fora gerada entre uma "pisadela" e um "beliscão" durante uma viagem de navio de Lisboa para o Rio de Janeiro. Seus pais eram Leonardo Pataca, um emigrante português que ocuparia a posição de meirinho ou caixeiro[313] na cidade, e Maria da hortaliça, uma ilhoa que, depois de emigrar, dar à luz e batizar seu filho em terras brasileiras, acabou abandonando a família para retornar a Portugal nos braços de um capitão de navio. "Foram saudades da terra", comentou ironicamente o Compadre, outro personagem. Trata-se de um homem de cuja origem não sabemos, que levava uma vida modesta, apesar das "patacas" que tinha arranjado depois que uma herança veio cair em suas

---

[311] Jamil Almansur Haddad apud Mamede Mustafa Jarouche, *Sob o império da letra*, op. cit., p. 6.

[312] Sobre o pseudônimo de Manuel Antonio de Almeida ver Mamede Mustafa Jarouche, "Introdução", in: *Memórias...*, op. cit., p. 41.

[313] Segundo Mamede Mustafa Jarouche, como metáfora "meirinho" pode significar "caixeiro". Cf. Mamede Mustafa Jarouche, *Sob o império da letra*, op. cit., p. 277 (nota 487).

mãos, mas que não eram suas por direito. Ele realizava o ofício de barbeiro e ficou com a guarda do menino, depois que o pai deste caiu em desespero e resolveu expulsá-lo de casa ainda nos primeiros anos de vida. O motivo da angústia paterna não era a fuga de Maria, mas uma paixonite por uma Cigana, e o português se meteria em apuros para satisfazer seus desejos imediatos. Nessa altura do romance ficamos sabendo que um velho tenente-coronel, que viera com a Corte para o Rio de Janeiro, era o pai de Leonardo Pataca e avô do menino, responsável tanto por livrar Leonardo da prisão, por conta da Cigana, quanto por apresentar ao leitor da época a linhagem "nobre" do emigrante caixeiro. A Cigana, uma das personagens secundárias, serve de mote para o narrador lembrar que, assim como os "emigrados de Portugal", vieram também ao Brasil os ciganos: considerados gente ociosa, aproveitadora, astuta e que se assenhoreava da vida dos outros, como fazem os estrangeiros.[314] Deles e de todos aqueles que eram aproveitadores, arruaceiros, vadios, irá ocupar-se a Comadre, outra personagem do romance: parteira, brasileira e cuja missão é livrar os Leonardos (*pai* e *filho*)[315] de todas as suas aventuras, traquinagens, apuros; algo que era próprio do espírito aventureiro dos portugueses.[316] Ainda quanto às personagens, destaca-se o temido major Vidigal: controla e/ou vigia todas as aventuras ou malandragens dos emigrados, mas também dos brasileiros; tem a função de manter a ordem na sociedade do tempo de "el-rei", na qual se

---

[314] É célebre o texto em que Jean-Baptiste Debret caracteriza os ciganos do Rio de Janeiro, da época de D. João VI, como gente ociosa e aproveitadora. Há também uma gravura na qual o artista figura a presença desses estrangeiros "mal intencionados" (Cf. Jean-Baptiste Debret, "Interior de uma residência de ciganos", in: *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, Belo Horizonte-MG: Ed. Itatiaia Limitada; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978, pp. 262-266). Não vem ao caso estabelecer uma relação entre as *Memórias* e Debret, embora outros estudiosos o tenham feito: destaco, por exemplo, o importante comentário de Astrojildo Pereira, lembrando que a intenção do intérprete era apresentar o aspecto documental do romance. Astrojildo Pereira apud Edu Teruki Otsuka, "Rixas no tempo do rei", in: *Revista da USP*, nº 79, São Paulo, set/nov. 2008; consulta site: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S010399892008000400013&script=sci_arttext#top4>; acesso: julho/2011.

[315] Devo dizer que o leitor da época conheceria o nome do herói da narrativa, Leonardo, somente no dia 11 de outubro de 1852, no capítulo XVIII, três meses depois de iniciada a publicação do folhetim. Vale indicar, como forma de ilustração, que este descuido serve de mote para Wilson Martins caracterizar estruturalmente a narrativa como "farsa teatral", à maneira de Martins Pena, sobretudo porque o personagem é anônimo e serve para introduzir as cenas e episódios de costumes. Ver Wilson Martins, *História da inteligência brasileira*, op. cit., pp. 477-482. Entretanto, com base no que José Guilherme Merquior escreveu sobre as farsas de Luís Carlos Martins Pena (1815-1848) estarem filiadas ao "cômico aristofânico", no lugar do cômico à maneira de Molière, da comédia de caracteres (Cf. José Guilherme Merquior, *De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira – I*. 2ª ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1979, p. 62), vamos considerar o romance de Almeida como um romance cômico, filiado tanto às tradições europeias quanto a uma parcela da produção satírica da primeira metade do século XIX. Nesta última incluímos Martins Pena, mas não somente ele, conforme sugere Antonio Candido: "[...] para compreender um livro como as *Memórias* convém lembrar a sua afinidade com a produção cômica e satírica da Regência e primeiros anos do Segundo Reinado –, no jornalismo, na poesia, no desenho, no teatro [...] quando começam a florescer jornaizinhos cômicos e satíricos, como *O Carapuceiro*, do Padre Lopes Gama (1832-34; 1837-43; 1847), e *O Novo Carapuceiro*, de Gama e Castro (1841-42)". Antonio Candido, "Dialética da malandragem", in: *O discurso e a cidade*, São Paulo: Duas Cidades, 1993, p. 29 – *grifos do autor*.

[316] Ver Sérgio Buarque de Holanda, "Trabalho e aventura", in: *Raízes do Brasil*, 15ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1982, p.13.

passa o romance.[317]

Isso porque a ordem e a desordem fundem-se nas *Memórias*,[318] numa dialética provocada pelo espírito aventureiro dos dois Leonardos: seja impulsionando, nos mais prudentes como a Comadre, a missão de salvá-los ou livrá-los das punições, recuperando a ordem estabelecida; seja atraindo ou estimulando a ação de personagens tão aventureiros quanto eles: trata-se de arruaceiros, brigões, vadios, daqueles que, no romance, se envolvem com feitiçarias, são perseguidos pela polícia, cultuam as modinhas e as festas, como fazem os dois Leonardos, terminando por favorecer a desordem dentro da narrativa. Mas saibam que esse movimento de escalada em direção à ordem, ou de descida para a desordem, expõe a possibilidade de mobilidade social, bem como ajuda a arquitetar uma espécie de hierarquia social, mas sem posições fixas, uma vez que a possibilidade de arranjar-se está aberta a todos, mesmo aos mais humildes e malandros. Sobre as posições sociais, até existe um personagem rico na narrativa, D. Maria, e que nessa situação irá permanecer. Mas ser rico nas *Memórias* não implica exercer o controle do mando;[319] significa, antes, ter apenas mais posses e prestígio que os outros personagens. Além da senhora rica há a menina Luisinha (sobrinha de D. Maria), José Manuel (o trapaceiro), Vidinha (futura amante de Leonardo filho), Maria Regalada (amor da juventude do major Vidigal) e uma multidão de outros personagens secundários (a Vizinha, o Mestre de Reza, Chico-Juca etc.), que aparecem, trazem a ordem e a desordem à narrativa, e desaparecem da história, sem que o leitor se dê conta de sua chegada e da sua partida.

Todos estes personagens orbitam em torno dos dois Leonardos, o emigrante e o desterrado, o pai e o filho, dois aventureiros do tempo do reino. Tudo isso até o final do capítulo XXII. A partir daí, a figura paterna perde sua centralidade e a narrativa se concentra em Leonardo filho, embora outros personagens, como José Manuel, ganhem destaque até o fim da narrativa. Para nosso objetivo *não* será necessário analisar todos os capítulos, mas nos concentrarmos em alguns momentos-chave, nos quais a descrição irônica e satírica de alguns

---

[317] Vale indicar que o romance nos remete ao tempo histórico de D. João VI, quando a capital era uma cidade colonial e os únicos traços estrangeiros eram os portugueses (Ver Luiz Roncari, "Comentário e análise do romance *Memórias de um sargento de milícias*", in: *Literatura brasileira: dos primeiros cronistas aos últimos românticos*. 2ª ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002, p. 565). Já com relação à cronologia estética, segundo a crítica, o "tempo do Rei" corresponde ao período de transição entre a Regência e o Segundo Reinado. Ver Wilson Martins, *História da inteligência brasileira*, op. cit., p. 477, e Antonio Candido, *O discurso e a cidade*, op. cit., p. 29.

[318] Cf. Antonio Candido, *O discurso e a cidade*, op. cit., pp. 42-46.

[319] "[...] girando em volta do malandro, o romance não trata de escravos nem das camadas dirigentes, que no entanto eram as classes básicas da sociedade do tempo". Roberto Schwarz, "Pressupostos, salvo engano, de 'Dialética da malandragem'", in: *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 131.

personagens é pautada pela questão da emigração e do tipo português, evidenciando quem poderia ser *um* dos alvos do escritor: refiro-me aos seus "leitores intencionados", que serão intuídos da interpretação textual, uma vez que não temos conhecimento de testemunhas de leitura que reagiram à obra naquele momento.

2.1.2. Proposições

O leitor intencionado, de Erwin Wolff, encarna-se no texto através de personagens, que são tratados, quase sempre, com ironia. Contudo, o leitor intencionado, como uma construção ficcional do escritor, pode vincular-se de modo mais ou menos claro com um substrato empírico; logo, apresenta existência real.[320] E a maneira como podemos conhecer este leitor intencionado é através das evidências deixadas pelo próprio texto, naquilo que Jean-Paul Sartre caracteriza como "palavras-chave".[321] O que está sendo proposto aqui é a possibilidade de identificar no próprio texto literário as marcas de apelo do escritor ao seu público. Como disse Hélio de Seixas Guimarães, quando o assunto é o leitor ficcionalizado e/ou destinatários de um texto, não se trata de estabelecer relações imediatas entre o "plano fictício" e o "plano real", mas da possibilidade de encontrar "refratadas no leitor ficcionalizado as projeções do escritor acerca do seu interlocutor".[322]

Mas antes de passarmos às palavras-chave, é importante lembrar que o romance *Memórias de um sargento de milícias* foi escrito e publicado de forma seriada no jornal *Correio Mercantil*.[323] Se assim aconteceu, aquilo que Marlyse Meyer ressaltou acerca de

---

[320] O leitor intencionado difere do leitor implícito na medida em que este último está desprovido de todo fundamento real, sendo caracterizado por Wolfgang Iser como um modelo transcendental. Cf. Wolfgang Iser, *L'acte de lecture*, op. cit., pp. 64-75.

[321] "[...] os indivíduos de uma mesma época e de uma mesma coletividade, que viveram os mesmos eventos, que se colocam ou eludem as mesmas questões, têm um mesmo gosto na boca, têm uns com os outros a mesma cumplicidade e há entre eles os mesmos cadáveres. Eis porque não é preciso escrever tanto: há palavras-chave". Jean-Paul Sartre, "Para quem se escreve?", in: *Que é a literatura?*, op. cit., p. 56. Aproveito para destacar que aproximo os dois autores, na medida em que o modelo de leitor de Wolff tem uma convergência com o modelo de leitor sartriano: ambos estão interessados em chegar a um conhecimento do substrato empírico destes leitores. A síntese é de Hélio de Seixas Guimarães, *Os leitores de Machado de Assis*, op. cit., p. 45.

[322] Cf. Hélio de Seixas Guimarães, *Os leitores de Machado de Assis*, op. cit., p. 28 e p. 46.

[323] Do ponto de vista da estrutura interna: "É possível e mesmo provável que a redação tenha sido feita aos poucos, para atender à publicação seriada; e que o senso de unidade fosse aumentando progressivamente, à medida que a linha mestra do destino do 'memorando' se consolidava, emergindo da poeira anedótica" (Antonio Candido, *O discurso e a cidade*, op. cit., pp. 34-35). Mamede Mustafa Jarouche confirma que "As *Memórias de um Sargento de Milícias* incorporam elementos típicos do folhetim seriado: eram capítulos publicados semanalmente, interligados e elaborados de forma a fazer o leitor ficar curioso – o 'clima' criado deveria induzi-lo a acompanhar o capítulo seguinte" (Cf. Mamede Mustafa Jarouche, "Introdução…, in: *Memórias*..., op. cit., p. 32 – *grifos do autor*). Do ponto de vista da publicação, como, por exemplo, a organização em capítulos, há

alguns dos nossos novelistas românticos – sobre fragmentarem suas obras para atender à exigência da forma literária folhetinesca, adotada pelos jornais da época[324] – não se aplica a Manuel Antonio de Almeida. Assim, a cada semana, era publicada uma parte da história, bem como novos personagens eram introduzidos na narrativa. Diante disso, como fica o leitor intencionado nesse processo de produção e publicação seriada do romance-folhetim? Questiono se a imagem do leitor ao qual a obra intencionava atingir (os destinatários específicos) poderia ser alterada com o desenrolar da história. Certo de que o leitor intencionado se fixa nos personagens, então, com a introdução de novos ele poderia modificar-se? Penso que não: ainda que a história ganhasse novos contornos, a coerência dos personagens era mantida. Poderemos avaliar melhor essa questão ao alcançarmos o último parágrafo do romance-folhetim quando percebemos que os personagens e o leitor intencionado, que neles se encarnam, não se modificaram. Portanto, independente das invenções do escritor ou mesmo da introdução de novos personagens, a coerência entre eles, dentro da narrativa, parece ser preservada.

De qualquer maneira, já que estamos tratando aqui de um romance-folhetim, construído aos pedaços, é necessário comentá-lo da mesma forma, isto é, "em fatias", para poder observar a imagem do leitor intencionado formando-se semanalmente. Para isso, cumpre deter o olhar em algumas palavras-chave:

> 1. Capítulo I, "Origem, nascimento e baptisado", *Correio Mercantil*, 27 de junho de 1852: Fôra Leonardo algibebe em Lisboa, sua pátria; aborrecêra-se porém do negócio, e viera ao Brasil;
>
> 2. Capítulo I, "Origem, nascimento e baptisado", *Correio Mercantil*, 27 de junho de 1852: Veiu com elle no mesmo navio, não sei fazer o que, uma certa Maria da hortaliça, quitandeira das praças de Lisboa, ilhôa[325] rochonchuda e bonitota [...] Ao sahir do Tejo, estando a Maria encostada á borda do navio [...];
>
> 3. Capítulo I, "Origem, nascimento e baptisado", *Correio Mercantil*, 27 de junho de 1852: Quando saltárão em terra começou a Maria a sentir certos enojos;
>
> 4. Capítulo I, "Origem, nascimento e baptisado", *Correio Mercantil*, 27 de junho de 1852: Chegou o dia de baptizar o rapaz [...] os convidados do dono da casa, que

---

equívocos em relação à sua numeração, sendo muito provável que estas confusões acontecessem por conta da publicação em série.

[324] "[...] Mas se todos os romances, em média, passam a ser publicados em folhetim, nem todos são romances-folhetins". Marlyse Meyer, *Folhetim: uma história*, op. cit., p. 60.

[325] Na edição em livro, o termo ilhoa (alguém cuja origem é da Ilha da Madeira) é substituído por saloia, que tem um sentido pejorativo, pois se refere a alguém que é "rústico" ou "caipira". Segundo Mamede Mustafa Jarouche, ilhoa e/ou saloia são expressões que têm uma acumulação semântica negativa, embora a primeira seja mais leve que a segunda, porque saloia guarda dois sentidos: primeiro, de uma aldeã nos arredores de Lisboa; segundo, de uma pessoa velhaca, matreira etc. Esse segundo sentido é inexistente na expressão ilhoa. Cf. Mamede Mustafa Jarouche, *Sob o império da Letra*, op. cit., p. 182, nota 366.

> erão todos dalém-mar, cantavão ao desafio, segundo seus costumes; os convidados da comadre, que eram todos da terra, dançavam o fado;
>
> 5. Capítulo I, "Origem, nascimento e baptisado", *Correio Mercantil*, 27 de junho de 1852: Foi nas saudades da terra natal que elle [Leonardo Pataca] achou inspiração para o seu canto, e isto era natural a um bom portuguez que o era elle;
>
> 6. Capítulo II, "Primeiros infortúnios", *Correio Mercantil*, 04 de julho de 1852: Ao outro dia sabia-se por toda a vizinhança que a moça do Leonardo tinha fugido para Portugal com o capitão de um navio que partira na vespera de noite;
>
> 7. Capítulo II, "Primeiros infortúnios", *Correio Mercantil*, 04 de julho de 1852: – Ah! disse o compadre com um sorriso maligno, ao saber da notícia, forão saudades da terra!...".[326]

Em cada uma destas passagens o teor temático é a emigração portuguesa, e a repetição das palavras-chave "algibebe", "ilhôa", "dalém-mar", "fado", "portuguez", "Portugal", "navio", "saudades da terra" reforça isso. Entre os personagens há "gente da terra", os brasileiros, mas o destaque é dado aos emigrantes portugueses, para os quais os comentários do narrador são sempre marcados pela sátira e pela ironia, atribuindo valores morais a eles. Nesse sentido, vou adiantar-me e afirmar que, se valer a assertiva sartriana segundo a qual o escritor define o tema somente após ter escolhido o seu leitor,[327] então podemos deduzir que nesses primeiros momentos o romance visa atingir os emigrantes portugueses, satirizando e ironizando a figura do português. Mas isso não é tudo. Se associarmos esse argumento à assertiva de Erwin Wolff, de que o leitor intencionado pode ser tratado com ironia, veremos que as *Memórias* podem ter os emigrantes portugueses como alvo nesses dois primeiros capítulos.

Dito isso, o que indicam os outros capítulos? Vejamos:

> 8. Capítulo IV, "Leonardo tomando fortuna", *Correio Mercantil*, 18 de julho de 1852:[328] Uma cigana era o objeto delles; o Leonardo a vira pouco tempo depois da fuga da Maria, e das cinzas ainda quentes de um amor mal pago nascera outro [...];
>
> 9. Capítulo IV, "Leonardo tomando fortuna", *Correio Mercantil*, 18 de julho de 1852: Desta vez porém, como não eram saudades da pátria a causa desta fugida;
>
> 11. Capítulo V, "Primeira noite fora de casa", *Correio Mercantil*, 18 de julho de 1852: Com os emigrados de Portugal veio também para o Brasil a praga dos Ciganos;
>
> 12. Capítulo VII, "A comadre", *Correio Mercantil*, 25 de julho de 1852: fazer aquillo ao Leonardo, um homem que não é mal arranjado... filho do Reino...;

---

[326] Aqui e durante todo o capítulo, utilizo o texto das *Memórias de um sargento de milícias* publicado no *Correio Mercantil* (1852-1853). A fonte é a reprodução impressa reunida por Mamede Mustafa Jarouche, "Anexos", in: *Sob o império da letra*, op. cit., 1997, a partir da p. 336.

[327] Cf. Jean-Paul Sartre, *Que é a literatura?*, op. cit., p. 58.

[328] Nesse mesmo dia foram publicados, juntos, os capítulos IV e V.

13. Capítulo VII, "A comadre", *Correio Mercantil*, 25 de julho de 1852: Apertarão-lhe as saudades da terra, disse o compadre com sorriso maligno;

14. Capítulo X, "O pateo dos bichos", *Correio Mercantil*, 01 de agosto de 1852: era filho de Portugal, e acompanhára el-rei na sua vinda ao Brasil [pai de Leonardo Pataca];[329]

15. Capítulo XV, "Sucesso de plano", *Correio Mercantil*, 19 de setembro de 1852: Mas, homem, você não se tem dado bem nem com as ilhôas nem com as ciganas; para que antes não procura uma filha cá da terra...

Como vemos, as palavras-chave, "saudades da Pátria", "fuga", "emigrados de Portugal", "filho do Reino", "vinda ao Brasil", "ilhôas", sempre remetem a uma situação conhecida pelos emigrantes de Portugal para o Brasil, sendo marcante a construção irônica dos personagens. Por isso já podemos afirmar que durante quatro meses (junho a setembro) o assunto da emigração aparece de forma reincidente na narrativa e através das personagens do romance, ainda que apenas em alguns capítulos. Dos quarenta e oito capítulos que constituem o romance-folhetim, os quinze primeiros expõem irônica e satiricamente a questão da emigração portuguesa. Mas como o leitor intencionado pode ser tratado com ironia e convertido em texto através dos personagens, podemos afirmar que, nesse primeiro momento, um[330] dos alvos do escritor são os emigrantes portugueses.[331] Porém, não somente isso. Surge nesse horizonte uma feição do antilusitanismo brasileiro construído por Manuel Antonio de Almeida através dos seus personagens. Mas se a intenção é satirizar e ironizar os emigrantes portugueses e manifestar seu antilusitanismo, por que o alvo do escritor não são os brasileiros, que poderiam compartilhar do mesmo sentimento? Para tentar responder esta questão, cumpre deter o olhar em algumas explicações provisórias:

---

[329] *Interpolação por minha conta*.

[330] Em termos sociológicos, trata-se de uma "hipótese causal de evidência particular" ou passível de verificação. Cf. Max Weber, *Economia e sociedade*, op. cit., p. 7.

[331] Manuel Antonio de Almeida e suas *Memórias de um sargento de milícias* foram objeto de inúmeras teses, ensaios e estudos, mas a questão de seu público leitor ainda carece de reflexão. Sobre os esforços em caracterizar o público leitor deste escritor e sua obra, chamam nossa atenção: (1º) o ensaio de Cecília de Lara, que indica as mulheres como um público possível (Cecília de Lara, "*Memórias de um sargento de milícias*: memórias de um repórter do *Correio Mercantil*", in: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, nº 21, Universidade de São Paulo, 1979, pp. 62-64); (2º) a nota de rodapé de Mamede Mustafa Jarouche, que indica pelo menos três grupos aos quais as *Memórias* estariam dirigidas: os caixeiros, os tipógrafos e os profissionais liberais, como os membros da "Sociedade Auxiliadora das Artes e Ofícios" (Mamede Mustafa Jarouche, *Sob o império da letra*, op. cit., p. 276, nota 487); e (3º) a assertiva de Marques Rebelo, que acredita que os leitores de Almeida eram as pessoas mais velhas do Rio de Janeiro, "que se deleitavam com aquele mundo de reminiscências e, dada a perfeita verossimilhança, atribuíam a autoria a um anônimo contemporâneo deles" (Marques Rebelo, *Para conhecer Manuel Antônio de Almeida*, op. cit., p. 11). Das três explicações provisórias sobre o público das *Memórias*, a opinião de Jarouche, aquela dos caixeiros portugueses como leitores possíveis do romance, vem confirmar minha hipótese inicial sobre os caixeiros como *um* "leitor intencionado" de Manuel Antonio de Almeida.

I. Penso, primeiramente, que o tempero do meio estilístico irônico está em oferecer, no lugar da violência que acompanha o antilusitanismo, conforme vimos no primeiro capítulo, a crítica sagaz e o riso, que envolve todo tipo de público, inclusive aquele que é alvo da ironia. Contudo, não estou descartando que o escritor não pudesse ser compreendido, lido ou ter entre os seus destinatários os brasileiros: essa possibilidade existe e é efetiva, mas o assunto aqui é o leitor a que o escritor visa, aquele que ele intenciona atingir com sua ironia, com sua crítica, e nesse sentido as evidências apontam para o público de emigrantes-portugueses. Reitero: pode ser que a fração determinante do público desta obra esteja entre os brasileiros que podiam compartilhar com o escritor dos mesmos sentimentos e gostos antilusitanos. Nesse caso, o público portador e suporte desse romance-folhetim não estaria entre o tipo caixeiral, emigrante e português, mas em meio a uma parcela de homens e mulheres antilusitanos que se reconhecem nas tintas de Almeida. Todavia, não seria precipitado demais afirmar que aqueles que são alvos de ironia ou crítica não podem gestar tal literatura? Não é próprio da sátira divertir e atrair com sua representação vivaz aqueles que satiriza? É considerado público somente aquele a quem o escritor busca agradar?

II. Vou, portanto, insistir que a obra de Almeida poderia visar todo tipo de público, mesmo aquele que é alvo de suas críticas. Conforme destaquei ainda há pouco, dois dos melhores ingrediantes das *Memórias* são a ironia e o riso, que não repele, mas envolve, convence e torna o antilusitanismo ali presente admissível, engraçado, certas vezes encantador, próprio de um escritor familiarizado com aquilo que ironiza: devo adiantar que Manuel Antonio de Almeida era filho de emigrantes-portugueses, o que significa que nesta situação biográfica pode estar refratada uma das razões de o escritor se dirigir a este público, àqueles que lhe são íntimos e eleitos um dos seus destinatários específicos.[332]

III. Nestes termos, e visando a complementar o que expus até agora, devo adiantar também que estou contando com outra evidência particular na sustentação destas explicações provisórias sobre uma fração do público intencionado das *Memórias*: destaquei na introdução do trabalho e também no início deste capítulo que dentre o público de assinantes do *Correio Mercantil* figuram emigrantes portugueses. Fato é que eles não reagiram à obra de Almeida, mas às crônicas de Alencar publicadas um ano depois deste romance. Todavia, a despeito disso, podemos deduzir que uma feição do público que era alvo de um escritor não estava tão afastada assim da redação de um jornal que tantas vezes o atacou: não podemos esquecer que as *Memórias de um sargento de milícias* pertencem à "Pacotilha", que tingiu inúmeras vezes

[332] Sobre a biografia de Almeida, ver mais adiante o tópico "2.1.6. Elementos biográficos em foco..."

suas folhas pelo sentimento antilusitano, conforme vimos no primeiro capítulo.[333] Porém, isso parece não ter feito com que uma fração de público de emigrantes portugueses suspendesse as assinaturas e deixasse de lado a posição de leitores de um jornal que em variados momentos assumiu um teor antilusitano, indo, portanto, contra essa parcela do público. O quadro antilusitano pintado pelo romance-folhetim de Almeida, dentro do jornalismo do *Mercantil*, parece envolver todo tipo de público, inclusive àquele que é alvo da sua ironia.

IV. Considero, portanto, que o que sobressai nas *Memórias* é a crítica a um tipo social específico, cujo traço inicial é ser emigrante, expondo um dos alvos do escritor. Depois há no romance a questão do arranjar-se, da malandragem, que é sinônimo de um sistema de privilégios que continua relacionado, em partes, aos caixeiros, um grupo de *status* favorecido pelo governo, conforme vimos também no primeiro capítulo, reforçando o argumento de que os caixeiros emigrantes portugueses estão entre os tipos visados ou intencionados na obra. Ser emigrante e privilegiado são dois dos ingredientes mais marcantes do tipo caixeiral; some-se a isso o fato de meirinho ser sinônimo de caixeiro e teremos mais elementos para sustentar a hipótese em questão, de que Almeida visa ou intenciona atingir este público específico ao recriar um ambiente caixeiral em sua obra.

V. Por fim, entendo que os emigrantes portugueses são considerados leitores intencionados, visados, destinatários específicos, não pelo simples fato de serem citados ou expostos no romance, nesse caso, se bastasse o fato de ser representado na história para se configurar o leitor intencionado, então a Corte, na figura do príncipe regente D. João VI, ou o tipo policial de Vidigal poderiam ser considerados leitores intencionados também, haja vista que são igualmente personagens e tratados com ironia e sátira.[334] Quando o assunto é o leitor intencionado, tratado com ironia, é possível entrever no parâmetro escolhido pelo escritor para realizar sua crítica quais eram suas possíveis intenções em relação aos destinatários. Para exemplificar minha hipótese, adianto duas questões que serão comentadas *a posteriori*: é por conta da escolha de certos assuntos caros aos caixeiros portugueses – como a *situação da instrução* e *do trabalho* – e da forma como os personagens são construídos dentro dessas situações específicas, que é conferida valoração ao tipo português, o que nos permite também intuir serem eles um dos alvos do escritor. Vou insistir: Almeida atribuiu valores morais especialmente a alguns personagens, e esse é o modo pelo qual sua consciência crítica se constrói – uma consciência crítica que é antilusitana –, e o que nos permite considerar que na

[333] Ver tópico "1.1.2.2. O antilusitanismo".

[334] A Corte, na figura do príncipe regente D. João VI, é ridicularizada no capítulo XIII, intitulado "Nova vingança e seu resultado", publicado no dia 29 de agosto de 1852. Contudo, na edição em livro foi retirado. Essa questão é um assunto de Mamede Mustafa Jarouche, *Sob o império da letra...*, op. cit., p. 157.

construção desses personagens estão refletidas as projeções do escritor acerca de um público visado. O escritor se aproxima de uma dimensão do cotidiano nacional, representado, por exemplo, pela questão da educação de Leonardo ou do trabalho de meirinho de Leonardo Pataca, parecendo ter escolhido como parâmetro para exprimir essas situações o sentimento antilusitano. Se, portanto, *o alvo do antilusitanismo são os emigrantes portugueses, e ele é o parâmetro de medida para Almeida avaliar e ironizar as situações e os personagens, então, um dos alvos do escritor são os próprios portugueses, especialmente, o tipo caixeiral, construído ironicamente.*

A visada é histórica, processual, fruto de uma consciência perspectivista, irônica, extremamente encantadora, que capta o movimento geral da sociedade, apreende-o e atribui os mesmos valores aos personagens, sendo o parâmetro de tudo isso o antilusitanismo, permitindo considerar os emigrantes portugueses um dos destinatários específicos da obra: "todas as obras do espírito contêm em si a imagem do leitor a que se destinam".[335] Uma imagem que provocava o riso ao mesmo tempo em que expunha a posição do escritor frente a uma camada do público, representada pelo tipo caixeiral, emigrante e português, à qual a obra parece estar destinada.

2.1.3. Vertentes da crítica e a questão do antilusitanismo

Nesses termos, as *Memórias de um sargento de milícias* podem ser vistas como um romance que participa da construção da consciência ou da mentalidade nacional, matizada pelo sentimento antilusitano, sendo uma das marcas a ironia em relação aos emigrantes portugueses.[336] Sigo de perto a lição deixada por Antonio Candido sobre ser decisiva a presença do elemento português enquanto alternativa ou antagonismo do brasileiro na literatura, com a indicação de que isso ocorre não somente no Naturalismo, mas, anteriormente, no Romantismo.[337]

---

[335] Jean-Paul Sartre, *Que é a literatura?*, op. cit., p. 58.

[336] "[O antilusitanismo] esteve presente ainda nos movimentos ocorridos durante e após as Regências, ressurgindo nas revoltas dos moradores de cabanas do vale do rio Amazonas, a Cabanagem (1835/1837), e nos discursos de líderes de diversas rebeliões nordestinas, como a Sabinada (Bahia, 1837/1838), a Balaiada (Maranhão e Piauí, 1838/1842) e a Revolução Praieira (Pernambuco, 1848)" (José Aurivaldo Sacchetta Ramos Mendes, *Laços de sangue*, op. cit., p. 82 – *interpolação por minha conta*). Apesar do caráter persecutório aos portugueses que essas revoltas criaram não se pode esquecer a importância que tiveram enquanto movimento popular de reação ao elemento colonizador.

[337] Sobre o antagonismo ao português no naturalismo brasileiro ver Antonio Candido, "De cortiço a cortiço", in: *O discurso e a cidade*, op. cit., p. 131.

Com isso, não quero dizer que Almeida espelha a mentalidade antilusitana externa ao romance, como se fosse algo tradicionalmente estabelecido. Na verdade, isso não podia acontecer, porque essa mentalidade estava em construção, assim como a narrativa "cômica" de Almeida, realizada aos poucos, aos pedaços, como mandava a economia do folhetim. Nesse sentido, é como se o escritor captasse esse movimento geral da sociedade, o tingisse com suas cores e seu discurso oblíquo em relação aos portugueses e, por fim, desse um sentido particular a ele, colaborando assim com a mentalidade geral em ação, conforme vimos no primeiro capítulo.

E por falar em romance cômico, parte da crítica brasileira é da opinião de que a sátira de Manuel Antonio de Almeida se dirige contra a sociedade no conjunto, ainda que no plano da representação a abrangência do romance seja restrita a um setor apenas da sociedade, uma espécie de pequena burguesia; e a questão ali não é corrigir os costumes,[338] uma vez que o escritor não toma partido da ordem e nem da desordem,[339] mas apresenta uma visão bastante tolerante, pois as *Memórias de um sargento de milícias*, como mostra Antonio Candido, criam um universo liberto do peso do erro e do pecado.[340] Leia-se essa última assertiva como um potencial do romance em dispersar conflitos, em suspender os juízos morais. Mas como dispersar conflitos pode deixar as coisas anuviadas de moralismo,[341] pode-se sugerir que no lugar de um romance amoral exista, na verdade, uma construção moralmente peculiar, irônica, construindo-se graças a uma "consciência crítica sólida" do escritor, gerada durante o processo de elaboração do romance, e que segue o movimento geral da sociedade, criticando o tipo português. Penso aqui no sentido de ironia indicada por Erich Auerbach, isto é, como um meio estilístico insinuante, oblíquo e moldado por uma moral que julga não segundo

---

[338] Cf. Edu Teruki Otsuka, *Era no tempo do rei* – a dimensão sombria da malandragem e a atualidade das *Memórias de um sargento de milícias*, Tese (Doutorado do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas), USP, São Paulo, 2005, p. 31.

[339] Cf. Antonio Candido, *O discurso e a cidade*, op. cit., pp. 44-45.

[340] Cf. Antonio Candido, *O discurso e a cidade*, op. cit., p. 47. Reitero com a explicação necessária de Roberto Schwarz sobre o assunto: "Acompanhando a circulação das personagens, Antonio Candido nota que elas vão e vêm entre as esferas sociais da ordem e da desordem, e que estas idas e vindas são consideradas com imparcialidade pelo romancista, isto é, sem aderir às valorações positiva e negativa que o campo da ordem costuma estipular para si mesmo e para o seu oposto. A mesma alternância preside à construção da frase, em que há sempre lugar para os dois lados das questões. Trata-se, em plano literário, *da suspensão do juízo moral* e *da ótica de classe* que este veicula [...]. Entretanto, nas *Memórias* a intuição do movimento histórico não é tudo. Ela alterna com uma estilização de outra ordem, que visa os arquétipos folclóricos da esperteza popular. A tensão entre as duas linhas é a característica do livro e constitui propriamente a dialética da malandragem: a suspensão de conflitos históricos precisos através de uma sabedoria genérica da sobrevivência, que não os interioriza e não conhece convicções nem remorsos. Esta constelação gera a imagem entre fabulosa e real do *mundo sem culpa*." Roberto Schwarz, *Que horas são?*, op. cit., pp. 132-133 – *grifos meus*.

[341] Os termos são de Roberto Schwarz, mas em outro contexto. Ver Roberto Schwarz, *Ao vencedor as batatas*, São Paulo: Duas cidades; Ed. 34, 2000, p. 58.

valores preestabelecidos, mas durante o processo social: "[...] uma consciência crítica sólida e, ao mesmo tempo, elástica e perspectiva, a qual, sem reflexões morais abstratas, confere aos fenômenos o seu valor moral peculiar, cuidadosamente matizado, ou até, faz com que esse valor moral brilhe de *per si* de dentro delas".[342]

Mesmo que Manuel Antonio de Almeida não tomasse partido da ordem ou da desordem, conforme problematiza Candido, ao expor seus personagens dentro da narrativa, o escritor não está livre do moralismo, pois os tipifica. E ao eleger tipos sociais específicos no desenrolar dos capítulos, trata uns com mais ironia e sátira do que os outros, criando uma caricatura social especialmente do tipo português. Diante disso, é preciso fazer três considerações: 1º) o ato de rechaçar qualquer pessoa se constrói dentro do registro da moral e esse tratamento dado ao povo português é algo próprio de uma cultura antilusitana em desenvolvimento no Brasil; 2º) as causas desses julgamentos não são morais abstratas, no sentido de corrigir costumes baseados em valores preestabelecidos, mas são motivados pelo processo de construção do romance e posicionamento do escritor diante do mundo e dos homens, que também estava em andamento; 3º) o julgamento nasce de condições específicas, como motivos socioeconômicos, por exemplo, o privilégio dos emigrantes portugueses em detrimento da satisfação das necessidades dos homens livres brasileiros. Almeida conviveu com esse fato e pôde recriá-lo diariamente em sua literatura (ver mais adiante tópico "2.1.6. Elementos biográficos em foco..."). Sugere-se aqui que as *Memórias* estão tingidas por um realismo peculiar. Mas não se trata de uma fábula realista tingida de neutralidade moral;[343] ao contrário, o meio estilístico do realismo de Manuel Antonio de Almeida é a ironia e, consequentemente, seu valor moral é peculiar e cuidadosamente matizado por uma mentalidade nacional. Mas, se quisermos falar em fábula, poderíamos sugerir que em Almeida, considerando o forte elemento cômico, há traços da fábula *milesiaca*: porque há ironia (como resultado de uma mentalidade crítica, só que não problemática, mas superficial, pois tipifica), elementos mágicos (no caso das *Memórias*, próprios do folclore), erotização e uma linguagem brincalhona, estilizada e popular – não no sentido de popular como algo livre da influência erudita; ao contrário, em se tratando do estilo, pode-se afirmar que a linhagem de Almeida é erudita e vem desde a Antiguidade, associada a elementos do século XVII.[344]

---

[342] Erich Auerbach, "Frate Alberto", in: *Mimesis*, op. cit., p. 192.

[343] O termo fábula realista é de Antonio Candido, *O discurso e a cidade*, op. cit., pp. 53-54.

[344] Para Mamede Mustafa Jarouche as *Memórias* filiam-se à linhagem do *ridendo castigat mores*, inclusive por "castigar" o elemento português no romance (Cf. Mamede Mustafa Jarouche, *Sob o império da letra*, op. cit., p.170). Enquanto para Edu Teruki Otsuka, nas *Memórias* não se trata de uma sátira que visa corrigir os costumes (*ridendo castigat mores*), mas de uma ironia maliciosa que é indiferente a qualquer norma preestabelecida (Cf.

Baseado nisso, Antonio Candido enxerga o cômico em Manuel Antonio de Almeida como uma das linhagens que remonta a La Bruyère, embora haja outras fontes também, como a literatura satírica portuguesa.[345] Já Mário de Andrade acena para Petrônio e a fábula *milesiaca*,[346] e nesta mesma chave de Mário pode-se deduzir que as *Memórias* expõem uma visão ao mesmo tempo estilizada e perspectivista da vida em sociedade, na medida em que usa da ironia para dissimular certos pensamentos sobre determinada camada da população – em especial, o personagem português – e toma isso como um parâmetro para expor certos aspectos da realidade dentro da obra.

Assim como "a política pode passar a ser fundamentalmente moral",[347] a literatura também pode deixar de ser somente figuração e passar a ser juízo,[348] recriando uma mentalidade oblíqua sobre os portugueses, matizada por circunstâncias sociais específicas. Talvez seja excessivo falar de uma "moral mundana",[349] mais ainda de individualização do personagem português, porque individualização é o contrário de tipificação.[350] São, na verdade, juízos emitidos e construídos pelo escritor em reação à determinada situação histórica, embora o resultado não seja o exame e a descrição mais concreta de uma camada social; ao contrário, trata-se de uma estilização e tipificação dos personagens portugueses, na medida em que não ultrapassa os limites do estilo satírico, ou seja, procura não se envolver com problemas da estrutura social brasileira.

Podemos chegar a um conhecimento desses juízos e dos tipos, interpretando o leitor intencionado ao qual o escritor podia estar se dirigindo. Para isso basta observar as

---

Edu Teruki Otsuka, *Era no tempo do rei*, op. cit., p. 31). Concordo com Mamede acerca do antilusitanismo, mas não em relação ao seu uso como expressão do *ridendo castigat mores*. Faço essa afirmação por considerar que a tonalidade presente nas *Memórias* não é do moralismo seiscentista, mas está mais próxima de uma ironia maliciosa, de que fala Otsuka. Entretanto, este autor considera a ironia como resultado de uma suspensão moral; defendendo essa opinião baseado nas teses de Candido e Schwarz. De minha parte, considero que a ironia é um gênero de valor moral, logo, não concordo que exista neutralidade ou suspensão moral nas *Memórias*, ainda que o argumento seja poderoso. Penso simplesmente a moral em Almeida como um valor peculiar, algo que o escritor apenas insinua, deixa emergir e brilhar *per si* ao introduzir o elemento português e configurar o que estamos chamando de uma feição do antilusitanismo. Sigo de perto a lição de Erich Auerbach sobre a ironia como gênero moral: ver Erich Auerbach, "Frate Alberto", in: *Mimesis*, op. cit., pp. 192-193.

[345] Cf. Antonio Candido, *O discurso e a cidade*, op. cit., p. 29.

[346] Cf. Mário de Andrade, *Aspectos da literatura brasileira*, 5ª ed., São Paulo: Martins, 1974, p. 137.

[347] Ver Jürgen Habermas, *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003b, p. 132.

[348] A assertiva de Schwarz vai em outra direção: "Literatura não é juízo é figuração". Roberto Schwarz, *Ao vencedor as batatas*, op. cit., p. 42.

[349] Para ser moral mundana, a moral em Manuel Antonio de Almeida teria que tomar parte e orientar a fundação moral da nação, pós-independência. Nesse sentido, o antilusitanismo em questão teria que se desprender da descrição satírica e passar a orientar a prescrição de novos valores (axiologia), mas não é isso o que está acontecendo nas *Memórias*. Sobre a moral mundana a referência é Pedro Meira Monteiro, *Um moralista nos trópicos: o visconde de Cairu e o duque de La Rochefoucauld*. São Paulo: Boitempo; FAPESP, 2004.

[350] Cf. Erich Auebarch, "Frate Alberto", in: *Mimesis*, op. cit., p. 190.

"instruções" que o próprio texto oferece sobre si mesmo, e que podem ser verificadas intersubjetivamente, criando-se um universo de sentido. Esse sentido pode até gerar avaliações diferentes, mas o esforço está em o intérprete não confundir as qualidades das suas determinações com as qualidades estéticas do texto.[351] Para exemplificar, vou adiantar um pouco a discussão sobre o final do romance-folhetim. É do conhecimento do leitor que no final das *Memórias* Almeida escolhe apresentar emoções matizadas pelos valores patriarcais e pela ordem ao apresentar o arrivismo social e o matrimônio: depois de tantas aventuras, ordem e desordem, algumas vividas no seio da própria igreja, Almeida decide, primeiro, levar seu personagem malandro ao altar da tradicional Igreja da Sé, vestido com a farda do exército, "vestes de mandarim", diria Gilberto Freyre, pronto para desposar o primeiro amor e coincidentemente a única herdeira de D. Maria; segundo, expõe uma espécie de inibição romântica – haja vista que o desfecho do romance-folhetim não é somente o matrimônio patriarcal[352] e a ascensão social de Leonardo, mas um fátuo pedido de "desculpas" ao seu leitor –, podendo tudo isso ser visto como, primeiro, o resultado da qualidade e realização estéticas da obra, segundo, uma tomada de posição pelo escritor; terceiro, dentro desse processo de construção de sentido pelo texto, encontra-se o leitor, tratado com ironia.

Pensando, portanto, nesse exemplo do final do romance, podemos dizer esquematicamente que, além da "tese" da ordem e da "antítese" da desordem (que constitui a "dialética da malandragem"), a "síntese" – o fim do processo, a "conclusão feliz" de Almeida –[353] é tanto um julgamento quanto uma adequação às conveniências sociais em ação naquele momento, em que o escritor expõe alguns elementos da realidade na literatura tentando dar sentido a um mundo em que a ascensão social parecia estar aberta a todos, e as relações de favor não eram exceção, em que os privilégios eram dos portugueses. Observa-se que Manuel Antonio de Almeida consegue, ao mesmo tempo, ironizar abertamente uma camada específica da população carioca e expor um problema nacional, que eram as relações de favores, o mando, a cultura do arranjar-se, e que se expressam na "dialética da malandragem". A crítica ao tipo português era própria de uma cultura antilusitana e, através dela, Almeida consegue também expor qual era o funcionamento da sociedade brasileira, que privilegia o emigrante,

---

[351] Cf. Wolfgang Iser, *L'acte de lecture*, op. cit., pp. 60-61.

[352] Na literatura europeia, vale indicar, o matrimônio é por excelência um motivo puritano e condicionado à moral burguesa (Cf. Levin L. Schücking, *The puritan family*: *a social study from the literary sources*, London: Routledge & Kegan Paul, 1969; ver também Nancy Armstrong, "A moral burguesa e o paradoxo do individualismo", in: *O romance, 1: A cultura do romance*, op. cit., pp.335-374), enquanto no Brasil oitocentista, o matrimônio estava baseado na moral cristã/ecumênica e valores patriarcais. Cf. Gilberto Freyre, *Sobrados e Mucambos*, op. cit., pp.78-84.

[353] "Conclusão feliz" é o título do último capítulo do romance-folhetim no *Correio Mercantil* e na primeira edição em livro (1854).

especialmente o tipo caixeiral. E dentro disso, seu julgamento e de toda imprensa e literatura antilusitana da época[354] aparecem como justificados, afinal, essa era a ordem das coisas, da relação de privilégios, bem como da impossibilidade de existir qualquer outro expediente. O julgamento oblíquo em relação ao tipo português existe dentro e fora do romance. É conferido valor moral nas duas situações, com a diferença de que dentro da obra prevalece o tipo, a crítica e o riso, enquanto fora dela é a vida concreta que borbulha, castiga e, certas vezes, assassina o tipo português.[355] Como vemos, as *Memórias* estão "enraizadas" em sua época.[356] O antilusitanismo era um tempero do estilo de Manuel Antonio de Almeida, extremamente encantador e também adequado ao seu objeto (isto é, a si próprio, à maneira pela qual descreve, aos seus personagens) e a sua época.[357]

Faltou dizer que é o movimento de escalada e de descida, o vaivém, as idas e vindas, bem como a confirmação da ordem, no exemplo da ascensão de Leonardo e do casamento, que conferem valoração aos personagens e às coisas. Não se trata, portanto, de "reflexões morais abstratas" preexistentes, mas da presença, vale reiterar, de uma "consciência crítica sólida", matizada pelo movimento da sociedade, que confere valor aos fenômenos no instante em que eles estão acontecendo. A elaboração de uma anedota de vida dentro do romance-folhetim é um processo irônico e conveniente com o estilo da sátira; por essa razão, não há como o escritor ficar isento de juízos. A inspiração vem mais uma vez de Erich Auerbach: "[...] 'ironia'; uma tal forma discursiva, mediata e indiretamente insinuante, tem como pressuposto um sistema complexo e múltiplo de possibilidade de valorização e, também, uma consciência perspectiva, que, juntamente com o acontecimento, insinua o seu efeito".[358]

Da ironia à caricatura social, da crítica em perspectiva à tipificação, a sátira de Almeida acaba ficando na superfície de alguns fenômenos sociais, primeiro porque seu

---

[354] Ver no **Capítulo 1** o tópico "1.1.2.2. O antilusitanismo".

[355] Ver no **Capítulo 1** a discussão sobre os crimes como o "Mata Maroto" entre outros (vide tópico "1.1.2.2. O antilusitanismo").

[356] A palavra enraizamento é bastante utilizada dentro da crítica para mostrar os nexos dialéticos entre a literatura e a história, de que são conhecidas as contribuições de Antonio Candido e de Roberto Schwarz. Dolf Oehler também a emprega largamente em grande parte de sua obra (ver Dolf Oehler, *Quadros parisienses: estética antiburguesa em Baudelaire, Daumier e Heine*, São Paulo: Companhia das Letras, 1997), embora a ressignifique em seu conceito-chave intitulado "contexto semântico". Dirá o autor que uma reconstrução do contexto semântico, onde se situam obras ou textos de determinada época, é imprescindível, sem a qual não é possível compreender o código alegórico exposto na literatura (cf. Dolf Oehler, *O velho mundo desce aos infernos: autoanálise da modernidade após o trauma de junho de 1848 em Paris*, São Paulo: Companhia das Letras, 1999). A lição é valiosa e orienta a buscar materiais concretos, como notícias, jornais, panfletos, e tudo mais que possa tornar manifesto uma época histórica, favorecendo a compreensão de determinada situação literária. Diante disso, não pretendo prender-me a esse conceito específico, embora minha perspectiva se assemelhe a essas orientações de Oehler quando tento estabelecer os nexos entre a literatura de Almeida e o antilusitanismo difundido na imprensa.

[357] Continuo na chave da ironia proposta por Erich Auerbach, *Mimesis*, op. cit., pp. 254-255.

[358] Erich Auerbach, *Mimesis*, op. cit., p. 192.

antilusitanismo é puramente moralista e tipificante, segundo por excluir outros elementos profundamente problemáticos daquele momento, como o escravo e os círculos dirigentes: a própria opção, portanto, pelo estilo satírico[359] e o antilusitanismo confirmam que estamos diante de um romance-folhetim que é moralista peculiar (crítico). Finalmente, podemos concluir que não se trata, portanto, de uma neutralidade moral, mas de uma moral, aproveito para dizer, que faz parte de um processo de secularização, o princípio de uma *tomada de consciência crítica*, pouco profunda ainda porque é tipificante.

O discurso insinuante e oblíquo em relação ao elemento português faz com que esse tipo social ganhe destaque, merecendo ser investigada a maneira como o escritor expõe isso no romance. A tarefa não é simples e devo dizer que o que dará lastro à interpretação textual a seguir é o que foi exposto sobre Almeida até aqui, bem como o que já foi estudado no primeiro capítulo sobre os caixeiros. Diante destas hipóteses e das dificuldades que a leitura de um romance impõe a um sociólogo, a solução encontrada foi concentrar-me na avaliação de dois dos elementos mais importantes e valorativos para os emigrantes portugueses no Rio de Janeiro: a questão da educação e do trabalho. Baseado nisso, vou expor o problema em três momentos: inicio com a questão da educação nas *Memórias*, apresentando, na sequência, a discussão da questão do trabalho, e encerro o ponto debatendo as feições sociais desse público, bem como elementos biográficos que ofereçam lastro à argumentação.

2.1.4. O leitor intencionado das *Memórias de um sargento de milícias*: a educação em foco

A questão da educação ocupa alguma centralidade nos primeiros capítulos do romance. Sua primeira ocorrência se dá no capítulo III, seguindo pelo capítulo VIII, alcançando o XII, o XIII (na edição do jornal, ambos publicados no dia 15 de agosto de 1852) e novamente no capítulo XII,[360] intitulado "Mudança de vida".

Vejamos então um primeiro momento:

> Gastava ás vezes as noites em fazer castellos no ar a respeito delle; sonhava-lhe uma grande fortuna e uma elevada posição, e tratava de estudar os meios que o

[359] No estilo satírico, "[...] Falta qualquer sombra de política, de crítica social ou econômica ou investigação dos fundamentos políticos, sociais ou econômicos da vida; a sua crítica dos costumes é puramente moralista, isto é, aceita a estrutura existente na sociedade como dada, pressupõe que ela seja justificada, duradoura e universalmente válida e castiga as extravagâncias que ocorrem no seu seio como dignas de riso". Erich Auerbach, *Mimesis*, op. cit., pp. 326-327.

[360] Há um erro de publicação no dia 22 de agosto de 1852, pois o correto seria capítulo XIV. Contudo, o capítulo XIV aparece duas semanas depois, no dia 12 de setembro de 1852, com o título "Estrallada".

> levassem a esse fim [...]. Seria talvez bom manda-lo ao estudo... porém para que diabo serve o estudo? Verdade é que elle parece ter boa memória, e eu podia mais para diante mandá-lo a Coimbra... [...] mas também que diabo fará elle em Coimbra? licenciado? não: é máo officio; letrado? era bom... sim, letrado... mas não; tenho zanga a quem me lida com papéis e demandas... Clérigo?... um senhor clérigo é muito bom... é uma cousa muito séria... ganha-se muito... póde vir um dia a ser cura [...]. Elle está ainda muito pequeno, mas vou tratar de o ir desasnando aqui mesmo em casa, e quando tiver 12 ou 14 anos há de me entrar para a escola.
> Tendo ruminado por muito tempo esta, um dia de manhã chamou o pequeno e disse-lhe:
> – Menino, venha cá, você está ficando um homem (tinha elle 9 anos); é preciso que aprenda alguma cousa para vir um dia a ser gente.[361]

Este excerto, do capítulo III, traz uma exposição satírica do tema da educação: o estudo não serve para nada e o que importa é alcançar uma posição de prestígio, de *status* social, de preferência sem que muito esforço seja empregado para isso. O dinheiro ("uma grande fortuna") também aparece como uma questão de *status*, o que não deixa de ser algo bastante curioso, afinal o dinheiro não era tudo no Brasil oitocentista, haja vista que a política subjugava mais do que a questão monetária.[362] Não que o dinheiro não existisse durante o Segundo Reinado; ao contrário, ele existia e "[...] era casado ao prestígio social, mas não era, em si, traduzido em bens ou rendas, que explicassem a honra da supremacia. Esta existia fundada em outras bases – tradição, modo de vida, educação e origem fidalga".[363] Se nas altas camadas sociais o dinheiro ainda representava bem pouco, nos estratos mais baixos, nos quais encontramos os trabalhadores livres, como o barbeiro, o dinheiro acabava assumindo um valor social, ou melhor, valor de troca, além de ser um signo de arrivismo social. A respeito da questão do arrivismo, ele contrasta com a questão da educação, afinal, o estudo não era garantia de nada; antes, devia ser banalizado, a despeito de ter um papel dentro da sociedade apresentada no romance: é atribuído valor ao estudo no momento em que a idade da criança passa a reger as coisas. Por fim, resta comentar as expressões e palavras em destaque no excerto: são marcadas pela ironia e pelo aborrecimento em relação ao estudo ("para que serve...?") e aos letrados, com destaque para a "zanga" que o personagem Barbeiro tem de quem lida com papéis e demandas – não é excessivo lembrar que, para além da narrativa, mexer com papéis e demandas era também função de caixeiro de escritório.[364] Some-se essa manifestação ao uso pejorativo da palavra-chave "Coimbra", para termos uma primeira manifestação do antilusitanismo dentro da narrativa.

---

[361] *Grifos meus*.

[362] Esse é um assunto que será desenvolvido adiante com José de Alencar.

[363] Raymundo Faoro, *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, op. cit., p. 15.

[364] Ver o assunto no **Capítulo 1** tópico "1.1.2.1. Joaquim da Costa Ramalho Ortigão e o caixeiro como tipo social".

Como vemos, juntamente com o sentimento de antipatia a alguns elementos portugueses, sobressai a questão da instrução. Então, vejamos outro momento do romance:

> [o compadre] applicava-se a trabalhar na realização dos seus intentos, e começou por ensinar o A B C ao menino; porém, por primeira contrariedade, este empacou no F, e nada o fazia passar adiante.[365]

Estamos no capítulo VII, publicado no dia 25 de julho de 1852. Na altura em que o romance se encontrava, o leitor daquela época sabia que o herói da história havia recebido os primeiros cuidados do Compadre, cuja missão inicial fora colocar alguma ordem na vida do pequeno aventureiro ou "vadio-tipo", começando por mandá-lo à escola. Mas o que o leitor oitocentista ainda não sabia – teria que aguardar as próximas publicações –, era que o Compadre estava transmitindo ao menino as suas próprias experiências: ele também tinha aprendido o ofício e o "milagre" de ler e escrever com um homem que não era o seu pai, mas um barbeiro que o apadrinhou, quando este ainda era menino. Este extraordinário legado, o da instrução, o Compadre não podia deixar de transmitir ao garoto; a virtude do trabalho, porém, ele não queria passar adiante, uma vez que não imaginava o menino um barbeiro "sangrador", mas um clérigo, tanto que intentava mandá-lo estudar em Coimbra na juventude, o que era um costume das famílias ricas do Rio de Janeiro. Mas note-se que a riqueza não era o forte desse personagem; ao contrário, o Barbeiro era um homem simples, espécie de representante da "classe trabalhadora" na narrativa, ainda que os verdadeiros trabalhadores do tempo do rei, os escravos, estivessem ausentes do romance.[366]

Como se observa, é dada alguma ênfase ao tema da educação: evidenciam-se tanto o esforço do Compadre em iniciar Leonardo nas primeiras letras, quanto suas limitações diante do aprendizado do abecedário. O riso marca toda essa passagem e a ironia desponta num trocadilho: enquanto as famílias ricas brasileiras mandam seus filhos para estudar em Lisboa, garantia de um futuro certo, as famílias pobres de Lisboa e do restante de Portugal mandam seus filhos para trabalhar como caixeiros no comércio, o que também tinha suas garantias e privilégios.[367]

---

[365] *Interpolação e grifo por minha conta.*

[366] Ver Roberto Schwarz, *Que horas são?*, op. cit., p. 132. Deve-se destacar que durante o reinado de D. João VI, segundo Jean-Baptiste Debret, os barbeiros eram em sua maioria negros ou mulatos (Cf. Jean-Baptiste Debret, *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, op. cit., p. 212, tomo II). Contudo, não sobressaem no personagem Compadre traços negros e/ou mulatos.

[367] Ver no **Capítulo 1** "1.1.2.1. Joaquim da Costa Ramalho Ortigão e o caixeiro como tipo social".

2.1.4.1. A ironia da escola

Nas passagens do romance que lemos há pouco, a questão da educação, primeiro, aparece regida pela idade da criança (fator biológico),[368] o que significa que a chegada do tempo escolar representa uma das etapas naturais dentro da evolução do personagem-tipo; segundo, este traço evolutivo contribui na organização da narrativa em estágios, haja vista que Manuel Antonio de Almeida escolhe um processo padrão de construção do herói da história, apresentando a origem, o batizado, a chegada da idade escolar, dos amores, e assim por diante – tal construção ajuda a dar organicidade e unidade à obra publicada aos pedaços. Nessa chave, o personagem Leonardo aparece representado em cada estágio de sua vida de forma completa ou integrada, embora, em alguns momentos, carecendo de certas correções, por conta de pequenos desvios de conduta. Isso faz dele uma "personalidade singular", ou melhor, um personagem singular, ponto de cruzamento de toda a história, o que nos permite atribuir a ele a característica de gênio malandro, um anti-herói, certamente, mas que tinha suas grandezas.

Sobre especificamente a questão da idade, vimos no primeiro capítulo como a meninice era um fator decisivo dentro da economia caixeiral, transformando crianças emigrantes em homens trabalhadores.[369] Ao evocar a idade de Leonardo e vinculá-la à masculinidade como traço da vida adulta – "Menino, venha cá, você está ficando um homem (tinha elle 9 anos)" – , Manuel Antonio de Almeida repassa um costume das famílias de emigrantes, que viam os meninos como mãos de obra, conforme acontecia com os meninos portugueses que emigravam para trabalhar como caixeiros. Essa situação, diga-se de passagem, o próprio escritor vivenciou, tendo sido obrigado a trabalhar quando era bem jovem para ajudar a mãe a sustentar a casa e cuidar dos irmãos mais novos – com a diferença, em relação a Leonardo e aos meninos caixeiros, que Almeida teve poucos privilégios (ver mais adiante "2.1.6. Elementos biográficos"). Nesse sentido, a ironia que desponta aqui parece ter alguma relação com a biografia do escritor, com o contexto dos meninos caixeiros, estando tudo isso transfigurado nesse personagem de Almeida, que no episódio que estamos analisando parece estar diante de um obstáculo, a escola, mas que em breve será superado pela sagacidade e astúcia de Leonardo. Ainda nessa chave, que correlaciona o texto e o

---

[368] Sobre a idade como fator biológico e a idade escolar como fator social, ver Antonio Candido, "A estrutura da escola", in: *Educação e sociedade*, 6ª ed., org. Luiz Pereira e Marialice M. Foracchi. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974, pp. 112-113.

[369] Ver o assunto no **Capítulo 1** "Joaquim da Costa Ramalho Ortigão e o caixeiro como tipo social".

contexto, podemos também propor que os meninos caixeiros enfrentavam a mesma situação de desafio, guardadas as proporções: apartados de suas famílias ainda pequenos, certamente passaram por inúmeras adversidades quando vieram a se tornar homens, aos 12 e 14 anos de idade, para poder emigrar e trabalhar, embora isso fosse rapidamente superado por conta da sorte caixeiral que os aguardava do outro lado do Atlântico. A hipótese aqui é que a sina de todo emigrante português (e seus herdeiros) é ser bem-aventurado. Como dizia Mario de Andrade sobre esse personagem das *Memórias*, filho de emigrantes portugueses:

> [...] é bem um satisfeito que a tudo se afaz sem a menor inquietação. É admirável de estupidez longínqua [...]. Não é um homem que se faz por si, os outros é que o fazem por ele, rabo de saia, com quem todas as mulheres de todas as idades se engraçam, lhe fornecem espontaneamente pão, guarida, amor, sacrifício e aquelas eternas especulações de empenhos e cartuchos com que o macho apenas de corpo se livra de castigos e trabalhos e atinge os seus galões de sargento no fim.[370]

Independentemente das circunstâncias, mesmo as mais adversas, a tutela que Leonardo recebe de todos os outros personagens lembra aquela proteção que o tipo caixeiral emigrante recebia do governo permitindo-se arranjar na sociedade carioca.

Por outras palavras, seja a partir das vivências do personagem do romance, seja a partir das vivências dos meninos caixeiros fora dele, entendemos que, mesmo sendo submetidos a quaisquer exigências na infância, como vir a se tornar homem e precisar de estudo ou emigrar para trabalhar, o fato de ser criança era somente uma etapa a se cumprir, pois o germe da bem-aventurança que carrega todo emigrado de Portugal ou seus herdeiros imediatos logo viria a despontar, e os *arranjos* mais diversos viriam beneficiar a ambos – a Leonardo e aos caixeiros. Nesses termos, parece-me que a referência de Almeida continua sendo o tipo caixeral: mesmo nas situações em que são forçados a uma situação aparentemente desagradável – como ir à escola no caso de Leonardo ou, guardadas as proporções, emigrar com 12 e 14 anos – , isso é rapidamente revertido em fator de mudança e benefício:

> À custa de muitos trabalhos, de muitas fadigas, e sobretudo de muita paciência, conseguiu o compadre que o menino frequentasse a escola durante 2 anos, e que aprendesse a ler muito mal e escrever ainda pior [...]. Nunca uma pasta, um tinteiro, uma lousa lhe durou mais de 15 dias: era tido na escola pelo mais refinado velhaco; vendia aos collegas tudo que podia ter algum valor, fosse seu ou alheio, comtanto que lhe cahisse nas mãos: um lapis, uma penna, um registro, etc., tudo lhe fazia conta; o dinheiro que apurava empregava sempre do peior modo que podia.

---

[370] Mário de Andrade, *Aspectos da literatura brasileira*, op. cit., p. 135.

Estamos no capítulo XIII, e o personagem, definitivamente, não vai levar jeito para a escola, nem se esforçará para isso, permanecendo ali insignificantes dois anos, com o detalhe de que sua saída não resultará em nenhuma represália pelo Compadre ou mesmo em prejuízo ao seu futuro: devo adiantar que o sucesso de Leonardo no romance não depende de sua competência, mas do "arranjar-se", como aconteceu com o seu padrinho. Isso indica que a educação primária termina não representando nada para os personagens, ficando subentendido que a instrução não tinha nenhuma significação social nas *Memórias de um sargento de milícias*, nem para o Estado brasileiro na época de el-Rei e na década de 1850, quando o romance-folhetim é publicado.

Essa curiosa valorização da educação primária pelo narrador pede um *enquadramento sociológico* na medida em que, fora do romance, a ideologia dos círculos dirigentes era defender a existência do ensino superior, visto como um elemento de estratificação social, em lugar de valorizar a educação primária. Nesses termos, o rumor pela instrução primária só poderia aparecer no romance na voz de um personagem popular, o Barbeiro. Houve no Brasil, no século XIX, um momento em que a ascensão social esteve relacionada ao diploma de bacharel. Cursar Direito e/ou Medicina e obter o título de bacharel eram condição *sine qua non* para adquirir uma posição dentro das carreiras do Estado.[371] Nessa lógica, a educação primária tinha pouco significado no país, restando, portanto, aos homens livres que necessitavam de alfabetização dos seus filhos e de si próprios arranjarem-se por meio da educação doméstica e através de meia-dúzia de escolas públicas e particulares de primeiras letras que existiam desde a vinda da Corte Portuguesa ao Rio de Janeiro.[372] Entre a Corte e os homens livres, restava ainda a população escrava, enorme e na maior parte analfabeta.[373] Talvez por isso a escola primária tenha demorado muito para se tornar uma necessidade para o Estado brasileiro e seus dirigentes; afinal, não havendo necessidade de instrução para dar suporte aos escravos trabalhadores, a educação dos homens livres e pobres era uma questão

---

[371] Vou aprofundar o assunto no último capítulo.

[372] Sobre a ausência do Estado e a precariedade do ensino primário no Brasil Imperial ver Adolfo Morales de los Rios Filho, *O Rio de Janeiro imperial*, op. cit., pp. 391-399.

[373] Estou relativizando em partes a questão do analfabetismo entre os escravos, baseado naquilo que Luiz Carlos Villalta afirmou sobre existirem, na Bahia do século XVIII, textos que foram transmitidos oralmente de pessoa para pessoa, tendo sido alguns copiados, como um livro em francês, participando deste processo de comunicação oral e palavra escrita alguns escravos. Cf. Luiz Carlos Villalta, "Aula-conferência na Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yveline", ministrada em 21 de janeiro de 2011, a convite do Prof. Jean-Yves Mollier na ocasião do curso *Histoire de l'edition, du livre et de la lecture en Europe du XVIIIe au XIXe Siècle* (2010-2011). Veja também o caso de "João de Deus", um pardo livre, cabo da esquadra do segundo regimento de milícias, subversivo por conta dos ideais franceses que defendia e dos seus escravos aliados, com quem compartilhava ideias e imagens revolucionarias. Cf. Luiz Carlos Villalta, *As Imagens, o Antigo Regime e a "Revolução" no Mundo Luso-Brasileiro* (c. 1750-1812), pp. 28-30 - (mimeo).

nacional para depois, para o futuro, para além da sociedade estamental-escravista. Já em países da Europa, onde a massa trabalhadora era gigantesca e livre, os investimentos na área da educação primária se deram ao longo do século XIX, sendo que a alfabetização interessava ao Estado, aos capitalistas, mas, sobretudo, às próprias classes trabalhadoras – que viam na educação dos filhos a expectativa de ascender da pobreza para condições médias de vida, esperando que a instrução trouxesse maiores chances de ascensão.[374] Nesse sentido, a necessidade de instrução foi uma ideia que recebemos de fora, tendo sido uma ideologia que fora gestada, segundo a historiografia, por uma camada de letrados brasileiros,[375] mas também, e principalmente, pelos caixeiros portugueses, conforme vimos anteriormente. A escola primária era um assunto por excelência da "classe caixeiral" e figurá-la no romance é o mesmo que retratar outro evento que diz respeito a essa "classe" de trabalhadores livres do Rio de Janeiro.

A educação era uma necessidade das camadas trabalhadoras e, como se sabe, no século XIX, na cidade e no campo, prevalecia o controle do mando, e dentro dele, a numerosa mão de obra escrava,[376] não cabendo o princípio burguês da instrução dentro do Estado brasileiro. Isso significava, portanto, que, quando o assunto era educação, estávamos longe da ética burguesa do trabalho,[377] segundo a qual se investe em escola como consequência do desenvolvimento das forças produtivas ou especialização econômica,[378] sendo isso uma necessidade daqueles que estavam envolvidos com o trabalho na cidade – a "classe caixeiral". A educação representa outra palavra-chave quando a intenção é envolver na trama o tipo caixeiral, alguém cercado de privilégios: num país de analfabetos os caixeiros eram um dos únicos grupos sociais que tinham o benefício da educação primária e técnica. (Lembramos da Aula de Comércio, como um exemplo emblemático). Como vemos, o assunto da educação

---

[374] Ver a discussão de Raymond Williams sobre a "Lei de educação", de 1870 – Raymond Williams, *Cultura e sociedade*, op. cit., p. 315; _____, "La educación y la sociedad británica", in: *La larga revolución*, op. cit., pp.127-153; também Arnold Hauser, "O novo público leitor", in: *História social da literatura e da arte*, 3ª ed. São Paulo: Mestre Jou, 1982, tomo II, pp. 685-730.

[375] Ver Antonio Candido, "A revolução de 1930 e a cultura", in: *A educação pela noite*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006; sobre especificamente a questão do Estado e a educação, ver Simon Schwartzman, Helena Maria Bousquet Bomeny, Vanda Maria Ribeiro Costa, *Tempos de Capanema*, São Paulo, EDUSP, Paz e Terra, 1984, e Dermeval Saviani, *Escola e democracia*, 36ª ed., Campinas-SP: Editora Autores Associados, 2003.

[376] Sobre a população escrava no Brasil, em 1849 representa 41,5% em relação à população livre, com 58,5%. Cf. Luiz Felipe de Alencastro, "Proletários...", in: *Novos estudos CEBRAP*, op. cit., p.40; ver também p.54: tabela V.

[377] "[...] nosso liberal-escravismo de origem colonial desconheceu o nexo orgânico que na Europa sempre vinculou elaboração simbólica e processo social". Paulo Arantes, "O positivismo no Brasil: breve apresentação do problema para um leitor europeu", in: *Novos estudos CEBRAP*, n. 21, julho de 1988, p.192.

[378] Cf. Raymond Williams, *Cultura e sociedade*, op. cit., p. 315; Ian Watt, *A ascensão do romance*, op. cit., pp. 64-65.

parece conter em si a imagem do leitor ao qual a obra se destina.

Nas *Memórias*, a escola primária não passa de um fator natural, uma simples etapa da vida, podendo ser ultrapassada conforme novas necessidades de Leonardo fossem surgindo. Domina, portanto, a natureza individual e aventureira da criança, que vai decidir todas as coisas, embora sejam os outros que façam tudo por ela. Por essa razão, pode-se afirmar que o que rege os acontecimentos e as coisas nesta passagem das *Memórias* não é a sociedade da época, nem a vontade do grupo social ao qual pertence o menino, como a família e os vizinhos: é a vontade individual de Leonardo filho que confere ação a todas as coisas, elevando ao máximo o papel do personagem-tipo na construção da ordem ou da desordem dentro da narrativa.

"No mundo sem culpa" de Manuel Antonio de Almeida, não há, por um lado, nenhum estranhamento sobre o fato de Leonardo decidir o caminho que quer seguir, passando longe da escola – até porque o personagem vai arranjar-se independentemente dos estudos ou de qualquer esforço ou competência; por outro, se a educação acaba não tendo nenhum valor para esses personagens dentro da narrativa, para os emigrantes portugueses, fora dela, as condições até são outras, porque a educação é *sine qua non* e atende a lógica da distinção que orienta a vida dos caixeiros. Contudo, nenhum dos dois lados escapa da sátira de Almeida: o primeiro porque é malandro, néscio, mas vai arranjar-se na vida independente de qualquer esforço; o segundo porque é o português trabalhador, interessado em educação e atos de nobreza, quando, na verdade, não passa também de um privilegiado, tendo conseguido acesso a estas coisas, graças à situação de prestígio que acompanha a classe caixeiral no Rio de Janeiro desde sempre. Assim, tanto o mau aluno quanto o caixeiro dedicado irão arranjar-se. Não é preciso abrir mão da dialética da malandragem, mas agregar o antilusitanismo a ela, pois ele é o parâmetro de construção do tipo malandro: a possibilidade de arranjar-se está sempre disponível ao português de tinta e papel do romance e ao português de carne e osso de fora dele. Vemos, portanto, que há uma tomada de posição por parte do escritor, que escolhe satirizar alguns valores e costumes de uma camada específica da população brasileira, elegendo a caricatura social do tipo português. Essas escolhas envolvem também a questão da significação do texto,[379] na medida em que uma camada da população, os caixeiros portugueses, podia projetar-se e se reconhecer nessas ideias e sentimentos transmitidos pelas *Memórias*.

---

[379] Perguntar o que significa determinado texto literário é perguntar sobre os seus destinatários, pelo efeito estético de uma obra literária sobre o seu leitor. Trata-se de explicitar os potenciais da significação do texto presentes no ato da leitura, sendo os leitores-tipos (como o "leitor intencionado") construções a serviço desse conhecimento. Ver Wolfgang Iser, *L'acte de lecture*, op. cit., pp. 51-61.

No romance, o tema da educação recebe um tratamento satírico, e beira a mofa quando o narrador ridiculariza a capacidade de Leonardo filho de aprender alguma coisa ou de se comportar: primeiro, porque expõe que o menino tem mais vocação para o comércio do que para o estudo; segundo, porque nessa passagem que acabamos de ler as travessuras e as vadiagens do menino atingem o auge da desordem, aparece a criança deixando a escola para ir aprontar em outro lugar, na igreja. E ao mostrar essa situação representativa da vocação de Leonardo filho, o narrador insinua que tal habilidade já era algo de se esperar de um menino cuja ascendência era portuguesa; afinal, a profissão de comerciante era considerada uma ocupação tipicamente lusitana, sendo o ofício de caixeiro o mais conhecido no Brasil.[380] Como vemos, o menino tinha mais vocação para comerciante do que para clérigo, o que parece natural a um desterrado. Contudo, essa habilidade para a venda, já na infância, não aparece aqui como virtude, mas como motivo de riso pelo narrador, o que não causa espanto, pois lidar com dinheiro era coisa de comerciante, de caixeiro, não importava a idade. O envolvimento com o dinheiro era coisa de comerciante português e emigrante, que vinha para o país sonhando em mexer com as moedas, com os negócios, terminando por lucrar numa terra onde poucos pareciam saber dominar a arte monetária.[381] Nisso consiste outra manifestação da ironia e também comicidade de Almeida: construir um personagem que nesta altura da vida já conseguia fazer uso do dinheiro para realizar as suas aventuras. O tratamento do personagem acaba sendo "moralista-tipificante",[382] primeiro porque se está sugerindo que todo português já nasce sabendo lidar com o dinheiro, algo que viria com sua própria natureza, cuja vocação seria a ousadia para os negócios; segundo, porque o parâmetro é rebaixar a figura do português que se arranja em qualquer situação, mesmo nas mais adversas. Trata-se, aqui, de uma consciência perspectivista de determinada situação em que um tipo específico, o caixeiro, ou melhor, o seu herdeiro – afinal trata-se do filho do caixeiro Leonardo Pataca –, consegue sempre alcançar algum privilégio.

Manuel Antonio de Almeida, assim como outros escritores, teatrólogos, jornalistas, os representantes das camadas dos letrados da sociedade carioca, ajudaram a criar no século XIX

---

[380] Cf. Mamede Mustafa Jarouche, *Sob o império da letra*, op. cit., p. 277.

[381] "A profissão de caixeiro era bastante valorizada nos compêndios de comércio da época. Os autores, quase sempre informados pelo liberalismo europeu, estariam muito interessados em conceber um melhor *status* às atividades mercantis, veiculando o princípio liberal de que só o comércio enriquece uma nação. Acreditavam que só o conhecimento preciso de escrituração, das operações de câmbio, das moedas estrangeiras e das operações de crédito é que levaria o comerciante pátrio a se equivaler aos das nações por eles consideradas mais adiantadas, como Inglaterra e França. Daí a consideração elevada em que tinham os caixeiros, que viam como herdeiros dos negócios, já com os requisitos considerados indispensáveis ao bom comerciante". Lenira Menezes Martinho, "Os caixeiros como grupo socioprofissional", op., cit., p. 38 – *grifos meus*.

[382] Erich Auerbach, *Mimesis*, op. cit., pp. 325-327.

uma caricatura do emigrante português, uma das manifestações do antilusitanismo. Faziam isso de maneira cômica, engraçada, tipificante.[383] Contudo, ao tipificar os caixeiros, Manuel Antonio de Almeida, ao mesmo tempo em que expunha a lógica da malandragem provocando o riso, concordava que essa era a estrutura existente, tanto que dá ao personagem malandro e filho de português um final feliz.

Estudar é um fardo, a escola é um castigo, o aluno é um vadio, o malandro é filho de português, mas será bem-sucedido na vida: eis uma manifestação da cultura nacional através do romance de Manuel Antonio de Almeida, em que também aparece exposta a questão dos arranjos sociais, da lógica do favor, mas tudo restrito a uma única camada da sociedade. E por não considerar todo o processo, mas somente uma situação específica em que envolvia os privilégios dos expatriados no Rio de Janeiro, isto é, ao excluir todo o resto – sobretudo as camadas dirigentes e o escravo – e focar as camadas médias, Almeida deixava faltar no romance uma investigação mais profunda da sociedade da época, tal como realizará Machado de Assis, na obra cujo título começa com a mesma palavra do título do romance de Almeida (*Memórias póstumas de Brás Cubas*).[384]

O estilo satírico escolhido para expor a realidade, por meio de sua literatura, talvez tenha imposto uma série de limites ao gênio do escritor, memorável e sério quando dá forma à dialética da malandragem, mas restrito, cômico e moralista ao tingir as coisas com a crítica antilusitana do período. Tanto que, depois de quarenta e oito capítulos criando uma caricatura social em torno dos personagens que são emigrantes, ele recua e suaviza sua história, conduzindo o herdeiro da lusitana pisadela e beliscão a um final feliz, e pedindo aos leitores que esqueçam o que escreveu:

> Passado o tempo indispensável do luto, o Leonardo em uniforme de Sargento de Milícias, recebia-se na Sé com a Luizinha, assistindo á cerimônia toda a família em peso. Daqui para diante começa a apparecer o reverso da medalha de todas essas chocarrices de que até então constou a vida do Sargento; vinha a morte de D. Maria, a morte do velho *Leonardo-Pataca*, e mil outras cousas tristes. O autor não tem gênio para tratar dessas cousas, e por isso dá fim pedindo aos leitores que se esqueção do seu trabalho, não lhe fação carga de seus deffeitos, porque foi apenas um ensaio. Se alguém disser que é máo costume querer o barbeiro novo aprender na barba do freguez tolo; elle observará que os leitores e só delles se hão de aproveitar de algum fructo bom que por ventura este ensaio possa dar, e que portanto tenhão tolerancia para quem principia.
>
> FIM.[385]

---

[383] Sobre os estereótipos e caricaturas do século XIX ver o artigo de Ana Luiza Martins, "Desenho, Letra e Humor: estereótipos na caricatura do Império", in: *Imprensa, humor e caricatura*, op. cit., pp. 519-534.

[384] Sobre Machado de Assis e as *Memórias póstumas de Brás Cubas,* ver Roberto Schwarz, *Um mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

[385] *Grifos meus*.

Este é o último parágrafo do romance-folhetim *Memórias de um sargento de milícias*, intitulado "Conclusão feliz", publicado no dia 31 de julho de 1853. Almeida aceita a estrutura da sociedade brasileira, baseada nas relações de favor, e conduz o herói da história a um "*happy end*", mesmo que coisas tristes tenham acontecido. Na verdade, com essa repentina reviravolta, depois de ter construído determinada caricatura social – a do personagem malandro – Almeida, numa espécie de declaração de consciência e aparentemente dominado por um juízo negativo, rebaixa-se à condição de neófito e pede ironicamente que os leitores tenham tolerância para com ele, bem como insinua que aquilo que ele acabou de ler nos últimos doze meses deve ser esquecido. Essa preocupação com os seus destinatários e com aquilo que farão com seu romance parece não ser uma solução de princípio, mas de conveniência. E não é para menos: as "palavras-chave" destacadas no excerto – "autor", "leitores", "mao costume", "barbeiro novo", "freguez tolo", "ventura" e "tolerância" – são carregadas de ironia e indicam que a intenção é manter-se no registro da crítica antilusitana até os últimos momentos. Apesar da inibição e do fátuo pedido de desculpas, que deixa essa passagem um pouco cifrada, vemos com as palavras-chave que elas continuam retendo o ambiente caixeiral, marcado pelo trabalho, pela juventude, pelos privilégios ou mesmo pela referência ao provérbio português: "na barba do tolo aprende o barbeiro novo".

Ainda sobre este último momento do romance, sobressai uma vontade do escritor de se aproximar mais de uma dimensão cotidiana da vida. As palavras-chave "autor" e "leitores" retêm essa dinâmica, essa vontade do texto em interagir com o contexto, isto é, do escritor se comunicar com os seus leitores. E na construção desses destinatários específicos, o meio estilístico adotado continua sendo a ironia, que tem uma função: desempenhar a crítica e envolver o leitor, especialmente daquele que é o alvo de tudo o foi exposto pelo romance ao longo de quarenta e oito capítulos. Manuel A. de Almeida escreve para um público contemporâneo, para os homens que o circundavam. Pensando concretamente, o universo da redação do *Correio Mercantil*, onde encontramos o redator, os colaboradores do jornal etc., todos eles já atenderiam essa expectativa do narrador por um público específico evocado nessas palavras-chave. Entretanto, esses homens não são alvos de sua crítica; antes, compartilham com ele os mesmos sentimentos e ideias. Os propósitos do escritor parecem ser atingir outro público, que está fora da redação do jornal, dentro da comunidade portuguesa, representado pelos homens que são como um "barbeiro novo", jovens e cheios de "ventura", como os caixeiros.

Uma última palavra sobre essa passagem final do romance: quero destacar que a figura do "barbeiro novo" do provérbio português remeteu-me imediatamente para o velho

personagem Barbeiro que, entre as várias características apresentadas, tinha "zanga a quem lida com papéis e demandas". Nesses termos, se levarmos em conta que o próprio narrador, onisciente[386] e sempre na terceira pessoa, intitula-se um "barbeiro" como o personagem do romance-folhetim, então, poder-se-ia imputar algum nexo entre eles, e sugerir que a mesma aversão ao elemento português que reluzia no Barbeiro ilumina o narrador, continuamente bastante sagaz e irônico. Além disso, se traduzirmos a intenção do escritor na voz do narrador, teremos mais indícios para pensar o quanto a crítica ao tipo português era algo característico do romance e também do seu escritor, que tinha zanga ao emigrante português, pelas razões que serão expostas na discussão de sua biografia, mais adiante. Por ora, falaremos sobre o tipo trabalhador dentro do romance, com destaque para o Barbeiro e, principalmente, para o caixeiro-meirinho Leonardo Pataca.

2.1.5. O leitor intencionado das *Memórias de um sargento de milícias*: a questão do trabalho em foco

No Brasil, durante todo o Primeiro e Segundo Reinados, coexistiu com o regime da escravidão o trabalho livre de homens brancos nativos e dos caixeiros, sobretudo ligado a atividades comerciais.[387] Prova disso é o número de associações existentes lutando pela organização do trabalho livre na sociedade carioca, como a dos caixeiros portugueses.[388] Contudo, o trabalho dos caixeiros, apesar de lembrar uma relação "burguês-capitalista", por conta das questões mercantis, ainda estava preso aos moldes patriarcais, na medida em que serviam a um patrão, a quem deviam obediência, lealdade, favores, pois sua sobrevivência e ascensão dependiam da vontade do empregador:

> O cuidado dos caixeiros em reforçar o aspecto comercial de sua Sociedade tinha muito a ver com o caráter patriarcal das relações de trabalho. Este cuidado refletia [...] que, se de um lado, sentiam a necessidade de se unirem e defender seus interesses, percebiam, do outro, o quanto estavam ligados ao patrão, cujos valores adotavam como seus.[389]

A ascensão dos caixeiros na ordem escravocrata vinha através dos casamentos com as

---

[386] "Nas *Memórias*, com efeito, o narrador, além de não participar diretamente da ação, é *onisciente*, quer dizer, sabe de tudo, o passado, o presente e o futuro das personagens, o que lhe permite fazer *intervenções judicativas* (emitir juízos de valor) acerca de suas ações e das consequências dessas ações no plano social". Mamede Mustafa Jarouche, "Introdução...", in: *Memórias*..., op. cit., p. 52.

[387] Não tratamos aqui do trabalho corporativo, mutualista, como o artesanal, porque este não diz respeito aos caixeiros e foi extinto pela Constituição de 1824. Cf. José Albertino Rodrigues apud Lenira Menezes Martinho, "Os caixeiros como grupo socioprofissional", op., cit., p. 49.

[388] Lenira Menezes Martinho, "Os caixeiros como grupo socioprofissional", op., cit., pp. 49-50.

[389] Lenira Menezes Martinho, "Os caixeiros como grupo socioprofissional", op., cit., p. 47.

filhas ou viúvas dos patrões comerciantes, por meio das sociedades com os próprios negociantes já estabelecidos, herança ou através de sua competência pessoal (trabalho e poupança).[390] Entretanto, em todos os casos, os caixeiros dependiam dos favores compartilhados com seus patrões ao longo do exercício do seu ofício. Sua mobilidade social, portanto, passava pelo mesmo processo do "arranjar-se" de que trata Manuel Antonio de Almeida em seu romance: envolvia laços de solidariedade, um pouco de esperteza, e adesão total ao mundo do patrão. Submetiam-se a quaisquer situações, almejando uma futura posição, mesmo que fosse necessário enganar clientes adulterando produtos como vinho e azeite ou vendendo produtos nacionais como estrangeiros: "[...] aqui está perfeitamente assente a ética do arrivismo, ou seja, o desejo de enriquecer a qualquer custo, mesmo quebrando os padrões de conduta tradicionalmente impostos ao comerciante (honestidade acima de tudo nos negócios; frugalidade e poupança na vida familiar)".[391] Esses padrões tradicionais de conduta, como o trabalho duro e a honestidade, são alvos de crítica da literatura na época, seja no teatro de Martins Pena, em que muitos personagens são caixeiros, seja no romance de Almeida que estamos analisando, no qual ser emigrante e português é sinônimo de malandragem, de esperteza, de sagacidade, ociosidade e de mobilidade social. A ética do arrivismo é uma marca da sociedade brasileira oitocentista, ela está em todos os lugares: onde havia um homem livre, fosse ele ocioso ou trabalhador, lá estava o arranjar-se e a possibilidade de mobilidade social. Manuel Antonio de Almeida sabia disso, aponta apenas essa questão estrutural brasileira, bem como satiricamente expõe que, entre todos os tipos sociais espalhados na sociedade carioca que figurou, os emigrantes portugueses, os caixeiros, eram aqueles que mais se beneficiavam das relações de favores e, nessa medida, ascendiam socialmente. Contudo, não nos esqueçamos de que, ao lado da ética do arrivismo dos caixeiros, também existia a ética do ascetismo, da valorização da instrução e do trabalho, como já destacamos.[392]

Logo, podemos falar de trabalho livre no Brasil Império, mas não de divisão do trabalho social.[393] Tal realidade era, de algum modo, figurada pela literatura: em se tratando de um romance de costumes como as *Memórias de um sargento de milícias*, que funde

---

[390] Lenira Menezes Martinho, "Os caixeiros como grupo socioprofissional", op., cit., pp. 56-57.

[391] Lenira Menezes Martinho, "Os caixeiros como grupo socioprofissional", op., cit., pp. 58-59.

[392] Os termos "ética do arrivismo e do ascetismo" são de Lenira Menezes Martinho, "Os caixeiros como grupo socioprofissional", op., cit., p. 60.

[393] Sidney Chalhoub caracteriza o período compreendido entre o final do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX como um processo de transição de relações sociais do tipo "senhorial-escravista" para relações do tipo "burguês-capitalista" na cidade do Rio de Janeiro. Cf. Sidney Chalhoub, *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 27.

elementos referenciais de contexto e o ficcional, o escritor recria uma situação do trabalho semelhante à da sociedade do tempo de el-rei e a do seu tempo.[394] Ali, apesar de Almeida expor tantas profissões, elas não passam de ofícios (*métier*); dessa forma, estão mais para o artesanato do que para a profissão.[395] Por isso, pode-se afirmar que o trabalho não existe nas *Memórias*: para ele existir esteticamente seria necessário que os escravos que aparecem no romance deixassem de ser mero ornamento em meio à massa de personagens para se tornarem um problema social, o que não acontece. Conforme já foi assinalado, Almeida suprime o escravo e, ao fazer isso, suprimia quase totalmente o trabalhador e seus opositores, os círculos dirigentes e o mando.[396] Recorde-se que era próprio do estilo satírico afastar qualquer coisa que pudesse lembrar complicações sérias ou até trágicas, como a questão do trabalho escravo.[397]

Não havendo divisão de classes, no sentido de luta de classes, o que existe nas *Memórias* é uma singela hierarquia social entre emigrantes e brasileiros: há um representante dos ricos, na figura de D. Maria; uma porção de representantes dos estratos médios (os Leonardos, Vidigal, Compadre, Comadre, José Manuel etc.) e os menos favorecidos (Chico-Juca, os Ciganos, Vidinha etc.); alguns brancos, outros mulatos, mas todos livres e que realizam ofícios, seja de barbeiro, parteira, oficial de justiça, seja de valentão, feiticeiro, mestre de reza, violeira ou meirinho. Quanto a este último, quero lembrar que o sentido de meirinho empregado no romance é o de caixeiro.[398]

Sobre a figura do meirinho Leonardo Pataca, esta é outra manifestação da ironia de Almeida em relação aos caixeiros:

> Ser valentão foi em algum tempo officio no Rio de Janeiro; havia homens que vivião disso: davão pancada por dinheiro, e iam a qualquer parte armar de propósito uma desordem, comtanto que se lhes pagasse, fosse qual fosse o resultado.

---

[394] "[...] embora não seja um romance histórico como *O Guarani* ou *A Guerra dos Mascates*, de José de Alencar, a ação, nas *Memórias*, decorre igualmente de um tempo anterior ao da narração, que se situa em seu próprio tempo presente". Cf. Mamede Mustafa Jarouche, "Introdução...", in: *Memórias de um sargento de milícias*, op. cit., p. 50.

[395] Inspiro-me em Renato Ortiz, "Notas sobre as ciências sociais no Brasil", in: *Ciências Sociais e trabalho intelectual*, São Paulo: Olho d'água, 2003, p. 188.

[396] Cf. Roberto Schwarz, *Que horas são?*, op. cit., p. 132.

[397] Dentro da sátira "tudo o que, psicológica ou sociologicamente, possa lembrar complicações sérias ou até trágicas – deve ser afastado: destruiria o estilo pelo seu sucessivo peso". Erich Auerbach, *Mimesis*, op. cit., p. 27.

[398] Mamede Mustafa Jarouche, em um capítulo intitulado "Constituição de leitores e autores", indica que entre os grupos aos quais *Memórias de um sargento de milícias* se dirigia estavam os caixeiros, os tipógrafos e outras categorias alfabetizadas. Com relação aos caixeiros, que nos interessam aqui, para ele, a metáfora meirinho pode significar caixeiro, conforme já destaquei. Contudo, quanto à questão do público, o autor pensa ser forçoso resgatar as práticas de leitura a partir das pistas deixadas pelo texto e contexto da época, observação com a qual não concordamos. Ver Mamede Mustafa Jarouche, *Sob o império da letra*, op. cit., p. 276 (nota 487) e p. 280.

> Entre os honestos cidadãos que nisto se ocupavão, havia, na época desta história, um certo Chico-Juca, afamadissimo e temível.
> [...] estava na porta da taverna sentado sobre um sacco quando appareceu-lhe Leonardo.
> – Olá, mestre pataca! disse elle apenas o viu, pensei que ainda estavas de chilindró tomando fortuna por da causa da cigana...[399]

A história da Cigana é antiga, o leitor só não sabe que por conta desta aventura Leonardo foi parar na cadeia. Apesar disso, não estava ainda satisfeito com o resultado da sua paixonite, tanto que queria vingar-se da rapariga, que acabou trocando um português por outro. Por conta disso, Leonardo Pataca acaba recorrendo ao Chico-Juca para resolver o problema de seu adversário e ganhar novamente os carinhos da Cigana.[400] Estamos no capítulo XIV, e o leitor oitocentista estará prestes a saber que a vingança de Leonardo se dá pela metade, pois humilha seu oponente, mas não ganha a Cigana em seus braços, ficando mais uma vez no desespero. Desespero próprio de um homem bastante sentimental, comenta o narrador. Mas o que significava ser um homem sentimental? Implicava ser alguém que não fazia mais nada a não ser perseguir o rastro da sua amada:

> Se a via na janella, ora parava na esquina a dirigir-lhe olhares supplicantes; passando por junto della deixava ora escapar um magoadissimo suspiro ou uma queixa amargurada.
> Todas estas scenas, desempenhadas por aquella figura do Leonardo, alto, corpulento, avermelhado, vestido de casaca, calção e chapéu armado, tão cômicas, que toda a vizinhança se divertiu com ellas por alguns dias.[401]

Este homem que vive do ócio, que tem uma imagem cômica para o narrador e motivo de comentários dos vizinhos, era sinônimo do próprio aventureiro, cujos esforços irresponsáveis visavam atingir apenas seus propósitos lascivos. Daí não ligar para nada, como a prisão ou o envolvimento com um personagem tão temível quanto Chico-Juca, para alcançar o resultado que desejava.

Manuel Antonio de Almeida figura através de Leonardo Pataca um personagem que tira o máximo proveito das situações no instante em que faz parte delas. Foi assim com a pisadela e o beliscão, foi assim com a Cigana e com as demais relações amorosas e eróticas em que o personagem se envolveu. Claro que há nele sempre um sofrimento inicial, depois que suas paixões se acabam ou são frustradas. Como vemos, a dor existe, porém não perdura;

---

[399] Capítulo XIV, "Estrallada", *Correio Mercantil*, 12 de setembro de 1852.

[400] Sobre a questão da rixa e do ócio dentro das *Memórias*, ver Edu Teruki Otsuka, "A questão do trabalho nas *Memórias de um sargento de milícias*", *XI Congresso Internacional da ABRALIC: Tessituras, Interações, Convergências*, 13 a 17 de julho de 2008, USP – São Paulo, Brasil, pp. 01-06; consulta site:< http://www.abralic.org.br/anais/cong2008/anaisonline/.../edu_otsuka.pdf.> acesso: julho/2011.

[401] Capítulo XV, "Successo do plano", *Correio Mercantil*, 19 de setembro de 1852.

afinal, Almeida tomou o cuidado de construir um personagem com sentimentalidades, mas que, acima de tudo, era um aventureiro: existem os sentimentos como o amor, e também existe a multidão dos desejos, bem como o reconhecimento de que, qualquer que seja o obstáculo, ele pode ser transposto, pois o que importa é a aventura concretizar-se.[402] Nesse sentido, Almeida, ao mergulhar seu personagem no mundo do ócio e da rixa,[403] foge do discurso dos círculos dominantes de que o mundo do ócio é "um mundo marginal, que é concebido como imagem invertida do mundo virtuoso da moral, do trabalho e da ordem".[404] Ao contrário, a referência ao ócio pertence àquele mesmo esquema irônico e valorativo de julgar o elemento português. Mesmo que esse universo ocioso seja visitado por todos, até os mais corretos, como o Major Vidigal, a intenção é tipificar o personagem português – o parâmetro continua sendo o antilusitanismo.

Leonardo Pataca é um meirinho, o compadre é barbeiro, a comadre é parteira, Vidigal é major, o Chico-Juca é valentão. Amplie isso para o título "sargento de milícias" e ficaremos com a impressão de que tudo é trabalho ou ocupação dentro da narrativa. Mas atente-se para o fato de que não está em questão no romance o ideal de trabalho, próprio do tipo trabalhador, que é a outra face do tipo aventureiro.[405] Na verdade, se quisermos ver algum espírito do trabalho em Leonardo Pataca, do caixeiro, não poderíamos sair do primeiro capítulo, porque depois dele, ao longo do romance-folhetim, o escritor dá mais espaço ao tipo aventureiro, que despreza o trabalho e qualquer esforço, como acontece ao seu filho, em relação a qualquer situação de ordem de que fosse incumbido.

Trabalho e educação, ambos sinônimos de esforço pessoal, de ordem, de competência, terminam sendo motivo de sátira quando conhecemos estes personagens de Almeida. E, pensando num destinatário específico, a ironia aqui construída visava a atingir aqueles envolvidos nesse processo: refiro-me, mais uma vez, à classe caixeiral do Rio de Janeiro, os emigrantes portugueses.

Seguindo as pistas extraídas do romance-folhetim, isto é, depois de tratar do leitor intencionado, agora podemos pensar para além de um destinatário específico, sendo possível

---

[402] Inspiro-me em Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, op. cit., p. 15.

[403] O assunto é central em Edu Teruki Otsuka, "Rixas no tempo do rei"..., op. cit., _____, *Era no tempo do rei...*, op. cit., pp. 65-86.

[404] Sidney Chalhoub, *Trabalho, lar e botequim*, op. cit., p. 49.

[405] "[...] as qualidades próprias do aventureiro – audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem // [...] as energias e esforços que se dirigem a uma recompensa imediata são enaltecidos pelos aventureiros; as energias que visam à estabilidade, à paz, à segurança pessoal e os esforços sem perspectiva de rápido proveito material passam por viciosos e desprezíveis para eles. Nada lhe parece mais estúpido e mesquinho do que o ideal do trabalhador". Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, op. cit., p. 13.

traçar contornos mais precisos de um público leitor, que tem existência concreta no Rio de Janeiro, onde o romance-folhetim foi publicado. Refiro-me ao público de caixeiros da comunidade portuguesa. E dentro desse público a questão da educação, do trabalho e uma série de privilégios se destacam. Trata-se, portanto, de um grupo de *status*, cujos principais elementos de prestígio são a oportunidade de emprego, consequentemente renda própria, e educação. Esses componentes de *status* podiam ser adquiridos pelos caixeiros, primeiro, porque tinham possibilidades de fazer sociedades com os seus patrões, criar e participar de associações comerciais e beneficentes, de ter até seus próprios negócios, tudo isso graças aos favores adquiridos, conforme vimos no primeiro capítulo; segundo, porque o nome caixeiro estava associado também à capacidade de ler, escrever e servir no ramo do comércio. Fosse como criado doméstico, fosse como uma espécie de contabilista, ou mesmo sem nenhuma função claramente definida, o trabalho, a educação e o foco no arrivismo social são princípios organizadores e sustentadores da vida dos caixeiros. Trata-se, portanto, do *ethos* caixeiral, que inspira Manuel Antonio de Almeida a elaborar uma crítica perspectivista sobre o tipo médio português do Rio de Janeiro.

A comicidade, o riso e a ironia eram algo a se esperar de um escritor colaborador da "Pacotilha", afinal não era uma seção conhecida apenas por seu teor político, mas também satírico.[406] Além disso, pensamos que, ao se valer da vertente humorística e debochar de tudo o que era caro aos emigrantes portugueses, Almeida podia estar lamentando-se, nas entrelinhas de sua ficção, acerca da predominância da malandragem, bem como das poucas oportunidades de trabalho livre que existiam, que eram ocupadas por emigrantes bem-aventurados. Sofriam no Brasil Império os trabalhadores livres, como ele próprio, um jovem que necessitava de emprego e de favores para sobreviver.

Satirizar o funcionamento da sociedade brasileira, inserindo o elemento português como um tipo pequeno-burguês bem-aventurado e cômico, parece ter sido a forma que o escritor encontrou tanto para expor o funcionamento da sociedade da época, através de tipos sociais bem definidos, quanto para parafrasear sua própria dificuldade de viver nessa mesma sociedade. Como vemos, elementos referenciais e ficcionais estão em questão quando se trata de um "romance de costume", possibilitando que sejam estabelecidas relações entre o texto e o contexto, cujo fim é extrair do leitor intencionado, refratado na obra, a ironia em relação aos seus destinatários específicos.

---

[406] Ver Nelson Werneck Sodré, *História da imprensa no Brasil*, op. cit, p. 190; ver também Mamede Mustafa Jarouche, *Sob o império da letra*, op. cit., pp. 91-134, pp. 135-316; _____, "Introdução: Galhofa sem melancolia, op. cit., pp. 13-59.

2.1.6. Elementos biográficos em foco: a relação entre os aspectos pessoais e literários de Manuel Antonio de Almeida

O interesse aqui é apresentar os nexos possíveis entre a vida e a obra de Manuel Antonio de Almeida. Procedimentos como esse são vistos como reducionistas, embora haja situações em que, talvez, possam contribuir, como chave explicativa, para o entendimento de determinada obra literária de feições antilusitanas.

Baseado nisso, começo lembrando que Manuel Antonio de Almeida nasceu no Rio de Janeiro (17/11/1831) aparentemente numa família de emigrantes portugueses pobres, situação que iria agravar-se com a morte de seu pai (um tenente do baixo escalão do exército) ainda na infância, e depois de sua mãe (dona de casa), quando o escritor estava na mocidade e teve que assumir a guarda dos irmãos mais novos e responsabilidades domésticas.[407]

Foi, portanto, através dos esforços da mãe e da pensão deixada pelo pai, que Manuel Antonio de Almeida chegou a cursar o ensino primário e secundário, passou pela Academia de Belas-Artes, e quando Josefina Maria de Almeida deixou os quatro filhos, o mais velho tinha acabado de se matricular na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1848). Com esse breve balanço biográfico do escritor quero mostrar que, apesar da origem humilde, ele escolheu seguir o caminho mais convencional e estabelecido pela elite brasileira: a busca do prestígio através do título de bacharel. Mas diferentemente da maior parte dos estudantes das faculdades brasileiras, de Medicina e de Direito, Manuel Antonio de Almeida precisava trabalhar para sustentar a si mesmo e os irmãos. É nesse momento que o jovem de dezenove anos ensaia algumas produções literárias, como poesias em periódicos da época, e investe em traduções para a *Tribuna Católica*. A competência literária resulta num convite para colaborar na redação do *Correio Mercantil*, de onde sairá depois de 1856, para ocupar o cargo de administrador da Tipografia Nacional.

Sobre o *Correio Mercantil* e a origem do romance *Memórias de um sargento de milícias*, contam os biógrafos que a inspiração veio de um homem já idoso, que prestava serviços à redação, e que tinha sido um sargento reformado das milícias comandadas pelo Major Vidigal, o mesmo que dá nome ao personagem do romance. Esse sargento chamava-se Antonio César Ramos e teria sido uma das inspirações do jovem escritor-jornalista.[408] Ele também poderia ter se inspirado em cenas de sua infância e juventude, principalmente no que se refere à origem pobre e à dificuldade de se aplicar aos estudos sistematicamente, ou mesmo

---

[407] Ver Marques Rebelo, *Para conhecer melhor Manuel Antônio de Almeida*, op. cit., pp. 9-10.

[408] Ver Marques Rebelo, *Para conhecer melhor Manuel Antônio de Almeida*, op. cit., pp. 10-11; Mário de Andrade, *Aspectos da literatura brasileira*, op. cit., pp. 128-129.

"investir" na carreira de bacharel em medicina, buscando através de favores algum cargo público dentro do Império. Em vez disso, teve que se arranjar em diferentes ocupações literárias (poesias, traduções, libretos etc.) para custear sua sobrevivência.[409] Tais soluções acompanhariam o escritor durante toda a existência:

> [...] uma figura relativamente marginal procurando, sem muito sucesso, uma vaga no *establishment* da época: até o fim da vida, segundo os resíduos documentais conhecidos, MAA [Manuel Antônio de Almeida] procurou segurança econômica por meio da prestação de serviços intelectuais.[410]

Tendo em vista essas experiências pessoais, podemos deduzir que a linguagem irônica e satírica construída na narrativa guarda vínculos com dificuldades enfrentadas pelo escritor: a necessidade de trabalhar para sobreviver, a obrigação de obter o título de bacharel sem nenhum fim prático e, sobretudo, um possível descontentamento com a ideologia dos círculos dirigentes, fundada nas relações de favor, em lugar da competência, e na valorização do elemento estrangeiro, e não do homem branco, brasileiro e livre. Digo isso porque Almeida, mais do que qualquer outro escritor romântico brasileiro, mesmo tendo adotado como princípio de vida alguns valores e opiniões da elite brasileira – como a educação superior como elemento de estratificação social –, encontrou muitos obstáculos para ocupar alguma posição nessa sociedade, sofrendo muitas vezes com a falta de emprego (conforme veremos através das suas cartas), conseguindo ascender socialmente somente no final da vida, ainda que numa posição intermediária, como Segundo Oficial da Secretaria da Fazenda.

Nesse sentido, a educação não podia representar, para o escritor, o mesmo que representava para os círculos dirigentes ou para a comunidade portuguesa: símbolo de prestígio. Sua competência intelectual e artística quase não resultou em nada, e o escritor parecia já reconhecer isso em sua juventude, quando nas suas *Memórias de um sargento de milícias* figurou a questão da educação com bastante humor e descrença, pois não representava nada socialmente. Morreu aos trinta anos de idade num naufrágio, e aquilo que preconizou para o herói da sua história, um final "feliz", não conheceu.

Como vemos, dentre a multidão dos homens livres, o acesso à educação e a oportunidade de trabalho eram apanágio dos caixeiros, a grande maioria emigrantes portugueses, os mesmos que são tratados com ironia nas *Memórias* por causa das suas vantagens no Império, situação que o próprio autor do romance experimentou muito pouco.

A sátira, consequentemente o humor, a ironia, a caricatura social e a tonalidade

---

[409] Ver Mário de Andrade, *Aspectos da literatura brasileira*, op. cit., pp. 125-126.

[410] Mamede Mustafa Jarouche, *Sob o império da letra*, op. cit., p. 46 – *interpolação por minha conta*.

coloquial são muito visíveis nas *Memórias de um sargento de milícias*, uma das principais manifestações literárias de cunho popular dentro do nosso Romantismo – o que permitiria inserir o escritor no rol daqueles que "revolucionaram" as letras brasileiras com sua autenticidade e espontaneidade nacional.[411] E através dessa obra o escritor expõe sua personalidade, seu *ethos* de escritor-jornalista, ocupado em satirizar no rodapé do jornal "o modo de formação das famílias, dos prestígios, das fortunas, das reputações, no Brasil urbano da primeira metade do século XIX".[412] Seu alvo são, especialmente, os personagens, a maioria figurados como emigrantes portugueses e descendentes, aos quais o escritor se dirige ironicamente, recriando parte daquela mentalidade antilusitana característica do período, que serve de parâmetro para criticar o tipo caixeiral.

E outra situação na qual seus personagens são expostos é a questão do trabalho e da ociosidade.[413] As posições, as ocupações e sua antítese são características nas *Memórias*: começando pelo título, que evoca a função de sargento de milícias, seguindo pelos primeiros momentos do romance, em que são figuradas as profissões de meirinho, depois de barbeiro, de juiz, de padre etc., alcançando sua antítese com a ociosidade e os favorecimentos do herói do romance, o *ethos* do trabalho é uma das expressões da narrativa. E por quê? Talvez a resposta esteja no fato de o escritor ter "experimentado cotidianamente a dificuldade de viver com pouco dinheiro",[414] encontrando no trabalho a condição de sobrevivência, já que não gozava dos prestígios da tutela imperial, que beneficiava, vale repetir, os caixeiros.[415]

Sua correspondência é reveladora dessa questão:

> [Carta a Quintino Bocaiúva] não posso entretanto estar em circunstâncias mais desesperadas; todos os dias se me vence um vale, uma conta, uma letra, que não pago porque não tenho com quê, e que ficam adiados para o dia seguinte me caírem em cima de novo. Ainda não mudei pra Sto. Amaro por não ter dinheiro. Por mal de pecados, estou reduzido à metade do que ganhava, porque me levaram as provas da Tip., o que quer dizer que tenho rebatido o que era propriamente ordenado, estou

---

[411] Apesar de os escritores românticos nunca terem sido objeto de prestígio na obra de Gilberto Freyre, ele elogia os escritores e artistas "que têm revolucionado as letras e a vida no Brasil, no sentido não só da autenticidade como da espontaneidade na criação intelectual ou cultural", e Manuel Antonio de Almeida pode ser contemplado com estes pressupostos. Cf. Gilberto Freyre, "A literatura moderna no Brasil considerada em alguns dos seus aspectos sociais", in: *Novo mundo nos trópicos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000, p. 236.

[412] Antonio Candido, *O discurso e a cidade*, op. cit., p. 45.

[413] Edu T. Otsuka interpreta a questão do trabalho nas *Memórias* a partir da questão das rixas, que segundo ele nascem desse descontentamento com as relações de favor e dificuldade de sobrevivência dos homens livres durante o Brasil Império. Cf. Edu Teruki Otsuka, "A questão do trabalho nas *Memórias de um sargento de milícias*", op. cit., pp. 01-06. A mesma questão aparece num dos capítulos da sua tese de doutorado: ver Edu T. Otsuka, "Dinâmica narrativa e seu motor", in: *Era no tempo do rei*, op. cit., pp. 65-90.

[414] Marisa Lajolo e Regina Zilberman, *O preço da leitura*, op. cit., p. 80.

[415] Ver Capítulo 1 "Joaquim Ramalho Ortigão...".

> literalmente sem vintém.[416]
>
> [Carta a Quintino Bocaiúva] Previne ao Saldanha que tenho em 150$ a importância dos dois volumes de tradução que mandei, e que já o *Diário* começou a publicar, dei aqui uma carta de ordem contra ele na importância de 100$000, que lhe será apresentada de quinta-feira em diante. Se o que já estiver publicado até essa data ainda não importar nos cem mil RS. Tenha ele a bondade de adiantar a diferença por conta do que ainda estiver por publicar.[417]
>
> [Carta a José de Alencar] Para empresa porém de sem.e vulto, sabe V. muito bem que não bastam unicam.e os recursos particulares; se não houver auxílio oficial nada se poderá levar a efeito. Tínhamos pensado a princípio em pedir às Câmaras um auxílio de loterias, e já se havia disposto tudo para isso, quando nos ocorreu a lei do ano passado, que acabou com esse modo de auxílio oficial [...] É nisto que V. nos pode prestar a maior utilidade, não só pelo seu voto simples como Deputado, mas principalm.e como membro da comissão do orçamento [...] Não trago isto para pesar sobre o seu espírito com autoridade de gênero algum, mas unicamente para pô-lo ao corrente do estado do negócio.[418]

Abstenho-me de entrar no mérito das diferentes questões arroladas nas cartas, para me concentrar num único argumento: trata-se, aqui, de um escritor que, no final da década de 1850, não goza de nenhum privilégio ou prestígio social; antes, precisa recorrer aos amigos e ao governo para que lhe propiciem trabalho e favores para sobreviver (o trabalho e a competência intelectual são a condição de existência de escritores como Manuel Antonio de Almeida). Esse *ethos* pode ser percebido dentro de sua obra romanesca através da dicotomia trabalho e aventura que ele expõe por meio de seus personagens, com a diferença de que eles, assim como os caixeiros tratados com ironia, conseguem se arranjar, enquanto o escritor, pessoalmente, não.

E para alguém tão necessitado de trabalho, nada mais adequado do que a existência de um público que pudesse gestar suas obras através de um mercado literário, do comércio do livro, que libertasse o escritor das relações de favor e o vinculasse ao público literário, gerando alguma autonomia no tempo do Imperador.

Um dos únicos públicos capazes de dar suporte ao escritor, por viverem relativamente autônomos com relação ao governo, eram os caixeiros portugueses, com os quais o escritor se comunica, embora ironicamente. Fato é que havia emigrantes portugueses (caixeiros ou não) entre os assinantes do *Correio Mercantil*; todavia não sabemos se eles já estavam presentes na

---

[416] A carta foi endereçada ao amigo no sentido de pedir ajuda depois que Almeida foi exonerado do cargo de administrador da Tipografia Nacional, que ocupara desde 1857. Manuel Antonio de Almeida apud Marisa Lajolo e Regina Zilberman, *O preço da leitura*, op. cit., p. 80, nota 16.

[417] Esta tradução de que trata Almeida em 1861, ano de sua morte, é a continuação da tradução do livro de Charles Ribeyrolles, *O Brasil Pitoresco*, iniciada em 1859. Manuel Antonio de Almeida apud Marisa Lajolo e Regina Zilberman, *O preço da leitura*, op. cit., p. 80, nota 16.

[418] Esta solicitação de ajuda do governo, na figura de Alencar, ainda se refere à continuação da tradução de *O Brasil Pitoresco*. Cf. Carta Manuel Antonio de Almeida apud Marisa Lajolo e Regina Zilberman, *O preço da leitura*, op. cit., p. 81, nota 17.

vida desse jornal quando Almeida publica suas *Memórias*. Esses emigrantes portugueses e assinantes, na verdade, são as testemunhas de leitura de Alencar em 1854, e indicam que tal público era uma realidade nessa época e talvez um ano antes, quando os caixeiros portugueses foram alvo do antilusitanismo de Almeida. Pensando nisso, e fazendo mais conjecturas, talvez pudéssemos ler aquele fátuo e irônico pedido de desculpas do escritor ao leitor intencionado no último parágrafo do romance-folhetim, como uma evidência particular de que os emigrantes portugueses e caixeiros circundavam a redação já naquela época, embora não tenhamos encontrado nenhuma testemunha que tivesse reagido ao romance-folhetim naquele momento. Talvez isso nem pudesse acontecer: não podemos nos esquecer que o antilusitanismo era uma mentalidade da época e um parâmetro para se construir a crítica a um tipo social naquele momento; logo, era aceitável, envolvente, risível, mesmo para aqueles que eram seu alvo.

Resumindo para concluir: a questão do trabalho, da necessidade de ter um ofício para sobreviver, revela um escritor fora das regras do patrocínio oficial que vigoravam no Segundo Reinado, do qual vai desfrutar José de Alencar, conforme veremos. As explicações para isso estão em sua biografia: Almeida não era um bem-nascido no tempo do Império, o que lhe trouxe muitas consequências na vida adulta, conforme já pudemos sentir em sua correspondência, bem como na trajetória de vida que vimos há pouco.

Mas a questão aqui é o *ethos* do trabalho do escritor, a valorização da profissão, a crítica ao ócio, ao patrocínio oficial, justamente por participar muito pouco da lógica dos arranjos e dos favores da sociedade brasileira. Almeida, assim como os outros homens livres que necessitavam de trabalho, sofria com a negligência dos círculos dirigentes em relação ao trabalho livre: uma multidão de homens, desde os pobres analfabetos até os pobres letrados, como escritores e jornalistas, que eram lançados à inércia diante da disputa pela sobrevivência.

Durante o Império, a elite brasileira nunca se ocupou com a reprodução social da mão de obra livre e interna do país: recorreu, no momento em que o processo da escravidão se enfraquecia (Lei do Fim do Tráfico Negreiro, 1850), também ao elemento estrangeiro, como o emigrante,[419] deixando o trabalhador brasileiro sem muitos meios de sobrevivência. Esse abandono, por sua vez, talvez resulte no antilusitanismo de Almeida figurado nas *Memórias*, na medida em que o elemento emigrante sempre ocupou lugar de destaque na sociedade brasileira, sempre atraiu os investimentos dos círculos dirigentes, o que explica, de um lado, a

[419] Ver Luiz Felipe de Alencastro, "Proletários...", in: *Novos estudos CEBRAP*, op. cit., 1988.

raiva e, de outro, a ironia em relação ao elemento português que existia no Brasil durante o Império.

Enfim, dentro das *Memórias de um sargento de milícias* há fortes elementos que apontam os caixeiros portugueses, "os emigrados de Portugal", como um dos públicos leitores *alvo* do romance-folhetim de Manuel Antonio de Almeida, publicado no rodapé do *Mercantil*. E essa hipótese pôde ser verificada ao longo desse capítulo a partir de alguns indícios que foram surgindo a partir da interpretação textual e da biografia do escritor, cujo fim era alcançar alguma evidência particular sobre um público-alvo do escritor: o tipo caixeiral. Esse passo inicial foi de grande importância para a Sociologia do público literário, pois é possível atribuir, depois dos elementos constutivos apresentados, que um destinatário específico, em último caso, uma camada do público à qual se dirigem as *Memórias*, seja a "classe caixeiral" do Rio de Janeiro.

Baseado nisso, pretendo, na próxima parte do capítulo, dedicado às testemunhas de leitura de Alencar, apresentar outras evidências acerca desse público-leitor do folhetim do *Correio Mercantil* formado por emigrantes portugueses. Isso porque também houve envolvimento com a comunidade de emigrantes portugueses do Rio de Janeiro por parte de José de Alencar, colaborador das "Páginas Menores", através da série *Ao correr da pena* – algo que ocorreu um ano depois de Almeida, em 1854. Diante disso, temos com Almeida uma construção interpretativa, cujo resultado aponta para uma tipologia de destinatário, os caixeiros portugueses. Com as cartas e/ou testemunhos de leitura de Alencar, por sua vez, alcançaremos outras evidências que, por fazerem referência ao público de emigrantes portugueses, contribuem para validar o que era uma hipótese inicial sobre esse grupo como portador/suporte do folhetim do *Correio Mercantil* no início da década de 1850.

2.2. JOSÉ DE ALENCAR: testemunhos de leitura

Inicio destacando que entrei em contato com os leitores de José de Alencar através de correspondências enviadas à seção "Publicação a pedido", publicadas na segunda ou na terceira página do *Correio Mercantil*, entre os meses de outubro e novembro de 1854. Ali podem ser encontradas toda sorte de cartas de leitores, a maior parte anônima ou assinada por abreviações e pseudônimos. Por uma contingência, deparei com duas correspondências possuindo signatários e reagindo a duas das crônicas da série *Ao correr da pena*.

O objetivo, reitero, é apresentar e discutir o conteúdo das cartas, através do que intitulei "cena epistolar", haja vista que no cenário do jornal estão em ação dois personagens: o escritor e o leitor. E será através da reconstrução dessa cena que chegaremos à interpretação de um público do folhetim do jornal.

2.2.1. Construção da primeira cena epistolar: higiene pública

Com a palavra, a primeira testemunha de leitura da crônica-folhetim:

> "A limpeza da cidade, e o colaborador das Páginas Menores do Mercantil"
>
> Ilm. Sr. redator do Mercantil – O ilustrado colaborador das Páginas Menores de sua folha de hoje, no imoderado desejo que tem de elogiar *a nova ordem de cousas*, e de deprimir injustamente a pobre municipalidade, exprimiu-se do seguinte modo:
> "[...] basta percorrer as ruas desta cidade, para *reconhecer os sinais de uma vigilância ativa, que vai pouco a pouco substituindo o deleixo e a incúria que ali reinava entre a lama e os charcos*".
> Mas esta vigilância ativa, meu caro senhor, não podeis atribuí-la à vossa administração predileta, que ainda não deu cópia de si, apesar dos imensos recursos que lhes vão proporcionar os cofres públicos. Sabei *por ora* essa câmara deleixada, que a tem conseguido a poder de esforços de seus empregados, o da mesquinha consignação de 2:500$000 mensais que tem para esse serviço.
> Se duvidais do que vos digo, consultai o *Jornal do Commercio* dos dias 9 e 11 do corrente; e vereis que a vossa predileta administração havia de começar o seu trabalho no dia 9; e isso mesmo somente em três freguesias; porque as outras três, isto é: as que mais difíceis são de uma limpeza completa, essas ficam ainda a cargo dessa deleixada municipalidade, e de seus mesquinhos 2:500$000 mensais.
> Confiado na vossa bondade e cavalheirismo, Sr. Redator, espero que dareis publicação a esta minha carta na vossa folha de amanhã; e que acrediteis que sou, etc.
> O Sr. Roberto Jorge Haddock Lobo
> S.C, 12 de novembro de 1854"[420]

Ao sair na seção "Publicações a pedido", de segunda-feira, 13 de novembro de 1854, a carta é uma reação à crônica-folhetim publicada no dia anterior (domingo, 12 de novembro)

---

[420] *Correio Mercantil, 13 de novembro de 1854* – Microfilme Fundação Biblioteca Nacional – RJ. PR-SPR 1 (14) Correio Mercantil 1854 Período 01 JUL-31 DEZ Ano XI nº 180.358 - *grifos do autor.*

na seção "Páginas Menores" no rodapé do *Correio Mercantil*, assinada por José de Alencar. Segundo o leitor, o vereador Haddock Lobo, a crônica de Alencar elogia as ações do governo, intitulado "administração predileta", e denigre a municipalidade: os grifos do leitor em sua própria epístola evocam a passagem que incomodou o emigrante português na crônica. Como a carta traz a questão dos recursos financeiros da Câmara, considero que seja importante apenas apontar o assunto do dinheiro. Vemos que ele tem presença e coexiste com a vida política – vide Haddock Lobo mencionando os 2.500 réis destinados à municipalidade. Entretanto, está subentendido na epístola que o dinheiro existe, subjuga e conquista, porém ele condiciona bem menos do que a política: veja, por exemplo, como para Haddock Lobo o dinheiro é um problema, todavia o assunto controverso não é ele, mas a ação da "administração predileta", que desperta o "imoderado desejo" de Alencar e a reação do leitor. Dentro ainda da questão do dinheiro, abro um pequeno parêntese para ilustrar que o jornalismo que realiza o folhetim no Rio de Janeiro depende também dos investimentos financeiros de seus proprietários, mostrando como o dinheiro estava em comunhão não só com a vida política, mas também com a imprensa, apesar de seu papel não ser decisivo. No caso do *Correio Mercantil*, o dinheiro está casado com a "classe" proprietária, que lucra com as rendas dos escravos, da terra, de aluguéis de casas, de créditos do seu proprietário, o latifundiário Joaquim Francisco Muniz Barreto, e que vai buscar investir não somente em bens, mas em objetos culturais, mostrando apego por novos valores como a imprensa, cujo modelo é o europeu: do maquinário ao conteúdo do jornal, a propriedade de terras e escravos reverte-se numa missão hierática de conduta social e política representada pelo jornal.[421] Diferentemente das outras "classes" existentes no Império, como a "classe caixeiral", que coexistem com os círculos dirigentes, sem nunca chegar a sê-lo, a "classe" proprietária é, ao lado da "classe" de títulos, o próprio círculo, ocupando o Imperador o cimo da pirâmide. Só que nessa pirâmide o alicerce não era o dinheiro, mas o mando, o favor, as heranças, tudo isso garantindo posição e prestígio social. E na posição de proprietários, além do mando, eles também ditam padrões, como o gosto literário, a moda e programas políticos diversos veiculados pela imprensa. Apesar de ter uma curta duração no Império (1848-1868), o *Correio Mercantil* foi considerado um dos três jornais do Segundo Reinado mais representativos quando o assunto era tanto a difusão do folhetim[422] quanto a criação de

[421] Inspiro-me em Raymundo Faoro, *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, op. cit., p. 227.

[422] Cf. Llana Heineberg, *La suite au prochaine numéro: formation du roman-feuilleton brésilien à partir des cotidiens Jornal do commercio, Diário do Rio de Janeiro et Correio Mercantil (1839-1870)*, Thèse de Doctorat, 400 p. Université de La Sourbonne Nouvelle – Paris III – UFR d'Études Ibériques et Latino-Américaines, 2004,

programas políticos e literários, como a "Pacotilha", revelando tratar-se de um jornal envolvido com as questões do Estado Imperial, mas também com a escrita da atualidade, que fazia parte da estética da crônica-folhetim (fecha-parêntese).

E por falar em crônica-folhetim, aquela que inspirou a carta do leitor será devidamente comentada assim que a questão da escrita referencial que o leitor cobra do cronista na epístola for discutida: "Se duvidais do que vos digo, consultai o *Jornal do Commercio*...". A escrita referencial pertence ao jornalismo noticioso que, dentro das expectativas do leitor, implica fazer justiça aos fatos da sociedade, atentando para aquilo que outro jornal noticiou sobre a questão da higiene pública do município. A imprensa parece ser vista como bastião da verdade, na medida em que estaria compromissada com a veracidade dos fatos. E para o leitor a crônica-folhetim deveria ter o mesmo teor de uma notícia, bem como é esperado do cronista o mesmo compromisso, caso contrário, estará longe de realizar uma escrita mais próxima da atualidade. Aparentando esquecer-se que está se referindo a uma crônica publicada no rodapé do jornal – no mesmo espaço do jornalismo literário no qual a atenção do leitor é disputada por romances e crônicas folhetinescas – o posicionamento de Haddock Lobo frente à crônica e ao cronista pede, inicialmente, um enquadramento do ponto de vista estético.

Para matizar este assunto, tomo como exemplo a opinião do chefe da redação acerca do tipo de jornalismo que ele esperava que cronistas como Alencar realizassem no folhetim do *Mercantil*. Em um artigo publicado em julho – três meses antes dessa cena epistolar – Francisco Octaviano apostava num jornalismo mais literário e menos noticioso, porque acreditava que os leitores dessa seção estavam mais interessados nisso e assim permaneceriam, embora não é o que evidencia Haddock Lobo, o leitor do jornal no mês de novembro. Diante disso, vejamos o que diz parte do programa de Octaviano para o folhetim de domingo:

> As 'Páginas Menores' representão esta necessidade de literatura facil e corrente para uso de todos e a proposito de tudo, que é o característico de nosso tempo [...] Dizer tudo, com vivacidade, a todas as intelligencias, eis ahi a condição essencial, o mérito indispensável nos escriptores de revistas semanaes [...] prevenimos aos leitores que não é nossa ideia circunscrever o folhetim ao histórico de sete dias, mas sim reduzir ás proporções e estylo do folhetim todos os assumptos que a isso se prestarem, visto que a litteratura fácil obtem hoje a preferência do publico.[423]

Otaviano é conhecido como fundador de um tipo de jornalismo que se caracteriza pela

---

p. 6. consulta site : <http://www.bv.fapesp.br/pt/projetos-tematicos/1133/caminhos-romance-brasil/teses>; acesso em fev/2011.

[423] *Correio Mercantil*, 9 de julho de 1854 – Microfilme Fundação Biblioteca Nacional.

leveza de estilo e variedade de assunto.[424] O experiente redator tem um longo percurso dentro da imprensa do Rio de Janeiro,[425] e sua produção é conhecida por seu caráter literário, tendo em vista o parentesco com o romance-folhetim: primeiro, porque seus textos eram publicados na seção literária reservada ao romance; segundo, porque apresentava um relato romanceado do cotidiano. Escrita referencial e ficcional fazem parte do código do folhetim, também conhecido como crônica-folhetim, e será o formato que Octaviano, depois de deixar o *Jornal do Commercio*, levará para a redação do *Correio Mercantil*, cujo proprietário é o seu sogro, conhecido como Muniz Barreto.

A respeito desta fórmula folhetinesca, que Alencar iria herdar, Octaviano estabeleceu uma espécie de programa, de onde foi retirado o pequeno fragmento supracitado. Penso que a ideia de "literatura fácil" apresentada ali, por um lado, não condiz com expectativa do leitor em relação à crônica de Alencar e, por outro, contradiz também a opinião que Octaviano tinha em relação ao público de assinantes do jornal, pelo menos de um dos seus representantes, que prefere os assuntos sérios à literatura fácil. Na verdade, a preferência de Haddock Lobo não pode ser generalizada para a totalidade do público de assinantes do jornal, que, aliás, não se sabe qual é, pois não existe uma listagem. Se a maioria deles estava interessada na literatura fácil, conforme sugere o chefe da redação e Haddock Lobo não, isso acontecia porque as questões que envolvem este leitor e o escritor na cena epistolar estão relacionadas às posições sociais que ocupam na sociedade carioca. Na posição de leitor, Haddock Lobo espera da crônica e do cronista o envolvimento com assuntos sérios, pois a crônica para ele faz as vezes da realidade; enquanto na posição de vereador, sua expectativa era que, através desta epístola, uma discussão pública acerca da questão da municipalidade despontasse. Há, poderíamos sugerir, elementos estéticos, relacionados ao estilo do escritor e às expectativas do leitor sobre seu tipo de escrita da atualidade, e políticos, relacionados à posição social do leitor e do escritor. Nesses termos, a chave para debatermos essa cena epistolar se relaciona, primeiramente, com a discussão em torno do "realismo" dentro da crônica e, em seguida, com

---

[424] Cf. João Roberto Faria, "Introdução", in: *José de Alencar 1829-1877, Ao correr da pena*, São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. XVIII.

[425] Quando estava no *Jornal do Commercio*, Francisco Octaviano criou, em 1852, a "Semana", que segundo Wilson Martins, era "uma das mais prestigiosas colunas regulares de crônicas na imprensa brasileira" (Wilson Martins, *História da Inteligência Brasileira*, op. cit., p. 464). Mas a participação de Octaviano na imprensa carioca vem de alguns anos antes. Segundo Nelson Wernek Sodré, o jornalista redigiu, entre 01 de setembro de 1836 a 31 de julho de 1848, a *Gazeta Oficial do Império do Brasil*, originalmente *Diário Oficial: Diário do Rio de Janeiro* (10/09/1808 – 29/12/1821) (Cf. Nelson Werneck Sodré, *História da imprensa no Brasil*, op. cit., p. 258, nota 176). Ainda no âmbito da literatura, Francisco Octaviano era conhecido também por suas poesias e pelas poesias que traduzia do francês, inglês e italiano (como as de Victor Hugo, Shakespeare e Horário, por exemplo). Ver Antonio Candido, *Formação da literatura brasileira – momentos decisivos* – vol. 2, op. cit., p. 92.

a questão das posições sociais vinculadas ao tema da municipalidade. Refiro-me às posições sociais, porque o assunto vai girar em torno de dois grupos de *status*: o do leitor, que é um político vereador, e o do escritor, que está do lado do que foi intitulado "administração predileta" e que se refere, antecipo, à figura do ministro do Império.

Partindo dessas ponderações, para aprofundarmos estas questões é necessário ler a (I) parte da crônica de Alencar que inspirou Haddock Lobo e, em seguida , (II) a resposta de Alencar a este leitor:

> [...] basta percorrer as ruas desta cidade, para reconhecer os sinais de uma vigilância ativa, que vai pouco a pouco substituindo o desleixo e a incúria que ali reinava entre a lama e os charcos.
> O Sr. Ministro do Império tomou, nesta questão da limpeza, o verdadeiro partido de um bom administrador e o expediente de um homem de ação. Enquanto a discussão se ateava, tratou de realizar a sua ideia, e criar com os fatos argumentos irresistíveis, argumentos que calam imediatamente no espírito público. Os escrúpulos cessaram, apenas as nossas ruas começaram a mostrar zelo da autoridade; e creio que, removendo a lama e o cisco das ruas, se removerá igualmente qualquer oposição extemporânea a uma medida de tanta utilidade.[426]

I. Foi selecionado somente o trecho que inspirou a carta do leitor, que trata da questão da higiene pública. Nesta parte da crônica, Alencar busca representar uma sociedade organizada para os seus destinatários: o cronista parece querer construir outra imagem do espaço social e político do Rio de Janeiro para os seus possíveis leitores. Isso significa dizer que, por trás de todo esse discurso, existe uma vontade prática e legisladora de comunicar um ideal: a construção de uma nova sociedade, regida pela boa ação do "Sr. Ministro do Império", revelando uma tomada de posição em favor da "classe" de títulos em detrimento da municipalidade. Mesmo se tratando de um pequeno trecho da crônica, já se pode perceber que a intenção do cronista é criar um conjunto de opiniões em favor do ministro – Honório Hermeto Carneiro Leão, também conhecido como Marquês do Paraná – , o que denota tanto a adesão política do escritor em relação ao partido do governo (o conservador) como um pendor em se associar aos altos escalões do Império com a sua produção literária.[427] Como vemos, o texto de Alencar representa a abertura política da redação do jornal (que era liberal), permitindo que ele exponha a figura do ministro do Império no rodapé,[428] provocando a

---

[426] José de Alencar, *Ao Correr da Pena*, op. cit., pp. 80-85 – *grifos do autor*.

[427] A tese aqui não é indicar como literatura e política de uma maneira ampla se fundem neste homem das letras e da imprensa. Mas o leitor pode encontrar esse debate em Kátia Mendes Garmes, *O terrível amolador": Romantismo e política em José de Alencar*. Tese de Doutorado (Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas), Universidade de São Paulo, 2004.

[428] Na presidência do Conselho de Ministros estava o Visconde de Paraná, que era apoiado pela imprensa liberal, inclusive pelo *Correio Mercantil*, que cedia sua primeira página às ordens do governo. Ver Francisco de Assis Barbosa, *José de Alencar, Ao correr da pena*, op. cit., p 16. Atente-se que não há oposição entre liberais e

reação do leitor.

Pelo exposto, pode-se presumir que o leitor de Alencar tinha alguma razão em tomar essa crônica mais como um retrato dos acontecimentos do dia, uma escrita referencial, do que um texto ficcional. E não é pra menos: o trecho em destaque não expõe nenhum traço literário, embora ele existisse. Devo dizer que, propositalmente, extraí da crônica em destaque as passagens nas quais o cronista aparece exercitando mais sua pena de escritor do que de "jornalista", criando um personagem-tipo chamado "diletante". Não é o caso de retomar o texto na íntegra, mas ressaltar que a crônica em questão também podia ser vista como uma das primeiras reflexões do escritor-jornalista sobre um personagem-tipo, ou até mais, poderia ser vista como um ensaio para futuras elaborações de personagens romanescos, mas não é isso que chama a atenção do leitor Haddock Lobo.[429]

Mas se o leitor separa a notícia da ficção, isso acontece não porque realiza uma leitura extensiva ("*liseurs*") no lugar de uma leitura crítica e instrutiva ("*lectant*").[430] Na verdade, trata-se aqui de um leitor especializado, letrado e pertencente a um grupo social específico – que ainda iremos discutir –, e que entre outras coisas conhece todas as regras da prática epistolar mais antiga, como a súplica e a solicitação.[431] Contudo, se esse leitor se interessa mais na escrita referencial do que no aspecto ficcional, cobrando de Alencar a verdade acerca

---

conservadores nesse momento de conciliação. O início da década de 1850 é marcado pela situação política da "Conciliação". Ver Nelson Werneck Sodré, *História da imprensa no Brasil*, op. cit., p. 190 – *grifo do autor*.

[429] Esse não é o assunto aqui, mas vale indicar apenas que vem da própria crítica especializada a assertiva de que a crônica de Alencar foi um exercício para os seus futuros romances, um uso que o escritor fez de um espaço já consagrado do jornal, o rodapé da primeira página, para ensaiar sua futura escrita ficcional: "A importância desses textos para se traçar o perfil intelectual de Alencar, ou mesmo para se perceber sua evolução como escritor, foi assinalada, primeiramente, por José Maria Vaz Pinto Coelho, em 1874 [e] No ano seguinte [por] Joaquim Nabuco". A assertiva é de João Roberto Faria ("Alencar: A semana em revista", in: Antonio Candido et al., *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*, Campinas: Editora da Unicamp, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, pp. 301-302 – *interpolações por minha conta*). Nesta perspectiva, vale relembrar, por exemplo, que poucos anos depois de ensaiar sua pena como cronista, Alencar inicia sua produção de romancista publicando dois romances em folhetim, *Cinco Minutos* e *O Guarani*, ambos no rodapé, só que de outro jornal, o *Diário do Rio de Janeiro*.

[430] Os termos "*lisant*" e "*lectant*" foram empregados por Judith Lyon-Coen para diferenciar os leitores dos romances-folhetins de Balzac e Sue no século XIX. A distinção entre os dois termos vem de Vincent Jouve (*L'Effet-personnage dans le roman*, Paris, PUF, 1992) e Michel Picard (*La lecture comme jeu*, Paris, Éditions de Minuit, 1986), e a síntese de Lyon-Coen é a seguinte: o "*lectant*" será o leitor atento à dimensão instrutiva e moral dos textos, à verossimilhança da representação e do bom gosto. Se pertencer ao partido romântico, ele será sobretudo sensível à expressão do *eu* do escritor ou da sociedade contemporânea expressa pelos textos. Este "*lectant*" falará um pouco da leitura como experiência individual, atraído imediatamente à discussão sobre o alcance dos romances. Já "*liseurs*" são aqueles que praticam a leitura extensiva e nunca se dão conta de que o texto é uma construção; ao contrário, deixam-se tomar e convencer pelo universo literário. Ver Judith Lyon-Caen, *La lecture et la vie. Les usages du roman au temps de Balzac*, Paris: Tallandier, 2006, p. 124, nota 142 (p. 351).

[431] A referência é Judith Lyon-Caen, quando lembra que os manuais epistolares do século XIX sempre trazem cartas de súplica e de solicitação ao rei, ao ministro e a toda uma gama de membros da administração. Judith Lyon-Caen, *La lecture et la vie. Les usages du roman au temps de Balzac*, op. cit., p. 130.

das coisas do governo, isso acontece porque esta crônica-folhetim é simplesmente uma mistura da ficção com a própria escrita referencial, fusão que garante o sentimento de verdade, de verossimilhança existente nesta crônica de Alencar. Isso, talvez, nos permita deduzir que a crônica, ainda que gênero menor ou subgênero, apresentava alguns traços de realismo ao executar uma escrita da atualidade, recorrendo a situações de contexto, que terminam por garantir a expressividade do texto. Tudo isso cria um efeito estético-realista e convence o leitor sobre o fato narrado. Acerca do realismo na literatura, inspiro-me numa definição bastante específica que versa sobre a forma ou estilo como a realidade social é exposta no texto literário. Ao nos debruçarmos sobre uma obra de literatura, podemos perceber, conforme acontece nesse exemplo da crônica de Alencar, como a realidade se manifesta e, por meio desta, chegar a um conhecimento do que pensam os homens sobre si mesmos e sua época.[432] É importante dizer que essa formulação, além de indicar que os realismos são muitos e presentes desde a Antiguidade até o mundo moderno, considera mais a questão dos estilos e dos condicionamentos do que a hierarquia dos gêneros, não importando se estamos diante de um romance, um conto ou uma crônica. Com isso, a crônica pode ser integrada à história da literatura, afinal realiza uma escrita da atualidade, ou, em outros termos, nela podemos encontrar a realidade brasileira exposta brevemente e de maneira transfiguradora, por meio da imaginação romântica do escritor, por mais que seja considerada um gênero menor.

Todavia, não podemos deixar de destacar que quem atribui esse caráter realista da crônica é o leitor. Por considerar a crônica de Alencar um relato jornalístico e uma manifestação da opinião do escritor, Haddock Lobo acaba atribuindo significação social ao fato narrado, desconsiderando qualquer aspecto ficcional que a crônica pudesse ter. É o leitor, portanto, que confirma que aquela crônica do dia, embora não passasse de um folhetim de domingo, fazia as vezes da realidade.

Conforme se destacou, o ficcional também compunha o espaço do rodapé, mas é somente o referencial, no qual aparece a questão da higiene pública, que chama atenção do leitor, tendo ele ali se fixado. Talvez porque mais do que um leitor de literatura, e de "literatura fácil" para usar a expressão de Octaviano, Haddock Lobo está interessado somente no debate político que também faz parte do folhetim e se resume no trecho que destacamos. Tanto existe esse posicionamento político que Alencar vai investir numa resposta ao leitor. Sua expectativa, veremos, é tentar esclarecer os fatos políticos, não os literários, presentes na

[432] A referência é Erich Auerbach, *Mimesis*, op. cit., 2001.

crônica.

II. Com a palavra, o cronista em resposta à carta de Haddock Lobo:

> **A limpeza da cidade**
> [...]
> Como porém não desejo que o meu ilustre colega entenda que fujo de uma discussão na qual tenho por mim os fatos da atualidade e os exemplos do passado, apresso-me em dar-lhe a resposta, que a manifestação pública já tem dado á ligeira oposição que a princípio manifestou-se contra as medidas tomadas pelo Sr. ministro do Império.
> [...]
> Desde que em maio aceitei o obsequioso oferecimento que se me fez das páginas do Mercantil, desde que em setembro meu amigo o Sr. Dr. Octaviano me fez a honra e a distinção de dar-me um pequeno lugar na redação daquele jornal, o governo tem realizado muitos melhoramentos de importância [...]
> Entretanto nunca me julgou obrigado a elogiar esses fatos, que aliás se elogiavam por si; nunca me apresentei campeão de quem quer que fosse. E contudo podia-o fazer, porque entrei na carreira de escritor inteiramente livre, sem compromisso e com outras dependências [texto danificado] que pode impor a amizade, que se respeita e se acata.
> [...]
>
> J. de Alencar
> Rio, 13 de novembro de 1854.[433]

A resposta de Alencar à carta de Haddock Lobo vem em tom de justificativa, explicando ao leitor que sua atitude na crônica é consequência da sua [i] "carreira de escritor" compromissada com a redação do amigo Octaviano, entretanto, desvinculada do governo e representada pela figura do ministro do Império. Alencar continua insistindo no tema dos [ii] melhoramentos realizados pelo Marquês de Paraná, apesar de pontuar que não pretendia fazer oposição à municipalidade e, por fim, chama a atenção a expressão [iii] "fatos da atualidade".

Diante desses três assuntos apresentados na resposta do escritor ao leitor, valho-me deste último, "fatos da atualidade", para encerrar o que viemos tratando sobre a escrita da realidade da crônica-folhetim. Passo em seguida aos outros dois pontos [i-ii].

[iii] Na carta em destaque ou no fragmento de crônica-folhetim estudada, a questão da literatura conhecida como "fácil" não existe; antes, eram os assuntos sérios da vida política do Rio de Janeiro que ganhavam destaque. Isso vai contrariar tanto a convenção de que o rodapé da primeira página realizava uma literatura "pé de chinelo",[434] quanto a assertiva de que os leitores interessados nessa seção preferiam amenidades. O que vemos é um diálogo marcado pela seriedade, que fica por conta do estilo literário orientado em expor uma situação política dentro do folhetim. No entanto, se essa abertura para questões políticas representa algum tipo

---

[433] *Correio Mercantil, 14 de novembro de 1854* – Microfilme Fundação Biblioteca Nacional, op. cit. – *grifos do autor e interpolação por minha conta.*

[434] Ver a discussão sobre a crônica-comentário no Preâmbulo.

de programa político que Alencar desenvolveria no futuro, ou seja, se esse impulso político presente na crônica (e depois em seu romance) foi o que impulsionou o escritor para a vida partidária (como acontecerá a partir da década de 1860 ao alcançar a posição de deputado e depois ministro da justiça), essa é uma questão que não nos cabe discutir aqui.[435]

(i) Tomando como encerrada essa questão do estilo "realista", convém, agora, deter o olhar na questão da "carreira de escritor", uma espécie de "profissão" que Alencar diz estar desempenhando no jornal. Cumpre entender um pouco melhor esse assunto, pois não está em questão aqui a profissionalização do escritor, mas um convite para realizar uma atividade literária. Mas em que consiste essa carreira de Alencar? A resposta dessa pergunta está na amizade de Octaviano e Alencar.

As crônicas *Ao Correr da Pena* compuseram a revista semanal "Páginas Menores", conforme destaca o redator-chefe Francisco Octaviano:

> Rio, 3 de setembro
> O Sr. F. Octaviano tomou conta da redação desta folha, como seu redator principal. O Sr. Dr. José de Alencar encarregou-se da revista hebdomadária "*Páginas Menores*". Hoje começa uma nova série daquelas revistas sob o título Ao Correr da Pena.
> Continuam fazendo parte da redação os outros senhores que nele se achavam.[436]

Ao Correr da Pena, assinada pela abreviação "Al",[437] ocupou o rodapé da primeira página do *Correio Mercantil* de domingo, do dia 03 de setembro de 1854 até 08 de julho de 1855, quando uma carta publicada no alto da primeira página apresentou as razões de Alencar deixar o jornal, assunto que foge ao foco da discussão. A amizade entre José de Alencar e Francisco Octaviano veio da época em que Octaviano cursava a Faculdade de Direito de São Paulo e Alencar o curso preparatório para ingressar na mesma faculdade.

---

[435] A vida política como decorrência da orientação romântica messiânica de Alencar foi tema discutido por Kátia Mendes Garmes: "Neste período, o interesse pelos assuntos públicos não se constituía numa exceção. Na Europa podemos citar o caso de Goethe, um homem de Estado; de Dickens, que escreveu romances para atacar os abusos sociais; de Dostoievsky, condenado à morte por atividades revolucionárias; e de Balzac, que escreveu sua *Comédia humana* como um monumento de consciência social. No Brasil temos, além de Alencar, Joaquim Manoel de Macedo e Visconde de Taunay, ambos romancistas e deputados. A inspiração, o envolvimento dos artistas pelos assuntos do Estado fez-se particularmente forte nos países onde a unificação e consciência nacional ainda se desenvolviam, como no caso brasileiro. O Romantismo, unido aos grandes ideais da Revolução Francesa, influenciou politicamente os artistas, levando até aqueles menos ideológicos a uma tomada de posição partidária, e a ver na atividade política seu dever principal, fundindo, assim, nesse momento, literatura, jornalismo e política". Kátia Mendes Garmes, "*O terrível amolador*", op. cit., pp. 24-25.

[436] *Correio Mercantil, 3 de setembro de 1854* - Microfilme Fundação Biblioteca Nacional – RJ. PR-SPR 1 (14) Correio Mercantil 1854 Período 01 JUL-31 DEZ Ano XI nº 180.358.

[437] Abreviações e/ou pseudônimos são característicos das crônicas, porque essas devem ser anônimas, e o anonimato funciona certas vezes como proteção ao escritor, mas também indica que aquela crônica representa a opinião do jornal. Nos jornais franceses do século XIX, por exemplo, mesmo autores conhecidos, como Honoré de Balzac ou Jules Janin, submetiam-se a esta regra do pseudônimo, quando não de abreviações. Ver Marie-Ève Thérenty, *Mosaïques*, op. cit., p. 251.

Tendo em vista essa relação de amizade e confiança, vejamos qual sentido Alencar atribui à sua atividade no jornal. Sua própria crônica nos dá um exemplo, considerado significativo:

> [...]
> Obrigar um homem a percorrer todos os acontecimentos, a passar do gracejo ao assunto sério, do riso e do prazer às páginas douradas do seu álbum [...] Fazer do escritor uma espécie de colibri a esvoaçar em ziguezague, e a sugar, como o mel das flores, a graça, o sal e o espírito que deve necessàriamente descobrir no fato o mais comezinho!
> [...]
> O poeta glosa o mote, que lhe dão, o músico fantasia sobre um tema favorito, o escritor adota um título para seu livro ou seu artigo. Somente o folhetim é que há de sair fora da regra geral [...] Enquanto o Instituto de França e a Academia de Lisboa não concordarem numa exata definição do folhetim, tenho para mim que a coisa é impossível.[438]

José de Alencar oferece aqui certa definição sobre o modo de escrita e o papel do escritor desses textos intitulados *Ao Correr da Pena*, que ficaram conhecidos como folhetins: ser *obrigado* através da escrita a percorrer os acontecimentos do dia; misturar assuntos leves e graves; provocar o riso e o prazer; saltar de galho em galho e extrair a última seiva de todo e qualquer fato, mesmo que lhe falte inspiração. Ele indica também que o folhetinista desempenha, além do ofício, alguma atividade com fins artísticos, pois se coloca ao lado do escritor, do poeta e do músico. Eis, portanto, a definição de uma escrita e profissão específicas, justamente daquilo de que Alencar diz, ironicamente, não haver uma definição, ou melhor, não haver necessidade desta, ainda que duas lendárias e sérias instituições europeias se esforçassem para isso, sem chegarem a nenhum consenso sobre o assunto.

Contudo, duas questões chamam a atenção nesse texto: a primeira é a tentativa de definição do folhetim e do folhetinista. Essa passagem da crônica de Alencar, em que aparecem os substantivos "colibri" e "ziguezague", tornou-se referência para os estudiosos do folhetim no Brasil: ajuda a construir diversas formulações sobre a função do escritor e do folhetim no século XIX brasileiro, quando não havia nenhuma concepção elaborada sobre o assunto.[439] Como resultado, temos um texto literário que, a despeito de sua linguagem bem-humorada e irônica, contém em si a imagem do folhetinista e do seu ofício, que serve de parâmetro para refletirmos sobre a noção de carreira que Alencar expôs na carta. O segundo

---

[438] "Rio, 24 de setembro [1854]", in: *José de Alencar Ao correr da pena*, op. cit., p. 39 – *grifos do autor*.

[439] Destaco principalmente os estudos cujo mote é a tentativa de definição da crônica: Marlyse Meyer, *Folhetim: uma história*, op. cit., 1996; _____, *As mil faces de um herói canalha e outros ensaios*, op. cit.; Antonio Candido et al., *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*, op. cit., p. 15 e Antonio Manoel dos Santos Silva (Org.), *Cronistas brasileiros do século XIX: folhetins, crônicas e afins*, op. cit., 2010.

ponto, um desdobramento do primeiro, refere-se ao reconhecimento, por parte do escritor, de que o folhetim ou a crônica é uma obrigação, um dever. Cumpre deter o olhar nessas questões através de algumas proposições (1-4):

1. Reconhecer as obrigações diárias, descobrir-se em meio a novas tarefas, a novos deveres ou atividades permanentes, diz algo sobre a passagem da escrita literária – que era apenas um fenômeno espiritual para os românticos –, para um estado capitalista. É como se toda criação literária, antes de chegar a um estado capitalista, podendo ser vista como valor socioeconômico, tivesse apenas significação cultural; logo, seu valor era abstrato e sua característica fundamental era se parecer com uma força que agitava o homem interiormente e que o arrancava da sua inércia, na medida em que transformava uma agitação interior em atividade regrada ou orientada, configurando uma espécie de trabalho (objetivação).

Em meio a isso, está sendo sugerido aqui que se deve agregar à literatura a noção de trabalho, mas não como uma categoria-chave explicativa das sociedades capitalistas, mas do trabalho, do dever, que estava a serviço da cultura, isto é, o esforço em objetivar as coisas do espírito. Dentro desse *topos*, guardadas as proporções em relação aos diferentes romantismos, convencionou-se definir cultura como antítese de mercado.[440] Consequentemente, *cultura* era tudo o que se referia ao mais elevado, sublime, distinto e incondicionado, sendo o gênio o portador destas grandezas. No Romantismo, o trabalho realizava a cultura, espírito objetivado; logo, não estava condicionado à lógica do mercado, mas à do ser, do eu, do gênio ou do artista. O trabalho da cultura ou cultura do trabalho é o resultado da conscientização do homem em relação ao seu ser e as suas necessidades espirituais, impulsionados pelos anos de formação, de construção do indivíduo, de desenvolvimento humano (*Bildung*).[441] Mas e a noção de trabalho expressa pelo folhetinista?

2. José de Alencar, em 1854, após ter vivenciado os anos de formação junto à família e à primeira educação, prolongados durante o ensino superior na Faculdade de Direito de São Paulo,[442] revela estar diante de novas obrigações diárias ao ocupar a posição de folhetinista do

---

[440] Cf. Raymond Williams, *Cultura e Sociedade*, op. cit., p. 58.

[441] Utilizo *Bildung* no lugar de *Kultur*, porque a palavra alemã *Kultur*, que se referia ao cultivo da mente e do espírito, continuou estreitamente relacionada com o conceito de *Bildung* até os últimos anos do século XVIII e início do XIX, sendo os *Anos de aprendizagem...* e *Os anos de viagem de Wilhelm Meister*, de Goethe, referências fundamentais. Ver Fritz K. Ringer, *O declínio dos mandarins alemães: a comunidade acadêmica alemã, 1890-1933*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p. 96. Não cabe aqui a discussão entre *Kultur* e sua antítese *Zivilisation*, mas o leitor pode encontrar este debate no livro de Fritz K. Ringer (pp. 96-98); ver também: Norbert Elias, "Uma Digressão sobre o Nacionalismo", in: *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997, pp. 119-158.

[442] José de Alencar, *Como e por que sou romancista*, Rio de Janeiro: Typ. De G. Leuzinger & Filhos, 1893, pp. 8-22 (Coleção Brasiliana).

jornal *Correio Mercantil*, do Rio de Janeiro: "percorrer todos os acontecimentos do dia"[443] resume seu ofício. Contudo, as novas tarefas parecem não agradar a "Al", futuro escritor de romances-folhetins, assim como não agradavam (como veremos no **Capítulo 3**) a seu contemporâneo *Smarra* (pseudônimo de Fagundes Varella), tendo ambos incorporado uma opinião comum entre os cronistas do século XIX, um legado de escritores franceses da Monarquia de Julho, tais como Musset, que dizia que "*suivre l'actualité*" era um "contrato infernal".[444]

Para os escritores franceses, a crônica era uma escrita periódica, repetitiva, imperativa e especializada.[445] Tarefa alienante, ela transformava a escrita numa atividade obrigatória, num trabalho submetido aos imperativos do mercado como se fosse um ramo de produção, como outro qualquer dentro do capitalismo. Segundo diziam os cronistas franceses, o compromisso do cronista com o ofício de uma escrita da atualidade era total:

> L'écrivain devient une sorte de salarié de l'écriture, lié à la table de travail. En comparaison, le roman-feuilleton, qui peut être rédigé à l'avance, ressemble à une douce servitude. Cette soumission à l'actualité est d'ailleurs un *topos* de la chronique qui, par mise en abyme, se lamente du manque d'inspiration.[446]

No caso do Brasil imperial, a situação do escritor era outra, mas isso parece não ter importância, e o que vemos construído é uma espécie de mimetismo em relação ao modelo de imprensa francesa: resulta que o escritor e a redação de um jornal brasileiro transplantaram para o Rio de Janeiro o cenário da crônica-comentário francesa, porque realizar obrigatoriamente uma escrita dos eventos da atualidade, expô-los rapidamente e de forma bem-humorada, ater-se ao detalhe, ao prosaico e ao que é mais comezinho, tudo isso era próprio da estética da crônica, um modo de escrita que surgiu na França durante a Monarquia de Julho.[447] E esse parece ser o modelo que inspira Alencar quando expõe que sua crônica era uma "obrigação... a percorrer todos os acontecimentos" do dia, e que chamo crônica-folhetim no lugar de crônica-comentário, visando a dar um sentido mais nacional para esse fenômeno de transferência cultural.

Já discutimos o ponto no "Preâmbulo", mas vale reiterar que a crônica é um produto

---

[443] *José de Alencar Ao Correr da Pena*, op. cit., p. 39.

[444] Musset era cronista do jornal *Le Temps*, fundado em outubro de 1829 por Jacques Coste, um homem de espírito liberal. *Le Temps*, ao lado de outros dois jornais – *Le Constitutionnel* e *L'Impartial* – eram considerados jornais de centro-esquerda na França durante a Monarquia de Julho. Ver Alain Vaillant et Marie-Ève Thérenty, *1836*..., op. cit., pp. 28-29, p. 267 e p. 272.

[445] Cf. Alain Vaillant et Marie-Ève Thérenty, "La chronique, ou l'écho dérouté", in: *1836*..., op. cit., p. 264.

[446] Marie-Ève Thérenty, *Mosaïques*, op. cit., p. 252.

[447] Auguste Pourrat apud Marie-Ève Thérenty, *Mosaïques*, op. cit., p. 248.

da imprensa francesa, e a imprensa brasileira estava filiada à matriz francesa, cuja lógica era a do capital; logo, por filiação, nossa crônica poderia ser considerada pelos escritores, como Alencar, uma escrita também alienante, servil, como uma obrigação, uma profissão. Não importava se a imprensa da qual Alencar fazia parte, o *Correio Mercantil*, era uma herança latifundiária e se se tratava de uma propriedade particular erguida e estruturada mais pelo mando da "classe" proprietária do que divisão do trabalho. Antes, na imaginação do escritor, o folhetim brasileiro fazia parte da mesma lógica de mercado capitalista, como na França; nesse sentido, os serviços prestados à redação do jornal parecem estar sujeitos aos mesmos imperativos do mundo do trabalho tipográfico francês, tanto que Alencar figura a crônica-folhetim como "obrigação do dia".

Ao transferirmos os folhetins, as máquinas, os objetos etc. para fundar a nossa imprensa, parece que transplantamos também as ideias e os sentimentos de que se constrói uma imprensa, submetendo fenômenos espirituais, como a literatura, à economia ou à lógica do mercado. Contudo, esta entrada da imprensa carioca num "estado capitalista" demorará algum tempo, assim como a profissão do jornalista se construirá aos poucos e se legitimará algum tempo depois de Alencar. Antes disso, durante o Romantismo brasileiro, o que tivemos entre os escritores foi o surgimento do trabalho como esforço em realizar um sentimento interior, um valor espiritual, configurando o trabalho como realização da cultura (objetivação). Somem-se a isso a origem social do escritor-jornalista, que advém de uma família de bacharéis e donos do poder, a amizade e a estima social de Octaviano, e teremos mais indícios de que Alencar não era um funcionário da redação, mas um ilustre colaborador. Não obstante, se o escritor, ao se referir à sua carreira, à sua profissão, expunha este sentimento da mercantilização do trabalho intelectual, isso acontecia porque a forma da crônica europeia impunha-se ao conteúdo brasileiro, em que a única vida transformada em mercadoria era a do escravo e não a do homem livre, branco e escritor. Ali onde Alencar podia enxergar um contrato havia um convite de um amigo para organizar e orientar as coisas que agitavam seu espírito e o impressionavam na observação da sociedade; onde ele via uma carreira, um ofício fundado numa relação de trabalho, havia um trabalho espiritual sem os imperativos da vida econômica.

3. Demorará algum tempo para que o capitalismo subjugue a literatura no Segundo Reinado através da profissionalização do escritor, por conta do desenvolvimento do comércio editorial e periódico. Isso porque as mudanças no quadro da economia são muito lentas no país, sobretudo as relações marcadas pelo dinheiro, que ainda não condiciona tudo no

Brasil.[448] Precisaremos esperar a industrialização, que "se expande no fim do Império, e começo da República, coincidindo com o *encilhamento*, consolida-se na primeira Grande Guerra (1914-18) e triunfa em 1930",[449] para que o dinheiro se torne a medida de todas as coisas: "O capitalismo subjuga menos do que a política [...] Ela abrange mais: só ela levanta da obscuridade. Só ela dá a grandeza, porque só por ela se entra no poder – o dinheiro ainda não é tudo, embora se faça cada dia, no curso do Império, mais influente".[450]

4. Resta dizer que Alencar parece fazer parte de uma espécie de "corpo de letrados" à brasileira, que, ao se submeter às obrigações e aos afazeres literários, acaba criando, dentro da crônica-folhetim, um sentimento de obrigação, uma concepção de trabalho ou de ofício. Na verdade, trata-se de um sentimento próprio dos homens letrados, que parecem sentir a necessidade de estabelecer um *ethos* do dever e do bem público que, diga-se de passagem, coincide com a mentalidade romântica da construção da nação.[451] Contudo, como esta camada de letrados não constituía um corpo autônomo – mas estava vinculada, acima de tudo, aos interesses do Império –, seus serviços restringiam-se a um editorial ou artigo de jornal, a um livro, opúsculo, ou algum discurso ou panegírico. Para que houvesse algum tipo de autonomia, mesmo que relativa, seria necessário que estes letrados estivessem vinculados economicamente a determinado público e independentes da tutela imperial. Como no caso de Alencar parece que estamos longe disso, as relações terminam marcadas menos pelas determinações econômicas do mundo do trabalho e mais pelas "prebendas".[452]

Uma vez discutida a questão da carreira, passo agora ao último assunto da carta: (ii) a valorização das ações do governo em detrimento da municipalidade. Como o assunto pede um aprofundamento sobre a questão da Câmara e da Constituição de 1828, vou aproveitar para apresentar a próxima carta do leitor e conjuntamente a resposta do escritor, certo de que juntas sintetizam o assunto em questão:

Com a palavra, inicialmente, Haddock Lobo:

---

[448] Reitero: não que o dinheiro não existisse durante o Segundo Reinado; ao contrário, já vimos que sim e ele "[...] era casado ao prestígio social, mas não era, em si, traduzido em bens ou rendas, que explicassem a honra da supremacia. Esta existia fundada em outras bases – tradição, modo de vida, educação e origem fidalga". Raymundo Faoro, *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, op. cit., p. 15.

[449] Cf. Raymundo Faoro, *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, op. cit., p. 34 – *grifo do autor*.

[450] Raymundo Faoro, *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, op. cit., p. 126.

[451] O termo "mentalidade nacional romântica" parece-me apropriado na medida em que se aproxima da ideia do Romantismo como um movimento cultural e político nacional próprio de uma geração de homens, a maioria na posição de estudantes e/ou bacharéis.

[452] Inspiro-me, sobretudo, em Max Weber, "O nascimento do estado racional", in: *Economia e sociedade*, op. cit., pp.517-525; ver também Sedi Hirano, *Castas, estamentos e classes sociais – introdução ao pensamento sociológico de Marx e Weber*, 3ª ed. revista, Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2002.

Ilm. Sr. José Martiniano de Alencar Junior

[...] o meu colega traçando o panegírico de seus amigos, ofendeu imerecidamente, e sem o querer, a uma corporação onde também conta amigos e admiradores. Foi neste sentido que empreguei a expressão – *imoderado desejo*.
[...]
Permita, pois, S.S. que eu lhe "roube alguns instantes com uma questão que reputo momentosa" [...] Quando sem necessidade, e por mero *luxo de arbítrio* se fere a constituição, e com ele uma lei como é a do 1º de outubro de 1828.
[...]
Diz V.S. que o verdadeiro agente da atividade, que a municipalidade tem despendido nestes últimos dias na limpeza da cidade, foi o estímulo produzido pelo Sr. ministro do Império, que assim a foi despertar do torpor em que jazia de há muito tempo.
[...]
O que fez a municipalidade desde que viu que o Sr. ministro do Império tomava ao sério essa necessidade pública? Correu pressurosa a auxiliar os bons desejos de S. Ex., delegando todos os seus poderes no seu presidente, de modo a concentrar toda a sua ação em um só indivíduo; e recomendando severamente a todos os seus empregados a maior atividade e zelo no desempenho dos seus deveres, o que eles têm cumprido religiosamente.
[...]
Como dizer-se que o Sr. ministro do Império despertou a municipalidade do torpor em que jazia? O meu douto *colega reconhecerá agora que* ainda mais uma vez foi injusto nas suas arguições; e, se duvida do que lhe afirmo, não tenho dúvida em remettê-lo para o mesmo Sr. ministro, a quem praz-me tomar por juiz da questão. Confio demasiado no caráter reto e verdadeiro de S. Ex. para que por um momento deixe de o aceitar por juiz; qualquer que seja o desagrado em que, mau grado meu, lhe possa eu agora incorrer, afastando-me á [texto danificado] sempre me honrou.
[...]
A doutrina será verdadeira; e não estou mesmo longe de V. S. nos esforços, que e [texto queimado]. Mas sempre seria bom que o Sr. Alencar me dissesse donde proveio essa causa de desmoralização e descrédito, e, se o não quiser dizer, eu lhe o direi com toda a franqueza de que sou capaz, em ocasião mais apropriada.
[...]
Agradecendo a V. S. as expressões delicadas com que me obsequiou, e de que me não julgue credor, prevaleço-me da ocasião para me assinar

amigo e colega afetuoso
Dr. Roberto Jorge Haddock Lobo
S.C, Rio, 14 de novembro de 1854.[453]

Passo, agora, à resposta de Alencar:

Tendo enxergado nas expressões do Sr. Dr. Haddock Lobo uma censura imerecida ao meu caráter, julguei-me obrigado a fazer sentir quanto havia de injusto, se não na intenção, ao menos nas palavras do seu primeiro artigo.
[...]
De modo que, ainda quando as medidas do ministro do Império exorbitassem as atribuições das câmaras, não haveria neste ato uma inconstitucionalidade, e sim uma ofensa à lei regulamentar do 1º de outubro de 1828. Para que a questão se tornasse constitucional, era preciso que se atacasse a existência da municipalidade, ou o direito do vereador mais votado à presidência.
[...]
Não é nosso propósito porém fazermo-nos órgão de accusações a uma corporação que temos censurado unicamente como um elemento administrativo, como um poder do

[453] *Correio Mercantil, 15 de novembro de 1854* – Microfilme Fundação Biblioteca Nacional, op. cit. – *grifos do autor e interpolação por minha conta*.

> estado, sem descer à personalidade, e sem dirigirmo-nos a nenhum dos seus membros particularmente.
> Deixemos pois a constituição. O verdadeiro campo da questão é a lei do 1º de outubro, que marca as atribuições das câmaras e o exercício dos seus direitos: o termo a que se deve reduzir toda a argumentação e a provar a suposta usurpação feita pelas medidas tomadas pelo Sr. ministro do Império nos direitos da municipalidade.
> [...]
> Terminando aqui, não posso deixar de renovar ao Sr. Dr. Haddock Lobo o meu extremo reconhecimento pela justiça que me faz, e pelas afetuosas expressões que não mereço, e que lhe foram ditadas unicamente pela sua delicadeza.
>
> José de Alencar
> Rio, 15 de novembro[454]

Em ambas as cartas o assunto continua sendo a escrita referencial, mas sem nenhum sinal de que a inspiração das epístolas vem de uma crônica-folhetim. Aliás, nem a figura do cronista ou do leitor é posta em relevo, mas, antes, o escritor e o leitor aparecem como figuras públicas, homens de Estado, tanto que o assunto continua restrito à questão da administração no Rio de Janeiro. E dentro desse debate político, o que merece destaque continua sendo o descontentamento do vereador e, agora, também "amigo", em relação ao descrédito que Alencar demonstra em relação às ações da Câmara, em contraposição às virtudes do ministro do Império. Os outros elementos que se destacam são: (1º) a conhecida expressão "imoderado desejo", quando a palavra está com o leitor e (2º) a polêmica questão da municipalidade figurada por ambos.

(1º) Começando com a expressão "imoderado desejo", empregada pelo leitor Haddock Lobo, ela é cheia de significados e não diz respeito somente ao nosso escritor-jornalista, José de Alencar, mas também retrata uma situação nacional: sabia-se que, para fazer política, era necessário granjear a estima social dos líderes, a fim de ascender depois ao poder. Claro que era preciso ter alguma competência profissional ou pelo menos o título de bacharel para poder almejar alguma carreira dentro do governo. Tomadas essas providências, o passo seguinte era a Câmara dos Deputados ou, se o aspirante tivesse sorte e boas relações, começaria no Senado, passando ao topo ministerial, à cúpula do imperador e seus ministros, e não precisaria mais se preocupar com os descréditos de que padecia o vereador, vitimizado pelo escritor.

"Na vida política o imperador é a cúpula e o árbitro do sistema político. São Cristóvão detém a chave de todas as carreiras e de todos os mecanismos da intrincada arena pública";[455] mas estar em São Cristóvão não diz muito, pois é preciso ter antecedentes, "imoderado

---

[454] *Correio Mercantil, 16 de novembro de 1854* – Microfilme Fundação Biblioteca Nacional, op. cit., – *grifos do autor e interpolação por minha conta*.

[455] Raymundo Faoro, *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, op. cit., p. 69.

desejo", bons serviços prestados e não censurar o Ministério do Império, ao qual a questão da higiene pública está subordinada. Caso contrário, cairá nas graças dos jornais, que emitirão juízos diversos sobre os representantes da municipalidade, conforme vimos nessa pequena querela entre escritor e leitor. Leia-se o "imoderado desejo" na chave do favor, isto é, na prática da dependência, da cultura do interesse, da remuneração e serviços pessoais prestados.[456] Nessa lógica, o cronista Alencar – a despeito de ter declarado em sua primeira resposta ao leitor que nunca se julgara obrigado a elogiar os fatos – não deixa de elogiar as ações do governo e se comportar como alguém que segue de mãos dadas com o clientelismo que rege sua carreira e que o faz cúmplice desse quadro político estabelecido no Império.

Isso está bastante evidente em sua resposta a Haddock Lobo, pois no lugar do cronista das "Páginas Menores" vemos surgir uma personalidade política, que apela às leis, à constituição e já apresenta traços de quem seria o futuro deputado do Partido Conservador, aliado do governo. Chama a atenção também na resposta de Alencar a afirmação de que o debate político não deveria ser personalizado ou personificado em nenhum homem representante destas estâncias de poder; antes, a questão da administração pública pertencia ao governo, não cabendo à imprensa legislar sobre isso. Mas não é isso que acontece, e o discurso e posicionamento de Alencar não são nada imparciais: fica subentendido que o escritor é alguém próximo do ministro e este último do imperador, além do que é marcante esse princípio legislador do escritor, fazendo da imprensa uma espécie de tribuna, que toma partido em relação ao governo. Cumpre destacar, como forma de ilustração, que essa opinião de Alencar sobre a imprensa desempenhando um papel legislador foi assunto, antes, num artigo que ele havia publicado no alto da primeira página do *Correio Mercantil*, intitulado "Reforma Judiciária", meses antes dessa cena epistolar.[457] No artigo, portanto, destaca-se a seguinte formulação: "[...] Como representantes das ideias e do espírito público, a tribuna e a imprensa partilham de alguma maneira a tarefa de *legislar*".[458]

Como vemos, o cronista fala em nome da lei, da justiça, da autoridade, e não mais em

---

[456] A referência é Roberto Schwarz, *Ao vencedor as batatas*, op. cit., p.17.

[457] O artigo apresenta, conforme o título anuncia, a questão da reforma judiciária e seus desdobramentos, como, por exemplo, o debate acirrado dentro da Câmara dos Deputados sobre esse assunto. No texto, assim como na crônica que vimos há pouco, Alencar trata com intimidade personalidades políticas do Império, como o ministro da justiça, José Thomas Nabuco de Araújo. O artigo encerra-se debatendo, entre outras coisas, a questão da imprensa, que segundo Alencar, está sob ameaça por conta do projeto de reforma. Cf. *Correio Mercantil, 14 de julho de 1854* – Microfilme da coleção Biblioteca Florestan Fernandes, op. cit. Ainda sobre a questão da reforma judiciária de 1854, ver Joaquim Nabuco, *Um estadista do império*, 5ª ed., Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, pp. 182-197. Chamo atenção para esse artigo para que o leitor note o envolvimento de Alencar com diferentes estâncias da vida política no Império.

[458] *Correio Mercantil, 14 de julho de 1854* – Microfilme da coleção Biblioteca Florestan Fernandes, op. cit. – *grifo meu*.

nome da literatura, e não era para menos: além de cronista do *Mercantil*, Alencar era nessa época secretário do Ministério de Estado dos Negócios da Justiça.[459] "[...] nunca me apresentei campeão de quem quer que fosse" anunciou Alencar na primeira resposta em que deu a Haddock Lobo; em contrapartida, não é isso que ele expõe ao se posicionar frente à questão da municipalidade.

(2º) Partindo dessas ponderações, ainda carece de esclarecimento a lei do dia 1º de outubro de 1828 e a questão da reforma da Câmara. Isso nos coloca no centro do debate político e administrativo do Império: começando pela lei, inscrita no artigo 73 da Constituição, que rezava que todos os negócios e interesses administrativos nos municípios eram de competência das Câmaras Municipais e do presidente da província. Contudo, isso gerava uma acumulação de negócios e a centralização do poder nas mãos do presidente da província e dos nove vereadores, provocando instabilidade e delongas no exercício da autoridade administrativa; dessa forma, ações efetivas – como a limpeza da cidade, por exemplo – aconteciam com certa lentidão.[460] É essa falta de ação por parte dos poderes do município que José de Alencar aponta na carta, criticando a municipalidade e, em contrapartida, elogiando a ação do ministro do Império. Da parte do leitor e vereador Haddock Lobo, vem a crítica de que o ministro do Império "fere" a constituição ao se ocupar da administração pública, da questão da higiene da cidade,[461] por exemplo, que antes era assunto da municipalidade. Contudo, o próprio vereador se esquece de que, desde o Ato Adicional aprovado no início da década de 1840, as incumbências da Câmara Municipal já estavam limitadas e que a Constituição era o que menos contava naquele momento.[462]

---

[459] Deparei com esta informação numa das folhas do *Correio Mercantil*. Cf. *Correio Mercantil, 04 de janeiro de 1855* – Microfilme Fundação Biblioteca Nacional, op. cit. Aproveito para destacar que foi graças à participação de Alencar no ministério na época em que publicava nas *Paginas Menores*, que Octaviano lhe dedicou outra seção além das crônicas *Ao correr da pena*, conhecida como *O Foro*: "O Foro é destinado a realizar esta necessidade pública no ramo das ciências jurídicas. O seu fim é promover como concurso dos homens ilustrados um melhoramento útil ás nossas instituições judiciárias, realizando o belo princípio da legislação inglesa, geralmente reconhecido como uma garantia da justiça, uma salvaguarda dos direitos individuais, e o último e supremo recurso das partes, proferido pela opinião pública". *Correio Mercantil*, *15 de novembro de 1854*. Microfilme Fundação Biblioteca Nacional, op. cit.

[460] Ver Visconde do Uruguai, "Como exerce suas funções a autoridade administrativa. Separação entre a deliberação e ação", in: *Paulino José Soares de Sousa, Visconde do Uruguai*, São Paulo: Ed. 34, 2002, pp. 210-211.

[461] Apesar de a questão do saneamento no Rio de Janeiro, no Segundo Reinado, ser de caráter emergencial no início da década de 1850, apenas no final do século ações efetivas por parte do governo começaram a ser tomadas. Cf. Adolfo Morales de los Rios Filho, *O Rio de Janeiro imperial*, 2ª ed., Rio de Janeiro: Topbooks, 2000, p. 105.

[462] Durante o Segundo Reinado, a missão administrativa ficava por conta do poder Executivo que, por meio de seus agentes, conselhos e tribunais administrativos, realizava sua ação. Os agentes administrativos diretos são os ministros, e agentes diretos nas províncias são os presidentes – são chamados de agentes diretos porque estão em contato imediato com o chefe do poder Executivo ou com seus ministros. Sobre as províncias, o capítulo 2, título

Quanto à reforma da Câmara de que trata a cena epistolar, ela se refere às decisões tomadas em 1840 e que visavam ao fortalecimento do poder Executivo, à redução e definição do poder das Assembleias Provinciais e à reintrodução do Conselho de Estado[463] – este último sendo visto como o órgão assessor e de anteparo do poder Moderador.[464] Com isso, a incumbência da Câmara Municipal era somente cuidar da instrução pública, da política e das questões econômicas da cidade, ficando suas antigas funções judiciárias e a administração de outros setores (como a higiene pública) a cargo dos ministérios. O resultado desse processo é a centralização política e administrativa nas mãos do governo provincial, em detrimento dos governos locais. E mais: o aprofundamento da separação do Estado em relação ao povo, os chamados homens livres.

Em resumo, a querela no jornal em torno da questão da higiene pública recupera esse complexo debate sobre política e administração durante o Império: Alencar se mostra favorável à "centralização" do poder e Haddock Lobo à "descentralização", não no sentido de autogoverno, mas sim de diminuir o sufocamento gerado na municipalidade pelo governo absolutista, que deixava faltar especialmente recursos financeiros para a realização de suas ações. E o assunto não termina aí, pois poderíamos dizer, parafraseando José Murilo de Carvalho, que este debate sobre a centralização do poder está cheio de outros significados – como questões relativas à distância entre o governo e o povo; à burocracia absolutista e ineficaz; à inadequada distribuição de responsabilidade entre municípios, províncias e governo central; ao empreguismo; ao clientelismo; ao patronato; ao predomínio dos interesses pessoais e de facções; à falta de espírito público; à falta de garantia de direitos individuais; enfim, a uma lista enorme, cujas consequências seriam vastas para aquele momento e para o futuro do país.[465]

Deter-me em tais temas com a profundidade necessária significaria desviar-me da questão do público leitor; contudo, não posso deixar de mencionar que um assunto como este,

---

7, da Constituição, intitulado "Das Câmaras", versa que cada província teria somente um presidente, nomeado pelo imperador, que este poderia demiti-lo quando entendesse e que as Câmaras Municipais seriam eletivas. Isso significava que, faltando a municipalidade no seu dever, o governo estaria livre para dissolver as posições, estabelecer outras e tomar partido e iniciativa nos negócios provinciais. As Câmaras, portanto, especialmente na figura dos vereadores, eram consideradas somente agentes auxiliares, que correspondiam a certas circunscrições territoriais e estariam incumbidas somente de algumas funções. Cf. Visconde do Uruguai, *Paulino José Soares de Sousa, Visconde do Uruguai*, op. cit., pp. 203-209.

[463] Trata-se das influências do Conselho na atuação do Executivo, sobretudo na área do Ministério do Império, que passava a abarcar amplos setores como agricultura, comércio e obras públicas (até 1860), correio, navegação, transportes, catequese etc. Cf. José Murilo de Carvalho, "O Conselho do Estado; a cabeça do governo", in: *A construção da ordem; a elite política imperial; teatro das sombras: a política imperial*, 2ª ed. rev., Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996, p. 329.

[464] Ver José Murilo de Carvalho, "Entre a autoridade e a liberdade", in: *Visconde do Uruguai*, op. cit., p. 21.

[465] Cf. José Murilo de Carvalho, "Entre a autoridade e a liberdade", in: *Visconde do Uruguai*, op. cit., pp. 44-45.

apesar de noticiado pelo jornal, pertencia às salas do governo, e não à antessala da Câmara Municipal e do espaço da redação, que Alencar diz ocupar. Tais afirmações são baseadas na síntese de Raymundo Faoro, quando diz que a posição de vereador, ocupada pelo leitor de Alencar, não significava muito em termos de carreira e de influência política. Políticos, como Haddock Lobo (emigrante português, comerciante e bacharel em Medicina), não faziam parte da Corte, da aristocracia familial, nem dos altos escalões do governo, em que as tomadas de posições eram efetivas; salvo quando conseguiam alguma ação, sendo que esta vinha por meio de prebendas e consentimentos diversos. Exemplo disso foram as ativas participações de Haddock Lobo no município neutro[466] do Rio de Janeiro: realizou o primeiro levantamento demográfico da população, o recenseamento de 1849,[467] a pedido do ministro da justiça, na ocasião Euzébio de Queiroz, e colaborou como médico nas soluções para a epidemia de febre amarela que acometeu o município nessa época. Contudo, dos serviços de grande valia prestados ao Império, resultantes da competência profissional do bacharel em medicina, se Lobo recebera alguma estima dos líderes, elas se resumiram à ascensão a vereador "raso" no Paço Municipal no Campo de Santana (hoje Praça da República) e não a deputado no Paço Imperial em São Gonçalo. Na sociedade de favor, a competência profissional podia granjear a estima dos líderes, mas também levar a conflitos com a engrenagem do patronato, sobretudo porque se tratava de uma sociedade rígida quando se tratava da "classe" de títulos, impedindo, por exemplo, que homens como o vereador Haddock Lobo se destacassem para além do estabelecido em sua posição – que naquele momento era a de bacharel e político, mas antes fora de emigrante português e caixeiro.[468]

Talvez essa pouca expressividade, própria de quem ocupa uma posição no terceiro escalão do Império, explique por que Haddock Lobo tenha tanta disposição para se expor na imprensa, bem como por que se deixa influenciar pelo folhetim de domingo, recorrendo ao periódico como alternativa para se injuriar e se revoltar contra o governo ou a centralização do poder nas mãos do ministro, configurando uma espécie de opinião pública. Mesmo

---

[466] Em 1834, um Ato Adicional, em relação à Constituição de 1824, declarava o município do Rio de Janeiro como neutro. Tratava-se de uma designação da nova situação administrativa da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, que a transformava em município. A cidade permaneceria como capital do país, enquanto a província do Rio de Janeiro passava a ter a mesma organização político-administrativa das demais. Além disso, a cidade teria uma Câmara Municipal, o que garantia autonomia do governo local em relação ao governo provincial. Para aprofundar a questão de o "município neutro" consultar: Sérgio Buarque de Holanda, "O Brasil Monárquico: Dispersão e Unidade", in: *História geral da civilização brasileira*, São Paulo: Bertrand Brasil, 2004, vol. 4.

[467] Ver Thomas H. Holloway, "Prefácio: Haddock Lobo e o recenseamento do Rio de Janeiro de 1849". Site: < http://historia_demografica.tripod.com/bhds/bhd50/thrj.pdf >, acesso: 25 de abril de 2011.

[468] Ver *Dicionário das Famílias Brasileiras*, org. Carlos Eduardo de Almeida Barata e Antônio Henrique da Cunha Bueno, São Paulo: Ibero América, s/d, vol. II, p. 1172.

sabendo, como assinante desse jornal, qual era a função das "Páginas Menores", esse leitor usa o jornalismo literário como espaço político. Talvez fizesse isso levado pela lembrança de outros momentos quando, através da "Pacotilha", o jornal de Muniz Barreto se apresentava como um órgão a serviço da opinião pública, do debate político. Se a intenção era essa, porém, o leitor só poderia frustrar-se com o jornalismo literário realizado por Alencar e a redação do *Correio Mercantil*, que tinha como objetivo em 1854 musealizar a "Pacotilha". Abro um pequeno parêntese para situar o leitor, trazendo *outro* trecho do programa das "Páginas Menores" escrito por Octaviano sobre o jornalismo literário:

> Logo que os espíritos se asserenaram; desde que a opinião pública se pronunciou pela necessidade de um governo moderado, ouro e fio das exigências e das ideias extremas; desde que o governo se tornou possível, e, o que é mais, tornou impossível o regresso ás dominações partidárias e exclusivas, a *Pacotilha*, em relação ao pensamento que fizera nascer, achava-se como as antigas máquinas de guerra nas galerias de exposição.[469]

Evoco esse trecho porque expõe o legado da série "Pacotilha" e, nessa periodização, sobressai o aspecto outrora político da revista semanal, que diferia do momento atual, mais moderado, na medida em que moderados estavam os ânimos da sociedade carioca. Como vemos, a imprensa deve comportar-se como um espelho da realidade, isto é, ela deve refletir o seu momento e buscar realizar sua escrita da atualidade marcada agora pela literatura fácil em lugar do debate político. Por outras palavras, o *Mercantil* deveria convergir para os mesmos ideais e sentimentos da Monarquia de regime moderado ou conciliador[470] e musealizar a "Pacotilha", cujo período fora de agitação política e postura mais liberal nos dois primeiros anos da década de 1850. Estamos em 1854 e reina a conciliação, as reformas, a centralização do poder e a frustração do leitor ante o partidarismo de Alencar.

A "realidade", durante o Império, "é frustração", nas palavras de Raymundo Faoro (leitor de Machado de Assis), e àqueles que se frustravam com a vida política do Segundo

---

[469] *Correio Mercantil*, 9 de julho de 1854 – Microfilme Fundação Biblioteca Nacional.

[470] "Reinava ainda a *conciliação*, arranjo político destinado a apagar as lutas que haviam culminado com a lei de extinção do tráfico negreiro" (Nelson Werneck Sodré, *História da imprensa no Brasil*, op. cit., p. 190 – *grifo do autor*). Esta política de conciliação, que punha um fim às divisões partidárias entre o Partido Conservador e o Partido Liberal, a partir do ano de 1853, foi vista com bons olhos pelos representantes dos antigos partidos e também pela imprensa, ambos defendendo o Presidente do Conselho, Marquês do Paraná (Honório Hermeto Carneiro Leão), autor da conciliação e do estabelecimento de um governo moderado (conservador-progressista). Mas é preciso dizer que em pouco tempo o espírito moderado começará a desaparecer dos corações daqueles que apoiaram o governo, inclusive Francisco Octaviano, que, aproximadamente um ano após a publicação deste programa literário, discursará como deputado na Câmara, em 28 de junho de 1855, contra a política conservadora-progressista, ou melhor, mais conservadora que progressista, do Marquês do Paraná. Ver Wilson Martins, *História da inteligência brasileira*, op. cit., pp. 515-516. Ainda sobre a conciliação, o assunto também é tema de Joaquim Nabuco, *Um estadista do império*, 5ª ed., Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, pp. 171-174.

Reinado só restava a palavra de oposição e nada mais. Haddock Lobo, no entanto, parecia ter-se esquecido de que "o jornal não é a via adequada para o gabinete", conforme disse Machado de Assis,[471] pois a palavra impressa hoje não será mais lembrada no jornal de amanhã. Tanto que, na semana seguinte à crônica, a redação e a seção "Publicações a pedido" já não se interessavam mais pelo assunto, mas pela tradução do romance-folhetim de Alexandre Dumas, *Os Mohicanos de Paris*, que se iniciaria a partir do dia 25 de novembro de 1854 e cumpriria o programa literário do jornal.[472] Antes de fechar o parêntese, peço licença para dizer que, ainda que a referência sobre o cenário político sejam as sínteses de Faoro sobre Machado de Assis e não propriamente sobre Alencar, destaco que Faoro lançou alguma luz sobre tais situações políticas a que Machado de Assis deu representação nos romances alguns anos depois, tendo como referência o próprio José de Alencar. Ele dizia que o autor de Brás Cubas não era uma natureza voltada para a política, como o era o autor de Iracema.[473] Talvez por isso o sociólogo brasileiro recorra tanto a Alencar para explicar a presença da política em Machado de Assis, e nós fizemos o inverso. Fecho o parêntese.

Concluindo: a primeira cena epistolar entre escritor e leitor expõe qual era a arquitetura da vida política no Império, em que a Câmara Municipal representava somente a antessala do primeiro poder, "o vestíbulo dos dias verdadeiros":

> As preliminares, até chegar à Câmara dos Deputados, não valiam grande coisa, em termos de carreira. Eram apenas o vestíbulo dos dias verdadeiros, com sol e luz, longe da indefinida cor cinzenta dos tempos de expectativa. Servia a temporada [local e] provincial aos políticos desamparados, desterro de sobras de banquete.[474]

Apesar do ar de engajamento e do posicionamento oficial do escritor e do sentimento de oposição do leitor, tudo isso não passou de uma cena epistolar e de uma querela literária, pois no Brasil dificilmente ecos partidários de dentro de uma redação de jornal chegavam aos ouvidos de "São Cristóvão", sede do governo. O máximo que se conseguia era uma imagem de escritor-político, que se sentia fazendo política, bem como exercendo alguma influência nos leitores, ao legislar ou escrever nas colunas do jornal em favor do governo e contra a municipalidade – esta última, diga-se de passagem, estando mais próxima da população livre. Como afirmou Raymundo Faoro sobre Machado de Assis: "Não havia, fora do governo,

---

[471] Ver Raymundo Faoro, *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, op. cit., p. 134.

[472] Acerca da tradução de *Os Mohicanos de Paris* ver no Preâmbulo, "Alexandre Dumas e o *Correio Mercantil*".

[473] Cf. Raymundo Faoro, *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, op. cit., p. 143.

[474] Raymundo Faoro, *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, op. cit., pp. 122-123 – *interpolação por minha conta*.

quase que nenhuma atividade política capaz de animar as imaginações [...] A única maneira de manter viva a chama era o jornalismo".[475] Esta era a outra maneira de interferir no espaço público, pelo jornalismo literário, como faz Alencar. A outra maneira era obter ou herdar alguma posição política inicial,[476] que o escritor até possuía por conta da origem familiar, mas teria que esperar a maturidade para pôr em ação aquilo que arrazoava na crônica-folhetim – Alencar chegaria à Câmara dos Deputados e depois à posição de Ministro da Justiça somente a partir de 1860, quase dez anos depois da participação na seção "Páginas Menores".

Não sabemos se esta cena epistolar e a querela entre o escritor e o leitor resultaram em algo mais do que simples retórica parlamentar ou aparato. Tampouco sabemos se gerou alguma experiência de opinião pública – suspeito que não. Todavia, se, por um lado, no século XIX essa querela não significou mais que aparato, por outro, hoje ela nos fornece testemunho de um leitor de folhetim, independente do fato de esse leitor ter se concentrado apenas num aspecto da crônica.

Já comentamos que este leitor não pertence à "classe" de títulos, não desfruta de uma posição social de prestígio dentro do governo, embora também não se trate de um leitor comum ("*liseurs*"), mas de um leitor crítico ("*lectant*") e representante dos estratos médios da sociedade carioca, formados pelos bacharéis, políticos rasos e emigrantes portugueses bem-sucedidos como os comerciantes e membros do Gabinete Português de Leitura.

A família Haddock Lobo, de origem portuguesa, era da cidade de Cascais. Não se sabe se o filho do Tenente-Coronel Roberto Haddock e da Sra. Inácia Maria de Jesus Lobo, Roberto Jorge Haddock Lobo, nascido em 1817, emigrou para o Brasil com os pais. Temos notícia apenas de que ele foi comerciante (caixeiro) antes de obter o título de bacharel em Medicina e ocupar a futura posição de Tenente-Cirurgião do Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional. Nessa época ocupou-se do problema da febre amarela e do recenseamento da cidade, conforme destacado. Estava a um passo da vida política, ocupando a posição de Delegado de Instrução Pública da Freguesia do Engenho Velho e granjeando a estima do Imperador que lhe ofereceu as comendas da Ordem da Rosa e da Ordem de Cristo, chegando

---

[475] Raymundo Faoro, *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, op. cit., p. 85.

[476] "O ponto inicial é uma posição privilegiada, isto é, uma posição que o pretendente não conquista, mas que obtém ou herda. Embora a ascensão política seja possível, se assegure a escalada aos mais ambiciosos, astutos ou melhor qualificados, o primeiro passo está pré-determinado, senão rigidamente, ao menos dentro de modelos fixos. O que daí sai é uma aristocracia, mais ou menos aberta, flexível ou estável, e não uma democracia, com plena igualdade de oportunidades". Raymundo Faoro, *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, op. cit., p. 114.

depois à posição de vereador.[477] Como vemos, trata-se de um membro da comunidade portuguesa do Rio de Janeiro, cujo traço comum é pertencer, inicialmente, à classe caixeiral e ser agraciado com alguns símbolos de *status*, como as comendas. Mas Haddock Lobo tem um diferencial em relação aos caixeiros que estudamos: ele conquistou o título de bacharel, um dos símbolos de *status* mais expressivos do Império, elemento de estratificação social relacionado ao *ethos* do bacharel.[478] Portanto, se no Gabinete e com Manuel Antonio de Almeida as figuras dos caixeiros destacam-se, com Alencar a testemunha de leitura da crônica-folhetim é emigrante português, mas pertence à "classe" dos bacharéis. Trata-se da mesma "classe" de Alencar, mas com um pequeno diferencial: enquanto o emigrante português representa o tipo "bacharel pobre", Alencar representa o bacharel filho das grandes heranças.[479] Nesse sentido, cumpre deter um pouco o olhar também na biografia do futuro escritor de *O Guarani* para balizar um pouco melhor essa diferença de posição social.

José de Alencar (1829-1877), filho do padre e depois senador José Martiniano Pereira de Alencar (1794-1860)[480] e da sua prima Ana Josefina de Alencar, foi bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo (1846-1850). Além da formação intelectual e boa origem familiar, vinha de uma tradição política e mantinha relações com representantes da elite política brasileira ainda na juventude e ao ingressar na carreira jornalística. Cito alguns exemplos do círculo de amizade de Alencar: Francisco Octaviano, além de escritor e redator-chefe, ingressaria na Câmara dos Deputados em 1853 e era um representante do Partido Liberal;[481] José Thomas Nabuco de Araújo era Ministro de Estado dos Negócios da Justiça; e Euzébio de Queiroz, senador e autor da "Lei Euzébio de Queiroz", de 1851, quando ainda era ministro da justiça. Ambos ilustres representantes do governo e de ações decisivas na organização da vida política imperial, sendo Euzébio de Queirós um dos fundadores do Partido Conservador, antes "trindade saquarema".[482] Também manteve relações com Antonio Pereira Rebouças, pai de André Rebouças, que, além de ser bacharel em Direito, teve carreira

---

[477] Ver *Dicionário das Famílias Brasileiras*, org. Carlos Eduardo de Almeida Barata e Antônio Henrique da Cunha Bueno, op. cit., p. 1172.

[478] O *ethos* do bacharel ou "bacharelismo" será assunto do próximo capítulo com Fagundes Varella.

[479] A referência constante é Raymundo Faoro, *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, op. cit., p. 327.

[480] José Martiniano Pereira de Alencar, pai de José de Alencar, foi padre, líder do Partido Liberal, senador e presidente do Ceará (1834-1837/1840-1841). Era descendente de uma família tradicional da política local, os Alencar, que nesta província protagonizaram a Revolução de 1817 e a Confederação do Equador. Cf. Kátia Mendes Garmes, "*O terrível amolador*", op. cit., pp. 01-02.

[481] De 1853 a 1867, Octaviano foi deputado geral, passando ao senado neste último ano. Cf. Antonio Candido, *Formação da literatura brasileira – momentos decisivos* – vol. 2, op. cit., p. 92 e p. 333.

[482] A trindade saquarema era composta pelos amigos Joaquim José Rodrigues Torres (futuro Visconde de Itaboraí), Paulino José de Soares de Souza (futuro Visconde do Uruguai) e Euzébio de Queirós.

política promissora, fora representante do Partido Liberal e homem ligado à imprensa (foi proprietário do jornal *O Bahiano*).[483] Trata-se, portanto, de uma rede de amigos restrita, mas bastante expressiva, pois se refere a homens ligados aos altos escalões do Império e dos Partidos Conservador e Liberal.

Como vemos, a cena epistolar expõe o debate de dois estratos sociais do Rio de Janeiro, duas posições políticas: uma mais liberal, que defende a municipalidade, outra conservadora, ao lado do ministro do Império. E dentro desse cenário que a troca de cartas ofereceu, nota-se como a política subjuga mais que tudo no Segundo Reinado,[484] tanto que vemos Alencar nutrindo as simpatias do governo mesmo na condição de cronista do jornal, que não representava nada em termos de carreira ou distinção social, afinal, nem se tratava de uma profissão literária. Entretanto, pensamos que seu clientelismo se deve menos à sua crônica e mais à posição de secretário no Ministério do Estado de Negócios da Justiça, conforme destacamos.

A crônica de Alencar tem, entre os seus leitores, um representante da comunidade de emigrantes portugueses, cujo grupo de *status* ao qual pertence é o do emigrante-bacharel. Sabendo da sua existência, José de Alencar se comunica com ele, embora tenha decidido ficar mais próximo daqueles aos quais suas ideias e sua carreira política estavam vinculadas: os círculos dirigentes do Rio de Janeiro.

A cena epistolar entre escritor e leitor inspirada na crônica de 12 de novembro de 1854 termina aqui, já que não houve mais nenhuma reação por parte do leitor Haddock Lobo sobre o assunto, nem outros testemunhos de leitores que animassem este debate e que o levassem adiante. O fato é que esta cena marcada pelo debate político entre escritor e leitor, entre um membro da redação do jornal e um raso representante do governo, não saiu da esfera das colunas do jornal e não alcançou São Cristóvão. Na verdade, não podia ser diferente: esta tentativa de levar os debates da Câmara com os ministérios para o espaço público do jornal não conseguiria ultrapassar o discurso retórico sobre o poder, vencer a tendência do aparato que essa troca de cartas suscitou e, por fim, transformar esse monte de moções de tinta e papel, que deram origem a cena epistolar em algo mais efetivo, como alguma experiência de opinião pública.

A vida literária produzida pelo jornal parece não ter outro destino a não ser atender

---

[483] Ver Keila Grinberg, *O fiador dos brasileiros – cidadania, escravidão e direitos civis no tempo de Antônio Pereira Rebouças*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

[484] A síntese é de Raymundo Faoro, *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, op. cit., p. 126.

nossa "veia ornamental" de folhetins e aparatos,[485] descartados ao final do dia juntamente com o jornal. Isso talvez acontecesse porque não havia público suficiente para gerar uma experiência de opinião pública. Talvez um único tipo social, como o do leitor Haddock Lobo, não fosse o bastante para interferir na lógica estamental-escravista que subjugava também a imprensa. Até se pode dizer que existia público suficiente para gerar novas experiências literárias e políticas (como os representantes da comunidade de emigrantes portugueses do Rio de Janeiro, por exemplo); a questão aqui, contudo, não é a inexistência de um público, mas o espaço que é dado a ele dentro da sociedade, bem como o interesse que desperta num escritor específico. Ainda que houvesse um público razoavelmente amplo, formado por emigrantes portugueses como um grupo de *status*, que podia liberar economicamente o escritor da propriedade latifundiária, do mando e da tutela imperial, Alencar dá indícios que preferia que sua literatura fosse gestada pelos círculos dirigentes e não pelos estratos médios.

Diante disso, resta-nos saber o que diz a segunda cena epistolar, que tipo de público leitor evoca e como o escritor envolve esse público.

2.2.2. Construção da segunda cena epistolar: cólera-morbo

O assunto da primeira crônica ficou em torno da questão da higiene pública. A próxima crônica ainda está ambientada nesse cenário da administração pública do Rio de Janeiro, mas a questão agora é o cólera e o tratamento que os gramáticos deram a ele:

> [...]
> O cólera-morbo andava muito sossegado lá pela Europa e nem sequer ainda se tinha lembrado de escrever o Brasil no seu itinerário ou jornal de viagem, quando alguém, um homem de talento necessàriamente, teve a feliz ideia de afirmar que a moléstia já estava em caminho e não tardaria a chegar.
> Imediatamente fez-se uma revolução, e tivemos uma verdadeira epidemia de cólera-morbo *in nomine*. Não se falava em outra coisa; não se escrevia sobre outro assunto. Os médicos dissertavam largamente [...] a Câmara Municipal trabalhava [...]
> A epidemia foi tal, que até foram bulir com a pobre gramática, que estava bem sossegada, e chamaram-na a campo para decidir se o cólera-morbo era masculino ou feminino.
> Não devo me meter em semelhante questão; mas, a falar a verdade, prescindindo da gramática, creio que aqueles que dão ao cólera o gênero feminino têm alguma razão, por isso que os maiores flagelos deste mundo, a guerra, a morte, a fome, a peste, a miséria, a doença, etc., são representadas por mulheres.
> [...]
> Se as minhas amáveis leitoras não gostarem desta razão, que acho muito natural, chamem à conta os pintores e os poetas, que são autores de tudo isto [...]
> Ora, à vista da razão que apresentei, parecia que não devia haver mais dúvida sobre o gênero do cólera; porém o argumento do – h –, que ainda não tinha lembrado aos

[485] Inspiro-me em Roberto Schwarz, *Ao vencedor as batatas*, op. cit., p. 47.

> gramáticos antigos e modernos, veio mudar a face da questão. Homem, que é o símbolo do gênero masculino, começa por – h –; logo, desde que o cólera for escrito com – h – é masculino. A isto não há que responder; e, por conseguinte, à vista de um tal argumento, persisto na minha antiga opinião.[486]

Apresento a crônica de Alencar de modo fragmentado, excluindo passagens nas quais o folhetinista, fiel à fórmula de descrever de forma leve e romanceada o cotidiano do Rio de Janeiro, apresenta assuntos como o teatro lírico, a rua do Ouvidor, os homens com suas cartolas e seus charutos à maneira europeia, as damas e atrizes do teatro, a inauguração das galerias (que nada deixavam a desejar em relação às galerias de Paris, como ele diz). Enfim, uma porção de assuntos como os eventos culturais e/ou outras tantas amenidades sobre a vida cotidiana do Rio de Janeiro, e que não podiam faltar ao folhetim de domingo.[487] Contudo, essas ausências não devem causar nenhum prejuízo à análise, porque o fragmento, centrado no tema do cólera-morbo, conserva aquele esquema literário de descrever o país levando em consideração as coisas que vêm de fora, ou melhor, da Europa.[488] E, neste caso, o que foi importado não é a moda francesa, mas uma doença, que existe somente em forma de notícia, indicando que o público do jornal está voltado mais às questões textuais do que às suas manifestações mais concretas.

Nesse texto, publicado um mês antes da crônica-folhetim que analisamos na primeira cena epistolar, nota-se como os juízos de Alencar em relação à Câmara Municipal são outros e como o tom é caracterizado pela leveza que o assunto traz; afinal, o cólera é uma ficção criada pelos jornais, ou melhor, pelos leitores do jornal, ameaçados com as notícias que vêm de fora, e não uma doença propriamente dita.

Nessa época, Alencar ainda não era o romancista que conhecemos, nem aquele escritor que a crítica literária consagrou e cuja obra expõe algumas falhas em razão da importação das ideias, das modas, das notícias, ou de tudo o que vinha de fora.[489] Sem adentrar no mérito da discussão das "ideias fora do lugar", o que chama a atenção é o interessante senso de realidade que o escritor apresenta nessa crônica, desvelando, de maneira jocosa, o efeito das coisas que vinham de fora sobre os leitores da imprensa carioca, entre eles, o próprio escritor. Incondicional, o fascínio pela Europa se manifestava mesmo diante de uma aterrorizante

---

[486] José de Alencar, *Ao Correr da Pena*, op. cit., pp. 54-55.

[487] "Embora Alencar soubesse ocupar-se de assuntos graves, não raras vezes os preferindo para chamar a atenção de leitores mais sisudos que as mocinhas da época, seus folhetins, pela própria natureza do gênero, deviam forçosamente abordar amenidades da vida social e mundana do Rio de Janeiro, além de acontecimentos culturais". João Roberto Faria, *José de Alencar*, op. cit., XXVIII.

[488] A referência é Roberto Schwarz, *Ao vencedor as batatas*, op. cit., pp. 46-47.

[489] Cf. Roberto Schwarz, *Ao vencedor as batatas*, op. cit., pp. 36-37.

doença: afinal, vir de fora, da Europa, era o que mais importava.

Repassando a assertiva segundo a qual a realidade é frustração, uma forma de fuga se mostra urgente, revelando a necessidade de ficção: ainda não havíamos sofrido nenhum tipo de epidemia, e a imprensa já antecipava os fatos e mobilizava toda a cidade leitora a se preparar para a chegada da doença europeia – e para os leitores ela só poderia ser europeia. Todos se preparam: só no jornal *Correio Mercantil* houve uma enxurrada de cartas dos leitores sobre a doença recém-noticiada. No entanto, como bem observou Alencar, tratava-se apenas de uma notícia, um assunto jornalístico. Consequentemente, o único tratamento que poderiam dar à doença era o gramatical. Porém, ele não foi o único: a seguir apresento seis correspondências de leitores sobre a questão do cólera inspiradas na crônica de Alencar. Quanto às cinco primeiras cartas, farei apenas conjecturas acerca da identidade dos leitores, afinal os autores assinam abreviações e/ou pseudônimos no lugar de nomes. E como apenas a última carta apresenta um signatário e ajuda a localizar um público leitor, ela servirá de parâmetro sobre o público do folhetim de domingo. Para isso vou proceder da seguinte maneira: (I) apresento as duas primeiras cartas e faço conjecturas em relação aos destinatários, levando em consideração aquilo que escreveu Alencar na crônica sobre os seus leitores ideais ("amáveis leitoras"); (II) passo às três cartas seguintes, tecendo considerações sobre os pseudônimos de seus autores; (III) a última carta expõe o testemunho de leitura de que estávamos à procura. O objetivo é caracterizar os destinatários das cartas e estabelecer relações com a crônica de Alencar:

> **(I)**
> 1ª carta:
> Quando todo o corpo médico desta capital está preocupado com a possibilidade de desenvolvimento do cholera-morbus entre nós; quando a população indaga com interesse a opinião dos profissionais sobre a probabilidade de sua aparição; quando enfim as corporações oficiais solenizam sessões para discutir esta importante questão, seja-nos permitido a nós, médico desconhecido, manifestar com franqueza a nossa opinião pela imprensa, visto que só assim podemos concorrer com o nosso fraco contingente para o serviço a quem com tão boa vontade se prestam todos os nossos colegas [...]. Dr. Saturnino RJ, 8 de out. de 1854 [*Correio Mercantil, 11 de outubro de 1854*].
>
> 2ª carta:
> Só hoje por acaso tivemos conhecimento da seringação dada pelo sapientíssimo escritor da semana do *Jornal do Commercio* do dia 08. Diz S.S "que quando cholera levar um h e enquanto morbus for masculino, o não obrigarão a escrever: a morbus a cholera-morbus etc".
> [...]
> Se pois o *Jornal do Commercio* entende que o melhor meio de afugentar a epidemia é estropear-lhe o nome, continue a escrever, – o cholera, o cholera-morbus, o morbus ou como quiser, que nada mais diremos. Enquanto a nós, como ignorantes, escreveremos sempre com h ou sem h – a cholera morbus. O Sabão [*Correio Mercantil, 11 de outubro de 1854*].

Sobre essas correspondências, o assunto continua sendo a gramática da palavra *cólera*. O Rio de Janeiro sofria uma epidemia literária de cólera quando o folhetim de Alencar foi publicado: o cronista indica que o tema já era assunto em diversos jornais do Império, e podemos comprovar tal fato através desta cena epistolar criada pela seção "Publicação a pedido" do *Correio Mercantil*. Conforme destacaram Alencar e um dos seus leitores (O Sabão), o *Jornal do Commercio* teria anunciado a notícia da epidemia e introduzido a discussão acerca da questão do gênero da palavra *cólera*, cabendo ao *Correio Mercantil*, seus redatores e seus assinantes o papel de levar o assunto adiante, travando um interessante debate público entre os leitores de jornais da época, sobretudo em relação ao *Jornal do Commercio*. Aliás, diga-se de passagem, o *Commercio* sempre despertava a atenção da redação de Octaviano, fosse para atacar, fosse para imitar. O modelo, a referência ou o ressentimento do *Mercantil*, portanto, era o *Commercio*; digo ressentimento porque Octaviano teria iniciado sua carreira de jornalista literário na imprensa de Villeneuve, mas, por conta de uma relação de interesse, acabou casando-se com a imprensa de seu sogro, que o levou à Câmara dos Deputados, à redação do *Mercantil* e ao fim da sua tão bem-sucedida *Semana*. Depois disso, a redação de Octaviano sempre dava testemunho de como o *Jornal do Commercio* era importante na cena carioca e para a redação, tanto que selecionava e publicava cartas de leitores cujo conteúdo punha em evidência o *Jornal do Commercio*, mesmo que para zombar dele; aliás, o que não deixa de ser uma ratificação, uma confirmação da sua importância.

Seja no *Jornal do Commercio*, no *Correio Mercantil* ou em qualquer outro jornal, o assunto do cólera tinge a imprensa carioca de debates gramaticais e nos dá pistas sobre o destinatário do folhetim de domingo de Alencar. E sobre isso, merecem atenção as nomenclaturas adotadas pelos autores das cartas: "Dr. Saturnino" e "O Sabão". Trata-se de nomes masculinos, propondo que o assunto do cólera poderia interessar a tal doutor ou a esse signatário chamado "Sabão" e não às amáveis leitoras referidas sarcasticamente na crônica de Alencar. Supondo que Alencar não soubesse a identidade dos autores das cartas ou mesmo dos seus leitores, ele não tinha como ignorar o fato de que este assunto da epidemia gramatical de cólera parecia interessar mais aos professores, médicos, advogados, escritores e jornalistas (aliás, podemos deduzir pelo conteúdo da carta de "O Sabão" que estamos diante de outro jornalista ou escritor, talvez); ou seja, minha hipótese é que o assunto interessava a tipos sociais, como os jornalistas, os médicos, os escritores e os dicionaristas, e menos às mocinhas casadoiras, que representam os destinatários ideais do escritor. É curioso observar como a fórmula de elaboração do destinatário romanesco é adaptada à crônica-folhetim, levando o escritor a adotar o *topos* do leitor ideal e imaginar sendo lido pelas moçoilas. E isso

até poderia acontecer, se elas estivessem por detrás desses signatários, mas parece-me que não é isso o que ocorre:

(II)

3º carta:
"Cholera-morbus – Questão de gênero"
Já que demos princípio a esta questão, não é justo que deixemos passar desapercebida a decisão da Semana do *Jornal do Commercio* de hoje (15). Diz-nos ele "que definitivamente pelo consenso unânime dos escritores brasileiros, parece ter de ficar masculino!!" [...]. Lisonjeamo-nos de ver que o digno escritor da *Revista Mercantil* de ontem, com mais franqueza, adotou a nossa opinião, e esperamos seja seguida por todas as pessoas que não tiverem feito parte do consenso unânime, que pretende continuar a sustentar um absurdo. Por não ter mais sabão assina-se hoje O Zero [*Correio Mercantil, 16 de outubro de 1854*].[490]

4ª carta :
"Cholera-morbus – Questão de gênero"
O *Jornal do Commercio* de hoje (19), no seu artigo – cholera-morbus – anuncia-nos a existência da 5ª edição do dicionário de Moraes, e diz-nos: "O que exprime a palavra cholera-morbus? Exprime o morbus chamado cholera, e não a morbus!!". A disparates destes não quiséramos responder, porque é gastar cera com ruins defuntos, mas enfim, visto citar-nos Moraes e Constancio (onde não poderá mostrar-nos cholera-morbus como se tem escrito, mas sim – cholera-morbo –, que não foi seguido por escritor algum; e quando o fosse também seria feminino), citar-lhe-emos outros, desejando que sejam mais bem interpretados, são eles: Fonseca, Bluteau, Costa e Sá, Roquette, e sobretudo Fonseca e Roquette, edição de 1850; e Faria, o dicionário mais moderno que possuímos, e que dão a cholera-morbus ou cholera morbo (indistintamente) feminino [...]. Parece incrível que no Rio de Janeiro, onde há uma Academia de Medicina, onde os jornais tanto se têm ocupado com – cholera-morbus – se tenha sempre classificado como masculino uma doença, que razão nenhuma existe para poder deixar de ser feminino! A razão apresentada hoje, pelo autor do artigo a que nos referimos, não pode deixar de pertencer ao descobridor do valor do h; mas quando mesmo não seja assim: a descoberta que acaba de fazer dizendo-nos que "a palavra cholera-morbus exprime o morbus chamado cholera e não a morbus" mostrando neste argumento os seus vastos conhecimentos em medicina e gramática!
...
[...]
O Zero [*Correio Mercantil*, 19 de outubro de 1854].

A carta de número três é a segunda correspondência, depois da de Haddock Lobo, enviada à seção "Publicação a pedido", que faz menção e legitima José de Alencar como escritor, ou melhor, o "digno escriptor da *Revista Mercantil* de ontem", bem como dá testemunho de que existe um público leitor para os seus folhetins. Sobre este público, ou melhor, seu leitor, apesar de ele assinar um pseudônimo, é possível fazer algumas deduções. Trata-se de um leitor constante do *Correio Mercantil*, do *Jornal do Commercio*, mas também de dicionários e compêndios de medicina; um tipo cuja intenção é difundir suas ideias, estabelecer algum debate, mostrar alguma erudição, além de se imaginar porta-voz de outros

[490] *Grifo meu*.

leitores-escritores, haja vista que escreve sempre na primeira pessoa do plural: "já que demos princípio a esta questão...". Por outras palavras, "O Zero" e o outro leitor, "O Sabão", se não forem a mesma pessoa, podem ser estudantes ou jornalistas e escritores, no limite até colaboradores da redação do *Correio Mercantil*. Faço esta afirmação, considerando que o espírito sarcástico, missionário e legislador desses remetentes de cartas (2ª, 3ª e 4ª) coincide com os princípios da redação de Octaviano – convém lembrar do legado da "Pacotilha". Entretanto, não ficamos completamente convencidos deste argumento, porque, ao reunir outra carta da seção "Publicações a Pedido", aparecem elementos para dificultar a identificação do leitor:

> 5ª carta:
> Cholera-morbus
> Quando ontem (19) escrevemos à pressa o nosso mal alinhavado artigo para o *Mercantil*, não tínhamos ainda (porque nossa ocupação nos não deixa tempo disponível) conhecimento do tão belo quanto sábio artigo do Ilmo. Sr. Dr. Adolpho Manoel Victorio da Costa, inserto no *Mercantil* do mesmo dia; se o tivéramos, aquele nosso não teria saído, porque o julgaríamos inútil depois de existir uma demonstração tão lógica e clara que S.S nada deixa a desejar.
> [...]
> Não voltaremos à questão, porque nada se poderia acrescentar ao que S.S expendeu
> [...]
> O Zero [*Correio Mercantil*, 21 de outubro de 1854].

Quero começar declarando que esta última carta traz uma notícia de que trataremos depois: a correspondência do Sr. Victorio da Costa (III). Para além dessa informação, merecem destaque a tentativa de demonstrar erudição, elencando diferentes referências de dicionários, e três elementos novos: primeiro, não se trata de jornalistas da redação do *Mercantil*, porque se o fossem saberiam da existência do artigo do Sr. Victorio da Costa; segundo, O Zero realiza algum tipo de ocupação que o impede de cuidar melhor da preparação do artigo; isso nos conduz ao terceiro ponto: o silêncio que a carta do diretor do Colégio Victorio e vice-presidente do *Gabinete Português de Leitura* traz a esse leitor do *Mercantil*, pois não enviará para o jornal mais nenhuma correspondência sobre o assunto. Isso nos leva a algumas deduções: 1º) pode tratar-se de alguém submisso ao Sr. Victorio, um membro do Gabinete Português de Leitura ou mesmo um professor do colégio – e em ambas as instituições este anônimo autor das cartas teria acesso a dicionários, livros, jornais, nos quais se poderia inspirar para empenhar sua pena de gramático; 2º) talvez fosse um caixeiro de escritório ou mesmo um comerciante que se empenha na elaboração dessas cartas, criando esta cena epistolar anônima e imaginando-se parte de uma comunidade de leitores, ou seja, os gramáticos, escritores, professores, jornalistas e todos aqueles que manejam a palavra

impressa, como também os estudantes, inclusive de medicina, daí o interesse pela doença; 3º) aliás, quanto a estes últimos, fico em dúvida se nosso assinante anônimo era um estudante, haja vista que os afazeres dos nossos estudantes no Segundo Reinado, daqueles que tinham acesso à educação superior, não se resumiam em ocupação, pelo menos não para a maioria – Varella será uma exceção, daqueles que partilhavam da vida estudantil cheia de regalias no Império (voltarei ao assunto no último capítulo).

Tenho de reconhecer que é impossível definir este leitor anônimo de Alencar. No máximo, podemos indicar que se trata de alguém que possuía disposições particulares para gestar a crônica-folhetim e partilhar das mesmas ideias e sentimentos do escritor, rir das anedotas e comentários jocosos, bem como se trata de alguém que se imagina fazendo parte de uma comunidade de leitores dos jornais, uma comunidade imaginada (para Benedict Anderson, dentro das comunidades imaginadas, não importava a identidade dos leitores, haja vista que eles seriam milhares).[491] No caso do Brasil Império, não estamos tratando de milhares de leitores, mas de um número reduzido destes, embora não menos significativos, à medida que dão sentido à crônica do escritor e dão testemunho da existência da leitura num país formado pela maioria de escravos e analfabetos.

Uma última palavra sobre essa questão dos destinatários reais e ideais. Nessa tentativa de apreender características históricas dos signatários, estou inclinado a pensar que prevaleciam os homens às mulheres, o que ressignifica aquela imagem feminina que Alencar construiu em sua crônica: "Se as minhas amáveis leitoras não gostarem desta razão". No que tange aos destinatários, há uma diferença entre o que expõe a crônica e o que lemos nas correspondências. E isso, talvez, deva-se à seguinte razão: o escritor invoca as mulheres no lugar do Sabão, Zero, Dr. Saturnino ou qualquer outro signatário do sexo masculino, porque era necessário preservar o estatuto literário que a crônica-folhetim possuía.

Trata-se, portanto, da busca pelo ficcional, mas que também pode ser vista como expressão da forma de fuga, evidenciando como os destinatários de carne e osso frustram o escritor. Já indicamos que a construção do destinatário ideal na crônica-folhetim representava experimentações romanescas por parte dos escritores.[492] No caso de Alencar, demos um rápido exemplo disso com aquela primeira crônica que estudamos, na qual apareceu o personagem "diletante" como uma tentativa de construir um personagem romanesco; agora, o que Alencar importa do romance é a construção dos destinatários ideais. Em ambos os casos, as crônicas são usadas como laboratório do escritor para textos futuros, como os romances

[491] Cf. Benedict Anderson, *Comunidades imaginadas*, op. cit., pp. 68-69.
[492] Ver no **Preâmbulo** discussão sobre a "Crônica-comentário".

urbanos, em que destinatários ideais e personagens tipos têm presença marcante, mas não apenas isso. Está em questão também, na construção de destinatários ideais, a ideia do ponto de fuga da realidade, fundada em qualquer tipo de idealização. Tratando esse assunto como outra hipótese, a questão pede um enquadramento biográfico: podemos deduzir, por exemplo, que a idealização de destinatários de Alencar inspirava-se em suas experiências mais tenras de leitura de folhetins, quando a audiência era formada apenas por sua mãe e as amigas dela,[493] tendo criado na criança e no jovem a impressão de que os folhetins de domingo interessavam somente às mulheres; o que diria o vereador Haddock Lobo disso? Outra inspiração, derivada desta última, seria a herança deixada pela leitura repetida dos mesmos romances-folhetins, cuja estrutura literária lhe moldou o espírito,[494] o que significava que ele tinha "predileção pela forma literária do romance",[495] na qual a construção dos destinatários acontece por excelência. Outra possibilidade, em relação à idealização dos destinatários, seria a influência da fórmula de Balzac de representar os leitores nos textos, originária dos volumes lidos por Alencar nas edições belgas do escritor francês[496] ou mesmo através de outros romances ou mesmo contos e crônicas, como a crônica-folhetim francesa, em que a referência aos destinatários era central – embora não saibamos de que maneira os cronistas brasileiros transferiram esse gênero para o Brasil.[497] De fato, as razões que podem ter levado Alencar a instrumentalizar determinada tópica literária podem ser inúmeras, e cada uma delas mereceria um estudo à parte, o que nos autoriza a indicá-las somente como hipóteses.

Até aqui temos razões, pelo menos como hipóteses, para conceber os leitores dessa última crônica como destinatários do sexo masculino e localizados entre os estratos médios, dos professores, médicos, jornalistas, estudantes etc. Partindo dessas ponderações, vejamos o que diz a última correspondência, em que aparece uma testemunha de leitura:

> **(III)**
> 6ª carta:
> Nestes últimos dias tem-se muito escrito acerca da cholera-morbus, principiando as disputas sobre o gênero desta palavra, pretendendo uns que esta palavra é do gênero masculino, e outros do feminino. Além do interesse geral que todos os homens de

[493] José de Alencar, *Como e por que sou romancista*, op. cit., p. 20.

[494] José de Alencar, *Como e por que sou romancista*, op. cit., p. 22.

[495] José de Alencar, *Como e por que sou romancista*, op. cit., p. 8.

[496] Alencar diz ter tido acesso ao "volume das obras completas de Balzac, nessa edição em folha que os tipógrafos da Bélgica vulgarizam por preço módico" (José de Alencar, *Como e por que sou romancista*, op. cit., pp. 28-29), dentro da biblioteca do amigo Octaviano, quando ainda estudava em São Paulo. Curiosamente, nessa passagem de sua biografia, Alencar nos dá dois testemunhos: o primeiro é sobre uma das suas fontes literárias e o segundo é sobre as edições belgas reeditadas e adquiridas no contexto das contrafações.

[497] Ver no **Preâmbulo** discussão sobre "Alexandre Dumas no *Correio Mercantil*".

> letras têm, de determinar bem o valor, e a acepção dos vocábulos, de que nos servimos, há para nós uma razão particular que nos obriga a escrever estas toscas linhas, e esta é a seguinte: entre os muitos escritos, que nosso pai o Sr. Emigdio Manoel Victorio da Costa, antigo lente de medicina da Universidade de Coimbra, nos deixou com recomendação de os rever, publicando os que julgássemos úteis à humanidade, e queimando os outros; existe 'O tratamento, estatística da cholera-morbus na sua invasão em Portugal em 1833'. Julgamos fazer um serviço à humanidade nas atuais circunstâncias publicando brevemente pela imprensa os escritos inéditos de nosso pai sobre a cholera-morbus: e como ele sempre sustentou que esta palavra era feminina, não queremos mudar suas expressões, e defendê-las-emos com nossas fracas forças [...].
>
> Dr. Adolpho Manoel Victorio da Costa
> Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1854.

Toda esta cena epistolar envolvendo seis cartas em torno da questão gramatical do cholera-morbus, quase uma anedota, tem uma função: dá testemunho da leitura do jornal *Correio Mercantil* no Império. Sobre uma destas testemunhas, o Sr. Adolpho Manoel Victorio da Costa, sabemos que era o ex-presidente do Gabinete Português de Leitura (1847 e 1853), diretor do Colégio Vitório e participante incansável da vida comunitária portuguesa do Rio de Janeiro, dando sempre assistência aos alunos mais humildes da comunidade e interessado na difusão da educação na Corte, traço característico dos caixeiros.[498] Tais ideais também aparecem nesta epístola, quando o leitor imagina que seu texto prestará um serviço à humanidade. Muito mais do que influências precoces de um comtismo – que será, conforme vimos, a tópica no final da década de 1860 dentro do Gabinete –, este sentimento de humanidade refere-se ao ideal de comunidade que os emigrantes portugueses defendem no Gabinete Português de Leitura, e que já discutimos anteriormente. Além disso, esta cena epistolar, que põe em evidência a comunidade de leitores dos jornais cariocas interessados em questões médicas e gramaticais, expõe as insígnias de mando ou de *status* do nosso leitor: filho de médico, estudante em Coimbra (bacharel em Filosofia) e depois em Paris (bacharel em Medicina), gramático e proprietário de escola. Nas fichas dos sócios do Gabinete, esse emigrante nascido a 05 de junho de 1808, em Soure, distrito de Coimbra, teria emigrado para o Rio de Janeiro depois de se bacharelar na França (1839). Da Filosofia e da Medicina não temos notícias; na verdade, essas vocações foram transformadas num interesse pela educação infantil, tanto que fundou uma escola (Collegio Victorio) ao chegar ao Brasil, cujo endereço nos anais do Gabinete figura na Rua dos Latoeiros, 46 (hoje Gonçalves Dias). Também criara um anexo ao colégio, conhecido como o "Externato de meninos" da Rua do Cano, 118, atual Rua Sete de Setembro, empreendimentos que lhe renderam o reconhecimento por parte do Imperador, que o agraciou, como fez a tantos outros emigrantes portugueses ligados ao

[498] Rever no **Capítulo 1** o tópico "Homens práticos e positivos".

Gabinete, com a Ordem da Rosa e o título de Conselheiro. Morreu em 17 de maio de 1878, tendo sido também presidente da Caixa de Socorros Pedro V (1874-1876).

Com Victorio da Costa, e também Haddock Lobo, pode-se imputar a presença significativa de uma camada de emigrantes portugueses entre os assinantes do jornal *Correio Mercantil*, dois representantes de uma parcela do público literário do folhetim de domingo. Sobre esse público, eles viviam no Rio de Janeiro como um grupo de *status*, os emigrantes-bacharéis, constituindo-se como um grupo portador/suporte da literatura que circulava no jornal.

Por fim, importa destacar que os dois testemunhos de leitura a que tivemos acesso representam um substrato empírico: não advêm de pseudônimos, são emigrantes portugueses que pertencem aos estratos médios da sociedade brasileira; isto é, não pertencem à Corte Portuguesa, ainda que gozem de algum prestígio ou posição social dentro do Império. Para chegarmos a estas testemunhas, foi preciso romper o traço preto que separa o rodapé da primeira página das outras seções do jornal e nos darmos conta de que o jornalismo literário mistura assuntos referenciais, colhidos em outras seções do próprio *Correio Mercantil*, de outros jornais, do contexto da época, enfim, elementos literários, linguísticos, situações políticas, a questão dos gramáticos, que circundam o público leitor de Alencar.

E o que vimos através desses leitores é a forma de fuga com que constroem suas ideias em relação à atualidade da vida carioca, marcada pelas relações de influência, pela centralização do poder, pela caricatura de uma doença, inspirando-se na crônica-folhetim, misturando assuntos referenciais com os ficcionais para tentar dar conta de uma realidade frustrante, tão diferente de Paris, mesmo quando percorrem e figuram a Rua do Ouvidor. É marcante esse sentimento da realidade como frustração, tanto que uma doença tão terrível quanto o cólera, cujas epidemias geraram tantos mortos,[499] é para os leitores do *Correio Mercantil*, aqueles que poderiam gerar uma experiência de opinião pública, apenas uma questão gramatical.

Estes poucos homens que se ocupam da questão do cólera através da gramática, tão distantes dos problemas que a doença transmitia, representam a inércia de uma ação popular dentro do governo: eram incapazes de cobrar, mesmo via imprensa, qualquer coisa dos dois únicos partidos ou mesmo dos gabinetes do Império. Ainda não havia no Brasil a possibilidade de participação popular na vida pública, e qualquer disputa de poder se dava

[499] Sobre as epidemias de cólera, de febre-amarela, entre outras doenças que assolaram o Brasil gerando problemas sanitários e políticos no século XIX, ver Sidney Chalhoub, *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*, São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 29-32; pp. 60-93.

dentro das mais altas hierarquias imperiais, quase sempre o imperador a decidir tudo.[500] Para se fazer alguma coisa sobre a questão do cólera, por exemplo, algo mais do que um debate gramatical, de uma ficção da realidade, era preciso estar no poder:

> A política era inevitável para quem nutrisse a boa ou a má ambição, o desejo de emendar o país ou de subir e luzir. As grandes almas – diria Alencar – estão condenadas em política à ambição do poder, meio único de realizarem suas ideias, e exercerem na sociedade uma legítima influência.[501]

Esse texto, retirado dos ensaios sobre o sistema representativo, já da maturidade de Alencar, é a porta de entrada para outro momento da produção do escritor e a porta de saída do Império, do declínio da monarquia hereditária, que foge ao assunto deste capítulo. Não obstante, ele é o topo da história literária do escritor, cuja *base* era a crônica-folhetim, que pertencia ao jornalismo literário, e em que pela primeira vez Alencar expôs algumas ideias literárias e políticas de forma breve, mas não menos profunda e direta. Em certos momentos, desejoso de convencer, provocar, legislar, rompeu o traço preto do rodapé e ocupou o alto da página, dando a entender que isso era necessário para poder expor e defender suas ideias abertamente. Ideias que alcançaram duas testemunhas de leitura representadas pelos emigrantes-bacharéis, um grupo portador/suporte do folhetim do *Correio Mercantil*.

2.2.3. O tipo social do público leitor da crônica de Alencar

Dentro dessa tentativa de apreender os tipos sociais que deram suporte a determinada literatura, há duas testemunhas que evidenciam práticas de leitura no Segundo Reinado. Este público de Alencar pertence à comunidade dos emigrantes com certa distinção, pois ambos são bacharéis e possuem insígnias de mando (político e médico/gramático, vice-presidente do Gabinete Português de Leitura e diretor de escola); logo, também pertenciam ao grupo social caracterizado pelas suas competências profissionais e insígnias (grupo de *status*).

Sobre os bacharéis, havia dois tipos na sociedade imperial brasileira: os bacharéis herdeiros das grandes famílias (como Alencar) e os bacharéis advindos dos estratos médios e baixos, como Manuel Antonio de Almeida e, especialmente, os leitores Haddock Lobo e

---

[500] "[...] as eleições não se processam de movimentos populares, mas simplesmente homologam o domínio do partido no governo. // O sistema oligárquico [da monarquia hereditária brasileira] fecha-se, com exclusivismo, na controvérsia de elites, ao não se submeter ao controle popular e eleitoral". Raymundo Faoro, *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, op. cit., p. 89 – *interpolação por minha conta*. O assunto reaparece antes, a partir da p. 79.

[501] José de Alencar [*O sistema representativo*] apud Raymundo Faoro, *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, op. cit., p. 80, nota 10.

Victorio da Costa. O casamento rico, o favorecimento, a proteção política e a educação eram os meios de ascensão dos estratos médios, como das famílias de emigrantes portugueses. E se desfrutavam de alguma posição, isso acontecia graças às relações com a elite brasileira, que oferecia favores e algumas posições ao segundo ou terceiro escalão do governo (Haddock Lobo) ou arranjos diversos, como as comendas, os títulos, a criação de escolas que granjeavam a estima dos líderes e também dos próprios membros da comunidade, levando a funções de vice-presidente de associações (Victorio da Costa). Sociedade do favor, mas também do esforço pessoal, do mérito e da competência adquirida, sobretudo por membros da comunidade portuguesa do Rio de Janeiro, que não pertenciam à Corte, mas, por meio do mérito inicial, caíam nas graças dos líderes do governo ou mesmo do imperador, recebendo comendas.

Contudo, José de Alencar *não forma* este público leitor, nem a ele está *vinculado*; tal público já existe e o escritor frustra-se com ele, uma vez que se imagina lido e conhecido pelas mocinhas, as futuras destinatárias dos seus romances, como se convencionou dizer. Este público que dialoga com o escritor é o da imprensa, os leitores de jornal, e se gestam as suas ideias, isso acontece porque são assinantes das folhas do *Correio Mercantil*. Isso significa que são portadores e suporte do jornal, e não do escritor em si.

Em se tratando da crônica, era impossível ao escritor-jornalista ter um público que lhe permitisse liberar-se dos vínculos com o jornal.[502] Primeiro, porque a crônica e o cronista são invenções da imprensa e não existem sem ela; em segundo lugar porque, além do suporte da imprensa, os vínculos de Alencar baseavam-se nas relações de amizade e de estima social com o redator-chefe. Isso significa que, faltando o redator-chefe, as crônicas do escritor não teriam mais o suporte necessário. Quanto a isso, nada poderia fazer o seu público, a não ser segui-lo em outro jornal, torcendo para que a próxima redação o aceitasse e lhe desse o suporte necessário para continuar a escrever e ser lido. Fato é que a crônica depende do jornal para existir, o que limitava sua produção e circulação no Império, completamente diferente do livro, que poderia ser comprado numa livraria ou alugado num gabinete de leitura, permitindo, talvez, que o escritor alcançasse alguma recompensa com a comercialização de sua literatura junto a um público literário independente da imprensa e da tutela oficial. Mas, no Brasil Império, no caso do jornalismo literário do *Correio Mercantil*, no ano de 1854, quem contribuía para a formação de públicos literários era a imprensa, e este público de assinantes jamais comandava diretamente os escritores. No máximo tentavam debater o

[502] Inspiro-me em Luiz Costa Lima, *Teoria da literatura e suas fontes*, vol. 2, Rio de Janeiro: F. Alves, 1983, pp. 113-115.

conteúdo do jornal com o seu autor, conforme vimos nas cenas epistolares, mas este debate quase nunca interferia na produção literária da crônica-folhetim, que seguia seu programa independentemente da opinião dos leitores. Essa autonomia da crônica, da seção "Páginas Menores", em relação à opinião dos assinantes do jornal, revela quem de fato dava suporte à produção literária de Alencar: diretamente ligado a Francisco Octaviano, era o amigo e companheiro de redação o portador e suporte das suas ideias. Acima deste, estava o proprietário Muniz Barreto e, mais acima, o Partido Conservador e o ministro do Império, possuindo Alencar amigos e futuros companheiros de plenário no Paço Imperial.

Com este time, Alencar não tinha por que se preocupar com os leitores fora dos círculos dirigentes, nem buscar gerar qualquer nova situação a partir das opiniões trazidas pelos assinantes que, vale lembrar, eram emigrantes portugueses, cujo tipo despertava mais "zanga" do que admiração, especialmente vindo da redação do *Correio Mercantil*, na qual vimos que o antilusitanismo teve espaço um ano antes. Numa sociedade do favor todas as manifestações literárias estavam vinculadas aos interesses do imperador e de seus estimados líderes políticos, representados pelos barões e grandes proprietários de terra e de escravos, como o dono do *Mercantil.* Cumpria à redação do jornal e seus folhetinistas, portanto, atenderem aos dirigentes e não aos leitores – como era o caso do vereador Haddock Lobo, cuja posição rasa de político e a origem social não lhe eram muito favoráveis, não dentro de uma sociedade antilusitana e clientelista.

"A publicação a pedido", a partir da qual construímos nossa cena epistolar, constituía uma seção aberta à opinião do público, mas não passava de uma moção de tinta e papel, como as crônicas-folhetins e/ou os romances-folhetins brasileiros e estrangeiros, e também os de Alexandre Dumas, traduzidos da França para o Brasil nos jornais brasileiros e que podiam ser descartados ao final do dia com o jornal. E a respeito dos folhetins e dos leitores, Francisco Octaviano fez questão de levar a seu público de assinantes aquilo que existia de mais popular na França – o entretenimento folhetinesco e a possibilidade de participação dos leitores nas folhas do jornal, pois esta era moda na época. Exemplo disso foi ter traduzido *O Salteador* e *Os Mohicanos de Paris*, de Alexandre Dumas, e ter dado espaço para leitores como os gramáticos participarem daquela pilhéria em torno do cólera, tratando com graça e riso o que era uma tragédia de doença. Talvez Octaviano desse tanto espaço para essas atitudes, primeiro, por se considerar uma espécie de "mediador cultural";[503] segundo, por pensar que, criando uma atmosfera de entretenimento e de opinião pública, chegaria o momento em que

[503] Ver, no **Preâmbulo**, tópico "Alexandre Dumas no *Correio Mercantil*".

seu programa literário de fato alcançaria todos os públicos, e o jornalismo literário floresceria como uma literatura mais democrática no Brasil, menos vinculado aos interesses dos grandes homens e mais voltado aos leitores-assinantes; mas isso também era um aparato. Um tipo brasileiro como Octaviano, vinculado aos interesses do Império e de uma "classe" de proprietários, não parecia querer encontrar condições sociais favoráveis para o florescimento de novas ideias e projetos, como a difusão mais ampla da literatura folhetinesca e a produção do entretenimento, por mais que representasse uma "literatura fácil" e garantia de aumento de tiragens do jornal. Talvez se assim fizesse e mostrasse menos zelo pelos altos escalões do Império, sua redação e o *Correio Mercantil* teriam durado um pouco mais que vinte anos.

Se no Brasil, por um lado, os representantes da imprensa e da literatura não pretendiam ou não podiam fazer emergir uma esfera cultural autônoma,[504] por outro, suas iniciativas foram muitas, quase sempre voltadas para os círculos dirigentes, embora uma vez ou outra homens oriundos de outras camadas sociais fossem público dos folhetins, conforme vimos dentro da biblioteca do Gabinete Português de Leitura. A seção literária do *Correio Mercantil*, de Octaviano, é mais uma manifestação da moda francesa entre nós, tanto em relação às crônicas quanto aos romances de Dumas. Convencionou-se dizer que a leitura dos jornais e também do folhetim agradava à elite e parecia vinculada somente a ela, o único estrato social capaz de gestar a cultura literária difundida pela imprensa. No entanto, homens pertencentes aos estratos médios, mas que não deixavam de coexistir com a elite política, também liam os folhetins de domingo: os emigrantes portugueses Haddock Lobo e Victorio da Costa são justamente duas testemunhas de leitura que atestam isso. Não passam de dois exemplos, o que é pouco, embora sejam bastante significativos. Aliás, essa ínfima amostragem parece confirmar que, de fato, os leitores são poucos no Brasil Imperial, "minúsculos recifes letrados em vastos oceanos iletrados",[505] embora existentes e localizados em outros estratos sociais.

Dessa forma, não é possível fazer generalizações acerca do público literário da década de 1850, mas pode-se localizar nos estratos médios um tipo social de leitor das crônicas de Alencar, definido como o bacharel/emigrante português. O escritor José de Alencar não estava vinculado a esses leitores, pelo menos não diretamente, mas à redação do *Correio Mercantil* – que era gestado dentro de um grupo social específico, os emigrantes bacharéis.

---

[504] Ver Renato Ortiz, Silvia Helena Simões Borelli e José Mário Ortiz Ramos, *Telenovela: história e produção*, 2ª ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1988, pp. 17-18.

[505] Marc Bloch apud Benedict Anderson, *Comunidades Imaginadas*, op. cit., p. 43.

Considerações parciais baseadas nos capítulos 1 e 2

O primeiro e o segundo capítulos podem ser vistos como uma tentativa de apreender, sociologicamente, os grupos sociais que representaram um público de determinada literatura presente em duas situações bastante particulares: a primeira relacionada a um espaço de sociabilidade e literatura e a segunda a uma redação de jornal, cada uma num período específico, ainda que guardassem relações mútuas. Nesses dois momentos do trabalho, buscou-se apresentar traços da realidade de uma fração do público que se manifesta entre 1850 e 1860, cuja presença pode ser notada através dos dados históricos, dos números, dos casos particulares, dos textos, das cartas etc., que tratamos até aqui. E o uso desses recursos de validação foi fundamental dentro de uma sociologia do público literário que lida com vestígios de leitura e consumo literário, bem como se dedica a apresentar alguns elementos constitutivos para o estudo do público literário no Brasil oitocentista.

Tendo dito isso, concluo lembrando a assertiva de Raymundo Faoro sobre a opinião pública no Segundo Reinado brasileiro ser uma metáfora, porque era gestada por poucos.[506] E considerem-se "poucos" os círculos dirigentes do Império. Essa questão fora inicialmente formulada por Machado de Assis no século XIX, mas seria na pena de Raymundo Faoro, na década de 1970,[507] que ela ganharia espaço e também expressividade ao se juntar a outras vozes do período, que expunham questões semelhantes sobre a ausência de público no Brasil Imperial. Refiro-me a Antonio Candido, que no mesmo período publicaria "Literatura e subdesenvolvimento", e a Luiz Costa Lima, que traria a público, poucos anos depois, sua *Dispersa Demanda* – lembro que esse assunto foi introduzido no **Capítulo 1**. Se circunscrevermos a questão da carência de opinião pública de Faoro à falta de público leitor (leia-se público literário), poderemos dizer, guardadas as proporções em relação às diferentes perspectivas teóricas, que os três afirmaram, no mesmo período e baseados na investigação do fato literário nacional, que no Brasil Imperial (a despeito da existência da literatura, da imprensa, do livro ou mesmo da constituição de espaços de sociabilidade, como os cafés, gabinetes de leitura, livrarias etc., sobretudo no Rio de Janeiro) a questão do público não passava de algo metafórico, figurado, tendo em vista que o público existia mais como um ideal dos escritores do que na vida real.

Essa questão nos remete à nossa epígrafe, àquela assertiva do poeta romântico inglês

---

[506] Cf. Raymundo Faoro, *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, op. cit., p. 91.

[507] A primeira edição de *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio...* é de 1974, pela Companhia Editora Nacional.

sobre nada ser mais difícil e amargo do que escrever sem a esperança de haver leitores. Na verdade, essa ausência era um falso indício, visto que o escritor romântico inglês não lamenta a falta de leitores, mas provoca seu público por conta das ausências de um tipo de leitor específico, isto é, um leitor ideal para sua literatura, um leitor que soubesse fazer uso do seu *literacy*.[508]

Como vemos, os desdobramentos da assertiva romântica parecem ter sentidos variados, embora reconheçamos um pouco dela nessa opinião de que não havia público leitor suficiente para a literatura romântica em língua vernácula. Segundo disse Antonio Candido, diante do público local insuficiente, os escritores produziam para os próprios escritores ou para os representantes do Estado ou dos grupos dirigentes – que não funcionavam apenas como patronos, mas como sucedâneo do público, haja vista que o público disponível era disperso ou bastante frágil, revelando uma "penúria cultural" (o termo é de Candido) e condições bastante restritas de difusão literária – ou então produziam para fora, pois, na medida em que não existia público suficiente, os escritores escreviam como se na Europa estivesse o seu público ideal. A síntese operante é que temos uma "literatura sem leitores".[509]

Leio, portanto, essa assertiva de Candido e dos outros dois autores dentro de uma chave específica: não há público suficiente se pensarmos num público erudito ou culto, suficientemente preparado para gestar a literatura brasileira e estrangeira em língua vernácula existente. A tese da debilidade cultural aponta menos para a ausência de um público leitor no Brasil e mais para a falta de um público amplo que faça uso do seu "*literacy*". Como parece que a boa instrução e a elevada posição social eram condições necessárias para que se formasse um público literário portador e suporte da literatura no Brasil, no século XIX – e estas características somente podiam ser encontradas nas classes dirigentes do Estado ou com o público ideal europeu –, logo, não haveria leitores para a nossa literatura, mas somente um pequeno número de leitores especializados, um público mínimo dos textos canônicos, formando essa situação de uma literatura sem leitores. O problema é que essa ideia foi tão bem aceita que se convencionou adotá-la como dada, e o resultado é a opinião de que somente a elite moldava e sustentava a literatura oitocentista, sendo muito pouco considerado o público literário representado pelos estratos médios, dentre os quais destacamos os caixeiros e os bacharéis que eram emigrantes portugueses. Como disse Raymond Williams, nós temos

---

[508] O termo vem de Otto Maria Carpeaux, "A literatura e os alfabetizados", in: *Reflexo e realidade*: *ensaios*, Rio de Janeiro: Fontana, s/d., pp. 317.

[509] Ver Antonio Candido, *A educação pela noite e outros ensaios*, op. cit., pp. 143-146, p. 179 e também _____, *Literatura e sociedade*, op. cit., p. 76.

que questionar essa opinião de que somente a elite lia, mesmo em condições estruturais adversas; afinal, guardadas as devidas proporções, essa visão de que somente a elite gestava a produção literária existente é basicamente produto da própria história que os círculos dominantes do século XIX nos legaram.[510]

Estudar, portanto, a questão do público no país no século XIX seria o mesmo que estudar as elites brasileiras, porque fora disso a tarefa seria muito difícil – e de fato é – por conta de inúmeros problemas estruturais, dos quais seleciono alguns, como forma de ilustração: analfabetismo; falta de meios de comunicação e difusão; ausência, dispersão ou fraqueza de públicos disponíveis para a literatura; impossibilidade de especialização dos escritores em suas tarefas literárias, geralmente marginalizadas ou amadoras; inexistência de espaço público a ser ocupado pelos representantes de classes e/ou grupos sociais de fora da elite política já estabelecida; fatores econômicos e políticos gerais ligados à herança colonial e à subsistência de formas de governo pouco interessadas em políticas educacionais adequadas à capital e às províncias do Império.

No Brasil, portanto, entre o Primeiro e o Segundo Reinados, estavam ausentes todos os elementos necessários para originar uma experiência moderna de opinião pública. Trata-se, pois, de um quadro de debilidade cultural que, antes de possuirmos uma vida intelectual brasileira, afetou a vida literária e seu público no século XIX, tendo Luiz Costa Lima (com seu "público rarefeito"),[511] Antonio Candido (com a "literatura sem leitores")[512] e Raymundo Faoro (com a "opinião pública como metáfora")[513] enunciado um problema árduo, de que este trabalho de sociologia do público literário se ocupou, em busca de compreender alguns elementos constitutivos de uma fração do público literário no Segundo Reinado.

Essa problemática, portanto, deve funcionar como fechamento de uma questão que lançamos no início deste trabalho: a despeito de um quadro de debilidade cultural no século XIX brasileiro, isso não impediu que experiências privadas de sociabilidade gerassem públicos específicos. Refiro-me a uma situação particular representada pelo Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, em 1860, quando ainda esse espaço de sociabilidade e literatura era frequentado somente pela comunidade portuguesa e atuava apenas dentro dos limites dessa associação e de suas agremiações; refiro-me aos destinatários específicos de Manuel Antonio de Almeida, localizados entre os caixeiros portugueses. Por fim, destaco o

---

[510] Todo esse parágrafo é inspirado em Raymond Williams, *Cultura e sociedade*, op. cit., p. 145;

[511] Luiz Costa Lima, *Dispersa Demanda*, op. cit., pp. 3-26.

[512] Cf. Antonio Candido, "Literatura e subdesenvolvimento", op. cit., pp. 140-162.

[513] Raymundo Faoro, *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, op. cit., p. 77.

público leitor do folhetim de José de Alencar, também pertencente à comunidade dos emigrantes portugueses do Rio de Janeiro, com destaque para os emigrantes-bacharéis.

Em resumo: a questão da opinião pública de fato está cercada de elementos negativos, o que torna seu estudo previamente difícil. Contudo, se não podemos falar de manifestação de uma opinião pública no Brasil e de uma vida intelectual autônoma, no século XIX, conforme nos orientam esses autores, podemos falar, sim, de um público consumidor e de um público leitor de literatura constituindo-se nesse momento e para além dos círculos dirigentes. Além do tipo caixeiral de Almeida, trata-se, baseado nas evidências empíricas, de um grupo de *status*, localizado, primeiro, dentro do Gabinete Português de Leitura, depois no espaço público da Câmara Municipal (Haddock Lobo) e mais uma vez no Gabinete (Victorio da Costa); nos três casos, seus representantes realizam ações privadas, mesmo no caso de Haddock Lobo, que, a despeito de ser vereador, escreve enquanto assinante do jornal, alguém que detém a propriedade da assinatura da imprensa; logo, a propriedade particular é o que sobressai nesse público. Diante disso, convém dizer que não tenho condições de demonstrar como nem quando a ação destes representantes do público de emigrantes deixou de ser estruturalmente privada para se transformar em esfera pública – para isso, seria necessário expor o momento em que nossa sociedade estamental-escravista, até então apenas aberta às ações da classe de título e de proprietários, se abriria para a propriedade individual, permitindo que experiências burguesas privadas interferissem no espaço público, terminando por atualizar o capitalismo fundado no mando e no favor num capitalismo com feições mais modernas.[514] O processo é amplo e complexo, e a intenção é mais localizada e limitada: trata-se apenas de destacar que uma fração do público literário se formou numa época que ficou conhecida por suas ausências, problemas estruturais profundos e pela opinião de que somente os círculos dirigentes gestavam a literatura existente. Recordando o esquema de outro importante crítico literário, havia "três classes de população" no Império: latifundiários, escravos e a multidão dos homens livres.[515] Nesses termos, o público da literatura folhetinesca que estudamos restringe-se a uma parte bastante pequena dessa multidão; mas ele existe e pertence à *comunidade de emigrantes portugueses do Rio de Janeiro*. Na verdade, falar em multidão é muito amplo; trata-se apenas de um grupo de *status*, no qual emigrantes-caixeiros e emigrantes-bacharéis dão suporte ao folhetim, um gosto de uma época. O público da literatura folhetinesca que estudamos não representava o povo, ainda que buscasse envolver-se com uma parte dele, sobretudo através da caridade aos pobres e homens livres. Trata-se de

[514] Inspiro-me em Jürgen Habermas, *Mudança estrutural da esfera pública*, op. cit., 2003.
[515] Roberto Schwarz, *Ao vencedor as batatas*, op. cit., p. 16.

um grupo de *status* em constante convivência com os menos favorecidos e também com os círculos dirigentes, embora, em relação a esses últimos, tenha alguma autonomia financeira e cultural, o que lhe dá o estatuto de público ou grupo portador/suporte de determinada literatura, que funda um gosto.

Capítulo 3: São Paulo, 1866-1867

Até aqui discutimos a questão do público e do gosto a partir de dois novelistas e um cronista. Para completar esse estrito conjunto de escritores, obras e público, resta-nos estudar mais um cronista e seu público: Fagundes Varella e o público de São Paulo.

Quanto ao público literário do Rio de Janeiro, ele se resumiu, no recorte aqui investigado, aos representantes da comunidade portuguesa, na qual um grupo social formado por emigrantes-caixeiros e emigrantes-bacharéis se dividiu ora em público consumidor, ora em público leitor de literatura folhetinesca (romance ou crônica). Agora, quanto ao público de São Paulo, entre nativos e estrangeiros, a comunidade portuguesa também se destaca, conforme nos conta um dos historiadores do passado da cidade.[516] Devo adiantar, porém, que o recorte do público literário de São Paulo não passará pelo reconhecimento da nacionalidade ou de um tipo emigrante específico: trata-se de um público local, que podemos chamar por ora e vagamente de "comunidade paulistana". As características sociais desse público serão interpretadas a partir das evidências expostas pela crônica de Fagundes Varella; o comentário textual sociologicamente orientado, portanto, faz-se necessário aqui mais uma vez.

Sobre Varella, especificamente, gostaria de relatar que, apesar de ter estudado sua vida e obra em outros momentos, era desconhecida por mim e por outros estudiosos do assunto a proximidade, à primeira vista espacial e temporal, entre a obra desse escritor e a de Manuel Antonio de Almeida. Refiro-me à seguinte situação: no decorrer da pesquisa tive a surpresa de descobrir que as crônicas de Varella publicadas no rodapé do *Correio Paulistano*, sob o pseudônimo "Smarra", sucederam o romance-folhetim *Memórias de um sargento de milícias*, publicado diariamente entre 05 de junho de 1866 e 30 de agosto de 1866; as crônicas iniciaram-se no dia 26 de agosto de 1866, uma semana antes da história de Leonardo filho chegar ao seu final feliz. Contudo, não era somente no registro do tempo e do espaço que as obras dos escritores convergiam: chamou minha atenção o fato de as crônicas estarem construídas sob a mesma tônica das *Memórias*, a ironia, embora se tratasse de gêneros distintos. Baseado nisso, comecei a me perguntar se essa repetição de um recurso estilístico pelo escritor dentro de outro gênero literário era coincidência ou tinha alguma relação com as intenções da redação do jornal quanto à satisfação do público e particularmente de um gosto literário de uma época, centrado agora na forma folhetinesca da crônica e na linguagem

[516] Antes da chegada dos emigrantes italianos no final do século XIX, a maioria deles eram portugueses. Cf. Ernani Silva Bruno, *História e tradições da cidade de São Paulo*, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1953, vol. 1, pp. 58-59.

satírica. A resposta a essa indagação e a outras, como a necessidade de conhecer o público literário de São Paulo, é o estudo em questão que, antes de qualquer coisa, pede algumas considerações de caráter metodológico.

Assim, é necessário indicar pontualmente algumas questões de método que considero importantes para compreender o fato literário em Varella:

O estilo é uma comunidade de evidências transpostas em formas, temas e imagens, o que significa que o estilo literário não é propriedade de nenhum gênero literário específico, nem um fenômeno espiritual ou obra de um único homem, o escritor. O estilo é a sociedade tornada forma, faz as vezes da realidade social. Para determinada modalidade da Sociologia da literatura, portanto, pode-se chegar a um conhecimento da sociedade através do estudo do estilo literário.[517] O escritor dispõe do vocabulário, da sintaxe, das técnicas etc., é o realizador da obra literária; mas é a sociedade, ou melhor, uma parcela desta, o público, que dá sentido a ela e que forma o gosto literário: segundo Levin Schücking, conhecer, portanto, o público ou os grupos sociais que encarnam o gosto é, em certa medida, chegar a conhecer melhor a própria literatura.[518] Invertendo e adaptando essa assertiva sociológica às necessidades desse trabalho, considero que saber do texto literário é a melhor maneira de conhecer o público quando não dispomos de evidências empíricas deste. Saber, portanto, da literatura encarnada no gosto literário é a melhor maneira de se conhecer a própria sociedade ou uma parcela desta, representada pelo grupo social portador/suporte da literatura. Reconhecer isso é de extrema importância em situações em que não dispomos do público, não sabemos quem ele é, mas podemos recorrer ao texto na possibilidade de encontrar refratadas no leitor ficcionalizado as expectativas do escritor em relação ao seu interlocutor. Desconhecendo, pois, as práticas de leitura, é através do texto que podemos chegar a um conhecimento das instâncias sociais que selecionam e podem gestar determinada literatura, mesmo que se trate de uma literatura considerada menor, como a crônica de Varella. O texto transfigura a realidade e em alguma medida expõe a camada do público, seu interlocutor, não importando as grandezas e/ou miudezas do gênero literário.

A seleção de certas literaturas surge dos interesses literários dos grupos que estão em posse dos meios artísticos, políticos e econômicos de poder. Por outras palavras, trata-se de

---

[517] Todo esse parágrafo é inspirado nas sínteses do sociólogo Robert Escarpit, *Que sais-je? Le point des connaissances actuelles sociologie de la littérature*, op. cit, p.105. A mesma lição pode ser encontrada na Sociologia brasileira de Raymundo Faoro, leitor de Erich Auerbach, que nos instiga a pensar a realidade exposta, figurada, recriada pela literatura. Trata-se, segundo Faoro, de investigar o escritor e sua época que se criaram na tinta e no papel e não na vida real. Cf. Raymundo Faoro, *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, op. cit., p.13.

[518] Cf. Levin L. Schücking, *El gusto literario*, op. cit, p. 117.

grupos sociais (ou sociológicos, nos termos de Schücking) que dão suporte aos escritores, como a família, as instituições escolares e a imprensa.[519]

Baseado nisso, meu ponto de partida é compreender o texto literário para melhor compreender o gosto de um público, que ainda se pretende conhecer. Isso significa que o comentário da obra e daquilo que ela expõe, como o leitor ficcionalizado no texto, é algo inicial, mas de extrema importância, sobretudo quando não temos condições de avaliar o público pela abordagem direta.

Reitero que o meio estilístico de Varella é a ironia e a sátira e, por essa razão, continuarei operando com o conceito-chave "leitor intencionado", que é um meio de expressão, uma ficção ou construção realizada pelo escritor, algo que ele está à procura ou tem como alvo. Tudo isso faz parte do processo comunicativo do texto que, uma vez compreendido, permitirá discernir as disposições históricas do público.

Nesses termos, para investigar a questão do público e do gosto literário da cidade de São Paulo, na década de 1860, a partir da crônica de Varella, dividirei meu argumento do seguinte modo: **(3.1.)** inicio com o comentário textual de uma das crônicas, chamando a atenção para a questão de algumas palavras-chave – no sentido em que emprega Sartre[520] – tendo em vista o leitor intencionado no texto através do vocativo "leitor"; **(3.2)** tomo outras três crônicas como exemplo, visando a matizar a questão do gênero e do estilo literário e a invocação do leitor dentro da crônica; feito isso, **(3.3)** busco caracterizar a posição social desse leitor interpretado textualmente em três etapas – nesse instante o foco é a questão de um gosto específico e o papel da imprensa na cidade.

3.1. Fagundes Varella: Crônica inaugural e o leitor ficcional: comentário

> A cidade de Amador Bueno está erma de seus hóspedes.
> (Escrevo em estilo asiático para não descair da moda.)
> Herrmann, o viajante universal, partiu levando e deixando bem agradáveis e bem doces lembranças.
> [...]
> Em vez de uma pena, um tinteiro e uma folha de papel, bastava-lhe um baralho de cartas, um ôvo chinês, e um chapéu-cornucópia para ter (como êle) o direito de caçar marrecas em companhia do supremo Padixá do Islamismo, nas lagoas de Istambul, aos quebrados reflexos do céu azul e rosa do Oriente, nas horas encantadas do crepúsculo.
> Talvez não saiba o leitor: o Herrmann, o feiticeiro alemão, pelo simples influxo de sua varinha mágica, tem galgado todas as montanhas (só não consta que subisse o cimo do

[519] Ver Levin L. Schücking, *El gusto literario*, op. cit, p. 31.

[520] Jean-Paul Sartre, *Que é a literatura?*, op. cit., p. 56.

Himalaia), tem sulcado os mares em todos os sentidos, contemplado todos os céus e todas as estrêlas, admirado as mulheres e as flores de todos os climas, examinando a zoologia e a botânica de tôdas as zonas, e, ao par de tudo isto, tem ainda feito um curso completo de numismática empírica, sobre as moedas de todos os países.
[...]
Adams, o velho americano que, para viver, equilibra cartuchos incendiados na ponta do nariz, o homem que traz às costas uma ambulância zoológica, o Noé do século dezenove, pois que tem, numa arca, todos os animais conhecidos na superfície da Terra, também deixou a cidade. Foi-se também êle, em busca de outros curiosos e amadores mais ferventes.
[...]
Foi-se também o inverno. Era outro hóspede, e o último que restava-nos [...] e partiu também rumo ao norte, e com êle todo o seu cortejo de névoas, granizos e geadas [...].

* * *

Falei no Herrmann, no americano Adams, e no inverno [...]
Se o leitor permitisse, ocupar-me-ia (em falta de matéria) do sol, das estrelas, da imigração americana, do Lopez, de nossos generais, de nossa política; e até poderia dar-lhe, em transcrição, algum trecho importante de discurso proferido nas câmaras.
Mas, nada disso é possível, sei perfeitamente: o leitor quer manter as coisas na linha de seus direitos, e sou eu o primeiro a curvar-me ante essa determinação.
Declaro, porém, que semelhante fato por modo algum dar-se-ia, se eu tivesse em minhas mãos a chave dos acontecimentos; e que a minha e a vossa infelicidade está em ser êsse meu desejo irrealizável.
Se tivesse a suprema direção e distribuição dos tais senhores acontecimentos, ou se pudesse meter a minha opinião nos conselhos deliberativos da providência, a primeira coisa decretada, e incontinente realizada, havia de ser a minha demissão de folhetinista. O segundo decreto exarado (o leitor sabe que a providência tudo dirige por meio de decretos), talvez mais importante que o primeiro, deveria expressamente proibir aos leitores em geral – o exercício do direito de procurar e ler folhetins, tanto aos domingos, como em qualquer outro dia da semana.
Seria êsse o único remédio ao mal que nos aflige [...] é êste maldito e malfadado semanário.

* * *

– Leitor amigo (vou fazer um discurso mezzo-demonstrativo), declaro-vos que o meu ódio pelos folhetins é filho das velhas crenças de meus pais e que tais crenças eu as levarei intactas ao último jazigo. Não compreendo, nem quero compreender, em que está o lucro e o interesse que se tira dessa invenção moderna denominada folhetim, com que pretende-se encher e ocupar os domingos na quadra moderna, com o grave desprezo dos hábitos antigos, – sem dúvida mais inocentes e menos satânicos.
No meu entender os folhetins de qualquer espécie [...] não devem encher as preocupações do domingo cristão.
Se o bom Deus descansou no sétimo dia da criação (era um domingo) foi para contemplar, e para julgar que eram boas as magnificências das coisas criadas: não foi, como é certo, para ler um folhetim.
Devemos imitar o bom Deus: arrenegar do folhetim e restaurar as práticas importantes do domingo em outras eras.
É um delicioso painel, hoje desconhecido entre as famílias brasileiras, o domingo de nossos avós [...]. Em outros tempos os preceitos ensinados eram mais vivos no coração do homem, a vida mais singela e feliz, a sociedade mais feliz, mais morigerada, embora ignorante, quase analfabeta [...].
Tudo era mais santo: a luz dos céus – plácida e benéfica – refletia-se naquele viver inocente e pastoril, e tudo, tudo, era risonho e luminoso como um presepe. Como na era dos patriarcas a vida assemelhava-se a um como vestíbulo da bem-aventurança [...].
E não era tudo: como a alma, o corpo vestia-se pelo mesmo figurino – a singeleza. Se o pater-noster era código social, um capote de escocês era um manto decente: seis côvados de chita – um corte de vestido; uma saia de melania – quase tão estreita como a lôba de um padre – e tão santa como ela; e as anquinhas, um luxo de sarau para as fidalgas.
A civilização ainda não tinha constitucionalizado o charuto, e não tinha derramado seu

vidrinho de almíscar no seio da mulher.
Para aquela sociedade, envolta nas sombras da ignorância, mas cheia de felicidade, o domingo era um genuflexório: a manhã erguia-se risonha e vívida como um docel de rosas levantado à porta das igrejas e o dia passava como um mundo melhor, através do crepúsculo de incenso espraiado pela providência entre a semana que findava.
[...]
Não havia folhetins, nem jornais, nem luzes, nem filosofia, e os bons filhos de El-Rei nosso Senhor viviam na escura bem-aventurança dos cegos. Tudo era trevas e os felizes homens-crianças viam, ouviam, cheiravam, apalpavam, rezavam e pensavam por intermédio dos Levitas de Deus, seus tutores natos, e que amamentavam (metáfora) e zelavam de seus pupilos nas horas vagas em que cuidavam de si.
Assim pois, leitor, declaremos guerra aos folhetins, aos livros, e à maldita filosofia, e voltemos ao bom tempo. – Façamos vida nova desde hoje: tracemos uma cruz de despedida nas portas do teatro, amaldiçoemos os bailes e quejandas distrações e voltemos à primitiva forma social.
Só assim chegaremos à felicidade, seja embora um pouco à chinesa.
Está findo meu discurso.

* * *

Devo ao leitor uma declaração de consciência.
O proprietário destas colunas, o espirituoso – Alfredo Cramer, a quem tanto deveis, está ausente, e sòmente em sua falta atrevi-me a tomar o seu lugar, e a debulhar-vos a paciência com minha catilinária insôssa e desabrida, pois que levei o intento de contraditar vossos hábitos civilizados pela exposição de minhas ideias que algures são batizadas de retrógradas.

Smarra

Esta crônica foi publicada domingo, 26 de agosto de 1866, no jornal *Correio Paulistano*, com o título "Em falta de melhor" e com a assinatura de Smarra, pseudônimo de Luis Nicolau Fagundes Varella. Existem muitas outras crônicas como esta, assinadas por Smarra e publicadas no rodapé entre 1866 e 1867. Escolhi essa, primeiramente, por ser a crônica inaugural de Varella na redação do jornal; em segundo lugar, pelo esforço do escritor em realizar a estética da crônica: empenha-se tanto na elaboração de uma escrita referencial quanto na busca pelo ficcional, especialmente quando invoca, no texto, o "Leitor amigo", artifício próprio da escrita romanesca, conforme vimos no preâmbulo ("Crônica comentário") e rapidamente com Alencar.

Quero comentar a crônica tendo em vista algumas palavras-chave, como: "cidade de Amador Bueno... erma", "estilo asiático", "leitor amigo", "discurso mezzo-demonstrativo", "ódio pelos folhetins", "domingo dos nossos avós" e "era dos patriarcas". Para isso, apresentarei algumas proposições articuladas entre si **(i-vii)**:

(i) Começando com a "cidade... erma", a primeira e a segunda partes da crônica giram em torno da questão dos ausentes, como Herrmann, Adams e o inverno. Eles servem de mote para o cronista dialogar com seu leitor imaginado sobre as dificuldades de escrever um

folhetim na cidade de Amador Bueno (1584-1649),[521] terra onde falta a matéria-prima necessária para a crônica de domingo, restando apenas o tédio, a imaginação e a atenção do leitor. O narrador sugere que, faltando o informativo, resta-lhe apenas a escrita ficcional, marcada pela imaginação – e esta parece nascer justamente do ermo, tingindo a crônica com temas, como (1º) o exótico: "ovo chinês"; "caçar marrecas em companhia do supremo Padixá do Islaminismo; (2º) o distante: "nas lagoas de Istambul"; "o cimo do Himalaia"; (3º) o impalpável: "todos os céus e todas as estrelas"; (4º) o titânico: "[o inverno] seu cortejo de névoas, granizos e geadas; quase uma potência europeia" ou "se tivesse a suprema direção e distribuição de tais senhores acontecimentos"; (5º) e um discreto elogio romântico à figura feminina, tão exótica quanto as "flores de todos os climas".

Baseado nisso, o ermo da cidade de Amador Bueno (ou São Paulo) pode ser visto como um *topos* da literatura romântica brasileira, e não somente isso. Se avançarmos mais um pouco e chegarmos às fontes literárias possíveis, um exemplo adequado parece ser a obra de Álvares de Azevedo: de maneira esquemática,[522] entendo que alguns desses elementos supracitados podem ser encontrados, por exemplo, no drama *Macário*. Primeiro, porque Azevedo foi o primeiro escritor a inventar literariamente São Paulo, figurando a cidade como um lugar ermo, desabitado, sem interesse, e que levava ao tédio e, consequentemente, à boemia e à rebeldia; segundo, assim como no drama de Azevedo, a crônica de Smarra faz a defesa, ironicamente, de uma espécie de cosmopolitismo marcado por idealizações em relação a lugares distantes, muitas vezes localizados no Oriente ou na Europa – a ironia, nesse caso, assume ponto de fuga, pois a realidade é indesejada, destituída de fascínio, levando o escritor a alçar o voo da imaginação. Recorde-se, por exemplo, a segunda parte de *Macário*: nela, a referência à Itália funciona como um espaço ficcional distante e também oposto ao ambiente atrasado e pouco estimulante de São Paulo.[523] Nessa perspectiva, o exotismo, o idealismo, a valorização das paisagens distantes, o tédio etc. seriam alguns motivos característicos da prosa de Azevedo e que podem ter servido de fonte para Varella. Por fim, faço essa comparação considerando as lições que uma parte da crítica literária deixou sobre Luiz Nicolau Fagundes Varella ter sido, em verso e prosa, um dos continuadores do byronismo que

---

[521] Segundo Afonso Taunay, Amador Bueno foi aclamado como súdito leal pelo rei de Portugal, D. João IV de Bragança, depois que recusou a honra de ser rei de São Paulo, conforme desejavam os espanhóis que aqui viviam e planejavam a secessão da capitania em relação a Portugal. Conta-nos Taunay que, por conta deste ato, Amador Bueno tornou-se uma figura emblemática, tanto que D. Pedro I, duzentos anos depois, celebraria sua aclamação de Imperador lembrando que isso se deu na cidade de Amador Bueno. Ver Afonso de Escragnolle Taunay, *Amador Bueno e outros ensaios*, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1943.

[522] Esquemático no sentido de que não vou realizar um estudo comparativo, mas apenas indicar o problema tendo em vista as sínteses de Antonio Candido sobre Álvares de Azevedo e *Macário*.

[523] Cf. Antonio Candido, *A educação pela noite e outros ensaios*, op. cit., pp. 12-14.

a geração de Azevedo figurou.[524]

Diante do ermo é necessário, portanto, alçar-se ao voo da imaginação: apresentar os personagens visitando lugares exóticos, distantes e impalpáveis; admirar a natureza sagrada e, ao mesmo tempo, titânica, reunida por Adams em sua arca de Noé; ou então curvar-se diante do "cortejo de névoas, granizos e geadas" do personificado inverno, bem como dos limites do cronista que, outra vez ironicamente, diz não ter em suas "mãos a chave dos acontecimentos", conforme lemos na segunda parte da crônica.

Trata-se de várias imagens que a poesia e a prosa byroniana empregaram de maneira abundante durante o nosso Romantismo, sendo o próprio Fagundes Varella – em livros como *Noturnas* (1861), *Vozes da América* (1864), *Cantos e Fantasias* (1865) e em alguns poemas de *Cantos do ermo e da cidade* e *Cantos Meridionais* (1869) –, um representante dessa vertente. Mas aqui, no "malfadado semanário", ele, o poeta, transformou-se no cronista Smarra e, consequentemente, a lírica converteu-se na irônica e jocosa crônica "Em falta de melhor", destituída do titanismo byroniano da sua poesia.[525]

Para encerrar o assunto do *ermo*, chama a atenção o cuidado do escritor em realizar a estética referencial da crônica ao apresentar figuras e cenas históricas como: Amador Bueno, Lopez (Presidente do Paraguai), as "guerras napoleônicas" ou a "imigração americana" para o Brasil – consequência do fim da guerra de secessão nos Estados Unidos, mas não apenas isso. Nessa crônica inaugural de Varella na redação do *Correio*, o referencial, o informativo, é figurado não como situação do presente, algo a se esperar de uma crônica-folhetim; ao contrário, a narrativa invoca o passado tal como na prosa romântica de tonalidade nostálgica: reconhecer o passado das coisas implica admitir a impotência do escritor diante dos fatos e das situações. O próprio cronista afirma isso ao dizer que não está mais em posse da "suprema direção e distribuição dos tais senhores acontecimentos", mas fadado a ficar preso a "uma pena, um tinteiro e uma folha de papel", ou melhor, a "este maldito e malfadado semanário". O tom parece grave e lembra o *topos* do artista maldito, do gênio incompreendido, bastante presente na literatura romântica dos byronianos. Esse final da segunda parte da crônica está, todavia, carregado de astúcia, que começa a fazer mais sentido depois que lemos a última parte do texto, na qual a tonalidade se modifica por conta do debochado "leitor-amigo" e da

---

[524] Cf. Antonio Candido, *Formação da literatura brasileira – momentos decisivos*, op. cit., p. 231; Carlos Drummond de Andrade, *Confissões de Minas*, São Paulo: Martins, 1944, p. 19; Machado de Assis, "Crítica literária", in: *Obras completas*, Rio de Janeiro, São Paulo, Pôrto Alegre: W. M. Jackson Inc. Editôres, 1959, p. 108.

[525] Em outro momento me ocupei dessa questão: Alexandro Henrique Paixão, "A roça pitoresca de Fagundes Varella", in: *Discutindo Identidades*, Célia Toledo Lucena e Neusa Maria Mendes de Gusmão (orgs. e apres.), São Paulo: Humanitas/CERU, 2006, pp. 193-203.

declaração de "ódio aos folhetins".

(ii) Chegamos à terceira parte da crônica. À primeira vista, a crítica às condições impostas pelo folhetim é bastante comum naquela época; afinal, essa maneira de ver o artista e a arte em sociedade coube antes, no século XIX, aos escritores europeus.[526] Como esse assunto já foi comentado aqui, no estudo sobre Alencar, limito-me a apontar que Varella incorporou um sentimento peculiar: o antifolhetinismo. Peculiar porque é tingido por uma ironia que dissimula algo sobre nosso jeito canhestro de trazer tudo de fora e combinar com "o domingo de nossos avós", aqui entendido como algo enraizado na tradição nacional. Nesse sentido, podemos dizer que a crítica de Varella vai em direção àqueles que, sem se darem conta dos elementos "sertanistas" das famílias brasileiras, tentam ludibriá-las com as coisas que vêm de fora, como a filosofia, a moda, os folhetins, os livros, os perfumes, o charuto etc. (vulgo francesismo). Mas quem faria isso? Os escritores de folhetim? Antecipando uma resposta, poderíamos pensar num tipo específico: o público conhecido por produzir os francesismos ou estrangeirismos, mas isso é assunto para depois (ver adiante tópico "Produtores de estrangeirismos").

O termo "sertanista" foi empregado por Ernani Silva Bruno para caracterizar a vida na cidade de São Paulo desde a sua fundação. Cronologicamente, São Paulo foi sertanista até 1828, quando começou a passar por uma série de mudanças, como a presença da Faculdade de Direito, a fundação do primeiro jornal, o estabelecimento de novas casas de comércio etc. Ao se transformar em "burgo de estudantes", a cidade ganhou nova fisionomia, o comércio e os meios de comunicação começaram a se desenvolver, mas nem por isso ela deixou alguns traços tradicionais antigos, como a maneira de trajar, o retraimento, nem superou seus problemas estruturais, como o escravismo, e urbanísticos, como iluminação, calçamento das ruas, abastecimento de água etc. Estamos na década de 1860, e esse momento, segundo o historiador, foi decisivo, pois o velho arraial sertanista assumiu ares de progresso com a estrada de ferro, com a mudança nos meios técnicos da imprensa, com a presença dos livreiros, com a mudança nos hábitos de vestir, a saída das pessoas às ruas, o surgimento de novos comportamentos, como frequentar os cafés etc. Enfim, o sertanismo, segundo ele, sofre uma espécie de europeização, marcado pela influência, sobretudo, de imigrantes franceses,

---

[526] Na França, o sentimento antifolhetinista é uma das marcas dessa literatura ligada à lógica do mercado. Sobre a mercantilização da literatura francesa, ver Pierre Bourdieu, *As regras da arte*, op. cit., p. 33 e pp. 77-84; *A economia das trocas simbólicas*, op. cit., p. 198. Na Inglaterra não foi diferente, e vale indicar que houve um momento, a partir das revoluções Francesa e Inglesa, em que algumas mudanças aconteceram na sociedade, mas não somente do ponto de vista estrutural, como também no plano dos sentimentos, das ideias, pois se alterou o modo como os homens passaram a enxergar a arte, o artista e o seu lugar na sociedade, reagindo à literatura comercial (Cf. Raymond Williams, *Cultura e Sociedade*, op. cit., p. 55).

ingleses e alemães, e também por conta do desenvolvimento econômico, vinculado à produção e comercialização do café, graças ao transporte regular da ferrovia e da navegação que se estabelecem no país e influenciam a província paulista.

Como vemos, sertanismo e estrangeirismo fundem-se na cidade de São Paulo na década de 1860, e Varella dá um sentido peculiar a essa situação histórica. Trata-se, portanto, de uma consciência em perspectiva, insinuante sobre determinada situação em que toda uma sociedade parece deixar-se convencer sobre o valor da moda e da civilização europeia frente às tradições nacionais. Ao tingir determinados elementos, como o folhetim e o livro, com juízos negativos, e contrapô-los a outros elementos, como a natureza e os hábitos religiosos, Varella apresenta um cenário múltiplo, cheio de malícia, cujo resultado é uma anedota em tom de pergunta: por que um escritor da erma cidade de Amador Bueno tem de se ocupar do folhetim, dos estrangeirismos, se nem mesmo Deus, o criador do universo, fez isso?

Essa crítica peculiar à maneira brasileira, um pouco "à chinesa" ou complicada, de chegar à civilização, ou, como pensam alguns, à felicidade, é a forma maliciosa com que Varella expressa o nosso falseamento da realidade nacional, que se resume em substituir o padre-nosso pela filosofia e o folhetim; trocar o traje de loba, próprio do sertanismo, pelo seio perfumado e desnudo de mulher. Contudo, ao fazer isso, o escritor não se esquiva de apresentar alguns juízos que lembram a valorização da natureza, do puritanismo e do familismo, o que não deixa de ser também uma maneira chinesa de encarar as coisas: trata-se de outro significado para o termo, isto é, "chinesa" como equivalente ao elogio às tradições patriarcais nacionais. "A maneira à chinesa" de que trata Smarra, portanto, pode ser também algo muito característico do familismo que, nos termos de Gilberto Freyre, pode ser entendido como:

> [lutar] a favor da propriedade de homens por homens, da subordinação quase absoluta das mulheres aos maridos e dos filhos aos pais, de defesa da religião como valor político e familial e não apenas individual ou pessoal. [Trata-se da] profunda afinidade entre os dois sistemas sociais e de cultura: o brasileiro e o oriental, este representado principalmente pela China ou pela Índia.[527]

O resultado é bastante rico: de um lado, o cronista destila sua crítica à maneira complicada de tentar atualizar a realidade brasileira, erma e destituída de fascínio, com a filosofia, a imprensa e a moda; de outro, afirma do que é feita essa realidade, isto é, de tradições, de familismo, de natureza, de religiosidade, o que causa repúdio a alguns, pois esse

[527] Gilberto Freyre, *Sobrados e mucambos*, op. cit., p. 574; ver também pp. 77-78 – *interpolações por minha conta*.

cenário morigerado, embora ignorante, "quase analfabeto" (palavras do autor), precisa ser encoberto com a fumaça dos charutos e inebriado com a fragrância dos perfumes. E tal realidade é marcada pelo domingo de nossos avós, o domingo religioso, o domingo patriarcal, "chinês", em que o leitor-amigo precisa recobrar a consciência, sua consciência sertanista. E pensando em comunicar tudo isso ao seu leitor, o cronista diz que se valerá do "estilo asiático", passando pelo discurso eclesiástico para tentar persuadi-lo.

(iii) O estilo asiático é um dos gêneros do discurso dentro da Oratória; o outro estilo, diga-se de passagem, é o ático.[528] O asiático, que interessa aqui, é empregado em situações nas quais a Oratória é bem-vinda, isto é, quando é preciso adotar a arte da persuasão. Nesse caso, metáforas e perífrases são utilizadas em abundância visando a convencer a audiência.[529] Logo, ao mencionar o *estilo asiático*, o cronista oferece uma palavra-chave indicativa de que seu interesse é discursar para determinado público. Isso fica mais evidente na terceira parte da crônica, quando ele diz que fará um "discurso mezzo-demonstrativo". O demonstrativo é um dos três gêneros do discurso eclesiástico, também chamado de "epidíctico", formado pelos panegíricos e orações fúnebres, normalmente empregado nos sermões sagrados ou reuniões solenes.[530] Nas duas ocorrências do vocabulário retórico (na primeira e na terceira parte da crônica), contudo, seu uso se dá dentro da tonalidade irônica: no caso do estilo asiático, o bem-humorado "descair da moda" dissimula e apresenta alguma tensão, pois a palavra *moda* prenuncia, em seu significado mais comum, uma mania, um costume, que o cronista deveria seguir seriamente, mas não o faz; antes, debocha disso. Já o discurso demonstrativo vem acompanhado de vitupério, pois o *mezzo* é insinuante e oblíquo, à medida que mistura num gênero marcado pelo louvor o sentimento de desprezo. Como vemos, o cronista ambienta sua crônica no campo da retórica, da arte da comunicação, mas somente para ironizá-la: seja no estilo asiático, seja no demonstrativo, não importa, o uso da retórica se dá dentro do registro da sátira, com destaque para a ironia.

(iv) E em matéria de eloquência, com o benefício da ironia, temos um cronista que se coloca na condição de orador. Não estamos tratando aqui, porém, do campo da oralidade, mas

---

[528] Agradeço ao Prof. Guilherme Simões Gomes Junior essa observação na ocasião do exame de qualificação (junho/2010), bem como o estímulo para investigar um aspecto da obra de Quintiliano e o problema do estilo oratório. Cf. Quintilien, "Du gene de style", in: *Instituion Oratoire*, Paris: Les Belles Lettres, 1980, Tome VII, Livre XII, pp. 114-136.

[529] Abstenho-me de entrar na discussão sobre o emprego dos estilos e os usos da oratória, mas o leitor pode encontrar o assunto discutido com profundidade em Guilherme Simões Gomes Junior, *Palavra Peregrina: o barroco e o pensamento sobre as artes e as letras no Brasil*, São Paulo: EDUSP, EDUSC e FAPESP, 1998, pp. 257-261.

[530] Ver Maria Beatriz Nizza da Silva, "Retórica", in: *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*, op. cit., p. 173.

da palavra impressa, da escrita e, mais especificamente, do jornal – e isso também é um assunto da retórica.[531] No entanto, não estamos diante de um clássico texto retórico, mas de uma escrita referencial e ficcional, que se vale somente de um linguajar extraído da arte retórica para insinuar certas coisas para sua audiência. Como a crônica inteira está sob a tônica da ironia maliciosa, a audiência, ou melhor, os leitores intencionados[532] são construídos da mesma maneira – através do astucioso vocativo "leitor-amigo", por exemplo.

(v) Somando essa maliciosa locução – "leitor-amigo" – ao tratamento oblíquo dado à retórica no texto, concluiremos que o cronista dirige-se ironicamente a uma audiência iniciada na arte da retórica, com competências suficientes para compreender o uso desse vocabulário, bem como folgar diante da ironia exposta ali. Pensando nisso e também no fato de a retórica estar imbricada na vida cotidiana brasileira, através das festividades públicas, das solenidades, cerimônias e imprensa, segundo disse Maria Beatriz Nizza da Silva,[533] podemos pensar em dois públicos de São Paulo com disposições particulares para ler essa crônica: o corpo acadêmico da Faculdade de Direito e a família patriarcal.

Mas será essa uma hipótese verificável? Talvez sim, se considerarmos alguns elementos externos ao texto de Varella: (1º) o cronista Fagundes Varella era tanto um herdeiro da família patriarcal quanto um escritor versado nesses assuntos, haja vista que, em 1866, acabara de deixar os bancos da Faculdade de Direito; logo, ele estaria dirigindo-se a seus pares; (2º) a oratória era uma disciplina tradicional do curso jurídico da Faculdade de Direito de São Paulo:[534] mestres, professores e alunos são os mais acostumados a esse tipo de vocabulário que Smarra emprega em sua crônica; (3º) a retórica sagrada, encontrada nos sermões da igreja e nas cerimônias fúnebres e públicas, fazia parte do cotidiano das famílias brasileiras pertencentes aos altos estratos sociais.

Portanto, podemos admitir hipoteticamente que o cronista se dirigia ironicamente a essa audiência específica, versada em assuntos da retórica. Some-se a isso o fato de os leitores intencionados de um texto literário serem quase sempre tratados com ironia, e teremos uma hipótese sobre o público da crônica de Varella: trata-se dos homens instruídos, membros do

---

[531] Cf. Walter J. ONG, "*The Writer's Audience Is Always a Fiction*", in: *PMLA*, vol. 90, nº. 1, 1975, p. 9.

[532] Sobre o "leitor intencionado" de Erwin Wolff, ver a discussão através do romance-folhetim de Manuel Antonio de Almeida.

[533] Maria Beatriz Nizza da Silva, "Retórica", in: *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*, op. cit., pp. 172-173.

[534] Outro estabelecimento de ensino que adotou a retórica em seu currículo foi o Seminário Episcopal, fundado em 1862. (Cf. Ernani Silva Bruno, "A presença dos acadêmicos", in: *História e tradições da cidade de São Paulo*, op. cit., pp. 832-833). Contudo, o Seminário não iria integrar o círculo social de Fagundes Varella, conforme veremos mais adiante. De qualquer modo, fica aqui ilustrada a presença de outro espaço de ensino e sociabilidade na província de São Paulo na década de 1860.

corpo acadêmico da Faculdade de Direito, e também da família patriarcal, sendo que Fagundes Varella pertenceu a ambos os grupos sociais – voltarei a esse ponto durante o estudo da sua biografia.

(vi) O que está sendo repassado aqui é aquela assertiva sartriana segundo a qual o escritor define o tema depois de ter escolhido o seu público. Faço essa afirmação pensando nas palavras-chave que, mesmo de maneira irônica, evocam eventos e situações ligados ao corpo acadêmico e à família patriarcal brasileira: "estilo asiático e discurso... demonstrativo..."; "domingo dos nossos avós e era dos patriarcas...". Entretanto, considerando as mesmas palavras-chave, bem como ressaltando o uso que o escritor faz de metáforas, de adjetivos, perífrases etc., e que acabam carregando o texto de uma linguagem empolada e inflamada, vemos que a intenção ali não era apenas chamar a atenção do leitor, mas persuadi-lo.

(vii) E pensando nisso, em persuadir o leitor a tomar consciência das coisas, o cronista escolhe o movimento dos contrastes visando apresentar as duas realidades para seu leitor intencionado. Ele aproxima elementos originalmente opostos entre si, como no seguinte conjunto de palavras: "quadra moderna *versus* hábitos antigos"; "coisas satânicas e negras *versus* domingo cristão"; "contemplar *versus* ler"; "morigerada *versus* ignorante"; "luz dos céus *versus* sombras da ignorância" etc. É importante destacar também que assuntos sérios como Deus e a religião são contrastados com elementos prosaicos: como forma de ilustração, retomo aquele momento em que o cronista, fazendo troça, descreve que "Deus descansou no sétimo dia da criação (era um domingo) foi para contemplar [...] não foi, como é certo, para ler um folhetim". O efeito, portanto, é cômico: tudo contribui para que a crônica seja tingida por uma situação contrastante e engraçada, dando a entender que o programa ali é fazer rir.

Vimos como no Brasil a literatura satírica fez escola entre os escritores do período Regencial e dos primeiros anos do Segundo Reinado. Exemplo disso era o romance de Manuel Antonio de Almeida e uma série de outros escritos (em verso e prosa) que figuraram na imprensa e no teatro. Contudo, o que merece destaque nessa literatura satírica é a busca pelo leitor, tentando sempre persuadi-lo, quando não corrigi-lo, configurando aquilo que ficou conhecido como o "leitor aprendiz".[535]

Diante das sete proposições arroladas acima, podemos deduzir que a crônica de Fagundes Varella parece oscilar entre a exposição dos valores patriarcais preestabelecidos e uma crítica peculiar, resultado de uma consciência sobre determinada situação nacional, em

[535] Flora Süssekind, *O Brasil não é longe daqui*, op. cit., p. 92 e p. 222.

que se busca falsear a realidade sertanista. Nesse sentido, notam-se, de um lado, valores morais, quando elogia o tradicional domingo dos avós, como "um delicioso painel", e, de outro, uma crítica em perspectiva, quando revela que as famílias brasileiras foram ludibriadas pela civilização e cobriram as tradições com ideias e modismos variados, como o charuto, o perfume de almíscar, a filosofia, o livro etc. Conforme vemos, o cronista escolhe um gênero moral, como a ironia, para realizar sua crônica, originando uma escrita da crônica-folhetim esteticamente diferenciada, tal como fazia José de Alencar na série *Ao correr da pena*. No caso de Varella, ele expõe aqui um estilo médio, pois tinge a seriedade da oratória e do discurso eclesiástico, a gravidade da religião e da natureza com uma tonalidade irônica, cujo resultado é a estilização de um ambiente prosaico que conduz a um efeito específico: o riso.[536]

Sobre o estilo satírico, já estudamos diversas características dele com Manuel Antonio de Almeida, restando dizer, quanto a Varella, que se quisermos estabelecer uma espécie de linhagem nacional da sua crônica de jornal, poderíamos considerá-la dentro do chamado *jornal joco-sério*,[537] cujos melhores exemplos podem ser localizados na imprensa entre a década de 1830 e 1860, com destaque para os jornais de autoria de Paula Brito, de um lado, e o romance *Memórias de um sargento de milícias*, de outro.[538] Do romance tratamos bastante, já em relação aos jornais de Paula Brito, apenas indico a questão; afinal, o volume desses jornais é muito grande, e para comprovar essa filiação seria necessária uma investigação cuidadosa e comparativa entre Varella e tais folhas da imprensa. Diante disso, limito-me a apontar tão só o que o texto de Varella tem em comum com essa imprensa desenvolvida dentro do registro da chacota antimundana e antifolhetinesca: o programa de fazer rir.[539] E por falar em riso, um bom exemplo, vale repetir, é sempre o romance *Memórias de um sargento de milícias*, que teve espaço no rodapé do *Correio Paulistano*, talvez não por conta do antilusitanismo, mas em razão da ironia e da sátira ali reunidas. Trata-se dos mesmos recursos estilísticos de que Varella se vale nessa crônica, bem como em outras que estudaremos. Tudo indica que se trata de um estilo que parece agradar ao gosto literário de determinada camada da sociedade, que será caracterizada.

Pensando, então, na questão da sátira em Fagundes Varella, vejamos três crônicas do escritor **(I-III)**: o objetivo, sem perder de vista a primeira crônica, é matizar a questão do

---

[536] A lição vem, mais uma vez, de Erich Auerbach, "Frate Alberto", in: *Mimesis*, op. cit., pp. 189.

[537] Marlyse Meyer, *As mil faces de um herói canalha e outros ensaios*, op. cit., p. 157.

[538] Refiro-me aos seguintes jornais: *A mulher do Simplício* e *A fluminense exaltada* (este em verso) [1832-1846]; *A marmota da corte* [1849-1852]; *Marmota fluminense, jornal de modas e variedades* [1852-1857] e *Marmota* [1857-1864]. Sobre esses jornais e sua periodização, ver Marlyse Meyer, *As mil faces de um herói canalha e outros ensaios*, op. cit., p. 167.

[539] Marlyse Meyer, *As mil faces de um herói canalha e outros ensaios*, op. cit., pp. 159-162.

estilo satírico e abrir para a presença de um gosto literário específico. Feito isso, passarei às disposições históricas do público intencionado, até aqui identificado como o corpo acadêmico da Faculdade de Direito e a família patriarcal.

3.2. Outras crônicas, mais insinuações e comentários

A crônica a seguir define o programa de Smarra e nos dá mais pistas sobre os destinatários específicos invocados no primeiro texto:

> **(I)**
> Em falta de novidade na terra, estou quase a meter-me em largas e eruditas considerações sôbre os últimos acontecimentos do Rio Prata, ou sôbre as últimas e fresquíssimas novas do turbilhão europeu.
> Porém falta-me o melhor, principalmente sôbre a questão do Prata.
> [...]
> E sôbre as novas europeias?
> Sôbre isto exigem os meus bons leitores que arrisque, por minha conta, maduras e bem fundadas reflexões?
> [...]
> Paro aqui. Não desejo enfadar meus leitores com tanta coisa séria, pesada e importante.
> Meu programa é rir e fazer rir.
> [...] tomo a liberdade de pedir aos leitores que deixem de parte o presente folhetim, como se não existisse, e procurem alhures melhor diversão aos seus cuidados.
> Vão, por exemplo, dar uma vista d'olhos ao Pavilhão Marinho.
> É aí, segundo a nova lei, que mora atualmente o rir e o folgar.
> Lá, ao pé de uma garrafa de cerveja, talvez possa, de viva voz, acrescentar ao presente folhetim o que lhe falta de risonho, facêto e folgazão.
> Assim, até a tarde, meus estimados leitores.
>
> Smarra

Essa crônica foi publicada no dia 24 de fevereiro de 1867. Pode-se afirmar, com base nesse fragmento, que pouca coisa mudou em relação à primeira crônica de Varella: novamente a falta de assunto lhe serve de pretexto para dialogar com o leitor; repete-se a tentativa de satisfazer a escrita referencial/informativa da crônica-folhetim; continua a exposição irônica perguntando acerca de coisas da Europa, aproveitando para fazer a crítica peculiar ao folhetim. Soma-se a isso a aproximação de vários elementos opostos – "séria, pesada e imponente" *versus* "rir e fazer rir"; "liberdade... aos leitores... procurem diversão" *versus* "acrescentar ao presente folhetim o que lhe falta de risonho, faceto e folgazão" –, que garantem a fusão de contrastes e, conforme apontado, produzem o efeito cômico no texto. A comicidade não para por aí, haja vista que Smarra encerra a crônica fazendo troça e, ao mesmo tempo, ironizando, mais uma vez, a figura do leitor. Para o cronista, os "bons leitores" não conseguirão rir do folhetim, como ele. Para Smarra, o leitor não sabe a diferença entre a

chacota e as coisas sérias, entre divertir-se no "Pavilhão Marinho" e cair de rir com o folhetim jocoso: este leitor não passa de um personagem ingênuo, nada malicioso, e que merece ser afrontado. É como se fosse um sujeito que, mesmo avisado sobre aquilo de que se deve rir, não fosse capaz de folgar, a não ser que estivesse bêbado e caído "ao pé de uma garrafa de cerveja". Continuando a estabelecer comparações com a primeira crônica, vemos que se trata aqui de uma imagem de um leitor ingênuo, que na crônica anterior era ironicamente chamado de "amigo" e também não conseguia distinguir as coisas, não percebia como a "era dos patriarcas" estava sendo ludibriada pelo folhetim e outros estrangeirismos diversos. Conforme vemos em ambos os textos, trata-se de uma ficção de leitor na crônica, como um personagem com quem o narrador dialoga, a quem critica, persuade etc., tudo isso de forma dissimulada.

O próximo exemplo, crônica publicada no dia 11 de agosto de 1867, expõe a superficialidade do estilo satírico:

> **(II)**
> Outro estremecimento social[540] que há propagado ondulações até o solo paulistano é a magna questão servil.
> [...] Estadistas, filantropos, abolicionistas e não abolicionistas gritam todos ao mesmo tempo.
> Entre eles ergue-se o Erasmo com seu prestígio de mascarado. Calca aos pés a bíblia cristã e a razão humana, e canta hinos em louvor da escravidão, – princípio, da lei histórica, da predestinação que traz como corolário a civilização da costa d'África!...
> Sobre a emancipação tenho juízo formado em uma fábula que li algures.
> [...] Um homem curioso deixou que lhe prendessem o nariz em uma porta que lhe foi fechada na cara.
> Ora, um nariz assim agarrado é um nariz enfermo.
> Este ficou tão mal tratado que o primeiro médico a quem o paciente mostrou disse: é um nariz perdido; é preciso cortá-lo.
> O segundo, o terceiro e o quarto esculápios foram da mesma opinião.
> O proprietário do nariz enfermo foi imediatamente a Paris consultar um príncipe da ciência.
> O príncipe da ciência examinou o nariz e disse:
> – [...] Já mostraste êste nariz a alguém?
> – [...] mostrei-o ao médico de minha terra [...] ao médico da cidade vizinha à minha [...]. E que [disseram eles]?
> – Disse, como o primeiro, que era preciso cortar o nariz.
> [...]
> – Mostrei-o ainda a mais dois médicos; ambos tiveram a mesma opinião.
> – [...] burros!
> – Ah! doutor, eu bem que suspeitava que não seria necessário cortar o meu nariz!
> – Certamente, certamente, meu amigo: não é preciso cortá-lo: há de cair por si.
> E o príncipe da ciência deu um piparote no nariz e o nariz caiu.
> .....
> Esta anedota demonstra que não é necessário suprimir a escravidão.
> Cairá por si, como um membro apodrecido da sociedade.
>
> Smarra

[540] Refere-se à causa da independência do México (1850-1860) por Benito Juarez, herói e chefe do movimento nacional mexicano. Vale destacar que Fagundes Varella tem dois poemas dedicados ao líder mexicano Juarez: "Versos soltos" (*Cantos e Fantasias*, 1865) e "O General Juarez" (*Cantos do Êrmo e da Cidade*, 1869). Ver *Poesias completas de L. N. Fagundes Varela*; organização e apuração do texto de Miécio Táti e E. Carrera Guerra, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957, v. 1, p. 52 - *grifo do autor*.

Demanda atenção nessa crônica a posição desinteressada do narrador diante de assuntos políticos como a escravidão. Contrário a estadistas, abolicionistas e não abolicionistas, como o "Erasmo" – pseudônimo adotado por José de Alencar nas cartas que dirigiu ao Imperador D. Pedro II a favor da escravidão –, Smarra está convicto de que o assunto, ao invés de todo estremecimento social, ondulações, gritaria[541] etc., merece nada mais do que uma simples fábula para explicá-lo. No trecho em questão, apesar de a crítica a José de Alencar receber algum destaque, Varella toma-o apenas como modelo para ironizar uma situação peculiar: a vida política brasileira é feita de moções, de aparato, de cartas ao imperador, afinal, discute-se muito, escreve-se muito, embora as coisas acabem resolvendo-se por si mesmas. E se se chega a algum resultado, quase nunca acontece em razão das disputas que o antecederam, mas por conta do processo natural de deterioração da sociedade, sugere o cronista Smarra. Esse juízo negativo, essa anedota do nariz apodrecido, não deixa de ser uma crítica peculiar a uma situação nacional, lembrando aquela tendência ao aparato, que resumiu Visconde do Uruguay, um dos expoentes do estamento brasileiro: "Este é o grande defeito das nossas administrações. Têm grande luxo de pessoal. Têm cabeças enormes, quase não têm braços e pernas [...] Gasta-se muito papel, discute-se muito, teoricamente, e o resultado, que se vê e se apalpa, é quase nenhum. Temos infelizmente grande tendência para o aparato".[542]

Essa opinião de Smarra em relação à escravidão como um ornamento guarda semelhanças com essa visão do aparato de um dos representantes do alto escalão do Império, com a diferença de que com Smarra é o riso que acompanha energicamente a exposição desse quadro nacional, no qual há muita gritaria e palavreados, mas não se produz nada além do aparato. Vemos, mais uma vez, como a realidade brasileira, agora marcada pela escravidão e não mais pelo ermo da cidade de São Paulo, é destituída de fascínio para o escritor, cuja reação é o vitupério. Por outras palavras, debocha-se de todos aqueles que, com suas gritarias e moções, como as cartas de Erasmo, acreditam poder resolver a questão da escravidão da vida brasileira apenas com palavras. Quer sejam Erasmo, estadistas, filantropos ou abolicionistas, pouco importa: a crítica de Smarra não é personificada, mas geral e a todos aqueles cuja tendência ao aparato é uma constante. Isso inspira Varella a fazer troça de tudo e de todos, chegando ao extremo quando intitula de "burros" aqueles que, mesmo diante de

---

[541] Segundo José Murilo de Carvalho, a década de 1860 foi um período de grandes discussões políticas em torno da questão da abolição, com a presença de José de Alencar (ou Erasmo), entre outros escritores e representantes dos partidos conservador e liberal. Ver José Murilo de Carvalho, "O radicalismo político no Segundo Reinado", in: *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*, André Botelho e Lilia Moritz Schwarcz (org.), São Paulo: Companhia das Letras, 2009, pp. 32-45.

[542] *Paulino José Soares de Sousa, Visconde do Uruguai*, "Dos agentes administrativos", op. cit., pp. 204-205.

toda instrução que receberam da Bíblia, da razão humana ou de doutores de Paris, não conseguem enxergar que a escravidão cairá por si, como um membro apodrecido.

De um lado, temos uma crítica perspectivista, que tem como parâmetro o próprio discurso da elite e que Varella conhece por conta de sua origem e formação: refere-se à tendência entre as camadas dirigentes em valorizar a pompa, o cerimonial, o discurso inflamado, resultando em moções de tinta e papel e nenhuma ação concreta. Nesse caso, nada melhor do que uma "fábula" ou uma anedota, com os mesmos moldes e artifícios, para explicar a questão da escravidão. Podemos, ainda, enxergar alguma resignação diante dos assuntos políticos, o tratamento superficial dos fatos e das situações, bem como a presença do riso. Esses elementos resumem um pouco do que constitui o estilo folhetinesco jocoso, por sua vez vocacionado à simples descrição dos acontecimentos sociais de um dia, um fim de semana. Podemos relacionar esse último ponto aos limites do estilo satírico que, tal como vimos com Manuel Antonio de Almeida, fica na superfície dos fenômenos e não consegue tratar do que é profundamente problemático, como a escravidão, escolhendo o deboche no lugar de uma crítica mais detida.

A próxima crônica evidencia isso:

> **(III)**
> [...] Não tenho proporções nem pretensões para ser um folhetinista-político.
> [...]
> Mas deixemos isso. Podemos dormir descansados porque a Pátria vai ser salva.
> Dormir é melhor do que lutar: a luta é sempre um sofrimento: e dormir é sonhar.
> * * *
> Hoje os hábitos estão um pouco mudados; e é de crer que pouco a pouco os costumes europeus vão deitando raízes no seio da população.
> [...]
> Há aí alguma extravagante exageração parisiense que não tenha sido incontinente adotada, festejada e ridiculamente macaqueada por homens e mulheres, velhos e crianças?
> [...]
>
> Smarra[543]

Fazer uso do folhetim para debater questões políticas parecia não condizer com o programa de Smarra, que se resume em dormir – haja vista que "dormir é melhor do que lutar" – , já que as coisas no Brasil se resolveriam sozinhas. Estamos de volta ao mesmo sentimento sobre o destino inevitável das situações, independentemente da ação, das palavras, da intervenção, como escrevem, segundo o próprio Smarra, os folhetinistas políticos. À primeira vista, podemos ler esse posicionamento como uma atitude pouco engajada e resignada por parte do escritor, uma feição do mal do século romântico que é própria da

[543] "Folhetim: Em falta de melhor, 10 de fevereiro de 1867".

estética da crônica,[544] mas não apenas isso. Smarra insinua que qualquer ação efetiva não se dá no registro da imprensa, da palavra impressa, sugerindo mais uma vez que nenhum escritor, seja ele um folhetinista ou mesmo o Erasmo das cartas ao imperador, pode fazer alguma coisa, mesmo que seja em defesa da escravidão.[545] Essa consciência sobre o lugar onde as tomadas de posição são realmente efetivas, e de que esse lugar não é a imprensa, mostra um escritor crítico, consciente do funcionamento da política nacional oitocentista, lembrando a querela entre Alencar e o vereador Haddock Lobo, na qual discutimos sobre o papel da imprensa no Império. Além dessa visada perspectivista do escritor acerca das questões políticas, Smarra reinsere nessa crônica o tema do falseamento da realidade, enfatizando que "hoje os hábitos estão um pouco mudados...". Se retomarmos o que já foi apontado sobre a ironia em Smarra, vemos que essa crítica se desdobra no reconhecimento de que o estrangeirismo dos paulistas é extravagante e evoca essa maneira canhestra de enfeitar uma realidade destituída de fascínio, por sua vez "macaqueada" pelos "homens e mulheres, velhos e crianças" – ou seja, a "família brasileira". Sobre a sinonímia família brasileira, ela já teve presença na primeira crônica estudada e é apontada como aquela que desconhece o "domingo dos nossos avós", a "era dos patriarcas". Dentro dessas considerações, poderíamos, então, substituir esta expressão pelo substantivo "população", presente nesta última crônica: com ele subentende-se que o escritor está interessado em se comunicar com uma camada do público que compõe a família brasileira, mas que não representa a família patriarcal, mas um tipo mais popular representado pelos "homens e mulheres, velhos e crianças", vulgo "população" ou "povo".

Resumindo para encerrar: o folhetim, a política, os folhetinistas "engajados", a moda, os livros, tudo o que vem da Europa, é motivo de troça para o cronista. Seu programa é fazer rir, mas chega a esse efeito através de uma ironia maliciosa que dissimula sobre nenhum homem, nenhum escritor estar em posse dos acontecimentos da sociedade, mesmo que diante da tinta e do papel de um semanário. Mas alguns duvidam disso e se põem a escrever, a gritar, a imitar o estrangeiro, a ludibriar os leitores, tendo por resultado apenas o resvalar da situação local, afinal o modelo é o que vem de fora e nunca o elemento nacional. Trata-se aqui de um esforço do cronista em valorizar as coisas do país – uma mentalidade nacionalista, não deixa de ser, mas não acrítica –, pois é da opinião de que devemos deixar os estrangeirismos e ficar

---

[544] Rever no Preâmbulo (tópico "Crônica comentário/crônica-folhetim") o assunto do mal do século em Balzac. Ainda sobre o mal do século, uma referência é Edward Palmer Thompson, "Desencanto ou apostasia?", in: *Os românticos*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp. 51-101.

[545] Sobre o manifesto antiabolicionista de Erasmo, ver *José de Alencar, Cartas a favor da escravidão*, Tâmis Parron (org.), São Paulo: Hedra, 2008.

com o que é local ou sertanista. Contudo, há um limite nessa crítica perspectivista, na medida em que ela apenas apreende um problema, mas não se envolve com ele, antes se resigna. Talvez isso aconteça porque o escritor está convencido de que as discussões, a tendência ao aparato, não gerem nada além de mais tinta e papel, não resultando em nenhuma ação prática acerca da escravidão. A opinião de Smarra é que independentemente de qualquer manifestação literária, seja ela resignada, crítica ou as duas coisas juntas, não cabe ao escritor aprofundar isso, mas apenas rir e dormir.

E por falar em sátira, o alvo do escritor é o leitor, que até aqui não passa de uma elaboração ficcional. Conforme apontei, estou impossibilitado de uma abordagem direta, pois não há testemunhos de leitura da crônica de Varella. Contudo, a partir da análise dos textos chegamos a uma hipótese sobre algumas camadas sociais do público de Smarra. Neste sentido, podemos dizer que há dois grupos evocados nas crônicas de Smarra: de um lado, temos o corpo acadêmico e a família patriarcal, de outro, os produtores de estrangeirismos (folhetinistas, tipógrafos, livreiros etc.) e a família brasileira. Vamos conhecer cada um separadamente, embora possamos dividi-los em "público-interlocutor" (corpo acadêmico, família patriarcal e produtores de estrangeirismos) e "público-exterior" (família brasileira).[546]

3.3. Os leitores de tinta e de papel

Fagundes Varella, na crônica inaugural, insiste o tempo inteiro sobre a necessidade de considerar as coisas do país, como a "era dos patriarcas", a religião e a natureza, em contraposição às coisas que vêm do estrangeiro. Essa opinião tem dois fundamentos: um moralismo abstrato, baseado em valores preestabelecidos como a religião e as tradições patriarcais, e um moralismo peculiar, irônico, perspectivista, que faz a sátira da importação das ideias e da literatura, do folhetim, justamente por estar inserido nesse processo e ter consciência, como escritor de folhetim, de qual o significado disso dentro do Império. Esses dois posicionamentos são matizados pela eloquência do cronista, que ironicamente tenta persuadir o leitor intencionado. Por meio da ironia e do cômico, o cronista examina a sociedade de cima, como alguém portador das tradições e ao mesmo tempo consciente de

[546] Essas duas categorias de Robert Escarpit são bem-vindas somente aqui com Varella, tendo em vista a variedade de seu público, enquanto nos outros momentos (Dumas, Alencar e Almeida) o público era mais homogêneo, podendo ser categorizado mais facilmente. Dito isso, entenda-se por público-interlocutor, uma categoria em que o escritor e o leitor, se não fazem parte do mesmo círculo fechado, pelo menos têm interesses em comum, sendo uma das características desse público a intimidade; já o público-externo está aberto, pode chegar a ser anônimo e tem um caráter mais popular ou é tratado como tal. Cf. Robert Escarpit, *Que sais-je?...*, op. cit., pp. 98-101.

alguns problemas da sociedade, bem como da sua própria condição de cronista. Aliás, essa posição de cronista parece ser uma das chaves para entendermos a crônica e a quem ela se dirige, ou melhor, quem eram os portadores desse estilo. Refiro-me a três tipos sociais: o patriarcal (estudantes e família patriarcal), o médio (produtores de estrangeirismos) e o popular (família brasileira).

Nessa chave poderíamos deduzir que esse público intencionado (ou visado) seria representado por três feições de leitores: no primeiro grupo, constituído pelos tipos patriarcais, haveria uma subdivisão entre a família patriarcal – formada por famílias moradoras dos sobrados urbanos que, apesar da boa instrução, realizam uma leitura extensiva (*lisant*) no lugar de crítica (*lectant*) – e a comunidade de estudantes – com disposições particulares para reconhecer o tratamento irônico da retórica e para rir dos inúmeros julgamentos jocosos proferidos na crônica, bem como partilhar com Varella as mesmas características fundamentais de origem patriarcal e de formação bacharelesca (*lectant*). Já o segundo grupo, o tipo médio, seria encontrado dentro do ambiente da imprensa e da moda (produtores de estrangeirismos) – também instruídos (*lectant*) e representados pelos folhetinistas, tipógrafos, livreiros etc., que falseiam a realidade com os modismos, como o folhetim e o livro. Por fim, quanto ao tipo popular, também conhecido como as famílias brasileiras – trata-se das pessoas que vivem nas casas térreas ou são proprietárias dos pequenos comércios e realizam uma leitura extensiva e pouco instrutiva (*lisant*). Sobre esse último público, adianto que tentarei mapeá-lo através de um conjunto de cartas publicadas numa das seções do jornal e endereçadas ao redator do *Correio Paulistano* e não a Varella, propriamente dito. Não se tratará, portanto, de testemunhas de práticas de leitura, mas da presença de cartas cujos depoimentos podem ajudar a construir interpretativamente um ambiente de consumo do jornal e do folhetim na província de São Paulo em meados da década de 1860.[547] Continuo buscando na construção interpretativa o tipo e com ele, nesse caso particular, um leitor mais popular. Logo, no lugar das famílias brasileiras, decidi denominá-los leitores-assinantes.

Como vemos, de um lado trata-se de um público-externo; do outro, dos públicos-interlocutores. Uma vez definidas algumas camadas do público às quais o escritor parece

[547] Em uma fase adiantada da pesquisa, quando já havia feito um levantamento sobre o conteúdo do jornal *Correio Paulistano*, inclusive as cartas dos leitores da seção "A pedido", deparei com o trabalho organizado por Afrânio Barbosa e Célia Lopes sobre as "Cartas de Leitores", contendo, inclusive, as cartas que interessavam à tese, salvo uma única carta, a do signatário "Arnauld", cuja fonte advém do próprio jornal porque não consta da relação desses autores supracitados. Nesse sentido e além deste signatário, todas as outras cartas advêm de *Críticas, queixumes e bajulações na imprensa brasileira do século XIX: cartas de leitores*, Afranio Barbosa e Célia Lopes (org)., Rio de Janeiro: UFRJ; Pós-Graduação em Letras Vernáculas, 2006, pp. 234-266.

comunicar-se, podemos verificar agora em que condições sociais repousam tais ficções de leitores de Fagundes Varella.

Para isso, iniciarei caracterizando a comunidade de estudantes, como público-interlocutor. Com base no estilo da crônica, nos temas, nas palavras-chave, os "novatos"[548] podem ser vistos como público que tem intimidade com a crônica de Varella. Mas para chegarmos a esse argumento, temos que descrever, primeiro, como Varella se envolveu com esse público. Por isso, começo apresentando primeiro (3.3.1) os novatos ou caracterização da comunidade de estudantes de São Paulo; em seguida, dentro deste tópico, detenho-me na participação de Varella na comunidade de estudantes através de três momentos: (3.3.1.1) Varella como estudante-escritor; (3.3.1.2) o uso de pseudônimo como elo entre o verso e a prosa e (3.3.1.3) a participação de Varella na imprensa periódica. Feito isso, estudo a (3.3.2) família patriarcal como público e encerro com (3.3.3) os produtores de estrangeirismos e os leitores-assinantes.

3.3.1. Os novatos: caracterização da comunidade de estudantes de São Paulo

As duas primeiras participações de Varella nos periódicos de São Paulo foram em verso – "Ao dia 07 de setembro" e "Desvario de um Poeta" [549] –, acontecendo sua estreia na forma de prosa com a *Revista Dramática*, fundada em 1860, pelo colega José Joaquim Pessanha Póvoa. Esta teve a colaboração de outros colegas, nomes de destaque dentro da imprensa durante o Império: Salvador Mendonça e Pires de Almeida, entre outros. Salvador Mendonça será uma das vozes importantes do jornalismo liberal em São Paulo, mas também na capital do Império (RJ);[550] já Pires de Almeida ficou conhecido pela colaboração no *Jornal do Commercio*, especialmente na virada do século, quando se dedicou ao jornalismo literário e realizou um trabalho de crítica literária e histórica sobre a escola byroniana no Brasil.[551]

Quanto a José Pessanha Póvoa, vale ilustrar que antes de chegar a participar da vida

---

[548] Os novatos são sinônimos de juventude acadêmica brasileira, na qual encontramos muitos jovens escritores ensaiando o sucesso literário. Em minha opinião, José de Alencar é um dos melhores exemplos, mas Mamede Mustafa Jarouche, que cunhou o termo, tem preferência por Manuel Antonio de Almeida. Cf. Mamede Mustafa Jarouche, "Introdução", in: *Memórias...*, op. cit., pp. 30-31. No nosso caso usaremos "novatos" para os estudantes da Faculdade de Direito, em sua grande parte estudantes-escritores.

[549] Ambas as poesias publicadas em *O publicador paulistano*, nº153 (07 de setembro de 1859) e nº 159 (25 de outubro de 1859). Cf. Vicente Paulo Vicente de Azevedo, *Fagundes Varella Dispersos*, op. cit., pp. 29-30 e pp. 31-33.

[550] Ver Nelson Werneck Sodré, *História da imprensa no Brasil*, op. cit., pp. 200-215.

[551] Ver o próprio Pires de Almeida, *A escola byroniana no Brasil: suas origens, sua evolução, decadência e desaparecimento*, São Paulo: Conselho Estadual de Cultura; Comissão de Literatura, 1962.

literária do Rio de Janeiro, sendo entre outras coisas um dos acionistas "doutores" do Gabinete Português de Leitura a partir de 1875,[552] ele marcou o jornalismo literário de São Paulo como fundador da *Revista Dramática* e autor de inúmeros opúsculos, prefácios, artigos de jornal, críticas etc., sendo dele também o juízo crítico que abre o primeiro volume de poesias de Varella, publicado pela Imprensa Imparcial, com o título *Noturnas*.[553] É também dele a autoria de um texto sobre o "jornalismo literário" na capital da província intitulado "A alguns collegas do jornalismo paulistano", artigo este que saíra na revista *O Kaleidoscópio* – publicação semanal do Instituto Acadêmico Paulistano, de 1860. Valer-me-ei dele com o seguinte intento: (1º) chamar a atenção tanto para as ideias expostas no texto quanto para a questão do estilo satírico e da prática oratória ali presentes; (2º) sem a pretensão de realizar um estudo sobre as associações literárias, estou em busca de um exemplo significativo, que ofereça elementos sobre as tendências sociais ligadas ao gosto literário dos estudantes; (3º) dentre os três nomes arrolados acima, foi Póvoa, e não Saldanha Marinho, nem Pires de Almeida, quem mais influenciou e beneficiou Varella em sua carreira literária, motivo pelo qual a ele será dado algum destaque aqui.

Passemos ao artigo de Póvoa:

> [...] o jornalismo litterario tem sua missão tão importante quanto julgaes ter o político. A sciencia dos povos começa primeiro pelas litteraturas; aparecem, pois, na infância das nações, em primeiro logar – poetas, depois... os reis.
> – Da ação combinada do jornalismo político e do jornalismo litterario, do jornal e do livro, isto é, da imprensa, nasce e cresce a civilisação, erguem-se os povos de seu abatimento secreto, e firma-se (sic) as grandes nacionalidades: em quanto Portugal conservou no Brazil – os seus políticos, elle só poude ser colônia: quando as associações litterarias appareceram, tivemos um império!
> Algum espírito pouco reflectivo pode descobrir em vossas palavras o paldro (*sic*) da ironia, ou a linguagem da satyra dessimulada que só serve para fazer recuar os espíritos fracos, e desarmar as intelligencias pouco práticas: um espírito irreflectido poderá encontrar em vossas phrases, talvez... a engratidão; porque todo o passo que tenha ao desenvolvimento das lettras deve ser acoroçoado e aplaudido, senão com enthusiasmo, ao menos com sinceridade.
> O que somos não é difícil de conceber-se, porque francos e livres vivemos, independentes e laboriosos actuamos sem essas aspirações rivaes de competências que formam o coração da política. A política tem sido a encarnação de crenças pessoais, porém nunca a fiel expressão dos sentimentos do público.
> [...]
> No foro, no jornalismo, na tribuna parlamentar, o genio da mocidade tem mostrado as situações e estigmatisado os seus vícios de administração.
> Não há de ser a vossa alchimia política que há de remir o paiz – A litteratura, cujos interesses moraes e pessoaes aspiramos representar, por mais alheia e extranha, que a tenham querido tomar em referencia á política, não pode renunciar a fazer-se representar nos comicios políticos, porque a litteratura é uma das columnas do Estado,

[552] Cf. *Relatório da Directoria do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro*, op. cit., 1875, 1876 e 1877.

[553] Cf. Anúncio do *Correio Paulistano*, 25 de setembro de 1861. Seção "Microfilmes", Arquivo da Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo-SP.

se não a primeira das suas forças.
[...]

Pessanha Póvoa[554]

Nesse pequeno trecho, a defesa da literatura, da imprensa e do impresso, por Pessanha Póvoa, pode ser vista como um traço da juventude brasileira do século XIX (os novatos), especialmente localizada em São Paulo, onde figura uma das instituições educacionais mais importantes criadas durante o Império, a Faculdade de Direito. Por conta da faculdade, na capital da província formou-se uma série de associações literárias, de repúblicas de estudantes voltadas à produção da literatura em suas revistas e jornais acadêmicos, como *O Kaleidoscópio*, por exemplo.[555] Esta publicação semanal "escrita por acadêmicos e destinada a acadêmicos" é uma representante das inúmeras produções dos estudantes, que defendem a soberania da literatura, da imprensa e, ao mesmo tempo, pretendem, através delas, construir a nação, nesse caso, o Império; afinal, *a literatura é uma das colunas do Estado* – ver discussão no *Excurso* (I e II).

A defesa da imprensa e – por que não? – da literatura e o espírito missionário eram uma tendência entre os estudantes da Faculdade de Direito, faltando dizer, baseado no texto de Póvoa, qual era a linguagem com que os novatos se identificavam. Segundo o articulista, trata-se da sátira, embora isso seja dito dentro do mais puro discurso laudatório: a "ironia" ou "a linguagem da satyra" era uma tendência nas associações literárias de estudantes, nas quais os "espíritos fracos", "as intelligências pouco práticas" e "um espírito irreflectido" não tinham vez. Antes, "francos e livres" eram os estudantes que desejavam atuar através da "literatura, cujos interesses moraes e pessoaes aspiramos representar"; nas tintas de Póvoa, eis uma das expressões da prática da oratória entre os novatos.

Estamos na década de 1860, e num único texto extraído de *O Kaleidoscópio* encontramos o tema da defesa da literatura, a prática da oratória e a opinião de que tudo isso, mais a presença da sátira são assuntos dos estudantes da Faculdade de Direito. Não se trata aqui, entretanto, de um exemplo isolado, mas de algo que é recorrente, de um assunto e de uma tendência estilística dos artigos nos periódicos estudantis desse período e de anos anteriores. Digo isso, porque além de *O Kaleidoscópio*, encontramos em outros periódicos

---

[554] *O Kaleidoscópio*, nº 4, Sábado, 28 de abril de 1860. PR-SOR 4933-4943; SP/ Jornais Diversos/1860-1863. Seção "Obras raras", Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro – RJ.

[555] *O Kaleidoscópio* nasceu do Instituto Acadêmico Paulistano, formado por estudantes que eram tanto membros do Instituto quanto de outras associações – Atheneu Paulistano; Ensaio Philosófico; Culto á Sciencia e Ypiranga –, e tinha colaboração de dois professores – Manuel Joaquim do Amaral Gurgel (1797-1864), que era padre e foi diretor da Faculdade de Direito (1858-1864) e vice-presidente da província de São Paulo (1860-1864), e José Tell Ferrão, diretor do Collegio Ypiranga.

dessa década o mesmo assunto sendo debatido pelos estudantes: refiro-me à *Revista Dramática*[556] e à *Revista da Associação Recreio Instructivo*.[557] Nesses três periódicos de 1860, o assunto divide-se sempre entre o papel da literatura e seu estilo, o lugar da imprensa e a missão dos estudantes. Mas saiba que esse espírito que anima a geração de estudantes dessa década não era novidade, mas, antes, continuidade de um tema caro aos novatos desde outras épocas. Exemplo disso é o artigo "Imprensa" do estudante Almeida Pereira, publicado em 1849 nos *Ensaios Literários*, outro importante periódico acadêmico:

> A imprensa foi uma espécie de cadeia, que ligou os tempos pretéritos ao futuro, foi uma ponte lançada entre dois mundos, que se uniram para repelir-se, e que chocavam-se para harmonizar-se (...).
> As ciências e as artes pagam também o seu tributo de homenagem a esse grande móvel da civilização: a imprensa, democratizando o conhecimento [...][558]

Distante mais de uma década de Póvoa, Almeida Pereira sintetizou o que viemos afirmando: para os estudantes, o jornalismo ou a imprensa não eram simplesmente um veículo de informação, mas, conforme destacou Hélder Garmes, a imprensa e a literatura representam para eles a escrita da história nacional e instrumento de civilização.[559] Quanto à questão estilística, resumo o ponto com base na síntese de Hélder Garmes sobre o estilo do periodismo dos acadêmicos:

> [...] a oratória era uma das práticas literárias mais correntes e, muitas vezes, justificava a própria existência de uma associação estudantil. Basta lembrar a constância com que os periódicos das associações Ensaio Filosófico Paulistano e Ateneu Paulistano publicavam os discursos proferidos em suas reuniões, para constar o valor preeminente da oratória nessas associações.[560]

Em relação à sátira, a síntese é de Vagner Camilo:

> Mas além da composição de grupo, é ainda importante levar em conta a *natureza* do grupo aqui considerado, no que ela tem de efetiva vinculação ao cômico. Ora, não representa um fato nada novo o cultivo das diversas formas de comicidade em

---

[556] Essa mesma opinião é defendida por Póvoa, tendo em vista o teatro, no texto inaugural de sua *Revista Dramática*, na qual figura também um texto de Varella com o mesmo teor, intitulado "O drama moderno", mas que não será assunto desta tese. Ver *Revista Dramática*, São Paulo, Typografhia Litteraria, 1860, nº 4, pp. 14-15. Sobre a *Revista Dramática* particularmente, ver o trabalho de Elizabeth R. Azevedo, *Revista Dramática: São Paulo, 1860*, São Paulo: Edusp, 2007.

[557] Trata-se de um discurso laudatório em homenagem à associação e à missão da literatura. Cf. "Relatório apresentado na sessão Magna da Sociedade Recreio Instructivo aos 13 de setembro de 1960, pelo primeiro secretário Affonso Guimarães Junior," in: *Revista da Associação Recreio Instructivo*, nº 1, julho de 1861 (anno I) – Seção "Obras raras", Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo – SP.

[558] Ver Almeida Pereira apud Hélder Garmes, "Imprensa, educação e associações", in: *O romantismo paulista: os Ensaios Literários e o periodismo acadêmico de 1833 a 1860*, São Paulo: Alameda, 2006, pp. 85-86 – *interpolação do autor*.

[559] Cf. Hélder Garmes, *O Romantismo paulista*, op. cit., p. 86.

[560] Hélder Garmes, "A oratória e o texto laudatório romântico", in: *O Romantismo paulista*, op. cit., pp. 91-95.

meio às pequenas associações e agremiações estudantis![561]

O texto de Póvoa e estas outras evidências – baseadas nos documentos antigos e nas pesquisas coetâneas sobre a imprensa e o gosto literário dos estudantes – apontam que a linguagem da sátira e a prática da retórica constituem uma tendência estilística entre os novatos, o que permite validar aquela hipótese inicial sobre um dos destinatários da crônica de Smarra ser os membros das associações literárias, também conhecidos como a comunidade de estudantes.

Se no que se refere ao estilo e à prática da retórica os estudantes apresentam-se como "público-interlocutor", em relação à defesa da literatura, do nacionalismo literário, não será diferente: há refratados na crônica de Varella traços deste nacionalismo que é íntimo desse público de estudantes. Temos precisamente uma construção interpretativa que aponta a comunidade de estudantes como um dos públicos a que o escritor visa. Resta saber, agora, em que condições sociais repousa essa camada do público e como o escritor se envolve com ela. A questão, portanto, pede um enquadramento histórico-sociológico, o qual esboçarei discutindo o nacionalismo literário e a presença do bacharelismo como características fundamentais da vida estudantil no Segundo Reinado. Faz-se necessária uma discussão geral, na forma de "Excurso", sobre a Faculdade de Direito, os estudantes e o gosto literário existente. Feito isso, dou continuidade ao que é específico a Varella e aos novatos.

Excurso:

I. Sobre o nacionalismo literário

Durante o Romantismo, os nossos governantes desejavam formar uma elite verdadeiramente ilustre, a partir do ensino superior.[562] O objetivo era formar os futuros guias, os "ilustrados", a quem a nação recém-independente deveria seguir, ouvir e *ler* especialmente, isso porque em estados nacionais em formação, como o Brasil, quem inventava o nacionalismo era a língua impressa.[563] Dessa forma, no século XIX, especialmente nas

---

[561] Vagner Camilo, "Les enfants sans souci na província: o contexto do riso", in: *Risos entre pares: poesia e humor românticos*, São Paulo: Edusp; FAPESP, 1997, p. 41.

[562] Ver Lilia Moritz Schwarcz, "As faculdades de direito ou os eleitos da nação", in: *O espetáculo das raças*, op. cit., pp. 141-143 e pp. 172-182, e da mesma autora "Um monarca nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia Imperial de Belas-Artes e o Colégio Pedro II", in: *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 126-128.

[563] Para Benedict Anderson, o que é mais importante em relação à língua, e, sobretudo, a língua impressa, é sua capacidade de gerar comunidades imaginadas, isto é, construir solidariedades particulares. Tratá-las apenas como emblemas da condição nacional, ou seja, bandeiras, trajes típicos, danças folclóricas e similares, é não se dar

províncias do Império onde reinavam os centros acadêmicos, como São Paulo, configurou-se a seguinte prática literária: "[...] toda gente trouxe seu poema, conto, crônica ou romance, principalmente os poetas-estudantes";[564] moços muito dispostos a dotar a nova pátria de uma literatura que se adequasse à sua realidade própria, uma literatura que pudesse ser chamada de nacional.

De um lado, os alunos da Faculdade de Direito de São Paulo, a maioria bem nascidos e/ou herdeiros de uma grande fortuna, na posição em que se encontravam, a de estudantes, não tinham acesso ao mando nem às mesmas condições para desfrutar dos privilégios e distinções que possuíam os bacharéis e doutores já formados durante o Império. Por outro lado, mesmo distantes das poderosas carreiras públicas e dos casamentos ricos, os estudantes – através de poemas, contos, crônicas, romances e críticas literárias – alcançariam algum *status* social por meio de agrupamentos criadores que, por sua vez, tinham em seu âmago a mentalidade nacionalista, tão necessária à construção nacional. Nestas condições, os estudantes acabavam desfrutando de uma posição de destaque dentro das relações de dominação no Brasil imperial, sobretudo porque o senso de dever patriótico orientava suas associações literárias, bem como ajudava a fazer a nação ao fazer literatura, conforme vimos em Pessanha Póvoa.

Esses princípios nacionalistas podem ser sintetizados em três principais sentimentos patrióticos:

> [...] (a) desejo de exprimir uma nova ordem de sentimentos, agora reputados de primeiro plano, como o orgulho patriótico, extensão do antigo nativismo; (b) desejo de criar uma literatura independente, diversa, não apenas uma literatura, de vez que, aparecendo o Classicismo como manifestação do passado colonial, o nacionalismo literário e a busca de modelos novos, nem clássicos nem portugueses, davam um sentimento de libertação relativamente à mãe-pátria; finalmente (c) a noção já referida de atividade intelectual não mais apenas como prova de valor do brasileiro e esclarecimento mental do país, mas tarefa patriótica na construção nacional.[565]

Conforme se observa, romantismo e nacionalismo fazem coro em nossa literatura brasileira do século XIX, especialmente naquela produzida pelos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, onde o desenvolvimento de uma atividade intelectual empenhada na

---

conta de que o surgimento do nacionalismo está relacionado, na maioria das ex-colônias, ao desenvolvimento de uma intelectualidade, na maioria formada por jovens, que se entendiam com a missão de construir a nação. Estimulados pelos governos nacionais, impulsionados pelo capitalismo tipográfico (imprensa e mercado editorial), em desenvolvimento ainda, e pelo nacionalismo romântico, uma juventude escolarizada se viu a serviço da construção da consciência nacional. Benedict Anderson, *Comunidades Imaginadas*, op. cit., pp. 73-81 – pp. 165-190.

[564] Antonio Candido, *Formação da literatura brasileira*, op. cit., vol. 2, p. 21.

[565] Antonio Candido, *Formação da literatura brasileira*, op. cit., p. 12.

construção nacional pode ser visto como muito mais do que um projeto intelectual de estudantes desocupados, mas como um programa ideológico que interessava a determinadas instâncias de poder, por sua vez ligadas ao mando imperial.[566] Nessas condições, a Faculdade de Direito de São Paulo ou a de Recife devem ser entendidas como quadros administrativos dentro de relações de dominação do Império.

Indicadas estas questões, passo agora a uma breve caracterização do corpo acadêmico da Faculdade de Direito de São Paulo, visto como um agrupamento criador e, ao mesmo tempo, portador e suporte da mentalidade nacionalista que se espraiou por todo o Romantismo, ainda que houvesse exceções.[567]

Partindo da premissa de que o Romantismo e sua vertente patriótica se expandiram por toda a nação, os estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo deram sua grande parcela de contribuição especialmente entre os anos de 1850 e 1870 quando, segundo Antonio Candido,

> [o] 'corpo acadêmico' se define sociologicamente como um segmento diferenciado na estrutura da cidade, à qual por enquanto se justapõe, sem propriamente incorporar-se, caracterizando-se pela formação de uma consciência grupal própria.[568]

Essa relativa autonomia que o corpo acadêmico cria em relação à comunidade de São Paulo é crucial para o desenvolvimento das formas de sociabilidade intelectuais (associações literárias), bem como de uma nova mentalidade, fundada em princípios estéticos e morais, a maioria trazidos de fora e aclimatados dentro do corpo acadêmico. Apesar de se tratar de jovens estudantes de Direito, segundo Candido a Faculdade de Direito de São Paulo foi importante na segunda metade do século XIX, menos como uma escola de juristas, mas muito mais como

> [...] um meio plasmador da mentalidade das nossas elites do século passado. Bastante deficiente do ponto de vista didático e científico, foi não obstante o ponto de encontro de quantos se interessavam pelas coisas do espírito e da vida pública, vinculando-os numa solidariedade de grupo, fornecendo-lhes elementos para

---

[566] Sobre a administração de D. Pedro II, uma das referências é a síntese de Raymundo Faoro, que vale a pena repassar: "[No Brasil] é o imperador que dá a nota e o tom a toda a época; é o símbolo da pirâmide e de suas camadas; as estratificações tomam-no como ponto de referência – estar perto ou longe da coroa define o prestígio de cada um. Natural é que sua presença se sinta por toda parte, embora não se caracterize num episódio de ficção ou num gesto. Sua sombra projeta-se na vida da sociedade, sem mostrar a fisionomia e os gestos". Raymundo Faoro, *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, op. cit., p. 52 – *interpolação por minha conta*.

[567] É preciso destacar que, segundo Candido, alguns literatos resistiram qualitativamente ao nacionalismo literário, como foi o caso de Álvares de Azevedo; entretanto, isso é outro assunto. Ver Antonio Candido, *Formação da literatura brasileira*, op. cit., pp. 159-172, e também _____. "Cavalgada ambígua", in: *Na sala de aula*, São Paulo: Ática, 2002.

[568] Antonio Candido, *Literatura e sociedade*, op. cit., p. 136.

elaborar a sua visão do país, dos homens e do pensamento.[569]

Nesse sentido, o fato de serem estudantes e estarem relativamente separados da vida prática e cotidiana da província de São Paulo permitiu uma convivência acadêmica e a formação de agrupamentos, caracterizados por ideias estéticas, manifestações literárias e atitudes reunidas sob a insígnia do romantismo. Logo, sociabilidade específica e mentalidade nacionalista são os dois pilares que sustentam o corpo acadêmico, e fazem da Faculdade de Direito de São Paulo a instituição que fornece a base para a sustentação do grupo, das ideias e do sentimento nacional.

Portanto, a literatura romântica difundida pelos estudantes, ainda que sem nenhuma vocação política, prática, não deixava de ser interessada, pois possuía um intuito patriótico:

> [...] Com efeito, a literatura foi considerada parcela dum esforço construtivo mais amplo, denotando o intuito de contribuir para a grandeza da nação. Manteve-se durante todo o Romantismo este senso de dever patriótico, que levava os escritores não apenas a cantar a sua terra, mas a considerar as suas obras como contribuição ao progresso. Construir uma 'literatura nacional' é afã, quase divisa, proclamada nos documentos do tempo até se tornar enfadonha.[570]

Da Faculdade de Direito, vista como núcleo de conhecimentos e habilidades, parte uma das primeiras manifestações da consciência nacionalista necessária ao desenvolvimento ideológico da nação. Romantismo e bacharelismo, juntos, formam os pilares de um Estado que se parece mais com um Estado de juízes, de magistrados, de funcionários de formação profissional jurídica,[571] em que a atividade intelectual e humanista existe ainda como tarefa de estudante.[572]

Excurso:
II. Sobre a presença do bacharel no século XIX: três distintas bases teóricas

Um dos célebres capítulos de *Sobrados e Mucambos*, de Gilberto Freyre, é sobre o prestígio dos títulos de "bacharel" e de "doutor", que cresceu nos meios urbanos e até mesmo nos meios "rústicos" do Brasil, no Segundo Reinado. Envolvidos por suas sobrecasacas e suas becas de seda preta, "vestes quase de mandarins", estes homens, favorecidos pelo *status*,

---

[569] Antonio Candido, *Literatura e sociedade*, op. cit., p. 134 – *grifo do autor*.

[570] Antonio Candido, *Formação da literatura brasileira*, op. cit., p. 12.

[571] Sobre a formação do Estado brasileiro em bases ético-jurídicas, ver Sérgio Adorno, *Os Aprendizes do poder – O bacharelismo liberal na política brasileira*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 78.

[572] Em outro momento ocupei-me dessa discussão tendo em vista a poesia de Fagundes Varella, ver Alexandro Paixão, "Luiz Nicolau Fagundes Varella e a Faculdade de Direito de São Paulo", in: *Escrita e sociedade: estudos de sociologia da literatura*, Clóvis Carvalho Britto e Robson dos Santos (org.), Goiânia: Ed. da UCG, 2008, pp. 13-26.

riquezas e títulos hereditários, ficaram conhecidos como a nova elite política que conduziu o país durante o Império.

Ao depararmos com as "vestes quase de mandarins" mencionadas por Gilberto Freyre, não há como resistir à comparação, pelo menos semanticamente, com a palavra *mandarim* que tantas vezes ocupou lugar de destaque na análise de Fritz Ringer sobre a intelectualidade alemã. Apesar de Freyre referir-se às vestes, caracterizadas por becas e sobrecasacas, a palavra *mandarim*, antes empregada por Max Weber num contexto histórico preciso,[573] comparece em *Sobrados e Mucambos* para caracterizar, assim como fizera Ringer, uma elite letrada que, por sua vez, assumiu prestígio no Brasil graças à passagem pelos bancos da Faculdade de Direito e, consequentemente, à conquista do título de bacharel.[574]

Freyre valoriza a figura do bacharel, não enquanto uma *intelligentzia* – isto é, como um grupo de acadêmicos, cujos objetivos eram mostrar as conexões entre suas experiências e

---

[573] Ver Max Weber, "A instituição estatal racional e os modernos partidos políticos e parlamentos (Sociologia do Estado) § O nascimento do Estado racional", in: *Economia e Sociedade*, op. cit., p. 517.

[574] Para Ringer, quem quisesse ascender socialmente e não fosse nobre na Alemanha, no século XVIII, tinha de começar por adquirir o máximo de instrução com que pudesse arcar. A etapa seguinte à instrução era tentar ingressar numa das burocracias do Estado, no clero, no professorado, ou nos setores da Medicina ou do Direito etc. Em meio a esse cenário intelectual e de ascensão social por meio do funcionalismo público, havia o atraso econômico, tanto que do século XVIII para a segunda metade do século XIX, por volta de 1871, a maior parte da população alemã ainda vivia em comunidades e permanecia indiferente ao ambiente econômico dos grandes centros europeus. Segundo Ringer, estes antecedentes histórico-sociais explicam por que se desenvolveu na Alemanha uma classe média não econômica, por sua vez centrada, de um lado, nas universidades (ala intelectual) e, de outro, no serviço público (ala burocrática): "Assim, acabou surgindo, paralelamente à estratificação tradicional pelo nascimento, uma nova divisão da sociedade com base na profissão e no grau de instrução" (Fritz K. Ringer, *O declínio dos mandarins alemães*, op. cit., p. 31). Havia, portanto, três grupos de elite culta no século XVIII que diferiam entre si em termos de experiência e ideologia: o pastor protestante; o burocrata e o erudito e filósofo idealista. Apesar das diferenças entre eles, a universidade os uniu na medida em que "[...] todos basearam suas aspirações na nova educação superior, e seus ideais pedagógicos eram passíveis de conciliação", resultando desse processo o que Ringer intitula como uma ideologia homogênea das pessoas cultas (Fritz K. Ringer, *O declínio dos mandarins alemães*, op. cit., p. 36). É inspirada nesta síntese operante na obra de Ringer, qual seja, o ensino superior como elemento de estratificação social, que as perspectivas de Gilberto Freyre, Raymond Faoro e Antonio Candido sobre o bacharel no século XIX ganham destaque. Contudo, não pretendo com esta comparação sugerir que a atitude dos mandarins alemães em relação ao Estado e ao ensino não fosse genuinamente alemã, mas teria ocorrido em outras sociedades, como a brasileira, por exemplo. Outrora Jürgen Habermas (*Perfiles Filosófico-Políticos*, Taurus: Col. Ilana Blaj, 1971, pp. 404-413) havia questionado Ringer sobre isso, ou seja, em que medida as teses sobre os mandarins eram em grande parte típicas deles ou se orientações semelhantes predominavam em outras sociedades europeias. A resposta de Ringer é que a classe média instruída da Alemanha constituía um exemplo particularmente padronizado e possivelmente mais generalizado na Europa. Contudo, se isso vale para as Américas ou para a situação brasileira, que estamos estudando, é outra questão. De qualquer modo, e guardadas as proporções, o que importa dizer é que estamos diante de perspectivas que enfatizam o ensino superior como o lugar da excelência, da instrução e do *status* social, que permite a homens, reunidos por sentimentos e atitudes comuns, defenderem determinadas instâncias de poder e se manterem voltados ao ensino, à filosofia e às artes. Quem desejasse ascender socialmente e não fosse nobre na Alemanha precisava adquirir o máximo de instrução. No século XIX, no Brasil, entre o senhor e o escravo, segundo as interpretações de Freyre, principalmente, quem quisesse ascender socialmente deveria buscar, nos limites de uma instituição como a Faculdade de Direito, o máximo de instrução e o memorável título de bacharel, sem os quais não se poderia caminhar pelos tapetes régios do Império.

suas opiniões e atitudes comuns –,[575] mas pela capacidade de introduzir um novo estilo de vida trazido da Europa burguesa direto para as nossas fazendas e para o tímido meio urbano brasileiro. O autor de *Sobrados e Mucambos*, quando descreve os bacharéis, tem em mente tanto os filhos das famílias tradicionais, legítimos e também os ilegítimos dos senhores de engenho ou de fazendeiros de café, como os filhos ou netos de mascates que iam à Europa bacharelar-se, especialmente na Universidade de Coimbra, em Portugal. De lá, comenta Freyre, voltavam todos valorizados pela educação europeia, mesmo os mestiços ou mulatos claros, que, uma vez bacharéis, eram comparados aos filhos das mais velhas e poderosas famílias de senhores de terra do Brasil:

> [...] os bacharéis e doutores formados na Europa tornaram-se [...] um elemento de diferenciação criadora, dentro da integração brasileira que se processava, quase por inércia, em volta das casas-grandes patriarcais. Por um lado, inimigos da aristocracia matuta, a cujos gostos e maneiras dificilmente se readaptavam, por outro lado, encontraram nela, esses bacharéis novos, seus aliados naturais para planos revolucionários de independência política da colônia e até para as aventuras de ação romântica.[576]

O fato é que os filhos dos fazendeiros ou mascates (legítimos ou ilegítimos), os brancos e os mulatos claros, com a instalação dos cursos jurídicos em São Paulo e Olinda,[577] não precisavam mais se bacharelar na Europa, mas podiam encontrar em seu próprio país a educação, baseada na homogeneidade ideológica e no treinamento,[578] algo que precisavam para construir suas carreiras e futuramente a nação. Segundo Freyre, com o advento das Faculdades de Direito, observa-se, gradativamente, que o número de homens formados,

---

[575] A referência continua sendo Fritz Ringer, *O declínio dos mandarins alemães*, op. cit., p. 21.

[576] Gilberto Freyre, *Sobrados e mucambos*, op. cit., p. 716.

[577] Em 31 de agosto de 1826, foi aprovada na sessão da Assembléia Geral Legislativa a instalação dos cursos jurídicos em São Paulo e Olinda. Em 11 de agosto de 1827, o projeto foi submetido ao Senado e transformado em lei. No dia 1º de março de 1828, inaugurou-se solenemente o curso de Ciências Jurídicas e Sociais em São Paulo. Cf. Sérgio Adorno. *Os Aprendizes do poder – O bacharelismo liberal na política brasileira*, op. cit., pp.88-91. Somente em 1855, depois de vários Decretos instituídos pelo Governo Imperial (Decretos - nº 1.134 de 30/03/1853; nº 1.386 de 28/04/1854 e nº 1.568 de 24/02/1885), a antiga denominação da Academia de Ciências Sociais e Jurídicas passou a ser Faculdade de Direito de São Paulo. *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da província de São Paulo seguidos da cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da capitania de São Vicente até o ano de 1876*; coligidos por Manuel Eufrásio de Azevedo Marques e publicados por deliberação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, São Paulo: Livraria Martins Editora S. A., 1942, Tomo I, pp. 251-252.

[578] Cf. José Murilo de Carvalho, *A construção da ordem...*, op. cit, p. 21. Ainda nessa chave, vale destacar que para Alberto Venâncio Filho, em consonância com a tese de Murilo de Carvalho e, guardadas as proporções, a de Gilberto Freyre: "[...] Os cursos jurídicos foram, assim, no Império, o celeiro dos elementos encaminhados às carreiras jurídicas, à magistratura, à advocacia, e ao Ministério Público, à política, à diplomacia, espraiando-se também em áreas afins na época, como a filosofia, a literatura, a poesia, a ficção, as artes e o pensamento social. Constituíram, sobretudo, a pepineira da elite política que nos conduziu durante o Império". Alberto Venâncio Filho, *Das arcadas ao bacharelismo (150 anos de Ensino Jurídico no Brasil)*, São Paulo: Perspectiva, 1977, p. 273.

especialmente em Direito, e à frente da administração das províncias e das maiores responsabilidades políticas e do governo brasileiro, aumentou:

> [...] o prestígio do título de 'bacharel' e de 'doutor' veio crescendo nos meios urbanos e mesmo nos rústicos desde os começos do Império. Nos jornais, notícias e avisos sobre 'bacharéis formados', 'doutores', e até 'senhores estudantes', principiaram desde os primeiros anos do século XIX a anunciar o novo poder aristocrático que se levantava, envolvido nas suas sobrecasacas ou nas suas becas de seda preta, que nos bacharéis-ministros ou nos doutores-desembargadores, tornavam-se becas 'ricamente bordadas' e importadas do Oriente. Vestes quase de mandarins. Trajos quase de casta. E esses trajos capazes de aristocratizar homens de cor, mulatos, 'morenos'.[579]

Os trajes aristocratas de que fala Freyre são as becas e sobrecasacas dos bacharéis e também as fardas do exército, vestimentas que simbolizam as insígnias de autoridade e de mando – instrumentos de poder e elemento de força –, que até então tinham sido vestidas somente por brancos, como se fosse um privilégio de uma "casta superior", uma "raça pura". A alteração da fisionomia dos novos bacharéis, todavia, fez com que os trajes tradicionais passassem a ser ajustados às feições dos filhos ilegítimos e mulatos claros que estavam assumindo postos de autoridade ou comando no país.

> [Aquele] que não dispunha de protetores políticos para chegar à Câmara nem subir à diplomacia; que estudara ou se formara, às vezes, graças ao esforço heroico da mãe quitandeira ou do pai funileiro; a ascensão do bacharel, assim, se fez, muitas vezes, pelo casamento com moça rica ou de família poderosa. Diz-se de alguns moços inteligentes, mas pobres ou simplesmente remediados, que não foi de outro jeito que chegaram a deputado às cortes e a ministro do Império.[580]

Observa-se no Brasil que a expectativa de oportunidade de ascensão social, especialmente dos mais pobres, tinha de passar pelos bancos das Faculdades de Direito, por exemplo, deixando a impressão de que, após se diplomarem nos cursos jurídicos, a etapa seguinte seria os casamentos afortunados ou a proteção pelos que já estavam no poder.

Raymundo Faoro, a partir de outras bases teóricas, também deu destaque ao bacharel, não enfatizando tanto os diplomados em Direito, mas caracterizando-os como um tipo social de uma época, uma figura que "[...] está em toda parte: político, jornalista, orador, advogado profissional, empregado público. Domina-o uma auréola superior, de aspirante credenciado à mão de uma herdeira rica ou a uma cadeira do parlamento".[581] Havia, na verdade, duas "classes" de bacharéis, sintetiza: a primeira é dos bacharéis herdeiros das famílias patriarcais,

---

[579] Gilberto Freyre, *Sobrados e Mucambos*, op. cit., p. 722.

[580] Gilberto Freyre, *Sobrados e Mucambos*, op. cit., p. 722 – *interpolação por minha conta*.

[581] Raymundo Faoro, *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, op. cit., p. 326.

mas sem vocação e sem clientes, conforme se destaca:

> [...] Dotados do emprego suave de não fazer nada, o diploma, para eles, é uma relíquia. São membros da classe proprietária, filhos de rendas permanentes e do ócio. O canudo não lhes servia para ganhar pão; mas marcava-os de muitos impedimentos. O status que o título lhes assegurava não lhes permitia especular na praça [...]. Só se abriam, com honra, ocupações elevadas, nas quais estivesse ausente o trabalho braçal, o contato com o balcão ou a proximidade da oficina. A sociedade lhes fixava, em abstrato, um papel, que não seria impunemente esquecido, ignorado ou desdenhado.[582]

Já à segunda classe pertence "o bacharel sem dinheiro ou não opulento [que] está no mundo com muitas estradas abertas diante de si, iludido com suas possibilidades, que supõe infinitas".[583] Na verdade, ausentes a herança e/ou o nascimento afortunado, aos bacharéis pobres estavam reservados o casamento rico, o favorecimento e a proteção política, considerados, por Faoro, elementos necessários para se desfrutar de uma situação privilegiada numa classe superior ou no "estamento" vigente. Um bom exemplo desse processo de ascensão são as "ninhadas que saem de São Paulo e Recife" a cada ano com o objetivo de encontrar asilo em alguma burocracia do Segundo Reinado.[584]

Os bacharéis afortunados, ainda na juventude, gozavam dos rendimentos financeiros e do *status* social que um cargo público oferecia. Já aos desamparados de fortuna, influência política e noivas ricas, sempre restava a oferta de emprego em algum ramo da burocracia patrimonial.

Dentro dessa perspectiva, abro um pequeno parêntese para chamar atenção a respeito dos exemplos de bacharéis que tivemos neste trabalho: começo destacando o escritor José de Alencar como aquele que pertence à categoria do bacharel filho das grandes heranças, que frequentou a Faculdade de Direito de São Paulo e granjeou na juventude a estima de importantes líderes políticos, como Eusébio de Queiroz. Enquanto Manuel Antonio de Almeida é o tipo bacharel desafortunado, iludido e com poucas oportunidades, não tendo conhecido fortuna por conta da morte precoce. Quanto a Varella, veremos, trata-se de um herdeiro das grandes heranças, estudante da Faculdade de Direito, mas, por uma série de fatores que ainda iremos apresentar, terminou sendo vítima da má sorte, assim como foi Manuel Antonio de Almeida. Por fim, temos os outros dois exemplos de bacharéis, e que advêm dos nossos leitores, Haddock Lobo e Victorio da Costa: trata-se de emigrantes

---

[582] Raymundo Faoro, *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, op. cit., p. 327.

[583] Raymundo Faoro, *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, op. cit., p. 327 – *interpolação por minha conta*.

[584] Ver Raymundo Faoro, *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, op. cit., p.327.

portugueses que ascenderam socialmente graças ao predomínio comercial associado ao estamento-escravista, resultando nos privilégios de uma camada de homens livres e instruídos. Eles representavam uma espécie de "classe média em gestação" e da qual advinha, vale destacar, uma parcela do público literário de Alexandre Dumas e dos nossos dois escritores-bacharéis (Alencar e Almeida). Como vemos, o tipo bacharel (o patriarcal e o caixeiral) advém dos altos e médios estratos sociais do Segundo Reinado, cujos traços de realidade são notórios nos exemplos de escritores e públicos aqui presentes.

Retomando: dos bancos das Faculdades à obtenção do título de bacharel, o que se observa no Brasil é que toda uma classe de homens estava destinada a desfrutar de uma posição social como funcionário público, almejando principalmente as profissões de magistrado, promotor ou médico, por sua vez as mais rentáveis do século XIX até meados do XX.[585] Contudo, enquanto o prestígio do diploma não era uma realidade, enquanto os prazeres e regalos dos casamentos ricos não aconteciam, parece-me que saber das moças e dos régios tapetes somente por meio das metáforas não incomodava um grupo formado por "senhores estudantes de Direito",[586] onde encontramos Fagundes Varella. Parece-me que ser homem e estudante, no Segundo Reinado brasileiro, foi tão importante quanto ser bacharel com diploma, especialmente num país onde a formação da literatura e a "mocidade" andavam juntas.

Em se tratando da literatura, ou melhor, do Romantismo e dos estudantes, a síntese operante vem, mais uma vez, do ensaio de Antonio Candido e versa que, estando esses jovens escritores distantes do prestígio do diploma e incapazes de dar saltos rumo aos arautos do Império, contentavam-se com uma única missão: conquistar uma posição social, não ocupando os cargos mais representativos do país, mas fazendo a nação ao fazer literatura.

Já vimos que os nossos estudantes de direito, os futuros bacharéis, são os precursores do que ficou conhecido como o agrupamento criador romântico, isto é, um movimento literário, ao mesmo tempo político e social, interessado não apenas nas mudanças de gênero e

---

[585] Os dados abaixo, organizados por Marisa Lajolo e Regina Zilberman, em *Formação da leitura no Brasil*, São Paulo: Ática, 1999, p.311, demonstram os diferentes rendimentos entre distintas profissões, ilustrando também o discrepante rendimento entre a renda de um professor e de um magistrado a partir de 1820:

Renda do magistrado	6:800$
Renda do médico	2.000$
Renda do advogado	2:000$
Renda do professor	1:000$

[586] A expressão é de Gilberto Freyre, *Sobrados e mucambos*, op. cit., p. 730.

na revisão das normas clássicas da literatura, mas também no questionamento da estrutura político-econômica vigente (o sistema escravocrata), na introdução de novos ideais nacionais e culturais, bem como na formação de um novo gosto, por sua vez gestado, segundo Antonio Candido, pelo Estado e pelos grupos dirigentes:

> O Estado e os grupos dirigentes não funcionavam, porém, apenas como patronos, mas como sucedâneo do público; público vicariante, poderíamos dizer. Com efeito, na ausência de públicos amplos e conscientes, o apoio ou pelo menos o reconhecimento oficial valeram por estímulo, a apreciação e retribuição da obra, colocando-se ante o autor como ponto de referência.[587]

Um resumo para concluir o *excurso*: as expectativas dos círculos dirigentes para com seus jovens do sexo masculino eram únicas: o sucesso com o bacharelado, com a carreira pública e, faltando os dois primeiros, restava o casamento rico. Eis, portanto, as expectativas de uma camada social e a imagem que construiu sobre os novatos. Na verdade, estabelecer esta imagem para o jovem brasileiro era muito importante numa nação jovem, recém-independente, governada por um moço de quinze anos, D. Pedro II, e que parecia ter encontrado na barba uma maneira de esconder sua meninice.[588] A ideia de juventude que se fixa no século XIX, no Brasil, funciona como uma ideologia bastante adequada aos novos interesses da elite brasileira que, investindo numa jovial cultura bacharelesca e livresca, pretendia formar uma nação de homens de vinte e trinta anos que pudessem ir contra os antigos interesses das oligarquias agrárias, para as quais o prestígio mítico da velhice era um princípio.[589] E não somente isso, a ideia do jovem, reforçando o que vimos também sobre os jovens caixeiros no primeiro capítulo, está inscrita dentro da lógica patriarcal do mando, das influências e dos arranjos (favor), da submissão dos mais moços pelos mais velhos, privilegiando meninos emigrantes, mas, sobretudo, estudantes novatos, também conhecidos como os filhos das grandes famílias, como era Alencar e também Varella, exímios exemplares de jovens brasileiros:

> O jovem brasileiro (falo naturalmente do filho de família de alta posição social) depois de deixar o colégio entra para a Academia Médica, ou, se tem inclinação guerreira, torna-se um aspirante ou um cadete, ou possivelmente entra para o Seminário de S. José. Se tem vocação para o direito, é mandado para a Escola de Direito, de S. Paulo ou Pernambuco. O jovem brasileiro não aprecia coisa nenhuma que seja vulgar, prefere ter uma fita dourada em volta de seu boné, um alto salário

---

[587] Antonio Candido, *Literatura e sociedade*, op. cit., p. 76.

[588] Gilberto Freyre, *Sobrados e mucambos*, op. cit., p. 197. Ver também Lilia Moritz Schwarcz, "O grande imperador", in: *As barbas do imperador*, op. cit., p. 91.

[589] Gilberto Freyre, *Sobrados e mucambos*, op. cit., p. 199.

> garantido, aos cuidados e trabalhos do escritório. [...] O brasileiro de 25 anos é um requintado. Veste-se pela última moda de Paris, usa uma bela bengala, seus cabelos são mais macios [...], seus bigodes irrepreensíveis, seus sapatos do modelo mais vistoso e do menor tamanho, seus diamantes brilhando e seus anéis excepcionais [...]. O seu tema de conversação pode ser a ópera, o próximo baile, ou alguma jovem dama cujo pai tenha muitos *contos de réis* [...]. Alguns poucos tornam-se belos eruditos, e são, em maior número do que se pensa, bons leitores de boas obras [...]. O interesse que os brasileiros, com D. Pedro II à frente, estão atualmente manifestando pelas sociedades cultas, – cujos membros são recrutados nas próprias classes, acima mencionadas [...].
> Não deve pensar o leitor que o brasileiro assim descrito não é retrato da grande maioria dos cidadãos do Império, porque apenas representa as classes altas geralmente encontradas nas cidades. Há exceções, porém a mesma religião e o mesmo modo de pensar deram, em maior ou menor grau, certa semelhança a todos os que constituem as mais altas camadas da sociedade, donde provêm os magistrados, os funcionários, os diplomatas e os legisladores.[590]

A síntese vem de dois viajantes e missionários ingleses que estiveram no Brasil, entre 1831 e 1865, e definiram a juventude brasileira da segunda metade do século XIX com essas características apresentadas. O que se conclui disso tudo é que se tratava de uma tendência, dentro dos círculos dirigentes, de defender um estilo de vida marcado pela juventude, pelos livros e pelos mecanismos do favor, a que um tipo como o do escritor José de Alencar pareceu corresponder perfeitamente, seguindo pelo caminho que as tradições nacionais estabeleceram para os jovens bacharéis.

No entanto, esta imagem do jovem brasileiro criado por uma elite no poder não era um único padrão estabelecido no século XIX. Na verdade, outros padrões ou disposições socialmente constituídas eram também ditados, embora não rigorosamente pelas famílias, mas por outro grupo social, formado somente por novatos, com destaque para a comunidade de estudantes. Adianto que Varella atenderá às expectativas desse segundo grupo, pois não desfrutará do casamento rico, nem alcançará uma carreira no funcionalismo público do Império, distanciando-se, agora, de Alencar e de qualquer outro novato bem-sucedido no Brasil Oitocentista.

* * *

Na Faculdade de Direito de São Paulo dominava o corpo acadêmico, que estabelecia regras sociais, gostos artísticos, ideais, bem como aceitavam alguns excessos socialmente reprovados fora dali, como a bebedeira e a vadiagem. Na verdade, os excessos da boemia não eram somente aceitos, como bem-vindos, pois serviam para justificar o sentimento de diferenciação em relação aos tipos sociais da cidade de São Paulo, como o padre, as mulheres

---

[590] P. Kidder e J. C. Fletcher, *O Brasil e os brasileiros (Esboço Histórico e Descritivo)*, 1º vol., São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1941, p. 202 – *grifos dos autores*.

de mantilha, as famílias dos sobrados e das casas térreas etc.

Segundo Antonio Candido, os padrões sociais previam que, ao se formarem, os estudantes seriam "[...] proprietários, comerciantes, advogados, magistrados, funcionários, deputados – isto é, daquilo que seriam depois do curso, depois de casados, compadres, pais de família, liberais ou conservadores, almoçando às 8, jantando às 3, ceando às 7, dormindo às 9".[591] Porém, enquanto isso não acontecia, todos, por estarem longe das fazendas e dos sobrados patriarcais, longe dos pais, longe da vida prática e também diferenciados em relação à sociedade paulistana, acabavam nutrindo tipos excepcionais de comportamento.

Daí a boemia, a rebeldia, os excessos, a vadiagem, a malandragem dos estudantes que, imbuídos pelo romantismo da época, configuram um tipo social de jovem brasileiro, que generalizamos como os "novatos". Mas, por serem tais novatos na sua maior parte uma espécie de escritores, mesmo "que pela vida afora nunca mais ia abrir um livro de ficção ou de poesia",[592] nós os chamaremos também de estudantes-escritores: era um tipo também afeito à literatura irônica e satírica e a sentimentos como a melancolia, o humor negro, o sarcasmo etc. Tais características definiam um tipo social específico de estudante-escritor, que era ao mesmo tempo autor e público.

Era, portanto, na comunidade de estudantes que se produzia e se consumia a literatura, haja vista que nas repúblicas dos alunos se reuniam os escritores e também se constituía o público literário da época:

> [...] No século passado, os estudantes de São Paulo tiveram este privilégio pouco vulgar no Brasil de então: saída certa para a sua atividade intelectual. Imagine-se o estímulo que decorria, devido à ressonância entre os colegas, espécie de auditório ou conjunto permanente de leitores, cuja opinião formava pedestal para a evidência das obras na comunidade e eventualmente no país.
> Finalmente, o corpo acadêmico estudantil fornecia a crítica, a sistematização das apreciações impressionistas, a tentativa de interpretar o significado das obras.[593]

Assim, o corpo acadêmico da Faculdade de Direito era tanto o lugar dos estudantes-escritores quanto fornecia a eles o público, definia a crítica e também estabelecia o gosto literário de uma época, tudo isso na medida em que era o criador e, ao mesmo tempo, o leitor da literatura existente. O gosto literário estabelecido no período ficava por conta das diferentes vias românticas – como o satanismo e o ultrarromantismo –, presentes nos escritos de todo e qualquer estudante-escritor, embora mereçam destaque aqueles que se consagraram

---

[591] Antonio Candido, *Literatura e sociedade*, op. cit., pp. 135-136.
[592] Antonio Candido, *Literatura e sociedade*, op. cit., p. 138.
[593] Antonio Candido, *Literatura e sociedade*, op. cit., p. 139.

dentro da Faculdade de Direito e parecem ter preparado o público para Varella. Trata-se de Álvares de Azevedo, Bernardo Guimarães e Aureliano Lessa, que fascinaram muitas gerações de acadêmicos-literatos da Faculdade de Direito, a partir de 1850, construindo um ambiente literário do qual se valeu Varella, em partes, para produzir sua literatura.[594] Por outras palavras, quando Varella chegou a São Paulo, a literatura byroniana, de tonalidade irônica e satírica, que escolherá para se exprimir já tinha um legado próprio, já era uma tendência entre os estudantes.[595] Isso significa que nosso estudante-escritor não formou esse público, mas dele se valeu para se consagrar entre os estudantes, futuros bacharéis.

Dito isso, considero que já existem estudos suficientes sobre esses escritores que antecederam e prepararam o caminho para a literatura de Varella, importando ressaltar, agora, que Varella não somente operou uma apropriação da literatura que o antecedeu, conforme aponta Antonio Candido, mas também se favoreceu do público formado por ela. Primeiro porque, antes da crônica de jornal, Varella tornou-se um poeta conhecido dentro da comunidade de estudantes; segundo, com a saída para a crônica de jornal, imagino que seu legado não tenha desaparecido, tanto que continuou comunicando-se com esses leitores em potencial da Faculdade, fosse adotando um pseudônimo que os estudantes-escritores conheciam (Smarra, do conto romântico de Nodier), fosse através do estilo satírico e da prática retórica, com o benefício da ironia, que adotou no folhetim de domingo, fosse o entusiasmo nacionalista por detrás da crítica ao estrangeirismo. E recorde-se que essa estrutura estilística era própria de uma literatura que satisfazia o gosto literário dos estudantes, e Varella sabia disso, tanto que a empregou em sua crônica-folhetim, reafirmando o interesse por determinados destinatários.

3.3.1.1. Fagundes Varella: estudante-escritor

Varella matriculou-se no primeiro ano do curso jurídico em 1861 e o abandonou no quarto ano, em 1866, quando faltavam alguns meses para concluir o bacharelado. O estudante-escritor deixava a Faculdade e atrás de si um legado de produção de poesia, sustentado pela existência de um público dentro do corpo acadêmico. Enquanto permaneceu

---

[594] Ocupei-me dessa questão das fontes de Fagundes Varella em Alexandro Henrique Paixão, *A fusão dos contrários*..., op. cit., pp. 20-25.

[595] Cf. Antonio Candido, *Formação da literatura brasileira*, op. cit., pp. 151-152, p. 160, p. 170, p. 181 e p. 212; _____, *Literatura e sociedade*, op. cit., p. 141. Sobre a ironia e a sátira byroniana ver Cilaine Alves Cunha, *Entusiasmo Indianista e Ironia Byroniana*, op. cit., 2000; _____, *O belo e o disforme: Álvares de Azevedo e a ironia romântica*, São Paulo: Edusp-Fapesp, 1998, e Vagner Camilo, *Risos entre pares*, op. cit., 1997.

na comunidade estudantil, sua poesia, pode-se dizer, fora gestada pelas associações literárias e pela imprensa local. Mas ao deixar o curso, o escritor tentou comunicar-se com esse público, tanto que adota em sua crônica elementos, tais como o estilo literário e palavras-chave, que podiam ser reconhecidos por determinadas camadas do público, como os estudantes: o estilo fica por conta da sátira; as palavras-chave, por conta do vocabulário da retórica, da referência à filosofia, aos livros e mesmo aos valores patriarcais expostos nas crônicas de domingo, pois não podemos esquecer que, além do mesmo gosto literário, os estudantes compartilhavam as origens patriarcais, conforme vimos nos *excursos*.

Estamos em 1866, ano em que Varella, com o pseudônimo Smarra, aparece substituindo Alfredo Cramer na redação do *Correio Paulistano*. E esse pseudônimo funcionará como uma espécie de símbolo entre dois universos literários: a poesia e a prosa; entre dois espaços de sociabilidade e instâncias de poder: a Faculdade de Direito e a imprensa periódica (ligada não a um periódico acadêmico, mas à propriedade individual, à tipografia, à redação, aos jornalistas do *Correio Paulistano*, à sociedade paulistana de um modo geral e não mais ao corpo acadêmico); entre dois públicos: a comunidade de estudantes e a sociedade paulistana.

3.3.1.2. Pseudônimo

Demorou quase um século para que os pesquisadores chegassem a uma conclusão sobre Smarra, o pseudônimo adotado por Varella nas crônicas do *Correio Paulistano*. Foi Vicente de Paulo Vicente de Azevedo, na década de 1970, o primeiro estudioso do escritor a estabelecer uma relação entre Smarra e Varella, mesmo diante de algumas incertezas.[596] Entretanto, sabe-se que Fagundes Varella vivia em São Paulo nessa época[597] e que compôs a lista dos 159 nomes de escritores que fizeram parte da redação e colaboração do *Correio*

---

[596] *Fagundes Varella, Dispersos e pela primeira vez em livro – poesia – prosa*; coleção, apresentação e notas de Vicente de Paulo Vicente de Azevedo, São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1970, p. 7. Em outro momento ocupei-me desta questão, qual seja, estabelecer a relação entre Varella e o pseudônimo Smarra. Apesar de não ter encontrado testemunho, nem documentos oficiais, pude avançar com a questão através de novos elementos, como uma carta de Varella a um dos redatores do *Correio* nesta época, o senhor Ignácio Achilles Betholdi. Ver Alexandro Paixão, *A fusão dos contrários*... op. cit., pp. 69-74. O assunto aparece também em: Leonardo Fróes, *Nossa história*, Anno 1, n° 8, junho de 2004, p. 68, e Israel Souza Lima. *Bibliografia dos patronos: Fagundes Varella e França Junior*, Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2003, p. 168.

[597] Conta-nos Spencer Vampré que, em 1866, Fagundes Varella "se acha matriculado no quarto anno, sob n. 51, mas já então se ausentara de S. Paulo". Spencer Vampré. *Memórias para a história da Academia de São Paulo*. São Paulo: Livraria Acadêmica Saraiva e Cia-Editores, 1924, vol. II, p. 151. Oficialmente, sabe-se que Varella se matriculou em 1866, conforme afirma Vampré, mas não se sabe qual destino tomou depois. Varella foi encontrado em Rio Claro-RJ, sua cidade natal, somente no início do mês de março de 1867, quando se casou com sua prima no dia 10. Israel Souza Lima. *Bibliografia dos patronos: Fagundes Varella e França Junior*, op. cit., p. 27.

Paulistano entre 1854 e 1904.[598] Diante dessas evidências, torna-se aceitável a hipótese de Vicente de Azevedo. Em relação aos motivos que levaram Varella a adotar como pseudônimo o personagem Smarra – do conto *Smarra, ou les démons de la nuit* (1821), de Charles Nodier –, não temos nenhuma prova cabal. Mas podemos fazer deduções: o uso de pseudônimos era lugar-comum na literatura; apesar disso, podia ser uma maneira de os escritores serem identificados por seus leitores e amigos, já que quase sempre usavam nomes advindos de obras de escritores conhecidos.[599] Nesse caso, pensando nos antecedentes de Varella, Smarra funcionava como uma palavra-chave, uma pista, um símbolo de que sob aquele pseudônimo estava, se não outro estudante-escritor, pelo menos um admirador da poesia romântica.

E não somente isso: Nodier ficou conhecido no Brasil por seus contos fantásticos, que fizeram escola na Faculdade de Direito através de Álvares de Azevedo, mas também de Fagundes Varella, que publicou contos ao estilo Charles Nodier no *Correio Paulistano*: "As ruínas da glória" (*Correio Paulistano*, 10, 11, 12, 13 e 15 de outubro de 1861); "Éster" (*Correio Paulistano*, 16, 17, e 18 de outubro de 1861); "Iná" (*Correio Paulistano*, 20 e 22 de outubro de 1861); "As bruxas" (*Correio Paulistano*, 26 e 29 de outubro de 1861); "A guarida de pedra" (*Correio Paulistano*, 30 e 31 de outubro e 1 e 5 de novembro de 1861).[600] Como vemos, a opção pelo pseudônimo pode estar fundada nessa admiração pelo gênero-conto característico de Nodier. Mas não apenas isso, pois Charles Nodier também era conhecido por atacar uma espécie de estilo misto de poesia, que ele chamava de estilo "topográfico": tratava-se da mistura da lírica com descrição histórica que punha fim à imaginação poética, bem como manchava a eloquência, quinhão da poesia.[601] Era algo como ter a imaginação limitada pela necessidade de buscar o referencial, o descritivo dentro da lírica, sendo tudo isso resultado de um processo de mudança que a literatura vinha sofrendo desde o fim do século XVIII, cujo ápice é a lírica de Baudelaire.[602] Nodier é um dos escritores românticos que pareceu lutar por uma espécie de autenticidade da imaginação contra a escrita referencial, descritiva, tida agora como a mais verdadeira. Para ele, a verdade não estava na descrição,

---

[598] Não apresento a relação nominal aqui, mas ela consta no trabalho de Alberto Sousa, "Annexos", in: *Memória histórica sobre o Correio Paulistano*, São Paulo: Typographia a vapor. Rosenhain e Meye, 1904, pp. 73-78.

[599] Cf. Gérard Genette, "Le nom d'auteur: pseudonymat", in: *Seuils*, Paris: Éditions du Seuil, 1987, p. 47.

[600] Tratei dos contos fantásticos durante a monografia de bacharelado. Ver Alexandro Paixão, *O último arcanjo revel: a prosa poética de Fagundes Varella*, 2001, 110 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília-SP, 2001.

[601] Charles Nodier, "Littérature moderne: du style topographique – fragment", in: *Revue de Paris*, Tome IV à VI, 1829, vol. II, Genève: Slatkine Reprints, 1972, pp. 242-243.

[602] Cf. Walter Benjamim, *Obras escolhidas III – Charles Baudelaire...*, op. cit, p. 23.

mas na poesia e na eloquência.[603]

Até participar da redação do *Correio Paulistano* como cronista, a poesia era *a única verdade* de Varella, para usar uma expressão de Nodier. Nesse sentido, parece-me bastante sugestivo o escritor escolher, no momento em que atua na imprensa local, um pseudônimo advindo de um escritor conhecido por suas investidas contra o fim da lírica, contra a mistura da lírica com o universo referencial do jornal. Evocar Nodier, portanto, era quase um manifesto pessoal contra a entrada do escritor no universo da escrita periódica, própria do jornal, e que vinha, acima de tudo, impor alguns limites à atuação de Varella como um poeta da Faculdade de Direito. A escolha do pseudônimo Smarra, portanto, é um atestado da mudança de gênero literário, um símbolo e um testemunho astucioso do escritor para os seus leitores de que deixava a lírica para escrever crônica do dia no jornal de domingo.

Outro motivo para o pseudônimo seria a busca de anonimato. Acerca disso vou apontar duas explicações: a primeira baseia-se no pseudônimo como uma espécie de proteção ao escritor, na medida em que a crônica representaria a opinião do jornal e não de Varella; a segunda podia ser uma espécie de indício, uma marca diante da mudança de capital simbólico, um vestígio do deslocamento do universo sublime da poesia para o mundo prosaico e destituído de fascínio da crônica-folhetim, por exemplo. Nesses termos, deduzo que a primeira explicação não faz muito sentido, afinal a cidade de São Paulo não era tão povoada a ponto de um escritor de jornal conseguir manter-se anônimo; além disso, o círculo dos estudantes-escritores ao qual pertencia Varella também era restrito; logo, imagino que sua participação na imprensa não passaria despercebida. Contudo, se o uso desse pseudônimo teve algum efeito naquela época, seja como anonimato ou símbolo da mudança de gênero, isso não podemos saber. O que sabemos é que a escolha do pseudônimo Smarra é cheia de significados, oblíqua, insinuante e parece alicerçada nessa passagem entre a poesia e a prosa – uma mudança de gênero literário, mas também um sintoma da busca pela sobrevivência do escritor dentro do sistema literário brasileiro, conforme ainda veremos em sua biografia.

Antes de passarmos à biografia do escritor, porém, é importante dizer que não se trata aqui da conversão do capital simbólico em capital econômico por conta da origem mais humilde,[604] visto que esse argumento não se aplica a Varella, oriundo de uma família de barões, por parte da mãe, e de doutores e bacharéis (funcionários públicos do Império), por

---

[603] Cf. Charles Nodier, "Littérature moderne: du style topographique – fragment", op. cit., pp. 242-243.
[604] Cf. Pierre Bourdieu, *As regras da arte*, op. cit., p. 295.

parte do pai.[605] Trata-se de um escritor herdeiro dos círculos dirigentes.[606] Nem sempre a origem social e familiar de um homem pode explicar sua tomada de posição frente à vida e à arte, mas convém problematizar isso. Nesse sentido, é preciso conhecer um pouco mais da biografia de Varella para matizar essa questão sociológica, que interferiu na sua produção literária e no seu público leitor.

3.3.1.3. Fagundes Varella, a imprensa e o comércio literário

Varella colaborou na redação do *Correio Paulistano* durante dois anos, retomando a carreira de poeta em 1869, com os livros *Cantos Meridionais* e *Cantos do ermo e da cidade*.[607] Uso o termo "carreira", na medida em que Varella pode ser considerado uma espécie de escritor em processo de profissionalização. Trata-se, na verdade, de uma gênese do comércio literário em São Paulo, que contou com a participação do escritor: desde 1861, Varella esteve envolvido com uma espécie de mercado literário, pois publicou um primeiro livro de poesias intitulado *Noturnas* (1861), editado e comercializado pela Tipografia Imparcial, dos donos do *Correio Paulistano*; depois saíram *Vozes d'América* (1862), *O Estandarte Auriverde* (1863), ambos pela Tipografia Imparcial, e *Cantos e Fantasias* (1864), pela Casa Garraux. A título de ilustração, devo dizer que *Vozes d'América* e *Cantos de Fantasias* foram recebidos pela crítica de Machado de Assis, que naquele momento ainda não era um escritor conhecido no Rio de Janeiro e, portanto, sua crítica não implicou uma espécie de consagração do escritor,[608] embora represente uma testemunha de leitura de sua poesia, assunto para outro trabalho.

Partindo dessas ponderações, podemos afirmar que Varella teve sua obra poética gestada dentro e fora da faculdade e também na capital do Império, com Machado de Assis;[609] entretanto, isso não pareceu suficiente para evitar sua saída do corpo acadêmico e a entrada na

---

[605] Sobre o avô de Fagundes Varella, um dos lentes da Faculdade de Direito de São Paulo, sua biblioteca particular, antigo assunto de Jorge de Souza Araújo (*Perfil do leitor colonial*, 1999), foi recuperada recentemente no trabalho de Marisa Midori Deaecto, "Leituras", in: *O império dos livros: Instituições e Práticas de Leitura na São Paulo Oitocentista*, São Paulo: Edusp; FAPESP, 2011, pp. 149-172.

[606] Edgard Cavalheiro, *Fagundes Varella*, São Paulo: Livraria Martins, s/d, pp. 15-19.

[607] Em outro momento ocupei-me de um dos poemas de *Cantos Meridionais*. Ver Alexandro Henrique Paixão, "A roça pitoresca de Fagundes Varella", op. cit., pp. 193-203.

[608] Agradeço ao prof. Guilherme Simões Gomes Junior a observação dessa questão.

[609] Durante o primeiro semestre de 1866, o leitor de Machado de Assis pode encontrar nas folhas do jornal *Diário do Rio de Janeiro* diversos ensaios críticos sobre a obra de alguns escritores brasileiros, entre eles Fagundes Varella. Ver Machado de Assis, *Obras completas*, op. cit., pp. 60-113.

redação do jornal por motivos que precisamos conhecer: a mudança de capital simbólico decorreu de problemas financeiros e pessoais que o poeta vivenciou na época, o que o particulariza em relação a outros jovens brasileiros oriundos da elite: nem casamento rico, nem uma carreira no funcionalismo público; Varella passou muito longe das expectativas dos círculos dirigentes para rapazes teoricamente como ele, mesmo tendo adotado o *ethos* do novato e do bacharel.

Sua trajetória é bastante peculiar e para apresentá-la tomarei como ponto de partida aquilo que Marisa Lajolo e Regina Zilberman escreveram especificamente sobre ele: escritor romântico, tal como ocorreu com Garret, não teria experimentado a dificuldade de viver cotidianamente com pouco dinheiro, bem como nunca teria dependido de sua produção literária para sobreviver.[610] Pensando nisso, até concordo que em alguns momentos de sua poesia e em diversos contos fantásticos a condição de poeta maldito e desafortunado – tanto na voz do eu lírico quanto na do narrador – não passa de figuras imaginárias sobre a pobreza e a banalização da poesia, que permitem compreender Varella ou outros escritores de sua época na chave interpretativa das tópicas literárias. Se nos voltarmos para sua biografia e fizermos algumas mediações necessárias, contudo, veremos que a publicação de seus livros de poesia e seu envolvimento na imprensa paulistana podem estar relacionados à sua dificuldade de sobreviver.

Entre 1859 (quando se matricula no curso preparatório da Faculdade) e 1862, Varella torna-se conhecido entre os estudantes, visto que colabora em diversas revistas acadêmicas, entre elas a *Revista Dramática* e a *Revista da Associação Recreio Instructivo*, já destacadas, e publica seu primeiro volume de poesia (*Noturnas*) pela tipografia dos donos do *Correio Paulistano*, no qual também saem seus contos fantásticos citados anteriormente. O ano de 1861 é marcado, além de sua estreia literária, pela entrada na vida adulta, pois Varella pede autorização para seu pai – o Sr. Emiliano Fagundes Varella – para se casar com Alice Guilhermina, filha de um dono de circo (Circo Equestre Ginástico) em temporada na capital da província.[611] Com Alice muda-se junto com o circo para Sorocaba, perde o primeiro ano de

---

[610] Cf. Marisa Lajolo e Regina Zilberman, *O preço da leitura*, op. cit., pp. 77-81.

[611] Cito apenas o fragmento de uma das cartas: "Hoje recebi a vossa carta que me surprehendeu pelo objecto de que se ocupa. Não sou fatalista, por qº. a religião me prohibe, mas estou convencido que Ds vê tudo o q há de aconteccer. Por tanto, não se podendo elle enganar, isso há de accontecer, assim pois só costumo empregar meios q. tenhão a probabillidº. de eficacia, para obstar ou prevenir os acontecimentos. Assim pensando e á vista da vossa carta, *como meu filho não me consulta*, antes sente q eu seja o único obstaculo a seu intento, não carrego com a responsabillidº das consequências [...] Emilianno Fagundes Varella". Trata-se de uma carta em resposta, não a Varella, mas ao Vigário Capitular que precisava da autorização do Sr. Emilianno para casá-lo. Israel Souza Lima, *Biobibliografia dos patronos: Fagundes Varella e França Junior*, op. cit., p. 140 – *redação original e grifo meu*.

faculdade, mas retorna no seguinte para o curso em São Paulo, com Alice grávida de três meses. Não tendo dinheiro para manter a vida de casado, como despesas para o aluguel, são despejados dos inúmeros endereços que alugaram na cidade. Levado pela dificuldade de sobreviver e de sustentar a família, Varella põe-se a escrever e tenta publicar mais um volume de poemas. Estamos em 1862 e sai pela Tipografia Imparcial *O Estandarte Auriverde*, cujos rendimentos chegam à casa dos quinhentos réis o exemplar. Entretanto, essa quantia parece insuficiente, tanto que nos contam os biógrafos que Varella e Alice, prestes a ganhar o bebê, vivem à custa dos amigos, dividindo espaços em repúblicas de outros estudantes, contando com a solidariedade dos colegas da faculdade. O resultado é que Emiliano, filho de Fagundes Varella, nasce e acaba morrendo três meses depois por causa das condições adversas em que se encontravam o poeta e a esposa, impossibilitados estruturalmente, e talvez emocionalmente (por conta da juventude), de criar o filho recém-nascido. A dor é inevitável e, somada às condições precárias de existência, obriga Varella a momentaneamente deixar São Paulo e buscar abrigo na casa dos pais em Rio Claro, província do Rio de Janeiro. Ele, a esposa e seus pais vivem juntos até meados de 1864, quando o *Correio Paulistano* anuncia a publicação de mais um livro de poesia de Varella (*Vozes da América*) – nesse livro, o leitor paulistano encontraria um sublime poema sobre a perda de um filho, "Cântico do Calvário", enquanto o escritor expressaria seu luto e ganharia um pouco de dinheiro. E foi em meio a essa tragédia e à tentativa de sobreviver através da literatura que Varella escreveu uma peça teatral cômica, *39 Pontos*, e decidiu abandonar São Paulo e a esposa, para se recuperar em Recife, para onde se transferiu a fim de cursar o terceiro ano da Faculdade de Direito, possivelmente com as economias obtidas com a venda do livro e rendimentos oferecidos pelos seus pais. Mas na Província de Pernambuco as adversidades continuaram acompanhando o estudante-escritor: apesar dos novos amigos e conhecidos, como o futuro poeta Castro Alves, Varella não conseguiu cursar as matérias da faculdade e foi surpreendido pela triste notícia de que sua esposa havia falecido. Decidiu, então, deixar Recife e voltar para São Paulo, onde publicou mais um livro de poesias, *Cantos e Fantasias*, cujos direitos autorais pertenceriam à Casa Garraux e Varella receberia por isso a quantia de 225$000 réis.[612]

Estamos em 1865. Depois disso Varella desaparece do cenário da poesia e da faculdade, retornando à cena paulistana no ano seguinte com alguns poemas publicados durante o primeiro semestre na *Revista da Associação Tributo às Letras* (São Paulo, 30 de

[612] Sobre a relação de Varella com a Casa Garraux, apresentei, inicialmente, o assunto em Alexandro Henrique Paixão, *A fusão dos contrários...*, op. cit., p. 22. Ver também o trabalho de Márcia Midori Deaecto, "Anatole Louis Garraux: livreiro, empreendedor", in: *Império das letras*, op. cit., pp. 292-294.

abril de 1866, nº. 7). Entre eles, "Nina" era uma espécie de homenagem a Alice, sua esposa recém-falecida.[613] Depois de repassar sua última grande perda, Varella publica outros poemas nessa mesma revista[614] e um intitulado "Estâncias" (*Da esperança e da luz no templo augusto*), uma espécie de saudação a Francisco Policarpo de Oliveira, na ocasião do seu aniversário de 13 anos. Esse panegírico, publicado no *Correio Paulistano* no dia 28 de junho de 1866,[615] não deixa de ser uma encomenda, um serviço; um sintoma daquilo que o poeta estaria prestes a viver: a "obrigação" de escrever a crônica de domingo no *Correio Paulistano* – com a diferença de que essa obrigação do dia parece estar fundada não nas prebendas de Alencar, mas em relações tipográficas, marcadas pelo dinheiro e pela necessidade de sobreviver.

Tendo em vista essa existência marcada por tantas adversidades, consideramos que o abandono do curso jurídico e a dificuldade de viver levaram Varella não somente a colaborar na redação do jornal *Correio Paulistano*, como a aceitar a pena de cronista no lugar de poeta do corpo acadêmico; aliás, não havia espaço no *Correio Paulistano*, em 1866, para sua poesia. Na verdade, antes disso o escritor até colaborava nas colunas do jornal, seus contos fantásticos dão notícia disso. A situação, no entanto, é outra, haja vista que Varella não é mais estudante da Faculdade de Direito e sua participação na redação do jornal denota a necessidade de trabalho para sobreviver. Não tenho nenhuma notícia dos rendimentos que pôde ter obtido, mas imagino que existiram e tiveram influência sobre o escritor: primeiramente porque, desde 1861, Varella, por suas experiências pessoais e literárias, prenuncia o valor que o dinheiro assumia para ele. Exemplo disso é o contrato de venda de *Cantos e Fantasias*: Varella abdicou durante seis anos de ter qualquer controle sobre a edição do livro. E não somente isso: segundo Marisa Midori, Garraux não somente adquiria o direito de editar um livro, sem limite de edição e tiragem, como podia ceder ou vender o direito de publicação sem o aval do escritor. Trata-se de uma situação de quase indigência, comenta Midori;[616] entretanto, sabemos em que circunstâncias ela surgiu: na verdade, esse desespero do escritor em arrumar dinheiro é um forte indício da necessidade de sobrevivência e a busca por um espaço na redação do único jornal diário da província de São Paulo. Nesse sentido,

---

[613] Cf. Vicente Paulo Vicente de Azevedo, *Fagundes Varella: Dispersos*... op. cit., p. 20 e pp. 58-62.

[614] Títulos dos poemas e os respectivos números da *Revista*...: "Protestos" – n.º 14; "Tu e eu" - n.º 16; "A Várzea" – n.º 19; "O Mar" – nº 29 [não confundir com "O mar" publicado no livro *Vozes d'America*, de 1862]; "Meditações à noite" – nº 30; "Terra a Promissão" – n.º 32 e n.º 34. Cf. Vicente Paulo Vicente de Azevedo, *Fagundes Varella: Dispersos*... op. cit., p. 20.

[615] Sobre "Estâncias" ver Israel Souza Lima, *Biobibliografia dos patronos*..., op. cit., pp. 221-222 [não confundir esse panegírico com o poema "Estâncias", publicado em 1869 no livro *Cantos do ermo e da cidade*].

[616] Cf. Marisa Midori Deaecto, *O império do livro*, op. cit., pp. 294-299.

concordamos com Marisa Midori sobre a fragilidade do sistema literário brasileiro em não permitir que os escritores conseguissem sobreviver de suas obras, através do seu público, submetendo-se a situações bastante precárias. Contudo, é preciso dizer também que, dentro desse sistema literário brasileiro precário, alguns escritores desenvolveram as estratégias mais diversas para continuar produzindo literatura, encontrando, quase sempre na imprensa periódica, a saída para a sua produção literária. Isso aconteceu com Manuel Antonio de Almeida, com Fagundes Varella e provavelmente com muitos outros escritores: o folhetim de domingo parecia ser um espaço de sobrevivência e consagração, na falta de um público literário autônomo que pudesse gestar a literatura desses escritores; porém, mais do que reconhecer um sistema literário precário, cabe à sociologia evidenciar quais estratégias pessoais e literárias eles escolheram para sobreviver e lidar com isso: Almeida recorreria aos amigos, conforme vimos nas cartas, enquanto Varella apelou para a redação do jornal de um conhecido seu, o Sr. Azevedo Marques, dono do *Correio Paulistano* e o primeiro tipógrafo a imprimir seu volume inaugural de poesia.

Para finalizar, quero lembrar que desde 1850 a província de São Paulo vinha passando por uma série de pequenas e lentas mudanças do ponto de vista do ambiente cultural. Além de algumas livrarias (as de Fernandes Souza, de Gravesnes e de Torres de Oliveira), existiam três gráficas, que não eram editoras, mas que imprimiam alguns livros, como aconteceu com a gráfica do jornal *Correio Paulistano*, a qual imprimiu os três primeiros livros de poesia de Fagundes Varella – *Noturnas* (1861); *Estandarte Auriverde* (1863) e *Vozes da América* (1864), entre outros escritores de São Paulo. Sobre as gráficas eram elas: A Liberal, anos mais tarde com o novo nome de Typografia Imparcial (e não "Imperial", conforme cita Hallewell), de Azevedo Marques; Typografia Dous de Dezembro, de Antônio Lousada Antunes, e Typografia Litteraria.[617]

Mas foi em meados da década de 1860 que uma espécie de mercado editorial começou a se desenvolver, com a filial do livreiro Baptiste Louis Garnier, sob a direção do seu aprendiz Anatole Louis Garraux (1833-1904). Diga-se de passagem, a instalação da livraria Garraux, inicialmente um projeto do francês Garnier, que vive no Rio de Janeiro, é resultado das trocas interculturais não somente no nível internacional, da França para o Brasil, quanto no nível regional, entre Rio de Janeiro e São Paulo, revelando uma circulação de bens culturais em âmbito nacional.[618] Essas "trocas" nos permitem apontar tanto a existência de uma história

[617] Laurence Hallewell, *O livro no Brasil: sua história*, op. cit., pp. 301-302.

[618] A referência continua sendo Michel Espagne, que afirma: "L'histoire régionale s'est longtemps définie comme une histoire d'importance mineure par rapport à l'histoire nationale. Elle se consacrait à l'étude de

regional do livro quanto os vínculos culturais existentes entre as duas cidades.[619] Apesar de esta não ser a tese aqui, digo, refazer uma história regional do livro ou da imprensa entre a capital do Império e a Província Paulista, chamo atenção para esses eventos com o objetivo de mostrar que existe mais de um motivo que justifica a passagem do estudo do público do Rio de Janeiro para São Paulo. Vale a pena destacar as outras motivações: a presença de Manuel Antonio de Almeida no *Correio Paulistano*, a referência de Alencar na crônica de Smarra, o testemunho de leitura das poesias de Varella por Machado de Assis, a participação de Pessanha Póvoa no Gabinete, a tradução de um conto de Dumas no *Correio Paulistano* (conforme ainda vamos destacar), enfim, inúmeros indícios de que objetos culturais e homens estão se movimentando entre estas duas regiões do país. Mas, se esses nexos não forem suficientes, há ainda a questão do gosto pelo folhetim, a preferência por determinado estilo literário que perpassa essas duas cidades quando o assunto são feições do público literário do Segundo Reinado.

Assim, dentro das questões das transferências em nível local, em 1863, Garraux tornou-se independente de Garnier, ao abrir a "Livraria Acadêmica", em sociedade com Guelfe de Lailhac e Raphael Suarès, tornando conhecida a Casa Garraux de São Paulo. Segundo comenta Hallewell, até o início do século XX a "Casa" não havia publicado muitos livros, e seu legado teria começado em 1865 com uma única publicação, cujo título ele não menciona.[620] O que Hallewell não sabia é que a primeira publicação da "Casa" foi em 1863,[621] e o livro de 1865 cujo título não foi mencionado é o quarto livro de poesias de Fagundes Varella, *Cantos e Phantasias*, conforme atesta a escritura de venda da obra manuscrita pelo escritor.[622]

Pode-se afirmar, portanto, que houve então na capital da província uma gênese do

---

phénomènes d'intérêt local et correspondait au terrain favori des historiens amateurs ou d'érudits attachés par un lien affectif et pas seulement congnitif à leur environnement immédiat. Cette hiérarchie apparaît susceptible de se renverser à la suite du souci de dépasser l'histoire nationale en direction d'une histoire interculturelle [...] Le passage entre les espaces nationaux, leur métissage, s'observera plus aisément dans le cas d'unités territoriales inférieures". Michel Espagne, *Les transferts culturels franco-allemands*, op. cit., p. 114.

[619] Para outros exemplos sobre os nexos culturais existentes entre Rio de Janeiro e São Paulo, ver adiante a discussão sobre o leitor do tipo patriarcal e o *Jornal do Commercio* (vide tópico "3.3.2. A família patriarcal como público").

[620] Laurence Hallewell, *O livro no Brasil: sua história*, op. cit., p. 302.

[621] Segundo Marisa Midori Deaecto, o primeiro exemplar publicado pelo livreiro Garraux foi o *Novo Méthodo de Ensinar a Ler e Escrever Composto pelo Diretor do Prytaneo Litterario* (São Paulo, Garrauz, De Laillhacar & Cia., 1853, in-12). Cf. Marisa Midori Deaecto, *O império dos livros*, op. cit., p. 291.

[622] A escritura pode ser encontrada na íntegra no "Apenso nº 5", na biografia de Fagundes Varella. Cf. Edgar Cavalheiro, *Fagundes Varella*, op. cit., pp. 320-321. Ver também Marisa Midori Deaecto, *O império dos livros*, op. cit., pp. 291-294.

mercado livreiro ou editorial, com a introdução de um discreto, mas não pouco significativo, comércio de livros. A participação de Varella nesse processo foi importante, seja na condição de poeta da Faculdade de Direito, quando publicou *Cantos e Fantasias* e os outros volumes de poesias, seja como escritor em fase de profissionalização, primeiro porque comercializou sua obra junto aos livreiros, segundo porque ocupou a posição de folhetinista na redação de um jornal diário, na qual entrou em contato com as questões da sociedade paulistana através da crônica-folhetim.

Como se observa, havia algumas relações comerciais estabelecendo-se no âmbito da literatura. Escritores, críticos, folhetinistas, redatores, livreiros e proprietários de jornal estavam em contato uns com os outros dando a impressão de que um comércio literário começava a despontar e um público relacionado a eles começava a surgir, advindo, inclusive, do próprio corpo acadêmico, pois não podemos desconsiderar que a literatura, os jornais e a moda europeia interessavam aos estudantes. Segundo um dos historiadores de São Paulo, a comunidade de estudantes era o público em potencial também das modas europeias:

> Os estudantes introduziram novas modas no vestuário. As caçadas, a natação, o flerte, as bebidas, as orgias e o hábito de se reunirem para discussão e divertimento levaram vida para as ruas, ao ar livre, criaram a necessidade de tavernas e livrarias, e inauguraram o sentimento de comunidade.[623]

E esse consumo das modas europeias e a introdução de novos estilos de vida pelos estudantes em São Paulo parecem fazer sentido em uma sociedade de traços sertanistas: o consumo que existia naquele momento, pelos novatos, só era possível justamente porque havia esse público frustrado com a realidade local e que aderia aos charutos, aos livros, ao folhetim etc., alvo da ironia de Smarra e comercializado pelos produtores de estrangeirismo, assunto das últimas páginas.

A realidade é frustração, porque é destituída de fascínio, conforme vimos na primeira crônica estudada. Varella como ex-estudante e também escritor não apenas sabia disso como recriou esse sentimento peculiar à vida estudantil de São Paulo em sua crônica, revelando o tipo de público-interlocutor que estava à procura: trata-se do grupo de novatos da Faculdade de Direito.

E no que se refere ao corpo acadêmico, diga-se de passagem que um dos seus membros deixava a autarquia dos estudantes para se envolver com as questões da comunidade dentro da redação de um jornal. Devo dizer que sigo de perto outra lição de Antonio Candido

---

[623] Richard Morse apud Ernani Silva Bruno, *Histórias e tradições da cidade de São Paulo*, op. cit., p. 455, nota 28.

sobre o fim da autarquia dos estudantes, causado pelo contato de um deles com os problemas da vida da sociedade paulistana, que Candido intitula "comunidade". Contudo, diferente de Candido, entendo que essa interação entre escritor e comunidade não se deu com Castro Alves,[624] mas com Fagundes Varella, através da escrita da crônica. Não teria sido a lírica, portanto, a prenunciar essas mudanças, mas a prosa e em estilo satírico.

Mas, veja bem, a importância de Varella neste processo não está no caráter individual da sua literatura, ao contrário. Como disse um célebre sociólogo da literatura, num contexto específico, um novo gênero literário não se inventa, nem o escritor a ele se liga somente por uma questão de estilo. O gênero literário tem sua importância, mas também há outras questões que envolvem as tomadas de decisões do escritor,[625] como as que acabamos de conhecer sobre a vida de Fagundes Varella e que o levaram a escrever a crônica de domingo e deixar a faculdade, mas sem perder os vínculos com o público de estudantes. Varella deixara a Faculdade de Direito e o *ethos* do bacharel, o que não é pouco para aquele momento, para atuar na imprensa local. Mesmo fora do corpo acadêmico, no entanto, não tinha como se apartar do universo a que pertenceu, nem deixar de ser influenciado pela comunidade de estudantes e pela vida de poeta, tanto que reuniu em sua crônica parte dessa experiência, seja através dos temas que figurou, seja através da linguagem que os estudantes compreendiam, seja por meio das palavras-chave que empregou ou da crítica aos modismos. Enfim, os novatos da Faculdade de Direito ainda faziam parte da vida do escritor, estando estampados em seu pseudônimo de feições satânicas, em seu estilo satírico e também como alvo da sua ironia, haja vista que os estudantes eram vistos como os principais consumidores de estrangeirismo na cidade de Amador Bueno. Mas eles não serão os únicos.

3.3.2. A família patriarcal como público

Vou iniciar o estudo dessa outra feição do público-interlocutor, a família patriarcal, lembrando que, na crônica inaugural que estudamos, Varella expõe uma espécie de elogio à era dos patriarcas. Resgato um dos momentos:

> [...]
> – Leitor amigo (vou fazer um discurso mezzo-demonstrativo), declaro-vos que o meu ódio pelos folhetins é filho das <u>velhas crenças de meus pais</u> [...] pretende-se encher e ocupar os domingos [...] com o grave desprezo dos <u>hábitos antigos</u> [...] No meu entender os folhetins de qualquer espécie [...] não devem encher as

[624] Antonio Candido, *Literatura e sociedade*, op. cit., p. 141.

[625] Inspiro-me em Robert Escarpit, "Sociologie de la littérature", op. cit., p. 104.

> preocupações do domingo cristão [...] É um delicioso painel, hoje desconhecido entre as famílias brasileiras, o domingo de nossos avós [...] Tudo era mais santo: a luz dos céus – plácida e benéfica – refletia-se naquele viver inocente e pastoril, e tudo, tudo, era risonho e luminoso como um presepe. Como na era dos patriarcas a vida assemelhava-se a um como vestíbulo da bem-aventurança [...]

Em destaque vemos as palavras-chave que figuram a maneira encontrada por Smarra para chamar atenção desse outro público leitor, a família patriarcal. Considerando, portanto, tal indício, pode-se deduzir que o cronista tem nesse grupo social um alvo. Era um público morador do sobrado de dois e três andares, literalmente acima do resto da comunidade paulistana, sendo capaz de julgar, juntamente com o cronista, a existência do folhetim e da filosofia, dos livros, da moda etc., bem como reconhecer que a "era dos patriarcas", da religião e dos sermões de oitiva podia ser substituída pela era da civilização, da imprensa, conforme anuncia a primeira crônica estudada, da qual acabamos de repassar uma pequena parte.

Apesar de a crônica de Varella ser maliciosa e irônica, ela também podia atrair um público mais tradicional, quando tingida com aquele moralismo abstrato de que falamos no início, envolvido na missão de corrigir os leitores e disposto a elogiar as tradições. Nesse sentido, podemos atribuir à sua crônica, além da tonalidade irônica, reconhecida pelos estudantes, um conteúdo didático e religioso, algo apropriado para ser lido em voz alta, e que parece corresponder às expectativas de um público formado pela família patriarcal. Na verdade, o próprio cronista sugere isso ao informar que fará um "discurso...demonstrativo". Um leitor letrado, mas não íntimo da linguagem da sátira, talvez não percebesse as insinuações de Smarra, e tomasse o vocabulário retórico utilizado na crônica como expressão de um gênero do discurso, próprio para ser lido no domingo diante da audiência familiar. Estou sugerindo aqui que a família patriarcal paulistana poderia realizar uma leitura mais extensiva e que se deixasse convencer pelo texto literário (*lisant*), como se fosse um sermão.

Portanto, mesmo que construída sob o estilo satírico, a crônica de Smarra, por conta dos julgamentos que emite em relação ao folhetim e ao leitor, poderia passar por um discurso ético-religioso, cujo estilo marcante é o do sermão.[626] Essas escolhas são propositais, pois o cronista parece ter consciência de qual era o público formado pela sociedade paulistana: trata-se da família patriarcal, acostumada às oitivas e ao discurso eclesiástico (sermões, panegíricos, orações fúnebres etc). Varella, herdeiro das tradições patriarcais, sabia como se comunicar com o público dos sobrados da capital da província paulista, e a maneira que

[626] Levin L. Schücking, "The family as a literary public", in: *The Puritan Family: a social study from the literary sources*, op. cit., pp. 172-176.

encontrou foi dispor em sua crônica palavras-chave que poderiam chamar a atenção também desse público, mas não somente isso. Ele também escolheu investir numa espécie de sermão sobre o fim da era dos patriarcas, concepção que a família patriarcal tinha disposições particulares para compreender.

Vale a pena matizar essa questão com um quadro risonho sobre a origem patriarcal do escritor: Fagundes Varella nasceu na Fazenda Santa Rita, nas proximidades do arraial de Nossa Senhora da Piedade do Rio Claro, na província do Rio de Janeiro, em 1841. Ele, mais dezessete irmãos, era filho primogênito do Dr. Emiliano Fagundes Varella, bacharel em Direito (1832-1836), e de D. Emilia Carolina d'Andrade, herdeira de grandes fazendeiros fluminenses. Os avós maternos eram o Coronel José Luiz de Andrade e D. Rita Maria de Andrade, irmã do Barão de Rio Claro. Quanto aos avós paternos, eram o Sr. Luiz Nicolau Fagundes Varella – bacharel em Direito (1785) e Matemática (1786) pela Universidade de Coimbra, deputado pela província do Rio de Janeiro (1821-1822) e secretário da Faculdade de Direito em São Paulo, onde também obteve o título de doutor e se tornou professor da disciplina Processo Civil, em 1830 – e casado com D. Maria Luiza Fagundes Varella e, depois da sua morte, casado com D. Carlota Busch Varella.[627] Sobre a Fazenda Santa Rita, onde Varella viveu até os dez anos, sabe-se que lá havia uma grande casa patriarcal com inúmeras janelas e portas, vasto alpendre de onde se avistava a senzala. Ao fundo existia um jardim caseiro com árvores como manacás e acácias e flores como festões de ingazeiro, açucenas e flores de São João. Havia também um grande pasto com árvores frutíferas e no alto da fazenda uma capelinha onde o barulho da reza se misturava ao som do Rio Piraí, que cortava as terras da Família Varella. Neste ambiente Fagundes Varella viveu uma década de sua vida, ficando tempos na fazenda, tempos no sítio dos pais, de cuja localização pouco se sabe, a não ser que ficava próximo de uma vilazinha com casas pequenas e baixas, algumas bem feias, e localizadas em torno de uma praça e uma igreja matriz. Nesta época acompanhavam Varella mais de perto o escravo Modesto e seu pai, que o iniciou nos primeiros estudos. Depois vieram os professores particulares que o acompanharam até o ano de 1859, quando Varella fez dezoito anos e ingressou no curso preparatório da Faculdade de Direito de São Paulo.[628] Descrevi o cenário de forma aprazível e bucólica, pois é necessário destacar que sua origem se deu sob harmoniosa situação patriarcal. Além de notar que essa situação primeva contrastaria com suas vivências trágicas na juventude, quero evidenciar que o escritor sabia o

---

[627] Ver Israel Souza Lima, *Biobibliografia dos patronos: Fagundes Varella e França Junior*, op. cit., pp. 17-18 e Edgard Cavalheiro, *Fagundes Varella*, op. cit., pp. 15-19.

[628] Ver Edgard Cavalheiro, *Fagundes Varella*, op. cit., pp. 15-37.

que estava representando em sua crônica e como podia alcançar esse público morador do sobrado. Entretanto, se houve algum efeito literário e/ou efeito de leitura, isso não podemos saber. Reconhecem-se apenas situações em que um público podia identificar-se com um lado da narrativa, tanto que, ao lermos, mais adiante, partes da memorialística de uma moradora de um sobrado de São Paulo, veremos como esse mesmo sentimento bucólico e de propriedade patriarcal se repete.

Como vemos, a crônica de Varella guarda vários significados e, dependendo do leitor e das suas competências, o texto poderia ter um efeito e ser recebido de diversas maneiras. No caso da família patriarcal, o discurso eclesiástico e a crítica ao folhetim poderiam ser recebidos como um sermão elogiando a cerimônia religiosa do tempo dos patriarcas, o domingo dos avós, em contraste com os estrangeirismos. Na verdade, esse contraste entre o sertanismo e os hábitos modernos é uma marca da família patriarcal paulistana nessa época. Conta-nos Ernani Silva Bruno[629] que o sertanismo ainda era determinante, embora um francesismo e hábitos aristocráticos começassem a ser introduzidos na cidade: de maneira lenta e tacanha, pode-se dizer que a mantilha e os sermãos de oitiva começaram a se misturar com as conversas em francês e a leitura de jornais, cada vez mais frequentes no seio da família patriarcal e alvo da ironia de Smarra.

Dito isso, e visando a matizar essas questões, vejamos o que nos contam os memorialistas, biógrafos e sociólogos sobre a família patriarcal e em que condições elas podiam gestar algumas ideias de Smarra:

Conta-nos Maria Paes de Barros, em sua memorialística, que seu pai, o Comendador Luiz Antonio Souza Barros, era um dos assinantes do "velho *Correio Paulistano*, de duas páginas, impresso em papel cor-de-rosa",[630] que circulava na província de São Paulo desde 1854. Era um hábito muito comum nos sobrados das grandes famílias de São Paulo – os Souza Queiroz, Andrade Carrão, Vergueiro, Gavião Peixoto, Silva Prado, Bueno, Jordão, Sousa Aranha, Rezende, Ribeiro dos Santos, entre outros – na hora da conversa geral, o "papai", em sua poltrona e com sua caixa de tabaco de couro, de onde tomava uma pitada, narrar e comentar os acontecimentos trazidos pelos jornais, especialmente o *Jornal do Comércio*. A memorialista conta que ouvia somente seu pai lendo o jornal, pois, segundo ela,

---

[629] Cf. Ernani Silva Bruno, "Sobrados e balcões", in: *Histórias e tradições da cidade de São Paulo*, op. cit., pp. 465-500.

[630] Maria Paes de Barros, *No tempo de dantes*, 2ª ed.; prefácio de Monteiro Lobato, São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 85.

o elemento feminino raramente lia tais folhas da imprensa brasileira.[631] A leitura das mulheres, na verdade, ficava por conta da *Revista Popular* e *L'Echo des Feuilletons*, dizia Maria Paes de Barros, e que o Comendador mandava vir da França, o que denota um primeiro arremedo de francesismo sendo introduzido nesse sobrado patriarcal. Além disso, importa destacar também o intercâmbio dos objetos culturais em nível regional e internacional dentro dessa família de São Paulo.

O absolutismo do *pater famílias* pode ser visto na figura do Comendador Souza Barros, um domínio que não se limitava à privacidade da residência senhorial da rua São João, mas se estendia às quatro fazendas que a família possuía no interior paulista: duas localizadas na região de Jundiaí e Campinas e as outras nas proximidades de Piracicaba, onde predominava a economia do café e da mão de obra escrava, embora vestígios da cultura do engenho ainda fossem bastante presentes.[632] Para Maria Paes de Barros, a ordem estabelecida dentro e fora dos sobrados, bem como os sentimentos de tranquilidade, de contentamento e até de simplicidade de que desfrutavam as grandes famílias paulistanas, eram frutos da justa e firme autoridade paterna[633] – eis outra expressão literária da harmoniosa situação patriarcal brasileira. Prosseguindo: a vida dos *pater famílias*, que viviam nas cidades com suas esposas, filhos e agregados, resumia-se na participação na vida pública, especialmente, na política – o Comendador Souza Barros, por exemplo, era membro da Câmara Municipal –, no gerenciamento das fazendas, graças ao sistema de correio responsável pela comunicação entre os senhores de terras e seus administradores nas fazendas do interior e, sobretudo, na manutenção da ordem e na organização da vida familiar dentro da residência senhorial, onde o reinado do patriarca urbano era exuberante e absoluto. Cuidava também o *pater famílias* da educação dos filhos, bem como na hierarquia familiar era o mediador quando o assunto era a vida cultural e social, ficando as mulheres e os filhos à espera de suas ordens, de seu controle e de suas ideias. Maria Paes de Barros conta-nos, por exemplo, que o Comendador optou, na educação das filhas, pela contratação de professores particulares, enquanto os meninos mais velhos eram enviados para estudar em um colégio interno na Alemanha, onde Luiz Antônio Souza Barros mantinha relações pessoais e também comerciais na cidade de Hamburgo.[634] Foi por conta da ilustração dos filhos que, no sobrado patriarcal da Família Barros, formou-se uma biblioteca privada com duas estantes e uma carteira de seis compartimentos numa

---

[631] Maria Paes de Barros, *No tempo de dantes*, op. cit., p. 85.
[632] Cf. Maria Paes de Barros, *No tempo de dantes*, op. cit., pp. 73-113.
[633] Cf. Maria Paes de Barros, *No tempo de dantes*, op. cit., p. 82.
[634] Cf. Maria Paes de Barros, *No tempo de dantes*, op. cit., p. 12.

espaçosa sala de estudo. Era ali também que as meninas tomavam lição da "Mademoiselle" – "grandes e pequenos, todos no sobrado falavam francês"[635] –, e onde a Madrinha ("Didinha") ensinava as ciências e outras lições, como corte e costura. Além de zeloso com a educação e instrução dos filhos, mantinha o Comendador o hábito de todos os domingos ir à missa – francesismo e sertanismo fundem-se aqui. Segundo Maria Paes de Barros, nesse dia dispensava-se o carro (a sege) e seguiam todos a pé: "os pais e as manas rigorosamente vestidos de preto, sem chapéu, as pequenas trajando saia escocesa e a 'basquine' de tafetá preto [...]. À porta da igreja a família separava-se: os homens iam para as naves laterais e as senhoras penetravam no corpo do edifício, sentando-se no chão".[636] Os costumes religiosos estavam arraigados em todas as grandes famílias,[637] tanto que as festas religiosas de São Paulo eram verdadeiros momentos de celebração, de devoção e de confraternização entre as famílias dos sobrados, comenta a memorialista. Segundo Maria Paes de Barros, enquanto toda a gente acompanhava a "Procissão de Cinzas", na data de Corpus Christi, no meio da rua, lá no alto do sobrado do chefe do partido liberal, Francisco Ignácio de Souza Queiroz, tio do Comendador, a família Barros e outras tantas famílias como a Souza Queiroz, a Andrade Carrão, Vergueiro, Gavião Peixoto, juntas na grande sala localizada no terceiro andar do sobrado da rua São Bento, esquina com a rua do Ouvidor, viam de cima a procissão passar. Além das festas religiosas, havia os três dias de carnaval e os bailes, considerados pela memorialista bastante raros. Até nesse detalhe o Comendador estava presente: mandara contratar duas professoras de dança estrangeiras para ensinar às meninas alguns movimentos, bem como mandara encomendar de fora, especialmente do Rio de Janeiro, os tecidos e sapatos que comporiam os trajes das moças. Para Maria Paes de Barros, a monotonia da vida doméstica, que tinha lá sua graça e prazer, era quebrada por estes raros bailes onde estavam presentes as principais famílias e os representantes da província. O contato das famílias patriarcais com variados objetos de cultura, inclusive os livros e a moda europeia, denota o caráter de estrangeirismo que estava deitando raiz nas famílias brasileiras, mas ainda se mantinham vivos os hábitos religiosos e o acanhamento sertanista.

Wanderley Pinho confirma as memórias de Maria Paes de Barros quando comenta que o ambiente da província de São Paulo não era favorável aos "salões". Tratava-se de uma

---

[635] Maria Paes de Barros, *No tempo de dantes*, op. cit., p. 14.

[636] Maria Paes de Barros, *No tempo de dantes*, op. cit., p. 39.

[637] Segundo Gilberto Freyre, apesar do contato com as formas africanas de religião, o catolicismo foi um poderoso elemento de integração brasileira. Gilberto Freyre, *Sobrados e mucambos*, op. cit., p. 799.

sociedade bastante fechada em círculo de famílias,[638] por sua vez inclinadas ao retraimento quase absoluto se não fosse a ocasião dos bailes, saraus e algumas festas que algumas casas ricas criavam.

> Respira-se um ar recolhido de intimidade de família nessas cerimônias em que entretanto estadeavam fardões, grã-cruzes e diamantes e joias. Bastava a tribo dos Souza Queiroz para encher as salas numa boda e as mesas em um banquete. Outras famílias, Barros, Vergueiro, Silva Prado, Bueno, Jordão, Souza Aranha, Rezende, Gavião, Ribeiro dos Santos... seriam assim, em funções solenes e íntimas a um tempo, em saraus sem história.[639]

Um momento bastante ilustrativo do livro de Wanderley Pinho sobre o retraimento dos paulistanos é a reprodução de uma das cartas de Alfredo d'E. Taunay à família. O ano é de 1865 e narra o estudante que o isolamento das famílias nos sobrados é bastante característico dos paulistanos, tanto que elas nunca são vistas nos passeios ou no teatro. Aliás, comenta Taunay que "no teatro a assistência era quase inteira de homens; 'poucas famílias pelos camarotes'".[640]

Conta-nos Ernani Silva Bruno que uma das marcas da privacidade da vida patriarcal em São Paulo eram, especialmente na década de 1860, as rótulas constantemente fechadas. Algumas ficavam fechadas porque nas casas térreas elas davam para a rua, mas em outras residências, às vezes, estavam localizadas no segundo ou no terceiro andar e conservá-las fechadas para a rua significava manter a família patriarcal, sobretudo as mulheres e moças, isolada da vida pública.[641]

> O patriarcalismo brasileiro, vindo dos engenhos para os sobrados, não se entregou logo à rua; por muito tempo foram quase inimigos, o sobrado e a rua. E a maior luta foi a travada em torno da mulher por quem a rua ansiava, mas a quem o *pater famílias* do sobrado procurou conservar o mais possível trancada na camarinha e entre as molecas, como nos engenhos. Só nas quatro festas do ano – e mesmo então, dentro dos palanquins, mais tarde de carro fechado.[642]

O sobrado urbano permanecia isolado também em relação ao comércio, pois cabia aos escravos e empregados o dever de fazer as compras de alimentos e utensílios que abasteciam as residências senhoriais. Segundo Freyre, isso se modificou quando alguns mascates, a

---

[638] Cf. Wanderley Pinho, *Salões e Damas do Segundo Reinado*, 2ª ed., São Paulo: Livraria Martins Editora, 1946, p. 100.

[639] Taunay apud Wanderley Pinho, *Salões e Damas do Segundo Reinado*, op. cit., p. 101.

[640] Wanderley Pinho, *Salões e Damas no Segundo Reinado*, op. cit., pp. 91-92.

[641] Ernani Silva Bruno, *História e tradições da cidade de São Paulo, volume II: Burgo de estudantes (1828-1872)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953, pp. 492-495. Ver também Paulo César Garcez Marins, "Sociabilidades paulistanas", in: *Através da Rótula – Sociedade e arquitetura urbana no Brasil sécs. XVII-XX*, São Paulo, Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, 1999.

[642] Gilberto Freyre, *Sobrados e mucambos*, op. cit., p. 139.

maioria estrangeiros, quebraram o isolamento patriarcal invadindo as salas e quartos com suas mercadorias e as últimas notícias da Europa ou da quitanda da esquina.[643] Além destes, interferia no privatismo familial o sistema de correio que trazia as correspondências, os livros, bem como os jornais que as famílias assinavam, como o *Jornal do Commercio* e o *Correio Paulistano*, conforme descreveu Maria Paes de Barros, e que expressa as trocas culturais no nível nacional e internacional, sendo que o francesismo é o mais característico desse momento.

Partindo dessas ponderações, entendo que a sociedade reunida nas residências senhoriais era capaz de reconhecer e transmitir em voz alta para toda a família aquilo que a crônica de Smarra prenuncia: existe uma nova tendência traduzida nos folhetins e na moda francesa: trata-se de um estilo de vida moderno cada vez mais presente na cidade e que se mistura com os hábitos e costumes sertanistas das famílias tradicionais, cujo retraimento, a religião e o mandonismo são marcantes. E Varella sabe disso, tanto que enriquece sua crônica com essas nuances permitindo ser lido por esse público mais tradicional e que poderia se reconhecer com o fato narrado. Entretanto, sua crônica denota outras coisas, mas talvez o leitor mais tradicional daquela época não conseguisse perceber o eufemismo por trás da crítica ao folhetim e o elogio à era dos patriarcas: trata-se de um uso antifrástico dos termos,[644] porque o escritor não está criticando propriamente o folhetim, o livro, a filosofia etc. em favor do sertanismo, mas o uso que fazem deles, a maneira chinesa ou complicada de querer modificar a realidade local (sertanista) através de um arremedo da cultura europeia, que a família patriarcal também contribuiu para existir. Essa crítica perspectivista sobre o falseamento da realidade, portanto, também será dirigida à família patriarcal responsável pela mistura do sertanismo com o francesismo; entretanto, estamos convencidos de que essa ironia de Smarra passaria despercebida por esse público patriarcal. Considera-se que as famílias moradoras do sobrado poderiam estar entre o público-interlocutor de Varella; contudo, entendo que esse grupo social realizava uma leitura mais extensiva, concentrando-se muito mais na forma do sermão, na referência ao patriarcado e à religião que a crônica denota, do que na ironia ali presente.

Nesses termos, considero que a família patriarcal era um coletivo de leitores, todos letrados (mas *liseurs*) e acomodados dentro do sistema patriarcal brasileiro. Esses moradores dos sobrados localizados na cidade, por meio de assinaturas, recebiam em suas casas o

---

[643] Gilberto Freyre, *Sobrados e mucambos*, op. cit., p. 140.

[644] Sobre a antífrase ver Antonio Candido, "A retórica tradicional", in: *Estudo analítico do poema*, São Paulo: Terceira Leitura – FFLCH-USP, 1993, p. 83.

Correio Paulistano com os folhetins de Smarra. Constituíam leitores intencionados de Smarra, na medida em que eram alvos de sua crítica, mas também podiam interessar-se pela sua crônica por conta dos elementos que lhes são íntimos: refiro-me ao estilo de sermão e às palavras-chave de conotação tradicional-patriarcal. Contudo, esses leitores não poderiam perceber que tudo isso não passava de um eufemismo.

3.3.2.1. O sobrado patriarcal

A importância do sobrado na província de São Paulo, e em outras tantas províncias brasileiras e na capital do Império, deve-se ao fato de que no Brasil, além de o sobrado ter sucedido à casa-grande como expressão do domínio do sistema patriarcal, foi a família patriarcal ou tutelar o principal elemento sociológico de unidade brasileira.[645]

Diante disso, gostaria de tratar desse tema em termos gerais e partindo da síntese operante na obra de Gilberto Freyre.[646] Na verdade, vou expor algumas generalidades sobre a família patriarcal, na medida em que é necessário compreender o que é específico, isto é, em que consiste a ideia de familismo, de religiosidade, de velhice (domingo dos avós), de estrangeirismo, exposta por Smarra – sempre em relação à primeira crônica estudada.

Gilberto Freyre destaca, por exemplo, que a família, sob a forma patriarcal, foi uma grande força social permanente:

> Em torno dela é que os principais acontecimentos brasileiros giraram durante quatro séculos; e não em torno de reis ou dos bispos, de chefes de Estado ou de chefes de Igreja. Tudo indica que a família entre nós não deixará completamente de ser influência se não criadora, conservadora e disseminadora de valores, que foi na sua fase patriarcal.[647]

Dentro da sociedade patriarcal, portanto, não eram cidadãos, nem mesmo súditos, que resumiam os elementos básicos da sociedade brasileira, mas a família tutelar constituída pelo patriarca, sua mulher, filhos, descendentes, pelos parentes pobres, pelos agregados e pelos escravos. O primeiro (patriarca) e o último desta lista (escravo) representam o antagonismo de classe que subsistiu durante todo o patriarcado nacional. Estes dois extremos se mantiveram

---

[645] Gilberto Freyre, *Sobrados e mucambos*, op. cit., pp. 57-63.

[646] Eni de Mesquita Samara orienta sobre não tomar a família patriarcal extensa como modelo para explicar todos os outros tipos de famílias patriarcais. Contudo, nesse caso específico, não se trata de estudar a família em São Paulo, mas entender as concepções de Varella sobre o patriarcado, daí a importância de repassar as teses de Freyre. Ver Eni de Mesquita Samara, *A família brasileira*, 2ª reimp., São Paulo: Brasiliense, 2004.

[647] Gilberto Freyre, *Sobrados e mucambos*, op. cit., p. 78.

fixos na ordem escravocrata nacional, mesmo diante da ascensão de indivíduos e às vezes grupos inteiros para outro plano social, que Freyre atribui, num primeiro momento, a subgrupos mecânicos vindos do Reino ou da Europa, e, posteriormente, à ascensão do mulato e do bacharel aos estratos sociais dominantes:

> (subgrupos)
> [...] data dos começos da sociedade brasileira configurada como sistema familial de organização a presença, nas primeiras áreas de vida urbana que aqui se esboçaram, de subgrupos cuja situação de classe, escapando àqueles dois extremos, fê-los ter, entre nós, funções semelhantes à de grupos ou classes intermediárias nas sociedades de composição mais complexas que as patriarcais ou tutelares. A subgrupos de mecânicos vindos do Reino ou da Europa foram-se juntando muitos dos mestiços, hábeis em ofícios, peritos em caligrafia e em outras artes burocráticas aprendidas com os brancos e que, desde os primeiros dias de colonização, começaram a surgir da sombra das casas-grandes e dos sobrados patriarcais e, principalmente – naqueles primeiros dias – dos colégios dos padres.[648]
> (bacharéis e mulatos)
> Desde os últimos tempos coloniais que o bacharel e o mulato vinham se constituindo em elementos de diferenciação, dentro de uma sociedade rural e patriarcal que procurava integrar-se pelo equilíbrio, e mais do que isso [pela] acomodação, entre dois grandes antagonismos: o senhor e o escravo.[649]

Ao lado desses novos tipos sociais, somam-se os elementos de desintegração do patriarcado descritos por Freyre, como as mudanças de hábitos alimentares e de vestuário, bem como novos sentimentos e ideias, sobretudo, trazidos para o Brasil pelos filhos dos próprios patriarcas que iam estudar na Europa. Ao voltar às suas fazendas e aos sobrados patriarcais, tais rapazes tornavam-se desertores de uma aristocracia acostumada ao respeito do pai, às grandes idades, às donas de casa diligentes e retraídas, às vestimentas singelas, tudo muito diferente das modas, dos hábitos e das ideias, por exemplo, francesas, que os moços bacharéis importavam para a sociedade brasileira, especialmente no Segundo Reinado, o reinado dos bacharéis moços.

Para Freyre, foi no reinado de D. Pedro II, o reinado do moço de quinze anos, que se caracterizou um conflito entre o velho patriarcado rural e as novas gerações de bacharéis e doutores, entre o novo Estado governado por jovens bacharéis saídos das Faculdades de Direito contra velhos juízes, ouvidores, cuja velhice era um título de nobreza e uma condição de prestígio.[650]

Já tinha acontecido, nos tempos da Colônia, situação em que os mais moços começaram a se sobrepor aos mais velhos. Foi num tempo em que a Metrópole começou a se

---

[648] Gilberto Freyre, *Sobrados e mucambos*, op. cit., p. 493.
[649] Gilberto Freyre, *Sobrados e mucambos*, op. cit., p. 711 – *interpolação por minha conta*.
[650] Cf. Gilberto Freyre, *Sobrados e mucambos*, op. cit., p. 197.

opor às oligarquias dos senados e das câmaras, contra os senhores de engenho e magnatas das minas, mandando homens de vinte e trinta anos dominarem onde reinava o prestígio da idade mais velha. Foi no Império, entretanto, mais precisamente com D. Pedro II, que a tendência da mocidade no poder se acentuou. Claro que estes jovens em tudo imitavam os velhos, inclusive ao criarem através de pintura as próprias barbas, comenta Freyre. Não obstante, o característico é que, além das atribuições e imposições de cargos e de ordens aos mais moços por parte do imperador, sua política bacharelesca e livresca ia contra os interesses das oligarquias agrárias e balançava o edifício patriarcal, sustentado, por sua vez, pelo prestígio quase místico da idade:

> Com a ascensão social e política desses homens de vinte e trinta anos foi diminuindo o respeito pela velhice, que até aos princípios do século XIX fora um culto quase religioso, os avós de barba branca considerados os 'numes da casa'. Os santos, os mortos e eles, velhos.[651]

Trata-se, portanto, de um contraste entre o mais velho e o mais moço, entre o patriarca e o bacharel, entre a religião e a cultura livresca, vistos como representativos da desintegração do patriarcado por Gilberto Freyre: juventude escolarizada, Faculdades de Direito ou quadros administrativos a serviço da política bacharelesca do imperador, a classe média dos bacharéis, o predomínio do comércio varejista, mais o nacionalismo romântico, isto é, tudo funcionando como embriões que se desenvolverão nos elementos desagregadores do patriarcado, de que trata Gilberto Freyre.[652] Aliás, a despeito disso, o próprio autor de *Sobrados e mucambos* previne que "o drama de desintegração do poder, por algum tempo quase absoluto, do *pater famílias* rural, não foi tão simples; nem a ascensão da burguesia tão rápida"[653] no Brasil. No Império, portanto, as hierarquias sociais ficariam estabelecidas assim: o lugar intangível era do imperador, estando as outras posições ocupadas, de um lado, pela tradicional família patriarcal, e, de outro, pelos grandes[654] e pequenos[655] comerciantes, estando a classe média

---

[651] Gilberto Freyre, *Sobrados e mucambos*, op. cit., p. 199.

[652] Cf. Gilberto Freyre, *Sobrados e mucambos*, op. cit., p. 56; pp. 89-90; pp. 507-508.

[653] Gilberto Freyre, *Sobrados e mucambos*, op. cit., p. 730.

[654] "No século XVIII e através do século XIX, a força do intermediário, vinda do século XVII, só fez acentuar-se. Sua figura acabou enobrecida na do correspondente, na do comissário de açúcar ou de café, na do banqueiro. Aristocrata da cidade, de corrente de ouro em volta do pescoço, de cartola inglesa, morando em sobrado de azulejo, andando de vitória de luxo, comendo passa, figo, ameixa, bebendo vinho-porto, as filhas uns encantos quando vestidas pelos figurinos de Paris por alguma *Madama* Theard para assistirem a estreias de cantoras italianas no teatro lírico". Gilberto Freyre, *Sobrados e mucambos*, op. cit., pp. 117-118.

[655] Trata-se da "pequena burguesia formada, em sua maior parte, por artífices ou pequenos negociantes europeus recém-chegados ao Brasil, por brancos de casa-grande empobrecidos e por gente de cor, bem sucedida nas artes e nos ofícios manuais". Gilberto Freyre, *Sobrados e mucambos*, op. cit., pp. 297-298.

dos bacharéis[656] um pouco acima da base da pirâmide, por sua vez formada pelos escravos. Como vemos, a desintegração do patriarcado demoraria a acontecer, bem como a pirâmide social levaria um tempo até se transformar em um trapézio – precisaríamos esperar Machado de Assis e o fim do Império para reconhecer isso.[657]

Pensando em todos esses elementos apresentados, lembremos rapidamente aquelas ideias de Smarra sobre o familismo, a velhice, as tradições religiosas, os costumes patriarcais, como a singeleza e a ignorância, em oposição aos livros e o folhetim, para deduzirmos que sua crônica, diante desse público formado pela família patriarcal, poderia assumir o seguinte sentido: trata-se da exposição de uma concepção patriarcal de existência, afinal, com os estrangeirismos, o que está ameaçado são as tradições patriarcais. Nesses termos, é como se a crônica prenunciasse a desintegração da tradicional família brasileira ao revelar quais eram as artimanhas estrangeiras, que inclusive estão sendo recepcionadas pelos moradores do sobrado, nos termos de Maria Paes de Barros.

Esses eventos anunciados pelo cronista eram conhecidos dentro do sobrado brasileiro. Basta recordarmos que esse público *lisant* conhecia de perto a iminência de elementos modernos ante o sertanismo patriarcal: filhos que voltavam da Europa mais civilizados e modernos; livros, revistas e roupas que mandavam importar; dominação dos mais velhos pelos mais jovens; introdução de novos hábitos, como deixar o interior das residências ou abrir as rótulas; enfim, trata-se de situações de mudanças pelas quais as famílias tradicionais brasileiras estavam passando no século XIX, conforme nos contam os historiadores, sociólogos, memorialistas e Fagundes Varella no rodapé do *Correio Paulistano*.

Mas, acostumado aos sermões, às oitivas, às ordens dos *pater família*, o público mais tradicional talvez não percebesse quanto Varella dissimula, insinua coisas em relação a isso, que chamarei de iminência de desintegração do patriarcado, narrada por sua crônica. O seu texto não era uma reação ao fim do patriarcado trazido pela imprensa, pelo folhetim, pela moda europeia. Na verdade, Varella aponta a introdução desses novos hábitos, desse *estilo de vida*, para usar uma formulação de Gilberto Freyre, como uma mentalidade tacanha, falsa, tanto que a reação do escritor é uma escrita crítica e irônica. Entretanto, imagino que um leitor do tipo patriarcal não percebesse o caráter oblíquo da sua crônica e lesse no lugar da crítica

---

[656] A síntese ainda é de Gilberto Freyre: "[...] A ascensão dos elementos do sobrado, e até, das casas térreas ou dos casebres aos casarões dos grandes proprietários de terras, seria mais frequente no século XIX, com maior prestígio das cidades; com o prestígio de um elemento novo e brilhante – os bacharéis e médicos, alguns filhos de mecânicos ou de mascates com negras ou mulatas; com a maior dependência dos senhores rurais de seus correspondentes e comissários de escravos, de açúcar e de café". Gilberto Freyre, *Sobrados e mucambos*, op. cit., p. 112 – *interpolação por minha conta*.

[657] Cf. Raymundo Faoro, *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, op. cit., 2001.

aos estrangeirismos, ao falseamento da realidade, um sentimento de nostalgia ao fim do patriarcado e uma advertência sobre restabelecer algumas tradições.

Resumindo para concluir sobre o público do sobrado patriarcal: se quisermos, a crônica de Smarra pode passar por um texto bastante simples; tirando o vocabulário retórico, os temas, alguns elementos semânticos e sintáticos não demandam grandes competências literárias, podendo ser compreendidos por um público letrado, mas não crítico. Mas se considerarmos as figuras de estilo empregadas no texto, como a ironia maliciosa, vemos que a crônica de Varella ganha em expressividade e demanda para si um público mais especializado, como o da comunidade de estudantes. A linguagem do sobrado é o sermão enquanto da faculdade é a sátira. Com esses dois exemplos, podemos imaginar dois efeitos e recepções da crônica de Varella sobre os leitores possíveis dentro da província de São Paulo: para os estudantes uma crítica perspectiva e engraçada, para a família patriarcal trata-se de um sermão sobre o fim da era dos patriarcas.

Até aqui a lógica dos espaços ajuda a compreender melhor o público literário que acabamos de estudar, pois se trata do sobrado de dois e três andares e da Faculdade de Direito, das associações literárias, todos espaços de sociabilidade que poderiam dar suporte a determinada literatura, determinado gosto. Resta conhecer agora a que grupo social pertenciam os outros destinatários específicos de Smarra.

3.3.3. Os produtores de estrangeirismos e os leitores-assinantes

3.3.3.1. Os produtores de estrangeirismos

Para Smarra os produtores de estrangeirismos são aqueles que vivem a insinuar muitas coisas, como o valor de escrever e/ou ler folhetins, fumar charuto, perfumar-se com almíscar e despir-se do tradicional "capote escocês"[658] e do traje preto dos padres, bem como convencer o "leitor-amigo" da crônica de Smarra acerca de esses novos hábitos se sobreporem aos costumes sertanistas. Com essa visão perspectivista sobre a europeização de São Paulo, Varella antecipa aquilo que os historiadores e memorialistas contam sobre a cidade somente no final do século XIX: esse francesismo que o cronista identifica na cidade e intitula estrangeirismo, Ernani Silva Bruno, por exemplo, dizia poder notar em 1895: "a própria

[658] Segundo um memorialista, referindo-se à década de 1850, o capote era uma vestimenta tradicional que os mais conhecidos e estimados paulistas não deixavam nem nos momentos mais intensos de calor. Cf. Firmo de Albuquerque Diniz [Junius], *Notas de viagem*, São Paulo: Governo do Estado, 1978, p. 31.

tendência ao gosto francês no vestir, no comer [faziam] de São Paulo um pedaço de Paris".[659] O francesismo resultava da imigração, que, através dos seus comércios e costumes, era um agente de europeização; os outros fatores ficam por conta da agricultura do café e o transporte regular através da ferrovia e navegação. Smarra identifica esse francesismo principalmente através do folhetim, que foi introduzido juntamente com a imprensa no país, e a moda, sobretudo nas vestimentas e também nas flores. Curiosamente, a referência a "flores de todos os climas" de Smarra (vide a primeira crônica estudada) não era somente um elogio romântico à figura feminina, conforme sugeri no início. É também uma concepção referencial acerca da situação local alterada pela presença do estrangeiro, haja vista que flores e plantas exóticas na cidade de São Paulo eram, segundo nos conta um memorialista, comercializadas na loja de um comerciante francês.[660] Como vemos, os estrangeirismos trazidos pelos emigrantes estavam por todos os lados, nas flores, nos livros, na imprensa, sendo tudo isso resultado dos investimentos locais, mas que também coincidiam com a vinda de alguns imigrantes para a cidade. Logo, estamos falando dos produtores de francesismos na década de 1860, quando podemos localizar um dos principais produtores desse novo estilo de vida: o livreiro Garraux. Mas não somente ele: temos que unir o livreiro aos possíveis frequentadores da sua loja para termos um público em constituição e alvo das críticas de Smarra.

3.3.3.2. Livraria francesa

O livreiro Garraux é um bom exemplo de produtor de estrangeirismos, primeiro porque esse imigrante francês foi responsável por todo o sortimento de livros, folhetins e objetos importados que começaram a ser distribuídos na cidade através da Casa Garraux; segundo, porque Varella foi vítima, como poeta, do seu aliciante comércio literário, ao vender seus poemas para publicação e ficando destituído de qualquer direito sobre sua própria obra, conforme já destacamos. Esse livreiro, portanto, não seria apenas alvo das críticas de Smarra por tentar falsear a realidade com seus livros, folhetins franceses e toda variedade de objetos da moda, mas também porque Garraux soube ludibriar com seu insinuante francesismo o próprio Smarra, quando ainda era um poeta em busca da sua sobrevivência financeira e reconhecimento literário.

Quem nos dá um testemunho da presença de Anatole Louis Garraux no Brasil é Francisco de Assis Barbosa:

---

[659] Ernani Silva Bruno, *História e tradições da cidade de São Paulo*, op. cit., p. 65.
[660] Ver Firmo de Albuquerque Diniz, *Notas de viagem*, op. cit., p. 36.

> Mas o caso é que a chegada de Anatole Louis Garraux no Brasil, em 1850, coincide com um dos momentos mais intensos e progressistas da história do II Reinado. É o ano que se apresenta como que uma arrancada decisiva para o futuro, com o despontar do espírito de empresa, de iniciativas audaciosas, de melhoramentos materiais.[661]

A vinda dos livreiros franceses para o Brasil entre a primeira e a segunda metade do século XIX denota, segundo Marisa Midori, um mercado de consumo local para os seus produtos, especialmente os livros. Antes deles, entendo que a moda literária tinha ficado por conta dos folhetins franceses, com destaque para Alexandre Dumas – um símbolo da cultura literária francesa transferida, inicialmente, para os rodapés dos jornais, depois livros, e que fez sucesso entre nós no XIX, conforme vimos no início do trabalho. De volta à assertiva de Midori, concorreram para a consolidação desse mercado local o crescimento urbano, o fomento às instituições de cultura, o interesse nos referenciais franceses e as mudanças nos meios técnicos (desenvolvimento dos meios de comunicação, como os correios e telégrafos, modernização das tipografias etc.).[662] Dentro desse processo, o livreiro Garraux é exemplar, sobretudo porque traz para a pacata província de São Paulo, certas vezes agitada pela comunidade de estudantes, uma livraria francesa voltada tanto à produção e distribuição do livro, na capital e no interior, quanto à comercialização de artigos de luxo franceses, como descreve um memorialista:

> A Casa Garraux é um dos mais importantes estabelecimentos comerciais da cidade pela variedade e pela fina qualidade dos objetos expostos à venda: muitos destes de delicado gosto veem-se nas suas lindas vitrinas. Ela apresenta à escolha dos consumidores grande sortimento de artigos para desenho; bengalas; binóculos; bolsas (indispensáveis para senhoras); caixas para joias, para costura; espelhos, quadros; jarras de cristal, de porcelana, jardineiras e infinita quantidade de muitos ornamentos de sala: globos celestes, terrestres, mapas geográficos; tinteiros, sinetes, penas de ouro, e de madrepérola; vistas fotográficas, opacas e transparentes; instrumentos para serviços de engenharia; vinhos superiores, charutos, jogos de salão, muitos outros objetos.
> O que porém recomenda especialmente esta casa é a sua notável livraria: nem na Corte há outra igual.[663]

Livros, charutos, vestimentas europeias – faltou o perfume de almíscar para completar esse quadro sobre os "objetos de civilização" que foram introduzidos na sertanista São Paulo e que se misturaram tanto ao ambiente patriarcal, acanhado, religioso e meio-urbano das

---

[661] Francisco de Assis Barbosa apud Marisa Midori Deaecto, "A economia do livro", in: *O império dos livros*, op. cit., p. 269, nota 2 – *grifos meus.*

[662] Marisa Midori Deaecto, *O império dos livros*, op. cit., pp. 271-280.

[663] Firmo Alburquerque Diniz [Junius] apud Marisa Midori Deaecto, *O império dos livros*, op. cit., p. 287 – grifos meus.

famílias moradoras dos sobrados, quanto ao círculo dos estudantes, menos retraído.

Vemos, portanto, que a crítica peculiar de Varella é dirigida a essa situação na qual uma sociedade retrógrada, como São Paulo, possui um público que é produtor dos hábitos civilizados e quer introduzi-los na sociedade patriarcal. Todavia, se considerarmos que havia a Faculdade de Direito e o público dos estudantes que, conforme disse Nelson Werneck Sodré, "continuavam a construir o fermento da vida paulistana",[664] através da moda que vinha da Europa, como usar cartolas, estudar filosofia e ler folhetim, então teremos, além do produtor de francesismo Garraux, também um público consumidor localizado entre os estudantes e outros tipos sociais próximos destes, como jornalistas, tipógrafos, escritores etc. Diferentemente dos moradores dos sobrados que podiam importar os produtos estrangeiros diretamente da Europa, a loja e livraria de Garraux era uma alternativa aos menos abastados, como esses outros tipo sociais.

Partindo dessas ponderações, os próprios produtores de estrangeirismos podem ser vistos como consumidores, haja vista que Garraux, juntamente com seus agregados e funcionários poderiam configurar um público para essa moda europeia que começa a invadir a cidade e é alvo das críticas de Smarra. Junto a eles, estão os tipógrafos, tradutores, jornalistas, os próprios escritores de folhetim, vistos também como um público para os objetos culturais importados e que transformam as coisas locais na maneira chinesa do arremedo. Portanto, não somente o dono da livraria francesa, os próprios realizadores do jornalismo paulistano, sobretudo daquele que é recreativo (relativo ao folhetim, à moda e às propagandas), são ao mesmo tempo produtores e consumidores, restando saber em que condições sociais isso se produz.

3.3.3.3. A imprensa local

O primeiro jornal diário a se estabelecer na província de São Paulo foi *O Constitucional*,[665] vindo em seguida o *Correio Paulistano*, em 1854. Depois dele, vieram o *Diário de São Paulo* (1865), *A Província de São Paulo* (1875), *O Diário Popular* (1884), *A Platea* (1888) e o *Commercio de São Paulo* (1893).[666] É válido lembrar, porém, que jornal na província de São Paulo existiu desde a década de 1820, com *O Farol Paulistano* (1827-1833),

---

[664] Nelson Werneck Sodré, *História da imprensa no Brasil*, op. cit., p. 226.

[665] Cf. Ernani Silva Bruno, *História e tradições da cidade de São Paulo*, op. cit., p. 838.

[666] Cf. Heloísa de Faria Cruz, *História da cidade de São Paulo: a cidade no Império 1823-1889*, op. cit., v. 2, p. 358.

impresso num prelo de madeira que permitia uma tiragem de mais ou menos 25 exemplares.[667] Na verdade, entre 1820 e 1850, entre *O Farol Paulistano* e o *Correio Paulistano*, houve muitos outros jornais, como: *O Observador Constitucional* (1829-1831), *Voz Paulistana* (1831), *O Federalista* (1832), *O Novo Farol Paulistano* (1831-1835), *O Nacional* (1836), *O Tebyreça* (1842) – todos voltados às questões políticas e econômicas de pequenos grupos de liberais ou de conservadores. Existiram também, nesse período, os jornais oficiais intitulados *O Paulista Official* (1834), *O Paulista Centralizador* (1838) e *O Governista* (1842-1848). Não se pode deixar de mencionar também os inúmeros jornais assumidamente partidários e produzidos pelos estudantes da Faculdade de Direito, como: *O Ypiranga* (1849-1854) e *O Conservador* (1851), *O Clarim Saquarema* (1851), *A Honra* (1854); somam-se aos jornais as inúmeras revistas que merecem também destaque: *Revista da Sociedade Philomathica* (1833), *Ensaios Literários do Atheneu Paulistano* (1853-1863), *Revista Mensal do Ensino Philosophico Paulistano* (1851-1860), entre outras que já citei e que circularam na província entre as décadas de 1820 e 1860. Em relação aos jornais que antecederam o *Correio Paulistano*, todos tinham como característica o número reduzido de páginas e colunas, com folhas pequenas e uma tiragem bastante limitada também, além de não serem diários, mas publicados quinzenal, semanal ou mensalmente. Sobre as tiragens do *Correio*, é importante comentar que foi um dos únicos jornais a sofrer algumas mudanças nos meios técnicos: de 1861 a 1867 a tiragem subiu de 450 exemplares (1861) para aproximadamente 800 exemplares (1866) graças à substituição da impressão no prelo de pão, movido à mão, para a "machina Alauzet".[668] É pouco, mas implica, sobretudo, algumas alterações no quadro de assinantes, conforme irei apontar.

Quanto à forma e ao conteúdo do *Correio*, no corpo do jornal, sempre na primeira página, há a publicação dos debates da Assembleia Legislativa Provincial e, logo abaixo, em negrito e letra maiúscula, aparece a insígnia folhetim (FOLHETIM), seguida do título (no nosso caso, "Em falta de melhor"). Nas outras três páginas merecem destaque a coluna intitulada "Variedade", os diversos anúncios (publicidade de Colégio, oferta de aluguel de camarote no Teatro São José, venda de sobrados e chácaras, anúncios sobre escravos fugidos, pílulas para diversos males, como as pílulas do Dr. Kemp, nomes de restaurantes, roupas, venda e aluguel de livros, anúncios de algum livreiro), e o "Noticiário", que, diga-se de

---

[667] Cf. Heloísa de Faria Cruz, *História da cidade de São Paulo: a cidade no Império 1823*-1889, op. cit., p. 351.

[668] Cf. Alberto Sousa, *Memória histórica sobre o Correio Paulistano*, São Paulo: Typografia a vapor. Rosenhain e Meyer, 1904, pp. 56-57. Ver também Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa no Brasil*, 4ª ed., Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 188.

passagem, no dia 26 de agosto de 1866 (data da crônica inaugural de Varella), trouxe o seguinte informe: "Folhetim – O nosso folhetinista, Alfredo Cramer, está fora da terra, e, por este motivo, outra pessoa encarregou-se do folhetim que publicamos hoje".[669] Esta pessoa, vale lembrar, é Smarra, que agora já dispensa apresentações.

É importante destacar que, no mesmo espaço do rodapé da primeira página do *Correio*, em que se publicaram, entre 1866 e 1867, romances-folhetins – como *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antonio de Almeida[670] – encontram-se variadas crônicas, como a que foi analisada demoradamente, e na qual se narra de tudo um pouco, sem perder de vista o leitor. Ora elogiando ou advertindo, ora ironizando ou rindo de tudo, o folhetim trata de literatura, de moda, da última peça de teatro representada no Teatro São José, de relatos de viagem, da economia doméstica, o que nos permitiu indagar também sobre a presença das mulheres como os outros representantes também do público (voltarei ao assunto).

Esta generalidade do assunto, do estilo e, muitas vezes, do tom é comum em Smarra e em outros rodapés assinados por Alfredo Cramer, C. Rossi etc., bem como em outros folhetinistas que usam nomes ou pseudônimos para publicarem sua literatura na forma de discurso em prosa (certas vezes em verso), com um estilo empolado e com propostas às vezes absurdas, outras vezes engraçadas e extravagantes, especialmente quando o assunto é o folhetim e a moda.[671] Assim, em se tratando do *Correio*, as crônicas de Smarra aparecem sob a insígnia FOLHETIM, enquanto as *Variedades* ocupam, às vezes, a segunda ou a terceira página do jornal. Ali aparecem crônicas também, mas sobressaem especialmente contos, que destoam do rodapé por possuírem um caráter mais dramático, como o conto "O homem sem lágrimas", assinado por Alexandre Dumas – eis nosso escritor de sucesso também na terra de Amador Bueno, como exemplo de novas transferências culturais.[672] Portanto, no *Correio*,

---

[669] *Correio Paulistano,* Microfilme do Arquivo do Estado de São Paulo. Cód. 04.01.013 – 26 de Agosto de 1866.

[670] *Correio Paulistano,* Microfilmes do Arquivo do Estado de São Paulo, Cód. 04.01.013 e 04.01.014, ref. 1866-1867. Devo dizer que romances-folhetins como *O Palácio de Niorres*, de E. Capendu; *Hespanha – Scenas de Viagem*, de Julio César Machado; *Do Porto a Braga*, de Camillo Castello Branco começam a figurar no rodapé, embora se sobressaia a literatura com teor mais satírico, antimelodrama, antifolhetinista por excelência.

[671] "Cães vadios, livres farejadores do cotidiano, batizados com outro nome vale-tudo: a crônica. Cães sem dono, também, pois são na maior parte anônimos ou assinados com iniciais. Envergonhados, quem sabe, de um escrito que não se enquadra propriamente num gênero, que é quase uma fala, coisa de casa, useira e vezeira, literatura de pé de chinelo". Marlyse Meyer, *As mil faces de um herói-canalha e outros ensaios*, op. cit., pp. 154-155.

[672] A publicação desse conto no Brasil no jornal *Correio Paulistano*, nos dias 13, 17 e 18 de outubro de 1866, foi mais uma vez um objeto de contrafação por meio das edições vindas da Bélgica para a província de São Paulo. Quanto à presença das edições belgas na cidade, vimos no capítulo anterior o testemunho de Alencar sobre as edições belgas dos livros de Balzac que ele lia quando estudante da Faculdade de Direito. Em relação ao conto de Dumas, consta do livro *Contes pour les grands et les petits enfants*, publicado originalmente no jornal de Dumas *Le Monte-Christo* e editado na Bélgica por Alphonse Dürr, em 1859, fazendo parte da coleção Hetzel. Cf. *Dictionnaire Dumas*, op. cit., p. 134.

concorrem para o entretenimento do leitor os romances-folhetins, os contos, as crônicas que estamos analisando, mas também os anúncios, sobretudo acerca do comércio de mercadorias diversas: roupas, utensílios domésticos, charutos, cartolas, bengalas, bebidas como chá, livros, enfim, uma variedade de coisas que vinham, principalmente, do estrangeiro e que podiam entreter a família paulistana nuclear, também assinantes do jornal.

Como disse um memorialista que viveu na cidade entre as décadas de 1840 e 1850, a publicidade não era uma marca das Gazetinhas e Noticiários que existiam em São Paulo,[673] mas pode-se afirmar que depois do *Correio Paulistano*, que tentou se estabelecer como uma imprensa moderna, a publicidade e o entretenimento necessários ao leitor eram ingredientes da imprensa local. Nesse sentido é que o jornalismo literário, com o seu folhetim, somado à publicidade nas últimas páginas, poderia ser garantia de entretenimento dominical para contentamento dos produtores do jornal e do comércio e para desespero do cronista, crítico desses novos hábitos sentidos como canhestros.

Ainda sobre o conteúdo do *Correio*, vale destacar que em 26 de agosto de 1866, dia em que foi publicada a primeira crônica de Smarra, as folhas estavam divididas do seguinte modo: na primeira página, no cabeçalho, aparecem o ano em algarismos romanos (Ano XVIII), a data (Domingo, 26 de Agosto de 1866) e o número da publicação (3.079); logo abaixo vinha o nome do jornal em negrito e letra maiúscula (**CORREIO PAULISTANO**) e, abaixo, a indicação "Diretor da Redação e Proprietário do estabelecimento Joaquim Roberto de Azevedo Marques e colaboradores diversos". Nas laterais do cabeçalho, de um lado, estão os preços para se fazerem anúncios (100 rs por linha), publicações ilustradas (50 rs), ditos particulares (100 rs), notícias diversas (100 rs) e folha avulsa (200 rs) e, do outro lado, os preços das assinaturas (para a capital 12$rs por anno e 6$rs por semestre e para fora 15$rs por anno). Sobre estes valores, podemos considerar que a assinatura anual de 12$000rs, para um jornal diário, não custava muito, especialmente se compararmos esta cifra com a quantia que um estudante recebia de mesada (50$000rs) ou um professor recebia de salário (1:000$000rs).

Dito isso, podemos concluir que o baixo custo, a mudança nos meios técnicos, o aumento de tiragens, o incremento do mercado editorial e a literatura folhetinesca foram elementos que influenciaram tanto o surgimento de um público de assinantes do jornal quanto a produção e difusão de uma cultura impressa centrada no jornalismo literário e na publicidade do comércio estrangeiro local, que fazia movimentar um público de produtores dessa imprensa, representado pelos tipógrafos, redatores, escritores etc. Por outras palavras, a

[673] Firmo de Albuquerque Diniz [Junius], *Notas de viagem*, op. cit., pp. 32-33.

presença marcante de jornais e revistas, produzidas fora do corpo acadêmico, indica, além da existência de leitores-assinantes, que os próprios produtores possuem a característica de consumidores das notícias, dos folhetins e da publicidade da época, configurando um tipo público consumidor interessado nos aspectos recreativos da imprensa.

Mas, diante desse jornalismo com ares recreativos do *Correio Paulistano*, como fica a questão do jornalismo político? E a publicação das Atas da Assembleia Provincial no alto da primeira página e que demanda outro tipo de público consumidor? Sobre essas perguntas, posso adiantar que este conteúdo político e oficial existe no jornal, e Varella se envolve com ele na condição de membro da redação do *Paulistano*; entretanto, por não se ocupar diretamente disso nas crônicas estudadas, não temos nada a acrescentar sobre essas questões. Considero que não venha ao caso buscar ajustar a questão do jornalismo literário e a tentativa de caracterização do público de Varella a uma questão política.[674] A opinião de Smarra sobre política parece-me clara, pois ele não está interessado nesses assuntos cujas decisões não são nem tomadas, nem efetivadas, dentro da imprensa, muito menos no rodapé do jornal de domingo. Sua questão é a forma como a sociedade repõe a importação das ideias, gostos e costumes europeus, e dentro desse esquema o próprio *Correio* e sua redação são alvo da ironia de Smarra, afinal, era um dos responsáveis pela difusão de um gosto francês marcado pelo folhetim.

Diante disso, para encerrar, vale um último exemplo sobre a paisagem urbana e sertanista de São Paulo para matizar o que viemos tratando sobre a crítica de Smarra aos estrangeirismos.

O memorialista Firmo de Albuquerque Diniz, pseudônimo Junius, divide a cidade de São Paulo na década de 1880 em duas zonas. Na primeira, na "zona temperada",

> A gente que ali nasceu [...] mantém os mesmos hábitos e costumes antigos: ouve missa cedo, almoça às oito horas, janta às duas, ceia às sete e em seguida reza o terço, às oito vai dormir; não frequenta teatros e outros divertimentos públicos; suas reuniões se fazem por ocasião das festas de Santo Antonio, São João e São Pedro, ou para as rezas em algumas noites no cemitério à rua da Glória, ou para as festas de Santa Cruz ou nos lados da Estrada Vergueiro.[675]

Como vemos, trata-se de uma sociedade religiosa e pacata, o que reforça aquela assertiva de São Paulo ser até a década de 1860 "uma aldeia de ares coloniais, marcada pela rude herança bandeirante e pela origem jesuítica". Contudo, essa visão de que se tratava de

---

[674] Agradeço ao Prof. Nelson Schapochnik haver apontado essa questão no momento da qualificação de doutorado.

[675] Junius Diniz apud Ana Montoia, "O ideal de cidade: a reforma dos costumes e a gênese do cidadão em São Paulo", in: *História da cidade de São Paulo*, op. cit., p. 157.

uma cidade cuja história no século é contada pela "falta" ou pelos ausentes, como diria Smarra, às vezes era questionada por conta dos ares de progresso que a ferrovia e o comércio local movimentavam na cidade, a chamada "zona tórrida", mais agitada e colorida: "[...] a população revela grande atividade; os habitantes parecem ser contentes, passeiam, divertem-se, frequentam os cafés e confeitarias; são coloristas", sintetiza Ana Montoia.[676]

Entretanto, nos anos anteriores, para mencionar apenas a década em que Varella publicou suas crônicas, os historiadores de São Paulo são taxativos sobre as precariedades estruturais da cidade no lugar de progresso: havia, por exemplo, deficiência no abastecimento de água, secas e depois enchentes por conta das chuvas tardias, que resultaram em problemas de higiene e muitos casos de doenças; apesar da ferrovia, da comercialização do café ou mesmo do recrutamento para a Guerra do Paraguai, que ajudou a movimentar o comércio e as hospedarias por conta do alistamento, tudo isso demorou a se reverter em desenvolvimento para a cidade; tampouco existia sistema de iluminação eficaz, muito menos transporte público (o bonde será uma realidade apenas no final do século); não existiam espaços públicos a serem frequentados pela população, o primeiro café aberto e o primeiro comércio com produtos importados, por exemplo, datam do decorrer da década de 1860. Conforme vemos, os problemas estruturais da cidade eram muitos e, apesar das pequenas mudanças trazidas pelo transporte e o comércio, por exemplo, elas não pareciam suficientes para minimizar o quadro de atraso estabelecido. Esse fato nos leva a Varella novamente, que, se não toca nesses assuntos diretamente, pelo menos os evoca quando expõe sua crítica àqueles tipos sociais de leitores que descrevemos, os quais pareciam ter a necessidade de transplantar gostos e costumes europeus para amenizar esses problemas estruturais existentes dentro da comunidade paulistana.

Existia um público-interlocutor que era íntimo e alvo da ironia de Smarra porque falseava a realidade; existia um público-externo caracterizado como um tipo mais popular e que Smarra evoca na sua crônica ora como a família brasileira, ora como a "população" ou "homens e mulheres, velhos e crianças" que "macaqueiam" a realidade sertanista com exageros parisienses (vide Crônica III). Trata-se de um tipo social encontrado entre a população leitora da cidade, por sua vez envolvido nos problemas locais e fazendo uso do jornal no qual Smarra publica suas crônicas, para expor as questões sociais que o afligem. Refiro-me aos assinantes do jornal, considerados o público-externo por conta do seu caráter

[676] Cf. Ana Montoia, "O ideal de cidade: a reforma dos costumes e a gênese do cidadão em São Paulo", in: *História da cidade de São Paulo*, op. cit., pp. 153-157.

popular e da relação indireta que têm com o cronista, porque se dirigem ao redator e não propriamente ao escritor.

3.3.3.4. Leitores-assinantes

Apresentarei aqui uma série de correspondências publicadas na seção "A pedido" do *Correio Paulistano*. Vou considerar essas cartas como evidências sobre os leitores-assinantes do jornal, à medida que são endereçadas à redação. Não importa se estamos tratando ou não de signatários ou mesmo de artimanhas literárias dos próprios jornalistas e folhetinistas, por exemplo, tentando criar um ambiente de leitura na província. O importante é que se trata da construção de um imaginário de leitura do jornal por parte dos epistolares, não cabendo aqui comprovar se eram atos de leitura do jornal ou da crônica de Varella, uma vez que não há documentos para isso. Para esse fim teríamos que encontrar outras evidências, testemunhos de leitura de fato, tal como vimos com Alencar. O leitor verá que, da maneira como as cartas são apresentadas (as estratégias de apresentação demonstrando serem leitores curiosos e atentos), os estereótipos literários como os pseudônimos, citações, súplica etc. parecem tratar das experiências dos leitores do jornal, embora só possamos afirmar que se trata de um imaginário de leitura criado pelo *Correio Paulistano*, o que não deixa de ser bastante significativo e cheio de elementos para pensarmos no público-externo da época.[677]

Dito isso, passemos à primeira epístola:

> Sr. Redactor
> A lavoura está actualmente reconhecida por todos, que é o melhor ramo de riqueza que temos no Brasil, e depositamos fé que d'ora em diante torna-se para nós mais presenteira, e de maior vulto, em razão de que já rolam em seus trilhos as locomotivas da nossa estrada de ferro, tão desejada há muitos annos, e esperada ansiosamente para dizermos que temos uma estrada de ferro que dá transporte á nossas cargas, como de facto já dá [...].
> Com este melhoramento grandioso das estradas, indo reveste-se de animo e esperança, pois que esta falta tem sido, até a quadra presente, uma das causas que tem trazido embaraços para a lavoura, além daquellas que o exm. Conselheiro Paula Souza [trecho danificado] fez menção no seu muito bem elaborado relatório; o exm. Ahi patenteou verdades taes, que muito applaudimos de as ter ouvido de um ministro paulista, com que mostrou desejo de favorecer a classe da agricultura.
> [...] lembramos que já era bastante útil até o meio da estrada, quatro e meia léguas, que vem a ser no lugar chamado – Borda da Matta [refere-se até onde se estende a malha ferroviária]. É um bonito lugar, e que merecia ser visitado pelo jovem poeta Fagundes Varella, estamos certos que a vista aprasivel deste lugar, bella inspiração causaria a este famoso poeta brasileiro.
> [...]

[677] Inspiro-me nas sínteses de Judith Lyon-Caen, *La lecture et la vie*, op. cit., pp. 119-122. Agradeço ao Prof. Guilherme Gomes Junior ter me estimulado a pensar essa questão na ocasião do exame de qualificação.

> Sr. Redactor, certo em o compromisso feito por nossa parte de escrevermos algumas linhas para o seu muito lido "Correio Paulistano" por isso vão estas com fiel cumprimento e dada publicidade, obrigado ficará seu assignante e leitor. Arnauld[678] [Mogy-Mirim, 25 de agosto de 1866]

Quando essa carta foi publicada, a província de São Paulo era governada pelo partido progressista, formado por elementos mais moderados do partido conservador e do partido liberal, estando a província sob a presidência de Zacarias de Góes e Vasconcelos, enquanto o Ministério da Agricultura e também o do Transporte do Brasil eram chefiados por Antonio Francisco de Paula Souza, segundo menciona o autor da carta. São Paulo nesse momento experimentava uma aceleração econômica por conta da estrada de ferro, em funcionamento havia dez dias[679] e que favorecia o escoamento do café,[680] conforme também indica o autor da carta, aparentemente assinada por um pseudônimo.

Faço essa afirmação baseado na hipótese de que talvez Varella seja o autor dessa correspondência. Esta rápida conclusão tem alguns fundamentos, visto que, depois de tudo o que se leu sobre a trajetória de Varella no corpo acadêmico e na imprensa, não é de se duvidar que o escritor tenha resolvido criar outro pseudônimo (Arnauld)[681] e se passar por um assinante, que era agricultor e morador dos arredores. Assim, na pena desse cidadão desconhecido, o nome Fagundes Varella era lembrado, exatamente no mesmo dia em que entrava para a redação do jornal. Nesse sentido, essa carta funcionaria como uma propaganda, um holofote que iluminaria, mais uma vez, o nome do poeta Fagundes Varella no interior das páginas do *Correio*, enquanto na primeira página Smarra assinava a crônica, sem que talvez

---

[678] *Correio Paulistano*, 26 de agosto de 1866, seção "A pedido". Microfilme do Arquivo do Estado de São Paulo.

[679] O decreto para a construção da estrada de ferro é de 26 de abril de 1856, mas somente em 15 de maio de 1860 foram iniciados os trabalhos em Santos, e meses depois, em 24 de novembro de 1860, era a vez de São Paulo receber os trabalhadores da estrada de ferro que ia ligar Santos a Jundiaí. Contudo, ela iria começar a funcionar somente em 15 de agosto de 1866. Vale destacar os nomes envolvidos nesse processo de construção da ferrovia: começou com Marquês de Monte Alegre, Conselheiro José Antonio Pimenta Bueno, passou pelas mãos do Marques de São Vicente e terminou sob a organização de Visconde de Mauá. Cf. *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo seguidos da cronologia dos acontecimentos desde a fundação da Capitania de São Vicente até o ano de 1876*, coligidos por Manuel Eufrásio de Azevedo Marques e publicados por deliberação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, São Paulo: Livraria Martins Editora S. A, 1952, p. 246.

[680] Richard Morse, *Formação histórica de São Paulo*, São Paulo: Difusão Europeia, 1954, pp. 91-207.

[681] Na literatura estrangeira não encontrei nenhuma referência desse pseudônimo Arnauld, escrito com "na". Existia Auguste Jean François ARNOULD, com "no", autor de "L'Homme au masque de fer" (1831), da ópera cômica *La Maschera* (1841) e da *Histoire de la Bastille depuis sa fondation jusqu'à sa destruction* (1843-1845). Também havia Arnault, com "t" no final, no lugar de "d": refiro-me a Antoine-Vicent ARNAULT (1766-1834), dramaturgo, ou o seu filho Lucien Émile ARNAULT (1787-1863), político e autor de comédias francesas, e, por fim, ao ator francês Alphonse François ARNAULT (1819-1860), que interpretou Monte-Cristo no teatro. Ver Claude Schopp, *Dictionnaire Dumas*, op. cit., pp.23-25. Também havia o escritor inglês da década de 1860, conhecido como Matthew Arnold, com "o", autor de *Cultura e Anarquia*. Cf. Raymond Williams, *Cultura e sociedade*, op. cit., p. 127.

os assinantes soubessem que se tratava da mesma pessoa, embora ficar anônimo na província não fosse uma tarefa muito fácil, como já foi apontado.

Entre as razões que nos levam a pensar em Varella como o autor da carta, atenta-se para a adulação ao poeta no texto: permite-nos deduzir que não se trata de um assinante do jornal, mas do próprio escritor ou de algum colega da redação atribuindo ora um carisma, ora um testemunho de leitura a Varella e sua poesia. No primeiro caso, essa sacralização do escritor corresponde à norma romântica daquela época, em que o culto ao poeta, ao gênio, era um *topos* literário.[682] O segundo caso é mais ilustrativo para a questão do público, pois, além da citação do nome Varella, a carta repassa o relatório do ministro da agricultura publicado em alguma folha do Império, talvez o *Jornal do Commercio* ou o próprio *Correio Paulistano*.[683] Esse recurso à citação denota que o autor da carta é um leitor também de jornais, podendo ser o próprio Smarra, um folhetinista qualquer ou mesmo um colega de Varella.

Outra hipótese sobre essa epístola é a assinatura Arnauld partir de um assinante do jornal. Digo isso porque encontrei outra carta de sua autoria, datada de 13 de setembro de 1866, mas publicada somente em 30 de setembro. Na carta figuram os mesmos assuntos da lavoura e do relatório do ministro da agricultura, embora desta vez repassados com maior riqueza de detalhes, demonstrando ser alguém iniciado nos temas da política agrícola do momento. Como vemos, podemos estar diante de um leitor-agricultor (um fazendeiro, talvez), amante da poesia e também ocupado com a terra, com o transporte da sua produção agrícola, atento à política do governo ligada ao café, à estrada de ferro etc.[684]

O fato é que a carta de Arnauld abre dois precedentes: (1º) apesar de esse outro testemunho de leitura de Varella referir-se à sua poesia e não à sua crônica, ele é de grande valia, pois denota um leitor do poeta que está localizado fora do corpo-acadêmico e para além da crítica de jornal de Machado de Assis; (2º) sendo um assinante do jornal, o próprio escritor ou um membro da redação, não importa, temos um cenário de leitura exposto nas colunas do jornal.

Diante disso, antes de passar às outras cartas, quero antecipar que, nas epístolas

---

[682] O tema da sacralização dos escritores dentro das epístolas é assunto de Judith Lyon-Caen, *La lecture et la vie*, op. cit., p. 104.

[683] Em 18 de dezembro de 1859, o *Correio Paulistano* assinou um contrato com o governo imperial para a publicação dos debates da Assembleia Legislativa Provincial e toda sorte de documentos que interessavam à província. Cf. Alberto Souza, *Memória histórica sobre o Correio Paulistano*, São Paulo: Typografia a vapor Rosenhain e Meyer, 1904, p. 37.

[684] Como se observa, as cartas dos assinantes podem assumir mais o papel de documentos paratextuais do que criações ficcionais por parte de algum redator. Cf. Gérard Genette, *Seuils*, op. cit., p. 341.

encontradas na seção "A pedido" do jornal *Correio Paulistano*, há algumas referências sobre a posição social dos assinantes do *Correio* entre 1854 e 1866, dentre os quais se identificam alguns: comerciantes, pedreiros, cozinheiras, soldados, costureiras, dona de casa, lavadeiras, mães e esposas de soldados e várias outras feições de leitores que poderiam ser caracterizados como "cidadãos", na medida em que suas cartas tematizam assuntos como a política ou questões jurídicas. Contudo, esses supostos homens e mulheres assinam suas correspondências com pseudônimos, abreviatura, apelidos, siglas ou frases ("Ratão", "X.P.T.O", "Um munícipe", "O hygienico", "O amigo da polícia", "O Censor", "O Logrado", "O que não é sandeu", "Outro homem do povo", "Tudinha", "Chiquinha" etc.), o que impede uma caracterização mais precisa do perfil desses leitores, mas possibilita indicar um ambiente de prática epistolar, de leitura e advindo dos estratos médios e baixos por conta dos ofícios realizados por esses leitores-assinantes. Além disso, o que inicialmente nos chama a atenção nesses leitores, anônimos ou não, é a postura e o posicionamento político, que caracterizam um tipo de indivíduo, na capital da província, que conhece as leis, os direitos e os deveres. Vejamos um exemplo:

> Senhor Redactor: – Tem de realisar-se muito breve o contracto para a illuminação da cidade, e como eu sou um dos moradores de um dos arrabaldes da cidade, onde há lampiões *pro formula*, e que nunca se acendem, aproveito-me da sua recém-nascida folha para pedir á *Sua Excelência* que descarregue a mão no apllicar as multas, visto que até ao presente o contractador nenhum caso tem feito das que lhe tem sido applicadas, como prejuizo do público que anda por ahi ás marradas pelo escuro.[685]

Quem assina a carta é "Um dos que tem soffrido", e esta é uma entre as mais de trinta cartas analisadas, cujo assunto mais frequente são as reclamações quanto à precariedade da administração pública e à recusa em atender às reivindicações da população. Mas há também assuntos relativos à vida comercial, à Guerra do Paraguai, à troca de correspondências entre os leitores (como o que aconteceu entre a "Comade Tudinha"[686] e a "Chiquinha"[687]; entre as famílias que queriam comunicar-se com os soldados, "voluntários da pátria", e vice-versa, os que, na capital da província, preparavam-se para a guerra). Enfim, o jornal tem uma utilidade pública para os leitores-assinantes oitocentistas, espaço para o desenvolvimento de uma

---

[685] *Correio Paulistano*, 28 de junho de 1854, seção "A pedido". Cf. *Críticas, queixume e bajulações na imprensa brasileira do século XIX: cartas de leitores*, op. cit, p. 236.

[686] *Correio Paulistano*, 12 de agosto de 1865, seção "A pedido". Cf. *Críticas, queixume e bajulações na imprensa brasileira do século XIX: cartas de leitores*, op. cit., p. 259.

[687] *Correio Paulistano*, 25 de agosto de 1865, seção "A pedido". Cf. *Críticas, queixume e bajulações na imprensa brasileira do século XIX: cartas de leitores*, op. cit., p. 261.

feição de opinião pública, na medida em que interagem diferentes tipos sociais com os interesses mais diversos, expondo um ambiente urbano marcado por problemas sociais e que contrasta com a questão do francesismo que Smarra diz nutrir também esse público.

A grande maioria desses assinantes parece ser oriunda de uma camada social baixa e de pequena renda, todos distantes dos sobrados patriarcais e das chácaras, distantes da classe média dos bacharéis e dos doutores, próximos dos estudantes, porque lhes prestam serviços, e com algum poder aquisitivo e alguma instrução suficiente para consumir e gestar, na condição de leitor-assinante, o *Correio Paulistano* e também os modismos que foram introduzidos juntamente com a imprensa, alvo da ironia de Smarra.

Por outras palavras, a seção "A pedido" é um espaço reservado aos moradores da cidade e dos arredores, que se dirigem ao "Senhor Redactor", mui respeitosamente, para que ele os ajude em suas reclamações, anúncios, críticas e assuntos diversos, conforme se pode observar numa carta enviada pela senhora "Miquelina do Amor Divino", cozinheira da Rua do Matafome, hoje Rua Araújo (entre a Av. Consolação e a Rua Marquesa de Itu, no centro da cidade de São Paulo), dona de um estabelecimento onde os principais frequentadores, segundo ela, são os estudantes, amantes da "mimosa manteiga" e do "vinagre" que ela compra na "casa de negócios" do senhor Miguel, localizada na Rua da Quitanda. A reclamação da assinante consiste em relatar a triste mudança de um "bexiguento" para esta rua, em um quarto de sobrado. Trata-se de um "captivo de homem rico", que preocupa não dona Miquelina, que está vacinada, mas sua "pequenina, que me carrega o balainho", e que pode ficar contaminada com as doenças deste escravo. Diante do triste fato, a cozinheira clama ao "Senhor Redactor" para que "vejão isso, a bem das nossas leis, e independência da nossa constituição, e pacto fundamental, que os ditos meus estudantes tanto fallão quando estão fazendo o quilo".[688]

Com esse último exemplo, o que podemos deduzir deste público de caráter mais popular, alvo da crítica de Smarra, é que ele tinha duas vias de acesso ou contato com os estrangeirismos: a imprensa e os estudantes que frequentam seus estabelecimentos.

A presença desses leitores-assinantes revela a existência de indivíduos com capacidade de ler e escrever, que pertencem a um determinado grupo socioprofissional, como os pequenos comerciantes, atestando, por sua vez, que certo grau de escolarização e algum poder aquisitivo são elementos essenciais para que possa existir um público de assinantes. Por outras palavras, para a formação de um público um fator importante é o nível de instrução, e

---

[688] *Correio Paulistano,* 16 de junho de 1863, seção "A pedido". Cf. *Críticas, queixume e bajulações na imprensa brasileira do século XIX: cartas de leitores*, op. cit., pp. 247-248.

dentro deste nível estão incluídos outros fatores como a profissão e a renda.[689]

Sobre o processo de escolarização em São Paulo, fora a Faculdade de Direito, havia poucas instituições voltadas ao ensino das classes menos favorecidas. Como a elite paulistana educava seus filhos em casa ou mandava-os estudar no exterior, conforme vimos no relato de Maria Paes de Barros, demorou um tempo para que as outras camadas sociais tivessem acesso à educação financiada pelo Estado ou pela empresa privada.

A capital da província de São Paulo em 1872, segundo o *Anuário Estatístico do Brasil*, de 1916,[690] contava com:

Número de habitantes	Homens	Mulheres	Solteiros	Casados	Viúvos	Brasileiros	Estrangeiros
31.385	15.728	15.657	22.375	7.633	1.377	28.926	2.459

Quadro 13: População da capital da província de São Paulo, segundo gênero, estado civil e nacionalidade.

Na década anterior, 1860, os números aproximados chegam à casa dos vinte e um mil e novecentos habitantes;[691] não conseguimos, contudo, obter dados estatísticos mais detalhados sobre a população. Sobre a instrução na capital da província de São Paulo, entre os anos de 1860 e 1869, houve uma única instituição de ensino fundada na cidade.[692] Já em relação às instituições e aos estabelecimentos que possuíam bibliotecas, entre 1825 e 1860,[693] veja-se o quadro:

Nome da Instituição ou Estabelecimento	Tipo de Instituição ou Estabelecimento	Data da fundação da Biblioteca
Faculdade de Direito	Federal	1825
Escola Normal Secundária	Estadual	1846
Seminário Provincial	Particular	1856
Collegio Diocesano de São Paulo	Particular	1856
Club Germânia	Particular	1858
Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência	Particular	1859

Quadro 14: Bibliotecas existentes na província de São Paulo

---

[689] Cf. Pierre Bourdieu e Alain Darbel, *O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público*, op. cit., pp. 53-54.

[690] Ver Tabelas: "População das Capitaes dos Estados do Brazil (1872, 1890, 1900 e 1910)" e "População das Capitaes dos Estados do Brazil por sexo, estado civil e nacionalidade, segundo os recenseamentos de 1872, 1890 e 1900", In: *Directoria Geral de Estatistica, Annuário Estatistico do Brazil, 1º ano (1908-1912), Território e População*, Rio de Janeiro: Typografia da Estatistica, 1916, p. 256 e pp. 298-299, volume I (edição bilíngue: português/francês).

[691] Laurence Hallewell, *O livro no Brasil: sua história*, op. cit., p. 128.

[692] Tabela: "Estados, Districto Federal e Território – Número de instituições fundadas", In: *Directoria Geral de Estatistica, Annuário Estatistico do Brazil, 1º ano (1908-1912), Cultos, Assistencia, Repressão e Instrução*, Rio de Janeiro: Typografia da Estatistica, 1927, p. 453, volume III (edição bilíngue: português/francês).

[693] Tabela: "Bibliotecas existentes", In: *Directoria Geral de Estatistica, Annuário Estatistico do Brazil, 1º ano (1908-1912),Cultos, Assistencia, Repressão e Instrução*, op. cit., pp. 580-582.

O que se observa é que uma única instituição pública secundária em São Paulo, a "Escola Normal Secundária", oferecia algum tipo de instrução à população que não podia pagar pelo ensino particular. O ensino público superior ficava por conta da Faculdade de Direito, enquanto sobre o ensino primário não temos nenhuma informação dessa época.[694] Resta dizer que, segundo o primeiro anuário estatístico realizado no Brasil, em 1872, o número de pessoas que sabiam ler e escrever era de 1.564.481 – portanto, somente 10% da população nacional, composta por 10.112.061 de habitantes.[695]

Apesar de não termos dados muito precisos sobre São Paulo, especialmente na década de 1860, supõe-se que pelo número reduzido de instituições públicas, de bibliotecas públicas (duas), a instrução da população era adquirida, desde a infância, através dos professores e do ensino particular. Nesse sentido, os leitores-assinantes ou escreventes das cartas do *Correio Paulistano*, que possuíam média ou pequena renda, podem ser vistos, diante desse quadro nacional e provincial, como "minúsculos recifes letrados em vastos oceanos iletrados".[696]

De todas as cartas recuperadas entre 1854 e dezembro de 1866, a posição social ocupada pelos assinantes não figura para além de uma espécie de "classe média em gestação", que sabia ler e escrever e dispunha de rendimentos suficientes para pagar a assinatura anual do jornal. O grau de competência artística desse leitor, no entanto – isto é, se possuía "controle relativo ao conjunto dos instrumentos da apropriação da obra de arte, disponíveis em determinado momento do tempo, ou seja [...] a condição da decifração das obras de arte oferecidas a determinada sociedade, em determinado momento do tempo"[697] – foi possível verificar em apenas três cartas de leitores, as únicas em que encontramos evidências de competências literárias. Uma delas, que já lemos, foi assinada pelo Sr. Arnauld. Das outras duas, reproduzirei alguns trechos:

> Senhor redactor. – Findou-se hontem o bissexto de 1864. Segundo os annuncios que você fez no seu jornal a cousa não ocorreu lá muito agradável. Quebras, guerras, chuvas de pedra e outras polemicas tudo incommodou os nossos cidadãos. A mim, graças a *São Benedicto*, de que sou irmão, não me chegou mal. Só tive augmentos [...]. De forma que, pelo que lhe digo, fique você sciente que nada me falta e tenho mais do que preciso.
> Nas horas vagas leio o seu *Correio Paulistano* que traz sempre boas petas, e depois embrulho queijo no papel. Agora, como o tal anno acabou-se, a mulher disse-me que escrevesse ao homem das folhas para tornar a ser assignante. Eu não queria mais saber de histórias; mas emfim mande você outro vez o *papelucho*, e ahi vai

[694] O único dado estatístico encontrado sobre a educação infantil, referente ao Brasil como um todo, é de 1854: 65.413 crianças alfabetizadas. Ver P. Kidder e J. C. Fletcher, *O Brasil e os brasileiros*, op. cit., p. 198.

[695] Cf. *Anuário Estatístico do Brasil: Ano VI-1941/1945, Instituto de Geografia e Estatística, Conselho Nacional de Estatística*, Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1946, p. 21.

[696] Benedict Anderon, *Comunidades Imaginadas*, op. cit., p. 43.

[697] Pierre Bourdieu e Alain Darbel, *O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público*, op. cit., p. 71.

> cobre para 6 mezes. Ponha este ano cousas bem engraçadas; quero-me rir a custa dos tolos; senão dou com o jornal nas ventas do folheiro e leva tudo o diabo. Por oras, adeos e sou
> O seu freguez das folhas. Mendo Paes[698]

Visto que não apresentei a carta como um todo, gostaria de destacar que o Sr. Mendo Paes é um comerciante católico bastante orgulhoso da sua sorte: gaba-se todo o tempo das virtudes profissionais e da abundância financeira e cultural que cercam sua família, pois até seu filho Manoel, "vulgo Manduca, está fino como um doutor. Já soletra a carta de nomes que dá gostos". A partir da referência a S. Benedito, o santo negro, poderíamos indagar se não estamos diante de um mulato, nos termos de Gilberto Freyre, que herdou do pai português a posição de comerciante. Refiro-me à herança portuguesa por conta das evidências ligadas ao nome do filho, Manoel, e do sobrenome Paes, denotando um tipo caixeiral em São Paulo.

Em relação ao fragmento citado, importa destacar que o assinante, bastante influenciado pela sua mulher, possivelmente uma leitora ou uma ouvinte (não importa), pede que se estenda para mais seis meses a assinatura, porque ambos estão interessados em ler mais histórias que os façam rir. É provável que estas histórias, "sempre boas petas", sejam as crônicas, os contos e/ou romances-folhetins publicados no rodapé da primeira página, mas não os "annuncios". Afinal, estes (a publicidade do jornal) não davam notícias das guerras ou das chuvas, da má sorte da população etc.; ao contrário, isso era assunto da crônica-folhetim, o mesmo tipo de texto de que se ocuparia Varella um ano e meio depois que esta carta foi impressa. Outro dado interessante é a característica efêmera do jornal, declarada por esse assinante: depois de ler e "rir a custa dos tolos", termina embrulhando o queijo, que com certeza comercializa, no papel do jornal.

Sobre a característica efêmera do jornal, vale retomar a síntese de Benedict Anderson:

> [...] o jornal é apenas uma 'forma extrema' do livro, um livro [de] popularidade efêmera. Será que podemos dizer: *best-sellers* por um dia? [...] é curioso que uma das primeiras mercadorias de produção em série já prenunciasse a obsolescência intrínseca dos bens duráveis modernos [...]. Sabemos que as edições matutinas e vespertinas vão ser [...] consumidas entre esta e aquela hora, apenas neste, não naquele dia. (Compare-se com o açúcar, que é usado num fluxo contínuo e sem controle de horário; ele pode empedrar, mas não perde a validade).[699]

São bastante pertinentes as considerações de Anderson, ainda mais considerando que o Sr. Mendo Paes acrescenta algumas notícias da comunidade imaginada de leitores na cidade

---

[698] *Correio Paulistano*, 01 de janeiro de 1865, seção "A pedido". Cf. *Críticas, queixume e bajulações na imprensa brasileira do século XIX: cartas de leitores*, op. cit. – *grifos do autor*.

[699] Benedict Anderson, *Comunidades Imaginadas*, op. cit., pp. 67-68 – *interpolações por minha conta*.

de São Paulo. A primeira característica dessa comunidade fica por conta tanto da cerimônia de leitura descrita pelo assinante, quanto da perda da essência do jornal, a comunicação, para servir de embrulho: "Nas horas vagas leio o seu *Correio Paulistano* que traz sempre boas petas, e depois embrulho queijo no papel". Ler o que os outros estão lendo, seja a sua mulher ou o folheiro, sejam os outros cidadãos desaventurados, não importa, uma comunidade imaginada caracteriza-se pela prática da leitura como uma cerimônia sendo repetida simultânea e indubitavelmente por outras pessoas, cuja identidade, neste caso particular, não é importante saber. No caso específico de São Paulo, é provável que o Sr. Mendo Paes soubesse exatamente da identidade dos outros leitores e assinantes do *Correio* (vide o pequeno número de tiragens do jornal), talvez, comerciantes ou caixeiros como ele. Logo, estaríamos bem distantes da cerimônia de massa, na qual aparecem "milhares (ou milhões) de pessoas cuja existência lhe é indubitável, mas cuja identidade lhe é totalmente desconhecida", descrita por Benedict Anderson.[700] Porém, talvez pudéssemos falar de um embrião de comunidade imaginada, sem cometer com isso uma incoerência conceitual.

Feitas estas considerações, passemos a outra carta:

> Senhor redactor.
> Sou uma assignante das suas folhas por minha conveniência e das meninas, que gostão de ler os romances e as pilherias que o *senhor* bota todos os dias.
> Na realidade são muito bonitas.
> [...] As meninas ficão doudas de alegria quando leem-se esses romancinhos tão bem contados. O seu jornal é muito boa cousa, benza-o Deus. Mas para o negócio é que elle não anda cá a minha satisfação. Eu e as meninas vivemos das obras que fazemos e dos ovos da nossa criação.
> O senhor bota sempre nos jornaes os preços dos comestiveis e etc; mas não falla do preço das costuras, nem do valor dos ovos [...]. Olhe, se não se costurasse, nós andávamos nus [...]. Se em vez do expediente do thesouro vossa *mercê* pozesse o custo destas cousas, olhe que havia de ter mais assignantes.
> A tia Escolástica prometteu-me que assignava se no Correio fallase dos preços da quitanda.
> A pobre tem dias que não sabe quanto há de pedir por uma couve! *Vossa mercê* veja se introduz este melhoramento [...]. Conforme for, se eu vir que o negocio deixa, dou mais elasticidade ao estabelecimento e o *senhor* há de ter um interesse sacudido!
> Faça alguma cousa neste assumpto que não há de perder comigo [...].[701]

A autora dessa irreverente carta é a senhora Generosa Maxima, costureira, vendedora de ovos e, juntamente com suas "meninas", dedicada a fazer obras. Não sabemos de que obras se trata, muito menos a que meninas ela se refere, isto é, se são suas filhas, empregadas ou prostitutas, afinal, o substantivo "menina" sempre foi utilizado informalmente como sinônimo

---

[700] Benedict Anderson, *Comunidades Imaginadas*, op. cit., p. 68.

[701] *Correio Paulistano*, 25 de agosto de 1865, seção "A pedido" – *grifos do autor*. Cf. *Críticas, queixume e bajulações na imprensa brasileira do século XIX: cartas de leitores*, op. cit.

de meretriz.[702] Ela atesta ser costureira, ter um estabelecimento, conhecer outras comerciantes, como a quitandeira tia Escolástica, e é uma leitora dos romancinhos, conforme nos foi enunciado. Em relação ao signatário "tia Escolástica" e "Generosa Maxima", eles nos remetem a apelidos, de repente atribuídos pelos próprios estudantes: afinal, Escolástica nos remete ao pensamento medieval, enquanto "Generosa Maxima" é sinônimo de alguém demasiadamente caridoso e, possivelmente, um trocadilho com meretriz. Nessa chave, podemos pensar que ao apelidarem tais mulheres, os novatos, normalmente aqueles que praticavam esse tipo de linguajar, acabavam transformando figuras anônimas em personagens conhecidos do comércio local, a ponto de elas assumirem essas identidades quando escrevem para o jornal. Outra possibilidade seria os próprios estudantes estarem por trás desses signatários e se valendo deles para fazer uma sátira de uma dimensão do cotidiano paulistano, passando-se por essas figuras femininas. Em ambos os casos, não temos como adivinhar a situação concreta, restando a evidência do texto, que aponta para um signatário feminino e nos dá elementos para pensarmos um tipo de substrato empírico de um possível leitor-assinante da época, cujo traço peculiar é a posse da pequena propriedade que vai do artesanato ao pequeno comércio – também estou considerando aqui os exemplos anteriores, o do caixeiro Mendo Paes e da cozinheira Miquelina.

Diante disso, quero destacar que esta última carta nos coloca diante de outra questão relacionada ao tema do público de São Paulo, a saber, a presença das mulheres leitoras no século XIX.[703] Mencionei antes que figuram entre os assinantes do *Correio* uma série de mulheres que ocupam as seguintes posições sociais: costureira, cozinheira, comadre, quitandeira, lavadeira, dona de casa etc. Por outras palavras, o tipo feminino tem certa centralidade entre as cartas dos assinantes endereçadas ao jornal e isso vale também para a cidade. Afinal, as mulheres representam quase metade da população de São Paulo (49,89%, cf. "**Quadro 13**"). Apesar de este dado ter sido fornecido por uma espécie de censo de 1872, imagino que sete anos antes, quando a carta da Sra. Generosa Máxima e as de outras mulheres foram publicadas no *Correio*, os índices morfológicos da capital da província não fossem tão diferentes em relação aos números apresentados no primeiro censo.

A postura da Sra. Generosa Maxima, que afirma fazer as assinaturas segundo sua própria conveniência, vai contra um imaginário criado em relação à condição feminina durante o século XIX, em que as mulheres, isoladas da vida pública dentro de casa,

---

[702] Consultar o dicionário Houaiss, onde o substantivo feminino "menina", em seu uso informal, é também sinônimo de "meretriz". Cf. *Houaiss eletrônico*. Versão monousuário 3.0 - junho de 2009.

[703] Ver Lilian de Lacerda, *Álbum de leitura*, op. cit., 2003.

frequentando no máximo a missa e as reuniões familiares, não tinham nenhum tipo de autonomia em relação aos maridos e à família e, superados os limites do analfabetismo – que assolavam toda a sociedade brasileira mas, sobretudo, as mulheres, afinal não havia instrução para elas até a década de 1850 –, dedicavam-se somente à leitura do missal.[704]

A síntese de Ubiratan Machado aponta para a presença da mulher na vida pública num momento em que a "burguesia urbana" bastante endinheirada, festeira, amante das artes e da caridade, começava a dominar a Corte. Educadas nos vários colégios femininos que foram criados na capital, na segunda metade do século XIX, as moças das "classes" mais abastadas passaram a ser preparadas para os salões, para os eventos beneficentes, e despertadas para a literatura, especialmente os romances-folhetins, além de serem matriculadas nas aulas de piano, francês e dança: "Com a alfabetização feminina, os jornais se multiplicaram e aumentaram as tiragens. Surgiram as primeiras seções voltadas principalmente para as mulheres, como os romances de folhetim"[705]. Sem querer entrar no mérito das consequências destas leituras – conta-se que as mulheres inspiradas pelos romances acabavam morrendo de amor ou planejando seus próprios raptos –, o que importa destacar é que houve um momento em que a mulher e a vida literária se entrecruzaram. Exemplo disso foi o *Jornal das Senhoras*, de 1852, publicado e redigido no Rio de Janeiro somente por mulheres, e o *Álbum das Senhoras* de 1854. Merecem também destaque a escritora Nísia Floresta Brasileira Augusta, autora de vários livros, entre eles *Direitos das mulheres e injustiças dos homens*, e Narcisa Amália, poetisa e autora de *Nebulosas*.[706] Como estamos longe de fazer justiça à presença feminina no século XIX, pois houve muitas mulheres – algumas se passando por pseudônimos masculinos para conseguirem fazer parte da vida literária da sociedade carioca – que ajudaram a construir a nação, escrevendo ou lendo literatura, ficam aqui mais algumas rápidas considerações sobre as mulheres e a literatura naquela época.[707] Entretanto, é necessário retomar um problema específico, qual seja, a questão de as mulheres assinantes do *Correio* apresentarem-se como leitoras e escritoras de cartas, ao mesmo tempo em que colaboram para que uma feição de opinião pública se desenvolva através do jornal, à medida que as folhas da imprensa são o espaço encontrado para discutir seus diferentes interesses sociais e reivindicar melhorias.

---

[704] Cf. Ubiratan Machado, *A vida literária no Brasil durante o romantismo*, op. cit., pp. 255-256.

[705] Ubiratan Machado, *A vida literária no Brasil durante o romantismo*, op. cit., p. 257.

[706] Ver Ubiratan Machado, *A vida literária no Brasil durante o romantismo*, op. cit., p. 258-261.

[707] Sobre a questão do gênero e literatura, ver também *Gênero e literatura: teoria, história e crítica. Coleção Mulher e literatura, vol. 1*. Constância Lima Duarte; Eduardo de Assis; Kátia da Costa Bezerra (Org.). Belo Horizonte: Pós-graduação em Letras: Estudos Literários, UFMG, 2002.

Muito do que se escreveu sobre as mulheres de São Paulo estava relacionado a um tipo feminino pertencente a uma única camada social, à classe patriarcal. As mulheres enclausuradas dentro dos sobrados patriarcais de dois e três andares foram tema constante em Gilberto Freyre,[708] Ernani Silva Bruno[709] e também na memorialística de Maria Paes de Barros, bem como em outros autores. Como, porém, o tema da mulher e o sobrado patriarcal já foi discutido aqui, resta fazer algumas considerações sobre as outras mulheres de São Paulo, que ocupavam outro espaço social, a casa térrea, e cujo modo de produção não estava baseado no trabalho escravo, mas no comércio doméstico.

Em São Paulo, no século XIX, é comum encontrar nas áreas urbanas uma grande porcentagem de "mulheres trabalhadoras", que atuam como chefe de domicílio, cuidam do lar e dos filhos e realizam uma série de atividades informais: doceiras, engomadeiras, cozinheiras, costureiras, rendeiras tecelãs e donas de pequenas indústrias domésticas.[710] Segundo o censo de 1820, na zona rural, o número de mulheres chefiando a casa é de 31%, enquanto os homens apresentam um total de 81%. Nas áreas urbanas, segundo Eni de Mesquita Samara, as mulheres representam 69%, enquanto os homens apenas 19%. Os motivos deste aumento da população feminina nas cidades têm uma forte relação com a migração masculina em busca de novas oportunidades de renda. Na década de 1860, por exemplo, uma destas oportunidades econômicas foi a construção da estrada de ferro para o escoamento do café em direção ao interior da província e, além da ferrovia, a Guerra do Paraguai também pode ser vista como um dos motivos para que as mulheres, na ausência dos maridos, passassem a chefiar os domicílios nucleares. Nestes "fogos", o número de componentes era pequeno, formado em média por casal e prole, e era o mais comum em São Paulo nas famílias de baixa renda – os domicílios das elites paulistanas eram definidos como "patriarcal extenso", formado, além de casal e filhos, pelos empregados e escravos.[711] Quanto aos tipos de domicílios, é importante destacar que, em 1836, por exemplo, o número de domicílios extensos representava somente 26%, enquanto os outros 74% ficavam divididos entre as demais formas de habitação, como os "domicílios nucleares", as "aumentadas", "singulares", "desconexas" e "fraternas"; lembrando que as nucleares representam 35,4% na

---

[708] Gilberto Freyre, *Sobrados e mucambos*, op. cit., p. 139.

[709] Ernani Silva Bruno, *História e tradições da cidade de São Paulo, volume II: Burgo de estudantes (1828-1872)*, op. cit., pp. 492-495.

[710] Ver Eni de Mesquita Samara, "Família e vida doméstica no Brasil: do engenho aos cafezais", in: *Estudos CEDHAL/Centro de estudo de demografia histórica da América Latina*, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, nº 10, Nova Série, 1999, p. 48.

[711] Ver Eni de Mesquita Samara, "Família e vida doméstica no Brasil", in: *Estudos CEDHAL*, op. cit., pp. 41-49.

capital da província.[712] Contudo, o que importa ressaltar deste breve mapeamento da história da província de São Paulo é a presença considerável das mulheres chefiando a casa e cuidando da sua subsistência através de pequenos negócios, como a venda de produtos e a prestação de serviços à comunidade, como costura, alimentação, lavanderia ou mesmo a questão da prostituição, que tem um marcante papel social no século XIX, sobretudo dentro de uma sociedade patriarcal e masculina, hoje mais conhecida como machista.[713]

A presença da mulher nas colunas do jornal, reivindicando seu espaço, fazendo propaganda do seu negócio, "ameaçando" o senhor redator, é um sintoma do papel da mulher, de pequena renda, na sociedade paulistana como um todo, a saber, chefe de família e trabalhadora. Longe dos saraus, das festas, das associações literárias, (como as mulheres do Gabinete Português de Leitura) ou do espaço da opinião pública que as mulheres da corte começaram a desfrutar no Rio de Janeiro, as de São Paulo, pelo menos as que aparentam ser de média e baixa renda, mas também instruídas, encontraram na imprensa o espaço para debater questões relativas à sua posição social. No entanto, se elas não passam de uma ficção de leitoras, isso não podemos saber; o que sabemos é que esses tipos são todos femininos e figurados como integrantes e atuantes dentro de uma situação local.

A leitura dessas três cartas foi importante, entre outras coisas, para avaliarmos a presença de um leitor-assinante com competências literárias e localizado para além do círculo de leitores formado pelos escritores, folhetinistas e editores da província. Já em relação às outras cartas apresentadas, observa-se que elas dão notícia de um público leitor que sabe apenas ler e escrever, faz reivindicações e sabe de seus direitos. Porém, diante do exposto (nas cartas da Sra. Miquelina do Amor Divino e do "Um dos que tem soffrido", por exemplo), não foi possível avaliar se estes assinantes tinham condições de decifrar um texto literário. Porém, sobre esses leitores-assinantes poderem estar, nos termos de Varella, entre aqueles que eram ludibriados pelos francesismos, considero que seu contato com os estrangeirismos se dava via imprensa e através dos estudantes que eram os seus fregueses. Contudo, diferentemente dos outros tipos de público intencionado por Varella, considero que este de caráter popular era o que tinha menos condições e disposição para gestar o consumo de

---

[712] Eni de Mesquita Samara, "Mercado de trabalho, gênero e família no Brasil (1836-1996), in: *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*. São Paulo: Cultura-Secretaria Municipal, v. 57, jan-dez. 1999, p. 61; _____, *Estudos CEDHAL*, op. cit., p. 41.

[713] Não tenho elementos para abordar a questão da prostituição aqui, mas o leitor pode encontrar aspectos desse debate em Judith R. Walkowitz, "Sexualidades Perigosas" in: *História das Mulheres no Ocidente, séc. XIX*, vol. 4. PERROT, Michelle. Editora EBRADIL, 1995. O assunto são principalmente os bordéis de Paris, mas dá uma dimensão da presença feminina nessas casas de prostituição e papel social naquele momento. Em relação aos bordéis, à prostituição, à pornografia e às práticas sexuais no Brasil ver Mary Del Priori, *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*, São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.

objetos culturais importados. Como eles aparentam estar mergulhados numa dimensão do cotidiano bastante prosaica e pouco interessados em perfumes, charutos, livros e filosofia, deduzo que os problemas estruturais e urgentes da sociedade sobressaem no interesse pela moda, por exemplo.

Assim, podemos concluir que o assinante do jornal *Correio Paulistano*, consequentemente o público-externo da crônica de Fagundes Varella e de tudo o que era difundido no jornal, estava localizado em baixos estratos sociais, cujos espaços podem ser representados pelas casas térreas, chefiadas principalmente por mulheres. Havia, todavia, outros públicos, como os estudantes, a família patriarcal e os produtores que estavam mais próximos do cronista e interessados no arremedo de civilização, próprio dos públicos mais distintos e cultivados da sociedade.

Como vemos, algumas crônicas nos forneceram matéria para investigação de diferentes públicos (interlocutores ou externos), ainda que anteriormente refratados dentro da ficção. Nestas circunstâncias, pode-se afirmar que, em se tratando de uma sociologia que se baseia, entre outros fatores, na lógica dos espaços, o público de Varella estava localizado tanto nas associações literárias e nos sobrados urbanos quanto nas casas térreas ou nos estabelecimentos de negócios, na redação dos jornais, nas livrarias; em todo caso, trata-se de um público heterogêneo, de alta, média e pequena renda.

Por fim, a despeito de todos os problemas de debilidade cultural existentes no Brasil, apontados, a presença do *Correio Paulistano* em São Paulo parece ter sido decisiva para a produção, difusão e consumo de literatura: "Todos sabem [...] a influência decisiva do jornal sobre a literatura, criando gêneros novos, como a chamada crônica [...]".[714]A assertiva de Antonio Candido funciona aqui como uma síntese do que viemos analisando até agora, de que o jornal teve uma influência decisiva sobre a literatura, no século XIX, criando um novo gênero literário, a crônica, à qual se dedicaram Fagundes Varella e tantos outros escritores brasileiros, como Alencar, antes dele. Mas o jornal na província de São Paulo teve outra importância também, haja vista que o baixo custo das assinaturas e as pequenas mudanças nos meios técnicos favoreceram um pequeno aumento no número de tiragens e, consequentemente, no número de assinantes-leitores. Estes assinantes, por sua vez, estavam localizados em estratos sociais em que figuravam leitores de média e pequena renda, como pequenos comerciantes e mulheres trabalhadoras, o que revela um público de jornal e de folhetim cada vez mais heterogêneo e popular, embora isso fosse apenas um começo.

---

[714] Antonio Candido, *Literatura e sociedade*, op. cit., pp. 29-30.

Dessa forma, a crônica estudada nos ofereceu matéria para a caracterização de diferentes públicos da província de São Paulo na década de 1860: os estudantes, a família patriarcal, os produtores de estrangeirismos e os leitores-assinantes, sendo os três primeiros públicos-interlocutores, enquanto o último público-externo. Num primeiro momento a existência deste público era fictícia, imaginada ou intencionada pelo escritor; apesar disso, ela guardava relações com as condições sociais da época em que a crônica foi criada. Através desses destinatários específicos deduzidos da interpretação textual foi possível estabelecer uma relação entre o texto e a vida social, entre o texto e o contexto brasileiros. Sendo assim, a crítica textual, a biografia, as cartas, memórias etc. serviram como importante instrumento para o estudo das camadas sociais que podiam ser portadoras e suporte do folhetim impresso no rodapé do jornal *Correio Paulistano* até 1867, quando Varella se despediu do jornal e de São Paulo com aceno bastante oportuno: "[...] Até mais ver, estimáveis leitores. Smarra".

Conclusão

O trabalhou apresentou alguns elementos constitutivos para o estudo de uma fração do público literário no Segundo Reinado, relacionados ao incremento da imprensa, ao surgimento de espaços de sociabilidade, como o gabinete de leitura, a introdução de um novo gosto literário (o folhetim), a difusão da literatura francesa – em língua vernácula – e brasileira na imprensa de duas regiões do país, a existência da comunidade de emigrantes e de estudantes, as famílias portadoras dos jornais etc. Foi através do uso desses elementos que foi possível construir um conhecimento sobre determinada situação histórica nacional na qual uma fração do público tinha presença marcante. Por outras palavras, a existência do público literário esteve relacionada a um conjunto de elementos que, uma vez reunidos, possibilitaram – através de recursos formais diversos (dados históricos e empíricos, cartas, testemunhas de leitura, interpretação textual etc.) – apreender traços da realidade de determinados grupos sociais brasileiros, cuja peculiaridade estava em poder ser compreendido como público portador e suporte do folhetim, um gosto literário de uma época.

Depois de um longo percurso de análise e interpretação de alguns dados empíricos e textos literários, constatou-se, pelo menos como hipóteses que buscaram ser verificadas sociologicamente, que uma parcela do público literário de determinado gosto estudado se espraia entre a "classe" caixeiral do Rio de Janeiro e os tipos patriarcais, médios e populares de São Paulo. A tentativa de apreender os indivíduos históricos que deram suporte a uma literatura no instante em que interagiam entre si – a explicação do público passou sempre pela condição de grupo social –, levou-me a construir interpretativamente tipos e tentar validá-los num processo cuja duração são esses quatro momentos estudados, e que apontam para uma conclusão: uma fração do público literário portador/suporte de algumas obras folhetinescas abarca, portanto, os caixeiros e os estudantes do sexo masculino, os bacharéis e os produtores de estrangeirismos, a família patriarcal e os moradores das casas térreas. Em termos sociológicos, trata-se de um público formado por comerciantes pertencentes aos estratos médios, no caso do Rio de Janeiro, e um público mais heterogêneo no caso de São Paulo, dividido entre os altos estratos sociais e as camadas mais baixas da população, onde encontramos pequenos comerciantes, donas de casa, meretrizes etc.

Esse estudo de Sociologia do público literário não teve outros objetivos a não ser tentar caracterizar a posição social desse público presente tanto num gabinete quanto implicitamente nos folhetins difundidos em dois jornais do Império. O estudo de Sociologia do público literário que agora se conclui orientou-se no sentido de tentar caracterizar o

público como grupo social portador/suporte do folhetim no século XIX, encontrado na forma de romance e de crônica. Um público literário que, dentro de um intervalo de tempo (1852-1854/1860-1870/1866-1867), apresentou-se dividido entre a comunidade portuguesa do Rio de Janeiro e a comunidade paulistana, e no qual encontramos diferentes tipos sociais de leitores, atribuindo novo sentido àquela assertiva da "literatura sem leitores".

Assim como a elite, uma pequena parcela do público literário dos folhetins também perseguia as mesmas necessidades culturais e estratégias de distinção em relação ao gosto literário francês, salvo o público-externo do *Correio Paulistano*, que se ocupava mais de questões relacionadas a sua dimensão cotidiana. Mas, no geral, um gosto, que acabou resultando numa espécie de francesismo, foi predominante entre o público estudado. E como toda apropriação literária é uma relação social e uma relação de interesse e de distinção, o estudo do público pressupôs sempre o estudo de espaços sociais, ou melhor, dos espaços de sociabilidade onde os grupos sociais interagiram e deram suporte ao gosto pela literatura folhetinesca.

Referências Bibliográficas

ABREU, Márcia, *Os caminhos dos livros*, Campinas-SP: Mercado de Letras / Associação de Leitura no Brasil; São Paulo: FAPESP, 2003.

ADORNO, Sérgio, *Os Aprendizes do poder – O bacharelismo liberal na política brasileira*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de, "Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872", in: *Novos estudos CEBRAP*, nº 21, julho de 1988.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de, "Vida privada e ordem privada no Império", in: *História da vida privada no Brasil*, *Império: a corte e a modernidade nacional*, São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

PIRES DE ALMEIDA, *A escola byroniana no Brasil: suas origens, sua evolução, decadência e desaparecimento*, São Paulo: Conselho Estadual de Cultura; Comissão de Literatura, 1962.

ALONSO, Angela, *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*, São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALTAMIRANO, Carlos Altamirano e SARLO, Beatriz, *Conceptos de sociología literaria*, Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1980.

ANDERSON, Benedict, *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*, São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARANTES, Paulo, "O positivismo no Brasil: breve apresentação do problema para um leitor europeu", in: *Novos estudos CEBRAP*, nº 21, julho de 1988.

ARMSTRONG, Nancy, "A moral burguesa e o paradoxo do individualismo", in: *O romance, 1: A cultura do romance*, MORETTI, Franco (Org.), São Paulo: Cosac Naify, 2009.

AUERBACH, Erich, *Ensaios de literatura ocidental: filologia e crítica*, São Paulo: Duas cidades; Ed. 34, 2007.

AUERBACH, Erich, *Mimesis*, 4ª ed., São Paulo: Perspectiva, 2001.

AZEVEDO, Elizabeth R., *Revista Dramática: São Paulo, 1860*, São Paulo: Edusp, 2007.

AZEVEDO, Vicente Paulo Vicente de, *Fagundes Varella, Dispersos e pela primeira vez em livro – poesia – prosa*; coleção, apresentação e notas de AZEVEDO, Vicente de Paulo Vicente de, São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1970.

BARBIER, Fréderic, "La librairie allemande comme modele?", in: *Les mutations du livre et de l'édition dans le monde du XVIIIe siècle à l'an 2000*: *actes du colloque international*, Sherbrooke, 2000, sous la dir. de Jacques Michon et Jean-Yves Mollier, Paris: l'Harmattan; Saint-Nicolas (Québec): Presses de l'Université Laval, 2001.

PAES DE BARROS, Maria, *No tempo de dantes*, 2ª ed.; prefácio de Monteiro Lobato, São Paulo: Paz e Terra, 1998.

BEILER, Aloysio Clemente Breves, "O imperador do café", in: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Seção Retrato, nº 21, junho/2006 - consulta site: http://www.revistadehistoria.com.br/secao/retrato/o-imperador-do-cafe; acesso: janeiro/2012.

BENJAMIM, Walter, *Obras escolhidas III – Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*, 2ª reimpressão, São Paulo: Brasiliense, 2000.

BETTENCOURT, José de Sousa, *O fenômeno da emigração portuguesa*, Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1961.

BOTREL, Jean-François, " L'exportation des livres et modèles éditoriaux français en Espagne et en Amérique Latine (1814-1914) ", in: *Les mutations du livre et de l'édition dans le monde*

du XVIIIe siècle à l'an 2000: *actes du colloque international*, Sherbrooke, 2000, sous la dir. de Jacques Michon et Jean-Yves Mollier, Paris: l'Harmattan; Saint-Nicolas (Québec): Presses de l'Université Laval, 2001.

BOTREL, Jean-François, "La presse et les transferts culturels en Espagne au XIXe siècle (1833-1914)", in: *Presse, nations et mondialisation au XIXe siècle*, Marie-Ève Thérenty et Alain Vaillant (dir.), Paris: Nouveau monde éd., 2004.

BOURDIEU, Pierre e DARBEL, Alain, *O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público*, 2º ed., São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre, *A economia das trocas simbólicas*, 5ª ed., São Paulo: Perspectiva, 2004.

BOURDIEU, Pierre, *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*, São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BROCA, Brito, *Românticos, pré-românticos, ultrarromânticos: vida literária e romantismo brasileiro*, São Paulo: Polis, 1979.

BRUNO, Ernani Silva, *História e tradições da cidade de São Paulo*, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1953, vol. 1 e 2.

CAMILO, Vagner, *Risos entre pares: poesia e humor românticos*, São Paulo: Edusp; FAPESP, 1997.

CANDIDO, Antonio et al., *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*, Campinas: Editora da Unicamp, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CANDIDO, Antonio, "A estrutura da escola", in: *Educação e sociedade*, 6ª ed., org. PEREIRA, Luiz e FORACCHI, Marialice M., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

CANDIDO, Antonio, "A retórica tradicional", in: *Estudo analítico do poema*, São Paulo: Terceira Leitura - FFLCH-USP, 1993.

CANDIDO, Antonio, *A educação pela noite e outros ensaios*, 3º edição, 2º impressão, São Paulo: Ática, 2003.

CANDIDO, Antonio, *Formação da literatura brasileira – momentos decisivos*, Belo Horizonte: Itatiaia, 2000, vol. 2.

CANDIDO, Antonio, *Iniciação à literatura brasileira*, 3ª ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.

CANDIDO, Antonio, *Literatura e sociedade*, São Paulo: Publifolha, 2000.

CANDIDO, Antonio, *Na sala de aula*, São Paulo: Ática, 2002.

CANDIDO, Antonio, *O discurso e a cidade*, São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1993.

CARPEAUX, Otto Maria, "A literatura e os alfabetizados", in: *Reflexo e realidade*: *ensaios*, Rio de Janeiro: Fontana, s/d..

CARVALHO, José Murilo de, *A construção da ordem; a elite política imperial; teatro das sombras: a política imperial*, 2ª ed. rev., Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996, p. 329.

CARVALHO, José Murilo de, "O radicalismo político no Segundo Reinado", in: *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*, André Botelho e Lilia Moritz Schwarcz (org.), São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CATALDO, Fabiano, *A política de seleção do Real Gabinete Português de Leitura: identificação a partir da compilação de atas e relatórios do período de 1837 – 1847*. 114 f. Monografia. (Trabalho de Conclusão de Curso de Biblioteconomia) - Escola de Biblioteconomia da Universidade do Rio de Janeiro, 2007).

CATROGA, Fernando, "Os caminhos polémicos da 'geração nova'", in: *História de Portugal, o liberalismo (1807-1890)*, quinto volume.

CATROGA, Fernando, *Nação, Mito e rito: religião civil e comemoracionismo* (EUA, França e Portugal), Fortaleza: Edições NUDOC-UFC; Museu do Ceará, 2005.

CAVALHEIRO, Edgard, *Fagundes Varella*, São Paulo: Livraria Martins, s/d.

CHALHOUB, Sidney, *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*, São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney, *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHARTIER, Roger, *Práticas da leitura*, São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

COOPER-RICHET, Diana, "Introduction", in: *Passeurs culturels dans le monde des médias et de l'édition en Europe (XIXe et XXe siècle) sous la direction de Diana Cooper-Richet, Jean-Yves Mollier, Ahmed Silem*, Villeurbanne Cedex: Presse de l'enssib, 2005.

CRUZ, Heloísa de Faria. *História da cidade de São Paulo: a cidade no Império 1823-1889*, organização de Paula Porta, São Paulo: Paz e Terra, 2004, v. 2.

CUNHA, Cilaine Alves, *Entusiasmo Indianista e Ironia Byroniana*, São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) Universidade de São Paulo, 2000.

CUNHA, Cilaine Alves, *O belo e o disforme: Álvares de Azevedo e a ironia romântica*, São Paulo: Edusp-Fapesp, 1998.

DARNTON, Robert Darnton, *El coloquio de los lectores. Ensayos sobre autores, manuscritos, editores y lectores*. México: Fondo de Cultura Econômica, 2003.

DEAECTO, Marisa Midori, "B. L. Garnier e A.L. Garraux: destinos individuais e movimentos de conjunto nas relações editoriais entre França e Brasil no século XIX", in: *Franceses no Brasil: séculos XIX-XX*, Laurent Vidal e Tania Regina de Luca (Org), São Paulo, Editora UNESP, 2009.

DEAECTO, Marisa Midori, *O império dos livros: Instituições e Práticas de Leitura na São Paulo Oitocentista*, São Paulo: Edusp; FAPESP, 2011.

DEBRET, Jean-Baptiste, *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, Belo Horizonte-MG: Ed. Itatiaia Limitada; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

DIDEROT, Denis, *Carta sobre o comércio do livro*, Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

DINIZ, Firmo de Albuquerque [Junius], *Notas de viagem*, São Paulo: Governo do Estado, 1978.

DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos, *Confissões de Minas*, São Paulo: Martins, 1944.

DUFRENNE, Mikel, "Pour une sociologie du public", in: *Cahiers Internationaux de Sociologie – volume VI cahier doublé quatrième année 1949*, Paris: Editions du Seuil, 1949.

DUTRA, Eliana de Freitas, "Frontières de la Culture et de la Civilisationau Brésil du XIXème siècle: Identité et alterité dans la Revista Popular-1859-1862", in: *Presse, nations et mondialisation au XIXe siècle*, Marie-Ève Thérenty et Alain Vaillant (dir.), Paris: Nouveau monde éd., 2004.

ELIAS, Norbert, "Uma Digressão sobre o Nacionalismo", in: *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

ESCARPIT, Robert, *Que sais-je? Le point des connaissances actuelles - Sociologie de la littérature*, Paris: Presses Universitaires de France, 1958.

ESPAGNE, Michel, " Les capitales littéraires allemandes ", in: *Capitales culturelles Capitales symboliques: Paris et les expériences européennes XVIIIe-XIXe siècles*, sous la direction de Christophe Charle et Daniel Roche, Paris : Publications de la Sorbonne, 2002.

ESPAGNE, Michel, *Les transferts culturels franco-allemands*, Paris : Presses Universitaires de France, 1999.

FAORO, Raymundo, *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, 4ª edição, revista, São Paulo: Globo, 2001

FARIA, João Roberto, "Alencar conversa com os seus leitores", in: *José de Alencar: crônicas escolhidas*, São Paulo: Editora Ática (Folha de São Paulo), 1995.

FARIA, João Roberto, "Alencar: A semana em revista", in: Antonio Candido et al., *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*, Campinas: Editora da Unicamp, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

FARIA, João Roberto, "Introdução", in: *José de Alencar 1829-1877, Ao correr da pena*, São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FERNANDES, Florestan, *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, 6ª ed., São Paulo: Gaudí Editorial, 2009.

FERREIRA, Tânia Maria Bessone da Cruz, "A presença francesa no mundo dos impressos no Brasil", in: *Revistas ilustradas: modos de ler e ver no Segundo Reinado*, Paulo Knauss... (et al.) organizadores, Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2011.

FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz, *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920.* 313 f. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

FILHO, Alberto Venâncio, *Das arcadas ao bacharelismo (150 anos de Ensino Jurídico no Brasil)*, São Paulo: Perspectiva, 1977.

FREYRE, Gilberto, *Novo mundo nos trópicos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

FREYRE, Gilberto, *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*, 15ª ed. rev., São Paulo: Global, 2004.

FROÉS, Leonardo, *Nossa história*, Anno 1, n° 8, junho de 2004.

GARMES, Hélder, *O romantismo paulista: os Ensaios Literários e o periodismo acadêmico de 1833 a 1860*, São Paulo: Alameda, 2006.

GARMES, Kátia Mendes, *O terrível amolador": romantismo e política em José de Alencar*. Tese de Doutorado (Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas), Universidade de São Paulo, 2004.

Gênero e literatura: teoria, história e crítica. Coleção Mulher e literatura, vol. 1. DUARTE, Constância Lima; ASSIS, Eduardo de; BEZERRA, Kátia da Costa (Org.). Belo Horizonte: Pós-graduação em Letras: Estudos Literários, UFMG, 2002.

GENETTE, Gérard, *Seuils*, Paris: Éditions du Seuil, 1987.

GOMES JUNIOR, Guilherme Simões, "Biblioteca de arte. Circulação internacional de modelos de formação", in: *Novos Estudos – CEBRAP*, nº 81, São Paulo, Julho 2008.

GOMES JUNIOR, Guilherme Simões, "Le musée français: guerras napoleônicas, coleções artísticas e o longínquo destino de um livro", in: *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 15, nº 1, pp. 219-246, Jan-Jun 2007.

GOMES JUNIOR, Guilherme Simões, *Palavra Peregrina: o barroco e o pensamento sobre as artes e as letras no Brasil*, São Paulo: EDUSP, EDUSC e FAPESP, 1998.

GRINBERG, Keila, *O fiador dos brasileiros - cidadania, escravidão e direitos civis no tempo de Antônio Pereira Rebouças*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas, *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19*, São Paulo: Nankin / Edusp, 2004.

HABERMAS, Jürgen, *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*, 2ª ed., Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003b.

HABERMAS, Jürgen, *Perfiles Filosófico-Políticos*, Taurus: Col. Ilana Blaj, 1971.

HALLEWELL, Laurence, *O livro no Brasil: sua história*; 2ª ed. rev. ampl., São Paulo: Edusp, 2005.

HAUSER, Arnold, *História social da literatura e da arte*, São Paulo: Mestre Jou, 1982, tomo II.

HEINEBERG, Llana, *La suite au prochaine numéro: formation du roman-feuilleton brésilien à partir des cotidiens Jornal do commercio, Diário do Rio de Janeiro et Correio Mercantil (1839-1870)*, Thèse de Doctorat, 400 p. Université de La Sourbonne Nouvelle – Paris III – UFR d'Études Ibériques et Latino-Américaines, 2004 - consulta site : <http://www.bv.fapesp.br/pt/projetos-tematicos/1133/caminhos-romance-brasil/teses> ; acesso em fev/2011.

HIRANO, Sedi, *Castas, estamentos e classes sociais – introdução ao pensamento sociológico de Marx e Weber*, 3ª ed. revista, Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2002.

HOLANDA, Sergio Buarque de, *O Brasil Monárquico: Declínio e Queda do Império*, 5ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, tomo 4.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, *O Brasil Monárquico: Dispersão e Unidade*, *História geral da civilização brasileira*, São Paulo: Bertrand Brasil, 2004, vol. 4.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, *O Brasil Monárquico: Do Império à República, História geral da civilização brasileira*, 5º vol., Tomo II, 4ª ed. São Paulo: Difel, 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil*, 15ª ed., Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1982.

HOLLOWAY, Thomas H., "Prefácio: Haddock Lobo e o recenseamento do Rio de Janeiro de 1849" – consulta site: < http://historia_demografica.tripod.com/bhds/bhd50/thrj.pdf >, acesso: 25 de abril de 2011.

HOMEM, Amadeu Carvalho, "O avanço do republicanismo e a crise da monarquia constitucional", in: *História de Portugal, o liberalismo (1807-1890)*, Lisboa: Editora Estampa, quinto volume.

HORELLOU-LAFARGE, Chantal et SEGRÉ, Monique, *Sociologie de la lecture*, Paris: Éd. La Découverte, 2003.

ISER,Wolfgang, *L'acte de lecture: théorie de l'effet esthétique*, Bruxelles: P. Mardaga, 1985.

IZECKSOHN, Vitor, *O Brasil Imperial – vol. II – 1831-1889*, GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (Org.), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

JAROUCHE, Mamede Mustafa, "Introdução: Galhofa sem melancolia: as *Memórias* num mundo de Luzias e Saquaremas", in: *Manuel Antonio de Almeida, Memórias de um sargento de milícias*, 3ª ed., São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

JAROUCHE, Mamede Mustafa, *Sob o império da letra: imprensa e política no tempo das Memórias de um sargento de milícias*, Tese (Doutorado na Área de Literatura Brasileira, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas), São Paulo, Universidade de Paulo, 1997.

KIDDER, P. e FLETCHER, J. C., *O Brasil e os brasileiros (Esboço Histórico e Descritivo)*, 1º vol., São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1941.

KRACAUER Siegfried, *O ornamento da massa*, São Paulo: Cosac & Naif, 2009.

LACERDA, Lilian de (org), *Álbum de leitura: memória de vida, histórias de leitoras*, São Paulo: Editora UNESP, 2003.

LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina, em *Formação da leitura no Brasil*, São Paulo: Ática, 1999.

LAJOLO, Marisa Lajolo e ZILBERMAN, Regina, *O preço da leitura: leis e números por detrás das letras*, São Paulo: Ática, 2001.

LAPERA, Pedro, "Piada de português", in: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Ano 6, nº 62, novembro de 2010, pp. 88-89.

LARA, Cecília de, "*Memórias de um sargento de milícias*: memórias de um repórter do *Correio Mercantil*", in: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, nº 21, Universidade de São Paulo, 1979, pp. 62-64.

LIMA, Israel Souza, *Bibliografia dos patronos: Fagundes Varella e França Junior*, Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2003.

LIMA, Luiz Costa, *Teoria da literatura e suas fontes*, vol. 2, Rio de Janeiro: F. Alves, 1983.

LIMA, Luiz Costa, *Trilogia do controle: o controle do imaginário; sociedade e discurso ficcional; o fingidor e o censor*, 3ª ed. rev., Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

LIMA, Oliveira, *Formação Histórica da nacionalidade brasileira*, 2ª ed., Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, *A imigração portuguesa no Brasil*, São Paulo: Hucitec, 2001.

LUSTOSA, Isabel e TRICHES, Roberta, "O português da anedota", in: *Imprensa, humor e caricatura*, Isabel Lustosa (Org.), Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.

LUSTOSA, Isabel Lustosa e PIÑERO,Theo Lobarinhas, *Pátria e comércio: negociantes portugueses no Rio de Janeiro joanino*, Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2008.

LUSTOSA, Isabel, *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LYON-CAEN, Judith, *La lecture et la vie. Les usages du roman au temps de Balzac*, Paris: Tallandier, 2006.

MACHADO DE ASSIS, "Crítica literária", in: *Obras completas*, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: W. M. Jackson Inc. Editores, 1959.

MACHADO, Ubiratan. *A vida literária no Brasil durante o romantismo*, Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MARINS, Paulo César Garcez, "Sociabilidades paulistanas", in: *Através da Rótula – Sociedade e arquitetura urbana no Brasil sécs. XVII-XX*, São Paulo, Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, 1999.

MÁRIO DE ANDRADE, *Aspectos da literatura brasileira*, 5ª ed., São Paulo: Martins, 1974, p. 137.

MARTINHO, Lenira Menezes, "Os caixeiros como grupo socioprofissional", in: *Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência*, Lenira Menezes Martinho e Riva Gorenstein. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993, parte 1.

MARTINS, Ana Luiza, "Desenho, Letra e Humor: estereótipos na caricatura do Império", in: *Imprensa, humor e caricatura*, Isabel Lustosa (Org.), Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.

MARTINS, Ana Luiza, "Presença imigrante francesa no Brasil: entre visões do Paraíso e mercados de trabalho", in: *Franceses no Brasil: séculos XIX-XX*, Laurent Vidal e Rania Regina de Luca (Org), São Paulo, Editora UNESP, 2009.

MARTINS, Ana Luiza, *Gabinetes de leitura da província de São Paulo: a pluralidade de um espaço esquecido: 1847-1890.* 370 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

MARTINS, José de Souza, *A imigração e a crise do Brasil agrário*, São Paulo: Pioneira, 1973.

MARTINS, Wilson, *História da inteligência brasileira*, *vol. II (1794-1855)*, São Paulo: Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.

MENDES, José Aurivaldo Sacchetta Ramos, *Laços de sangue: privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1822/1945)*, Tese – (Doutorado do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, São Paulo, 2007.

MENEZES, Lena Medeiros de, "Jovens portugueses: histórias de trabalho, história de sucessos, história de fracasso", in: *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*, Org. Angela de Castro Gomes, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000, pp. 164-179 – consulta site: http://books.google.com.br/books?hl=ptBR&id=MmUcCrJMIooC&q=portugueses#v=snippet&q=portugueses&f=false; acesso: agosto/2010.

MERQUIOR, José Guilherme, *De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira – I*. 2ª ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

MEYER, Marlyse, *As mil faces de um herói-canalha e outros ensaios*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

MEYER, Marlyse, *Folhetim: uma história*, São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MOLLIER, Jean-Yves, *O dinheiro e as letras: história do capitalismo editorial*, São Paulo: Edusp, 2010.

MOLLIER, Jean-Yves, "Ambigüités et réalités du commerce des livres entre la France et la Belgique au XIXe siècle", in : *France-Belgique 1848-1914 : affinités-ambiguités, Actes du colloque des 7, 9 et 9 mai 1996*, Marc Quaghebeur et Nivole Savy (direction), Bruxelles : Collection Archives du futur, Éditions Labor, 1997.

MOLLIER, Jean-Yves, "La construction du système editorial français et son expansion dans le monde du XVIIIe au XXe siècle", in: *Les mutations du livre et de l'édition dans le monde du XVIIIe siècle à l'an 2000*, direction Jacques Michon et Jean-Yves Mollier, France: Les Presses de L'Université Laval, L'Harmattan, 2001.

MOLLIER, Jean-Yves, "Traduction et mondialisation de la fiction: l'exemple d'Alexandre Dumas père en Amérique du Sud", in: *Vingt-quatrièmes Assises de la traduction littéraire (Arles 2007),* Arles, Actes Sud, 2009.

MONTEIRO, Pedro Meira, *Um moralista nos trópicos: o visconde de Cairu e o duque de La Rochefoucauld*. São Paulo: Boitempo; FAPESP, 2004.

MONTOIA, Ana, "O ideal de cidade: a reforma dos costumes e a gênese do cidadão em São Paulo", in: *História da cidade de São Paulo: a cidade no Império 1823-1889*, organização de Paula Porta, São Paulo: Paz e Terra, 2004, v. 2.

MONTÓRO, Reinaldo Carlos, "Noticia histórica do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro", in: Luiz de CAMÕES, *Os Lusíadas*, Lisboa: Na Officina de Castro Irmão, 1880 – consulta site: < http://rgplopac.bibliopolis.info/OPAC/default.aspx?ContentAreaControl=ShowSearchResults.ascx&SearchNo=2&PageNo=1>

MORETTI, Franco, *Atlas do romance europeu 1800-1900*, São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

MORSE, Richard, *Formação histórica de São Paulo*, São Paulo: Difusão Europeia, 1954.

NABUCO, Joaquim, *Um estadista do império*, 5ª ed., Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz, *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro*: *(1808-1821)*, 2º ed., Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1978.

NODIER, Charles, "Littérature moderne: du estyle topographique – fragment", in: *Revue de Paris*, Tome IV à VI, 1829, vol. II, Genève : Slatkine Reprints, 1972.

OEHLER, Dolf, *O velho mundo desce aos infernos: autoanálise da modernidade após o trauma de junho de 1848 em Paris*, São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

OEHLER, Dolf, *Quadros parisienses: estética antiburguesa em Baudelaire, Daumier e Heine*, São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

OLIVEIRA, Candido de, *Três épocas: um pouco de história do Liceu Literário Português*, Rio de Janeiro: Liceu Literário Português,19?.

ONG, Walter J., "*The Writer's Audience Is Always a Fiction*", in: *PMLA (Publications of the modern language association of America*, vol. 90, nº. 1, 1975.

ORTIGÃO, Ramalho, "Ponson du Terrail", *Gazeta Litteraria do Porto*, 1868.

ORTIZ, Renato, *Ciências Sociais e trabalho intelectual*, São Paulo: Olho dágua, 2003.

ORTIZ, Renato, BORELLI, Silvia Helena Simões e RAMOS, José Mário Ortiz, *Telenovela: história e produção*, 2ª ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

OTSUKA, Edu Teruki, "A questão do trabalho nas *Memórias de um sargento de milícias*", *XI Congresso Internacional da ABRALIC: Tessituras, Interações, Convergências*, 13 a 17 de julho de 2008, USP – São Paulo, Brasil – consulta site:< http://www.abralic.org.br/anais/cong2008/anaisonline/.../edu_otsuka.pdf.> acesso: julho/2011.

OTSUKA, Edu Teruki, "Rixas no tempo do rei", in: *Revista da USP*, nº 79, São Paulo, set/nov. 2008 - consulta site: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S0103-99892008000400013&script=sci_arttext#top4>; acesso: julho/2011.

OTSUKA, Edu Teruki, *Era no tempo do rei* – a dimensão sombria da malandragem e a atualidade das *Memórias de um sargento de milícias*, Tese (Doutorado do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas), USP, São Paulo, 2005.

PAIXÃO, Alexandro Henrique, "Luiz Nicolau Fagundes Varella e a Faculdade de Direito de São Paulo", in: *Escrita e sociedade: estudos de sociologia da literatura*, Clóvis Carvalho Britto e Robson dos Santos (org.), Goiânia: Ed. da UCG, 2008.

PAIXÃO, Alexandro Henrique, "A roça pitoresca de Fagundes Varella", in: *Discutindo Identidades*, Célia Toledo Lucena e Neusa Maria Mendes de Gusmão (orgs. e apres.), São Paulo: Humanitas/CERU, 2006.

PAIXÃO, Alexandro Henrique, *O último arcanjo revel: a prosa poética de Fagundes Varella*, 2001, 110 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília-SP, 2001.

PAIXÃO, Alexandro Henrique. *A fusão dos contrários na poesia romântica brasileira – estudo sobre o contraste entre o campo e a cidade na obra de Fagundes Varella*, 2005, 111 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2005.

PARENT-LARDEUR, Françoise, *Les cabinets de lecture : la lecture publique à Paris sous la Restauration*, Paris : Payot, 1982.

PIERRE PLANCHER, nouveaux renseignements sur le libreaire-éditeur de Paris Pierra Pancher, fondateur du "Jornal do Commercio" de Rio de Janeiro, organização Felix Pacheco, Paris: A. Pedone, Éditeur – Libraire de la Cour D'Appek e de L'Ordre des Avocats, 1930.

PINHO, Wanderley, *Salões e Damas do Segundo Reinado*, 2ª ed., São Paulo: Livraria Martins Editora, 1946.

PRIORI, Mary Del, *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*, São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.

POESIAS COMPLETAS DE L. N. FAGUNDES VARELA; organização e apuração do texto de Miécio Táti e E. Carrera Guerra, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957, v. 1.

QUEIROS, Juliana Maia, "Em busca de romances: um passeio por um Catálogo da Livraria Garnier", in: *Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*, org. Márcia Abreu, Campinas: Mercado de Letras, 2008.

QUINTILIEN, "Du gene de style", in: *Institution Oratoire*, Paris: Les Belles Lettres, 1980, Tome VII, Livre XII.

REBELO, Marques, *Para conhecer melhor Manuel Antonio de Almeida*, Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1973.

RAMOS, Rui, *História de Portugal, a segunda fundação (1890-1926)*, direcção de José Mattoso, Lisboa: Editorial Estampa, sexto volumes.

RENAULT, Delso, *O Rio antigo nos anúncios de Jornais, 1808-1850*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

RINGER, Fritz K., *O declínio dos mandarins alemães: a comunidade acadêmica alemã, 1890-1933*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

RIOS FILHO, Adolfo Morales de los, *O Rio de Janeiro imperial*, 2ª ed., Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

ROCHA, Débora Cristina Bondance, *Bibliotheca Nacional e Pública do Rio de Janeiro – um ambiente para leitores e leituras de romance (1833-1856)*, 338 fls., Dissertação de Mestrado (Departamento de Teoria e História Literária do Instituto de Estudos da Linguagem), 2011.

RONCARI, Luiz, "Comentário e análise do romance *Memórias de um sargento de milícias*", in: *Literatura brasileira: dos primeiros cronistas aos últimos românticos*. 2ª ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SALOMON, Noël, "Algunos problemas de sociología de las literaturas de lengua española", in: *Creación y público en la literatura española*, Edición a cargo de J. F. Botrel y S. Salaün, Madrid: Editorial Castalia, 1974.

SAMARA, Eni de Mesquita, "Família e vida doméstica no Brasil: do engenho aos cafezais", in: *Estudos CEDHAL/Centro de estudo de demografia histórica da América Latina*, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, nº 10, Nova Série, 1999.

SAMARA, Eni de Mesquita, *A família brasileira*, 2ª reimp., São Paulo: Brasiliense, 2004.

SANDRONI, Cícero, *180 anos do Jornal do Commercio – 1827-2007: de D. Pedro I a Luiz Inácio Lula da Silva*, Rio de Janeiro: Quorum Editora, 2007.

SARTRE, Jean-Paul, *Que é a literatura?* 3ª ed., 2ª impr., São Paulo: Ática, 2004.

SAVIANI, Dermeval, *Escola e democracia*, 36ª ed., Campinas-SP: Editora Autores Associados, 2003.

SCHAPOCHNIK, Nelson, "Sobre a leitura e a presença de romances nas bibliotecas e gabinetes de leitura brasileiros", in: *Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*, org. Márcia Abreu, Campinas: Mercado de Letras, 2008.

SCHAPOCHNIK, Nelson, *Os jardins das delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na Corte Imperial*, 1999, 270f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1999.

SCHÜCKING, Levin L., *El gusto literario*, México – Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1960.

SCHÜCKING, Levin L., *The puritan family*: *a social study from the literary sources*,

London: Routledge & Kegan Paul, 1969.

SCHWARCZ, Lilia Moritz Schwarcz, "Um monarca nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia Imperial de Belas-Artes e o Colégio Pedro II", in: *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz, *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*, São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz, *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*, São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZMAN Simon, BOMENY Helena Maria Bousquet e COSTA, Vanda Maria Ribeiro, *Tempos de Capanema*, São Paulo, EDUSP, Paz e Terra, 1984.

SCHWARZ, Roberto, *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*, São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

SCHWARZ, Roberto, *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCHWARZ, Roberto, *Um mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

SENNA, Ernesto, *O velho comércio do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2006.

SILVA, Antonio Manoel dos Santos (Org.), *Cronistas brasileiros do século XIX: folhetins, crônicas e afins*, São Paulo: Arte & Ciência, 2010.

SIMMEL, Georg, *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

SIMMEL, Jorge, *El individuo y la libertad: ensayos de crítica de la cultura*, Barcelona: Ediciones Península, 2001.

SIMMEL, Jorge, *Sociología – estudios sobre las formas de socialización*, Buenos Aires: Espasa-Calpe Argentina, S. A, 1939.

SIMÕES, Nuno. *O Brasil e a emigração portuguesa: notas para um estudo*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1934.

SITI, Walter, "O romance sob acusação", in: *O romance: a cultura do romance*, MORETTI, Franco (Org.), São Paulo: Cosac Naify, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck, *História da Imprensa no Brasil*, 4ª ed., Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 188.

SOUSA, Alberto, *Memória histórica sobre o Correio Paulistano*, São Paulo: Typografia a vapor. Rosenhain e Meyer, 1904.

SÜSSEKIND, Flora, *O Brasil não é longe daqui,* São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TAUNAY, Afonso de Escragnolle, *Amador Bueno e outros ensaios*, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1943.

THERENTY, Marie-Ève, *Mosaïques: Être écrivain entre presse et roman (1829-1836)*, Paris: Honoré Champion Éditeur, 2003.

THOMPSON, Edward Palmer, *Os românticos*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

TORGAL, Luís Reis, "A instrução pública", in: *História de Portugal, o liberalismo (1807-1890)*, direcção de José Mattoso, Lisboa: Editorial Estampa, quinto volume.

TRICHES, Robertha Pedroso, "A labareda da discórdia: o Antilusitanismo na imprensa carioca", in: *Achegas.net – Revista de Ciência Política*, nº 36, jul/ago 2007 – consulta site: <http://www.achegas.net/expediente.html>; acesso: agosto/2011.

TRINDADE, Luís, "La presse et les journalistes portugais dans le passage du XIXe au XXe siècle", in : *Presse, nations et mondialisation au XIXe siècle*, Marie-Ève Thérenty et Alain Vaillant (dir.), Paris: Nouveau monde éd., 2004.

VAILLANT,Alain et Thérenty, Marie-Ève Thérenty, *1836, l'an 1 de l'ère médiatique – étude littéraire et historique du journal La Presse, d'Émile de Girandin*, Paris: Nouveau Monde Éditions, 2001.

VAMPRÉ, Spencer. *Memórias para a história da Academia de São Paulo*. São Paulo: Livraria Acadêmica Saraiva e Cia-Editores, 1924, vol. II.

VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira, "Cruzando o Atlântico: notas sobre a recepção de Walter Scott", in: *Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*, org. Márcia Abreu, Campinas: Mercado de Letras, 2008.

VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira, "Leituras inglesas no Brasil oitocentista", in: *Crop*, São Paulo, n. 8, p. 223-247, 2002.

VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira, *A formação do romance inglês: ensaios teóricos*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild/ FAPESP, 2007.

VILLALTA, Luis Carlos, "O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura", in: *História da vida privada: cotidiano e vida privada na América Portugueza*, São Paulo: Companhia das letras, 1997.

VISCONDE DO URUGUAI, in: *Paulino José Soares de Sousa, Visconde do Uruguai*, São Paulo: Ed. 34, 2002.

WALKOWITZ, Judith R., "Sexualidades Perigosas" in: *História das Mulheres no Ocidente, séc. XIX*, vol. 4. PERROT, Michelle. Editora EBRADIL, 1995.

WATT, Ian, *A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*, São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

WEBER, Max, *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora UNB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2004, vol. 1.

WILLIAMS, Raymond, "La educación y la sociedad británica", in: *La larga revolución*, 1ª ed., Buenos Aires: Nueva Visión, 2003.

WILLIAMS, Raymond, *Cultura e Sociedade:1780-1950*, São Paulo: Editora Nacional, 1969.

Outras Fontes

Romances-folhetins e crônicas:

DUMAS, Alexandre. *O Conde de Monte Cristo*, ed. definitiva, anotada e ilustrada, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

FAGUNDES VARELLA, Dispersos e pela primeira vez em livro – poesia – prosa; coleção, apresentação e notas de AZEVEDO, Vicente de Paulo Vicente de, São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1970.

JOSÉ DE ALENCAR, *Como e por que sou romancista*, Rio de Janeiro: Typ. De G. Leuzinger & Filhos, 1893. (Coleção Brasiliana).

JOSÉ DE ALENCAR, *Ao correr da pena,* BARBOSA, Francisco de Assis (Prefácio), São Paulo: Edições Melhoramentos, 1955.

MANUEL ANTONIO DE ALMEIDA*, Memórias de um sargento de milícias*, 3ª ed., São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

Diversos (Impressos e Digitais):

Anuário Estatístico do Brasil: Ano VI-1941/1945, Instituto de Geografia e Estatística, Conselho Nacional de Estatística, Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1946.

Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da província de São Paulo seguidos da cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da capitania de São Vicente até o ano de 1876; coligidos por Manuel Eufrásio de Azevedo Marques e publicados por deliberação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, São Paulo: Livraria Martins Editora S. A., 1942, Tomo I.

Autos da devassa – prisão dos letrados do Rio de Janeiro, Niterói: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: UERJ, 1994

Correio Paulistano, 26 de junho de 1954: Correio Paulistano, 1854 - São Paulo, 26 de junho de 1854, Anno 1, nº 1, edição comemorativa do 1º centenário do *Correio Paulistano*, p. 2. Acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro-RJ.

Críticas, queixumes e bajulações na imprensa brasileira do século XIX: cartas de leitores, Afranio Barbosa e Célia Lopes (org)., Rio de Janeiro: UFRJ; Pós-Graduação em Letras Vernáculas, 2006.

Dicionário das Famílias Brasileiras, org. Carlos Eduardo de Almeida Barata e Antônio Henrique da Cunha Bueno, São Paulo: Ibero América, s/d., vol. II.

Dictionaire Alexandre Dumas, Claude Schopp (org.), Paris: CNRS Editions, 2010.

Diccionario Bibliografico Portuguez: *estudos de Innocencio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brasil*, Tomo Oitavo, Primeiro do Supplemento, A-Z, Lisboa: Imprensa Nacional, MDCCCLXVII.

Dicionário da terra, organização Márcia Mota, São Paulo: Editora Record, 2005; consulta site: < http://books.google.com.br/books?id=TlrJEwEC4csC&pg=PA52&lpg=PA52&dq=Banco+rural+e+hipotec%C3%A1rio&source=bl&ots=zOMt23cE9p&sig=Xan2GUNSkj3L_oOdsU-OHrzYC0I&hl=pt-BR&sa=X&ei=0sH9TvKfI8iItwext9jRBg&ved=0CC8Q6AEwAg#v=onepage&q=Banco%20rural%20e%20hipotec%C3%A1rio&f=false>.

Fundamentos e actualidade do Real Gabinete Português de Leitura: edição comemorativa do 140º aniversário de fundação, direção Antonio Rodrigues Tavares, Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1977, p. 15

Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira (vol V), Lisboa: Editorial Enciclopédia, 19[?].

Houaiss eletrônico. Versão monousuário 3.0 - junho de 2009.

News VOT (Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, 2008-2009), "História da Ordem": < http://www.vot.com.br/traeger.php>; acesso em 14 de janeiro de 2010.

Tabela: "Bibliotecas existentes", In: *Directoria Geral de Estatistica, Annuário Estatistico do Brazil, 1º ano (1908-1912),Cultos, Assistencia, Repressão e Instrução*, op. cit., pp. 580-582.

Tabela: "Estados, Districto Federal e Território - Número de instituições fundadas", In: *Directoria Geral de Estatistica, Annuário Estatistico do Brazil, 1º ano (1908-1912), Cultos, Assistencia, Repressão e Instrução*, Rio de Janeiro: Typografia da Estatistica, 1927, p. 453, volume III (edição bilíngue: português/francês).

Tabelas: "População das Capitaes dos Estados do Brazil (1872, 1890, 1900 e 1910)" e "População das Capitaes dos Estados do Brazil por sexo, estado civil e nacionalidade, segundo os recenseamentos de 1872, 1890 e 1900", In: *Directoria Geral de Estatistica,*

Annuário Estatistico do Brazil, 1º ano (1908-1912), Território e População, Rio de Janeiro: Typografia da Estatistica, 1916, p. 256 e pp. 298-299, volume I (edição bilíngue: português/francês).

Relatórios:

Relatório apresentado na sessão Magna da Sociedade Recreio Instructivo aos 13 de setembro de 1960, pelo primeiro secretário Affonso Guimarães Junior," in: *Revista da Associação Recreio Instructivo*, nº 1, julho de 1861 (anno I) – Seção "Obras raras", Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo - SP.

Relatório da Directoria do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Imperial, Instituto Artístico, 61, Rua D'Ajuda, 61, 1878.

Relatório da Directoria do Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro, *apresentado Sessão de Assembléia Geral, de 26 de maio de 1872, pelo director Boaventura Gonçalves Roque*, Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, Rua do Hospício, 91, 1872.

Relatório da Directoria do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro, apresentado em Assembléia Geral, 11 de junho de 1871, pelo respectivo director Visconde de S. Christovão, Rio de Janeiro, Typographia Perseverança, Rua do Hospício, 91, 1871.

Relatório da Directoria do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro, apresentado em Assembléia Geral, 27 de março de 1870, pelo respectivo vice-director Visconde de S. Christovão, Rio de Janeiro, Typographia Perseverança, Rua do Hospício, 91, 1870.

Relatório da Directoria do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro, apresentado em Assembléia Geral, 25 de abril de 1869, pelo respectivo director Manoel José Gonçalves Machado Junior, Rio de Janeiro, Typographia Perseverança, Rua do Hospício, 91, 1869.

Relatório da Directoria do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro (apresentado em sessão de Assembléia Geral de 28 de janeiro de 1866 pelo respectivo director José Peixoto de Faria Azevedo), Rio de Janeiro, Typographia Perseverança, 91 - Rua do Hospício, 91, 1866.

Relatório da Directoria do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro, apresentado em Assembléia Geral, 31 de dezembro de 1860, pelo respectivo director José Peixoto de Faria Azevedo, Rio de Janeiro, Typographia Perseverança, Rua do Hospício, 91, 1860.

Relatório e conta da Sociedade Portugueza no Rio de Janeiro Caixa de Socorros de D. Pedro V, do anno de 1871, Rio de Janeiro, Typografia Imp. E const. De J. Villeneuve e C. 65 – Rua do Ouvidor – 65, 1871.

Microfilmes:

Anúncio do Correio Paulistano, 25 de setembro de 1861. Seção "Microfilmes", Arquivo da Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo- SP.

Catalogo dos Livros do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro, 1857. Microfilmes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - coleção particular de Nelson Schapochnik.

Catalogo Supplementar dos Livros do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro, 1868. Microfilmes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - coleção particular de Nelson Schapochnik.

Correio Mercantil, 01 de julho de 1854 - 31 de dezembro de 1854. Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional – RJ, coleção da Biblioteca Florestan Fernandes – USP, *Correio Mercantil* 1854 (01 de julho – 31 de dezembro), nº 180-358, ano XI, localização MF 715, tombo 261655

Correio Mercantil, 13 de novembro de 1854 - Microfilme Fundação Biblioteca Nacional – RJ. PR-SPR 1 (14) Correio Mercantil 1854 Período 01 JUL-31 DEZ Ano XI nº 180.358.

Correio Mercantil, 25 de novembro de 1854. Microfilme Fundação Biblioteca Nacional – RJ. PR-SPR 1 (14) Correio Mercantil 1854 Período 01 JUL-31 DEZ Ano XI nº 180.358.

Correio Mercantil, 3 de setembro de 1854 - Microfilme Fundação Biblioteca Nacional – RJ. PR-SPR 1 (14) Correio Mercantil 1854 Período 01 JUL-31 DEZ Ano XI nº 180.358.

Correio Paulistano, Microfilme do Arquivo do Estado de São Paulo. Cód. 04.01.013 - 26 de Agosto de 1866.

Correio Paulistano, Microfilmes do Arquivo do Estado de São Paulo, Cód. 04.01.013 e 04.01.014, ref. 1866-1867.

Jornal do Commercio, 13 de agosto de 1845 – Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (rolo CPR – 1845-1846-1883 – SPR 1 (25-26, 141)).

Jornal do Commércio, *Domingo, 15 de junho de 1845* - Microfilme da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (rolo CPR – 1845-1846-1883 – SPR 1 (25-26, 141)).

Manuscritos:

Fichas (diversas) do Gabinete Português de Leitura.

Livro do Copiador do Gabinete Português de Leitura (1860-1880).

Registro de Ações do Gabinete Português de Leitura – nº 6815 e nº 6816, Data: 04/10/1885, Pasta: Código T1-12.

Periódicos:

O Kaleidoscópio, nº 4, Sábado, 28 de abril de 1860. PR-SOR 4933-4943; SP/ Jornais Diversos/1860-1863. Seção "Obras raras", Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro – RJ.

Revista Dramática, São Paulo, Typografhia Litteraria, 1860, nº 4.

Revista Dramática. Seção "Obras raras", Acervo da Biblioteca Mário de Andrade – São Paulo-SP.

Revista Popular. *Jornal Ilustrado Variedades*, ano I, tomo IV, Rio de Janeiro, 1859.

Revista da Associação – Recreio Instructivo, nº 1, São Paulo, julho de 1861. Seção "Obras raras", Arquivo da Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo-SP.

ANEXOS

Quadro 7:

Nome do Escritor	Total em Volumes (1858)	Total em volumes (1868)	Total
Alexandre Dumas	120	112	232
Eugène Sue	47	53	100
Paul de Kock	34	56	90
Ponson Terrail	00	76	76
Paul Féval	23	46	69
Xavier Montépin	27	36	63
Émile Souvestre	28	15	43
Georg Sand	26	16	42
Ernest Capendu	00	37	37
Arlincourt	19	12	31
Fréderic Soulié	30	00	30
Joseph Méry	17	12	29
Gustave Aimard	00	29	29
Elie Berthet	23	00	23
Dash (Mme. de Saint-Mars)	20	00	20
Henry de Lock	00	20	20
Leon Gozlan	18	00	18
Foudras	17	00	17
Pigault Lebrun	15	00	15
Honoré Balzac	14	00	14
A. Arnauld	13	00	13
A. Dumas Filho	13	00	13
Amédée Achard	00	13	13
Alfred de Bréhat	00	13	13
Chatrain Erckmann	00	13	13
Louise Ulbach	00	12	12

Quadro 7: Escritores franceses e o número de volumes entre 1858 e 1868, classificados por número total de volumes.

Quadro 8:

Catálogo (1858)	Catálogo Suplementar (1868)	Total
Literatura (2609)	Literatura (2192)	4801
História (1763)	História (453)	2216
Direito (1062)	Direito (257)	1319
Medicina (308)	Medicina (114)	422

Quadro 8: Relação e número de obras por área temática

Quadro 9:

Área: Literatura	Catálogo (1858)	Catálogo Suplementar (1868)	Total
Romances, novelas e contos	1644	1635	3279
Poesia	424	312	736
Teatro	207	210	417

Quadro 9: Número de volumes dentro das diferentes divisões da área literatura, classificados por número total de volumes.

Quadro 10b:

Número de Volumes	Catálogo – 1858: Romances (em Português)
2	Acté, Lisboa, 1847, 8º (e mais o nº 4927 e 4928)
1	Albina. Lisboa, 1852, 8º (E mais o nº 7577).
3	Amaury, Lisboa, 1850, 8º.
4	Ângelo Pitou, Lisboa, 1851, 12º Gr.
2	Antonina
1	Apontamentos s'Anthony, Lisboa, 1819, 12º.
1	Branca de Beaulieu, Lisboa, 1853, 4º.
3	De Caidz a Tanger, Alger e Tunes, Lisboa, 1853, 4º (mais o nº 10110)
2	O Capitão Paulo, Lisboa, 1841, 8º (e mais os nº 2361, 2431 e 2475)
6	O Cavalheiro da Casa-Vermelha, Lisboa, 1848, 8º
4	O Cavalheiro d'Harmental, Lisboa, 1849, 8ª (e mais o nº 5926 e 5928)
2	Cecília ou o vestido do noivado, Lisboa, 1851, 12º.
1	O Cofre de Prata, Lisboa, 1855, 8º (e mais o nº 11317)

10	O Conde de Monte-Cristo, Lisboa, 1855, (e mais o nº 3839).
2	A Condessa de Salisbury, ou a instituição da ordem da liga, Lisboa, 1848, 8º (mais os nº 5438 e 5439)
18	A Condessa de Charny, Lisboa, 1852, 8ª (mais o nº 11196).
1	Consciencia, Lisboa, 1853, 8º. (mais o nº 9718)
1	A Dama das Camélias, Lisboa, 1854, 4º.
6	A Dama de Monsoreau, Lisboa, 1849, 8ª (E mais o nº 2890).
2	Deus dispõe, Lisboa, 1851, 8º.
2	Eduardo 3º, Lisboa, 1819, 8º
2	A Família dos Borgias, Lisboa, 1856, 8º (e mais o nº 11573).
1	Uma Família Corsa, Lisboa, 1851, 8º (e mais o nº 7570).
1	Huma Família Corsa, Lisboa, 1851, 8º.
2	Fernanda, Lisboa, 1849, 8º.
4	A Guerra das Mulheres, Lisboa, 1848, 8º (E mais o nº 5952).
3	Izabel de Baviera, ou reinado de Carlos IV, romance traduzido em portuguez por A. P. Lopes de Mendonça, Lisboa, 1841, 8º (mais o nº 2424, 2573 e 2610).
2	Jorge ou o capitão dos piratas, romance histórico, Lisboa, 1850, 4º.
1	Kean, ou a desordem e o genio, Lisboa, 1853, 8º.
4	Luiz 14º e seu século, romance histórico, Lisboa, 1853, 8º.
2	Martim de Freitas, novella tirada da historia portugueza, Lisboa, 1841.
6	Memorias da França e minhas, Lisboa, 1855, 8º.
9	Memorias de um médico, Lisboa, 1848, 8º.
4	Os Mil e um Fantasmas, Lisboa, 1849, 8º.
8	As Minhas Memórias, Lisboa, 1854, 8º.
23	Os Mohicanos de Paris, Rio de Janeiro, 1856, 4º.
1	Mysterios de Nápoles, Lisboa, 1846, 8º.
1	Olympia de Clèves, Rio de Janeiro, 1853, 4º (e mais o nº 14975)
5	Os Três Mosqueteiros, Rio de Janeiro, 1854, 8º (e mais os nº 4498 3 4499).
3	O Pagem do Duque de Sabóia, Rio de Janeiro, 1855, 4º.
3	De Paris a Cadix, Lisboa, 1853, 8º.
7	O Pastor de Ashbourg, Lisboa, 1855, 8º.
2	Paulina, Lisboa, 1843, 8º.
1	A Pomba, Lisboa, 1856, 8º.
6	A Princeza de Mônaco, Lisboa, 1855, 8º.
5	Os Quarenta e Cinco, Lisboa, 1850, 8º.
4	A Rainha Margarida, Lisboa, 1850, 8º.
4	Recordações de Minha Vida, Lisboa, 1855, 8º.

1	Rosa Encarnada, ou scenas de Danton, Marceau, Robispierre, traduzida do francez por C.D, Rio de Janeiro, 1837.
3	O Salteador, Lisboa, 1854, 8º.
2	Silvandire, Lisboa, 1848, 8º.
2	Os Stuards, Lisboa, 1841, 8º.
2	A Tulipa negra, Lisboa, 1852, 8º.
8	O Último Rei dos Francezes, Lisboa, 1856, 8º.
3	Uma Filha do Regente, Lisboa, 1845.
11	Vinte annos depois, ou Os Três Mosqueteiros, traduzido por C. C. de Menezes, Rio de Janeiro, 8º, 1846 (e mais os nº 4151, 4155, 5156)
13	O Visconde de Bragelonne, dez annos depois ou Os Três Mosqueteiros, Rio de Janeiro, 1849, 8º (e mais o nº 6166).
Número em volumes	**Catálogo – 1858: Romances (em Francês)**
4	Abd-el-hamid-dey, Bruxelles, 1856, 12º.
2	Amaury, Bruxelles, 1844, 12º.
1	Ange Pitou, Bruxelles, 1851, 12º.
2	Antonine, Bruxelles, 1849, 12º.
1	Aventures et tribulations d'un Comédien, Bruxelles, 1854, 12º.
9	Le Batard de Mauléon, Paris, 1846, 8º (e mais o nº 4834).
4	Le Bien et le Mal, Bruxelles, 1854, 12º.
2	Le Capitaine Paul, Bruxelles, 1855, 12º.
2	Le Capitaine Bichard, Bruxelle, 1855, 12º.
2	Catherine Blum, Bruxelles, 1854, 12º.
1	Césarine, Paris, 1848, 8º.
6	Le Chevalier de Maison Rouge, Paris, 1846, 8º (e mais o nº 4832).
3	Le Cullier de la reine, deuxième série des mémoires d'un médécin, Bruxelles, 1849, 12º.
6	Le Comte de Monte-Christo, deuxième édition, Paris, 1846, 8º. (e mais o nº 4828).
14	La Comtesse de Charny, Bruxelle, 1854, 12º.
2	Le Corricolo, Bruxelle, 1843, 12º.
4	La Dame de Monsoreaux, Paris, 1846, 8º (e mais o nº 4830).
2	La Dame aux Camélias, Bruxelle, 1848, 12º.
42	La Dame de Volupté, Bruxelles, 1857, 12º.
2	De Paris à Cadix, Bruxelles, 1847, 12º.
10	Les Deux Diane, Paris, 1846, 8º (e mais o nº 4824).
1	Diane de Lys, Bruxelles, 1851, 12º.
6	Dieu Dispose, Bruxelles, 1850, 12º.

3	Dieu et Diable, Bruxelles, 1852, 8º.
5	Le Drame de quatre-vingt-treize, Bruxelles, 1851, 12º.
2	Edouard 3º, suíte de La Comtesse de Salisbury, Bruxelles, 1849, 12º.
2	La Femme au Collier de velours, Bruxelles, 1850, 12º.
5	Une Fille du Régente, Bruxelles, 1844, 12º.
1	Gabriel Lambert, Bruxelles, 1844, 12º.
1	Grangette, Bruxelles, 1850, 12º.
4	Les Grands hommes en robe de chambre, Bruxelles, 1856, 12º.
2	Impressions de Voyage, Bruxelles, 1852, 8º.
5	Ingénue, Bruxelles, 1855, 12º.
1	La Jeunesse de Louis 14º, Bruxelles, 1856, 12º.
9	Louis 14º et son siècle, Bruxelles, 1844, 12º.
2	Louis Quinze, Bruxelles, 1849, 12º
5	Louis Seize, Bruxelles, 1850, 12º.
1	Un Mari par madame (par Comtesse Dash et Bernard para A. Dumas), Bruxelles, 1843, 12º.
1	Les Médecis, Bruxelles, 1845, 12º.
8	Mémoires d'un Médecin (Primiere Partie, Joséphe Balsamo), Paris, 1846, 8º (e mais os nº 4826 e 3160).
2	Le Meneur de loups, Bruxelles, 1857, 12º.
2	Michel Ange et Raphael, Paris, 1846, 8º.
3	Les Mille et un Fantomes, Bruxelles, 1849, 12º.
10	Les Mohicans de Paris, Bruxelles, 1855, 12º.
7	Olympe de Cléves, Bruxelles, 1851, 12º.
1	Praxède, suivi de Pierre le Cruel, Bruxelle, 1851, 12º.
5	Les Quarante Cinq, Bruxelles, 1853, 12º.
2	La Régence, Bruxelles, 1849, 12º.
8	La Reine Margot, Bruxelles, 1845, 12º.
2	La Robe de noce, Bruxelles, 1851, 12º.
2	Le Salteador, Bruxelles, 1854, 12º.
1	Scènes Nautiques – Naufrages, Bruxelles, 1852, 8º.
2	Sylvandire, Bruxelles, 1843, 12º.
1	Le Testament de M. de Chauvelin, Bruxelles, 1849, 12º.
2	Les Trois Mousquetaires, Paris, 1846, 8º.
2	La Tulipe Noir, Bruxelles,1850, 12º.
2	Le Véloce, ou Tanger, Alger, et Tunis, Bruxelles, 1849, 12º.
2	Le Vicomte de Bragelonne, Bruxelles, 1848, 12º.

1	La Vie à vingt ans, Bruxelles, 1851, 12º.
1	Une Vie d'Artiste, Paris, 1860, 8º.
1	Vingt ans après, suit de Trois Mousquetaires, Paris, 1846, 4º.
Número em volumes	**Catálogo Suplementar (Obras que entraram durante a impressão- 1858)**
4	La Dame de Volupté, Bruxelles, 1857, 12º.

Quadro 10b: Relação de obras de Alexandre Dumas no Catálogo de 1858

Quadro 10c:

Número de Volumes	**Catálogo Suplementar – 1868: Romances (em Português)**
2	Acté. Tradução de M. A, da Silva. Lisboa, 1847, 8º (e mais o nº 14105)
1	Albina. Lisboa, 1852, 8º (E mais o nº 14984).
3	Amaury, Lisboa, 1850, 8º (E mais os nº. 14113)
4	Ângelo Pitou, Lisboa, 1857, 8º gr. Terceira parte das "Memórias de um medico"
4	Ascanio ou a côrte de Francisco I, romance histórico, Lisboa, 1855, 8ª (E mais o nº 15297)
4	O Bastardo de Mauléon, Tradução livre por J. T. N. A. Menna, Lisboa, 1848, 8º (E mais os nº 14083 e 12786)
2	O Capitão Paulo, Lisboa, 1848, 8º (E mais os nº 12370 3 13728)
3	A Casa de gelo, Lisboa, 1860 (E mais os nº 14486 3 13786).
2	Catharina Blum. Tradução de C. C. Abreu Nunes, Lisboa, 1862, 8º.
1	O Cavalheiro da Casa-Vermelha. Edição ornada de gravuras, Lisboa, 1853, 4ª (E mais o nº 14856)
4	O Cavalheiro d'Harmental, Vertido em português por M. A. da Silva, Lisboa, 1849, 8ª (e mais o nº 13056)
4	Segunda parte das "Memórias de um médico"
2	Os companheiros de Jéhu, Lisboa, 1861, 8ª (E mais o nº 13389)
4	O Conde de Monte-Cristo, romance histórico, Lisboa, 1855, 8ª (E mais os nº 14377, 12037 e 15198) – veja "A mão do finado", seguimento d'este romance.
8	A Condessa de Charny, Lisboa, 1855, 8ª Gr, continuação de "Ângelo Pitou", e complemento das "Memorias de um médico" – Com a designação de "Quinta parte das "Memorias de um médico", nunca dantes imaginada, lembrou-se o editor portuguez de fazer entrar nesta serie de romances a vida de Luis Phillipe, referida sob o seu titulo de "Ultimos reis dos francezes" na classe de "Biografia" do presente catalogo.
1	Consciencia, Lisboa, 1853, 8º
1	Consequencias de uma aposta, Lisboa, 1862, 12º
6	A Dama de Monsoreau, Lisboa, 1849, 8ª (E mais o nº 14926) Seguimento da "Rainha Margarida". Veja "Os quarenta e cinco"

6	Deus dispõe, Rio de Janeiro, 1852, 8º (E mais os nº 12333) Continuação da "Furna do inferno"
2	_____ Editor e traductor, J. L. Rodrigues Trigueiros, Lisboa, 1866, 8ª gr.
3	As Duas Dianas, romance histórico, Lisboa, 1851, 8ª (E mais o nº 13068) Veja a nota à edição franceza d'este romance.
2	Fernanda. Versão de M. A. da Silva, Lisboa, 8º.
1	A Furna do inferno. Editor e traductor, J. L, Rodrigues Trigueiros, Lisboa, 1865, 8º gr. Segue em "Deus dispõe".
4	As Gêmeas de Machecoul, romance historico, episodio das guerras da Vendéa. Editor e Traductor, J. L. Rodrigues Trigueiros, Lisboa, 1862, 8º.
4	A Guerra das Mulheres, Lisboa, 1856, 8º (E mais o nº 14097).
1	Historia de um morto, contada por elle mesmo, Lisboa, 1862, 12ª.
3	Isabel de Baviera (reinado de Carlos IV), romance traduzido em portuguez por A. P. Lopes de Mendonça, Lisboa, 1841, 8º.
1	Jorge ou o capitão dos piratas, romance histórico, tradução livre, Lisboa, 1852, 4º (e mais o nº 14127)
1	A Marqueza de Brinvilliers, Lisboa, 1857, 8º – veja a pag. 29 "Crimes Célebres".
6	Memorias de um médico, Lisboa, 1855, 8º (e mais os nº. 12478 e 14477) – continuações "Collar da Rainha" e "Angelo Pitou"
1	Memórias de uma favorita, traductor Francisco Luis Coutinho de Miranda, Lisboa, 1865, 8º (e mais o nº 15742).
30	Os Mohicanos de Paris, Lisboa, 1860-1863, 8º (e mais o nº 13081) – o absurdo remate do tomo XIV, incapaz de se conciliar com o seguimento do romance no tomo immediato, é fruto da imaginação do editor ou traductor portuguez.
2	Mortandades no Meio-dia, Lisboa, 1857, 8º – veja "Crimes Celebres"
5	Olympia de Clèves, Lisboa, 1852, 8º (e mais o nº 14975)
2	O Pirata Trelawnay, traducção livre de J. da Costa e Silva, Lisboa, 1866, 8º.
1	A Predicção, Lisboa, 1859, 8º
6	A Princeza de Mônaco, Lisboa, 1855, 8º.
5	Os Quarenta e Cinco, Lisboa, 1850-1851 (e mais os nº 12942 e 13073) – conclusão da "Rainha Margarida" e da "Dama de Monsoreau".
4	A Regencia de Luis XV, romance historico, traducção de L. I. Ponte de Athaide, Lisboa, 1861, 8º.
3	O Salteador, Lisboa, 1854, 8º (E mais o nº 14125)
3	A San-Felice, traducção de Manuel Pinheiro Chagas, Lisboa, 4º (e mais os nº 15706 e 15721)
2	Sylvandire, romance vertido em portuguez por M. A. da Silva, Lisboa, 1848, 8º.
4	Os Tres Mosqueteiros, Lisboa, 1855, 8º (e mais os nº 12556, 13062, 13039 e 14473) – seguem em "Vinte annos depois" e no "Visconde de Bragelonne".
2	Tulipa negra, vertida em portuguez por M. A. da Silva, Lisboa, 1852, 8º. (e mais os nº 14859 e 14130).
1	Urbano Grandier, Lisboa, 1856, 8º.
5	Vinte annos depois, traducção livre publicada por L. C. da Cunha, Lisboa, 1856, 8º (e mais os

	nº 12558, 13040, 13060 e 14475)
10	O Visconde de Bragelonne, traducção livre, publicada por L. C. da Cunha, Lisboa, 1856, 8º (e mais os nº 12099, 12858 e 13058) – continuação dos "Tres mosqueteiros" e de "Vinte annos depois".
Número em Volumes	**Catálogo Suplementar – 1868: Romances (em Francês)**
1	Acté, nouvelle édition, Paris, 1865, 8º.
2	Ammalat-Beg, Bruxelle, 1859, 12º.
2	Ascanio, nouvelle édition, Paris, 1866, 8º.
1	Une Aventure d'Amour, Paris, 1867, 8º.
2	Aventures de John Davys, nouvelle édition, Paris, 1861, 8º.
1	Black, Paris, 1858, 8º.
3	Les Blancs et les Bleus, Paris, 1867-1868, 8º. – seguimento de "Les Compagnons de Jéhu".
1	La Bouillie de la Comtesse Berthe, Paris, 1867, 8º.
1	La Boule de neige, Paris, 1862, 8º.
3	Un Cadet de famille, traduit par Victor Perceval, publié par Alexandre Dumas, Paris, 1860, 8º.
1	Le Capitaine Pamphile, Paris, 1867, 8º.
1	Cécile, Paris, 1866, 8º.
2	Charles le Téméraire, Paris, 1860, 8º.
2	Le Château d'Eppstein, Bruxelles, 1859, 12º.
1	La Colombe – Maître Adam le Calabrais, Paris, 1863, 8º.
5	Les Compagnons de Jéhu, Bruxelle, 1857, 12º – veja 'Les Blancs et les Bleus".
2	Le Comte de Monte-Christo, Paris, 1846, 4º.
2	La Comtesse de Salisbury, Paris, 1861, 8º.
2	Les Confessions de la Marquise, Paris, 1862, 8º. – continuação e fim das "Mémoires d'une aveugle".
2	Conscience l'Innocent, Paris, 1861, 8º.
2	La Dame de Volupté, Mémoires de Mlle. De Luynes, Paris, 1864, 8º – veja "Les Deux Reines"
3	Les Deux Diane, Paris, 1867, 8º.
2	Les Deux Reines, Paris, 1864, 8º – sequencia e fim de "La Dame de Volupté".
1	Les Drames de la Mer, Paris, 1864, 8º.
2	Les Drames Galants. La Marquise d'Escoman, Paris, 1867, 8º.
1	Le Fils du Forçat, M. Coumbes, Paris, 1867, 8º.
1	Les Frères Corses, Paris, 1867, 8º.
1	Georges, Paris, 1865, 8º.
1	Un Gil-Blas en Californie, Paris, 1861, 8º.

2	La Guerre des femmes, nouvelle édition, Paris, 1861, 8º.
1	Histoire d'un Casse-Noisette, Paris, 1860, 8º.
1	Les Hommes de Fer, Paris, 1867, 8º.
3	L'Horoscope, Bruxelles, 1858, 12º.
2	Isabel de Bavière, nouvelle édition, Paris, 1862, 8º.
1	Jane, Paris, 1866, 8º.
1	Jehanne la Pucelle, Paris, 1862, 8º.
3	Les Louves de Machecoul, Paris, 1860, 8º.
1	Lyderic, Bruxelles, 1842, 8º.
2	Madame de Chamblay, Paris, 1866, 8º.
2	La Maison de Glace, Paris, 1867, 8º.
1	Le Maître d'Armes, Paris, 1861, 8º.
1	Les Mariages du père Olifus, Paris, 1861, 8º.
3	Le Médecin de Java, Bruxelles, 8º.
1	Mémoires d'un Policeman, publiés para Alexandre Dumas, 3º édition, Paris, 8º.
2	Mémoires d'une Aveugle. Madame du Deffand, Paris, 1867, 8º – seguem-se "Les Confessions de la Marquise".
4	Les Mohicans de Paris, Paris, 1860, 4º – com 52 gravuras. Edição completa, isto é, contendo a segunda parte, publicada sob o titulo "Salvator", e abrangendo a matéria dos 33 vol. Em 8 º gr. da primeira edição (1854-1859). Na colleção de Michel Lévy a obra forma apenas 9 volumes, o que reduz a 9 fr. o primitivo preço de 248 fr. 50c.
1	Une Nuit à Florence sous Alexandre de Médicis, Bruxelles, 8º.
1	Pauline et Pascal Bruno, Paris, 1867, 8º.
2	Le Père Gigogne. Contes pour les enfants, Paris, 1860, 8º.
1	La Princesse Flora, Paris, 1862, 8º (e mais o nº 18398)
1	La Route de Varennes, Paris, 1860, 8º.
9	La San-Félice, 2º. Édition, Paris, 1865, 8º.
7	Le Secrétaire de la Marquise du Deffand, publié par Alexandre Dumas, Leipzig, 1856-1858, 12º – contrafacção alleman, comprehendendo "Mémoires d'une Aveugle" e "Les Confessions de La Marquise".
1	Souvenirs d'Antony, nouvelles éditions, Paris, 1868, 8º – Cherubino et Célestine. Le Cocher de Cabriolet. Blanche de Beaulieu. Un Bal Masqué. Bernard. Dom Martins de Freytas. Le Cure Chambard.
2	Les Stuarts, Bruxelles, 1840, 8º.
1	Sultanetta, Paris, 1862, 8º.
2	La Terreur Prussienne, Paris, 1868, 8º.
2	Les Trois Mousquetaires, Paris, 1860, 8º – veja "Vingt ans après".
1	Le Trou de l'Enfer, Paris, 1863, 8º – segue-se "Dieu dispose" (pag. 282 do catalogo antecedente).
6	Le Vicomte de Bragelonne, ou dix ans plus tard.Complément de Trois Mousquetaires et de

	Vingt ans après. Paris, 1860, 8º.
1	Une Vie d'Artiste, Paris, 1860, 8º.
2	Vie et aventures de la Princesse de Mônaco, recueillies et publiées par Alexandre Dumas, Paris, 8º.
3	Vingt ans après, suit de Trois Mousquetaires, Paris, 1860, 8º.
Número em Volumes	**Catálogo Suplementar – 1868: Romances (em Espanhol)**
1	Por todas partes se va a Roma. Novela escrita en francés, traducida libremente al castellano por D. S. P. V. Sevilla, 1845, 8º.
2	Los Habitantes de la Luna. Novela de costumbres contemporáneas, escrita por Quidan, Madrid, 1844, 12º.

Quadro 10c: Relação de obras de Alexandre Dumas no Catálogo Suplementar de 1868

Quadro 11:

Nomes	Naturalidade	Idade	Moradia	Filiação	Observações
José Machado Coelho	Ilha Terceira	12 anos	Collegio	José Machado Coelho e D. Maria José das Dores	Comportamento bom; termina o tempo 1872
Antonio da Silveira Gularte	Corte	12 anos	Collegio	Antonio da Silveira Gularte e D. Maria Ignez do Rosário	Muito doente, Morto de meningo-encephalite em 14 de agosto de 1871
José Lopes Machado	S. Pedro de Britello (Portugal)	13 anos	Collegio	Ignácio Lopes Machado e D. Magdalena Lopes Machado	Comportamento sofrível; termina o tempo em 1871; deve sair para o commercio
Rodrigo Ribeiro	Corte	11 anos	Collegio	Manoel Rodrigo Ribeiro e D. Luiza Eulália Ribero	Comportamento bom; termina o tempo em 1872

Quadro 11: Pensionistas do Collegio Victorio (Cf. Relatório e contas da Sociedade Portugueza no Rio de Janeiro, Caixa de Socorros de D. Pedro V, do anno 1871, Rio de Janeiro, Typografia Imp. e Const. de J. Villeneuve & C. 65 – Rua do Ouvidor – 65, 1871)

Quadro 12:

Nomes	Naturalidade	Idade	Moradia	Filiação	Observações
Polycarpo Carlos de Lamare Layme	Corte	09 anos	Rua dos Arcos, nº 16	João Carlos Hayme e D. Eudoxia C. de Lamare Layme	Comportamento bom; termina o tempo em 1872
Antonio Francisco Nunes	Corte	11 anos	Rua de Santa Luzia, nº 40	Francisco Antonio Nunes e D. Melina Candida de Oliveira	Sahio doente em agosto e não voltou.
Arnaldo Firmino dos Santos	Porto (Portugal)	11 anos	Rua Sete de Setembro, 209	Miguel Carlos dos Santos e D. Claro Soares dos Santos	Comportamento soffrível; termina o tempo em 1872.
Alfredo Ávila de Menezes	Corte	12 anos	Rua dos Barbonos, n º 16	Geminiano Avila de Menezes e D. Roza Emilia de Menezes	Comportamento bom; termina o tempo em 1872
José Bonifácio da Silva e Souza	Corte	07 anos	Rua do Cassiano, nº 22	José Luiz de Souza e D.Maria Leonor da Silva e Souza	Comportamento bom; termina o tempo em 1872

Quadro 12: Meio-Pensionistas do Collegio Victorio (Cf. Relatório e contas da Sociedade Portugueza no Rio de Janeiro, Caixa de Socorros de D. Pedro V, do anno 1871, Rio de Janeiro, Typografia Imp. e Const. de J. Villeneuve & C. 65 – Rua do Ouvidor – 65, 1871).